



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 834

Quarta-feira - 28 de Setembro de 2011

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Arroio Trinta.....	1
Biguaçu.....	1
Braço do Trombudo.....	2
Caçador.....	5
Campo Alegre.....	22
Campos Novos.....	34
Capinzal.....	47
Catanduvas.....	48
Chapadão do Lageado.....	49
Concórdia.....	79
Coronel Martins.....	94
Corupá.....	96
Curitibanos.....	98
Ermo.....	156
Fraiburgo.....	157
Garopaba.....	167
Gaspar.....	168
Guaramirim.....	196
Herval do Oeste.....	197
Imbituba.....	199
Itapoá.....	201
Joaçaba.....	203
Lages.....	207
Lauro Muller.....	207
Lindóia do Sul.....	208
Luzerna.....	210
Massaranduba.....	210
Meleiro.....	212
Monte Carlo.....	213
Morro da Fumaça.....	214
Navegantes.....	214
Novo Horizonte.....	216
Palhoça.....	218
Pinheiro Preto.....	219
Porto União.....	221
Rio do Sul.....	233
São Lourenço do Oeste.....	242
Schroeder.....	249
Siderópolis.....	257
Timbó.....	258
Tunápolis.....	260
Vidal Ramos.....	273
Videira.....	273
Vitor Meireles.....	280

Consórcios

AGIR.....	280
ARIS.....	281

Arroio Trinta

PREFEITURA

Decreto Nº 1432, de 23 de setembro de 2011.

DECRETO Nº 1432, de 23 de setembro de 2011.

Autoriza Desmembramento de Área que Específica.

O Prefeito Municipal DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o dispositivo no artigo 100, Inciso VII da Lei Orgânica do Município, e demais normas legais aplicáveis à matéria,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a promover o desmembramento de uma área total de 126.990,00m², localizado na Rua Felix Antonio Spricigo, nesta cidade de Arroio Trinta, de propriedade do senhor Ilbe Nesi, objeto da matrícula RG nº 0.556 do Cartório de Registro de Imóveis, Comarca de Videira - SC.

Parágrafo único. A área a desmembrar é de 10.286,94m², remanescendo uma área de 116.703,06m², conforme mapa e memorial descritivo em anexo.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 23 de setembro de 2011.

CLAUDIO SPRICIGO

Prefeito Municipal

Biguaçu

PREFEITURA

Anulação do PP 168/2011 PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS

AVISO DE ANULAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO

PP168/2011-PMB

O Município de Biguaçu, através de seu Prefeito Municipal Senhor José Castelo Deschamps, torna público para conhecimento de todos os interessados, a Anulação do Processo Licitatório PP 168/2011, que tem por objeto "locação de banheiros químicos

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

João Romão - Presidente • Edinando Brustolin - Diretor Executivo

Emerson Souto - Gerente de Tecnologias da Informação • Dantes Guilherme e Guilherme Noronha - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

para uso durante as atividades dos funcionários braçais da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura”, tendo em vista a erros insanáveis no Edital, de acordo com art. 49 da Lei 8.666/93.

Biguaçu, 23 de setembro de 2011.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Braço do Trombudo

PREFEITURA

Portaria 134/2011

PORTARIA 134/2011

Vilberto Muller Schovinder, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, e amparado nas Leis 0504/2005 de 23.12.05 e na Lei 0512/2006 de 05.04.06, etc.

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar que o 6º sorteio do concurso “Pague para Ver, Braço do Trombudo Crescer”, será realizado no dia 30 de setembro de 2011, às 16:30h, na Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 27 de setembro de 2011.

VILBERTO MULLER SCHOVINDER

Prefeito Municipal

Ata de Registro de Preço 11/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 1/2

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2011

Número do Registro de Preços: 11/2011 Data do Registro: 28/03/2011 Válido até: 28/03/2012

Objeto da Compra: Aquisição de cartuchos de tinta originais e toners remanufaturados para manutenção de diversas Secretarias.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	TONER 12 A 1º LINHA REMANUFATURADO (C/CILINDRO E FITA LIMPADORA NOVA), IMPRESSORA HP. (5706)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	MC	0	97,1616	1
			ESCRIMATE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA (8321)	PS3	0	98,2997	2
2	TONER REMANUFATURADO 1º LINHA E120 IMPRESSORA LEXMARK (C/ CILINDRO E FITA LIMPADORA NOVA), IMPRESSORA HP (6570)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	MC	0	126,3100	1
			ESCRIMATE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA (8321)	PS3	0	127,6568	2
3	TONER 36A 1º LINHA REMANUFATURADO (C/ CILINDRO E FITA LIMPADORA NOVA), IMPRESSORA HP (6571)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	MC	0	126,3100	1
			ESCRIMATE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA (8321)	PS3	0	127,6568	2
4	Toner 35 A 1º linha remanufaturado (c/ cilindro e fita limpadora nova), impressora HP (8035)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	MC	0	126,3100	1
			ESCRIMATE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA (8321)	PS3	0	127,6568	2
5	Cartucho de tinta original 27 impressora HP (8036)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	HP	0	69,4393	1
			ESCRIMATE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA (8321)	HP	0	69,5359	2
6	Cartucho de tinta original 28 impressora HP (8037)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	HP	0	89,2791	1
			ESCRIMATE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA (8321)	HP	0	89,6101	2
7	Cartucho de tinta original 21 impressora HP (8038)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	HP	0	54,5594	1
			ESCRIMATE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA (8321)	HP	0	54,7424	2
8	Cartucho de tinta original 22 impressora HP (8039)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	HP	0	67,4553	1
			ESCRIMATE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA (8321)	HP	0	67,7132	2
9	Cartucho de tinta original 60 color impressora HP (8040)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	HP	0	67,4553	1
			ESCRIMATE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA (8321)	HP	0	67,6933	2
10	Cartucho de tinta original 60 preto impressora HP (8041)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	HP	0	55,5514	1
			ESCRIMATE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA (8321)	HP	0	55,6788	2
11	Cartucho de tinta original 74 impressora HP (8042)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	HP	0	54,5594	1
			ESCRIMATE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA (8321)	HP	0	54,7623	2
12	Cartucho de tinta original 75 impressora HP (8043)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	HP	0	67,4553	1
			ESCRIMATE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA (8321)	HP	0	67,6235	2
13	Cartucho de tinta original 15 impressora HP (8044)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	HP	0	119,0387	1
			ESCRIMATE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA (8321)	HP	0	119,5366	2
14	Cartucho de tinta original 25 impressora HP (8045)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	HP	0	128,9586	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 2/2

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2011**Número do Registro de Preços: 11/2011****Data do Registro: 28/03/2011****Válido até: 28/03/2012****Objeto da Compra:** Aquisição de cartuchos de tinta originais e toners remanufaturados para manutenção de diversas Secretarias.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ESCRIMATE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA (8321)	HP	0	129,4690	2
15	Cartucho de tinta original 56 impressora HP (8046)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	HP	0	85,3111	1
			ESCRIMATE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA (8321)	HP	0	85,6053	2
16	Cartucho de tinta original 57 impressora HP (8047)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	HP	0	128,9586	1
			ESCRIMATE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA (8321)	HP	0	129,3096	2
17	Cartucho de tinta original 29 impressora HP (8048)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	HP	0	138,8785	1
			ESCRIMATE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA (8321)	HP	0	139,3614	2
18	Cartucho de tinta original 49 impressora HP (8049)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	HP	0	144,8305	1
			ESCRIMATE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA (8321)	HP	0	145,4085	2

BRACO DO TROMBUDO , 28 de Março de 2011.

Caçador

PREFEITURA

Contrato 110-2011 PREFEITURA

Contrato nº 110/2011 - Aquisição de 2 (dois) automóveis para o PROCON e para a Procuradoria Geral do Município. Referente ao processo licitatório nº 74/2011 PR nº 41/2011. Contratado: AUTO MECÂNICA GERAL LTDA/CNPJ sob o nº 86.548.054/0004-54. Valor: R\$ 41.300,00. Prazo: 12 (doze) meses, ou seja, durante o período de vigência da garantia, contados da data de entrega do veículo.

ITEM	UNID	QTDE.	DESCRIÇÃO	R\$ UNID	TOTAL
01	UNID.	01	AUTOMÓVEL TIPO SEDAN, FLEXPOWER, ANO/MODELO 2011/2012, 04 PORTAS, NA COR BRANCA, COM AR CONDICIONADO, VIDROS ELÉTRICOS DIANTEIROS E TRASEIROS, ABERTURA E FECHAMENTO ELÉTRICO, DIREÇÃO HIDRÁULICA, FARÓIS DE NEBLINA, TRANSMISSÃO MANUAL DE 05 MARCHAS, MOTOR MÍNIMO 1.4, COM NO MÍNIMO 100 CV, CAPAS DE RETROVISORES NA COR DO VEÍCULO, DESEMBAÇADOR ELÉTRICO DO VIDRO TRASEIRO, MOSTRADOR DIGITAL COM TEMPERATURA, HORA E CALENDÁRIO, RÁDIO AM/FM STEREO COM MP3 E ENTRADA USB, RODAS DE AÇO 14", PNEUS 175/65 R14, VIDROS VERDES COM PARABRISA LAMINADO. ASSISTÊNCIA TÉCNICA NA SEDE DO MUNICÍPIO. MARCA GM - CORSA SEDAN PREMIUM	41.300,00	41.300,00
TOTAL GERAL					41.300,00

Contrato 111-2011 PREFEITURA

Contrato nº 111/2011 - Aquisição de 2 (dois) automóveis para o PROCON e para a Procuradoria Geral do Município. Referente ao processo licitatório nº 74/2011 PR nº 41/2011. Contratado: COLUSSI & CIA LTDA/CNPJ sob o nº 05.070.506/0001-90. Valor: R\$ 31.400,00. Prazo: 12 (doze) meses, ou seja, durante o período de vigência da garantia, contados da data de entrega do veículo.

ITEM	UNID	QTDE.	DESCRIÇÃO	R\$ UNID	TOTAL
02	UNID.	01	AUTOMÓVEL MOTOR 1.0, 8 VÁLVULAS, ANO/MODELO 2011/2012, COMBUSTÍVEL ÁLCOOL E GASOLINA, POTÊNCIA 75 CV ATÉ 80 CV, 05 PASSAGEIROS, PROTEÇÃO DE MOTOR, AR QUENTE, LIMPADOR E DESEMBAÇADOR DO VIDRO TRASEIRO, TRIO ELÉTRICO NAS QUATRO PORTAS, DIREÇÃO HIDRÁULICA, COR BRANCA, RÁDIO AM/FM, VIDROS VERDES COM PARABRISA LAMINADO, PÁRA-CHOQUE PINTADO NA COR DO VEÍCULO. ASSISTÊNCIA TÉCNICA NA SEDE DO MUNICÍPIO. MARCA FIAT MODELO PALIO FIRE ECONOMY 4 PORTAS	31.400,00	31.400,00
TOTAL GERAL					31.400,00

Contrato 34-2011 SAÚDE

Contrato 34/2011 FMS - acréscimo em 25% nas quantidades do contrato nº 109/10 para prestação de serviços e sessões de fisioterapia, referente ao processo licitatório nº 15/2010, IL 05/2010. Contratado: EQUILIBRIUM CLÍNICA DE FISIOTERAPIA LTDA. Valor: R\$ 5.700,00.

Editais de Notificação de Trânsito

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 053 1285/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AEN6023	55482540C	6599/2	14/07/2011	230 * V
AKS8847	55950189B	6610/2	14/11/2010	230 * VII
AKS8847	55950190B	6637/1	14/11/2010	230 * IX
ANU4788	54144942D	5274/2	07/08/2011	175
MAC1053	55477303C	6599/2	26/08/2011	230 * V
MAC1053	55477304C	6637/2	26/08/2011	230 * IX
MAC1053	55477305C	6637/1	26/08/2011	230 * IX
MFJ6173	55481720C	6599/2	06/08/2011	230 * V
MFW9660	55481458C	5010/0	07/08/2011	162 * I
MFW9660	55481459C	5169/1	07/08/2011	165
MIR1270	55108232C	5169/1	27/08/2011	165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 26 DE SETEMBRO DE 2011

LUIZ ANTONIO PIAZZON

DELEGADO REGIONAL - 10 DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 053 1286/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ABH5277	54145196D	5541/3	10/08/2011	181 * XVII
KMM9170	54145425D	6068/1	21/08/2011	209
LXI1880	55107495C	6530/0	29/08/2011	228
MAS1594	54146152D	5185/1	19/08/2011	167
MAS1594	54146153D	7366/2	19/08/2011	252 * VI
MAT8262	55481457C	6050/1	02/08/2011	208
MAU0250	54144960D	5410/0	05/08/2011	181 * IV
MDD1135	55951980B	5738/0	24/08/2011	186 * II
MDD1135	55951981B	5835/0	24/08/2011	195
MDD1135	55951982B	6050/2	24/08/2011	208
MEO8515	54145423D	6068/1	28/08/2011	209
MID8536	54144841D	7030/2	30/08/2011	244 * I
MIV2281	54144675D	5967/0	09/08/2011	203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 26 DE SETEMBRO DE 2011

OSMAR PEREIRA DIAS

AUTORIDADE MUNIC DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 053 1287/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AKK4846	55476016C	6920/0	10/05/2011	R\$ 127,69	233
DHK1758	55481802C	5045/0	26/06/2011	R\$ 191,53	162 * V
DHK1758	55481803C	5142/0	26/06/2011	R\$ 191,53	164 c/c 162 * V
DHK1758	55481804C	6637/1	26/06/2011	R\$ 127,69	230 * IX
GWQ0003	55479031C	5169/1	22/06/2011	R\$ 957,69	165
LXH4039	55478692C	6599/2	10/06/2011	R\$ 191,53	230 * V
MBD3789	55476029C	6920/0	24/05/2011	R\$ 127,69	233
MBF0817	55479474C	6599/2	22/06/2011	R\$ 191,53	230 * V
MBT2668	55478695C	6599/2	16/06/2011	R\$ 191,53	230 * V
MCM7056	55479398C	5010/0	18/06/2011	R\$ 574,61	162 * I
MDX9134	55482224C	5274/2	11/06/2011	R\$ 191,53	175
MEG3453	55481669C	5010/0	06/06/2011	R\$ 574,61	162 * I
MEO1376	55951967B	6599/2	28/06/2011	R\$ 191,53	230 * V
MEO1376	55951968B	5010/0	28/06/2011	R\$ 574,61	162 * I
MFE7226	55107099C	6920/0	25/04/2011	R\$ 127,69	233
MHV6690	55482515C	6599/2	25/06/2011	R\$ 191,53	230 * V
MHV6690	55482516C	6637/2	25/06/2011	R\$ 127,69	230 * IX

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 26 DE SETEMBRO DE 2011

LUIZ ANTONIO PIAZZON

DELEGADO REGIONAL - 10 DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 053 1288/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ABO1086	55288710B	5185/0	13/06/2008	R\$ 127,69	167
ANA3735	54145835D	7366/2	19/07/2011	R\$ 85,12	252 * VI
CPW6907	54145337D	6050/1	16/07/2011	R\$ 191,53	208
LZO5688	54145122D	5215/2	21/06/2011	R\$ 191,53	170
LZY1002	55481665C	7374/0	16/06/2011	R\$ 191,53	253
MAS4698	54145121D	5185/1	19/06/2011	R\$ 127,69	167
MBQ0272	55480510C	6050/1	14/07/2011	R\$ 191,53	208
MDC3859	54145399D	5541/1	22/06/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MDX9134	55482210C	5380/0	11/06/2011	R\$ 85,12	181 * I
MDX9134	55482211C	5720/0	11/06/2011	R\$ 127,69	186 * I
MDX9134	55482212C	5797/0	11/06/2011	R\$ 191,53	191
MDX9134	55482213C	5835/0	11/06/2011	R\$ 127,69	195
MDX9134	55482222C	6084/1	11/06/2011	R\$ 127,69	211
MDX9134	55482223C	5959/1	11/06/2011	R\$ 191,53	203 * IV
MEU8741	54145152D	5967/0	24/06/2011	R\$ 191,53	203 * V
MEX0276	54145380D	5746/3	19/04/2011	R\$ 85,12	187 * I
MGF6531	54145109D	5720/0	15/06/2011	R\$ 127,69	186 * I
MHV6690	55482517C	7030/2	25/06/2011	R\$ 191,53	244 * I
MIB9056	54145051D	5185/1	17/06/2011	R\$ 127,69	167

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 26 DE SETEMBRO DE 2011

OSMAR PEREIRA DIAS

AUTORIDADE MUNIC DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 584 502/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AEK6931	8584036516	7463/0	26/06/2011	218 * II
AIA3738	8584040088	7463/0	07/08/2011	218 * II
DIR5773	8584040080	7463/0	07/08/2011	218 * II
HRU8417	8584000566	7455/0	28/04/2010	218 * I
IRH6092	8584040041	7455/0	06/08/2011	218 * I
LXX4925	8584040120	7463/0	08/08/2011	218 * II
MDR0609	8584014282	7463/0	30/10/2010	218 * II
MDX9134	8584040222	7455/0	09/08/2011	218 * I
MEB5699	8584040003	7455/0	05/08/2011	218 * I
MEH6871	8584040028	7463/0	05/08/2011	218 * II
MGD3024	8584040065	7455/0	06/08/2011	218 * I
MIK6653	8584040187	7463/0	04/08/2011	218 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 26 DE SETEMBRO DE 2011

OSMAR PEREIRA DIAS

AUTORIDADE MUNIC DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 6

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 584 503/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AAN8998	8584037319	7471/0	03/07/2011	R\$ 574,61	218 * III
AAN8998	8584037321	7471/0	03/07/2011	R\$ 574,61	218 * III
ACE9482	8584036613	7463/0	24/06/2011	R\$ 127,69	218 * II
ACW0647	8584036097	7455/0	22/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
ADV4995	8584032131	7463/0	03/05/2011	R\$ 127,69	218 * II
AFG1488	8584035267	7463/0	14/06/2011	R\$ 127,69	218 * II
AFG1488	8584035299	7463/0	14/06/2011	R\$ 127,69	218 * II
AHL6301	8584038391	7455/0	17/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
AKE8747	8584036637	7455/0	24/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
ALR9228	8584038982	7463/0	23/07/2011	R\$ 127,69	218 * II
ALY0006	8584036203	7455/0	23/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
AMO1984	8584034680	7455/0	05/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
AMV2642	8584036656	7455/0	24/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
AOF5504	8584029171	7463/0	17/03/2011	R\$ 127,69	218 * II
BDR9988	8584034565	7455/0	03/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
BGE0995	8584010317	7455/0	19/09/2010	R\$ 85,12	218 * I
CAE5443	8584032416	7455/0	07/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
CBA2197	8584010099	7455/0	14/09/2010	R\$ 85,12	218 * I
CJY7376	8584030249	7463/0	12/04/2011	R\$ 127,69	218 * II
CRD4090	8584034457	7455/0	02/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
DBH6416	8584036608	7463/0	24/06/2011	R\$ 127,69	218 * II
DBH6416	8584036610	7463/0	24/06/2011	R\$ 127,69	218 * II
DEB2950	8584037132	7463/0	30/06/2011	R\$ 127,69	218 * II
DFE3989	8584039001	7463/0	24/07/2011	R\$ 127,69	218 * II
DNO9870	8584030065	7455/0	09/04/2011	R\$ 85,12	218 * I
DQB8116	8584037223	7455/0	02/07/2011	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
DVO7531	8584028734	7463/0	19/03/2011	R\$ 127,69	218 * II
DWQ6765	8584034001	7455/0	26/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
GZP4986	8584035427	7455/0	17/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
HAY3840	8584036645	7455/0	24/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
HWA4726	8584037327	7463/0	03/07/2011	R\$ 127,69	218 * II
HWA4726	8584037370	7455/0	04/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
HWA4726	8584037405	7455/0	05/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
ICL7385	8584039066	7455/0	24/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
IKZ4963	8584037026	7455/0	29/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
JJB0693	8584037190	7455/0	01/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
JPk9732	8584029784	7455/0	03/04/2011	R\$ 85,12	218 * I
JYG9924	8584011039	7455/0	27/09/2010	R\$ 85,12	218 * I
JYO4211	8584031282	7455/0	21/04/2011	R\$ 85,12	218 * I
KLR8405	8584034960	7455/0	09/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
LXH0931	8584037199	7455/0	01/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
LXH3419	8584036389	7455/0	25/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
LXR8960	8584033932	7455/0	25/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
LXX4734	8584036437	7455/0	26/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
LYC9749	8584036035	7455/0	18/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
LYF2291	8584010382	7463/0	21/09/2010	R\$ 127,69	218 * II
LYG7303	8584029993	7463/0	07/04/2011	R\$ 127,69	218 * II
LYG7303	8584030165	7455/0	10/04/2011	R\$ 85,12	218 * I
LYJ6452	8584036299	7463/0	24/06/2011	R\$ 127,69	218 * II
LYJ6452	8584036438	7463/0	26/06/2011	R\$ 127,69	218 * II
LYJ7615	8584037007	7455/0	28/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
LYM0053	8584036636	7463/0	24/06/2011	R\$ 127,69	218 * II
LYN7439	8584038676	7455/0	21/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
LYN7439	8584038680	7455/0	21/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
LYW0389	8584032370	7455/0	07/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
LYW0389	8584032379	7463/0	07/05/2011	R\$ 127,69	218 * II
LZF3731	8584032043	7455/0	30/04/2011	R\$ 85,12	218 * I
LZL4241	8584037171	7455/0	01/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
LZN9595	8584037363	7455/0	04/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
LZN9611	8584036452	7455/0	26/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
LZQ1426	8584035560	7455/0	19/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
LZR0469	8584005759	7455/0	05/07/2010	R\$ 85,12	218 * I
LZT2170	8584034682	7471/0	05/06/2011	R\$ 574,61	218 * III

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LZT3316	8584035491	7455/0	18/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
MAM7866	8584035799	7455/0	08/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
MAN2989	8584037250	7455/0	02/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MAS1275	8584035748	7463/0	08/06/2011	R\$ 127,69	218 * II
MAV0036	8584035882	7455/0	10/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
MAX4791	8584036323	7455/0	24/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
MBD6270	8584009882	7455/0	10/09/2010	R\$ 85,12	218 * I
MBD8667	8584010780	7455/0	23/09/2010	R\$ 85,12	218 * I
MBN2376	8584009972	7455/0	11/09/2010	R\$ 85,12	218 * I
MBN2376	8584010027	7455/0	12/09/2010	R\$ 85,12	218 * I
MBN2583	8584032419	7455/0	07/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
MBP6183	8584036983	7463/0	28/06/2011	R\$ 127,69	218 * II
MBQ8020	8584037031	7455/0	29/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
MBQ8020	8584037252	7455/0	02/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MBR1598	8584030554	7455/0	14/04/2011	R\$ 85,12	218 * I
MCD2449	8584036283	7455/0	23/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
MCD5369	8584035081	7455/0	11/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
MCD5369	8584035082	7463/0	11/06/2011	R\$ 127,69	218 * II
MCF0362	8584036616	7463/0	24/06/2011	R\$ 127,69	218 * II
MCF2479	8584036668	7455/0	24/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
MCH6434	8584036188	7455/0	23/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
MCN5925	8584038894	7463/0	22/07/2011	R\$ 127,69	218 * II
MCT1503	8584037084	7455/0	29/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
MDA7974	8584037880	7463/0	10/07/2011	R\$ 127,69	218 * II
MDG0250	8584010878	7463/0	25/09/2010	R\$ 127,69	218 * II
MDH0431	8584036997	7455/0	28/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
MDH9137	8584029506	7455/0	31/03/2011	R\$ 85,12	218 * I
MDX4937	8584034652	7455/0	04/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
MEH4332	8584035830	7463/0	10/06/2011	R\$ 127,69	218 * II
MEK4435	8584030523	7455/0	14/04/2011	R\$ 85,12	218 * I
MEK8525	8584038601	7455/0	20/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MEK8570	8584034599	7455/0	04/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
MEM7899	8584032768	7455/0	14/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
MEU8741	8584036988	7463/0	28/06/2011	R\$ 127,69	218 * II
MEU8741	8584037097	7471/0	29/06/2011	R\$ 574,61	218 * III
MFB3883	8584009982	7455/0	12/09/2010	R\$ 85,12	218 * I
MFB6337	8584036641	7463/0	24/06/2011	R\$ 127,69	218 * II

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MFE4729	8584034126	7455/0	27/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
MFK5792	8584035537	7463/0	18/06/2011	R\$ 127,69	218 * II
MFN8693	8584010078	7455/0	14/09/2010	R\$ 85,12	218 * I
MFO8241	8584038930	7471/0	23/07/2011	R\$ 574,61	218 * III
MFR4587	8584034486	7471/0	02/06/2011	R\$ 574,61	218 * III
MFR7727	8584032796	7455/0	14/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
MFW2148	8584009965	7455/0	11/09/2010	R\$ 85,12	218 * I
MFW2148	8584010010	7471/0	12/09/2010	R\$ 574,61	218 * III
MFZ2706	8584036996	7455/0	28/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
MGB4138	8584031324	7455/0	21/04/2011	R\$ 85,12	218 * I
MGB7336	8584036198	7463/0	23/06/2011	R\$ 127,69	218 * II
MGF2393	8584030962	7463/0	18/04/2011	R\$ 127,69	218 * II
MGL1801	8584031409	7455/0	21/04/2011	R\$ 85,12	218 * I
MGM7847	8584036584	7455/0	27/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
MGR4436	8584032193	7463/0	04/05/2011	R\$ 127,69	218 * II
MGR9595	8584036634	7455/0	24/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
MGT0748	8584038223	7455/0	15/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MGT9839	8584010874	7455/0	25/09/2010	R\$ 85,12	218 * I
MGU4527	8584036665	7455/0	24/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
MGU8848	8584036456	7463/0	26/06/2011	R\$ 127,69	218 * II
MGV2696	8584035971	7463/0	21/06/2011	R\$ 127,69	218 * II
MGV7415	8584036483	7455/0	26/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
MHB0800	8584035922	7471/0	20/06/2011	R\$ 574,61	218 * III
MHC1726	8584036223	7463/0	23/06/2011	R\$ 127,69	218 * II
MHC6883	8584029480	7463/0	31/03/2011	R\$ 127,69	218 * II
MHG4836	8584035043	7455/0	10/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
MHM6588	8584036985	7455/0	28/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
MHP2953	8584032290	7463/0	06/05/2011	R\$ 127,69	218 * II
MHQ1385	8584035600	7463/0	19/06/2011	R\$ 127,69	218 * II
MHQ9554	8584036101	7455/0	22/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
MHR2126	8584025546	7463/0	09/02/2011	R\$ 127,69	218 * II
MHR2126	8584025548	7463/0	09/02/2011	R\$ 127,69	218 * II
MHR8439	8584038498	7455/0	19/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MHR8439	8584038954	7463/0	23/07/2011	R\$ 127,69	218 * II
MHT9530	8584035767	7455/0	08/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
MHV7509	8584034497	7463/0	02/06/2011	R\$ 127,69	218 * II
MHW0709	8584036401	7463/0	25/06/2011	R\$ 127,69	218 * II

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MHW0709	8584036537	7463/0	26/06/2011	R\$ 127,69	218 * II
MHX6223	8584030551	7455/0	14/04/2011	R\$ 85,12	218 * I
MHY3301	8584038569	7455/0	18/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MIA9203	8584035802	7455/0	08/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
MIB4137	8584031244	7455/0	21/04/2011	R\$ 85,12	218 * I
MIB4632	8584035308	7455/0	14/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
MIC2462	8584035758	7455/0	08/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
MIC8639	8584036316	7463/0	24/06/2011	R\$ 127,69	218 * II
MID0071	8584034816	7455/0	06/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
MID8089	8584034791	7455/0	06/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
MIE4763	8584036104	7463/0	22/06/2011	R\$ 127,69	218 * II
MIE4763	8584036105	7463/0	22/06/2011	R\$ 127,69	218 * II
MIE4763	8584036576	7463/0	27/06/2011	R\$ 127,69	218 * II
MIG0852	8584036615	7455/0	24/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
MIG9531	8584032526	7455/0	09/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
MIH3329	8584038720	7455/0	22/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MIH9367	8584037163	7455/0	30/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
MIJ1062	8584038482	7455/0	19/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MIJ4319	8584035379	7463/0	16/06/2011	R\$ 127,69	218 * II
MIJ7903	8584036786	7455/0	18/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
MIK4289	8584033409	7455/0	24/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
MIM8111	8584035075	7463/0	11/06/2011	R\$ 127,69	218 * II
MIN0989	8584036669	7455/0	24/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
MIN0989	8584036670	7455/0	24/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
MIN5182	8584037029	7463/0	29/06/2011	R\$ 127,69	218 * II
MIT1732	8584036561	7455/0	27/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
MIT7143	8584037732	7455/0	06/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MIU1211	8584032798	7455/0	14/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
MIU7939	8584035313	7455/0	14/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
MJA5159	8584032519	7455/0	09/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
MJB6719	8584035785	7463/0	08/06/2011	R\$ 127,69	218 * II
MJB6719	8584035871	7455/0	10/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
MJP7929	8584035047	7463/0	10/06/2011	R\$ 127,69	218 * II
MMH4748	8584031233	7463/0	21/04/2011	R\$ 127,69	218 * II

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 26 DE SETEMBRO DE 2011

OSMAR PEREIRA DIAS

AUTORIDADE MUNIC DE TRANSITO

Ata 100-2011 PREFEITURA

Ata nº 100/2011 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 40/2011 – Registro de preços para aquisição de coturnos e uniformes compostos por calças, gandas, jaquetas e bonés, destinados aos agentes de segurança de trânsito da Guarda Municipal. Fornecedor: LECRUZ ROUPAS PROFISSIONAIS LTDA- CNPJ nº 02.538.222/0001-98– Curitiba, PR. Prazo: 12 meses.

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
1	90	CONJ	<p>Conjunto de uniformes composto por:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Calças em polycottoncedro 67% poliéster e 33% algodão na cor azul marinho, com 06 (seis) bolsos, reforço nos joelhos e entre pernas, com zíper met, cós duplo com 10 presilhas, botão no cós, bolsos chapados atrás e laterais das pernas com lapela e botão, costura dupla nos bolsos, no zíper e nas laterais das pernas, fechamento entre pernas com interlock bitola larga, travete de reforço nos bolsos, conforme fotos em anexos; • Camisas (Gandas) manga curta em polycottoncedro 67% poliéster e 33% algodão na cor azul marinho, gola esporte, botões frontais, 02 (dois) bolsos com prega macho, lapelas nos bolsos, ombros com botão; bordado logotipo da prefeitura no lado esquerdo do peito, em cima do bolso; bordado nome do servidor no lado direito do peito, na cor branca, em cima do bolso, grudado com velcro; conforme fotos em anexos; • Bonés em polycottoncedro 67% poliéster e 33% algodão na cor azul marinho; bordado logotipo da prefeitura na frente; conforme fotos conforme fotos em anexos; • Camisetas Básicas 100% poliéster, com bordado lado esquerdo peito símbolo da prefeitura e nas costas DITTESC, na cor azul marinho, conforme foto em anexos; • Blusas de lã colo fechado, com mangas compridas, na cor azul marinho, conforme foto em anexos. 	LECRUZ	212,98	19.168,20

2	45	UNID	Jaquetas em nylon 240x240 PVC impermeável, na cor azul marinho (cor padrão igual do conjunto de uniformes, item 1), forrada com nylon 100% poliamida, bolsos embutidos, fechamento com zíper; bordado logotipo da prefeitura; e bordado em branco nas costas a inscrição 'DITTESC'; conforme fotos em anexos.	LECRUZ	103,74	4.668,30
TOTAL GERAL						R\$23.836,50

Ata 15-2011 FUNDEMA

Ata nº 15/2011 – FUNDEMA - Pregão Presencial nº 12/2011 – Registro de Preços para Contratação de empresa(s) especializada(s) para prestação dos serviços de manutenção de Roçadeiras, podador, soprador e motosserra Stihl, sendo serviços de caráter preventivo e corretivo, com aplicação e fornecimento de peças genuínas da marca dos equipamentos ou originais de fábrica, mediante orçamento feito com peças genuínas da marca dos equipamentos e outro orçamento com peças homologadas pelas montadoras, com a livre escolha de quais peças de aplicação deverão ser feitas. Fornecedor: CAÇADOR COMÉRCIO DE MOTORES LTDA EPP – TORTELLI - CNPJ nº 11.291.722/0001-69. Caçador– SC- 12 meses.

ITEM	QUANT	DESCRIÇÃO	M.O R\$	PEÇAS %
1	7	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA COM APLICAÇÃO DE PEÇAS ORIGINAIS DA MARCA STIHL PARA ROÇADEIRAS	50,00	5%
VALOR ESTIMADO: R\$ 9.000,00				

ITEM	QUANT	DESCRIÇÃO	M.O R\$	PEÇAS %
2	3	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA COM APLICAÇÃO DE PEÇAS ORIGINAIS DA MARCA STIHL PARA PODADOR	50,00	5%
VALOR ESTIMADO: R\$ 3.500,00				

ITEM	QUANT	DESCRIÇÃO	M.O R\$	PEÇAS %
3	3	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA COM APLICAÇÃO DE PEÇAS ORIGINAIS DA MARCA STIHL PARA SOPRADOR	50,00	5%
VALOR ESTIMADO: R\$ 4.000,00				

ITEM	QUANT	DESCRIÇÃO	M.O R\$	PEÇAS %
4	2	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA COM APLICAÇÃO DE PEÇAS ORIGINAIS DA MARCA STIHL PARA MOTOSSERRA	50,00	5%
VALOR ESTIMADO: R\$ 2.500,00				

Ata 16-2011 FUNDEMA

Ata nº 16/2011 - FUNDEMA - Pregão Presencial nº 13/2011 - Registro de preços para aquisição de material de construção destinados a manutenção das atividades da FUNDEMA. Fornecedor: CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA - ME - CNPJ nº 02.698.562/0001-86. Caçador- SC- 12 meses.

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
2	14	m²	PORTA COMPLETA DIVISÓRIA 0,80 X 2,10 M	HANA	79,62	1.114,68
3	136	m²	FORRO DE PVC 200 X 8MM	FENIX	10,71	1.456,56
5	1,44	m²	JANELA DE FERRO BASCULANTE 60 X60CM	LAPEANA	94,70	136,37
6	1,20	m²	JANELA DE FERRO BASCULANTE 100 X60CM	LAPEANA	100,00	120,00
7	6	m²	JANELA DE FERRO DE CORRER 200 X 100 CM	LAPEANA	208,00	1.248,00
8	1	Unid	PORTA DE ABRIR DE FERRO 150 X 210 CM	LAPEANA	680,00	680,00
9	1	Unid	PORTA DE ABRIR DE FERRO 160 X 210 2 X 70 X 210	LAPEANA	1.280,00	1.280,00
10	17,89	m²	VIDRO LISO 4 MM		57,00	1.019,73
11	1.500	Unid	TIJOLO COMUM 6 FUROS 10 X 20 X 15 CM	CEACA	0,51	765,00
12	200	Unid	1/2 TIJOLO COMUM 6 FUROS	CEACA	0,51	102,00
13	8	m³	AREIA MÉDIA	69,00	552,00	
14	6	m³	BRITA Nº 01	MINEROCHA	53,99	323,94
15	12	Saco	CAL SEMI HIDRATADO SACO 20 KG	MAXICAL	6,95	83,40
16	15	Saco	CIMENTO PORTLAND SACO 50 KG	SUPREMO	22,00	330,00
17	35	m²	AZULEJO BRANCO 20 X 20 CM 1ª QUALIDADE	MAJOPAR	11,20	392,00
18	8	m²	PISO CERÂMICO 30 X 30 CM ANTIDERAPANTE PEI-4 1ª QUALIDADE	ALMEIDA	10,59	84,72
19	5	Saco	ARGAMASSA COLANTE SACO 5 KG	INKOR	3,00	15,00
20	4	Kg	REJUNTE BRANCO	INKOR	2,11	8,44
21	2	Unid	VASO SANITÁRIO STANDART BRANCO COM DESCARGA APARENTE COMPLETA	DECA	193,00	386,00
22	2	Unid	LAVATÓRIO DE COLUNA STANDART BRANCO COMPLETO	LUZARTE	61,37	122,74
23	2	Unid	CHUVEIRO ELÉTRICO PLÁSTICO POTÊNCIA MÍNIMA 5400 WATTS	SINTEX	23,47	46,94
24	2	Unid	TORNEIRA PARA LAVATÓRIO SIMPLES MESA CROMADA	PEVILON	19,16	38,32

25	1	Unid	TORNEIRA PARA TANQUE LONGA CROMADA	PEVILON	23,85	23,85
26	1	Unid	TANQUE FIBRA DE VIDRO 24 LITROS	FIBERBEU	170,00	170,00
27	2	Unid	RALO SANFONADO 100 MM	PLASTILIT	5,06	10,12
28	5	Unid	REGISTRO DE METAL CROMADO 1/2"	PEVILON	27,00	135,00
29	1	Unid	TORNEIRA PARA COZINHA CORMADA 1/2"	PEVILON	26,00	26,00
30	60	Metro	TUBO PVC ÁGUA FRIA 20 MM	FORTE-PLAST	1,29	77,44
31	50	Metro	TUBO PVC ESGOTO 100 MM	MULTILIT	5,40	270,00
32	30	Metro	TUBO PVC ESGOTO 50 MM	FORTI-PLAST	1,99	59,70
33	2	Unid	PORTA PAPEL HIGIÊNICO DE LOUÇA BRANCA	LUZARTE	84,00	168,00
34	2	Unid	PORTA TOALHA ACRÍLICO	VALPER	28,00	56,00
35	2	Unid	ASSENTO ALMOFADADO PARA VASO SANITÁRIO	ASTRA	43,23	86,46
36	5	Kg	PREGO 17 X 27	ARCELOR	5,49	27,45
37	5	Kg	PREGO 12 X 15	ARCELOR	7,55	37,75
38	5	Kg	ARAME RECOZIDO	ARAME-PAR	5,95	29,75
39	5	Barra	AÇO CA-50 3/8"	ARCELOR	24,99	124,95
40	5	Barra	AÇO CA-60 5MM	ARCELOR	6,70	33,50
41	6	Unid	C90 PVC ESGOTO 100 MM	MULTILIT	29,99	179,94
42	2	Unid	CONEXÃO TIPO "T" EM PVC PARA ESGOTO 100 MM	FORTE-PLAST	7,49	14,98
43	6	Unid	CONEXÃO TIPO "JOELHO" EM PVC PARA ÁGUA FRIA 20 MM	FORTE-PLAST	0,40	2,40
44	6	Unid	CONEXÃO TIPO "T" EM PVC PARA ÁGUA FRIA 20 MM	FORTE-PLAST	0,47	2,82
45	2	Unid	ADESIVO PARA TUBO PVC TUBO COM 75 GR	TIGRE	3,34	6,68
46	2	Unid	FITA VEDA ROSCA 12 MM X 10 M	TIGRE	1,53	3,06
47	1	Unid	TINTA ACRÍLICA COR BEGE GALÃO DE 18 LITROS	TINSUL	139,32	139,32
48	4	Unid	TINTA ESMALTE COR BRANCA LATA 1 KG	TINSUL	12,67	50,68
49	1.200	Unid	TELHA FRANCESA 1ª QUALIDADE	CEACA	1,20	1.440,00
50	15	Unid	GOIVOS CERÂMICA 1ª QUALIDADE	CEACA	2,90	43,50
51	37	Metro	RODAPÉ DE MADEIRA CANELA 7 CM		2,70	99,90
52	30	Unid	PARAFUSO PARA BUCHA Nº 8	CISER	0,27	8,10
53	30	Unid	BUCHA NÚMERO 8	CISER	0,05	1,50
54	4	Unid	EXTINTOR DE INCÊNDIO PQS 4 KG	PROSSEG	327,00	1.308,00

55	1	Unid	CAIXA DE GORDURA DE CONCRETO SIMPLES	ARTEFATO	29,00	29,00
TOTAL GERAL						R\$ 14.971,65

Ata 99-2011 PREFEITURA

Ata nº 99/2011 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 40/2011 – Registro de preços para aquisição de coturnos e uniformes compostos por calças, gandas, jaquetas e bonés, destinados aos agentes de segurança de trânsito da Guarda Municipal. Fornecedor: CURTUME VIPOSA S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO - CNPJ nº 83.054.437/0001-35– Caçador, SC. Prazo: 12 meses.

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
3	45	UNID	<p>• Coturno de segurança com cano em cordura, com fechamento em cadarço, em vaqueta hidrofugada, forrada em couro natural, com palmilha de construção em couro, bidensidade. Couro Vaqueta natural hidrofugada, na cor preta. Forro frontal: Couro natural reveste internamente a gáspea, proporcionando maior conforto térmico e absorve naturalmente o suor dos pés. Forro lateral: Cordura reveste internamente o cano, proporcionando maior conforto térmico e absorve naturalmente o suor dos pés, conforme foto em anexo. Tamanho e numeração dos Calçados:</p> <p>35 = 1 36 = 4 37 = 4 38 = 2 39 = 10 40 = 8 41 = 9 42 = 2 43 = 4 44 = 1</p>	VIPOSA	90,00	4.050,00

4	30	UNID	<p>• Botas cano longo para motociclista cano alto, com fechamento em fecho e velcro, com biqueira de aço, com forração em membrana SYMPATEX impermeável, confeccionada em couro 100% vaqueta de primeira qualidade com palmilha de conforto antimicrobicos e palmilha de construção em couro natural costurada pelo sistema strobel, com solado de POLIURETANO BASF BIDENSIDADE, com aditivo para alta resistência à hidrólise e alto grip de aderência, solado com tecnologia de INJEÇÃO DIRETA DESMA, desenho antiderrapante e sistema de amortecimento SHOCK ABSORBER, com refletivo no traseiro, conforme foto em anexo</p> <p>Tamanho e numeração dos Calçados:</p> <p>35 = 1 36 = 3 37 = 3 38 = 1 39 = 6 40 = 6 41 = 4 42 = 1 43 = 4 44 = 1</p>	VIPOSA	168,83	5.064,90
5	12	UNID	<p>• Botina de segurança confeccionada em couro vaqueta de primeira qualidade, na cor preta, com elástico lateral, solado em PU injetado bidensidade direto no cabedal, palmilha antibactericida, conforme foto em anexo.</p> <p>Tamanho e numeração dos Calçados:</p> <p>37 = 4 38 = 4 39 = 2 41 = 2</p>	VIPOSA	43,96	527,52
TOTAL GERAL						R\$ 9.642,42

Campo Alegre

PREFEITURA

Portaria Nº 8.451 de 19 de Setembro de 2011

GABINETE DA PREFEITA

PORTARIA Nº 8.451 DE 19 DE SETEMBRO DE 2011

ALTERA DISPOSIÇÕES DO ART. 3º DA PORTARIA Nº 8.444 DE 15 DE SETEMBRO DE 2011.

A Prefeita em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 71, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal; RESOLVE:

Art.1º) Alterar as disposições do Art. 3º da Portaria nº 8.444 de 15 de setembro de 2011, o qual passa a ter a seguinte redação:

Art.3º) A diferença de vencimentos de que tratam as Progressões concedidas nos Artigos 1º; 2º e seus respectivos Parágrafos únicos, desta Portaria, conforme Processo Administrativo nº 911/2011, importam o valor de R\$ 691,11 (seiscentos e noventa e um reais, onze centavos), já devidamente corrigido pelo INPC, já descontado o valor de R\$ 83,65 (oitenta e três reais, sessenta e cinco centavos), referente a Contribuição da Servidora ao IPRECAL, o valor Patronal de R\$ 167,30 (cento e sessenta e sete reais, trinta centavos), tendo como base para o cálculo o valor de R\$ 760,45 (setecentos e sessenta reais, quarenta e cinco centavos).

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 15 de setembro de 2011.

Art.3º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita em Exercício do Município de Campo Alegre/SC, 19 de setembro de 2011.

ALICE BAYERL GROSSKOPF

Prefeita Municipal em Exercício

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/09/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete da Prefeita em Exercício

Portaria Nº 8.452 de 19 de Setembro de 2011

PORTARIA Nº 8.452 DE 19 DE SETEMBRO DE 2011

CONCEDE PROGRESSÕES HORIZONTAIS POR CAPACITAÇÃO E DESEMPENHO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

A Prefeita em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 333, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal por Desempenho a Servidora Pública Municipal - Auxiliar de Enfermagem - MARIA DE LURDES CÂNDIDO DA ROSA, Matrícula Funcional nº 000252, Registro no Sistema sob nº 788900, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

Parágrafo único: A Progressão que trata o caput deste Artigo dá-se

em razão da Progressão obtida pela avaliação de Desempenho, passando do Nível 4 Sub-Nível 42, Referência D para Nível 4 Sub-Nível 42 Referência E no valor de R\$ 1.011,70 (um mil, onze reais, setenta centavos) mensais, do Anexo V - Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, a partir de 01 de setembro de 2008.

Art.2º) Conceder Progressão Horizontal por Capacitação a Servidora Pública Municipal já mencionada no Artigo 1º desta Portaria.

Parágrafo único: A Progressão que trata o caput deste Artigo dá-se em razão da Progressão obtida pela avaliação de Desempenho pela apresentação de Certificados de Cursos de capacitação ou aperfeiçoamento, passando do Nível 4 Sub-Nível 42, Referência E para Nível 4 Sub-Nível 42 Referência F no valor de R\$ 1.042,05 (um mil, quarenta e dois reais, cinco centavos) mensais, do Anexo V - Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, a partir de 01 de setembro de 2008.

Art.3º) Conceder Progressão Horizontal por Desempenho a Servidora Pública Municipal - Auxiliar de Enfermagem - MARIA DE LURDES CÂNDIDO DA ROSA, Matrícula Funcional nº 000252, Registro no Sistema sob nº 788900, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, a partir de 01 de setembro de 2010.

Parágrafo único: A Progressão que trata o caput deste Artigo dá-se em razão da Progressão obtida pela avaliação de Desempenho, passando do Nível 4 Sub-Nível 42, Referência F para Nível 4 Sub-Nível 43 Referência A no valor de R\$ 1.301,07 (um mil, trezentos e um reais, sete centavos) mensais, do Anexo V - Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, a partir de 01 de setembro de 2010.

Art.4º) Conceder Progressão Horizontal por Capacitação a Servidora Pública Municipal já mencionada no Artigo 1º desta Portaria.

Parágrafo único: A Progressão que trata o caput deste Artigo dá-se em razão da Progressão obtida pela avaliação de Desempenho pela apresentação de Certificados de Cursos de capacitação ou aperfeiçoamento, passando do Nível 4 Sub-Nível 43, Referência A para Nível 4 Sub-Nível 43 Referência B no valor de R\$ 1.340,09 (um mil, duzentos e quarenta reais, e nove centavos) mensais, do Anexo V - Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, a partir de 01 de setembro de 2010.

Art.5º) A diferença de vencimentos de que tratam as Progressões concedidas nos Artigos 1º; 2º; 3º e 4º e seus respectivos Parágrafos únicos, desta Portaria, conforme Processo Administrativo nº 905/2011, importam o valor líquido de R\$ 3.783,03 (três mil, setecentos e oitenta e três reais, três centavos), devidamente corrigido pelo INPC, já descontado o valor de R\$ 443,92 (quatrocentos e quarenta e três reais, noventa e dois centavos), referente a Contribuição da Servidora ao IPRECAL, o valor Patronal de R\$ 887,85 (oitocentos e oitenta e sete reais, oitenta e cinco centavos), tendo como base para o cálculo o valor de R\$ 4.035,66 (quatro mil, trinta e cinco reais, sessenta e seis centavos).

Art.6º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de setembro de 2008 e 01 de setembro de 2010 respectivamente.

Art.7º) Revogadas as disposições em contrário, especialmente a Portaria nº 8.449 de 15 de setembro de 2011.

Gabinete da Prefeita em Exercício do Município de Campo Alegre "SC", 19 de setembro de 2011.

ALICE BAYERL GROSSKOPF

Prefeita Municipal em Exercício

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
19/09/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete da Prefeita em Exercício

Portaria Nº 8.453 de 21 de Setembro de 2011

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº 8.453 DE 21 DE SETEMBRO DE 2011
ALTERA DISPOSIÇÕES DO ART. 1º DA PORTARIA Nº 7.437 DE 21
DE JULHO DE 2010.

A Prefeita em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 71, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal; RESOLVE:

Art.1º) Alterar as disposições do Art. 1º da Portaria nº 7.437 de 10 de Julho de 2010, o qual passa a ter a seguinte redação:

“Art.1º) Conceder 07 (zero sete) dias de férias a Servidora - JULIANA TEREZINHA DOS SANTOS, Professora, Matrícula nº 0000470, referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2009 à 31 de dezembro de 2009”.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 21 de julho de 2010.

Art.3º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita em Exercício do Município de Campo Alegre/ SC, 21 de setembro de 2011.
ALICE BAYERL GROSSKOPF
Prefeita Municipal em Exercício

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
21/09/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete da Prefeita em Exercício

Portaria Nº 8.454 de 21 de Setembro de 2011

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº 8.454 DE 21 DE SETEMBRO DE 2011
ALTERA DISPOSIÇÕES DOS ARTIGOS 1º E 2º DA PORTARIA Nº 7.817 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2010.

A Prefeita em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 71, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal; RESOLVE:

Art.1º) Alterar as disposições dos Artigos 1º e 2º da Portaria nº 7.817 de 21 de Dezembro de 2010, os quais passam a ter a seguinte redação:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de Férias a Professora - CÉLIA REGINA DRANCKA COELHO QUEIROZ, matrícula nº 000013, referente ao período aquisitivo 03 de julho de 2009 à 02 de julho de 2010.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 22 de dezembro de 2010 à 20 de janeiro de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 21 de dezembro de 2010.

Art.3º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita em Exercício do Município de Campo Alegre/ SC, 21 de setembro de 2011.
ALICE BAYERL GROSSKOPF
Prefeita Municipal em Exercício

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
21/09/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete da Prefeita em Exercício

RREO - 4º Bimestre

Município de CAMPO ALEGRE - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A AGOSTO 2011/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	21.257.924,61	21.257.924,61	3.655.003,93	17,19	14.284.191,82	67,19	6.973.732,79
RECEITAS CORRENTES	19.968.362,81	19.968.362,81	3.640.003,93	18,23	13.889.643,97	69,56	6.078.718,84
RECEITA TRIBUTÁRIA	2.271.826,26	2.271.826,26	332.314,91	14,63	1.676.142,98	73,78	595.683,28
IMPOSTOS	1.697.619,18	1.697.619,18	270.437,11	15,93	1.278.732,50	75,33	418.886,68
TAXAS	510.123,61	510.123,61	55.313,25	10,84	370.317,10	72,59	139.806,51
CONTRIBUICAO DE MELHORIA	64.083,47	64.083,47	6.564,55	10,24	27.093,38	42,28	36.990,09
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	1.085.447,59	1.085.447,59	165.892,00	15,28	684.501,75	63,06	400.945,84
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	549.242,53	549.242,53	73.802,67	13,44	302.725,32	55,12	246.517,21
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	536.205,06	536.205,06	92.089,33	17,17	381.776,43	71,20	154.428,63
RECEITA PATRIMONIAL	966.005,81	966.005,81	527.382,18	54,59	1.113.051,37	115,22	-147.045,56
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	1.721,68	1.721,68	39,19	2,28	139,33	8,09	1.582,35
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	964.284,13	964.284,13	527.342,99	54,69	1.112.912,04	115,41	-148.627,91
RECEITA DE SERVIÇOS	1.000.611,24	1.000.611,24	163.765,60	16,37	669.573,01	66,92	331.038,23
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	14.168.163,87	14.168.163,87	2.395.884,24	16,91	9.581.882,19	67,63	4.586.281,68
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	13.889.590,38	13.889.590,38	2.332.721,68	16,79	9.408.840,58	67,74	4.480.749,80
Transf. de Instituições Privadas	700,00	700,00	816,69	116,67	816,69	116,67	-116,69
Transf. de Pessoas	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00
Transf. de Conv.	277.373,49	277.373,49	62.345,87	22,48	172.224,92	62,09	105.148,57
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	476.308,04	476.308,04	54.765,00	11,50	164.492,67	34,53	311.815,37
Multas e Juros de Mora	68.515,88	68.515,88	27.546,70	40,20	68.765,21	100,36	-249,33
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	19.490,12	19.490,12	3.582,09	18,38	13.252,69	68,00	6.237,43
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	210.687,33	210.687,33	23.476,04	11,14	81.534,54	38,70	129.152,79
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atu	108.000,00	108.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	108.000,00
RECEITAS DIVERSAS	69.614,71	69.614,71	160,17	0,23	940,23	1,35	68.674,48
RECEITAS DE CAPITAL	1.289.561,80	1.289.561,80	15.000,00	1,16	394.547,85	30,60	895.013,95
ALIENAÇÃO DE BENS	1.561,80	1.561,80	0,00	0,00	0,00	0,00	1.561,80
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	1.561,80	1.561,80	0,00	0,00	0,00	0,00	1.561,80
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.288.000,00	1.288.000,00	15.000,00	1,16	394.547,85	30,63	893.452,15
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00	15.000,00	0,00	45.000,00	0,00	-45.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	1.288.000,00	1.288.000,00	0,00	0,00	349.547,85	27,14	938.452,15
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.098.485,07	1.098.485,07	147.605,88	13,44	605.160,25	55,09	493.324,82
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.098.485,07	1.098.485,07	147.605,88	13,44	605.160,25	55,09	493.324,82

Continua 1/3

Município de CAMPO ALEGRE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2011/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.098.485,07	1.098.485,07	147.605,88	13,44	605.160,25	55,09	493.324,82
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.098.485,07	1.098.485,07	147.605,88	13,44	605.160,25	55,09	493.324,82
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.098.485,07	1.098.485,07	147.605,88	13,44	605.160,25	55,09	493.324,82
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	22.356.409,68	22.356.409,68	3.802.609,81	17,01	14.889.352,07	66,60	7.467.057,61
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	22.356.409,68	22.356.409,68	3.802.609,81	17,01	14.889.352,07	66,60	7.467.057,61
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	22.356.409,68	22.356.409,68	3.802.609,81	17,01	14.889.352,07	66,60	7.467.057,61
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	867.232,88	—	—	867.232,88	—	—
Superávit Financeiro	—	867.232,88	—	—	867.232,88	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	21.279.560,81	1.126.976,27	22.406.537,08	2.185.595,25	12.789.843,05	2.925.991,24	10.691.257,62	47,71	11.715.279,46
DESPESAS CORRENTES	16.604.507,86	1.037.937,84	17.642.445,70	1.910.369,93	11.954.796,00	2.621.670,41	10.158.596,11	57,58	7.483.849,59
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.425.823,41	100.261,88	8.526.085,29	1.224.216,06	5.199.105,70	1.236.327,82	5.197.222,67	60,96	3.328.862,62
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	8.178.684,45	937.675,96	9.116.360,41	686.153,87	6.755.690,30	1.385.342,59	4.961.373,44	54,42	4.154.986,97

Continua 2/3

Município de CAMPO ALEGRE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2011/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	21.279.560,81	1.126.976,27	22.406.537,08	2.185.595,25	12.789.843,05	2.925.991,24	10.691.257,62	47,71	11.715.279,46
DESPESAS DE CAPITAL	2.798.325,35	89.038,43	2.887.363,78	275.225,32	835.047,05	304.320,83	532.661,51	18,45	2.354.702,27
INVESTIMENTOS	2.385.141,11	169.206,43	2.554.347,54	210.222,83	725.716,33	239.318,34	423.330,79	16,57	2.131.016,75
AMORTIZACAO DA DIVIDA	413.184,24	-80.168,00	333.016,24	65.002,49	109.330,72	65.002,49	109.330,72	32,83	223.685,52
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.876.727,60	0,00	1.876.727,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.876.727,60
Reserva de Contingencia do RPPS	1.706.727,60	0,00	1.706.727,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.706.727,60
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	1.076.848,87	-1.150,00	1.075.698,87	146.988,14	604.542,51	146.988,14	604.542,51	56,20	471.156,36
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.076.848,87	-1.150,00	1.075.698,87	146.988,14	604.542,51	146.988,14	604.542,51	56,20	471.156,36
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	22.356.409,68	1.125.826,27	23.482.235,95	2.332.583,39	13.394.385,56	3.072.979,38	11.295.800,13	48,10	12.186.435,82
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	22.356.409,68	1.125.826,27	23.482.235,95	2.332.583,39	13.394.385,56	3.072.979,38	11.295.800,13	48,10	12.186.435,82
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	3.593.551,94	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	22.356.409,68	1.125.826,27	23.482.235,95	2.332.583,39	13.394.385,56	3.072.979,38	14.889.352,07	48,10	12.186.435,82

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 1.409.134,22

FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE

Município de CAMPO ALEGRE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2011/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO – Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”)

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	21.279.560,81	22.406.537,08	2.185.595,25	12.789.843,05	2.925.991,24	10.691.257,62	94,65	47,71	11.715.279,46
Legislativa	464.349,00	464.349,00	32.692,69	242.333,85	32.060,62	226.474,37	2,00	48,77	237.874,63
Ação Legislativa	464.349,00	464.349,00	32.692,69	242.333,85	32.060,62	226.474,37	2,00	48,77	237.874,63
Administração	1.930.698,93	1.977.016,93	240.822,35	1.397.003,15	299.533,30	1.236.893,12	10,95	62,56	740.123,81
Administração Geral	1.473.619,66	1.519.937,66	174.328,27	1.096.945,22	224.792,31	949.608,58	8,41	62,48	570.329,08
Administração Financeira	309.079,27	309.079,27	31.206,85	177.047,49	39.453,76	164.274,10	1,45	53,15	144.805,17
Formação de Recursos Humanos	8.000,00	8.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.000,00
Administração de Receitas	140.000,00	140.000,00	35.287,23	123.010,44	35.287,23	123.010,44	1,09	87,86	16.989,56
Segurança Pública	197.745,31	256.745,31	14.129,17	82.899,56	19.518,89	49.070,07	0,43	19,11	207.675,24
Policimento	87.595,86	87.595,86	5.022,38	44.690,00	8.013,84	26.701,92	0,24	30,48	60.893,94
Defesa Civil	110.149,45	169.149,45	9.106,79	38.209,56	11.505,05	22.368,15	0,20	13,22	146.781,30
Assistência Social	476.519,46	672.659,46	58.024,58	324.765,83	82.969,30	254.151,37	2,25	37,78	418.508,09
Assistência ao Idoso	1.880,00	1.880,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.880,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	142.886,12	209.026,12	12.142,20	131.647,07	33.249,78	99.993,43	0,89	47,84	109.032,69
Assistência Comunitária	327.953,34	457.953,34	45.882,38	193.118,76	49.719,52	154.157,94	1,36	33,66	303.795,40
Fomento ao Trabalho	3.800,00	3.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.800,00
Previdência Social	2.882.527,60	2.882.527,60	147.694,54	614.828,96	152.674,23	606.340,35	5,37	21,04	2.276.187,25
Previdência do Regime Estatutário	2.882.527,60	2.882.527,60	147.694,54	614.828,96	152.674,23	606.340,35	5,37	21,04	2.276.187,25
Saúde	3.794.011,55	4.170.566,55	460.152,22	2.705.811,57	607.728,00	2.391.199,61	21,17	57,34	1.779.366,94
Atenção Básica	2.711.091,85	2.763.091,85	335.575,53	1.713.179,09	366.413,85	1.640.088,67	14,52	59,36	1.123.003,18
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	170.800,00	203.800,00	-310,34	201.245,86	29.680,77	128.811,05	1,14	63,20	74.988,95
Suporte Profilático e Terapêutico	841.324,51	1.086.604,51	115.267,55	725.603,60	163.801,78	566.306,89	5,01	52,12	520.297,62
Vigilância Sanitária	37.738,39	66.413,39	4.257,48	47.735,98	41.245,48	44.333,98	0,39	66,75	22.079,41
Vigilância Epidemiológica	25.706,80	43.306,80	5.362,00	18.047,04	6.586,12	11.659,02	0,10	26,92	31.647,78
Alimentação e Nutrição	7.350,00	7.350,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.350,00
Trabalho	24.700,00	24.700,00	5.900,00	18.821,50	2.521,09	11.601,71	0,10	46,97	13.098,29
Fomento ao Trabalho	24.700,00	24.700,00	5.900,00	18.821,50	2.521,09	11.601,71	0,10	46,97	13.098,29
Educação	5.293.213,25	5.392.251,13	643.212,33	3.581.850,11	713.122,34	2.660.385,99	23,55	49,34	2.731.865,14
Alimentação e Nutrição	174.500,00	182.695,00	0,00	176.662,45	31.052,15	72.005,43	0,64	39,41	110.689,57

Continua 1/4

Município de CAMPO ALEGRE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2011/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/4

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	21.279.560,81	22.406.537,08	2.185.595,25	12.789.843,05	2.925.991,24	10.691.257,62	94,65	47,71	11.715.279,46
Educação	5.293.213,25	5.392.251,13	643.212,33	3.581.850,11	713.122,34	2.660.385,99	23,55	49,34	2.731.865,14
Ensino Fundamental	3.372.088,62	3.482.931,50	444.572,12	2.509.819,69	464.479,56	1.717.776,58	15,21	49,32	1.765.154,92
Educação Infantil	1.746.624,63	1.726.624,63	198.640,21	895.367,97	217.590,63	870.603,98	7,71	50,42	856.020,65
Cultura	413.664,21	443.664,21	67.476,16	236.328,32	104.287,29	222.272,01	1,97	50,10	221.392,20
Difusão Cultural	413.664,21	443.664,21	67.476,16	236.328,32	104.287,29	222.272,01	1,97	50,10	221.392,20
Urbanismo	1.974.537,39	2.329.542,78	275.246,12	1.428.912,52	359.663,15	1.290.946,52	11,43	55,42	1.038.596,26
Infra-Estrutura Urbana	536.205,06	788.210,45	73.912,84	434.921,09	98.303,96	335.502,10	2,97	42,57	452.708,35
Serviços Urbanos	1.438.332,33	1.541.332,33	201.333,28	993.991,43	261.359,19	955.444,42	8,46	61,99	585.887,91
Habitação	14.200,00	14.200,00	148,00	148,00	148,00	148,00	0,00	1,04	14.052,00
Habitação Urbana	14.200,00	14.200,00	148,00	148,00	148,00	148,00	0,00	1,04	14.052,00
Saneamento	1.117.381,15	1.312.881,15	78.886,16	900.740,10	240.589,84	647.701,33	5,73	49,33	665.179,82
Saneamento Básico Urbano	1.117.381,15	1.297.381,15	78.886,16	895.540,10	240.589,84	642.501,33	5,69	49,52	654.879,82
Preservação e Conservação Ambiental	0,00	15.500,00	0,00	5.200,00	0,00	5.200,00	0,05	33,55	10.300,00
Gestão Ambiental	60.900,00	30.400,00	194,69	7.694,69	194,69	7.694,69	0,07	25,31	22.705,31
Preservação e Conservação Ambiental	60.900,00	30.400,00	194,69	7.694,69	194,69	7.694,69	0,07	25,31	22.705,31
Agricultura	380.429,72	426.929,72	38.502,48	315.547,93	74.408,48	265.615,93	2,35	62,22	161.313,79
Promoção da Produção Animal	22.100,00	28.600,00	0,00	25.000,00	5.000,00	10.000,00	0,09	34,97	18.600,00
Extensão Rural	358.329,72	398.329,72	38.502,48	290.547,93	69.408,48	255.615,93	2,26	64,17	142.713,79
Indústria	44.715,00	74.715,00	0,00	59.000,00	5.800,00	44.900,00	0,40	60,10	29.815,00
Promoção Industrial	44.710,00	44.710,00	0,00	29.000,00	800,00	27.400,00	0,24	61,28	17.310,00
Propriedade Industrial	5,00	30.005,00	0,00	30.000,00	5.000,00	17.500,00	0,15	58,32	12.505,00
Comércio e Serviços	856.729,00	550.317,00	3.176,04	44.770,41	16.487,15	30.569,56	0,27	5,55	519.747,44
Promoção Comercial	13.250,00	13.250,00	0,00	6.482,00	800,00	4.882,00	0,04	36,85	8.368,00
Turismo	843.479,00	537.067,00	3.176,04	38.288,41	15.687,15	25.687,56	0,23	4,78	511.379,44
Transporte	681.000,00	791.000,00	43.440,82	668.686,97	134.014,42	596.966,49	5,28	75,47	194.033,51
Transporte Rodoviário	681.000,00	791.000,00	43.440,82	668.686,97	134.014,42	596.966,49	5,28	75,47	194.033,51
Desporto e Lazer	89.055,00	89.055,00	10.894,41	50.368,86	15.267,96	38.995,78	0,35	43,79	50.059,22
Desporto de Rendimento	3.050,00	6.050,00	0,00	3.000,00	0,00	3.000,00	0,03	49,59	3.050,00
Desporto Comunitário	75.340,00	75.340,00	10.622,48	41.010,43	10.741,67	29.637,35	0,26	39,34	45.702,65

Continua 2/4

Município de CAMPO ALEGRE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2011/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/4

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	21.279.560,81	22.406.537,08	2.185.595,25	12.789.843,05	2.925.991,24	10.691.257,62	94,65	47,71	11.715.279,46
Desporto e Lazer	89.055,00	89.055,00	10.894,41	50.368,86	15.267,96	38.995,78	0,35	43,79	50.059,22
Lazer	10.665,00	7.665,00	271,93	6.358,43	4.526,29	6.358,43	0,06	82,95	1.306,57
Encargos Especiais	413.184,24	333.016,24	65.002,49	109.330,72	65.002,49	109.330,72	0,97	32,83	223.685,52
Refinanciamento da Dívida Interna	146.000,00	65.832,00	7.806,13	18.206,03	7.806,13	18.206,03	0,16	27,66	47.625,97
Serviço da Dívida Interna	267.184,24	267.184,24	57.196,36	91.124,69	57.196,36	91.124,69	0,81	34,11	176.059,55
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	170.000,00	170.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	170.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.076.848,87	1.075.698,87	146.988,14	604.542,51	146.988,14	604.542,51	5,35	56,20	471.156,36
Legislativa	7.000,00	7.000,00	617,74	4.408,11	617,74	4.408,11	0,04	62,97	2.591,89
Ação Legislativa	7.000,00	7.000,00	617,74	4.408,11	617,74	4.408,11	0,04	62,97	2.591,89
Administração	106.788,10	105.638,10	14.387,16	67.920,98	14.387,16	67.920,98	0,60	64,30	37.717,12
Administração Geral	77.990,64	76.840,64	12.709,40	60.891,25	12.709,40	60.891,25	0,54	79,24	15.949,39
Administração Financeira	28.797,46	28.797,46	1.677,76	7.029,73	1.677,76	7.029,73	0,06	24,41	21.767,73
Assistência Social	32.994,95	32.994,95	5.076,15	16.770,28	5.076,15	16.770,28	0,15	50,83	16.224,67
Assistência Comunitária	32.994,95	32.994,95	5.076,15	16.770,28	5.076,15	16.770,28	0,15	50,83	16.224,67
Saúde	259.731,69	259.731,69	38.171,29	155.401,04	38.171,29	155.401,04	1,38	59,83	104.330,65
Atenção Básica	259.731,69	259.731,69	38.171,29	155.401,04	38.171,29	155.401,04	1,38	59,83	104.330,65
Educação	488.608,35	488.608,35	63.920,70	259.881,97	63.920,70	259.881,97	2,30	53,19	228.726,38
Ensino Fundamental	263.567,68	263.567,68	33.315,65	137.623,25	33.315,65	137.623,25	1,22	52,22	125.944,43
Educação Infantil	225.040,67	225.040,67	30.605,05	122.258,72	30.605,05	122.258,72	1,08	54,33	102.781,95
Cultura	18.493,80	18.493,80	2.231,64	8.194,91	2.231,64	8.194,91	0,07	44,31	10.298,89
Difusão Cultural	18.493,80	18.493,80	2.231,64	8.194,91	2.231,64	8.194,91	0,07	44,31	10.298,89
Urbanismo	118.150,62	118.150,62	17.078,77	70.696,35	17.078,77	70.696,35	0,63	59,84	47.454,27
Serviços Urbanos	118.150,62	118.150,62	17.078,77	70.696,35	17.078,77	70.696,35	0,63	59,84	47.454,27
Saneamento	18.639,37	18.639,37	1.396,30	5.089,54	1.396,30	5.089,54	0,05	27,31	13.549,83
Saneamento Básico Urbano	18.639,37	18.639,37	1.396,30	5.089,54	1.396,30	5.089,54	0,05	27,31	13.549,83

Continua 3/4

Município de CAMPO ALEGRE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2011/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 4/4

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.076.848,87	1.075.698,87	146.988,14	604.542,51	146.988,14	604.542,51	5,35	56,20	471.156,36
Agricultura	26.441,99	26.441,99	4.108,39	16.179,33	4.108,39	16.179,33	0,14	61,19	10.262,66
Extensão Rural	26.441,99	26.441,99	4.108,39	16.179,33	4.108,39	16.179,33	0,14	61,19	10.262,66
TOTAL (III) = (I + II)	22.356.409,68	23.482.235,95	2.332.583,39	13.394.385,56	3.072.979,38	11.295.800,13	100,00	48,10	12.186.435,82

FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2011/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO X (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	1.894.447,88	1.894.447,88	301.838,34	1.366.021,71	72,11
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	635.893,74	635.893,74	70.452,56	517.229,93	81,34
1.1.1- IPTU	456.470,72	456.470,72	41.688,84	443.778,16	97,22
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	2.665,26	2.665,26	1.311,77	2.528,05	94,85
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	154.301,83	154.301,83	13.621,76	42.199,11	27,35
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	22.455,93	22.455,93	13.830,19	28.724,61	127,92
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	372.031,02	372.031,02	80.291,98	204.763,92	55,04
1.2.1- ITBI	372.018,72	372.018,72	80.291,98	204.763,92	55,04
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	12,30	12,30	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	577.811,52	577.811,52	110.770,31	464.880,80	80,46
1.3.1- ISS	560.418,14	560.418,14	108.132,80	451.043,36	80,48
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	5.124,62	5.124,62	614,77	2.320,00	45,27
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	8.519,59	8.519,59	1.291,54	6.697,83	78,62
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	3.749,17	3.749,17	731,20	4.819,61	128,55
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	308.711,60	308.711,60	40.323,49	179.147,06	58,03
1.4.1- IRRF	308.711,60	308.711,60	40.323,49	179.147,06	58,03
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	11.156.420,74	11.156.420,74	1.907.051,83	7.825.245,33	70,14
2.1- Cota-Parte FPM	5.851.228,19	5.851.228,19	965.796,19	4.292.368,57	73,36
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	5.851.228,19	5.851.228,19	965.796,19	4.292.368,57	73,36
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	4.588.087,56	4.588.087,56	802.532,83	3.052.013,47	66,52
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	28.437,13	28.437,13	4.337,64	17.350,56	61,01
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	82.189,83	82.189,83	14.323,38	49.265,15	59,94
2.5- Cota-Parte ITR	30.723,07	30.723,07	921,53	2.196,71	7,15
2.6- Cota-Parte IPVA	575.754,96	575.754,96	119.140,26	412.050,87	71,57
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)	13.050.868,62	13.050.868,62	2.208.890,17	9.191.267,04	70,43
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	541.726,39	541.726,39	93.795,30	326.537,16	60,28
5.1- Transferências do Salário-Educação	307.675,66	307.675,66	46.627,10	199.814,66	64,94
5.2- Outras Transferências do FNDE	234.050,73	234.050,73	47.168,20	126.722,50	54,14
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	471.753,96	471.753,96	57.149,32	155.464,41	32,95
6.1- Transferências de Convênios	471.753,96	471.753,96	57.149,32	155.464,41	32,95
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	-0,00	-0,00	0,00	0,00	0,00
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	1.013.480,35	1.013.480,35	150.944,62	482.001,57	47,56

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.231.284,15	2.231.284,15	381.409,94	1.558.059,06	69,83
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.170.245,64	1.170.245,64	193.159,18	858.473,51	73,36
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	917.617,51	917.617,51	160.506,39	610.402,06	66,52
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	5.687,43	5.687,43	867,52	3.470,08	61,01
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	16.437,97	16.437,97	2.864,68	2.864,68	17,43
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	6.144,61	6.144,61	184,28	439,26	7,15
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	115.150,99	115.150,99	23.827,89	82.409,47	71,57
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	3.270.344,59	3.270.344,59	535.545,63	2.130.894,41	65,16
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	3.263.550,12	3.263.550,12	527.039,18	2.102.254,52	64,42
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	6.794,47	6.794,47	8.506,45	28.639,89	421,52
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	1.032.265,97	1.032.265,97	145.629,24	544.195,46	52,72
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2011/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	2.573.143,74	2.672.181,62	390.132,59	1.557.295,13	58,28
13.1- Com Educação Infantil	1.288.525,67	1.288.525,67	203.151,96	823.607,83	63,92
13.2- Com Ensino Fundamental	1.284.618,07	1.383.655,95	186.980,63	733.687,30	53,03
14- OUTRAS DESPESAS	697.200,85	647.200,85	61.529,35	262.529,09	40,56
14.1- Com Educação Infantil	215.092,37	215.092,37	23.927,82	103.459,79	48,10
14.2- Com Ensino Fundamental	482.108,48	432.108,48	37.601,53	159.069,30	36,81
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	3.270.344,59	3.319.382,47	451.661,94	1.819.824,22	54,82
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL1 ((13 – 18) / (11) x 100) %					73,08
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2010 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					99.037,88
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2011 ²					99.037,88

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)³	3.262.717,16	3.262.717,16	552.222,54	2.297.816,76	70,43
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	2.918.614,70	2.960.419,70	372.902,90	1.585.294,06	53,55
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.503.618,04	1.503.618,04	227.079,78	927.067,62	61,66
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.414.996,66	1.456.801,66	145.823,12	658.226,44	45,18
24- ENSINO FUNDAMENTAL	1.766.726,55	1.815.764,43	224.582,16	892.756,60	49,17
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.766.726,55	1.815.764,43	224.582,16	892.756,60	49,17
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	4.685.341,25	4.776.184,13	597.485,06	2.478.050,66	51,88
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					544.195,46
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					28.639,89
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					99.037,88
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO ⁴					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					671.873,23
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					1.806.177,43
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					19,65

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	307.675,66	307.675,66	61.792,31	169.411,49	55,06
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	705.804,69	705.904,69	105.048,42	243.421,77	34,48
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	1.013.480,35	1.013.580,35	166.840,73	412.833,26	40,73
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	5.698.821,60	5.789.764,48	764.325,79	2.890.883,92	49,93
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELAMENTO EM 2011 (g)		
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	318.997,35		0,00		

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2011/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/3

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	512.194,75	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	2.102.254,52	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	1.994.887,57	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	28.639,89	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	648.201,59	0,00

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³ Caput do art. 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 99.037,88, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.

Campos Novos

PREFEITURA

Lei Complementar Nº 07 de 23/09/2011

LEI COMPLEMENTAR Nº 07 DE 23/09/2011

DISPÕE SOBRE O PLANO DE CARREIRA E REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Vilivaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

TÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Esta Lei Complementar estabelece as diretrizes do Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Municipal (profissionais de educação) e os critérios de avaliação para a concessão da progressão dos profissionais da educação.

Parágrafo único – O Plano de Carreira e Remuneração de que trata o “Caput” deste artigo será fundamentado na qualificação profissional e no desempenho, visando à melhoria da qualidade e a valorização dos profissionais da educação do município.

Art. 2º. Integram a carreira do Magistério, os profissionais que exercem atividades docentes, de direção e os especialistas que exercem atividades pedagógicas, em administração escolar, supervisão, orientação educacional e pedagogo com especialização em psicopedagogia.

TÍTULO II DOS CONCEITOS

Art. 3º. Para efeito da aplicação desta Lei Complementar, considera-se:

I. Plano de Carreira – conjunto de diretrizes e normas que estabelecem estrutura e procedimentos de cargos, remuneração e desenvolvimento dos profissionais da educação.

II. Carreira – é o agrupamento de cargos dos profissionais da educação integrantes do Plano de Cargos e Remuneração, observadas a natureza e complexidade das atribuições e habilitação profissional.

III. Cargo – conjunto de atribuições, deveres e responsabilidades cometidas ao profissional do magistério, previstas no plano de carreira e remuneração, de acordo com a área de atuação e formação profissional.

IV. Categoria funcional – conjunto de cargos reunidos em segmentos distintos, de acordo com a área de atuação e habilitação profissional – Docentes, Especialistas e Pedagogo com especialização em psicopedagogia.

V. Profissionais em Educação – conjunto de professores, especialistas e Pedagogo com especialização em psicopedagogia, ocupantes de cargos e funções do quadro do Magistério.

VI. Professor – membro do magistério que exerce atividades docentes nas áreas de atuação na educação infantil, ensino fundamental, educação especial, educação de jovens e adultos e no ensino médio.

VII. Especialistas em Assuntos Educacionais – membro do Magistério que desempenha atividades de administração escolar, supervisão escolar, orientação educacional, assistente técnico pedagógico e Pedagogo com especialização em psicopedagogia.

VIII. Vencimento – retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, com valor fixado em lei.

IX. Remuneração – vencimento do cargo de carreira, acrescido das vantagens pecuniárias, permanentes ou temporárias, estabelecidas em Lei.

X. Grupo Ocupacional – conjunto de cargos reunidos segundo formação, qualificação, atribuições, grau de complexidade e responsabilidade.

XI. Nível – graduação vertical ascendente, existente no Grupo Ocupacional Magistério, Especialistas e Pedagogo com especialização em psicopedagogia.

XII. Referência – graduação horizontal ascendente, existente em cada nível.

XIII. Progressão Funcional – deslocamento do servidor nos níveis e referências contidas no seu cargo.

XIV. Enquadramento – atribuição de novo cargo, grupo, nível e referência do servidor levando-se em consideração o cargo atualmente ocupado e habilitação do profissional da educação.

XV. Quadro de Pessoal – conjunto de cargos de provimento efetivo e estável dos profissionais de educação.

TÍTULO III DA ESTRUTURA BÁSICA DO PLANO DE CARREIRA

Art. 4º. O Plano de Carreira do Município será constituído de:

- I. Quadro de pessoal dos Profissionais de Educação;
- II. Tabela de valores de níveis e referências para o progresso horizontal;
- III. Habilitação profissional para o enquadramento e progressão vertical por titulação.

CAPÍTULO I DO QUADRO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Art. 5º - O Quadro de Pessoal de que trata este Plano de Carreira e Remuneração dos Profissionais da Educação é composto pelos cargos efetivos de Professor, Especialistas e Pedagogo com especialização em Psicopedagogia, criado e provido com os respectivos quantitativos fixados no Anexo PE I da presente Lei.

Parágrafo único – Os cargos de que trata o “caput” deste artigo estão especificados e classificados em níveis e referências conforme Anexo – PE II.

Art. 6º - Os cargos de provimento efetivo, referentes ao Grupo Ocupacional dos Profissionais da Educação – Magistério, têm as respectivas atribuições e habilitações profissionais estabelecidas na forma constante, dos Anexos – PE – III.

CAPÍTULO II DA TABELA DE UNIDADES DE VENCIMENTOS

Art. 7º - A tabela de unidades de vencimento será composta por níveis verticais para a graduação e referências horizontais, conforme Anexo – PE II, parte integrante desta Lei.

§ 1º - A tabela isonômica dos Profissionais da Educação obedecerá a um crescimento linear de 2% (dois por cento) na progressão horizontal por referência, cabendo 50% (cinquenta por cento) para a progressão por cursos de aperfeiçoamento ou capacitação e 50% (cinquenta por cento) para a progressão por desempenho.

§ 2º - Para habilitar-se a progressão prevista no parágrafo anterior, o profissional da educação deverá obter média de 50% (cinquenta por cento) na soma da pontuação possível da progressão por cursos e desempenho.

§ 3º - A progressão horizontal será sempre referente ao salário base da época que foi concretizada a progressão, não podendo ser atualizado quando houver progressão vertical, sendo atualizado somente quando houver revisão geral anual ou reajuste no salário base, com os mesmos índices.

Art. 8º - A tabela de remuneração está definida na tabela de valores, cujo ponto médio terá referência o custo médio aluno / ano considerando que:

I. O custo médio aluno / ano será calculado com base nos recursos que integram o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de valorização do Magistério e de acordo com o estabelecido na legislação pertinente.

II. O ponto médio da escala salarial corresponderá à média aritmética entre a menor e a maior remuneração possível dentro da carreira.

III. A remuneração média mensal dos docentes será equivalente ao custo médio aluno / ano, para uma função de 20 (vinte) horas de aula para as escolas multisseriadas e 16 (dezesseis) horas aula e 04 (quatro) horas atividades para as demais unidades, para uma relação média de 25 alunos por professor.

CAPÍTULO III DOS VENCIMENTOS E VANTAGENS

Art. 9º - Os profissionais em educação, designados a exercerem funções de direção na unidade educacional, receberão sobre o salário base, a seguinte vantagem não incorporável.

I. Diretor, gratificação de 60% (sessenta por cento);

II. Diretor Adjunto, gratificação de 50% (cinquenta por cento), para escolas acima de 600 (seiscentos) alunos;

III. Auxiliar de Direção, gratificação de 40% (quarenta por cento) para as escolas acima de 150 (cento e cinquenta) alunos;

IV. Secretário de Unidade Escolar, gratificação de 40% (quarenta por cento).

Parágrafo único – Para o desempenho de funções de Direção e Auxiliar de Direção o profissional de educação deverá preencher os seguintes requisitos:

I - Para o profissional da educação assumir o cargo de Diretor(a) de Escola, deverá possuir no mínimo dois anos de experiência no magistério municipal, excluído o tempo de estágio probatório, possuir efetividade e estabilidade no cargo, além de graduação e especialização na área da Educação Escolar. Assumindo o compromisso de dedicação exclusiva, ou seja, cumprir às 40 horas semanais na Unidade Escolar.

II - Para o profissional da educação assumir o cargo de Auxiliar de Direção, deverá possuir no mínimo dois anos de experiência no magistério municipal, excluído o tempo de estágio probatório, possuir efetividade e estabilidade no cargo, além de graduação e especialização na área da Educação Escolar. Assumindo o compromisso de dedicação exclusiva, ou seja, cumprir às 40 horas semanais na Unidade Escolar.

Art. 10º – O servidor ocupante do cargo do Magistério fará jus à gratificação de incentivo à regência de classe sobre o vencimento do cargo, considerando-se a carga horária de efetivo exercício, conforme sua área de atuação nos seguintes percentuais:

I. Escola Multisseriada no percentual de 35% (trinta e cinco por cento) sobre o salário base.

II. Escola Itinerante no percentual de 30% (trinta por cento) sobre o salário base.

III. do 1º a 5º ano do ensino fundamental um percentual de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o salário base;

VI. da 6ª a 9ª série do ensino fundamental no percentual de 20% (vinte por cento) sobre o salário base.

V. Na Educação Infantil no percentual de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o salário base;

VI. Serviço de Apoio, Especialista e Professores que eventualmente estiverem com readaptação de função, no percentual de 5% (cinco por cento) sobre o salário base.

Art. 11 - As gratificações de que tratam os artigos 9º e 10º, respectivamente serão suspensas quando o profissional em educação afastar-se das atividades inerentes ao seu cargo, exceto nos casos de licença maternidade, paternidade, prêmio e férias.

Art. 12 - Os valores das gratificações previstas por esta Lei não serão incorporadas ao valor do vencimento normalmente percebido pelo profissional em educação, bem como, não servirão de base para cálculo de qualquer outra vantagem, exceto no caso de licenças gestação, paternidade, prêmio e férias.

Art. 13 - O vencimento dos cargos pertencentes ao Grupo Pessoal do Magistério poderá ser pelo regime de 20 (vinte) e/ou 40 (quarenta) horas semanais para professores da educação infantil, das séries iniciais do ensino fundamental, especialistas e apoio pedagógico.

§ 1º - Com a concordância das partes, os Docentes dos Componentes Curriculares específicos, poderão desempenhar temporariamente a carga de 10, 20, 30 e 40 horas / semanal, mediante o aumento ou redução proporcional dos vencimentos a alteração da carga horária / semanal.

§ 2º - A alteração da carga horária / semanal prevista no parágrafo anterior, não gerará direito adquirido, extinta a necessidade o Profissional retorna a situação de origem.

Art. 14 - A critério da Secretária Municipal de Educação e Cultura, o professor poderá ministrar aulas acima do limite estabelecido no § 1º do artigo anterior e perceberá sob a forma de aulas excedentes, a base de 2,5% (dois vírgula cinco por cento) por aula, calculado sobre o vencimento do cargo efetivo, considerando a carga horária de 40 (quarenta) horas, não podendo ultrapassar a 08 (oito), 06 (seis), 04 (quatro) ou 02 (duas) aulas excedentes para as cargas horárias de 40 (quarenta), 30 (trinta), 20 (vinte) ou 10 (dez) horas semanais de trabalho, respectivamente.

§ 1º. Para a escolha das aulas excedentes, de que trata o "caput" deste artigo, será dada prioridade ao professor que contar com maior tempo de serviço na unidade escolar e havendo empate, aquele que tiver maior tempo de serviço no magistério público municipal.

§ 2º. Os valores percebidos a títulos de aulas excedentes não se incorporam em hipótese alguma à remuneração percebida servidor.

TÍTULO IV CAPÍTULO I DO INGRESSO

Art. 15- A investidura na carreira do Magistério Municipal dar-se-á por concurso público de provas ou de provas e títulos, após atendidos os pré-requisitos por esta Lei.

§ 1º - Comprovada a existência de vagas e a necessidade permanente na escola e a indisponibilidade de candidatos aprovados em concursos anteriores, deverá ser realizado concurso público para preenchimento das mesmas.

§ 2º - O prazo de validade do concurso público será de até (dois) anos, podendo ser prorrogado por igual período a critério da administração.

Art. 16 - O estágio probatório, tempo de exercício profissional a ser avaliado no período de 03 (três) anos, ocorrerá entre a posse e a investidura permanente no cargo.

CAPÍTULO II DO ENQUADRAMENTO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO – MAGISTÉRIO

Art. 17º - Havendo vaga no magistério público municipal e constatado a necessidade permanente, antes da abertura do concurso, o professor (docente) em carga horária/semanal de 20 (vinte) horas poderá ser reenquadrado de forma permanente para 40 horas aula/semanal, possuindo no mínimo 03 (três) anos de atividade incluindo o estágio probatório em regência de classe com 20 (vinte) horas/semanal.

Parágrafo Único. O reenquadramento previsto no caput, será precedido por edital público e observar-se-á os seguintes critérios para desempate:

- I – Professor (docente) com maior habilitação;
- II – Professor com maior tempo de serviço no Magistério Público Municipal;
- III – Professor mais idoso.

Art. 18 - Antes do reenquadramento, a Secretaria Municipal de Educação e Cultura deverá realizar a remoção, divulgando o quadro de vagas.

Para a classificação da remoção serão observados os seguintes critérios:

- I – Professor (docente) com maior habilitação;
- II – Professor com maior tempo de serviço no magistério público municipal;
- III – Professor mais idoso.

CAPÍTULO III DO PROGRESSO FUNCIONAL DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Art. 19 - A progressão funcional do Grupo Ocupacional dos Profissionais da Educação ocorrerá após o cumprimento do estágio probatório no nível do seu cargo, de acordo com sua habilitação conforme o Anexo PE II, da seguinte forma:

- I – Por nova titulação ou habilitação;
- II – Pela promoção por desempenho;
- III – Pela progressão por cursos de aperfeiçoamento.

Art. 20 - O progresso horizontal por aperfeiçoamento ou capacitação e por avaliação desempenho previsto neste capítulo, ocorrerá mediante a conquista de somente uma referência imediatamente superior, por evento.

SEÇÃO I DO PROGRESSO POR NOVA TITULAÇÃO OU HABILITAÇÃO

Art. 21 - Os servidores do Grupo Ocupacional Profissional de Educação poderão progredir verticalmente na carreira mediante apresentação de nova habilitação na área de atuação e a comprovação de no mínimo 03 (três anos) de exercício na área de ensino, incluindo o tempo de Estágio Probatório.

Parágrafo único – Terão "direito a progressão prevista no caput" deste artigo, todos os servidores do Magistério que preencherem os requisitos previstos nesta Lei Complementar.

Art. 22 - A progressão para nova titulação ou habilitação ocorrerá do atual nível para o nível imediatamente superior que estiver habilitado o profissional de educação, não implicando em mudança da área de atuação, disciplina ou estabelecimento de ensino.

Parágrafo único- O progresso funcional de que trata este artigo será requerido quando o servidor estiver de posse do diploma devidamente registrado, e efetuado no mês seguinte do Requerimento, desde que, preenchidos os demais requisitos previstos nesta Lei, e obedecida à titulação ou habilitação estabelecida no anexo PE III, incluindo o tempo de serviço em estágio probatório.

SEÇÃO II DA PROGRESSÃO POR CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO OU CAPACITAÇÃO

Art. 23 - O progresso por curso de aperfeiçoamento ou capacitação será realizado a cada dois anos de efetivo exercício, incluindo o servidor em estágio probatório, sempre no mês de outubro dos anos ímpares, ocorrendo de forma horizontal, de uma referência para a outra imediatamente superior.

Art. 24 - O Profissional da Educação fará jus ao progresso por curso de aperfeiçoamento ou capacitação ao apresentar 80 (oitenta) horas/aula na área de atuação ou formação profissional.

§ 1º. A carga horária de cursos excedente da progressão não poderá ser utilizada para novas progressões.

§ 2º. Cabe à Secretaria Municipal de Educação e Cultura oferecer cursos de Aperfeiçoamento ou Capacitação, mediante a carga horária prevista.

SEÇÃO III DA PROGRESSÃO POR DESEMPENHO

Art. 25 - O progresso por desempenho ocorrerá de forma horizontal de uma referência para outra imediatamente superior, mediante avaliação, para medir o desempenho do servidor do magistério no cumprimento das suas atribuições levando em consideração os seguintes critérios.

- I – produtividade;
- II – responsabilidade;
- III – disciplina;
- IV – assiduidade;
- V – conhecimentos específicos e pedagógicos.

Art. 26 - A avaliação de desempenho do servidor será realizada sempre no mês de outubro dos anos pares com ciência do mesmo, por uma comissão nomeada pelo Chefe do Poder Executivo e composta pelos seguintes membros:

- I – Três membros da Secretaria Municipal de Educação e Cultura sendo o Supervisor, Orientador e Diretor de Ensino e/ou outros membros para substituí-los;
- II – O diretor da Unidade Educacional onde o servidor atua;
- III – Um Especialista da Unidade Educacional ou outros membros da direção da Unidade Educacional.

§ 1º. O ocupante de cargo de direção e os especialistas efetivos e estáveis serão avaliados pelos membros da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, dois professores da unidade com maior habilitação e maior tempo de serviço na Unidade Escolar.

§ 2º. O servidor efetivo que ocupar cargo de secretário e diretor de departamento na Secretaria de Educação, serão avaliados pelo Conselho Municipal de Educação.

§ 3º. O servidor avaliado deverá estar presente na conclusão da avaliação e receber um parecer descritivo da mesma.

Art. 27 - O Sistema de avaliação e desempenho funcional será objeto de estudo das Secretarias de Educação e Administração e regulamentado por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 28 - O Profissional do Magistério que não alcançar na avaliação, os critérios mínimos estabelecidos, deverá participar de todas as orientações pedagógicas e cursos de capacitação específicos para melhoria do desempenho promovidos pela Secretaria Municipal de Educação, sem prejuízo dos dias letivos dos alunos.

Art. 29 - Fica prejudicada a progressão funcional referida no artigo anterior, quando o profissional da Educação sofrer uma das seguintes penalidades, durante o período aquisitivo.

- I – somar 02 (duas) penalidades de advertência registradas escritas (exposição de motivos);
- II – sofrer pena de suspensão disciplinar;
- III – completar 03 (três) faltas injustificadas ao serviço;
- IV – somar 05 (cinco) chegadas atrasadas ou saídas adiantadas.

TITULO V DA VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS

Art. 30 - A Administração Pública Municipal promoverá a valorização dos profissionais em educação, assegurando-lhes, nos termos do Estatuto e do Plano de Carreira e reestruturação do Magistério Público Municipal:

- I - ingresso, exclusivamente, por concurso público de provas ou de provas e títulos;
- II - piso salarial profissional de acordo com o Anexo PE;
- III - dedicação exclusiva ao cargo, no período do contrato;
- IV - qualificação funcional.

Art. 31 - A Critério da administração pública é assegurado ao membro do Magistério Público Municipal o aperfeiçoamento profissional continuado, com afastamento periódico remunerado para esse fim.

§ 1º. Para o afastamento de que trata esse artigo deverão ser obedecidos os seguintes critérios:

I – Os cursos de Pós-graduação, (Especialização, Mestrado e Doutorado) específicos para área da educação e que se enquadrem dentro da legislação regular de ensino (com frequência mínima de 75%).

II - A licença e a remuneração ficam condicionadas ao tempo coberto pela frequência ao curso e no máximo 2 (dois) anos.

§ 2º. Para candidatar-se ao direito à licença de que trata esse artigo, o membro do Magistério deverá:

I – estar atuando em regência de classe no Magistério Público Municipal; ou

II – estar atuando na área específica há 05 (cinco) anos, como membro efetivo do Magistério Público Municipal incluindo o Estágio Probatório;

§ 3º. A cada 05 (cinco) anos poderá ser concedida licença para aperfeiçoamento continuado a 05 (cinco) servidores;

§ 4º. Havendo mais candidatos para o direito de licença em relação às vagas, a escolha da vaga será feita por prova de conhecimento, permanecendo o empate observar-se-ão os seguintes critérios.

I – dedicação exclusiva;

II – maior tempo no serviço público municipal;

III – atuação na educação básica.

§ 5º. A licença para o aperfeiçoamento continuado será concedida somente nos casos em que não inviabilizar o funcionamento da unidade escolar, nem mesmo com contratações temporárias pela Secretaria de Educação.

§ 6º. O membro do magistério beneficiado por este artigo deverá permanecer por até 02 (dois) anos em atividades de magistério municipal, ou equivalente ao tempo de afastamento.

§ 7º. Ocorrendo a saída do beneficiado antes desse período, deverá ressarcir aos cofres públicos municipais os valores despendidos durante o licenciamento.

Art. 32 - A jornada de trabalho dos docentes da educação básica incluirá um percentual de 20% (vinte por cento) considerada como horas/atividades, destinadas à preparação e avaliação do trabalho didático, à colaboração com a administração da escola, às reuniões pedagógicas à articulação com a comunidade e ao aperfeiçoamento profissional, de acordo com a proposta pedagógica de cada escola que o profissional em educação estiver atuando.

Art. 33 - O Exercício da docência na carreira de magistério exige como qualificação mínima:

I – formação no ensino superior em curso de licenciatura de graduação plena, com habilitação específica em área própria, para a docência a partir da quinta série do ensino fundamental.

II – formação no ensino médio, na modalidade normal/magistério, para a docência na educação infantil e nas quatro primeiras séries

do ensino fundamental.

Art. 34 - Aos docentes em exercício e integrantes do magistério quanto ao período de recesso acompanham o calendário escolar determinado pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

ITULO VI LICENÇA PRÊMIO

Art. 35 - Os profissionais da educação terão direito a Licença Prêmio conforme a Lei Complementar Municipal nº 008/2010 de 08/12/2010.

TITULO VII DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Art. 36 - Aos alunos portadores de necessidades especiais será disponibilizado um professor da área de Educação Especial em sala de aula. Este será chamado de segundo professor de turma o qual terá as seguintes atribuições:

I - Nas séries iniciais e finais do ensino fundamental o segundo professor, habilitado em Educação Especial, tem por função integrar o aluno a turma juntamente com o professor titular para que o processo ensino aprendizagem ocorra de forma espontânea e progressiva de acordo com as variáveis do seu nível de dificuldade.

§ 1º. É previsto um segundo professor quando houver em turma, alunos com:

- a) Diagnóstico de deficiência múltipla, quando estiver associada à deficiência mental;
- b) Diagnóstico de deficiência mental que apresente dependência em atividades de vida prática;
- c) Diagnóstico de deficiência associado a transtorno psiquiátrico;
- d) Diagnóstico que comprovem sérios comprometimentos motores e dependência de vida prática;
- e) Diagnóstico de transtorno invasivo do desenvolvimento com sintomatologia exacerbada;
- f) Diagnóstico de transtorno de déficit de atenção com hiperatividade / impulsividade com sintomatologia exacerbada;

§2º. As atribuições do Segundo Professor serão:

- a) Planejar e executar, em conjunto com o professor titular, as atividades pedagógicas;
- b) Propor adequações curriculares nas atividades pedagógicas;
- c) Participar do conselho de classe;
- d) Tomar conhecimento antecipado do planejamento do professor regente, quando o educando estiver matriculado nas séries finais do ensino fundamental;
- e) Sugerir ajudas técnicas que facilitem o processo de aprendizagem do aluno da educação especial;
- f) Cumprir a carga horária de trabalho na escola, mesmo na eventual ausência do aluno;
- g) Participar de capacitações na área de educação.

TITULO VIII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 37 - Cabem as Secretarias de Administração e da Educação, a coordenação e implantação do presente Plano.

Art. 38 - O Chefe do Poder Executivo expedirá o ato necessário à plena execução das disposições da presente Lei Complementar.

Art. 39 - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias e vigentes.

Art. 40 - Não será permitida a substituição de professor, por

indicação do próprio profissional ausente, competindo a direção da unidade escolar suprir a ausência, e proceder as devidas comunicações ao Departamento de Pessoal.

Art. 41 - A descrição de funções/cargos está definida no anexo PE IV.

Art. 42 - A partir do dia 01 de agosto de 2011, fica concedido aos profissionais abrangidos pelo presente Plano, um reajuste de 10% (dez por cento), no valor do vencimento que vigora atualmente, estendido aos Servidores Públicos Municipais aposentados pelo regime próprio.

Art. 43 - Fica ajustado o Anexo - PE II em relação ao Nível M 02, para que seja adequado ao valor do vencimento ao Piso Salarial Profissional Nacional para os Profissionais do Magistério previsto na Lei nº 11.738/2008.

Parágrafo único – Fica convalidado, até a aprovação desta Lei, os pagamentos efetuados pelo Município de Campos Novos, aos profissionais da educação, que possuem habilitação em nível de magistério, tendo como rubrica ou título na folha de pagamento como complementação de vencimento de acordo com a Lei nº 11.738/2008, ou outra nomenclatura, mas com referência a Lei nº 11.738/2008.

Art. 44 - Ficam criados no Quadro de Pessoal do Magistério os seguintes cargos de provimento efetivo com as seguintes vagas:

I – 08 (oito) vagas de Assistente Técnico Pedagógico;

II – 03 (três) vagas de Administrador;

III – 03 (três) vagas de Supervisor;

IV – 03 (três) vagas de Orientador;

V – 04 (quatro) vagas de Pedagogo com especialização em Psicopedagogia.

§ 1º - Os vencimentos, a carga horária, o enquadramento e as atribuições dos cargos criados por este Artigo, constam dos Anexos da presente Lei.

§ 2º - Os profissionais de educação que já prestaram concurso público para Administrador, Supervisor e Orientador, ocuparão as vagas criadas por esse Artigo.

Art. 45 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros retroativos a 01 de agosto de 2011.

Art. 46 - Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Lei Complementar nº 01 de 15/12/98 e Lei nº 2.768 de 24/03/02.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, registrada e publicada a presente Lei Complementar em, 023de setembro de 2011.

VILIBALDO ERICH SCHMID
Prefeito Municipal

ANEXO-PE I
QUADRO DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO
CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

Cargo	Graduação Titular	Nível	Referências	Vagas
Professor	I	M 02	A à J	310
	II	M 03	A à J	
	III	M 04	A à J	
	IV	M 05	A à J	
	V	M 07	A à J	
Assistente Técnico Pedagógico	II	M 03	A à J	8
	III	M 04	A à J	
	IV	M 05	A à J	
	V	M 07	A à J	
Administrador	III	M 08	A à J	3
Supervisor		M 09	A à J	3
Orientador		M 10	A à J	3
Pedagogo com especialização em Psicopedagogia		M 11	A à J	4

ANEXO – PE II
QUADRO DE PESSOAL PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO -
MAGISTÉRIO - TABELA DE VALORES DE NÍVEIS E DE REFERÊNCIAS

Nível	Valor	10 Referências com 2% cada									
	R\$	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J
M 02	1.187,97	2%	4%	6%	8%	10%	12%	14%	16%	18%	20%
M 03	1.493,27	2%	4%	6%	8%	10%	12%	14%	16%	18%	20%
M 04	1.686,25	2%	4%	6%	8%	10%	12%	14%	16%	18%	20%
M 05	1.964,28	2%	4%	6%	8%	10%	12%	14%	16%	18%	20%
M 07	2.356,40	2%	4%	6%	8%	10%	12%	14%	16%	18%	20%
M 08	1.426,18	2%	4%	6%	8%	10%	12%	14%	16%	18%	20%
M 09	1.686,25	2%	4%	6%	8%	10%	12%	14%	16%	18%	20%
M 10	1.964,28	2%	4%	6%	8%	10%	12%	14%	16%	18%	20%
M 11	2.259,31	2%	4%	6%	8%	10%	12%	14%	16%	18%	20%

Obs: As referências são representadas por letras numa ordem crescente de "A" a "J", para cada referência é atribuído o percentual de 2% (dois por cento) sobre o salário base do nível, conforme tabela acima.

Os valores dos níveis – M 02, M 03, M 04, M 05, M 07, M 08, M 09, M 10 e M 11 para carga de 40h/semana.

Para os Professores admitidos em caráter temporário sem habilitação, que poderão exercer funções até 31 de dezembro de 2012, será pago o valor de R\$ 800,00 para carga horária de 40(quarenta) horas semanais.

ANEXO – PE III
TITULAÇÃO OU HABILITAÇÃO PROFISSIONAL
GRUPO () – PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO – MAGISTÉRIO

Cargo	Graduação	Habilitação Profissional/Requisitos
Professor	I	Habilitação específica na área do magistério, obtida em nível médio, na modalidade normal.
Professor, Assistente Técnico Pedagógico.	II	Habilitação específica de nível superior na área de atuação, licenciatura de graduação plena, em instituições superiores de educação.
Professor, Assistente Técnico Pedagógico.	III	Habilitação específica de nível superior na área de atuação, licenciatura de graduação plena, com especialização pós-graduação na área específica.
Professor, Assistente Técnico Pedagógico.	IV	Habilitação específica de nível superior na área de atuação, licenciatura de graduação plena, com especialização – Mestrado.
Professor, Assistente Técnico Pedagógico.	V	Habilitação específica de nível superior na área de atuação, licenciatura de graduação plena, com especialização – doutorado.
Administrador, Supervisor, Orientador, Pedagogo com especialização em Psicopedagogia.	III	Habilitação específica na área de atuação, ou graduação curso superior em pedagogia, com especialização - Mestrado.
Administrador, Supervisor, Orientador, Pedagogo com especialização em Psicopedagogia.	IV	Habilitação específica na área de atuação, ou graduação curso superior em pedagogia, com especialização – doutorado.
Administrador, Supervisor, Orientador, Pedagogo com especialização em Psicopedagogia.	V	Habilitação específica na área de atuação, ou graduação curso superior em pedagogia, com especialização – doutorado.

ANEXO – PE IV
Descrição das Atividades dos Cargos

A) Direção

- 1) Coordenar, acompanhar e avaliar a execução do Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar;
- 2) Coordenar o processo de implementação das diretrizes pedagógicas emanadas da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
- 3) Estudar e propor alternativas de solução, quando necessário atendendo situações emergenciais de ordem pedagógica e administrativa;
- 4) Participar do Conselho de Classe.
- 5) Organizar e coordenar conjuntamente com os Serviços Técnicos Pedagógicos e Técnicos Administrativos as estratégias de ensino que serão incorporadas ao planejamento anual da Unidade Escolar.
- 6) Aplicar normas, procedimentos e medidas administrativas emanadas pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
- 7) Manter fluxo de informações entre Unidade Escolar e os órgãos da Administração Municipal de Ensino.
- 8) Coordenar a elaboração do calendário Escolar e garantir seu cumprimento.
- 9) Cumprir e fazer cumprir a legislação em vigor, comunicando aos órgãos competentes as irregularidades no âmbito da Escola e aplicar medidas saneadoras.
- 10) Promover e articular a interação entre a Escola, Família e Comunidade;

11) Comunicar às autoridades competentes os casos de maus tratos, reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar dos alunos.

12) Registrar com exposição de motivos e de fazer ciência o docente e outros que não estiverem cumprindo com suas obrigações.

B) Secretário Unidade Escolar

1) Coordenar e executar as tarefas decorrentes dos encargos da secretaria;

2) Organizar e manter em dia o protocolo, o registro de assentamentos dos alunos e servidores de forma a permitir, em qualquer época do ano, a verificação da:

(a) Identidade e regularidade da vida escolar do aluno;

(b) Autenticidade dos conhecimentos dos documentos escolares;

3) Organizar e manter em dia a coletânea de leis, regulamentos, diretrizes, ordens de serviços, ofícios circulares, resoluções e demais documentos, bem como protocolo e o registros dos assentamentos funcionais dos Servidores da Unidade Escolar de forma a permitir atualização permanente da ficha funcional;

4) Redigir a correspondência que lhe for confiada;

5) Rever todo o expediente a ser submetido a despacho do Diretor;

6) Elaborar relatório e processos a serem encaminhados a autoridades superiores;

7) Apresentar ao Diretor, em tempo hábil, todos os documentos que devem ser assinados;

8) Coordenar e supervisionar as atividades referentes à matrícula, transferência, adaptação, dependência e conclusão do curso;

9) Zelar pelo uso adequado e conservação dos bens materiais distribuídos à secretaria;

10) Comunicar a Direção toda irregularidade que venha a ocorrer na secretaria ou mesmo na unidade escolar.

C) Especialistas

Administrador Escolar

Supervisor Escolar

Orientador Educacional

Pedagogo com especialização em Psicopedagogia

São atribuições Conjuntas dos Especialistas:

1) Subsidiar a direção na definição do calendário escolar.

2) Contribuir para que a Unidade Escolar cumpra sua função de socialização e construção do conhecimento.

3) Acompanhar o processo ensino-aprendizagem, atuando junto aos alunos, pais e professores, no sentido de propiciar a aquisição do conhecimento científico, erudito e universal, para que o aluno reelabore os conhecimentos adquiridos e elabore novos conhecimentos;

4) Acompanhar a adaptação de estudos, em caso de recebimentos de transferências de acordo com a legislação vigente;

5) Coordenar o processo de análise e seleção dos livros didáticos, obedecendo as diretrizes e os critérios estabelecidos pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura..

6) Garantir a articulação na Educação Básica.

7) Coordenar, organizar e atualizar a coleta de dados estatísticos que possibilitem a constante avaliação do processo educacional.

8) Contribuir para a criação, organização e funcionamento das diversas Entidades Escolares.

9) Promover ações que objetivem a diminuição dos índices de repetência e evasão escolar;

10) Promover e coordenar reuniões de estudos e conselho de classe, num constante trabalho para o aperfeiçoamento de todo o pessoal envolvido nos serviços de ensino.

11) Acompanhar com o corpo docente o procedimento didático-pedagógico garantindo a execução do currículo e a recuperação de estudos através de novas oportunidades a serem oferecidas aos alunos, previstos em Lei Vigente;

12) Contribuir para que a escola cumpra sua função social de socialização e construção do conhecimento;

13) Influir para que todos os funcionários da escola se comprometam com o atendimento às reais necessidades dos alunos;

14) Registrar o apoio pedagógico realizado junto ao corpo docente da U.E., quando solicitadas.

C.1) Administrador Escolar

1. Diagnosticar junto à comunidade (Direção, Especialistas, Professores, Pais e Alunos) as suas reais necessidades e recursos disponíveis;

2. Participar do Planejamento Curricular;

3. Participar com a Comunidade escolar, na construção do Projeto Político Pedagógico;

4. Organizar e distribuir os recursos humanos, físicos e materiais disponíveis na Unidade Escolar;

5. Providenciar, junto à administração superior, recursos financeiros, materiais, físicos e humanos necessários, à viabilização do Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar;

6. Acompanhar a execução do currículo, visando ao melhor uso de recursos, bem como a sua permanente manutenção e reposição;

7. Viabilizar aos profissionais da Unidade Escolar oportunidades de aperfeiçoamento, visando o Projeto Político Pedagógico;

8. Coletar, organizar e atualizar informações e dados estatísticos da Escola que possibilitem constante avaliação do processo educacional;

9. Coletar, atualizar e socializar a legislação de ensino e de administração de pessoal;

10. Coordenar o processo de elaboração e atualização do Projeto Político Pedagógico, garantindo o seu cumprimento, bem como nos processos de implantação de cursos e estatutos;

11. Assegurar a organização, atualização e trâmite legal dos documentos recebidos e expedidos pela Unidade Escolar;

12. Discutir com a comunidade escolar a quantidade, qualidade, preparo, distribuição e aceitação da merenda escolar, tomando providências para que sejam atendidas às necessidades do educando;

13. Contribuir para a criação, organização e funcionamento das diversas Associações escolares (APP, Grêmio Estudantil, Conselho Deliberativo e outros);

14. Auxiliar na organização do Conselho de Classe;

15. Participar na organização dos horários e admissão de pessoal;

16. Colaborar nos serviços de organização da Escola, auxiliando na promoção e eficácia do ensino aprendizagem;

17. Cooperar e dinamizar o processo educativo, avaliando e repensando constantemente, junto com toda a equipe técnico-pedagógica e administrativa, estratégias possíveis para melhor aperfeiçoamento;

18. Auxiliar no controle do patrimônio da Escola, bem como a sua distribuição;

C.2) Supervisor Escolar

1. Coordenar a elaboração do planejamento Curricular garantindo a articulação vertical dos conteúdos pedagógicos.

2. Participar do diagnóstico junto à comunidade Escolar identificando a situação pedagógica da escola.

3. Supervisionar o cumprimento do calendário escolar e das aulas ministradas previstas no horário;

4. Promover o aperfeiçoamento permanente dos professores, através de reuniões pedagógicas, encontros de estudos, visando a construção da competência docente.

5. Coordenar a construção do Projeto Político Pedagógico.

6. Coordenar juntamente com o Orientador e o Administrador, o Conselho de Classe em seu planejamento, execução, avaliação e desdobramentos;

7. Garantir que os procedimentos sejam escolhidos a partir de critérios pedagógicos;

8. Contribuir para que a Escola não se desvie de sua verdadeira função;
9. Auxiliar para que cada área do conhecimento recupere o seu significado e se articule com a globalidade do conhecimento historicamente construído;
10. Promover análise crítica de textos e a elaboração de materiais didáticos mais adequados aos alunos e coerentes com as concepções de Homem e de Sociedade que direcionem a ação pedagógica;
11. Buscar atualização permanente;
12. Acompanhar a execução do currículo;
13. Promover a avaliação permanente do currículo visando replanejamento.
14. Promover a participação dos pais e alunos na construção do Projeto Político Pedagógico.

C.3) Orientador Educacional

1. Promover a articulação Escola, Família e Comunidade;
2. Participar do diagnóstico da Escola, junto à comunidade escolar, identificando o contexto sócio-econômico-cultural em que o aluno está inserido;
3. Participar com a comunidade escolar na construção do projeto Político Pedagógico;
4. Estimular o acesso e a permanência do aluno na escola;(programa APOIA).
5. Participar da elaboração do Planejamento, garantindo que a realidade do aluno seja ponto de partida e o redirecionador permanente do currículo;
6. Promover a participação dos pais e alunos na construção do Projeto Político Pedagógico;
7. Contribuir para que a avaliação se desloque do aluno para o processo Pedagógico como um todo, visando ao replanejamento;
8. Contribuir para que aconteça a articulação, teoria e prática;
9. Estimular a participação dos Pais e Alunos no Conselho de Classe;
10. Promover a reflexão sobre as consequências sociais do processo de rotulação, discriminação e exclusão de classes;
11. Promover articulação trabalho-escola;
12. Estimular a reflexão coletiva de valores (liberdade, respeito, solidariedade, fraternidade, comprometimento social) a fim de que se concretize a concepção de sociedade no Projeto político Pedagógico;
13. Desenvolver o autoconceito, visando à aprendizagem do aluno, bem como a construção de sua identidade pessoal e social;
14. Acompanhar junto ao corpo docente o processo didático pedagógico garantindo a execução do currículo e a recuperação de estudos através, de novas oportunidades a serem oferecidas aos alunos, previstos na Lei Vigente;
15. Opinião sobre a aceitação de transferências.

C.4) Pedagogo com especialização em Psicopedagogia

1. Intervenção psicopedagógica visando à solução dos problemas de aprendizagem, tendo por enfoque o indivíduo ou a instituição de ensino.
2. Realização de diagnóstico e intervenção, mediante a utilização de instrumentos e técnicas próprios de Psicopedagogia.
3. Utilizar métodos, técnicas e instrumentos que tenham por finalidade a pesquisa, a prevenção, a avaliação e a intervenção relacionadas com a aprendizagem;
4. Consultoria e assessoria psicopedagógicas objetivando a identificação, a compreensão e a análise dos problemas no processo de aprendizagem;
5. Apoio psicopedagógico aos trabalhos realizados nos espaços institucionais;
6. Supervisão de profissionais em trabalhos teóricos e práticos.
7. Direção de serviços de Psicopedagogia.
8. Definir papéis na dinâmica relacional em busca de funções e identidades diante do aprender, além da escola no diálogo com a

família.

9. O Pedagogo com especialização em Psicopedagogia tem como função detectar a origem do problema.

D) Professor (Docente)

- 1) Ministras aulas com competências;
- 2) Participar da elaboração, execução do Projeto Político Pedagógico da Escola;
- 3) Participar do processo de análise e seleção de livros e materiais didáticos em consonância com as diretrizes e critérios estabelecidos pela Secretária Municipal de Educação e Cultura.
- 4) Elaborar o seu planejamento de acordo com o Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar;
- 5) Proporcionar aquisição do conhecimento científico, erudito e universal para que os alunos reelaborem os conhecimentos adquiridos e elaborem novos conhecimentos, respeitando os valores culturais artísticos e históricos próprios do contexto social do educando, garantindo-lhes a liberdade de criação e o acesso às fontes de culturas;
- 6) Promover uma avaliação, acompanhando e enriquecendo o desenvolvimento do trabalho do aluno, elevando-o a uma compreensão cada vez maior sobre o mundo e sobre si mesmo;
- 7) Aplicar as avaliações de acordo as normas fixadas;
- 8) Participar de processos coletivos de avaliação do próprio trabalho e da unidade escolar onde desenvolve suas atividades pedagógicas. Sujeito a mudanças conforme orientação.
- 9) Recuperar e realizar recuperação continuada e paralela de estudos com os alunos que durante o processo ensino-aprendizagem não dominarem o conteúdo curricular ministrado;
- 10) Participar ativamente do Conselho de Classe.
- 11) Participar da elaboração do calendário escolar;
- 12) Participar de reuniões de estudos, encontros, cursos, seminários, atividades cívicas, culturais, recreativas e outros eventos, que envolvam educandos, tendo em vista o seu constante aperfeiçoamento e envolvimento com a unidade escolar onde atua, e com isso primando pela melhoria e qualidade do ensino.
- 13) Cumprir rigorosamente o calendário escolar, bem como atender as convocações estabelecidas pela direção da U.E. cientes de que o não cumprimento resultará em falta (justificada ou injustificada), cientes que acarretará em desconto do vale alimentação.

D) Assistente Técnico Pedagógico

- 1) Participar de estudos e pesquisas de natureza técnica sobre administração geral e específica;
- 2) Elaborar programas para o levantamento, implantação e controle das práticas de pessoal;
- 3) Realizar a seleção, classificação e guarda documentação;
- 4) Participar da execução de programas e projetos educacionais;
- 5) Prestar auxílio no desenvolvimento de atividades relativas à assistência técnica aos segmentos envolvidos diretamente com o processo ensino-aprendizagem;
- 6) Auxiliar na distribuição dos recursos humanos, físicos e materiais disponíveis na escola;
- 7) Participar no planejamento curricular;
- 8) Ter o compromisso com o atendimento às reais necessidades escolares;
- 9) Participar dos conselhos de classe, reuniões pedagógicas e grupos de estudo;
- 10) Auxiliar na administração e organização das bibliotecas escolares;
- 11) Executar outras atividades de acordo com as necessidades da escola.

Decreto Nº 6.364 de 26/09/2011

DECRETO Nº 6.364 DE 26/09/2011

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Vilivaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.454/09 de 22/10/09 (Plano Plurianual), Lei nº 3.519 de 21/05/2010 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 3.582 de 09/12/2010 (Lei Orçamentária),

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Geral do Município, nas seguintes dotações orçamentárias orçamentárias:

ÓRGÃO: 06 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
UNIDADE: 19 - DEPARTAMENTO DA AGRICULTURA - GERÊNCIA PROJ/ATIV. 1.057- Construção de poços artesianos cisternas e conservação das águas
25-4.4.90.00.00.00.00.00.01.0024.0 - Aplicações Diretas R\$ 55.000,00

ÓRGÃO: 08 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO
UNIDADE: 25 - DEP DE MANUTENÇÃO E APOIO OPERACIONAL PROJ/ATIV. 1.010- Pavimentação e Asfaltamento de Ruas
41-4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.0 - Aplicações Diretas R\$ 150.000,00

ÓRGÃO: 14 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
UNIDADE: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PROJ/ATIV. 2.048- Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social
19-3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas R\$ 250.000,00

ÓRGÃO: 19 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
UNIDADE: 02 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FDO MUN DE SAÚDE
PROJ/ATIV. 2.064- Manutenção das Atividades do Fdo Mun de Saúde - Rec. Próprios
12-3.3.90.00.00.00.00.00.01.0002 - Aplicações Diretas R\$ 150.000,00

Art. 2º. Para a cobertura dos créditos previstos no Art. 1º, será utilizado o valor de R\$ 605.000,00 (seiscentos e cinco mil reais) provenientes da subtração do provável excesso da arrecadação de recursos próprios.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 26 de setembro de 2011.

VILIBALDO ERICH SCHMID
Prefeito Municipal

Aviso Pregão 40/2011

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 40/2011

O Município de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 13/10/2011 às 15:00 horas, na sala de reuniões da Prefeitura, Pregão Presencial do Tipo Menor Preço por Item, visando o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE LIXEIRAS MONOBLOCO EM PLÁSTICO VAZADO COM CAPACIDADE PARA 80L ACOMPANHADA DE SUPORTE DE METAL,

CONFORME ESPECIFICAÇÕES, PARA COLOCAÇÃO EM DIVERSAS RUAS DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br, ou na sede da Prefeitura, localizada temporariamente no Salão Paroquial, à Rua São João Batista, Praça Lauro Muller, no horário das 13:00 min às 17:30 horas diariamente.

Campos Novos, 28 de Setembro de 2011.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Extrato Contrato 382/2011 Processo 144/2010

EXTRATO DE CONTRATO Nº 382/2011 PROCESSO Nº114/10

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS
CONTRATADO: AMPLIAR CONSTRUÇÕES E PRE MOLDADOS LTDA
OBJETO: O município mediante a recomendação técnica, resolve contratar os serviços descritos na relação de serviços e materiais para aditivo, pelo valor de R\$ 61.379,80 (sessenta e um mil trezentos e setenta e nove reais e oitenta centavos), conforme orçamento apresentado pela empresa originário do Processo Licitatório Nº 114/2010, da EMPREITADA GLOBAL (MATERIAL E SERVIÇO) PARA CONSTRUÇÃO DE GINÁSIO DE ESPORTES ANEXO AO COLEGIO SANTA JULIA - MINISTERIO DO ESPORTE E LAZER NA CIDADE
VIGÊNCIA: 31/12/2011
DATA: 08/09/2011
CONTRATO: 382/2011

Extrato Contrato 383/2011 Processo 30/2011

EXTRATO DE CONTRATO Nº 383/2011 PROCESSO Nº 30/2011

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS
CONTRATADO: CN SYSTEM INFORMATICA LTDA
OBJETO: O município tem necessidade da contratação de 02 profissionais para apoio técnico aos laboratórios de informática e a Secretaria De Educação. Referente Processo Nº 30/2011 Tomada de Preço N º 01/2011.
VALOR: R\$ 9.375,00 (nove mil trezentos e setenta e cinco reais)
VIGÊNCIA: 31/12/2011
DATA: 08/09/2011
CONTRATO: 383/2011

Extrato Contrato 384/2011 Processo 116/2011

EXTRATO DE CONTRATO Nº 384/2011 PROCESSO Nº116/11

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS
CONTRATADO: AMPLIAR CONSTRUÇÕES E PRE MOLDADOS LTDA
OBJETO: O município mediante a recomendação técnica, resolve contratar os serviços descritos na relação de serviços e materiais para aditivo, pelo valor de R\$ 1.890,00(um mil oitocentos e noventa reais), devido a relocação de 13 rampas e instalação de 10 novas rampas. conforme orçamento apresentado pela empresa originário do Processo Licitatório Nº 116/2011, da EMPREITADA GLOBAL PARA CONSTRUÇÃO DE RAMPAS DE ACESSIBILIDADE.
VIGÊNCIA: 31/12/2011
DATA: 08/09/2011
CONTRATO: 384/2011

Extrato Contrato 385/2011 Processo 165/2011

EXTRATO DE CONTRATO Nº 385/2011 PROCESSO Nº165/11

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS
CONTRATADO: MACROMAQ- EQUIPAMENTOS LTDA

OBJETO: PEÇAS E SERVIÇOS PARA RECUPERAÇÃO TOTAL DA PARTE ELÉTRICA E REFORMA DA RETROESCAVADEIRA JCB Nº 64. CONFORME PROPOSTA PADRONIZADA.
VALOR: R\$ 30.819,80. (Trinta mil oitocentos e dezenove reais e oitenta centavos)
VIGÊNCIA: 31/12/2011
DATA: 09/09/2011
CONTRATO: 385/2011

Extrato Contrato 386/2011 Processo 149/2011

EXTRATO DE CONTRATO Nº 386/2011 PROCESSO Nº149/11

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS
CONTRATADO: JCAM - Serviços de Urbanização e Confecções Ltda ME
OBJETO: EMPREITADA GLOBAL COMPREENDENDO FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO DE PARALELEPÍPEDOS PARA A PAVIMENTAÇÃO DE 9210,13M² DE RUAS, COM ASSENTAMENTO DE MEIO FIO, CONFORME PROJETO E MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.
VALOR: R\$ 299.789,73 (Duzentos e noventa e nove mil setecentos e oitenta e nove reais e setenta e três centavos)
VIGÊNCIA: 31/12/2011
DATA: 09/09/2011
CONTRATO: 386/2011

Extrato Contrato 387/2011 Processo 50/2009

EXTRATO DE CONTRATO Nº 387/2011 PROCESSO Nº50/2009

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS
CONTRATADO: ALCIDES LUIZ SANTIN-ME
OBJETO: As partes, considerando os coeficientes adotados pelo DETER na Resolução 02/2011 de 31/05/2008, acordam em majorar os preços estabelecidos na cláusula terceira do contrato em 5% (cinco por cento). O contratado receberá o valor de R\$ 288,54 (duzentos e oitenta e oito reais e cinquenta e quatro centavos), correspondente a 126 Km rodados diariamente ao custo de R\$ 2,29 por Km.
VIGÊNCIA: 31/12/2011
DATA: 09/09/2011
CONTRATO: 387/2011

Extrato Contrato 388/2011 Processo 130/2011

EXTRATO DE CONTRATO Nº 388/2011 PROCESSO Nº130/2011

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS
CONTRATADO: MIA ARQUITETURA S/S LTDA ME
OBJETO: As partes acordam conforme cláusula terceira do contrato original 267/2011, processo 130/2011, Convite 88/2011 , que fica acrescido o aumento de 8,5% do valor Contratual, acrescendo valor de R\$ 4.001,80 (quatro mil um real e oitenta centavos), conforme solicitação feita pela empresa responsável, análise para identidade e segurança ao novo maciço vegetal da praça Lauro Muller de Campos Novos .
VIGÊNCIA: 31/12/2011
DATA: 09/09/2011
CONTRATO: 388/2011

Extrato Contrato 389/2011 Processo 151/2011

EXTRATO DE CONTRATO Nº 389/2011 PROCESSO Nº151/2011

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS
CONTRATADO: GL CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA
OBJETO: EMPREITADA GLOBAL PARA CONSTRUÇÃO DE UMA CRECHE NO BAIRRO NOSSA SENHORA DE LOURDES, CONFORME

PROJETO E MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.
VALOR: R\$ 499.350,98 (quatrocentos e noventa e nove mil trezentos e cinquenta reais e noventa e oito centavos)
VIGÊNCIA: 31/12/2011
DATA: 14/09/2011
CONTRATO: 389/2011

Extrato Contrato 390/2011 Processo 166/2011

EXTRATO DE CONTRATO Nº 390/2011 PROCESSO Nº166/2011

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS
CONTRATADO: DISTRIBUIDORA DE AUTO PEÇAS BERTELI LTDA
OBJETO: PEÇAS E SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES NA PROPOSTA PADRONIZADA.
VALOR: R\$ 19.763,60 (dezenove mil setecentos e sessenta e três reais e sessenta centavos)
VIGÊNCIA: 31/12/2011
DATA: 14/09/2011
CONTRATO: 390/2011

Extrato Contrato 391/2011 Processo 166/2011

EXTRATO DE CONTRATO Nº 391/2011 PROCESSO Nº166/2011

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS
CONTRATADO: MORAUTO AUTO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA
OBJETO: PEÇAS E SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES NA PROPOSTA PADRONIZADA.
VALOR: R\$ 11.948,73 (onze mil novecentos e quarenta e oito reais e setenta e três centavos)
VIGÊNCIA: 31/12/2011
DATA: 14/09/2011
CONTRATO: 391/2011

Extrato Contrato 392/2011 Processo 166/2011

EXTRATO DE CONTRATO Nº 392/2011 PROCESSO Nº166/2011

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS
CONTRATADO: FRANCHESCOLI SARTORI ME
OBJETO: PEÇAS E SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES NA PROPOSTA PADRONIZADA.
VALOR: R\$ 5.523,00 (cinco mil quinhentos e vinte e três reais)
VIGÊNCIA: 31/12/2011
DATA: 14/09/2011
CONTRATO: 392/2011

Extrato Contrato 393/2011 Processo 01/2007

EXTRATO DE CONTRATO Nº 393/2011 PROCESSO Nº01/2007

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS
CONTRATADO: TRANSPORTES LUCHETTA LTDA
OBJETO: As partes, considerando os coeficientes adotados pelo DETER na Resolução 02/2011 de 31/05/2008, acordam em majorar os preços estabelecidos na cláusula terceira do contrato em 5% (cinco por cento). O contratado receberá o valor de R\$ 251,32 (duzentos e cinquenta e um reais e trinta e dois centavos), correspondente a 122 Km rodados diariamente ao custo de R\$ 2,06 por Km.
VIGÊNCIA: 31/12/2011
DATA: 20/09/2011
CONTRATO: 393/2011

Extrato Contrato 394/2011 Processo 96/2011
EXTRATO DE CONTRATO Nº 394/2011 PROCESSO Nº 96/2011

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS
CONTRATADO: TRANSPORTES LUCHETTA LTDA
OBJETO: As partes, considerando os coeficientes adotados pelo DETER na Resolução 02/2011 de 31/05/2008, acordam em majorar os preços estabelecidos na cláusula terceira do contrato em 5% (cinco por cento). O contratado receberá o valor de R\$ 281,67 (duzentos e oitenta e um reais e sessenta e sete centavos), correspondente a 123 Km rodados diariamente ao custo de R\$ 2,29 por Km.
VIGÊNCIA: 31/12/2011
DATA: 20/09/2011
CONTRATO: 394/2011

Extrato Contrato 395/2011 Processo 96/2011
EXTRATO DE CONTRATO Nº 395/2011 PROCESSO Nº 96/2011

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS
CONTRATADO: TRANSPORTES LUCHETTA LTDA
OBJETO: As partes, considerando os coeficientes adotados pelo DETER na Resolução 02/2011 de 31/05/2008, acordam em majorar os preços estabelecidos na cláusula terceira do contrato em 5% (cinco por cento). O contratado receberá o valor de R\$ 267,93 (duzentos e sessenta e sete reais e noventa e três centavos), correspondente a 117 Km rodados diariamente ao custo de R\$ 2,29 por Km.
VIGÊNCIA: 31/12/2011
DATA: 20/09/2011
CONTRATO: 395/2011

Extrato de Contrato 74/2011 Processo 28/2011
EXTRATO DE CONTRATO 74/2011 PROCESSO 28/2011
EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO 28/2011

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS
CONTRATADA: DM PRODUTOS PARA SAUDE LTDA ME
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL LABORATORIAL PARA USO NO LABORATORIO DA UNIDADE BASICA DE SAUDE CENTRAL DO MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS
VALOR: R\$ 3.214,93 (três mil duzentos e quatorze reais e noventa e três centavos).
DATA: 18/07/2011
VIGÊNCIA: 31/12/2011
CONTRATO Nº 73/2011

Extrato do Contrato 281/2011 Processo 114/10
EXTRATO DE CONTRATO Nº 381/2011 PROCESSO Nº 114/10

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS
CONTRATADO: AMPLIAR CONSTRUÇÕES E PRE MOLDADOS LTDA
OBJETO: As partes acordam conforme parecer técnico e planilhas anexas, uma vez que houve falha de comunicação interna. A supressão de R\$ 84.421,40 (oitenta e quatro mil quatrocentos e vinte um reais e quarenta centavos) referente ao Processo Licitatório Nº 114/2010, contrato nº237/2010.EMPREITADA GLOBAL (MATERIAL E SERVIÇO) PARA CONSTRUÇÃO DE GINASIO DE ESPORTES ANEXO AO COLEGIO SANTA JULIA - MINISTERIO DO ESPORTE E LAZER NA CIDADE.
VIGÊNCIA: 31/12/2011
DATA: 06/09/2011
CONTRATO: 381/2011

Edital de Publicação Nº 26/2011 - CM
EDITAL DE PUBLICAÇÃO Nº 26/2011 - CM
LANÇAMENTO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA - ASFALTO

Vilivaldo Erich Schmid, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Arts. 17, 18, 413 e seguintes da Lei Complementar 01/2002 de 27/12/02, baixa Edital demonstrando os custos da obra, com fins de CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA, para ressarcimento parcial ou total ao erário público, dos valores despendidos nas obras de pavimentação, drenagem, meio-fio compreendendo as seguintes vias públicas da cidade de Campos Novos:

1. DO LOCAL

São beneficiadas as zonas formadas pelos imóveis lindeiros, as obras situadas na rua Rua Agenor Farias (Trecho da Rua João Cordeiro dos Santos até Rua Hercilio Rupp) com 704,00 m² de pavimentação.

2. MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO

O memorial descreve normas para a execução dos serviços de pavimentação, drenagem, meio-fio nas vias urbanas da cidade, compreendendo todas as atividades necessárias para a execução das obras, conforme memorial descritivo do projeto executivo de pavimentação anexo a este Edital.

3. DELIMITAÇÃO DA ZONA DE INFLUÊNCIA

A Contribuição de Melhoria será cobrada dos proprietários de imóveis situados nas áreas diretamente beneficiadas pela obra, ou seja, dos imóveis confrontantes com a rua, que foram valorizados conforme planilha em anexo.

4. DETERMINAÇÃO DA PARCELA ABRANGIDA PELA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

A cobrança de Contribuição de Melhoria terá como limite o custo da obra, computadas as despesas de estudos, projetos e todos os investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis das respectivas zonas de influência.

A determinação da Contribuição de Melhoria far-se-á de acordo com a valorização do imóvel, obedecendo aos índices cadastrais junto ao Cadastro Imobiliário Urbano, laudo anexo, que será acrescida ao valor venal do mesmo.

5. DETERMINAÇÃO DO FATOR DE ABSORÇÃO

O fator de absorção do benefício, em face da valorização dos imóveis, para as zonas diretamente atingidas é da ordem de 100% (cem por cento) tendo como limite máximo o custo da obra e, individualmente, o valor da efetiva valorização ocorrida no imóvel, apurada mediante procedimento administrativo que consta no laudo anexo, levando-se em conta, os índices cadastrais.

A Municipalidade participará no custo da obra com a importância de R\$ 51.118,74 (cinquenta e um mil cento e dezoito reais e setenta e quatro centavos), do orçamento, e mais os aditivos que eventualmente se fizerem necessários, face às alterações ou imprevistos ocorridos na obra.

6. PARCELA A SER FINANCIADA PELOS CONTRIBUINTES

A importância a ser absorvida pelos contribuintes será de R\$ 12.432,00 (doze mil quatrocentos e trinta e dois reais), de acordo com o laudo de valorização dos imóveis, parte integrante deste Edital.

7. DO CUSTO UNITÁRIO E TOTAL DA OBRA

O custo unitário e total para a realização da obra, de acordo com as benfeitorias realizadas nas ruas, é conforme abaixo.

Rua: Rua Agenor Farias (Trecho da Rua João Cordeiro dos Santos até Rua Hercilio Rupp)

Serviços: Pavimentação, Mão-de-Obra, Drenagem Pluvial, Meio Fio
Valor m²: R\$.18,50 (dezoito reais e cinquenta centavos)

Participação dos Contribuintes: R\$ 12.432,00 (doze mil quatrocentos e trinta e dois reais)

Participação da Municipalidade: R\$ 51.118,74 (cinquenta e um mil cento e dezoito reais e setenta e quatro centavos)

Valor Total da Obra: R\$ 63.550,74 (sessenta e três mil quinhentos e cinquenta reais e setenta e quatro centavos)

A despesa total para a realização das obras, meio fio, drenagem pluvial e calçamento deste Edital, será da ordem de R\$ 63.550,74 (sessenta e três mil quinhentos e cinquenta reais e setenta e quatro centavos).

8. FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento da contribuição de Melhoria da obra referida neste Edital será efetuado pelos contribuintes à Fazenda Municipal, obedecendo às seguintes condições:

8.1 Pagamento à Vista

A ser pago pelo contribuinte em conta única, por ocasião do final da obra. Sobre o valor será concedido desconto de 10% (dez por cento).

8.2 Pagamento Parcelado

A ser efetuado pelo contribuinte após a conclusão da obra, em até 24 (vinte e quatro) vezes, parcelas mensais, observando-se o disposto na Lei Complementar nº 02/07 de 30/04/07.

8.3 Opção de Pagamento

Ficará a critério do contribuinte, optar pela condição de pagamento que melhor lhe convier, podendo utilizar-se de uma ou mais condições previstas no presente Edital.

9. DISPOSIÇÕES GERAIS

- São partes integrantes deste Edital o memorial e projetos executivos da obra, planilha orçamentária, laudo técnico com a relação dos imóveis abrangidos, respectivos contribuintes e a valorização ocorrida.

- Os proprietários dos imóveis que serão beneficiados com a obra de que trata o presente Edital, tem o prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de publicação do mesmo, para a impugnação de quaisquer dos elementos constantes, que estão à disposição dos interessados no Departamento de Tributação e Arrecadação, durante o horário normal de expediente, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

- A impugnação deverá ser dirigida à Administração Municipal através de petição, que servirá para o início do processo administrativo, no qual o proprietário poderá reclamar contra eventuais erros de localização, cálculos, custo da obra e outros.

- Decorrido o prazo acima previsto, será emitido o carnê nas condições estabelecidas no item 8.

10. DISPOSIÇÕES FINAIS

Demais informações serão obtidas pelo contribuinte junto ao Departamento de Tributação e Arrecadação e Departamento Técnico.

Campos Novos, 09 de Setembro de 2011.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

EDITAL DE PUBLICAÇÃO Nº 26/2011 - CM

ANEXO I

Fator de absorção da valorização para os imóveis objetos da zona de influência das obras:

1. RUA AGENOR FARIAS

(trecho entre a Rua João Cordeiro Dos Santos até Rua Hercílio Rupp):

a) Valor do m² terreno sem asfalto - R\$ 15,55

b) Valor do m² terreno com asfalto - R\$ 26,44

A valorização imobiliária foi apropriada, utilizando-se como parâmetro a planta de valores genéricos utilizada pelo Município, e aplicada nas áreas beneficiadas pelas obras.

O laudo técnico elaborado por profissional com inscrição no CREA, e apoio de corretores inscritos no CRECI.

As obras desenvolvidas pelo município, constituem-se no

atendimento de uma das exigências mais frequentes da população urbana, qual seja a pavimentação de ruas.

A eleição dos trechos das ruas pavimentadas foi pactuada por critérios técnicos, levando-se em conta o restante da malha viária de forma a observar a continuidade e o fluxo viário como um todo.

Prefeitura de Campos Novos, 09 de Setembro de 2011.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Campos Novos (SC)

Rua Expedicionário João Batista de Almeida, 323 - Centro

www.camposnovos.sc.gov.br 49 3541-6200

CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA - ASFALTO

Rua: Rua Agenor Farias (Trecho da Rua João Cordeiro dos Santos até Rua Hercílio Rupp)

Valor Total da Obra (R\$): R\$ 63.550,74

Participação Prefeitura (%): 80,44%

Saldo (R\$): R\$ 12.432,00

Total em m²: 704,00

Valor do m²: R\$ 18,50

Nome	Lado	Area Asfalto	Valor Asfalto
HELIO DOS SANTOS	ESQUERDO	120,00	R\$ 2.220,00
ROBERTA ADRIANE SCHERZASKI	ESQUERDO	48,00	R\$ 888,00
CÉLIO ROSSI	ESQUERDO	48,00	R\$ 888,00
DORVALINO JOSE RODRIGUES	ESQUERDO	48,00	R\$ 888,00
GILMAR CARNEIRO	ESQUERDO	72,00	R\$ 1.332,00
FRANCISCA DUARTE RAYZEL	DIREITO	120,00	R\$ 2.220,00
JOÃO BATISTA DIAS DA SIQUEIRA	DIREITO	48,00	R\$ 888,00
EVA MARIA DA SILVA E ANGELICA A. DA SILVA	DIREITO	48,00	R\$ 888,00
CLAUCEDIR DURLI	DIREITO	120,00	R\$ 2.220,00

Edital de Publicação Nº 27/2011 - CM

EDITAL DE PUBLICAÇÃO Nº 27/2011 - CM

LANÇAMENTO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA - CALÇAMENTO

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Arts. 17, 18, 413 e seguintes da Lei Complementar 01/2002 de 27/12/02, baixa Edital demonstrando os custos da obra, com fins de CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA, para ressarcimento parcial ou total ao erário público, dos valores despendidos nas obras de pavimentação, drenagem, meio-fio compreendendo as seguintes vias públicas da cidade de Campos Novos:

1. DO LOCAL

São beneficiadas as zonas formadas pelos imóveis lindeiros, as obras situadas na rua Av. Caetano Belincanta Netto (Trecho Rua Danúsia Bess até Rua Santa Cruz) numa extensão de 215,64m/l, com 2.196,74 m² de pavimentação.

2. MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO

O memorial descreve normas para a execução dos serviços de pavimentação, drenagem, meio-fio nas vias urbanas da cidade, compreendendo todas as atividades necessárias para a execução das obras, conforme memorial descritivo do projeto executivo de pavimentação anexo a este Edital.

3. DELIMITAÇÃO DA ZONA DE INFLUÊNCIA

A Contribuição de Melhoria será cobrada dos proprietários de imóveis situados nas áreas diretamente beneficiadas pela obra, ou seja, dos imóveis confrontantes com a rua, que foram valorizados conforme planilha em anexo.

4. DETERMINAÇÃO DA PARCELA ABRANGIDA PELA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

A cobrança de Contribuição de Melhoria terá como limite o custo da obra, computadas as despesas de estudos, projetos e todos os investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis das respectivas zonas de influência.

A determinação da Contribuição de Melhoria far-se-á de acordo com a valorização do imóvel, obedecendo aos índices cadastrais junto ao Cadastro Imobiliário Urbano, laudo anexo, que será acrescida ao valor venal do mesmo.

5. DETERMINAÇÃO DO FATOR DE ABSORÇÃO

O fator de absorção do benefício, em face da valorização dos imóveis, para as zonas diretamente atingidas é da ordem de 100% (cem por cento) tendo como limite máximo o custo da obra e, individualmente, o valor da efetiva valorização ocorrida no imóvel, apurada mediante procedimento administrativo que consta no laudo anexo, levando-se em conta, os índices cadastrais.

A Municipalidade participará no custo da obra com a importância de R\$ 34.935,94 (trinta e quatro mil novecentos e trinta e cinco reais e noventa e quatro centavos), do orçamento, e mais os aditivos que eventualmente se fizerem necessários, face às alterações ou imprevistos ocorridos na obra.

6. PARCELA A SER FINANCIADA PELOS CONTRIBUINTES

A importância a ser absorvida pelos contribuintes será de R\$ 23.550,56 (vinte e três mil quinhentos e cinquenta reais e cinquenta e seis centavos), de acordo com o laudo de valorização dos imóveis, parte integrante deste Edital.

7. DO CUSTO UNITÁRIO E TOTAL DA OBRA

O custo unitário e total para a realização da obra, de acordo com as benfeitorias realizadas nas ruas, é conforme abaixo.

Rua: Av. Caetano Belincanta Netto (Trecho Rua Danúcia Bess até Rua Santa Cruz)

Serviços: Pavimentação, Mão-de-Obra, Drenagem Pluvial, Meio Fio

Valor Unitário m/l: R\$ 0,00 (vinte e dois reais)

Participação dos Contribuintes: R\$ 23.550,56 (vinte e três mil quinhentos e cinquenta reais e cinquenta e seis centavos)

Participação da Municipalidade: R\$ 34.935,94 (trinta e quatro mil novecentos e trinta e cinco reais e noventa e quatro centavos)

Valor Total da Obra: R\$ 58.486,50 (cinquenta e oito mil quatrocentos e oitenta e seis reais e cinquenta centavos)

A despesa total para a realização das obras, meio fio, drenagem pluvial e calçamento deste Edital, será da ordem de R\$ 58.486,50 (cinquenta e oito mil quatrocentos e oitenta e seis reais e cinquenta centavos).

8. FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento da contribuição de Melhoria da obra referida neste Edital será efetuado pelos contribuintes à Fazenda Municipal, obedecendo às seguintes condições:

8.1 Pagamento à Vista

A ser pago pelo contribuinte em conta única, por ocasião do final da obra. Sobre o valor será concedido desconto de 10% (dez por cento).

8.2 Pagamento Parcelado

A ser efetuado pelo contribuinte após a conclusão da obra, em até 24 (vinte e quatro) vezes, parcelas mensais, observando-se o

disposto na Lei Complementar nº 02/07 de 30/04/07.

8.3 Opção de Pagamento

Ficará a critério do contribuinte, optar pela condição de pagamento que melhor lhe convier, podendo utilizar-se de uma ou mais condições previstas no presente Edital.

9. DISPOSIÇÕES GERAIS

- São partes integrantes deste Edital o memorial e projetos executivos da obra, planilha orçamentária, laudo técnico com a relação dos imóveis abrangidos, respectivos contribuintes e a valorização ocorrida.

- Os proprietários dos imóveis que serão beneficiados com a obra de que trata o presente Edital, tem o prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de publicação do mesmo, para a impugnação de quaisquer dos elementos constantes, que estão à disposição dos interessados no Departamento de Tributação e Arrecadação, durante o horário normal de expediente, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

- A impugnação deverá ser dirigida à Administração Municipal através de petição, que servirá para o início do processo administrativo, no qual o proprietário poderá reclamar contra eventuais erros de localização, cálculos, custo da obra e outros.

- Decorrido o prazo acima previsto, será emitido o carnê nas condições estabelecidas no item 8.

10. DISPOSIÇÕES FINAIS

Demais informações serão obtidas pelo contribuinte junto ao Departamento de Tributação e Arrecadação e Departamento Técnico.

Campos Novos, 09 de Setembro de 2011.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

ANEXO I

Fator de absorção da valorização para os imóveis objetos da zona de influência das obras:

1. Av. Caetano Belincanta Netto

(trecho entre a Rua Caetano Carlos até Rua Santa Cruz):

a) Valor do m² terreno sem asfalto - R\$ 17,40

b) Valor do m² terreno com asfalto - R\$ 29,58

2. Av. Caetano Belincanta Netto

(trecho entre a Rua Danúcia Bess até Rua Caetano Carlos):

a) Valor do m² terreno sem asfalto - R\$ 15,55

b) Valor do m² terreno com asfalto - R\$ 26,44

A valorização imobiliária foi apropriada, utilizando-se como parâmetro a planta de valores genéricos utilizada pelo Município, e aplicada nas áreas beneficiadas pelas obras.

O laudo técnico elaborado por profissional com inscrição no CREA, e apoio de corretores inscritos no CRECI.

As obras desenvolvidas pelo município, constituem-se no atendimento de uma das exigências mais frequentes da população urbana, qual seja a pavimentação de ruas.

A eleição dos trechos das ruas pavimentadas foi pactuada por critérios técnicos, levando-se em conta o restante da malha viária de forma a observar a continuidade e o fluxo viário como um todo.

Prefeitura de Campos Novos, 09 de Setembro de 2011.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Campos Novos (SC)

Rua Expedicionário João Batista de Almeida, 323 - Centro

www.camposnovos.sc.gov.br 49 3541-6200

CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA - CALÇAMENTO

Rua: Av. Caetano Belincanta Netto (Trecho Rua Danúsia Bess até Rua Santa Cruz)

Valor Total da Obra (R\$): R\$ 58.486,50
 Participação Prefeitura (%): 59,73% Infraestrutura
 Saldo (R\$): R\$ 23.550,56
 Total em m²: 2196,74,
 Valor do m²: R\$ 22,00

Nome	Lado	Área Calçada	Valor Calçamento
Administradora	ESQUERDO	135,00	R\$ 2.970,00
Manuel Padilha Da Rosa	ESQUERDO	42,30	R\$ 930,60
José Padilha De Oliveira	ESQUERDO	83,25	R\$ 1.831,50
Noeli Garipuna Korb	ESQUERDO	68,85	R\$ 1.514,70
Ademir Ramos	ESQUERDO	18,00	R\$ 396,00
Marli T. Peixoto Matos e Itamar D. Alves Matos	ESQUERDO	51,48	R\$ 1.132,56
Angelino Fogaça	ESQUERDO	135,00	R\$ 2.970,00
Donizete e Jaqueline	ESQUERDO	56,00	R\$ 1.232,00
Mariza Lins Pereira	ESQUERDO	76,50	R\$ 1.683,00
Maria De Lourdes Cordeiro	ESQUERDO	36,45	R\$ 801,90
Hulse Antonio Enderlei	ESQUERDO	41,85	R\$ 920,70
João Enderle	ESQUERDO	78,30	R\$ 1.722,60
João Carlos Dos Santos	ESQUERDO	40,50	R\$ 891,00
Henriqueta Thibes Bleyer	DIREITO	207,00	R\$ 4.554,00

Capinzal

PREFEITURA

Decreto 068/2011

DECRETO Nº 068, DE 21 DE SETEMBRO DE 2011.
 Abre crédito adicional suplementar na forma que especifica.

Prefeito Municipal DE CAPINZAL, SC, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso V, da Lei Orgânica do Município e pelo art. 15 da Lei Municipal nº 2.941, de 08 de dezembro de 2010,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento do SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Capinzal e Ouro, um crédito adicional suplementar, no valor de 62.000,00 (sessenta e dois mil reais), para reforço da dotação orçamentária, a seguir especificada:

1301.17.512.0165.2148 MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO SISTEMA DE ÁGUA FTE DR R\$ 0,00
 33.90.30.00.00.00.00 Material de Consumo 000 000 R\$ 60.000,00
 31.90.91.00.00.00.00 Sentenças Judiciais 000 000 R\$ 2.000,00
 Total 62.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito aberto no art. 1º do presente ato é indicada como fonte de recursos, na forma do disposto no art. 43, § 1º, I, da Lei Federal nº 4.320/64, o Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do Exercício de 2010, do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto, no valor de R\$ 62.000,00 (sessenta e dois mil reais), conforme quadro a seguir.

Superávit Financeiro
 IDENTIFICAÇÃO DAS FONTES FTE R\$ 0,00
 Superávit Financeiro 000 R\$ 62.000,00

TOTAL R\$ 62.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, 21 de setembro de 2011.
 LEONIR BOARETTO
 Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

EDSON ANTONIO CASSIANO
 Secretário da Administração e Finanças

Decreto 069/2011

DECRETO Nº 069, DE 23 DE SETEMBRO DE 2011.
 Anula Processo Licitatório na Modalidade Pregão Eletrônico nº 002/2011, na forma que especifica.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, e;

CONSIDERANDO a Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, em seu artigo 49, que autoriza a autoridade competente anular a licitação por ilegalidade por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado;

CONSIDERANDO a Lei nº 9.784/99 em seu art. 53 que preconiza o dever da Administração de anular seus próprios atos, quando evitados de vício de ilegalidade;

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico nº 047/2011, anexo;

DECRETA:

Art. 1º Fica anulado o Processo Licitatório na Modalidade Pregão Eletrônico nº 002/2011, com o objetivo de aquisição de um veículo Furgão 0Km, para uso do Corpo de Bombeiros de Capinzal, nos atendimentos de emergências, com recursos próprios.
 Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, em 23 de setembro de 2011.
 LEONIR BOARETTO
 Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

EDSON ANTONIO CASSIANO
 Secretário da Administração e Finanças

Decreto 071/2011

DECRETO Nº 071, DE 26 SETEMBRO DE 2011.
 Autoriza a venda de casa construída com recursos próprios da municipalidade, na forma que especifica.

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com o fundamento na Lei Municipal nº 2.589 de 15 de dezembro de 2004 e demais legislações pertinentes,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a compromissar a venda de Casas de propriedade do Município, às pessoas carentes abaixo discriminadas, devidamente cadastradas na Diretoria de Habitação desta municipalidade, para fins únicos de moradia:

I - Renato Lopes da Cunha, inscrito no CPF sob o nº 386.246.729-53, beneficiado com uma casa residencial mista, com área de

quarenta e dois metros quadrados (42m²), localizada no Lote 16, da Quadra "A", na Rua Projetada "B", Loteamento Vista Alegre, na Localidade de Duas Pontes.

II - Diamantina Diola, inscrita no CPF sob o nº 613.248.339-04, beneficiada com uma casa residencial mista, com área de quarenta e dois metros quadrados (42m²), localizada no Lote 116, da Quadra 55, da Rua Domingos Omizolo, do Loteamento São Luiz.

§ 1º Fica fixado o valor da casa de 42m² em R\$ 4.588,80 (Quatro mil, quinhentos e oitenta e oito reais e oitenta centavos), a serem pagos pelos promitentes compradores em 120 (cento e vinte) meses, ao preço de R\$ 38,24 (trinta e oito reais e vinte e quatro centavos) mensais;

§ 2º O valor fixado no parágrafo 1º do artigo 1º deste decreto serão pagos mensalmente pelo promitente comprador, reajustáveis anualmente de acordo com a variação da Unidade Fiscal de Referência Municipal - UFRM ou outro índice que vier a substituir, na conformidade da legislação vigente, com vencimento no dia 15 de cada mês, iniciando-se o pagamento em 15 de novembro de 2011.

Art. 2º O promitente comprador não poderá, sob nenhum pretexto, efetuar a venda da referida casa a terceiros antes de cumprir o prazo do encerramento do contrato, mesmo que haja a quitação antecipada.

Art. 3º O contrato celebrado entre o Município e promitente comprador deverá prever a rescisão nos seguintes casos:

I - pela mudança de domicílio do promitente comprador;

II - deixar de residir o imóvel;

III - pelo não pagamento de 03 (três) parcelas consecutivas.

Parágrafo único. Quando ocorrer a rescisão contratual na forma deste artigo, os valores pagos serão reembolsados ao promitente comprador, devidamente corrigidos.

Art. 4º Ocorrendo à rescisão ou a devolução do imóvel contratado, o mesmo será repassado a outro interessado com idênticas condições e devidamente cadastrado junto a Diretoria de Habitação desta municipalidade.

Art. 5º Os valores arrecadados com o produto da venda reverterá para o Fundo Rotativo Habitacional Municipal.

Art. 6º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 26 de setembro de 2011.

LEONIR BOARETTO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

EDSON ANTONIO CASSIANO

Secretário da Administração e Finanças

Contrato 0198/2011

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO 0198/2011

Pregão Presencial 0116/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPINZAL

CONTRATADA: IND. ARTEF. DE CIMENTO J.C. BRESSAN LTDA

OBJETO: Aquisição de materiais diversos para a execução dos Poços de Visita da Rede de Esgoto do Condomínio Empresarial de Capinzal, sito às margens da Rod. SC 458, km 35, Fazenda São Pedro, Recursos Próprios.

VALOR R\$: 17.900,00

VIGÊNCIA: 27/09/2011 A 31/12/2011

Contrato 0199/2011

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO 0199/2011

Pregão Presencial 0116/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPINZAL

CONTRATADA: SAS MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA.

OBJETO: Aquisição de materiais diversos para a execução dos Poços de Visita da Rede de Esgoto do Condomínio Empresarial de Capinzal, sito às margens da Rod. SC 458, km 35, Fazenda São Pedro, Recursos Próprios.

VALOR R\$: 8.041,20

VIGÊNCIA: 27/09/2011 A 31/12/2011

SIMAE

Extrato de Contrato Nº CAO/28/2011

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº CAO/28/2011

CONTRATANTE: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CONTRATADO: S.A. LUZA SISTEMAS DE IMPRESSÕES E COPIADORAS LTDA

CNPJ DO CONTRATADO: 05.801.978/0002-57

OBJETO: TERMO DO PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº CAO/27/2010, PARA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA.

VALOR: R\$ 300,00 (TREZENTOS REAIS) MENSAIS COM FRANQUIA PARA 6.000 CÓPIAS/MÊS.

DATA DA ASSINATURA: 27/09/2011

VIGÊNCIA: 01/10/2011 A 30/09/2012

Catanduvas

PREFEITURA

Aviso de Licitação - Processo Licitatório Nº 0074/2011 - Edital de Pregao Presencial Nº 0026/2011

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0074/2011

EDITAL DE PREGAO PRESENCIAL Nº 0026/2011

Objeto: O objeto da presente licitação consiste na aquisição de material e medicamento hospitalar visando o desenvolvimento das atividades da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

Abertura das Propostas: às 09 horas e 30 minutos do dia 11 de outubro de 2011.

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível em 28 de setembro de 2011 no endereço <http://www.catanduvas.sc.gov.br/> e na Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC.

Informações: maiores informações, assim como cópia do Edital, poderão ser obtidas no site: www.catanduvas.sc.gov.br e no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Catanduvas, SC, das 7:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30, de segunda a sexta-feira, ou pelo telefone (049) 3525-1144 ramal 229.

Catanduvas - SC, 27 de setembro de 2011.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal.

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

Decreto Nº 54/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

DECRETO Nº 54/2011

"SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo Art.7º, inciso VII da Lei Nº 0495, de 22 de dezembro de 2010,

DECRETA:

Art. 1º Por conta do excesso de arrecadação da fonte de recurso 90 - (recursos ordinário) no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), por excesso da arrecadação na fonte de recurso 112 - (contribuição para o custeio dos serviços de iluminação pública) no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), por excesso de arrecadação da fonte de recurso 113 - (transferência do FUNDEB 60%) no valor de R\$ 119.335,96 (cento e dezenove mil trezentos e trinta e cinco reais e noventa e seis centavos), por excesso de arrecadação da fonte de recurso 114 - (transferência do FUNDEB 40%) no valor de R\$ 79.557,33 (setenta e nove mil quinhentos e cinquenta e sete reais e trinta e três centavos), por excesso de arrecadação na fonte de recurso 115 - (transferência de convênios - educação) no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), por excesso de arrecadação na fonte de recurso 117 - (outras transferências do fundo nacional de assistência social), no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), por excesso de arrecadação na fonte de recurso 118 - (salário educação) no valor de R\$ 25.624,15 (vinte e cinco mil seiscentos e vinte e quatro reais e quinze centavos), fica aberto um Crédito suplementar nas seguintes dotações do Orçamento Vigente:

05 - Secretaria da Educação, Cultura e Esportes
01 - Divisão de Ensino
12 - Educação
11 - Educação para Todos
361 - Ensino Fundamental
110 - Receita de Impostos e Transferência de Impostos - Recursos Ordinários
33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas
2016 - Manutenção/ Pessoal do Ensino Fundamental R\$ 70.000,00

08 - Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços
01 - Divisão de Serviços Urbanos
15 - Urbanismo
31 - Urbanismo
452 - Serviços Urbanos
112 - Contribuição para o Custeio dos serviços de Iluminação Pública
33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas
2044 - Manutenção Ampliação Serviços Iluminação Pública
R\$ 3.000,00

05 - Secretaria da Educação, Cultura e Esportes
01 - Divisão de Ensino
12 - Educação
11 - Educação para Todos
361 - Ensino Fundamental
113 - Transferência do Fundeb - 60%
31.90.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas
2016 - Manutenção/ Pessoal do Ensino Fundamental R\$ 119.335,96

05 - Secretaria da Educação, Cultura e Esportes

01 - Divisão de Ensino

12 - Educação

11 - Educação para Todos

361 - Ensino Fundamental

114 - Transferência do Fundeb - 40%

31.90.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas

2016 - Manutenção/ Pessoal do Ensino Fundamental R \$
50.000,00

05 - Secretaria da Educação, Cultura e Esportes

01 - Divisão de Ensino

12 - Educação

11 - Educação para Todos

361 - Ensino Fundamental

114 - Transferência do Fundeb - 40%

33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas

2016 - Manutenção/ Pessoal do Ensino Fundamental R \$
29.557,33

05 - Secretaria da Educação, Cultura e Esportes

01 - Divisão de Ensino

12 - Educação

11 - Educação para Todos

361 - Ensino Fundamental

115 - Transferência de Convênios - Educação

33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas

2015 - Manutenção Programa Transporte Escolar R\$ 20.000,00

09 - Secretaria de Desenvolvimento Social

01 - Divisão do Fundo de Assistência Social

08 - Assistência Social

21 - Atenção a Criança

243 - Assistência a Criança e ao Adolescente

117 - Outras Transferências Recursos do fundo Nacional de Assistência Social

33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas

2030 - Manutenção/ Pessoal Prog. Erradicação Trab.Infantil
R\$ 2.000,00

05 - Secretaria da Educação, Cultura e Esportes

01 - Divisão de Ensino

12 - Educação

11 - Educação para Todos

361 - Ensino Fundamental

118 - Salário Educação

33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas

2016 - Manutenção/ Pessoal do Ensino Fundamental R \$
25.624,15

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 26 de setembro de 2011.

ABEL DA SILVA

Prefeito Municipal em Exercício

Decreto Nº 55/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

DECRETO Nº 55/2011

"SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe foram

conferidas pelo Art.7º, inciso VII da Lei Nº 0495, de 22 de dezembro de 2010,

DECRETA:

Art. 1º Por conta do excesso de arrecadação da fonte de recurso 101 - (receitas de impostos e transferência de impostos - saúde), no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), por excesso de arrecadação na fonte de recurso 103 - (Atenção Básica) no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), por excesso de arrecadação na fonte de recurso 104 - (vigilância em saúde) no valor de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), por excesso de arrecadação na fonte de recurso 105 - (assistência farmacêutica básica) no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), por excesso de arrecadação na fonte de recurso 106 (outros recursos do fundo nacional de saúde) no valor de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), fica aberto um Crédito suplementar nas seguintes dotações do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde:

06 - Secretaria de Saúde
01 - Divisão do Fundo de Saúde
10 - Saúde
17 - Saúde para todos
301 - Atenção Básica
101 - Receita de Impostos e Transferência de Impostos
31.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
2026 - Execução Manutenção Programa Saúde Família
R\$ 25.000,00

06 - Secretaria de Saúde
01 - Divisão do Fundo de Saúde
10 - Saúde
17 - Saúde para todos
304 - Vigilância Sanitária
103 - Atenção Básica
33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
2024 - Manutenção/Pessoal Sistema De Vigilância Sanitária
R\$ 15.000,00

06 - Secretaria de Saúde
01 - Divisão do Fundo de Saúde
10 - Saúde
17 - Saúde para todos
301 - Atenção Básica
103 - Atenção Básica
31.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
2026 - Execução Manutenção Programa Saúde Família
R\$ 10.000,00

06 - Secretaria de Saúde
01 - Divisão do Fundo de Saúde
10 - Saúde
17 - Saúde para todos
305 - Vigilância Epidemiológica
104 - Vigilância em Saúde
44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
2025 - Manutenção/Pessoal Sistema Vigilância Epidemiológica
R\$ 1.500,00

06 - Secretaria de Saúde
01 - Divisão do Fundo de Saúde
10 - Saúde
17 - Saúde para todos
301 - Atenção Básica
105 - Assistência Farmacêutica Básica
33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
2021 - Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde R\$ 20.000,00

06 - Secretaria de Saúde
01 - Divisão do Fundo de Saúde

10 - Saúde
17 - Saúde para todos
301 - Atenção Básica
106 - Outros Recursos de fundo Nacional de Saúde
33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
2021 - Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde R\$ 1.500,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 26 de setembro de 2011.

ABEL DA SILVA

Prefeito Municipal em Exercício

Decreto Nº 56/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

DECRETO Nº 56/2011

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo Art.7º, inciso VI da Lei Nº 0495, de 22 de dezembro de 2010,

DECRETA:

Art. 1º Fica anulado a importância de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) das seguintes dotações do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde:

06 - Secretaria de Saúde
01 - Divisão do Fundo de Saúde
10 - Saúde
17 - Saúde para todos
301 - Atenção Básica
101 - Receita de Impostos e Transferência de Impostos
31.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
2026 - Execução Manutenção Programa Saúde da Família
R\$ 15.000,00

06 - Secretaria de Saúde
01 - Divisão do Fundo de Saúde
10 - Saúde
17 - Saúde para todos
304 - Vigilância Sanitária
103 - Atenção Básica
33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
2024 - Manutenção/Pessoal Sistema Vigilância Sanitária
R\$ 25.000,00

Art. 2º Por conta dos recursos constantes do art. 1º, no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) fica aberto um crédito suplementar nas seguintes dotações do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde:

06 - Secretaria de Saúde
01 - Divisão do Fundo de Saúde
10 - Saúde
17 - Saúde para todos
301 - Atenção Básica
103 - Atenção Básica
31.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
2026 - Execução Manutenção Programa Saúde da Família
R\$ 15.000,00

06 - Secretaria de Saúde
01 - Divisão do Fundo de Saúde
10 - Saúde
17 - Saúde para todos
304 - Vigilância Sanitária
104 - Vigilância em Saúde
44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
2024 - Manutenção/Pessoal Sistema Vigilância Sanitária
R\$ 25.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 27 de setembro de 2011.

ABEL DA SILVA

Prefeito Municipal em Exercício

Anexo 1 RGF Despesa Pessoal

MUNICÍPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2010 A AGOSTO/2011

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	3.829.876,46	0,00
Pessoal Ativo	3.829.876,46	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	3.829.876,46	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	3.829.876,46	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)		8.383.514,64
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100		45,68
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 60%		5.030.108,78
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 57%		4.778.603,34
FONTE: SECRETARIA DA FAZENDA		

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

Anexo 1 RREO Balanço Orçamentario

Município de Chapadao do Lageado - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A AGOSTO 2011/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	7.646.771,64	7.646.771,64	1.327.090,50	17,35	5.532.965,69	72,36	2.113.805,95
RECEITAS CORRENTES	7.625.771,64	7.625.771,64	1.327.090,50	17,40	5.532.965,69	72,56	2.092.805,95
RECEITA TRIBUTARIA	244.000,00	244.000,00	30.457,91	12,48	115.743,27	47,44	128.256,73
IMPOSTOS	166.000,00	166.000,00	27.762,59	16,72	94.795,03	57,11	71.204,97
TAXAS	48.000,00	48.000,00	2.695,32	5,62	20.948,24	43,64	27.051,76
CONTRIBUICAO DE MELHORIA	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	20.000,00	20.000,00	4.061,57	20,31	19.366,56	96,83	633,44
Contribuicao Custeio Servico Iluminacao Publica Co	20.000,00	20.000,00	4.061,57	20,31	19.366,56	96,83	633,44
RECEITA PATRIMONIAL	14.512,50	14.512,50	12.527,72	86,32	40.602,12	279,77	-26.089,62
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	1.750,00	1.750,00	12.527,72	715,87	40.602,12	320,12	-38.852,12
Outras Rec. Patrimoniais	12.762,50	12.762,50	0,00	0,00	0,00	0,00	12.762,50
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	7.242.964,14	7.242.964,14	1.268.048,99	17,51	5.293.893,99	73,09	1.949.070,15
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	7.242.964,14	7.242.964,14	1.268.048,99	17,51	5.293.893,99	73,09	1.949.070,15
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	104.295,00	104.295,00	11.994,31	11,50	63.359,75	60,75	40.935,25
Multas e Juros de Mora	27.000,00	27.000,00	942,24	3,49	1.893,14	7,01	25.106,86
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	572,30	9,54	5.427,70
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	4.000,00	4.000,00	127,45	3,19	1.376,85	34,42	2.623,15
RECEITAS DIVERSAS	67.295,00	67.295,00	10.924,62	16,23	59.517,46	88,44	7.777,54
RECEITAS DE CAPITAL	21.000,00	21.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	7.646.771,64	7.646.771,64	1.327.090,50	17,35	5.532.965,69	72,36	2.113.805,95
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de Chapadão do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2011/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	7.646.771,64	7.646.771,64	1.327.090,50	17,35	5.532.965,69	72,36	2.113.805,95
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	7.646.771,64	7.646.771,64	1.327.090,50	17,35	5.532.965,69	72,36	2.113.805,95
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	81.716,30	—	—	54.331,37	—	—
Superávit Financeiro	—	81.716,30	—	—	54.331,37	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	7.646.771,64	602.767,94	8.249.539,58	1.399.950,10	5.250.512,62	1.399.768,83	5.237.646,19	63,49	3.011.893,39
DESPESAS CORRENTES	5.883.148,69	664.492,04	6.547.640,73	1.249.117,29	4.719.155,03	1.248.936,02	4.706.288,60	71,88	1.841.352,13
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.416.826,36	683.475,35	3.100.301,71	704.671,86	2.522.524,25	704.671,86	2.522.524,25	81,36	577.777,46
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	45.000,00	0,00	45.000,00	7.694,21	29.701,36	7.694,21	29.701,36	66,00	15.298,64
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.421.322,33	-18.983,31	3.402.339,02	536.751,22	2.166.929,42	536.569,95	2.154.062,99	63,31	1.248.276,03
DESPESAS DE CAPITAL	1.703.622,95	-61.724,10	1.641.898,85	150.832,81	531.357,59	150.832,81	531.357,59	32,36	1.110.541,26
INVESTIMENTOS	1.543.622,95	-61.724,10	1.481.898,85	130.420,31	445.677,44	130.420,31	445.677,44	30,07	1.036.221,41
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	160.000,00	0,00	160.000,00	20.412,50	85.680,15	20.412,50	85.680,15	53,55	74.319,85
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	60.000,00	0,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	7.646.771,64	602.767,94	8.249.539,58	1.399.950,10	5.250.512,62	1.399.768,83	5.237.646,19	63,49	3.011.893,39
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continuação 2/3

Município de Chapadao do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2011/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	7.646.771,64	602.767,94	8.249.539,58	1.399.950,10	5.250.512,62	1.399.768,83	5.237.646,19	63,49	3.011.893,39
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	295.319,50	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	7.646.771,64	602.767,94	8.249.539,58	1.399.950,10	5.250.512,62	1.399.768,83	5.532.965,69	63,49	3.011.893,39

FONTE: SECRETARIA DA FAZENDA

Anexo 10 RREO Receitas e Despesas Ensino

MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2011/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO X (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	196.000,00	196.000,00	27.892,61	96.437,76	49,20
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	113.000,00	113.000,00	931,81	32.219,56	28,51
1.1.1- IPTU	85.000,00	85.000,00	790,20	30.543,47	35,93
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	26.000,00	26.000,00	14,16	299,24	1,15
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	5.000,00	5.000,00	127,45	1.376,85	27,54
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	(3.000,00)	(3.000,00)	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	20.000,00	20.000,00	8.861,98	15.343,47	76,72
1.2.1- ITBI	20.000,00	20.000,00	8.861,98	15.343,47	76,72
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	53.000,00	53.000,00	5.205,06	21.918,58	41,36
1.3.1- ISS	55.000,00	55.000,00	5.205,06	21.918,58	39,85
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	(2.000,00)	(2.000,00)	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	10.000,00	10.000,00	12.893,76	26.956,15	269,56
1.4.1- IRRF	10.000,00	10.000,00	12.893,76	26.956,15	269,56
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	6.250.463,32	6.250.463,32	1.144.614,06	4.826.186,41	77,21
2.1- Cota-Parte FPM	3.941.562,43	3.941.562,43	724.347,16	3.219.276,43	81,68
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	3.941.562,43	3.941.562,43	724.347,16	3.219.276,43	81,68
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	2.139.925,89	2.139.925,89	391.672,65	1.488.821,32	69,57
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	37.500,00	37.500,00	2.169,50	8.678,00	23,14
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	36.250,00	36.250,00	7.163,92	29.009,13	80,03
2.5- Cota-Parte ITR	225,00	225,00	0,00	76,27	33,90
2.6- Cota-Parte IPVA	95.000,00	95.000,00	19.260,83	80.325,26	84,55
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)	6.446.463,32	6.446.463,32	1.172.506,67	4.922.624,17	76,36
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	122.500,00	122.500,00	31.669,76	113.732,19	92,84
5.1- Transferências do Salário-Educação	7.500,00	7.500,00	14.874,90	63.933,04	852,44
5.2- Outras Transferências do FNDE	115.000,00	115.000,00	16.794,86	49.799,15	43,30
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	80.000,00	80.000,00	25.339,78	76.019,34	95,02
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	202.500,00	202.500,00	57.009,54	189.751,53	93,70

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	547.815,82	547.815,82	228.922,46	965.235,87	176,20
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	302.500,00	302.500,00	144.869,36	643.855,05	212,84
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	214.416,66	214.416,66	78.334,39	297.763,57	138,87
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	4.604,16	4.604,16	433,90	1.735,60	37,70
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	7.250,00	7.250,00	1.432,79	5.801,88	80,03
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	45,00	45,00	0,00	15,23	33,84
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	19.000,00	19.000,00	3.852,02	16.064,54	84,55
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	400.100,00	400.100,00	152.104,88	605.166,93	151,25
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	400.000,00	400.000,00	151.213,96	603.197,77	150,80
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	100,00	100,00	890,92	1.969,16	1.969,16
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	-147.815,82	-147.815,82	-77.708,50	-362.038,10	244,93
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2011/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	240.060,00	433.756,09	144.449,93	427.986,70	98,67
13.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	240.060,00	433.756,09	144.449,93	427.986,70	98,67
14- OUTRAS DESPESAS	160.040,00	225.837,41	38.204,46	186.894,83	82,76
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	160.040,00	225.837,41	38.204,46	186.894,83	82,76
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	400.100,00	659.593,50	182.654,39	614.881,53	93,22
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL 1 ((13 – 18) / (11) x 100) %					70,72
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE				VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2010 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS				0,00	
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2011 *				0,00	

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) ²	1.611.615,83	1.611.615,83	293.126,67	1.230.656,04	76,36
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	144.250,00	144.250,00	8.980,59	43.020,49	29,82
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	144.250,00	144.250,00	8.980,59	43.020,49	29,82
24- ENSINO FUNDAMENTAL	1.259.650,01	1.605.643,51	294.716,47	1.214.209,78	75,62
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	400.100,00	659.593,50	182.654,39	614.881,53	93,22
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	859.550,01	946.050,01	112.062,08	599.328,25	63,35
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	1.403.900,01	1.749.893,51	303.697,06	1.257.230,27	71,85
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					-362.038,10
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					1.969,16
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					—
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO*					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					-360.068,94
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					1.617.299,21
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					32,85

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	12.500,00	56.774,44	0,00	54.331,37	95,70
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	385.166,66	433.826,66	62.684,10	198.216,73	45,69
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	397.666,66	490.601,10	62.684,10	252.548,10	51,48
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	1.801.566,67	2.240.494,61	366.381,16	1.509.778,37	67,39
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO		SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2011 (g)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE		0,00		0,00	

MUNICÍPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2011/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/3

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	0,00	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	603.197,77	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	563.161,05	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	1.969,16	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	42.005,88	0,00

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³ Caput do art. 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

Anexo 11 RREO Operações de Crédito

Município de Chapadao do Lageado - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2011/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO XI (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	1.000,00	0,00		1.000,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	1.641.898,85	531.357,59	0,00	1.110.541,26
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	1.641.898,85	531.357,59	0,00	1.110.541,26
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-1.640.898,85	-531.357,59		-1.109.541,26

FONTE: SECRETARIA DA FAZENDA

Anexo 14 RREO Alienação de Ativos

Município de Chapadao do Lageado - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2011/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO XIV (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	20.000,00	0,00	20.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	20.000,00	0,00	20.000,00
TOTAL	20.000,00	0,00	20.000,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
Investimentos	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
TOTAL	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2010 (h)	Em 2011 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	8.810,44	0,00	8.810,44

FONTE: SECRETARIA DA FAZENDA

Anexo 16 RREO Receitas e Despesas Saúde

Município de Chapadao do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM
AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2011/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO – ANEXO XVI (ADCT, art. 77)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)
RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	6.446.463,32	6.446.463,32	4.922.624,17	76,36
Impostos	166.000,00	166.000,00	94.761,67	57,09
Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	83.000,00	83.000,00	30.543,47	36,80
Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imoveis e Dir	20.000,00	20.000,00	15.343,47	76,72
Imposto s/ Servicos de Qualquer Natureza	53.000,00	53.000,00	21.918,58	41,36
Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza - IRRF	10.000,00	10.000,00	26.956,15	269,56
Multas, Juros de Mora e Dívida Ativa dos Impostos	30.000,00	30.000,00	1.676,09	5,59
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	26.000,00	26.000,00	299,24	1,15
Dívida Ativa dos Impostos	4.000,00	4.000,00	1.376,85	34,42
Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	6.250.463,32	6.250.463,32	4.826.186,41	77,21
Da União	4.015.537,43	4.015.537,43	3.257.039,83	81,11
Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municípios	3.941.562,43	3.941.562,43	3.219.276,43	81,68
Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	225,00	225,00	76,27	33,90
Transf. Financ. ICMS - Desoneração - L.C.Nº 87/96	37.500,00	37.500,00	8.678,00	23,14
Outras Transferências da União	36.250,00	36.250,00	29.009,13	80,03
Do Estado	2.234.925,89	2.234.925,89	1.569.146,58	70,21
Cota-Parte do ICMS	2.139.925,89	2.139.925,89	1.488.821,32	69,57
Cota-Parte do IPVA	95.000,00	95.000,00	80.325,26	84,55
OUTRAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	1.748.124,14	1.748.124,14	1.575.577,39	90,13
(-) DEDUÇÃO PARA O FUNDEB	-547.815,82	-547.815,82	-965.235,87	176,20
TOTAL	7.646.771,64	7.646.771,64	5.532.965,69	72,36

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)
DESPESAS CORRENTES	1.062.369,50	1.164.369,50	950.087,54	81,60
Pessoal e Encargos Sociais	529.954,60	662.204,60	585.794,75	88,46
Outras Despesas Correntes	532.414,90	502.164,90	364.292,79	72,54
DESPESAS DE CAPITAL	156.187,50	114.187,50	15.694,00	13,74
Investimentos	156.187,50	114.187,50	15.694,00	13,74

Continua 1/2



Município de Chapadao do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM
AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2011/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/2

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)
DESPESAS DE CAPITAL	156.187,50	114.187,50	15.694,00	13,74
Investimentos	156.187,50	114.187,50	15.694,00	13,74
TOTAL (IV)	1.218.557,00	1.278.557,00	965.781,54	75,54

DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (e)/ despesas com saúde
DESPESAS COM SAÚDE	1.218.557,00	1.278.557,00	965.781,54	100,00
(-) DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	206.437,50	247.751,62	188.300,39	19,50
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	206.437,50	247.751,62	188.300,39	19,50
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS¹	-	-	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (V)	1.012.119,50	1.030.805,38	777.481,15	80,50

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR VINCULADOS A SAÚDE INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS	
	Inscritos em Exercícios Anteriores	Cancelados em 2011 (VI)
RESTOS A PAGAR DE DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SA	0,00	0,00

PARTICIPAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE NA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - LIMITE CONSTITUCIONAL <=>² [(V - VI) / I]	15,79
--	--------------

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (i)	% (i/Total i)
Atenção Básica	1.199.619,50	1.259.619,50	963.642,42	99,78
Vigilância Sanitária	12.968,75	12.968,75	2.139,12	0,22
Vigilância Epidemiológica	5.968,75	5.968,75	0,00	0,00
TOTAL	1.218.557,00	1.278.557,00	965.781,54	100,00

FONTE: SECRETARIA DA FAZENDA

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

² Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

Anexo 18 RREO Simplificado RREO

Município de Chapadao do Lageado - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIAORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2011/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO			No Bimestre	Até o Bimestre
RECEITAS				
Previsão Inicial			—	7.646.771,64
Previsão Atualizada			—	7.646.771,64
Receitas Realizadas			1.327.090,50	5.532.965,69
Déficit Orçamentário			—	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)			—	54.331,37
DESPESAS				
Dotação Inicial			—	7.646.771,64
Créditos Adicionais			—	602.767,94
Dotação Atualizada			—	8.249.539,58
Despesas Empenhadas			1.399.950,10	5.250.512,62
Despesas Liquidadas			1.399.768,83	5.237.646,19
Superavit Orçamentário			—	295.319,50
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO			No Bimestre	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas			1.399.950,10	5.250.512,62
Despesas Liquidadas			1.399.768,83	5.237.646,19
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL				Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida				8.383.514,64
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA			No Bimestre	Até o Bimestre
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)			0,00	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)			0,00	0,00
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)			0,00	0,00
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		634.669,85	-161.571,58	-25,46
Resultado Primário		182.250,00	370.098,89	203,07
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	262.381,93	0,00	235.080,25	27.301,68
EXECUTIVO	262.381,93	0,00	235.080,25	27.301,68
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	235.130,00	0,00	235.130,00	0,00
EXECUTIVO	235.130,00	0,00	235.130,00	0,00
TOTAL:	497.511,93	0,00	470.210,25	27.301,68
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		1.617.299,21	25%	32,85
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		427.986,70	60%	70,72
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL			Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito			0,00	1.000,00
Despesa de Capital Líquida			531.357,59	1.110.541,26

Continua 1/2

Município de Chapadao do Lageado - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2011/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2011	2019	2029	2044
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	0,00	20.000,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00	5.000,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	777.481,15	15,00	15,79

FONTE: SECRETARIA DA FAZENDA

Anexo 2 RGF Divida Consolidada Liquida

MUNICÍPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2011

RGF – ANEXO II (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2011		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	40.288,63	3.672,02	14.772,78	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	40.288,63	3.672,02	14.772,78	0,00
Interna	40.288,63	3.672,02	14.772,78	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não P;	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	969.021,26	936.488,29	1.075.531,43	—
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.231.403,19	1.179.957,27	1.309.148,01	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	1.114,26	828,84	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	262.381,93	244.583,24	234.445,42	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-928.732,63	-932.816,27	-1.060.758,65	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	7.886.005,12	8.499.167,85	8.383.514,64	0,00
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	0,51%	0,04%	0,18%	0,00%
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	-11,78%	-10,98%	-12,65%	0,00%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	9.463.206,14	10.199.001,42	10.060.217,57	0,00

DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2011		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA DE PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS	0,00	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS	40.288,63	3.672,02	14.772,78	0,00

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2011		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	12.970,78	54.970,83	59.291,45	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	235.130,00	10.538,36	12.866,43	0,00
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2011		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: SECRETARIA DA FAZENDA

Continua 1/2

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

MUNICÍPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2011

Continuação 2/2

REGIME PREVIDENCIÁRIO				
<u>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2011		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

Anexo 2 RREO Despesas por Função

Município de Chapadão do Lageado - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2011/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO – Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”)

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	7.646.771,64	8.249.539,58	1.399.950,10	5.250.512,62	1.399.768,83	5.237.646,19	100,00	63,49	3.011.893,39
Legislativa	425.000,00	425.000,00	76.597,53	275.717,92	72.655,90	271.776,29	5,19	63,95	153.223,71
Ação Legislativa	425.000,00	425.000,00	76.597,53	275.717,92	72.655,90	271.776,29	5,19	63,95	153.223,71
Administração	1.290.003,32	1.370.003,32	247.195,01	981.187,21	246.669,93	980.653,21	18,72	71,58	389.350,11
Administração Geral	582.753,32	662.753,32	105.866,00	466.844,01	105.332,00	466.310,01	8,90	70,36	196.443,31
Administração Financeira	707.250,00	707.250,00	141.329,01	514.343,20	141.337,93	514.343,20	9,82	72,72	192.906,80
Assistência Social	363.000,00	361.000,00	64.853,75	176.948,99	64.910,45	176.948,99	3,38	49,02	184.051,01
Assistência à Criança e ao Adolescente	69.500,00	69.500,00	16.892,22	36.074,71	16.892,22	36.074,71	0,69	51,91	33.425,29
Assistência Comunitária	293.500,00	291.500,00	47.961,53	140.874,28	48.018,23	140.874,28	2,69	48,33	150.625,72
Saúde	1.218.557,00	1.278.557,00	235.670,41	967.132,60	246.938,89	965.781,54	18,44	75,54	312.775,46
Atenção Básica	1.199.619,50	1.259.619,50	235.653,44	964.993,48	246.921,92	963.642,42	18,40	76,50	295.977,08
Vigilância Sanitária	12.968,75	12.968,75	16,97	2.139,12	16,97	2.139,12	0,04	16,49	10.829,63
Vigilância Epidemiológica	5.968,75	5.968,75	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.968,75
Trabalho	57.500,00	57.500,00	3.851,00	15.858,06	3.851,00	15.858,06	0,30	27,58	41.641,94
Fomento ao Trabalho	57.500,00	57.500,00	3.851,00	15.858,06	3.851,00	15.858,06	0,30	27,58	41.641,94
Educação	1.821.566,67	2.242.494,61	371.201,47	1.514.598,68	366.381,16	1.509.778,37	28,83	67,33	732.716,24
Ensino Fundamental	1.622.066,67	2.082.994,61	362.219,08	1.471.576,39	357.400,57	1.466.757,88	28,00	70,42	616.236,73
Educação Infantil	199.500,00	159.500,00	8.982,39	43.022,29	8.980,59	43.020,49	0,82	26,97	116.479,51
Cultura	21.000,00	21.000,00	1.761,70	4.305,05	1.761,70	4.305,05	0,08	20,50	16.694,95
Difusão Cultural	21.000,00	21.000,00	1.761,70	4.305,05	1.761,70	4.305,05	0,08	20,50	16.694,95
Urbanismo	1.247.550,00	1.195.140,00	171.408,95	594.495,64	171.408,95	594.495,64	11,35	49,74	600.644,36
Infra-Estrutura Urbana	333.000,00	331.000,00	76.611,32	190.909,62	76.611,32	190.909,62	3,64	57,68	140.090,38
Serviços Urbanos	914.550,00	864.140,00	94.797,63	403.586,02	94.797,63	403.586,02	7,71	46,70	460.553,98
Gestão Ambiental	141.500,00	141.500,00	22.734,52	83.884,26	22.567,76	83.717,50	1,60	59,16	57.782,50
Saneamento Básico Rural	8.500,00	8.500,00	249,00	249,00	249,00	249,00	0,00	2,93	8.251,00
Saneamento Básico Urbano	7.750,00	7.750,00	0,00	199,00	0,00	199,00	0,00	2,57	7.551,00
Preservação e Conservação Ambiental	17.500,00	17.500,00	1.286,70	1.286,70	1.286,70	1.286,70	0,02	7,35	16.213,30
Controle Ambiental	7.500,00	7.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.500,00
Turismo	100.250,00	100.250,00	21.198,82	82.149,56	21.032,06	81.982,80	1,57	81,78	18.267,20
Agricultura	369.250,00	429.250,00	75.419,11	207.190,97	74.468,56	206.240,42	3,94	48,05	223.009,58
Promoção da Produção Animal	19.000,00	19.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.000,00

Continua 1/2

Município de Chapadao do Lageado - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A AGOSTO 2011/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/2

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	7.646.771,64	8.249.539,58	1.399.950,10	5.250.512,62	1.399.768,83	5.237.646,19	100,00	63,49	3.011.893,39
Agricultura	369.250,00	429.250,00	75.419,11	207.190,97	74.468,56	206.240,42	3,94	48,05	223.009,58
Extensão Rural	350.250,00	410.250,00	75.419,11	207.190,97	74.468,56	206.240,42	3,94	50,27	204.009,58
Transporte	514.344,67	550.594,67	108.139,49	344.326,08	107.037,37	343.223,96	6,55	62,34	207.370,71
Transporte Rodoviário	514.344,67	550.594,67	108.139,49	344.326,08	107.037,37	343.223,96	6,55	62,34	207.370,71
Desporto e Lazer	117.499,98	117.499,98	21.117,16	84.867,16	21.117,16	84.867,16	1,62	72,23	32.632,82
Desporto Comunitário	117.499,98	117.499,98	21.117,16	84.867,16	21.117,16	84.867,16	1,62	72,23	32.632,82
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00
TOTAL (III) = (I + II)	7.646.771,64	8.249.539,58	1.399.950,10	5.250.512,62	1.399.768,83	5.237.646,19	100,00	63,49	3.011.893,39

FONTE: SECRETARIA DA FAZENDA

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Anexo 3 RGF Garantias de Valores

MUNICÍPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO - SC

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO DE 2011

RGF – Anexo III (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2011		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (I)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	7.886.005,12	8.499.167,85	8.383.514,64	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	1.734.921,13	1.869.816,93	1.844.373,22	0,00
CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2011		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (V)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)	0,00	0,00	0,00	0,00

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE: SECRETARIA DA FAZENDA

Anexo 3 RREO Receita Corrente Líquida

Município de Chapadão do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2010 A AGOSTO/2011

RREO – ANEXO III (LRF, Art. 53, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES													PREVISÃO ATUALIZADA 2011
	Set/2010	Out/2010	Nov/2010	Dez/2010	Jan/2011	Fev/2011	Mar/2011	Abr/2011	Mai/2011	Jun/2011	Jul/2011	Ago/2011	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)	
RECEITAS CORRENTES (I)	649.335,03	663.570,95	711.550,17	1.265.229,08	807.621,86	784.830,28	673.560,21	893.475,20	875.421,42	907.279,63	805.268,10	750.744,86	9.787.886,79	7.993.587,46
RECEITA TRIBUTÁRIA	15.130,86	13.027,69	13.272,11	43.771,01	4.012,59	8.140,04	8.542,38	23.759,84	30.559,05	10.271,46	8.037,27	22.420,64	200.944,94	244.000,00
I.P.T.U.	218,57	0,00	71,70	0,00	0,00	0,00	0,00	18.127,74	11.170,35	455,18	660,30	129,90	30.833,74	83.000,00
I.S.S.	11.678,98	6.712,29	6.148,80	6.320,81	391,56	3.808,29	1.575,91	2.637,10	4.459,30	3.863,13	2.636,94	2.579,71	52.812,82	53.000,00
I.T.B.I.	226,42	2.327,02	2.917,07	948,08	202,52	1.154,67	502,06	709,04	2.927,33	985,87	1.214,12	7.647,86	21.762,06	20.000,00
I.R.R.F	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Tributárias	3.006,89	3.988,38	4.134,54	36.502,12	3.418,51	3.177,08	6.464,41	2.285,96	12.002,07	4.967,28	3.525,91	12.063,17	95.536,32	88.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	1.479,78	1.730,55	1.895,97	1.791,99	0,00	4.269,10	2.672,50	0,00	5.898,60	2.464,79	2.002,91	2.058,66	26.264,85	20.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	4.256,88	2.457,16	4.801,40	20.931,05	3.275,05	4.544,76	3.275,96	8.913,51	3.259,12	4.806,00	5.947,59	6.580,13	73.048,61	14.512,50
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	623.814,93	641.461,12	685.866,61	970.174,50	800.334,22	757.321,90	632.306,21	854.689,76	827.972,51	889.533,81	783.340,94	713.630,51	9.180.447,02	7.610.779,96
Cota-Parte do F.P.M.	278.258,05	299.541,54	359.079,75	452.602,25	433.997,93	467.569,14	305.238,64	404.592,84	464.387,91	419.142,81	356.554,65	367.792,51	4.608.758,02	3.941.562,43
Cota-Parte do I.C.M.S.	180.157,95	193.362,29	187.791,15	201.044,57	190.190,80	162.319,72	189.329,15	187.800,49	183.420,69	184.087,82	196.589,11	195.083,54	2.251.177,28	2.139.925,89
Cota-Parte do I.P.V.A.	5.501,66	6.912,86	5.571,83	2.830,47	0,00	9.186,25	13.033,86	11.787,11	13.309,55	13.747,66	8.557,43	10.703,40	101.142,08	95.000,00
Cota-Parte do ITR.	328,50	1.177,89	5,00	15,25	34,63	0,00	6,00	15,69	6,80	13,15	0,00	0,00	1.602,91	225,00
Transferências da LC 87/1996	1.118,83	1.118,83	1.118,83	1.118,83	1.084,75	1.084,75	1.084,75	1.084,75	1.084,75	1.084,75	1.084,75	1.084,75	13.153,32	37.500,00
Transferências do FUNDEB	61.054,89	64.628,95	64.129,78	71.072,32	76.135,55	70.577,30	73.053,56	76.896,43	78.553,48	76.767,49	74.927,66	76.286,30	864.083,71	400.000,00
Outras Transferências Correntes	97.395,05	74.718,76	68.170,27	241.490,81	98.890,56	46.584,74	50.560,25	172.512,45	87.209,33	194.690,13	145.627,34	62.680,01	1.340.529,70	996.566,64
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	4.652,58	4.894,43	5.714,08	228.560,53	0,00	10.554,48	26.763,16	6.112,09	7.732,14	203,57	5.939,39	6.054,92	307.181,37	104.295,00
DEDUÇÕES (II)	93.837,79	101.218,64	111.560,67	132.519,18	125.898,24	128.818,92	102.316,41	121.837,04	133.100,01	124.342,79	113.272,16	115.650,30	1.404.372,15	547.815,82
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	93.837,79	101.218,64	111.560,67	132.519,18	125.898,24	128.818,92	102.316,41	121.837,04	133.100,01	124.342,79	113.272,16	115.650,30	1.404.372,15	547.815,82
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I – II)	555.497,24	562.352,31	599.989,50	1.132.709,90	681.723,62	656.011,36	571.243,80	771.638,16	742.321,41	782.936,84	691.995,94	635.094,56	8.383.514,64	7.445.771,64

FONTE: SECRETARIA DA FAZENDA

Anexo 4 RGF Operações de Crédito

MUNICÍPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2011/QUADRIMESTRE MAIO - AGOSTO

RGF – ANEXO IV (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Amparadas pelo art. 9-N da Resolução nº 2.827/01, do CMN	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	8.383.514,64	—
OPERAÇÕES VEDADAS (III)	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	1.341.362,34	16,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	586.846,02	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	0,00	0,00

FONTE: SECRETARIA DA FAZENDA

Anexo 5 RGF Disponibilidade de Caixa

MUNICÍPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2011/QUADRIMESTRE MAIO - AGOSTO

RGF - Anexo V (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
ALIENACAO BENS	42.876,61	0,00	42.876,61
Assistência Farmacêutica Básica	636,91	0,00	636,91
Atenção Básica	2.475,48	0,00	2.475,48
Contribuição para o Custeio dos Serviços de Ilumin	4.045,52	0,00	4.045,52
Outras Transferências de Recursos do Fundo Naciona	32.787,92	0,00	32.787,92
Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar -	3.172,63	11.482,48	(8.309,85)
RECURSOS CONVENIO ESTADO	18.697,26	0,00	18.697,26
Salário Educação	97.463,60	0,00	97.463,60
Transferências de Convênios - Educação	7.745,62	0,00	7.745,62
Transferências de Convênios - Outros	368.981,20	94.892,56	274.088,64
Transferências do FUNDEB - 40%	0,00	11.490,35	(11.490,35)
Transferências do FUNDEB - 60%	42.005,88	13.224,43	28.781,45
Vigilância em Saúde	31.173,51	0,00	31.173,51
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	652.062,14	131.089,82	520.972,32
Receitas de Impostos e Transf. de Impostos - Educa	0,00	26.853,35	(26.853,35)
Receitas de Impostos e Transf. de Impostos - Saude	2.260,64	0,00	2.260,64
Receitas de Impostos e Transferência de Impostos -	89.616,74	30.950,40	58.666,34
RECURSOS ORDINARIO - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	553.031,99	76.922,19	476.109,80
RECURSOS ORDINARIOS	12.176,50	314,67	11.861,83
RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	0,00	27.277,68	(27.277,68)
Recursos Próprios Saúde 15%	0,00	24,00	(24,00)
RECURSOS VINCULADOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	0,00	304,76	(304,76)
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	657.085,87	162.647,05	494.438,82
TOTAL (III) = (I + II)	1.309.148,01	293.736,87	1.015.411,14
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES'	0,00	0,00	0,00

FONTE: SECRETARIA DA FAZENDA

Nota: ' A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

Anexo 6 RGF Restos a Pagar

MUNICÍPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO - SC

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DOS RESTOS A PAGAR

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2011/QUADRIMESTRE MAIO - AGOSTO

RGF - ANEXO VI (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR					
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados		DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS(NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar	0,00	11.482,48	0,00	0,00	(8.309,85)	0,00
Transferências de Convênios - Educação	0,00	0,00	0,00	1.707,00	7.745,62	0,00
Transferências de Convênios - Outros	0,00	94.892,56	0,00	0,00	274.088,64	0,00
Transferências do FUNDEB - 40%	0,00	4.077,99	0,00	0,00	(11.490,35)	0,00
Transferências do FUNDEB - 60%	0,00	13.224,43	0,00	0,00	28.781,45	0,00
TOTAL DE RECURSOS VINCULADOS(I)	0,00	123.677,46	0,00	1.707,00	290.815,51	0,00
Receitas de Impostos e Transf. de Impostos - Educação	0,00	26.853,35	0,00	3.113,31	(26.853,35)	0,00
Receitas de Impostos e Transferência de Impostos - Provenientes de Operações de Crédito	0,00	14.472,35	0,00	1.351,06	58.666,34	0,00
RECURSOS ORDINARIO - ORCAMENTOS MÚLTIPLOS	0,00	41.825,91	0,00	2.753,43	476.109,80	0,00
RECURSOS ORDINARIOS	0,00	314,67	0,00	3.941,63	11.861,83	0,00
RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MÚLTIPLOS	27.277,68	0,00	0,00	0,00	(27.277,68)	0,00
Recursos Próprios Saúde 15%	24,00	0,00	0,00	0,00	(24,00)	0,00
TOTAL DE RECURSOS NÃO VINCULADOS(II)	27.301,68	83.466,28	0,00	11.159,43	492.482,94	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	27.301,68	207.143,74	0,00	12.866,43	783.298,45	0,00
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

Anexo 6 RREO Resultado Nominal

Município de Chapadão do Lageado - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A AGOSTO 2011/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO – Anexo VI (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2010 (A)	Em 30 Jun 2011 (B)	Em 31 Ago 2011 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	530.188,63	475.127,22	475.127,22
DEDUÇÕES (II)	969.021,26	1.130.353,64	1.075.531,43
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.231.403,19	1.314.654,42	1.309.148,01
Demais Haveres Financeiros	0,00	1.300,83	828,84
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	262.381,93	185.601,61	234.445,42
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-438.832,63	-655.226,42	-600.404,21
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	489.900,00	489.900,00	489.900,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-928.732,63	-1.145.126,42	-1.090.304,21

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Ago 2011 (C - A)
VALOR	54.822,21	-161.571,58

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	634.669,85

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2010 (A)	Em 30 Jun 2011 (B)	Em 31 Ago 2011 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE: SECRETARIA DA FAZENDA

Anexo 7 RGF Simplificado RGF

MUNICÍPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Até o 2º Quadrimestre de 2011

L.R.F., Artigo 48 - Anexo VII

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	3.829.876,46	45,68
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	5.030.108,78	60,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	4.778.603,34	57,00
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-1.060.758,65	-12,65
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	10.060.217,57	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	1.844.373,22	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	1.341.362,34	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	586.846,02	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Apurado nos Demonstrativos Respectivos	12.866,43	783.298,45

FONTE: SECRETARIA DA FAZENDA

Anexo 7 RREO Resultado Primario

Município de Chapadao do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A AGOSTO 2011/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO VII (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2011	Até o Bimestre 2010
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	7.624.021,64	1.314.562,78	5.492.363,57	5.956.187,54
Receita Tributária	244.000,00	30.457,91	115.743,27	134.708,99
I.P.T.U.	83.000,00	790,20	30.543,47	25.592,58
I.S.S.	53.000,00	5.216,65	21.951,94	59.825,37
I.T.B.I.	20.000,00	8.861,98	15.343,47	10.478,53
I.R.R.F.	10.000,00	12.893,76	26.956,15	16.577,61
Outras Receitas Tributárias	78.000,00	2.695,32	20.948,24	22.234,90
Receita de Contribuição	20.000,00	4.061,57	19.366,56	0,00
Outras Contribuições	20.000,00	4.061,57	19.366,56	0,00
Receita Patrimonial Líquida	12.762,50	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	14.512,50	12.527,72	40.602,12	29.268,63
(-) Aplicações Financeiras	1.750,00	12.527,72	40.602,12	29.268,63
Transferências Correntes	7.242.964,14	1.268.048,99	5.293.893,99	5.763.677,88
F.P.M.	3.639.062,43	579.477,80	2.575.421,38	2.030.180,28
I.C.M.S.	1.925.509,23	313.338,26	1.191.057,75	1.053.553,89
Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências Correntes	1.678.392,48	375.232,93	1.527.414,86	2.679.943,71
Demais Receitas Correntes	104.295,00	11.994,31	63.359,75	57.800,67
Dívida Ativa	4.000,00	127,45	1.376,85	7.278,92
Diversas Receitas Correntes	100.295,00	11.866,86	61.982,90	50.521,75
RECEITAS DE CAPITAL (II)	21.000,00	0,00	0,00	20.000,00
Operações de Crédito (III)	1.000,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00
Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	7.624.021,64	1.314.562,78	5.492.363,57	5.956.187,54
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2011	Até o Bimestre 2010
DESPESAS CORRENTES (VIII)	6.547.640,73	1.248.936,02	4.706.288,60	4.021.811,93
Pessoal e Encargos Sociais	3.100.301,71	704.671,86	2.522.524,25	2.046.253,26
Juros e Encargos da Dívida (IX)	45.000,00	7.694,21	29.701,36	350,92
Outras Despesas Correntes	3.402.339,02	536.569,95	2.154.062,99	1.975.207,75
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	6.502.640,73	1.241.241,81	4.676.587,24	4.021.461,01
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	1.641.898,85	150.832,81	531.357,59	1.785.038,14
Investimentos	1.481.898,85	130.420,31	445.677,44	1.713.612,38
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	160.000,00	20.412,50	85.680,15	71.425,76
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	1.481.898,85	130.420,31	445.677,44	1.713.612,38

Município de Chapadão do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2011/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2011	Até o Bimestre 2010
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	60.000,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	8.044.539,58	1.371.662,12	5.122.264,68	5.735.073,39
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-420.517,94	-57.099,34	370.098,89	221.114,15
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	54.331,37	0,00
Superávit Financeiro	-	-	54.331,37	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				182.250,00

FONTE: SECRETARIA DA FAZENDA

Chapadão do Lageado, 27/09/2011

Anexo 9 RREO Restos a Pagar por Poder

Município de Chapadao do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2011/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - Anexo IX (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS					RP NÃO PROCESSADOS				
	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2010				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2010			
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	27.301,68	235.080,25	-	235.080,25	27.301,68	-	235.130,00	-	235.130,00	-
EXECUTIVO										
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	27.301,68	233.704,11	0,00	233.704,11	27.301,68	0,00	235.130,00	0,00	235.130,00	0,00
GABINETE DO PREFEITO E VICE	0,00	200,86	0,00	200,86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DA AGRICULTURA	0,00	12.709,06	0,00	12.709,06	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORT	0,00	1.876,58	0,00	1.876,58	0,00	0,00	212.230,00	0,00	212.230,00	0,00
SECRETARIA DA FAZENDA	0,00	1.726,53	0,00	1.726,53	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DA SAUDE	24,00	0,00	0,00	0,00	24,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMEN	0,00	4.690,96	0,00	4.690,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E TURISMO	0,00	43,64	0,00	43,64	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERV	27.277,68	212.456,48	0,00	212.456,48	27.277,68	0,00	22.900,00	0,00	22.900,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CHAPADAO DO LAGE	0,00	1.376,14	0,00	1.376,14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DA SAUDE	0,00	1.376,14	0,00	1.376,14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):	27.301,68	235.080,25	0,00	235.080,25	27.301,68	0,00	235.130,00	0,00	235.130,00	0,00

FONTE: SECRETARIA DA FAZENDA

Concórdia

PREFEITURA

Lei Nº 4.337, de 14 de Setembro de 2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 4.337, DE 14 DE SETEMBRO DE 2011.

Altera dispositivos da Lei nº 3.390, de 25 de junho de 2002 e alterações, que dispõem sobre a eleição de Diretores de Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º A Lei nº 3.390, de 25 de junho de 2002 e alterações, que dispõem sobre a eleição de Diretores de Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino terá dispositivos alterados na forma desta Lei.

Art. 2º O art. 3º passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º Os Diretores serão eleitos pela comunidade escolar, mediante chapa devidamente registrada junto à Comissão Eleitoral, através de voto secreto e direto, proibido o voto por representação ou por procuração.

§ 1º Para Unidades Escolares com 500 (quinhentos) alunos ou mais e para as que oferecerem educação em tempo integral, e Educação de Jovens e Adultos da Escola Sede, as chapas deverão ser compostas por 2 (dois) candidatos: Diretor e Diretor Adjunto.

§ 2º O número de alunos para efeitos do § 1º será o considerado existente em 30 de setembro do ano em que ocorrerem as eleições.

§ 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se comunidade escolar, o conjunto de alunos(as), pais, mães ou responsáveis por alunos(as), profissionais da educação e servidores públicos em exercício na escola, os quais terão representatividade definida em regulamento e edital, sendo este último, de competência da Secretaria Municipal de Educação.

§ 4º Os Diretores serão eleitos pela comunidade escolar para exercer o mandato de três anos, com direito, somente, a uma reeleição.” (NR)

Art. 3º O art. 4º passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º Poderá candidatar-se ao cargo de Diretor, profissional do magistério que comprovar:

I - formação a nível superior na área da educação - licenciatura plena;

II - experiência docente ou administrativa na área da educação, comprovada com certidão de, no mínimo, 3 (três) anos, contados na data da posse;

III - efetividade de no mínimo 1 (um) ano, na Rede Municipal de Ensino ou que tenha atuado na unidade escolar pretendida;

IV - participação no curso de capacitação de gestão escolar, oferecido pela Secretaria Municipal de Educação, apresentando certificado juntamente com a documentação.

Parágrafo único. O candidato que estiver respondendo a processo administrativo durante o período eleitoral e que venha a ser condenado, caso seja eleito, não será empossado ou não assumirá o cargo e se a decisão final ocorrer depois da posse, perderá o cargo.” (NR)

Art. 4º O art. 9º passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 9º A destituição dos dirigentes nomeados poderá ocorrer:

I - após deliberação em assembleia geral da comunidade escolar, convocada pela Associação de Pais e Professores - APP e/ou Conselho Escolar para essa finalidade específica;

II - em caso de ocorrência de processo administrativo que envolva questões de gestão escolar;

III - nos casos em que houver prejuízo ao processo de ensino e aprendizagem dos alunos, situação em que a Secretaria Municipal de Educação encaminhará à Administração Municipal, pedido de exoneração justificado.

§ 1º Para instalação da assembleia geral de que trata o inciso I deste artigo, o quórum mínimo deverá ser de 50% (cinquenta por cento) da atual comunidade escolar.

§ 2º Na assembleia e na aferição do resultado da votação, que ocorrerá do voto secreto, será assegurada a ampla defesa do indicado, observando-se a proporcionalidade de que trata o § 2º do art. 3º desta Lei.” (NR)

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

SANTO HERMINIO DE LUCA

Secretário Municipal de Educação

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 14 de setembro de 2011.

MARIA SUELI S. BIGATON

Diretora Administrativa

Lei Nº 4.338, de 15 de Setembro de 2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 4.338, DE 15 DE SETEMBRO DE 2011.

Institui o Programa Leitor Assíduo no âmbito do Município de Concórdia; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica autorizado o Executivo Municipal a instituir no âmbito do Município, o Programa Leitor Assíduo, com o objetivo de incentivar e fortalecer o hábito de leitura, pela população concordiense.

Art. 2º O Programa poderá ser instituído por decreto do Chefe do Poder Executivo, o qual, entre outros, poderá estabelecer a concessão de prêmios, por categorias, aos leitores com maior número de livros registrados na Biblioteca Pública Municipal.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 15 de setembro de 2011.

MARIA SUELI S. BIGATON
Diretora Administrativa

Lei Nº 4.339, de 21 de Setembro de 2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 4.339, DE 21 DE SETEMBRO DE 2011.

Autoriza abertura de crédito suplementar; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Poder Executivo do Município autorizado a anular parte das dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão 17 FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁRIA

Unidade Orçamentária 17.01 Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária

Projeto/Atividade 20.606.0066.2304 Ações da Extensão Rural

Elemento 3.3.50.00.00.00.00.00 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 8.500,00

Órgão 21 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE

Unidade Orçamentária 21.01 Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente

Projeto/Atividade 18.543.0081.2503 Melhoria Ambiental com Medidas Mitigadoras e Compensatórias

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 20.000,00

Elemento 3.3.50.00.00.00.00.00 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

Fonte de Recursos 0.6.0000 Recursos Ordinários R\$ 2.788,50

TOTAL ANULADO R\$ 31.288,50.

Art. 2º Com os recursos de que trata o art. 1º desta Lei, fica o Poder Executivo do Município autorizado a suplementar as dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão 17 FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁRIA

Unidade Orçamentária 17.01 Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária

Projeto/Atividade 20.606.0066.2304 Ações da Extensão Rural

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 6.000,00

Elemento 4.4.50.00.00.00.00.00 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 2.500,00

Órgão 21 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE

Unidade Orçamentária 21.01 Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente

Projeto/Atividade 18.122.0080.2501 Manutenção das Atividades-Meio da FUMDEMA

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 22.288,50

Elemento 3.3.20.00.00.00.00.00 Transferências à União

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 500,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 31.288,50.

Art. 3º Fica o Poder Executivo do Município autorizado a suplementar, com recursos do excesso de arrecadação verificado até 31 de julho de 2011, as dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão 20 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

Unidade Orçamentária 20.01 Fundação Municipal de Esportes

Projeto/Atividade 27.812.0076.2453 Ações do Desporto Comunitário

Elemento 3.3.50.00.00.00.00.00 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 8.000,00

Elemento 4.4.50.00.00.00.00.00 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 20.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 28.000,00.

Art. 4º Ficam alteradas nas Leis nºs. 4.108, de 13 de outubro de 2009; 4.179, de 10 de maio de 2010 e 4.259, de 20 de dezembro de 2010, as ações mencionadas nesta Lei.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

MARIA SUELI S. BIGATON

Secretária Municipal de Administração, em exercício

JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO

Secretário Municipal de Finanças

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 21 de setembro de 2011.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

Lei Nº 4.340, de 21 de Setembro de 2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 4.340, DE 21 DE SETEMBRO DE 2011.

Autoriza celebrar convênios com entidades.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica a Fundação Municipal de Esportes - FMEC autorizada a celebrar convênios com as seguintes entidades:

I - Associação de Moradores de Barra Fria, inscrita no CNPJ sob nº 01.491.743/0001-74, objetivando a conjunção de esforços, para construção da cancha de bochas da Comunidade, oportunizando aos moradores e população em geral, o desenvolvimento e difusão do esporte, podendo o Município participar com o valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais);

II - Associação Esporte Clube Aeroporto, de Linha São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 75.319.731/0001-01, objetivando a conjunção de esforços, para melhorias na sede esportiva da Comunidade, oportunizando aos moradores e população em geral, o desenvolvimento e difusão do esporte, podendo o Município participar com o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais);

III - Sociedade Ideal de Planalto, inscrita no CNPJ sob nº 83.576.058/0001-05, objetivando a conjunção de esforços, para estruturação de locais, visando o desenvolvimento das atividades culturais e outros eventos sociais, e incentivo e difusão do esporte, mediante a realização de atividades esportivas, para comemoração dos 70 (setenta) anos do Distrito de Planalto, podendo o Município participar com o valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

Art. 2º Fica o Município, pelo Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária - FUMDEAGRO, autorizado a celebrar convênio com a Sociedade de Água do Km - 111, inscrita no CNPJ sob nº 03.286.449/0001-56, objetivando a conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores do Km 111, melhor qualidade de vida pelo saneamento básico, mediante a implantação de rede de água na comunidade, podendo o Município participar com o valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais).

Art. 3º As ações e obrigações das partes serão fixadas nos Termos de que trata esta Lei.

Art. 4º Os recursos necessários à execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento geral do Município.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

MARIA SUELI S. BIGATON
Secretária Municipal de Administração, em exercício

JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO
Secretário Municipal de Finanças

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 21 de setembro de 2011.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

Decreto Nº 5.619, de 20 de Setembro de 2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 5.619, DE 20 DE SETEMBRO DE 2011.

Estabelece Escala de Plantão das Farmácias do Município de Concórdia.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no art. 280 da Lei Complementar nº 188, de 11 de maio de 2001 e alterações e na Lei nº 3.629, de 15 de abril de 2005.

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecida a Escala de Plantão das Farmácias do Município de Concórdia, para o período de 1º de outubro a 31 de dezembro de 2011, na forma do Anexo Único, parte integrante deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogado o Decreto nº 5.562, de 20 de dezembro de 2010.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

MARIA SUELI S. BIGATON
Secretária Municipal de Administração, em exercício

GENAIR LOURDES BOGONI
Secretária Municipal de Saúde

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 20 de setembro de 2011.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

ANEXO ÚNICO

ESCALA DE PLANTÃO DAS FARMÁCIAS – Da 0h (zero hora) às 7h (sete horas)

Período: 1º de outubro a 31 de dezembro de 2011.

DIA	OUT/2011 Farmácia	NOV/2011 Farmácia	DEZ/2011 Farmácia
1º	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 949	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 949	Popular – Rua Marechal Deodoro, 826
2	São João – Rua Marechal Deodoro, 952	SESI – Rua Marechal Deodoro, 969	Medicare Farma – Rua do Comércio, 435
3	Moderna – Rua Marechal Deodoro, 769	SESI – Rua do Comércio, 336	Santo Antônio – Rua João Suzin Marini, 311, Sala 1 (Super Copérda)
4	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 949	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 949	OesteFarma – Rua 29 de Julho, 185, Sala 1
5	São Pedro – Rua Getúlio Vargas, 340	São João – Rua Anita Garibaldi, 16	Vital Farma – Rua Marechal Deodoro, 799
6	Popular – Rua Marechal Deodoro, 826	Grigolo – Rua 29 de Julho, 477	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 949
7	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 949	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 949	São João – Rua Marechal Deodoro, 952
8	Santa Luzia – Rua do Comércio, 244	Med Farma – Clovis César de Oliveira, 600, Bairro Santa Cruz	Moderna – Rua Marechal Deodoro, 769
9	Brasil – Rua Marechal Deodoro, 1.000	Popular – Rua Marechal Deodoro, 826	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 949
10	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 949	Medicare Farma – Rua do Comércio, 435	São Pedro – Rua Getúlio Vargas, 340
11	SESI – Rua Marechal Deodoro, 969	Santo Antônio – Rua João Suzin Marini, 311, Sala 1 (Super Copérda)	Popular – Rua Marechal Deodoro, 826
12	SESI – Rua do Comércio, 336	OesteFarma – Rua 29 de Julho, 185, Sala 1	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 949

DIA	OUT/2011 Farmácia	NOV/2011 Farmácia	DEZ/2011 Farmácia
13	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 949	Vittal Farma – Rua Marechal Deodoro, 799	Santa Luzia – Rua do Comércio, 244
14	São João – Rua Anita Garibaldi, 16	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 949	Brasil – Rua Marechal Deodoro, 1.000
15	Grigolo – Rua 29 de Julho, 477	São João – Rua Marechal Deodoro, 952	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 949
16	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 949	Moderna – Rua Marechal Deodoro, 769	SESI – Rua Marechal Deodoro, 969
17	Med Farma – Clovis César de Oliveira, 600, Bairro Santa Cruz	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 949	SESI – Rua do Comércio, 336
18	Popular – Rua Marechal Deodoro, 826	São Pedro – Rua Getúlio Vargas, 340	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 949
19	Medicare Farma – Rua do Comércio, 435	Popular – Rua Marechal Deodoro, 826	São João – Rua Anita Garibaldi, 16
20	Santo Antônio – Rua João Suzin Marini, 311, Sala 1 (Super Copérdia)	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 949	Grigolo – Rua 29 de Julho, 477
21	OesteFarma – Rua 29 de Julho, 185, Sala 1	Santa Luzia – Rua do Comércio, 244	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 949
22	Vittal Farma – Rua Marechal Deodoro, 799	Brasil – Rua Marechal Deodoro, 1.000	Med Farma – Clovis César de Oliveira, 600, Bairro Santa Cruz
23	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 949	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 949	Popular – Rua Marechal Deodoro, 826
24	São João – Rua Marechal Deodoro, 952	SESI – Rua Marechal Deodoro, 969	Medicare Farma – Rua do Comércio, 435
25	Moderna – Rua Marechal Deodoro, 769	SESI – Rua do Comércio, 336	Santo Antônio – Rua João Suzin Marini, 311, Sala 1 (Super Copérdia)
26	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 949	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 949	OesteFarma – Rua 29 de Julho, 185, Sala 1
27	São Pedro – Rua Getúlio Vargas, 340	São João – Rua Anita Garibaldi, 16	Vittal Farma – Rua Marechal Deodoro, 799
28	Popular – Rua Marechal Deodoro, 826	Grigolo – Rua 29 de Julho, 477	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 949
29	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 949	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 949	São João – Rua Marechal Deodoro, 952
30	Santa Luzia – Rua do Comércio, 244	Med Farma – Clovis César de Oliveira, 600, Bairro Santa Cruz	Moderna – Rua Marechal Deodoro, 769
31	Brasil – Rua Marechal Deodoro, 1.000		Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 949

Decreto Nº 5.620, de 21 de Setembro de 2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 5.620, DE 21 DE SETEMBRO DE 2011.

Abre crédito suplementar.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no art. 8º da Lei nº 4.259, de

20 de dezembro de 2010.

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada, com recursos do excesso de arrecadação verificado até 31 de agosto de 2011, a dotação constante no elemento do seguinte projeto/atividade do orçamento vigente:

Órgão 18 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA

AO SERVIDOR

Unidade Orçamentária 18.01 Fundo Municipal de Assistência ao Servidor

Projeto/Atividade 04.302.0068.2352 Manutenção das Atividades de Assistência Hospitalar

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.2.0000 Recursos Ordinários R\$ 275.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 275.000,00.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

MARIA SUELI S. BIGATON

Secretária Municipal de Administração, em exercício

JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO

Secretário Municipal de Finanças

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 21 de setembro de 2011.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

Decreto Nº 5.621, de 21 de Setembro de 2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 5.621, DE 21 DE SETEMBRO DE 2011.

Abre crédito suplementar; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei nº 4.339, de 21 de setembro de 2011.

DECRETA:

Art. 1º Ficam anuladas partes das dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão 17 FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁRIA

Unidade Orçamentária 17.01 Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária

Projeto/Atividade 20.606.0066.2304 Ações da Extensão Rural

Elemento 3.3.50.00.00.00.00.00 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 8.500,00

Órgão 21 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE

Unidade Orçamentária 21.01 Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente

Projeto/Atividade 18.543.0081.2503 Melhoria Ambiental com Medidas Mitigadoras e Compensatórias

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 20.000,00
Elemento 3.3.50.00.00.00.00.00 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

Fonte de Recursos 0.6.0000 Recursos Ordinários R\$ 2.788,50

TOTAL ANULADO R\$ 31.288,50.

Art. 2º Com os recursos de que trata o art. 1º deste Decreto, ficam suplementadas as dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão 17 FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁRIA

Unidade Orçamentária 17.01 Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária

Projeto/Atividade 20.606.0066.2304 Ações da Extensão Rural
Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 6.000,00
Elemento 4.4.50.00.00.00.00.00 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 2.500,00

Órgão 21 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE

Unidade Orçamentária 21.01 Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente

Projeto/Atividade 18.122.0080.2501 Manutenção das Atividades-Meio da FUMDEMA

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 22.288,50

Elemento 3.3.20.00.00.00.00.00 Transferências à União

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 500,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 31.288,50.

Art. 3º Ficam suplementadas, com recursos do excesso de arrecadação verificado até 31 de julho de 2011, as dotações constantes nos elementos do seguinte projeto/atividade do orçamento vigente:

Órgão 20 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

Unidade Orçamentária 20.01 Fundação Municipal de Esportes

Projeto/Atividade 27.812.0076.2453 Ações do Desporto Comunitário

Elemento 3.3.50.00.00.00.00.00 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 8.000,00

Elemento 4.4.50.00.00.00.00.00 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 20.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 28.000,00.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

MARIA SUELI S. BIGATON

Secretária Municipal de Administração, em exercício

JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO

Secretário Municipal de Finanças

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 21 de setembro de 2011.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

Decreto Nº 709/2011, de 14 de Setembro de 2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 709/2011, DE 14 DE SETEMBRO DE 2011.

Designa membros para integrar o Conselho Municipal de Desenvolvimento Agropecuário - COMDEAGRO.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei Complementar nº 129, de 24 de abril de 1997 e alterações e no Decreto nº 4.708, de 3 de novembro de 2003.

DECRETA:

Art. 1º Ficam designados membros para integrar o Conselho Municipal de Desenvolvimento Agropecuário - COMDEAGRO, com os respectivos órgãos ou entidades que representam:

I - Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente:

a) titulares:

1. CESAR PELLIZZARO;

2. MAURO MARTINI;

b) suplentes:

1. JONATHAN WILLIAM ZANELLA;

2. GILMAR LUIZ ROMANI;

II - Secretaria Municipal de Saúde:

a) titular: LEDA MARIA TURCATEL;

b) suplente: FRANCIELI BIZZOTTO;

III - Secretaria Municipal de Educação:

a) titular: ORIDES STORCHIO;

b) suplente: MARLI TEREZINHA ZANIN;

IV - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A. - EPAGRI:

a) titular: JOÃO AUGUSTO RIBEIRO ROSA;

b) suplente: MAURI PEIXE;

V - Centro Nacional de Pesquisa de Suínos e Aves - CNPSA/Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA:

a) titular: NILSON WOLOSZYN;

b) suplente: VITOR HUGO GRINGS;

VI - Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina - CIDASC:

a) titular: ERNANI JOSE ANDREIS;

b) suplente: DAHIANNE LEIA BECKER;

VII - Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente - FUMDEMA:

a) titular: EDSON LUIS GONÇALVES;

b) suplente: IVETE DAHMER ALBIERO;

VIII - Núcleo de Médicos Veterinários do Alto Uruguai Catarinense:

a) titular: ILDO DAL POZZO;

b) suplente: NELSON MORES;

IX - Núcleo dos Engenheiros Agrônomos do Alto Uruguai Catarinense - NAUC:

a) titular: HENRIQUE MORIGUTI;

b) suplente: VITOR LUIZ MICHELON;

X - Associação Catarinense de Criadores de Suínos - ACCS:

a) titular: FELIPE PENTER;

b) suplente: JULIANA LUPATO ZUCCHI;

XI - Associação Catarinense de Criadores de Bovinos - ACCB:

a) titular: FERNANDO COLDEBELLA;

b) suplente: JAIMIR RESMIN;

XII - Associação Regional dos Técnicos Agrícolas de Nível Médio do Alto Uruguai Catarinense - Núcleo de Concórdia:

a) titular: LIDIONEI MATTEI;

b) suplente: IVONEI SERGIO SCHUMANN;

XIII - Associação Regional dos Apicultores de Concórdia - ARAPI:

a) titular: ADELINO PRAVATO;

b) suplente: GASPARE GUILLIANI;

XIV - Brasil Foods - BRF:

a) titular: HERBERT HEPP JUNIOR;

b) suplente: GERSON BISON;

XV - Cooperativa de Produção e Consumo Concórdia Ltda. - CO-PERDIA:

a) titular: CARLOS MARCHETTI;

b) suplente: ELISETTE SQUENA;

XVI - Associação dos Produtores de Hortifrutigranjeiros de Concórdia - APROHODIA:

a) titular: EVANDRO MACAGNAN;

b) suplente: AMILTON RITTER;

XVII - Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Alto Uruguai Catarinense - SINTRAF:

a) titular: CATIANE PIFFER BONATO;

b) suplente: NEUDIR RABER;

XVIII - Sindicato Rural de Concórdia:

a) titular: LUIZ MARCHIORO;

b) suplente: GIOVANI ROGOWSKI;

XIX - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - Campus Concórdia:

a) titular: ANTONIO MARCOS CECCONELLO;

b) suplente: ROBERTO ANDRE GRAVE;

XX - Organização Municipal das Associações Rurais de Concórdia - OMARC:

a) titular: CIRIO ANTONIO SCHIAVINI;

b) suplente: ELVIO MARCHESAN;

XXI - representantes dos produtores líderes rurais:

a) titulares:

1. DAILOR SILVA;

2. DILSO GIACHINI;

3. ELIANE SGARBOSSA;

4. ELIO MACAGNAN;

5. EROTIDES ROMANI;

6. ITAIR WEBER;

7. JULCEMAR GALANTE;

8. LAURINDO DALLA COSTA;

9. LUIZ PIVOTTO;

10. MARLI RESMINI;

11. MARILUCI NOTTAR - representante da juventude rural;

12. MILTON ERTEL;

13. NELSO MAULI;

14. ORIDES BONATTO;

15. OSMAR DEBONA;

16. RENATO MULLER;

17. ROBERTO SLOGO;

18. ROMEU DONATTI;

19. ROSELEI ZANETTI;

20. SERGIO SCHWINGEL;

21. VALCIR MARSARO;

b) suplentes:

1. ADELAIDE FRASNELLI;

2. ADEMIR NESPOLO;

3. AIRTON PIOVESAN;

4. EDEZIO POLETTO;
5. EDI PILONI;
6. GENIVAL BERNARDI;
7. GERSON FORNARI;
8. ILOCIR AGOSTINI;
9. IVANIR GONÇALVES DE AZEVEDO;
10. JANDIR GRANDO;
11. LEANDRO BASSANI;
12. LUIS GERSON SAUER;
13. LUIZ DILDA;
14. LUIZ PAVIANI;
15. MARCOS PARZIANELLO;
16. NEIVOR STEDILLE;
17. NELISSE ANTUNES CARNEIRO MORETTO;
18. SIRLEI PORT SCHONS;
19. VILMAR LAZZARI;
20. VILMO GIRALDI;
21. WALTER SANDI;

XXII - Associação dos Produtores Agroecológicos:

a) titular: LURDES SCHIENEMEYER;

b) suplente: NELSI WEIRICH;

XXIII - Cooperativa de Produção Agroindustrial Familiar de Concórdia - COPAFAC:

a) titular: REMIDIO ROMANI;

b) suplente: LUIZ CARLOS TRENTIN;

XXIV - Fundação Universidade do Contestado - FUNC:

a) titular: JAIRO MARCHESAN;

b) suplente: LENOAR ANTONIO BORDIGNON.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 13 de setembro de 2011.

MARIA SUELI S. BIGATON
Diretora Administrativa

ANTONIO COLUSSI

Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente

Decreto Nº 710/2011, de 14 de Setembro de 2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 710/2011, DE 14 DE SETEMBRO DE 2011.

Dispõe sobre a ampliação de vagas disponibilizadas no Edital de Concurso Público nº 1/2010 e alterações.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no Decreto nº 4.351, de 5 de outubro de 2001 e alterações, e considerando:

- a necessidade de provimento de vagas surgidas durante a vigência do Edital de Concurso Público nº 1/2010, de 10 de junho de 2010 e alterações;
- o disposto no inciso IV do art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
- o Parecer nº 176/2002, da Assessoria Jurídica da Municipalidade.

DECRETA:

Art. 1º Para fins de aproveitamento dos aprovados no Concurso Público objeto do Edital nº 1/2010 e alterações, fica ampliado o número de vagas disponibilizadas para os cargos de:

I - Arquiteto: 2 (duas) vagas;

II - Engenheiro - Civil: 2 (duas) vagas.

Parágrafo único. Os candidatos aprovados serão investidos nos cargos por ato próprio do Prefeito Municipal, à vista das necessidades da Administração.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 14 de setembro de 2011.

MARIA SUELI S. BIGATON
Diretora Administrativa

Decreto Nº 711/2011, de 14 de Setembro de 2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 711/2011, DE 14 DE SETEMBRO DE 2011.

Designa a servidora ADRIANA SALETE ONETTA para responder, interinamente, pelo cargo de Responsável do Setor Administrativo; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica designada a servidora ADRIANA SALETE ONETTA, ocupante do cargo de Agente Administrativo, para responder pelo cargo de Responsável do Setor Administrativo, a partir do período

vespertino do dia 12 de setembro de 2011, enquanto perdurar o afastamento da titular, percebendo, nesse ínterim, vencimentos próprios do cargo, nível 5, acrescidos da gratificação de 40% (quarenta por cento).

Art. 2º Em face do disposto no art. 1º deste Decreto, fica suspensa, no mesmo período, a gratificação concedida à referida servidora, pelo inciso I do art. 3º do Decreto nº 1/2011, de 3 de janeiro de 2011.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 14 de setembro de 2011.

MARIA SUELI S. BIGATON
Diretora Administrativa

Decreto Nº 712/2011, de 14 de Setembro de 2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 712/2011, DE 14 DE SETEMBRO DE 2011.

Revoga a gratificação, a título de locomoção, concedida ao servidor CLOVIS BONASSI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX.

DECRETA:

Art. 1º Fica revogada, a partir de 1º de setembro de 2011, a gratificação a título de locomoção, concedida ao servidor CLOVIS BONASSI, ocupante do cargo de Odontólogo, matrícula 87793-00, pelo Decreto nº 364/2009, de 24 de março de 2009.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

GENAIR LOURDES BOGONI
Secretária Municipal de Saúde

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 14 de setembro de 2011.

MARIA SUELI S. BIGATON
Diretora Administrativa

Decreto Nº 713/2011, de 14 de Setembro de 2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 713/2011, DE 14 DE SETEMBRO DE 2011.

Revoga a gratificação, pelo exercício de função de direção, concedida à servidora MAISA BIANCHINI RENOSTO.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX.

DECRETA:

Art. 1º Fica revogada, a partir de 19 de setembro de 2011, a gratificação, pelo exercício de função de direção, concedida à servidora MAISA BIANCHINI RENOSTO, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche, pelo Decreto nº 899/2010, de 15 de outubro de 2010.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SANTO HERMINIO DE LUCA
Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 14 de setembro de 2011.

MARIA SUELI S. BIGATON
Diretora Administrativa

Decreto Nº 714/2011, de 15 de Setembro de 2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 714/2011, DE 15 DE SETEMBRO DE 2011.

Nomeia MAISA BIANCHINI RENOSTO - Professor.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nos arts. 36, I e 41, VI da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e no art. 9º, II, da Lei Complementar nº 445, de 9 de dezembro de 2005 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, MAISA BIANCHINI RENOSTO, no cargo de Professor - Educação Infantil, código 10.12, 20 (vinte) horas semanais, do Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, a partir de 19 de setembro de 2011.

Art. 2º Em face da nomeação constante no art. 1º deste Decreto, fica a servidora afastada do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Creche, declarada a vacância e assegurada a recondução.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SANTO HERMINIO DE LUCA
Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 15 de setembro de 2011.

MARIA SUELI S. BIGATON
Diretora Administrativa

Decreto Nº 715/2011, de 15 de Setembro de 2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 715/2011, DE 15 DE SETEMBRO DE 2011.

Nomeia CASSIANO POZZA - Desenhista.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 9º, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado, por concurso, regime estatutário, CASSIANO POZZA, no cargo de Desenhista, Grupo Ocupacional Funcional - GF, faixa de vencimento I, 35 (trinta e cinco) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, a partir de 19 de setembro de 2011.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

MAURÍ MARAN

Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 15 de setembro de 2011.

MARIA SUELI S. BIGATON

Diretora Administrativa

Decreto Nº 716/2011, de 15 de Setembro de 2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 716/2011, DE 15 DE SETEMBRO DE 2011.

Designa a servidora MARIA SUELI DOS SANTOS BIGATON para responder, interinamente, pelo cargo de Secretária Municipal de administração; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, na Lei Complementar nº 163, de 26 de julho de 1999 e alterações e no art. 5º da Lei nº 3.966, de 23 de junho de 2008.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a servidora MARIA SUELI DOS SANTOS BIGATON, ocupante do cargo de Diretora Administrativa, para responder pelo cargo de Secretária Municipal de Administração, no período de 16 a 26 de setembro de 2011, em razão do afastamento da titular, percebendo, nesse ínterim, subsídio previsto na legislação vigente.

Art. 2º Em face do disposto no art. 1º deste Decreto, fica designada a servidora MARIA SUELI DOS SANTOS BIGATON, Secretária Municipal de Administração, em exercício, no período de 16 a 26 de setembro de 2011, para:

I - presidir o Conselho de Administração do Fundo Municipal de Assistência ao Servidor - FUMAS;

II - movimentar as contas bancárias do FUMAS.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 15 de setembro de 2011.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

Decreto Nº 717/2011, de 16 de Setembro de 2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 717/2011, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011.

Dispõe sobre a ampliação de vagas disponibilizadas no Edital de Concurso Público nº 1/2010 e alterações.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no Decreto nº 4.351, de 5 de outubro de 2001 e alterações, e considerando:

- a necessidade de provimento de vagas surgidas durante a vigência do Edital de Concurso Público nº 1/2010, de 10 de junho de 2010 e alterações;
- o disposto no inciso IV do art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
- o Parecer nº 176/2002, da Assessoria Jurídica da Municipalidade.

DECRETA:

Art. 1º Para fins de aproveitamento dos aprovados no Concurso Público, fica ampliado para "12" (doze) o número de vagas para o cargo de Servente Braçal, disponibilizadas no Edital nº 1/2010 e alterações.

Parágrafo único. Os candidatos aprovados serão investidos nos cargos por ato próprio do Prefeito Municipal, à vista das necessidades da Administração.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

MARIA SUELI S. BIGATON

Secretária Municipal de Administração, em exercício

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 16 de setembro de 2011.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

Decreto Nº 717/2011, de 16 de Setembro de 2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 717/2011, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011.

Dispõe sobre a ampliação de vagas disponibilizadas no Edital de Concurso Público nº 1/2010 e alterações.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no Decreto nº 4.351, de 5 de outubro de 2001 e alterações, e considerando:

- a necessidade de provimento de vagas surgidas durante a vigência do Edital de Concurso Público nº 1/2010, de 10 de junho de 2010 e alterações;
- o disposto no inciso IV do art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
- o Parecer nº 176/2002, da Assessoria Jurídica da Municipalidade.

DECRETA:

Art. 1º Para fins de aproveitamento dos aprovados no Concurso Público, fica ampliado para "12" (doze) o número de vagas para o cargo de Servente Braçal, disponibilizadas no Edital nº 1/2010 e alterações.

Parágrafo único. Os candidatos aprovados serão investidos nos cargos por ato próprio do Prefeito Municipal, à vista das necessidades da Administração.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

MARIA SUELI S. BIGATON

Secretária Municipal de Administração, em exercício

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 16 de setembro de 2011.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

Decreto Nº 718/2011, de 16 de Setembro de 2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 718/2011, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011.

Dá nova redação à alínea "b" do inciso II do art. 1º do Decreto nº 334/2010, de 23 de março de 2010 e alterações, que designam membros para integrar o Conselho Municipal do Idoso - CMI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei nº 3.322, de 12 de dezembro de 2001 e no Decreto nº 4.463, de 1º de julho de 2001.

DECRETA:

Art. 1º A alínea "b" do inciso II do art. 1º do Decreto nº 334/2010, de 23 de março de 2010 e alterações, que designam membros para integrar o Conselho Municipal do Idoso - CMI, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º ()

b) suplente: MARIZETE ACKERMANN;" (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

MARIA SUELI S. BIGATON

Secretária Municipal de Administração, em exercício

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 16 de setembro de 2011.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

Decreto Nº 719/2011, de 19 de Setembro de 2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 719/2011, DE 19 DE SETEMBRO DE 2011.

Concede gratificação pelo exercício de função de direção à servidora MAISA BIANCHINI RENOSTO.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nos arts. 74 e 75 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e na Lei nº 4.252, de 13 de dezembro de 2010.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida à servidora MAISA BIANCHINI RENOSTO, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 58602-00, gratificação de direção, equivalente a 50% (cinquenta por cento) sobre o respectivo vencimento, pelo desempenho da coordenação do Centro Municipal de Educação Infantil Lua de Cristal, com dedicação exclusiva, a partir de 27 de setembro de 2011.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

MARIA SUELI S. BIGATON

Secretária Municipal de Administração, em exercício

SANTO HERMINIO DE LUCA

Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 19 de setembro de 2011.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

Decreto Nº 720/2011, de 19 de Setembro de 2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 720/2011, DE 19 DE SETEMBRO DE 2011.

Nomeia membros para compor o Conselho Municipal de Saúde - CMS; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei Complementar nº 56, de 20 de outubro de 1992 e alteração e no Decreto nº 5.227, de 14 de agosto de 2007.

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeadas, a partir de 19 de setembro de 2011, pelo período de 2 (dois) anos, para compor o Conselho Municipal de Saúde - CMS, as pessoas abaixo nominadas, com os respectivos órgãos ou entidades que representam:

I - representantes do Governo Municipal:

a) titulares:

1. GENAIR LOURDES BOGONI - Secretária Municipal de Saúde;

2. CIRLEI GIOMBELLI - Secretaria Municipal de Educação;

3. CESAR PELLIZZARO - Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente;

4. DARINE GRACIELE POTTRATZ - Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação;

b) suplentes:

1. MARIA CRISTINA BERTA - Secretária Municipal de Saúde;

2. VERA JOICE HOFFMANN - Secretária Municipal de Educação;

3. JOSE MODOLON DANDOLINI - Secretária Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente;

4. NEUSA APARECIDA DAHMER - Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação;

II - representantes dos prestadores de serviços - profissionais de saúde:

a) titulares:

1. EDUARDO DA SILVA COSTA - Associação Catarinense de Medicina;

2. EDIO ROSSETT - Beneficência Camiliana do Sul - Hospital São Francisco;

3. TATIANA GAFFURI DA SILVA - Fundação Universidade do Contestado - FunC;

4. VILMA BELTRAME - Associação dos Enfermeiros de Concórdia;

b) suplentes:

1. LECI MARINA HARNISCH - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC;

2. MILTON ODAIR DA SILVA - Beneficência Camiliana do Sul - Hospital São Francisco;

3. DANIELA REGINA SPOSITO DIAS OLIVA - Fundação Universidade do Contestado - FunC;

4. GISELE DALLA COSTA - Associação dos Fisioterapeutas;

III - representantes dos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS:

a) titulares:

1. AGOSTINHO LUIZ SCHIOCHETTI - Associação dos Aposentados, Pensionistas e Idosos de Concórdia - ASAPREV;

2. AIDI MARIA PILONI - Sindicato Regional dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Alto Uruguai Catarinense - SINTRAF;

3. ALZIRO MEZZALIRA CORASSA - União Municipal das Associações de Moradores de Concórdia - UMAMC;

4. EUNICE CADORE FRANZAK - Rede Feminina de Combate ao Câncer - RFCC;

5. FRANCIELE DE ALMEIDA INNING - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Concórdia - APAE;

6. LUDOVICO COREZOLLA - Pastoral da Saúde;

7. SONIA GLECI HACK - Associação dos Portadores de Lesões por Esforços Repetitivos/Distúrbios Osteomusculares Relacionados com o Trabalho - LER/DORT - APLER;

8. VALDIR DE AZEREDO E SILVA - Coletivo Sindical da Central Única dos Trabalhadores do Alto Uruguai Catarinense;
b) suplentes:

1. ARNALDO BASSO - Cooperativa de Produção Agroindustrial Familiar de Concórdia - COPAFAC;

2. HONELISA PATRÍCIA MALACARNE CADORE - Associação de Portadores de Fissuras Lábio-Palatais - PROFIS;

3. IDIONEI JARA - Associação das Pessoas Portadoras de Deficiência Física - Equipe Águas de Concórdia;

4. LEONEL RODRIGUES - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Imobiliário - SINTRACOM;

5. LUIZ BEDIN - Sindicato dos Comerciantes;

6. NORMÉLIO DAMETTO - Associação Água e Saúde;

7. SAIONARA R. SLEIFER CECCHET - Associação de Professores e Funcionários da Fundação Universidade do Contestado - FUNC Campus Concórdia - ASEF;

8. ZILDA MARCIA ONETTA - Sindicato dos Servidores do Município de Concórdia - SSMC.

Art. 2º Ficam revogados os Decretos nºs. 756/2009, de 21 de setembro de 2009; 905/2009, de 3 de dezembro de 2009; 400/2010, de 22 de abril de 2010; 525/2010, de 26 de maio de 2010; 718/2010, de 28 de julho de 2010; 787/2010, de 25 de agosto de 2010; 331/2011, de 11 de abril de 2011; 353/2011, de 18 de abril de 2011; 560/2011, de 7 de julho de 2011 e 586/2011, de 14 de julho de 2011.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

MARIA SUELI S. BIGATON
Secretária Municipal de Administração, em exercício

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 19 de setembro de 2011.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

Decreto Nº 721/2011, de 19 de Setembro de 2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 721/2011, DE 19 DE SETEMBRO DE 2011.

Designa a servidora JULIANA SALETE ROSSETTO para responder, interinamente, pelo cargo de Encarregada da Seção de Desenvolvimento Industrial.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica designada a servidora JULIANA SALETE ROSSETTO, ocupante do cargo de Controladora da Divisão de Logística, para responder pelo cargo de Encarregada da Seção de Desenvolvimento Industrial, no período de 5 de setembro a 6 de novembro de 2011, em face do afastamento da titular, percebendo, nesse

ínterim, vencimentos próprios do cargo, nível 4, acrescidos da gratificação de 40% (quarenta por cento).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

MARIA SUELI S. BIGATON

Secretária Municipal de Administração, em exercício

GLAUCEMIR LUIZ GRENDENE

Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 19 de setembro de 2011.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

Decreto Nº 722/2011, de 20 de Setembro de 2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 722/2011, DE 20 DE SETEMBRO DE 2011.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora NELSI DIAS.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de outubro de 2011, à servidora NELSI DIAS, ocupante do cargo de Assistente Social, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 1º de fevereiro de 2005 a 31 de janeiro de 2010.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

MARIA SUELI S. BIGATON

Secretária Municipal de Administração, em exercício

MAURO KICHEL

Secretário Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 20 de setembro de 2011.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

Decreto Nº 723/2011, de 20 de Setembro de 2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 723/2011, DE 20 DE SETEMBRO DE 2011.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora PAULA REGINA GRAZZIOTIN SIQUEIRA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de outubro de 2011, à servidora PAULA REGINA GRAZZIOTIN SIQUEIRA, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 1º de janeiro de 1999 a 31 de dezembro de 2003.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

MARIA SUELI S. BIGATON

Secretária Municipal de Administração, em exercício

GENAIR LOURDES BOGONI

Secretária Municipal de Saúde

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 20 de setembro de 2011.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

Decreto Nº 724/2011, de 20 de Setembro de 2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 724/2011, DE 20 DE SETEMBRO DE 2011.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora CHRISTIANE VOSS.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de outubro de 2011, à servidora CHRISTIANE VOSS, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 2 de janeiro de 2002 a 1º de janeiro de 2007.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

MARIA SUELI S. BIGATON

Secretária Municipal de Administração, em exercício

SANTO HERMINIO DE LUCA

Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 20 de setembro de 2011.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

Decreto Nº 725/2011, de 20 de Setembro de 2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 725/2011, DE 20 DE SETEMBRO DE 2011.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora EDILA MARIA DOS SANTOS.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de outubro de 2011, à servidora EDILA MARIA DOS SANTOS, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 92118-00, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 5 de julho de 2005 a 4 de julho de 2010.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

MARIA SUELI S. BIGATON
Secretária Municipal de Administração, em exercício

SANTO HERMINIO DE LUCA
Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 20 de setembro de 2011.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

Decreto Nº 726/2011, de 20 de Setembro de 2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 726/2011, DE 20 DE SETEMBRO DE 2011.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora ADRIANE RITA VITTO CHAVES.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de outubro de 2011, à servidora ADRIANE RITA VITTO CHAVES, ocupante do cargo de Especialista em Educação, código 10.14, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 18 de fevereiro de 2002 a 17 de fevereiro de 2007.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

MARIA SUELI S. BIGATON
Secretária Municipal de Administração, em exercício

SANTO HERMINIO DE LUCA
Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 20 de setembro de 2011.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

Decreto Nº 727/2011, de 20 de Setembro de 2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 727/2011, DE 20 DE SETEMBRO DE 2011.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora OLIMPIA MARGARIDA TAFFAREL JULIAN.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de outubro 2011, à servidora OLIMPIA MARGARIDA TAFFAREL JULIAN, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 16 de abril de 2005 a 15 de abril de 2010.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

MARIA SUELI S. BIGATON
Secretária Municipal de Administração, em exercício

GENAIR LOURDES BOGONI
Secretária Municipal de Saúde

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 20 de setembro de 2011.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

Decreto Nº 728/2011, de 20 de Setembro de 2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 728/2011, DE 20 DE SETEMBRO DE 2011.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora MARISA INES MASSING MALTAURO.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido a partir de 5 de outubro de 2011, à servidora MARISA INES MASSING MALTAURO, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche, o gozo de 3 (três) meses de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 6 de dezembro de 2005 a 5 de dezembro de 2010.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

MARIA SUELI S. BIGATON
Secretária Municipal de Administração, em exercício

SANTO HERMINIO DE LUCA
Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 20 de setembro de 2011.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

Decreto Nº 729/2011, de 20 de Setembro de 2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 729/2011, DE 20 DE SETEMBRO DE 2011.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora MARA BEATRIS CZERNAIK COSTA SAMPAIO.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de outubro de 2011, à servidora MARA BEATRIS CZERNAIK COSTA SAMPAIO, ocupante do cargo de Enfermeiro, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 1º de agosto de 1996 a 31 de julho de 2001.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

MARIA SUELI S. BIGATON

Secretária Municipal de Administração, em exercício

GENAIR LOURDES BOGONI

Secretária Municipal de Saúde

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 20 de setembro de 2011.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

Decreto Nº 730/2011, de 20 de Setembro de 2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 730/2011, DE 20 DE SETEMBRO DE 2011.

Concede gozo de licença-prêmio ao servidor SILVERIO GRIESANG.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de outubro de 2011, ao servidor SILVERIO GRIESANG, ocupante do cargo de Servente Braçal, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 2 de setembro de 2001 a 1º de setembro de 2006.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

MARIA SUELI S. BIGATON

Secretária Municipal de Administração, em exercício

MAURÍ MARAN

Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 20 de setembro de 2011.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

Decreto Nº 731/2011, de 21 de Setembro de 2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 731/2011, DE 21 DE SETEMBRO DE 2011.

Averba tempo de contribuição.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 40, § 10, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; art. 4º da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998; na Lei Federal nº 9.796, de 5 de maio de 1999 e alterações e no art. 35 da Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Ficam averbados 1.852 dias, ou seja: 5 (cinco) anos e 27 (vinte e sete) dias de tempo de contribuição, nos assentamentos funcionais da servidora SALETE HANAUER, ocupante do cargo de Escriturário, conforme Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, em 21 de julho de 2011.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

MARIA SUELI S. BIGATON

Secretária Municipal de Administração, em exercício

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 21 de setembro de 2011.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

Decreto Nº 732/2011, de 21 de Setembro de 2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 732/2011, DE 21 DE SETEMBRO DE 2011.

Averba tempo de contribuição.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 40, § 10, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; art. 4º da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998; na Lei Federal nº 9.796, de 5 de maio de 1999 e alterações e no art. 35 da Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Ficam averbados 3.510 dias, ou seja: 9 (nove) anos, 7 (sete) meses e 15 (quinze) dias de tempo de contribuição, nos assentamentos funcionais da servidora JUSERLEI DE OLIVEIRA GUIMARAES, ocupante do cargo de Técnico em Segurança do Trabalho, conforme Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo

Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, em 2 de setembro de 2011.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

MARIA SUELI S. BIGATON
Secretária Municipal de Administração, em exercício

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 21 de setembro de 2011.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

Portaria Nº 132/2011, de 19 de Setembro de 2011
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
PORTARIA Nº 132/2011, DE 19 DE SETEMBRO DE 2011.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 24/2011, de 13 de janeiro de 2011, c/c o disposto no art. 105 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, e considerando a justificativa apresentada pela Assessoria de Comunicação, na CI ASCOM 018/2011, de 19 de setembro de 2011.

R E S O L V E :

Art. 1º Convocar a servidora JULIANA GERHARDT, ocupante do cargo de Responsável do Setor de Boletim Oficial, em gozo de férias, para o exercício de suas funções, por absoluta necessidade do serviço, a partir de 19 de setembro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

MARIA SUELI S. BIGATON
Secretária Municipal de Administração, em exercício

Portaria Nº 133/2011, de 21 de Setembro de 2011
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
PORTARIA Nº 133/2011, DE 21 DE SETEMBRO DE 2011.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 24/2011, de 13 de janeiro de 2011, c/c o disposto nos arts. 38 e 39 da Lei Complementar nº 445, de 9 de dezembro de 2005 e alterações.

RESOLVE:

Art. 1º Constituir comissão especial com a incumbência de proceder à avaliação de servidores municipais, integrantes do Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, para efeitos de Promoção por Aperfeiçoamento ou Capacitação.

Art. 2º Designar, para integrar referida comissão, as servidoras abaixo relacionadas:

I - ANEMARIE RECH;

II - DARLINE NEUMANN;

III - DILCE LURDES GEHLEN.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
MARIA SUELI S. BIGATON
Secretária Municipal de Administração, em exercício

Portaria Nº 134/2011, de 21 de Setembro de 2011
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
PORTARIA Nº 134/2011, DE 21 DE SETEMBRO DE 2011.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 24/2011, de 13 de janeiro de 2011, c/c o disposto no art. 32 da Lei Complementar nº 445, de 9 de dezembro de 2005 e alterações e no Decreto nº 5.136, de 20 de setembro de 2006.

RESOLVE:

Art. 1º Constituir comissão especial com a incumbência de proceder, até o dia 20 de outubro de 2011, de acordo com a legislação municipal vigente, à avaliação de servidores municipais integrantes do Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, para efeitos de Promoção por Desempenho.

Art. 2º Ficam designadas para integrar a referida comissão, as servidoras abaixo relacionadas:

I - presidente: DILCE LURDES GEHLEN;

II - membros:

a) ANEMARIE RECH;

b) DARLINE NEUMANN.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
MARIA SUELI S. BIGATON
Secretária Municipal de Administração, em exercício

Anulação Extrato Termo de Rescisão Nº 1/2011 - CCDRU 5/2009 - PMC
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC
ANULAÇÃO
Extrato Termo de Rescisão nº 1/2011 - CCDRU 5/2009

A Prefeitura Municipal de Concórdia, SC, vem a público anular a publicação do Extrato do Termo de Rescisão nº 1/2011 - CCDRU 5/2009 - PMC publicado no Diário Oficial dos Municípios, Edição nº 673 do dia 07/02/2011, Página 20, celebrado com a empresa Granimarpe Comércio de Pedras Ltda.

Edital de Concurso Público Nº 5/2011
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 5/2011

O MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, SC, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, com sede na Rua Leonel Mosele, 62, considerando a liminar concedida pela Justiça Federal, torna público o Terceiro Adendo ao Edital de Concurso Público nº 1/2011, de 11 de julho de 2011 e alterações.

Fica alterada para 30 (trinta) horas semanais a carga horária do cargo de Terapeuta Ocupacional, constante no Anexo I - Quadro de vagas a serem preenchidas - Grupo I - Grupo Ocupacional Especialista - GE, do Edital de Concurso Público nº 1/2011.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia, aos 20 dias do mês de setembro de 2011.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

Coronel Martins

PREFEITURA

Lei Municipal Nº. 561, de 23 de Setembro de 2011

LEI MUNICIPAL Nº. 561, DE 23 DE SETEMBRO DE 2011.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2011 DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, Faz saber a todos os Habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este Sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de até R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), no orçamento de 2011 do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS e no Fundo Municipal de Saúde nas seguintes programações de despesa:

13.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
08.244.0043.2.008 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
Classificação Descrição Fonte Valor R\$
3.3.90.00.00.00 Aplicações diretas 01.0000 20.000,00
Total do Crédito Suplementar 20.000,00

10.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
10.301.0051.2.014 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Classificação Descrição Fonte Valor R\$
3.3.71.00.00.00 Aplicações diretas 01.0002 40.000,00
Total do Crédito Suplementar 40.000,00

Art. 2º Para satisfazer a cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º, será utilizado recurso no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) de anulação de dotação orçamentária da seguinte programação de despesa:

05.01 - SEC. MUNICIPAL DE TRANSPORTE, OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS
15.451.0035.1.031 PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E PASSEIOS
Classificação Descrição Fonte Valor R\$
4.4.90.00.00.00 Aplicações diretas. 01.0000 40.000,00
Total a Anular 40.000,00

04.01 - SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
27.812.0024.2.047 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS
Classificação Descrição Fonte Valor R\$
3.3.50.00.00.00 Aplicações diretas 01.0000 10.000,00
4.4.90.00.00.00 Aplicações diretas 01.0000 3.000,00
Total a Anular 13.000,00

06.01 - SEC. MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
20.601.0038.1.039 AQUISIÇÃO DE MAQUINAS E IMPLEMENTOS AGRICOLAS
Classificação Descrição Fonte Valor R\$
4.4.90.00.00.00 Aplicações diretas. 01.0000 7.000,00

Total a Anular 7.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, em 23 de setembro de 2011.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada e publicada em data supra.

LUCAS CUCHI
Chefe de Gabinete

Decreto Nº. 141, de 23 de Setembro de 2011.

DECRETO Nº. 141, DE 23 DE SETEMBRO DE 2011.

EXONERAR SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994, resolve;

EXONERAR:

Art. 1º A Servidora Pública Sra. Lidimara Cunico ocupante do Cargo Contrato Temporário de Professor Educação Física, enquadrada na Estrutura Administrativa desta Prefeitura, pelo Regime Jurídico Estatutário, a partir de 23 de setembro de 2011.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, em 23 de setembro de 2011.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS
Prefeito Municipal.

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

LUCAS CUCHI
Chefe de Gabinete

Decreto Nº. 142 de 26 de Setembro de 2011

DECRETO Nº. 142 DE 26 DE SETEMBRO DE 2011.

EXONERA A PEDIDO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994, resolve;

EXONERAR A PEDIDO:

Art. 1º O Servidor Público, Sr. Gilberto Pereira Martins, ocupante do Cargo de Professor IV, enquadrado na Estrutura Administrativa desta Prefeitura, pelo Regime Jurídico Estatutário, a partir de 30 de Setembro de 2011, conforme requerimento protocolado sob nº. 1955 de 21/09/2011.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, em 26 de setembro de 2011.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS
Prefeito Municipal.

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

LUCAS CUCHI
Chefe de Gabinete

Decreto Nº. 143, de 26 de Setembro de 2011

DECRETO Nº. 143, DE 26 DE SETEMBRO DE 2011.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2011 DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal 4.320/64, Lei Municipal nº. 561, de 23/09/2011, e pelo Artigo 94 da Lei Orgânica do Município de Coronel Martins;

DECRETA:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de até R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), no orçamento de 2011 do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS e no Fundo Municipal de Saúde nas seguintes programações de despesa:

13.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**08.244.0043.2.008 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**

Classificação Descrição Fonte Valor R\$

3.3.90.00.00.00 Aplicações diretas 01.0000 20.000,00

Total do Crédito Suplementar 20.000,00

10.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE**10.301.0051.2.014 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE**

Classificação Descrição Fonte Valor R\$

3.3.71.00.00.00 Aplicações diretas 01.0002 40.000,00

Total do Crédito Suplementar 40.000,00

Art. 2º Para satisfazer a cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º, será utilizado recurso no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) de anulação de dotação orçamentária da seguinte programação de despesa:

05.01 - SEC. MUNICIPAL DE TRANSPORTE, OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS**15.451.0035.1.031 PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E PASSEIOS**

Classificação Descrição Fonte Valor R\$

4.4.90.00.00.00 Aplicações diretas. 01.0000 40.000,00

Total a Anular 40.000,00

04.01 - SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES**27.812.0024.2.047 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS**

Classificação Descrição Fonte Valor R\$

3.3.50.00.00.00 Aplicações diretas 01.0000 10.000,00

4.4.90.00.00.00 Aplicações diretas 01.0000 3.000,00

Total a Anular 13.000,00

06.01 - SEC. MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE**20.601.0038.1.039 AQUISIÇÃO DE MAQUINAS E IMPLEMENTOS AGRICOLAS**

Classificação Descrição Fonte Valor R\$

4.4.90.00.00.00 Aplicações diretas. 01.0000 7.000,00

Total a Anular 7.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, em 26 de setembro de 2011.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada e publicada em data supra.

LUCAS CUCHI

Chefe de Gabinete

Decreto Nº. 144, de 26 de Setembro de 2011.

DECRETO Nº. 144, DE 26 DE SETEMBRO DE 2011.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº. 4.320/64, Lei do Plano Plurianual nº. 535, de 03/08/2010, Lei da LDO nº. 536, de 10/08/2010, Lei Orçamentária Anual nº. 540, de 18/11/2010, e pelo Artigo 94 da Lei Orgânica do Município de Coronel Martins, de 12/12/2005.

Decreta:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 1.874,76 (mil oitocentos e setenta e quatro reais e setenta e seis centavos) utilizando parte do superávit financeiro na fonte de recursos 03.0066 no orçamento de 2011 do Fundo Municipal de Saúde de Coronel Martins nas seguintes programações de despesas:

10.01 FUNDO DE SAUDE**10.305.0055.2.018 MANUT. VIGILÂNCIA EM SAÚDE EPIDEMIOLÓGICA**

Classificação Descrição Fonte Valor R\$

4.4.90.00.00.00 Aplicações Diretas 03.0066 1.874,76

Total do Crédito Suplementar 1.874,76

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, em 26 de setembro de 2011.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

LUCAS CUCHI

Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 121 de 23 de Setembro de 2011.

PORTARIA Nº. 121 DE 23 DE SETEMBRO DE 2011.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 72 da Lei Complementar nº. 026, de 21/12/2009, e pela Lei Orgânica do Município.

Considerando o princípio administrativo da moralidade pública, e da legalidade, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Licença Prêmio por Assiduidade a Servidora abaixo relacionada, no período e referências que especifica.

01- Pelo período de 30 (trinta) dias, com gozo a partir do dia 05/09/2011 à 04/10/2011.

Nome	Cargo	Referências
Zenaide Belatto	PCE 11 Aux. De Enfermagem	04/2006 à 04/2009

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 23 de setembro de 2011.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

LUCAS CUCHI
Chefe de Gabinete

Corupá

PREFEITURA

1511-11 - Comissão Sindicância.docx

PORTARIA Nº 1511/11

INSTAURA PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE SINDICÂNCIA COM A FINALIDADE DE APURAR SUPOSTO CRIME CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E A SUA AUTORIA.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, no uso de suas atribuições previstas na Lei Orgânica, na Constituição Federal, na Constituição do Estado de Santa Catarina e na Lei Complementar Municipal 014/09, e

CONSIDERANDO que o servidor J. F. S., brasileiro, casado, Servidor Público Municipal, portador do CPF 750.585.109.87 e do RG 2.442.656, residente na Rua Alberto Baeumle, nº 225, bairro Centro, em Corupá/SC, foi nomeado, pela Portaria nº 453/08, de 08 de maio de 2008 é servidor estável desse município, sob a matrícula 8671-01;

CONSIDERANDO que o servidor E. J. G., brasileiro, casado, Servidor Público Municipal, portador do CPF sob o nº000.646.579-06 e do RG 3.441.376, residente na Rua Alberto Borchardt S/N no Município de Corupá, e nomeado pela Portaria 149/99 é servidor estável desse município, sob a matrícula 2826-01;

CONSIDERANDO que com base na Súmula 437 STF: "a administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial." (grifamos);

CONSIDERANDO que existem suspeitas, contudo, no momento são escassas as provas sobre a ocorrência e autoria de crime praticado por servidor municipal contra seu empregador;

CONSIDERANDO que o artigo 191 da Lei Complementar Municipal 14/09, reza que "a sindicância constitui procedimento de caráter simplesmente investigatório, quando não houver elementos suficientes para se concluir pela ocorrência de infração disciplinar ou de sua autoria";

CONSIDERANDO que a necessidade de garantir aos servidores acima identificados o direito ao contraditório e o exercício da ampla defesa.

RESOLVE

Art. 1º. Determinar, com base nos artigos 191 e seguintes da Lei Complementar Municipal 014/09, a instauração de Processo Administrativo de Sindicância RH 002/11, para apurar a possível violação ao artigos 174 da referida Lei Complementar.

Art. 2º. Constituir Comissão Sindicante Temporária, nos termos dos artigos 199 § 2º e 210, §2º, da Lei Complementar Municipal 014/09, composta pelos servidores abaixo arrolados, para, sob a presidência do primeiro, integrarem a comissão de processo incumbida de apurar a ocorrência de suposto crime Contra a

Administração Pública bem como a sua autoria.

a) DARCI RUTSATZ, ocupante do cargo de provimento efetivo de assistente pedagógica, matrícula 2390.1;

b) RICARDO PEDRINI KEMER, ocupante do cargo de fisioterapeuta, matrícula 8718-01.

c) JOSÉ WEIDNER, ocupante do cargo de motorista, matrícula 910-03.

Art. 3º. Em havendo necessidade, os membros da Comissão Sindicante Temporária terão dedicação exclusiva e poderão se reportar diretamente aos demais órgãos da administração pública, em diligências necessárias à instrução processual.

Art. 4º. O prazo para conclusão dos trabalhos é de 60 (sessenta) dias, contados da citação do servidor, e pode ser prorrogado uma vez, por igual período.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria 1502/11 e demais os atos que dela decorreram.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 26 de setembro de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Concorrência Pública 003/11

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

AVISO DE LICITAÇÃO - MODALIDADE: CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 003/11

OBJETO: Contratação de Empresa para Exploração dos Serviços de Remoção, Recolhimento, Depósito e Alienação de Veículos Apreendidos, por meio de Contrato de Concessão pelo prazo de 120 meses.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 09 horas do dia 29/09/2011 às 09hs do dia 31/10/2011.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: 09h30min do dia 31/10/2011

TIPO: Maior Oferta

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: No endereço da Prefeitura Municipal de Corupá - Av. Getúlio Vargas, 443 Horário: Das 08h às 12hs e das 14h às 17hs

Informação podem ser obtidas pelo email compras@corupa.sc.gov.br

Cada interessado deverá retirar o edital com a entrega de uma mídia gravável.

Telefone (47) 3375-6500

Corupá, 26 de Setembro de 2011

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Pregão Presencial 035/2011 - ESCLARECIMENTOS

Pedido de Informação

Segue, abaixo, questionamentos efetuados por empresas interessadas em participar no Pregão Presencial nº 035/2011 - Processo Licitatório 113/11.

OBJETO: Aquisição de Veículo 0 km 1.6 - 8 válvulas - HI FLEX - 04 portas.

QUESTIONAMENTOS



1) Consultando a Especificação Técnica do veículo no EDITAL, a RENAULT não encontrou a descrição da cor do veículo.

RESPOSTA: Informo que a "COR DO VEÍCULO" deverá ser "BRANCA", cor esta padrão da Frota Municipal.

Do exposto, considerando que as dúvidas suscitadas encontram-se devidamente sanadas, não havendo quaisquer alterações que importem em modificação da proposta, fica mantida a data da abertura da licitação nos termos do edital.

Em 27 de Setembro de 2011.

JOSIMAR CALDEIRA

Pregoeiro

Notificação de Receita 08/2011

NOTIFICAÇÃO DE RECEITA 08/2011

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, e atendendo à determinação contida na Lei Federal nº 9.452 de 20 de março de 1997, NOTIFICA, a Câmara Municipal, aos Partidos Políticos, o Sindicato de Trabalhadores e Produtores e Entidades Empresariais com sede no Município, que recebeu no mês de agosto de 2011, recursos Federais e Estaduais relativos aos seguintes convênios e destinados aos seguintes programas.

Data	Origem	Objeto	Valor
08/08/2011	Federal	MAC - Assistência Ambulatorial de Médio e Alto Custo/comple-xidade	R\$ 4.152,50
12/08/2011	Federal	PNTE - Programa Nacional de Transporte Escolar	R\$ 6.283,76
17/08/2011	Federal	PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar	R\$ 12.546,00
22/08/2011	Federal	SE - Salário Educação	R\$ 32.534,72
26/08/2011	Federal	PAB - Fixo - Piso de Atenção Básica	R\$ 24.241,00
26/08/2011	Federal	PACS - Programa de Agentes Comunitários de Saúde	R\$ 14.250,00
26/08/2011	Federal	PSF - Programa Saúde da Família	R\$ 20.100,00
26/08/2011	Federal	PSB - Programa Saúde Bucal	R\$ 2.000,00
26/08/2011	Estadual	Assistência Farmacêutica Básica	R\$ 5.194,50
26/08/2011	Estadual	TE - Transporte Escolar	R\$ 44.595,45
30/08/2011	Estadual	NASF - Núcleo de Apoio à Saúde da Família	R\$ 9.000,00
30/08/2011	Federal	Assistência Social - Convênio CRAS	R\$ 100.000,00
Total			R\$ 274.897,93

Corupá, 01 de setembro de 2011.

DILVANE KÜHL KLABUNDE
Gerente Fazendário

LUIZ ALBERTO WIESE
Controlador Interno

SANDRO ROGÉRIO GLATZ
Secretário de Administração e Fazenda

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Curitibanos

PREFEITURA

Anexo XVIII - LRF

Município de CURITIBANOS - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2011/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	50.738.728,00	
Previsão Atualizada		—	50.738.728,00	
Receitas Realizadas		8.757.247,97	35.661.380,19	
Déficit Orçamentário		—	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	528.518,24	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	50.738.728,00	
Créditos Adicionais		—	9.347.831,84	
Dotação Atualizada		—	60.086.559,84	
Despesas Empenhadas		12.875.585,87	38.073.254,57	
Despesas Liquidadas		7.686.644,21	27.743.938,22	
Superavit Orçamentário		—	7.917.441,97	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		12.875.585,87	38.073.254,57	
Despesas Liquidadas		7.686.644,21	27.743.938,22	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			48.661.451,13	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		1.078.898,56	3.075.072,58	
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		622.719,72	2.389.296,42	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		456.178,84	685.776,16	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		-190.000,00	-3.451.879,63	1.816,78
Resultado Primário		-49.070,00	7.022.193,26	-14.310,56
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	134.126,78	0,00	134.126,78	0,00
EXECUTIVO	134.126,78	0,00	134.126,78	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	6.196.051,59	113.208,59	3.609.149,87	2.473.693,13
EXECUTIVO	6.082.630,42	113.208,59	3.495.728,70	2.473.693,13
LEGISLATIVO	113.421,17	0,00	113.421,17	0,00
TOTAL:	6.330.178,37	113.208,59	3.743.276,65	2.473.693,13
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		4.085.806,83	25%	17,70
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		4.059.392,60	60%	64,58
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00	25.000,00	
Despesa de Capital Líquida		704.196,64	11.122.853,08	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2011	2019	2029	2044
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	2.930.243,39	1.765.942,44	547.370,42	12.283,31
Despesas Previdenciárias (V)	3.195.087,37	2.397.280,68	2.294.955,61	974.399,90
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	-264.843,98	-631.338,24	-1.747.585,19	-962.116,59

Continua 1/2

Município de CURITIBANOS - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2011/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII

R\$ 1,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		27.399,31	20.100,69
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		0,00	47.500,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	3.728.512,06	15,00	16,15
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente	
Total das despesas/RCL (%)		0,00	

FONTE: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

CURITIBANOS, 23/09/2011

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

EDSON TADEU BROCARDO
Secretário de Administração

FLAVIO LUIZ ZILIO
Contador - CRC 020710-0

Município de CURITIBANOS - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIAORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2011/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	50.738.728,00	
Previsão Atualizada		—	50.738.728,00	
Receitas Realizadas		8.757.247,97	35.661.380,19	
Déficit Orçamentário		—	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	528.518,24	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	50.738.728,00	
Créditos Adicionais		—	9.347.831,84	
Dotação Atualizada		—	60.086.559,84	
Despesas Empenhadas		12.875.585,87	38.073.254,57	
Despesas Liquidadas		7.686.644,21	27.743.938,22	
Superavit Orçamentário		—	7.917.441,97	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		12.875.585,87	38.073.254,57	
Despesas Liquidadas		7.686.644,21	27.743.938,22	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			48.661.451,13	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		1.078.898,56	3.075.072,58	
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		622.719,72	2.389.296,42	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		456.178,84	685.776,16	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)	
Resultado Nominal	-190.000,00	-3.451.879,63	1.816,78	
Resultado Primário	-49.070,00	7.022.193,26	-14.310,56	
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	134.126,78	0,00	134.126,78	0,00
EXECUTIVO	134.126,78	0,00	134.126,78	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	6.196.051,59	113.208,59	3.609.149,87	2.473.693,13
EXECUTIVO	6.082.630,42	113.208,59	3.495.728,70	2.473.693,13
LEGISLATIVO	113.421,17	0,00	113.421,17	0,00
TOTAL:	6.330.178,37	113.208,59	3.743.276,65	2.473.693,13
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		4.085.806,83	25%	17,70
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		4.059.392,60	60%	64,58
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00	25.000,00	
Despesa de Capital Líquida		704.196,64	11.122.853,08	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2011	2019	2029	2044
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	2.930.243,39	1.765.942,44	547.370,42	12.283,31
Despesas Previdenciárias (V)	3.195.087,37	2.397.280,68	2.294.955,61	974.399,90
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	-264.843,98	-631.338,24	-1.747.585,19	-962.116,59

Continua 1/2

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Município de CURITIBANOS - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2011/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII

R\$ 1,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		27.399,31	20.100,69
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		0,00	47.500,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	3.728.512,06	15,00	16,15
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente	
Total das despesas/RCL (%)		0,00	

FONTE: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

CURITIBANOS, 23/09/2011

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

EDSON TADEU BROCARDO
Secretário de Administração

FLAVIO LUIZ ZILIO
Contador - CRC 020710-0

Município de CURITIBANOS - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIAORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2011/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	50.738.728,00	
Previsão Atualizada		—	50.738.728,00	
Receitas Realizadas		8.757.247,97	35.661.380,19	
Déficit Orçamentário		—	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	528.518,24	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	50.738.728,00	
Créditos Adicionais		—	9.347.831,84	
Dotação Atualizada		—	60.086.559,84	
Despesas Empenhadas		12.875.585,87	38.073.254,57	
Despesas Liquidadas		7.686.644,21	27.743.938,22	
Superavit Orçamentário		—	7.917.441,97	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		12.875.585,87	38.073.254,57	
Despesas Liquidadas		7.686.644,21	27.743.938,22	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			48.661.451,13	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		1.078.898,56	3.075.072,58	
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		622.719,72	2.389.296,42	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		456.178,84	685.776,16	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)	
Resultado Nominal	-190.000,00	-3.451.879,63	1.816,78	
Resultado Primário	-49.070,00	7.022.193,26	-14.310,56	
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	134.126,78	0,00	134.126,78	0,00
EXECUTIVO	134.126,78	0,00	134.126,78	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	6.196.051,59	113.208,59	3.609.149,87	2.473.693,13
EXECUTIVO	6.082.630,42	113.208,59	3.495.728,70	2.473.693,13
LEGISLATIVO	113.421,17	0,00	113.421,17	0,00
TOTAL:	6.330.178,37	113.208,59	3.743.276,65	2.473.693,13
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		4.085.806,83	25%	17,70
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		4.059.392,60	60%	64,58
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00	25.000,00	
Despesa de Capital Líquida		704.196,64	11.122.853,08	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2011	2019	2029	2044
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	2.930.243,39	1.765.942,44	547.370,42	12.283,31
Despesas Previdenciárias (V)	3.195.087,37	2.397.280,68	2.294.955,61	974.399,90
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	-264.843,98	-631.338,24	-1.747.585,19	-962.116,59

Continua 1/2

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Município de CURITIBANOS - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2011/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII

R\$ 1,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		27.399,31	20.100,69
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		0,00	47.500,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	3.728.512,06	15,00	16,15

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor apurado no exercício corrente
Total das despesas/RCL (%)	0,00

FONTE: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

CURITIBANOS, 23/09/2011

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

EDSON TADEU BROCARDO
Secretário de Administração

FLAVIO LUIZ ZILIO
Contador - CRC 020710-0

Município de CURITIBANOS - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIAORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2011/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	50.738.728,00	
Previsão Atualizada		—	50.738.728,00	
Receitas Realizadas		8.757.247,97	35.661.380,19	
Déficit Orçamentário		—	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	528.518,24	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	50.738.728,00	
Créditos Adicionais		—	9.347.831,84	
Dotação Atualizada		—	60.086.559,84	
Despesas Empenhadas		12.875.585,87	38.073.254,57	
Despesas Liquidadas		7.686.644,21	27.743.938,22	
Superavit Orçamentário		—	7.917.441,97	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		12.875.585,87	38.073.254,57	
Despesas Liquidadas		7.686.644,21	27.743.938,22	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			48.661.451,13	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		1.078.898,56	3.075.072,58	
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		622.719,72	2.389.296,42	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		456.178,84	685.776,16	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)	
Resultado Nominal	-190.000,00	-3.451.879,63	1.816,78	
Resultado Primário	-49.070,00	7.022.193,26	-14.310,56	
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	134.126,78	0,00	134.126,78	0,00
EXECUTIVO	134.126,78	0,00	134.126,78	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	6.196.051,59	113.208,59	3.609.149,87	2.473.693,13
EXECUTIVO	6.082.630,42	113.208,59	3.495.728,70	2.473.693,13
LEGISLATIVO	113.421,17	0,00	113.421,17	0,00
TOTAL:	6.330.178,37	113.208,59	3.743.276,65	2.473.693,13
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		4.085.806,83	25%	17,70
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		4.059.392,60	60%	64,58
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00	25.000,00	
Despesa de Capital Líquida		704.196,64	11.122.853,08	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2011	2019	2029	2044
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	2.930.243,39	1.765.942,44	547.370,42	12.283,31
Despesas Previdenciárias (V)	3.195.087,37	2.397.280,68	2.294.955,61	974.399,90
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	-264.843,98	-631.338,24	-1.747.585,19	-962.116,59

Continua 1/2

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Município de CURITIBANOS - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2011/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII

R\$ 1,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		27.399,31	20.100,69
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		0,00	47.500,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	3.728.512,06	15,00	16,15
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente	
Total das despesas/RCL (%)		0,00	

FONTE: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

CURITIBANOS, 23/09/2011

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

EDSON TADEU BROCARDO
Secretário de Administração

FLAVIO LUIZ ZILIO
Contador - CRC 020710-0

RREO - Anexo I - 4º BIMESTRE

Município de CURITIBANOS - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A AGOSTO 2011/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	48.258.228,00	48.258.228,00	8.444.017,64	17,50	34.288.064,59	71,05	13.970.163,41
RECEITAS CORRENTES	47.996.228,00	47.996.228,00	8.444.017,64	17,59	34.302.275,53	71,47	13.693.952,47
RECEITA TRIBUTARIA	7.181.171,00	7.181.171,00	828.966,24	11,54	5.387.714,93	75,03	1.793.456,07
IMPOSTOS	5.615.233,00	5.615.233,00	732.428,26	13,04	4.237.948,78	75,47	1.377.284,22
TAXAS	1.282.798,00	1.282.798,00	95.132,61	7,42	1.143.828,14	89,17	138.969,86
CONTRIBUICAO DE MELHORIA	283.140,00	283.140,00	1.405,37	0,50	5.938,01	2,10	277.201,99
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	2.720.300,00	2.720.300,00	345.753,16	12,71	1.548.650,68	56,93	1.171.649,32
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	1.268.300,00	1.268.300,00	158.681,58	12,51	693.225,72	54,66	575.074,28
CONTRIBUICOES ECONÔMICAS	1.452.000,00	1.452.000,00	187.071,58	12,88	855.424,96	58,91	596.575,04
RECEITA PATRIMONIAL	834.570,00	834.570,00	610.532,66	73,16	1.352.458,94	162,05	-517.888,94
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	834.570,00	834.570,00	610.532,66	73,16	1.352.458,94	162,05	-517.888,94
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	34.214.480,00	34.214.480,00	6.165.433,82	18,02	24.353.253,69	71,18	9.861.226,31
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	34.062.405,00	34.062.405,00	6.165.433,82	18,10	24.353.253,69	71,50	9.709.151,31
Transf. de Instituições Privadas	4.180,00	4.180,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.180,00
Transf. de Pessoas	4.180,00	4.180,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.180,00
Transf. de Conv.	143.715,00	143.715,00	0,00	0,00	0,00	0,00	143.715,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	3.045.707,00	3.045.707,00	493.331,76	16,20	1.660.197,29	54,51	1.385.509,71
Multas e Juros de Mora	1.595.687,00	1.595.687,00	140.218,29	8,79	531.434,60	33,30	1.064.252,40
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	52.690,00	52.690,00	163.904,80	311,07	209.940,36	398,44	-157.250,36
RECEITA DA DIVIDA ATIVA	926.530,00	926.530,00	156.377,33	16,88	647.893,88	69,93	278.636,12
RECEITAS DIVERSAS	470.800,00	470.800,00	32.831,34	6,97	270.928,45	57,55	199.871,55
RECEITAS DE CAPITAL	262.000,00	262.000,00	0,00	0,00	-14.210,94	0,00	276.210,94
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	47.500,00	47.500,00	0,00	0,00	27.399,31	57,68	20.100,69
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	36.500,00	36.500,00	0,00	0,00	27.399,31	75,07	9.100,69
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	11.000,00	11.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	189.500,00	189.500,00	0,00	0,00	-41.610,25	0,00	231.110,25
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	189.500,00	189.500,00	0,00	0,00	-41.610,25	0,00	231.110,25
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	2.480.500,00	2.480.500,00	313.230,33	12,63	1.373.315,60	55,36	1.107.184,40
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	2.480.500,00	2.480.500,00	313.230,33	12,63	1.373.315,60	55,36	1.107.184,40
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	2.480.500,00	2.480.500,00	313.230,33	12,63	1.373.315,60	55,36	1.107.184,40
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	2.480.500,00	2.480.500,00	313.230,33	12,63	1.373.315,60	55,36	1.107.184,40
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	50.738.728,00	50.738.728,00	8.757.247,97	17,26	35.661.380,19	70,28	15.077.347,81

Continua 1/3

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2011/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	50.738.728,00	50.738.728,00	8.757.247,97	17,26	35.661.380,19	70,28	15.077.347,81
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	50.738.728,00	50.738.728,00	8.757.247,97	17,26	35.661.380,19	70,28	15.077.347,81
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	1.670.100,76	—	—	528.518,24	—	—
Superávit Financeiro	—	1.640.100,76	—	—	498.518,24	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	30.000,00	—	—	30.000,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	48.258.228,00	9.347.831,84	57.606.059,84	12.504.333,88	36.640.833,97	7.315.392,22	26.311.517,62	45,67	31.294.542,22
DESPESAS CORRENTES	42.856.096,00	2.620.053,08	45.476.149,08	7.220.795,61	30.516.805,68	7.108.320,67	25.607.320,98	56,31	19.868.828,10
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	23.611.800,00	-556.667,30	23.055.132,70	3.688.471,35	13.899.815,40	3.773.630,07	13.898.925,01	60,29	9.156.207,69
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	363.000,00	55.000,00	418.000,00	68.725,53	275.145,26	68.725,53	275.145,26	65,82	142.854,74
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	18.881.296,00	3.121.720,38	22.003.016,38	3.463.598,73	16.341.845,02	3.265.965,07	11.433.250,71	51,96	10.569.765,67
DESPESAS DE CAPITAL	4.861.432,00	6.965.617,72	11.827.049,72	5.283.538,27	6.124.028,29	207.071,55	704.196,64	5,95	11.122.853,08
INVESTIMENTOS	4.366.432,00	7.135.617,72	11.502.049,72	5.231.071,49	5.914.564,01	154.604,77	494.732,36	4,30	11.007.317,36
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	495.000,00	-170.000,00	325.000,00	52.466,78	209.464,28	52.466,78	209.464,28	64,45	115.535,72
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	540.700,00	-237.838,96	302.861,04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	302.861,04
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	2.480.500,00	0,00	2.480.500,00	371.251,99	1.432.420,60	371.251,99	1.432.420,60	57,75	1.048.079,40
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.480.500,00	0,00	2.480.500,00	371.251,99	1.432.420,60	371.251,99	1.432.420,60	57,75	1.048.079,40
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	50.738.728,00	9.347.831,84	60.086.559,84	12.875.585,87	38.073.254,57	7.686.644,21	27.743.938,22	46,17	32.342.621,62

Continua 2/3

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2011/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	50.738.728,00	9.347.831,84	60.086.559,84	12.875.585,87	38.073.254,57	7.686.644,21	27.743.938,22	46,17	32.342.621,62
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	7.917.441,97	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	50.738.728,00	9.347.831,84	60.086.559,84	12.875.585,87	38.073.254,57	7.686.644,21	35.661.380,19	46,17	32.342.621,62

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 685.776,16

FONTE: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

CURITIBANOS, 12/09/2011

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

EDSON TADEU BROCARDO
Secretário de Administração

FLAVIO LUIZ ZILIO
Contador - CRC 020710-0

RREO - Anexo IX - 4º BIMESTRE

Município de CURITIBANOS - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A AGOSTO 2011/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - Anexo IX (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS					RP NÃO PROCESSADOS				
	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2010				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2010			
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	-	134.126,78	-	134.126,78	-	89.670,00	6.106.381,59	113.208,59	3.609.149,87	2.473.693,13
EXECUTIVO										
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	105.910,93	0,00	105.910,93	0,00	89.670,00	3.486.120,19	46.336,90	1.528.449,69	2.001.003,60
CHEFIA DO EXECUTIVO	0,00	105.910,93	0,00	105.910,93	0,00	89.670,00	3.486.120,19	46.336,90	1.528.449,69	2.001.003,60
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS	0,00	2.403,66	0,00	2.403,66	0,00	0,00	8.855,32	929,89	7.925,43	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	0,00	2.403,66	0,00	2.403,66	0,00	0,00	8.855,32	929,89	7.925,43	0,00
FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	182.811,93	26.632,95	156.178,98	-0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	182.811,93	26.632,95	156.178,98	-0,00
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANC	0,00	23.812,09	0,00	23.812,09	0,00	0,00	2.260.069,32	39.308,85	1.748.070,94	472.689,53
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	0,00	23.812,09	0,00	23.812,09	0,00	0,00	2.260.069,32	39.308,85	1.748.070,94	472.689,53
FUNREBOM DE CURITIBANOS	0,00	2.000,10	0,00	2.000,10	0,00	0,00	55.103,66	0,00	55.103,66	0,00
FUNREBOM	0,00	2.000,10	0,00	2.000,10	0,00	0,00	55.103,66	0,00	55.103,66	0,00
LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	113.421,17	0,00	113.421,17	0,00
PODER LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	113.421,17	0,00	113.421,17	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	134.126,78	0,00	134.126,78	0,00	89.670,00	6.106.381,59	113.208,59	3.609.149,87	2.473.693,13

FONTE: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

CURITIBANOS, 12/09/2011

WANDERLEY TEODORO AGOSTIN

Prefeito Municipal

EDSON TADEU BROCARDO

Secretário de Administração

FLAVIO LUIZ ZILIO

Contador - CRC 020710-0

RREO - Anexo V - 4º BIMESTRE

Município de CURITIBANOS - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2011/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - Anexo V (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2011	Até o Bimestre/2010
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	1.454.200,00	1.454.200,00	765.668,23	1.701.756,98	1.508.533,26
RECEITAS CORRENTES	1.454.200,00	1.454.200,00	765.668,23	1.701.756,98	1.508.533,26
Receita de Contribuições dos Segurados	1.263.900,00	1.263.900,00	158.681,58	693.225,72	706.447,19
Pessoal Civil	1.263.900,00	1.263.900,00	158.681,58	693.225,72	706.447,19
Ativo	1.240.250,00	1.240.250,00	156.617,48	686.668,00	704.016,71
Inativo	15.400,00	15.400,00	1.105,04	4.265,48	1.047,30
Pensionista	8.250,00	8.250,00	959,06	2.292,24	1.383,18
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	4.400,00	4.400,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	165.000,00	165.000,00	449.651,72	810.367,38	546.569,29
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	165.000,00	165.000,00	449.651,72	810.367,38	546.569,29
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	20.900,00	20.900,00	157.334,93	198.163,88	255.516,78
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	20.900,00	20.900,00	157.334,93	198.163,88	254.751,48
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	2.480.500,00	2.480.500,00	313.230,33	1.373.315,60	1.379.648,09
RECEITAS CORRENTES	2.480.500,00	2.480.500,00	313.230,33	1.373.315,60	1.379.648,09
Receita de Contribuições Patronais	2.480.500,00	2.480.500,00	313.230,33	1.373.315,60	1.379.648,09
Pessoal Civil	2.480.500,00	2.480.500,00	313.230,33	1.373.315,60	1.379.648,09
Ativo	2.480.500,00	2.480.500,00	313.230,33	1.373.315,60	1.379.648,09
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de CURITIBANOS - SC

Continuação 2/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2011/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2011	Até o Bimestre/2010
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	3.934.700,00	3.934.700,00	1.078.898,56	3.075.072,58	2.888.181,35
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2011	Até o Bimestre/2010
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	3.724.000,00	3.724.000,00	622.719,72	2.389.296,42	2.150.393,44
ADMINISTRAÇÃO	234.300,00	234.300,00	16.386,06	63.204,25	152.257,85
Despesas Correntes	220.000,00	220.000,00	16.386,06	62.158,85	151.347,85
Despesas de Capital	14.300,00	14.300,00	0,00	1.045,40	910,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	3.489.700,00	3.489.700,00	606.333,66	2.326.092,17	1.998.135,59
Pessoal Civil	0,00	0,00	606.274,84	2.325.856,89	1.998.135,59
Aposentadorias	0,00	0,00	487.476,42	1.857.610,66	1.552.760,50
Pensões	0,00	0,00	118.798,42	468.246,23	445.375,09
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	3.489.700,00	3.489.700,00	58,82	235,28	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	3.489.700,00	3.489.700,00	58,82	235,28	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	3.724.000,00	3.724.000,00	622.719,72	2.389.296,42	2.150.393,44
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	210.700,00	210.700,00	456.178,84	685.776,16	737.787,91

Continua 2/3

Município de CURITIBANOS - SC

Continuação 3/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2011/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2011	Até o Bimestre/2010
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	78.387,60	310.417,60	323.297,87
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	78.387,60	310.417,60	323.297,87
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	78.387,60	310.417,60	323.297,87
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS			PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA		
Valor			210.700,00		

BENS E DIREITOS DO RPPS	JULHO	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
		2011	2010
Caixa	0,00	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	281.094,35	186.612,07	275.042,96
Investimentos	8.399.477,60	8.950.150,54	7.360.815,59

FONTE: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

CURITIBANOS, 12/09/2011

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

EDSON TADEU BROCARDO
Secretário de Administração

FLAVIO LUIZ ZILIO
Contador - CRC 020710-0

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2011/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - Anexo V (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2011	Até o Bimestre/2010
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	1.454.200,00	1.454.200,00	765.668,23	1.701.756,98	1.508.533,26
RECEITAS CORRENTES	1.454.200,00	1.454.200,00	765.668,23	1.701.756,98	1.508.533,26
Receita de Contribuições dos Segurados	1.263.900,00	1.263.900,00	158.681,58	693.225,72	706.447,19
Pessoal Civil	1.263.900,00	1.263.900,00	158.681,58	693.225,72	706.447,19
Ativo	1.240.250,00	1.240.250,00	156.617,48	686.668,00	704.016,71
Inativo	15.400,00	15.400,00	1.105,04	4.265,48	1.047,30
Pensionista	8.250,00	8.250,00	959,06	2.292,24	1.383,18
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	4.400,00	4.400,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	165.000,00	165.000,00	449.651,72	810.367,38	546.569,29
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	165.000,00	165.000,00	449.651,72	810.367,38	546.569,29
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	20.900,00	20.900,00	157.334,93	198.163,88	255.516,78
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	20.900,00	20.900,00	157.334,93	198.163,88	254.751,48
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	2.480.500,00	2.480.500,00	313.230,33	1.373.315,60	1.379.648,09
RECEITAS CORRENTES	2.480.500,00	2.480.500,00	313.230,33	1.373.315,60	1.379.648,09
Receita de Contribuições Patronais	2.480.500,00	2.480.500,00	313.230,33	1.373.315,60	1.379.648,09
Pessoal Civil	2.480.500,00	2.480.500,00	313.230,33	1.373.315,60	1.379.648,09
Ativo	2.480.500,00	2.480.500,00	313.230,33	1.373.315,60	1.379.648,09
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de CURITIBANOS - SC

Continuação 2/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2011/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2011	Até o Bimestre/2010
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	3.934.700,00	3.934.700,00	1.078.898,56	3.075.072,58	2.888.181,35
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2011	Até o Bimestre/2010
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	3.724.000,00	3.724.000,00	622.719,72	2.389.296,42	2.150.393,44
ADMINISTRAÇÃO	234.300,00	234.300,00	16.386,06	63.204,25	152.257,85
Despesas Correntes	220.000,00	220.000,00	16.386,06	62.158,85	151.347,85
Despesas de Capital	14.300,00	14.300,00	0,00	1.045,40	910,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	3.489.700,00	3.489.700,00	606.333,66	2.326.092,17	1.998.135,59
Pessoal Civil	0,00	0,00	606.274,84	2.325.856,89	1.998.135,59
Aposentadorias	0,00	0,00	487.476,42	1.857.610,66	1.552.760,50
Pensões	0,00	0,00	118.798,42	468.246,23	445.375,09
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	3.489.700,00	3.489.700,00	58,82	235,28	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	3.489.700,00	3.489.700,00	58,82	235,28	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	3.724.000,00	3.724.000,00	622.719,72	2.389.296,42	2.150.393,44
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	210.700,00	210.700,00	456.178,84	685.776,16	737.787,91

Continua 2/3

Município de CURITIBANOS - SC

Continuação 3/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2011/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2011	Até o Bimestre/2010
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	78.387,60	310.417,60	323.297,87
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	78.387,60	310.417,60	323.297,87
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	78.387,60	310.417,60	323.297,87
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS			PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA		
Valor			210.700,00		

BENS E DIREITOS DO RPPS	JULHO	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
		2011	2010
Caixa	0,00	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	281.094,35	186.612,07	275.042,96
Investimentos	8.399.477,60	8.950.150,54	7.360.815,59

FONTE: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

CURITIBANOS, 12/09/2011

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

EDSON TADEU BROCARDO
Secretário de Administração

FLAVIO LUIZ ZILIO
Contador - CRC 020710-0

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2011/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - Anexo V (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2011	Até o Bimestre/2010
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	1.454.200,00	1.454.200,00	765.668,23	1.701.756,98	1.508.533,26
RECEITAS CORRENTES	1.454.200,00	1.454.200,00	765.668,23	1.701.756,98	1.508.533,26
Receita de Contribuições dos Segurados	1.263.900,00	1.263.900,00	158.681,58	693.225,72	706.447,19
Pessoal Civil	1.263.900,00	1.263.900,00	158.681,58	693.225,72	706.447,19
Ativo	1.240.250,00	1.240.250,00	156.617,48	686.668,00	704.016,71
Inativo	15.400,00	15.400,00	1.105,04	4.265,48	1.047,30
Pensionista	8.250,00	8.250,00	959,06	2.292,24	1.383,18
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	4.400,00	4.400,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	165.000,00	165.000,00	449.651,72	810.367,38	546.569,29
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	165.000,00	165.000,00	449.651,72	810.367,38	546.569,29
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	20.900,00	20.900,00	157.334,93	198.163,88	255.516,78
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	20.900,00	20.900,00	157.334,93	198.163,88	254.751,48
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	2.480.500,00	2.480.500,00	313.230,33	1.373.315,60	1.379.648,09
RECEITAS CORRENTES	2.480.500,00	2.480.500,00	313.230,33	1.373.315,60	1.379.648,09
Receita de Contribuições Patronais	2.480.500,00	2.480.500,00	313.230,33	1.373.315,60	1.379.648,09
Pessoal Civil	2.480.500,00	2.480.500,00	313.230,33	1.373.315,60	1.379.648,09
Ativo	2.480.500,00	2.480.500,00	313.230,33	1.373.315,60	1.379.648,09
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de CURITIBANOS - SC

Continuação 2/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2011/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2011	Até o Bimestre/2010
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	3.934.700,00	3.934.700,00	1.078.898,56	3.075.072,58	2.888.181,35
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2011	Até o Bimestre/2010
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	3.724.000,00	3.724.000,00	622.719,72	2.389.296,42	2.150.393,44
ADMINISTRAÇÃO	234.300,00	234.300,00	16.386,06	63.204,25	152.257,85
Despesas Correntes	220.000,00	220.000,00	16.386,06	62.158,85	151.347,85
Despesas de Capital	14.300,00	14.300,00	0,00	1.045,40	910,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	3.489.700,00	3.489.700,00	606.333,66	2.326.092,17	1.998.135,59
Pessoal Civil	0,00	0,00	606.274,84	2.325.856,89	1.998.135,59
Aposentadorias	0,00	0,00	487.476,42	1.857.610,66	1.552.760,50
Pensões	0,00	0,00	118.798,42	468.246,23	445.375,09
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	3.489.700,00	3.489.700,00	58,82	235,28	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	3.489.700,00	3.489.700,00	58,82	235,28	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	3.724.000,00	3.724.000,00	622.719,72	2.389.296,42	2.150.393,44
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	210.700,00	210.700,00	456.178,84	685.776,16	737.787,91

Continua 2/3

Município de CURITIBANOS - SC

Continuação 3/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2011/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2011	Até o Bimestre/2010
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	78.387,60	310.417,60	323.297,87
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	78.387,60	310.417,60	323.297,87
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	78.387,60	310.417,60	323.297,87
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS			PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA		
Valor			210.700,00		

BENS E DIREITOS DO RPPS	JULHO	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
		2011	2010
Caixa	0,00	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	281.094,35	186.612,07	275.042,96
Investimentos	8.399.477,60	8.950.150,54	7.360.815,59

FONTE: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

CURITIBANOS, 12/09/2011

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

EDSON TADEU BROCARDO
Secretário de Administração

FLAVIO LUIZ ZILIO
Contador - CRC 020710-0

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2011/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - Anexo V (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2011	Até o Bimestre/2010
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	1.454.200,00	1.454.200,00	765.668,23	1.701.756,98	1.508.533,26
RECEITAS CORRENTES	1.454.200,00	1.454.200,00	765.668,23	1.701.756,98	1.508.533,26
Receita de Contribuições dos Segurados	1.263.900,00	1.263.900,00	158.681,58	693.225,72	706.447,19
Pessoal Civil	1.263.900,00	1.263.900,00	158.681,58	693.225,72	706.447,19
Ativo	1.240.250,00	1.240.250,00	156.617,48	686.668,00	704.016,71
Inativo	15.400,00	15.400,00	1.105,04	4.265,48	1.047,30
Pensionista	8.250,00	8.250,00	959,06	2.292,24	1.383,18
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	4.400,00	4.400,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	165.000,00	165.000,00	449.651,72	810.367,38	546.569,29
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	165.000,00	165.000,00	449.651,72	810.367,38	546.569,29
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	20.900,00	20.900,00	157.334,93	198.163,88	255.516,78
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	20.900,00	20.900,00	157.334,93	198.163,88	254.751,48
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	2.480.500,00	2.480.500,00	313.230,33	1.373.315,60	1.379.648,09
RECEITAS CORRENTES	2.480.500,00	2.480.500,00	313.230,33	1.373.315,60	1.379.648,09
Receita de Contribuições Patronais	2.480.500,00	2.480.500,00	313.230,33	1.373.315,60	1.379.648,09
Pessoal Civil	2.480.500,00	2.480.500,00	313.230,33	1.373.315,60	1.379.648,09
Ativo	2.480.500,00	2.480.500,00	313.230,33	1.373.315,60	1.379.648,09
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de CURITIBANOS - SC

Continuação 2/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2011/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2011	Até o Bimestre/2010
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	3.934.700,00	3.934.700,00	1.078.898,56	3.075.072,58	2.888.181,35
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2011	Até o Bimestre/2010
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	3.724.000,00	3.724.000,00	622.719,72	2.389.296,42	2.150.393,44
ADMINISTRAÇÃO	234.300,00	234.300,00	16.386,06	63.204,25	152.257,85
Despesas Correntes	220.000,00	220.000,00	16.386,06	62.158,85	151.347,85
Despesas de Capital	14.300,00	14.300,00	0,00	1.045,40	910,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	3.489.700,00	3.489.700,00	606.333,66	2.326.092,17	1.998.135,59
Pessoal Civil	0,00	0,00	606.274,84	2.325.856,89	1.998.135,59
Aposentadorias	0,00	0,00	487.476,42	1.857.610,66	1.552.760,50
Pensões	0,00	0,00	118.798,42	468.246,23	445.375,09
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	3.489.700,00	3.489.700,00	58,82	235,28	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	3.489.700,00	3.489.700,00	58,82	235,28	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	3.724.000,00	3.724.000,00	622.719,72	2.389.296,42	2.150.393,44
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	210.700,00	210.700,00	456.178,84	685.776,16	737.787,91

Continua 2/3

Município de CURITIBANOS - SC

Continuação 3/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2011/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2011	Até o Bimestre/2010
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	78.387,60	310.417,60	323.297,87
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	78.387,60	310.417,60	323.297,87
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	78.387,60	310.417,60	323.297,87
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS			PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA		
Valor			210.700,00		

BENS E DIREITOS DO RPPS	JULHO	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
		2011	2010
Caixa	0,00	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	281.094,35	186.612,07	275.042,96
Investimentos	8.399.477,60	8.950.150,54	7.360.815,59

FONTE: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

CURITIBANOS, 12/09/2011

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

EDSON TADEU BROCARDO
Secretário de Administração

FLAVIO LUIZ ZILIO
Contador - CRC 020710-0

RREO - Anexo VII - 4º BIMESTRE

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2011/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO VII (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2011	Até o Bimestre 2010
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	49.642.158,00	8.146.715,31	34.323.132,19	30.267.029,61
Receita Tributária	7.181.171,00	828.966,24	5.387.714,93	4.505.309,19
I.P.T.U.	2.492.600,00	90.783,39	1.655.473,31	1.524.978,65
I.S.S.	1.815.000,00	389.071,58	1.594.528,99	1.148.105,23
I.T.B.I.	726.000,00	165.898,92	655.676,90	530.556,20
I.R.R.F.	581.633,00	86.674,37	332.269,58	272.522,99
Outras Receitas Tributárias	1.565.938,00	96.537,98	1.149.766,15	1.029.146,12
Receita de Contribuição	5.200.800,00	658.983,49	2.921.966,28	2.901.578,66
Receitas Previdenciárias	3.748.800,00	471.911,91	2.066.541,32	2.086.095,28
Outras Contribuições	1.452.000,00	187.071,58	855.424,96	815.483,38
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	834.570,00	610.532,66	1.352.458,94	857.012,00
(-) Aplicações Financeiras	834.570,00	610.532,66	1.352.458,94	857.012,00
Transferências Correntes	34.214.480,00	6.165.433,82	24.353.253,69	20.958.071,63
F.P.M.	10.384.000,00	1.738.433,20	7.726.263,62	6.090.540,45
I.C.M.S.	9.240.000,00	1.445.846,66	5.504.423,69	5.178.340,14
Convênios	143.715,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências Correntes	14.446.765,00	2.981.153,96	11.122.566,38	9.689.191,04
Demais Receitas Correntes	3.045.707,00	493.331,76	1.660.197,29	1.902.070,13
Dívida Ativa	926.530,00	156.377,33	647.893,88	871.659,62
Diversas Receitas Correntes	2.119.177,00	336.954,43	1.012.303,41	1.030.410,51
RECEITAS DE CAPITAL (II)	262.000,00	0,00	-14.210,94	796.707,58
Operações de Crédito (III)	25.000,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	47.500,00	0,00	27.399,31	16.006,23
Transferências de Capital	189.500,00	0,00	-41.610,25	780.701,35
Convênios	189.500,00	0,00	-41.610,25	780.701,35
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	189.500,00	0,00	-41.610,25	780.701,35
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	49.831.658,00	8.146.715,31	34.281.521,94	31.047.730,96
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2011	Até o Bimestre 2010
DESPESAS CORRENTES (VIII)	47.956.649,08	7.479.572,66	27.039.741,58	23.901.173,24
Pessoal e Encargos Sociais	25.535.632,70	4.144.882,06	15.331.345,61	13.605.661,15
Juros e Encargos da Dívida (IX)	418.000,00	68.725,53	275.145,26	293.404,51
Outras Despesas Correntes	22.003.016,38	3.265.965,07	11.433.250,71	10.002.107,58
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	47.538.649,08	7.410.847,13	26.764.596,32	23.607.768,73
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	11.827.049,72	207.071,55	704.196,64	1.914.692,88
Investimentos	11.502.049,72	154.604,77	494.732,36	1.722.693,58
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	325.000,00	52.466,78	209.464,28	191.999,30
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	11.502.049,72	154.604,77	494.732,36	1.722.693,58
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	302.861,04	-	-	-

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2011/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2011	Até o Bimestre 2010
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	302.861,04	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	59.343.559,84	7.565.451,90	27.259.328,68	25.330.462,31
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-9.511.901,84	581.263,41	7.022.193,26	5.717.268,65
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	528.518,24	0,00
Superávit Financeiro	-	-	498.518,24	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	30.000,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				-49.070,00

FONTE: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

CURITIBANOS, 12/09/2011

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

EDSON TADEU BROCARDO
Secretário de Administração

FLAVIO LUIZ ZILIO
Contador - CRC 020710-0

RREO - Anexo X - 4º BIMESTRE

MUNICÍPIO DE CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2011/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO X (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	6.633.640,00	6.633.640,00	888.356,69	4.870.858,13	73,43
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	3.360.225,00	3.360.225,00	227.634,89	2.207.149,14	65,68
1.1.1- IPTU	2.492.600,00	2.492.600,00	91.032,81	1.657.085,82	66,48
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	15.125,00	15.125,00	1.509,78	2.843,55	18,80
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	586.300,00	586.300,00	73.653,68	309.331,43	52,76
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	266.200,00	266.200,00	61.438,62	237.888,34	89,36
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	727.512,00	727.512,00	165.898,92	656.285,61	90,21
1.2.1- ITBI	726.000,00	726.000,00	165.898,92	656.021,90	90,36
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	1.512,00	1.512,00	0,00	263,71	17,44
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.964.270,00	1.964.270,00	408.148,51	1.675.153,80	85,28
1.3.1- ISS	1.815.000,00	1.815.000,00	389.071,58	1.595.136,94	87,89
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	18.150,00	18.150,00	2.268,77	9.959,87	54,88
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	110.000,00	110.000,00	8.832,74	47.064,23	42,79
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	21.120,00	21.120,00	7.975,42	22.992,76	108,87
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	581.633,00	581.633,00	86.674,37	332.269,58	57,13
1.4.1- IRRF	581.633,00	581.633,00	86.674,37	332.269,58	57,13
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	26.863.100,00	26.863.100,00	4.490.048,22	18.213.257,78	67,80
2.1- Cota-Parte FPM	12.980.000,00	12.980.000,00	2.173.041,44	9.657.829,29	74,41
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	12.980.000,00	12.980.000,00	2.173.041,44	9.657.829,29	74,41
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	11.550.000,00	11.550.000,00	1.807.308,09	6.880.528,76	59,57
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	256.300,00	256.300,00	9.824,38	39.297,52	15,33
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	299.200,00	299.200,00	32.441,14	131.366,10	43,91
2.5- Cota-Parte ITR	72.600,00	72.600,00	3.918,30	13.434,69	18,51
2.6- Cota-Parte IPVA	1.705.000,00	1.705.000,00	463.514,87	1.490.801,42	87,44
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)	33.496.740,00	33.496.740,00	5.378.404,91	23.084.115,91	68,91
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	924.825,00	924.825,00	219.929,45	794.792,19	85,94
5.1- Transferências do Salário-Educação	572.000,00	572.000,00	133.480,79	569.934,54	99,64
5.2- Outras Transferências do FNDE	352.825,00	352.825,00	86.448,66	224.857,65	63,73
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	62.625,00	62.625,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	62.625,00	62.625,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	88.000,00	88.000,00	59.183,10	143.247,18	162,78
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	1.075.450,00	1.075.450,00	279.112,55	938.039,37	87,22

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	5.372.620,00	5.372.620,00	898.009,16	3.642.649,78	67,80
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	2.596.000,00	2.596.000,00	434.608,24	1.931.565,67	74,41
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	2.310.000,00	2.310.000,00	361.461,43	1.376.105,07	59,57
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	51.260,00	51.260,00	1.964,86	7.859,44	15,33
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	59.840,00	59.840,00	6.488,19	26.273,17	43,91
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	14.520,00	14.520,00	783,64	2.686,85	18,50
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	341.000,00	341.000,00	92.702,80	298.159,58	87,44
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	7.737.400,00	7.737.400,00	1.579.709,60	6.285.646,30	81,24
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	7.700.000,00	7.700.000,00	1.556.167,16	6.206.542,79	80,60
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	37.400,00	37.400,00	23.542,44	79.103,51	211,51
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	2.327.380,00	2.327.380,00	658.158,00	2.563.893,01	110,16
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2011/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	5.421.790,00	6.269.790,00	1.162.024,10	4.059.392,60	64,75
13.1- Com Educação Infantil	2.662.000,00	3.750.000,00	698.000,63	2.469.390,75	65,85
13.2- Com Ensino Fundamental	2.759.790,00	2.519.790,00	464.023,47	1.590.001,85	63,10
14- OUTRAS DESPESAS	2.288.110,00	2.434.782,38	295.655,74	945.475,01	38,83
14.1- Com Educação Infantil	693.000,00	693.000,00	25.061,50	94.297,55	13,61
14.2- Com Ensino Fundamental	1.595.110,00	1.741.782,38	270.594,24	851.177,46	48,87
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	7.709.900,00	8.704.572,38	1.457.679,84	5.004.867,61	57,50
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL1 ((13 – 18) / (11) x 100) %					64,58
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2010 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					46.672,38
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2011 *					46.672,38

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) ²	8.374.185,00	8.374.185,00	1.344.601,23	5.771.028,98	68,91
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	4.675.000,00	5.846.450,00	926.684,97	3.231.455,86	55,27
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	3.355.000,00	4.443.000,00	723.062,13	2.563.688,30	57,70
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.320.000,00	1.403.450,00	203.622,84	667.767,56	47,58
24- ENSINO FUNDAMENTAL	6.750.025,00	6.656.697,38	1.069.193,79	3.567.050,38	53,59
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	4.354.900,00	4.261.572,38	734.617,71	2.441.179,31	57,28
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	2.395.125,00	2.395.125,00	334.576,08	1.125.871,07	47,01
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	11.425.025,00	12.503.147,38	1.995.878,76	6.798.506,24	54,37
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					2.563.893,01
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					79.103,51
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					46.672,38
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO *					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					23.030,51
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					2.712.699,41
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					4.085.806,83
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					17,7

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	572.000,00	801.000,00	126.068,30	237.532,33	29,65
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	352.825,00	386.825,00	61.987,66	175.255,80	45,31
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	924.825,00	1.187.825,00	188.055,96	412.788,13	34,75
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	12.349.850,00	13.690.972,38	2.183.934,72	7.211.294,37	52,67
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO		SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2011 (g)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE		246.364,89		23.030,51	

MUNICÍPIO DE CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2011/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/3

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	1.147.217,25	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	6.206.542,79	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	5.675.029,19	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	79.103,51	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	1.757.834,36	0,00

CURITIBANOS, 12/09/2011

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

EDSON TADEU BROCARDO
Secretário de Administração

FLAVIO LUIZ ZILIO
Contador - CRC 020710-0

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 46.672,38, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.

MUNICÍPIO DE CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2011/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO X (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	6.633.640,00	6.633.640,00	888.356,69	4.870.858,13	73,43
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	3.360.225,00	3.360.225,00	227.634,89	2.207.149,14	65,68
1.1.1- IPTU	2.492.600,00	2.492.600,00	91.032,81	1.657.085,82	66,48
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	15.125,00	15.125,00	1.509,78	2.843,55	18,80
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	586.300,00	586.300,00	73.653,68	309.331,43	52,76
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	266.200,00	266.200,00	61.438,62	237.888,34	89,36
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	727.512,00	727.512,00	165.898,92	656.285,61	90,21
1.2.1- ITBI	726.000,00	726.000,00	165.898,92	656.021,90	90,36
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	1.512,00	1.512,00	0,00	263,71	17,44
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.964.270,00	1.964.270,00	408.148,51	1.675.153,80	85,28
1.3.1- ISS	1.815.000,00	1.815.000,00	389.071,58	1.595.136,94	87,89
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	18.150,00	18.150,00	2.268,77	9.959,87	54,88
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	110.000,00	110.000,00	8.832,74	47.064,23	42,79
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	21.120,00	21.120,00	7.975,42	22.992,76	108,87
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	581.633,00	581.633,00	86.674,37	332.269,58	57,13
1.4.1- IRRF	581.633,00	581.633,00	86.674,37	332.269,58	57,13
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	26.863.100,00	26.863.100,00	4.490.048,22	18.213.257,78	67,80
2.1- Cota-Parte FPM	12.980.000,00	12.980.000,00	2.173.041,44	9.657.829,29	74,41
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	12.980.000,00	12.980.000,00	2.173.041,44	9.657.829,29	74,41
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	11.550.000,00	11.550.000,00	1.807.308,09	6.880.528,76	59,57
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	256.300,00	256.300,00	9.824,38	39.297,52	15,33
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	299.200,00	299.200,00	32.441,14	131.366,10	43,91
2.5- Cota-Parte ITR	72.600,00	72.600,00	3.918,30	13.434,69	18,51
2.6- Cota-Parte IPVA	1.705.000,00	1.705.000,00	463.514,87	1.490.801,42	87,44
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)	33.496.740,00	33.496.740,00	5.378.404,91	23.084.115,91	68,91
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	924.825,00	924.825,00	219.929,45	794.792,19	85,94
5.1- Transferências do Salário-Educação	572.000,00	572.000,00	133.480,79	569.934,54	99,64
5.2- Outras Transferências do FNDE	352.825,00	352.825,00	86.448,66	224.857,65	63,73
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	62.625,00	62.625,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	62.625,00	62.625,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	88.000,00	88.000,00	59.183,10	143.247,18	162,78
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	1.075.450,00	1.075.450,00	279.112,55	938.039,37	87,22

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	5.372.620,00	5.372.620,00	898.009,16	3.642.649,78	67,80
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	2.596.000,00	2.596.000,00	434.608,24	1.931.565,67	74,41
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	2.310.000,00	2.310.000,00	361.461,43	1.376.105,07	59,57
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	51.260,00	51.260,00	1.964,86	7.859,44	15,33
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	59.840,00	59.840,00	6.488,19	26.273,17	43,91
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	14.520,00	14.520,00	783,64	2.686,85	18,50
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	341.000,00	341.000,00	92.702,80	298.159,58	87,44
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	7.737.400,00	7.737.400,00	1.579.709,60	6.285.646,30	81,24
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	7.700.000,00	7.700.000,00	1.556.167,16	6.206.542,79	80,60
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	37.400,00	37.400,00	23.542,44	79.103,51	211,51
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	2.327.380,00	2.327.380,00	658.158,00	2.563.893,01	110,16
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2011/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	5.421.790,00	6.269.790,00	1.162.024,10	4.059.392,60	64,75
13.1- Com Educação Infantil	2.662.000,00	3.750.000,00	698.000,63	2.469.390,75	65,85
13.2- Com Ensino Fundamental	2.759.790,00	2.519.790,00	464.023,47	1.590.001,85	63,10
14- OUTRAS DESPESAS	2.288.110,00	2.434.782,38	295.655,74	945.475,01	38,83
14.1- Com Educação Infantil	693.000,00	693.000,00	25.061,50	94.297,55	13,61
14.2- Com Ensino Fundamental	1.595.110,00	1.741.782,38	270.594,24	851.177,46	48,87
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	7.709.900,00	8.704.572,38	1.457.679,84	5.004.867,61	57,50
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL1 ((13 – 18) / (11) x 100) %					64,58
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2010 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					46.672,38
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2011 *					46.672,38

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) ²	8.374.185,00	8.374.185,00	1.344.601,23	5.771.028,98	68,91
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	4.675.000,00	5.846.450,00	926.684,97	3.231.455,86	55,27
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	3.355.000,00	4.443.000,00	723.062,13	2.563.688,30	57,70
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.320.000,00	1.403.450,00	203.622,84	667.767,56	47,58
24- ENSINO FUNDAMENTAL	6.750.025,00	6.656.697,38	1.069.193,79	3.567.050,38	53,59
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	4.354.900,00	4.261.572,38	734.617,71	2.441.179,31	57,28
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	2.395.125,00	2.395.125,00	334.576,08	1.125.871,07	47,01
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	11.425.025,00	12.503.147,38	1.995.878,76	6.798.506,24	54,37
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					2.563.893,01
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					79.103,51
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					46.672,38
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO *					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					23.030,51
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					2.712.699,41
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					4.085.806,83
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					17,7

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	572.000,00	801.000,00	126.068,30	237.532,33	29,65
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	352.825,00	386.825,00	61.987,66	175.255,80	45,31
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	924.825,00	1.187.825,00	188.055,96	412.788,13	34,75
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	12.349.850,00	13.690.972,38	2.183.934,72	7.211.294,37	52,67
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO		SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2011 (g)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE		246.364,89		23.030,51	

MUNICÍPIO DE CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2011/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/3

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (R\$)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	1.147.217,25	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	6.206.542,79	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	5.675.029,19	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	79.103,51	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	1.757.834,36	0,00

CURITIBANOS, 12/09/2011

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

EDSON TADEU BROCARDO
Secretário de Administração

FLAVIO LUIZ ZILIO
Contador - CRC 020710-0

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³ Caput do art. 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 46.672,38, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.

MUNICÍPIO DE CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2011/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO X (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	6.633.640,00	6.633.640,00	888.356,69	4.870.858,13	73,43
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	3.360.225,00	3.360.225,00	227.634,89	2.207.149,14	65,68
1.1.1- IPTU	2.492.600,00	2.492.600,00	91.032,81	1.657.085,82	66,48
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	15.125,00	15.125,00	1.509,78	2.843,55	18,80
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	586.300,00	586.300,00	73.653,68	309.331,43	52,76
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	266.200,00	266.200,00	61.438,62	237.888,34	89,36
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	727.512,00	727.512,00	165.898,92	656.285,61	90,21
1.2.1- ITBI	726.000,00	726.000,00	165.898,92	656.021,90	90,36
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	1.512,00	1.512,00	0,00	263,71	17,44
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.964.270,00	1.964.270,00	408.148,51	1.675.153,80	85,28
1.3.1- ISS	1.815.000,00	1.815.000,00	389.071,58	1.595.136,94	87,89
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	18.150,00	18.150,00	2.268,77	9.959,87	54,88
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	110.000,00	110.000,00	8.832,74	47.064,23	42,79
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	21.120,00	21.120,00	7.975,42	22.992,76	108,87
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	581.633,00	581.633,00	86.674,37	332.269,58	57,13
1.4.1- IRRF	581.633,00	581.633,00	86.674,37	332.269,58	57,13
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	26.863.100,00	26.863.100,00	4.490.048,22	18.213.257,78	67,80
2.1- Cota-Parte FPM	12.980.000,00	12.980.000,00	2.173.041,44	9.657.829,29	74,41
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	12.980.000,00	12.980.000,00	2.173.041,44	9.657.829,29	74,41
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	11.550.000,00	11.550.000,00	1.807.308,09	6.880.528,76	59,57
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	256.300,00	256.300,00	9.824,38	39.297,52	15,33
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	299.200,00	299.200,00	32.441,14	131.366,10	43,91
2.5- Cota-Parte ITR	72.600,00	72.600,00	3.918,30	13.434,69	18,51
2.6- Cota-Parte IPVA	1.705.000,00	1.705.000,00	463.514,87	1.490.801,42	87,44
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)	33.496.740,00	33.496.740,00	5.378.404,91	23.084.115,91	68,91
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	924.825,00	924.825,00	219.929,45	794.792,19	85,94
5.1- Transferências do Salário-Educação	572.000,00	572.000,00	133.480,79	569.934,54	99,64
5.2- Outras Transferências do FNDE	352.825,00	352.825,00	86.448,66	224.857,65	63,73
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	62.625,00	62.625,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	62.625,00	62.625,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	88.000,00	88.000,00	59.183,10	143.247,18	162,78
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	1.075.450,00	1.075.450,00	279.112,55	938.039,37	87,22

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	5.372.620,00	5.372.620,00	898.009,16	3.642.649,78	67,80
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	2.596.000,00	2.596.000,00	434.608,24	1.931.565,67	74,41
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	2.310.000,00	2.310.000,00	361.461,43	1.376.105,07	59,57
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	51.260,00	51.260,00	1.964,86	7.859,44	15,33
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	59.840,00	59.840,00	6.488,19	26.273,17	43,91
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	14.520,00	14.520,00	783,64	2.686,85	18,50
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	341.000,00	341.000,00	92.702,80	298.159,58	87,44
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	7.737.400,00	7.737.400,00	1.579.709,60	6.285.646,30	81,24
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	7.700.000,00	7.700.000,00	1.556.167,16	6.206.542,79	80,60
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	37.400,00	37.400,00	23.542,44	79.103,51	211,51
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	2.327.380,00	2.327.380,00	658.158,00	2.563.893,01	110,16
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2011/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	5.421.790,00	6.269.790,00	1.162.024,10	4.059.392,60	64,75
13.1- Com Educação Infantil	2.662.000,00	3.750.000,00	698.000,63	2.469.390,75	65,85
13.2- Com Ensino Fundamental	2.759.790,00	2.519.790,00	464.023,47	1.590.001,85	63,10
14- OUTRAS DESPESAS	2.288.110,00	2.434.782,38	295.655,74	945.475,01	38,83
14.1- Com Educação Infantil	693.000,00	693.000,00	25.061,50	94.297,55	13,61
14.2- Com Ensino Fundamental	1.595.110,00	1.741.782,38	270.594,24	851.177,46	48,87
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	7.709.900,00	8.704.572,38	1.457.679,84	5.004.867,61	57,50
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL1 ((13 – 18) / (11) x 100) %					64,58
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2010 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					46.672,38
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2011 *					46.672,38

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) ²	8.374.185,00	8.374.185,00	1.344.601,23	5.771.028,98	68,91
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	4.675.000,00	5.846.450,00	926.684,97	3.231.455,86	55,27
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	3.355.000,00	4.443.000,00	723.062,13	2.563.688,30	57,70
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.320.000,00	1.403.450,00	203.622,84	667.767,56	47,58
24- ENSINO FUNDAMENTAL	6.750.025,00	6.656.697,38	1.069.193,79	3.567.050,38	53,59
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	4.354.900,00	4.261.572,38	734.617,71	2.441.179,31	57,28
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	2.395.125,00	2.395.125,00	334.576,08	1.125.871,07	47,01
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	11.425.025,00	12.503.147,38	1.995.878,76	6.798.506,24	54,37
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					2.563.893,01
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					79.103,51
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					46.672,38
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO *					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					23.030,51
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					2.712.699,41
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					4.085.806,83
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					17,7

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	572.000,00	801.000,00	126.068,30	237.532,33	29,65
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	352.825,00	386.825,00	61.987,66	175.255,80	45,31
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	924.825,00	1.187.825,00	188.055,96	412.788,13	34,75
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	12.349.850,00	13.690.972,38	2.183.934,72	7.211.294,37	52,67
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2011 (g)		
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	246.364,89		23.030,51		

MUNICÍPIO DE CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2011/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/3

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (R\$)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	1.147.217,25	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	6.206.542,79	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	5.675.029,19	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	79.103,51	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	1.757.834,36	0,00

CURITIBANOS, 12/09/2011

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

EDSON TADEU BROCARDO
Secretário de Administração

FLAVIO LUIZ ZILIO
Contador - CRC 020710-0

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³ Caput do art. 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 46.672,38, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.

MUNICÍPIO DE CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2011/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO X (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	6.633.640,00	6.633.640,00	888.356,69	4.870.858,13	73,43
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	3.360.225,00	3.360.225,00	227.634,89	2.207.149,14	65,68
1.1.1- IPTU	2.492.600,00	2.492.600,00	91.032,81	1.657.085,82	66,48
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	15.125,00	15.125,00	1.509,78	2.843,55	18,80
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	586.300,00	586.300,00	73.653,68	309.331,43	52,76
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	266.200,00	266.200,00	61.438,62	237.888,34	89,36
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	727.512,00	727.512,00	165.898,92	656.285,61	90,21
1.2.1- ITBI	726.000,00	726.000,00	165.898,92	656.021,90	90,36
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	1.512,00	1.512,00	0,00	263,71	17,44
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.964.270,00	1.964.270,00	408.148,51	1.675.153,80	85,28
1.3.1- ISS	1.815.000,00	1.815.000,00	389.071,58	1.595.136,94	87,89
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	18.150,00	18.150,00	2.268,77	9.959,87	54,88
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	110.000,00	110.000,00	8.832,74	47.064,23	42,79
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	21.120,00	21.120,00	7.975,42	22.992,76	108,87
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	581.633,00	581.633,00	86.674,37	332.269,58	57,13
1.4.1- IRRF	581.633,00	581.633,00	86.674,37	332.269,58	57,13
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	26.863.100,00	26.863.100,00	4.490.048,22	18.213.257,78	67,80
2.1- Cota-Parte FPM	12.980.000,00	12.980.000,00	2.173.041,44	9.657.829,29	74,41
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	12.980.000,00	12.980.000,00	2.173.041,44	9.657.829,29	74,41
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	11.550.000,00	11.550.000,00	1.807.308,09	6.880.528,76	59,57
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	256.300,00	256.300,00	9.824,38	39.297,52	15,33
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	299.200,00	299.200,00	32.441,14	131.366,10	43,91
2.5- Cota-Parte ITR	72.600,00	72.600,00	3.918,30	13.434,69	18,51
2.6- Cota-Parte IPVA	1.705.000,00	1.705.000,00	463.514,87	1.490.801,42	87,44
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)	33.496.740,00	33.496.740,00	5.378.404,91	23.084.115,91	68,91
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	924.825,00	924.825,00	219.929,45	794.792,19	85,94
5.1- Transferências do Salário-Educação	572.000,00	572.000,00	133.480,79	569.934,54	99,64
5.2- Outras Transferências do FNDE	352.825,00	352.825,00	86.448,66	224.857,65	63,73
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	62.625,00	62.625,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	62.625,00	62.625,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	88.000,00	88.000,00	59.183,10	143.247,18	162,78
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	1.075.450,00	1.075.450,00	279.112,55	938.039,37	87,22

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	5.372.620,00	5.372.620,00	898.009,16	3.642.649,78	67,80
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	2.596.000,00	2.596.000,00	434.608,24	1.931.565,67	74,41
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	2.310.000,00	2.310.000,00	361.461,43	1.376.105,07	59,57
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	51.260,00	51.260,00	1.964,86	7.859,44	15,33
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	59.840,00	59.840,00	6.488,19	26.273,17	43,91
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	14.520,00	14.520,00	783,64	2.686,85	18,50
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	341.000,00	341.000,00	92.702,80	298.159,58	87,44
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	7.737.400,00	7.737.400,00	1.579.709,60	6.285.646,30	81,24
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	7.700.000,00	7.700.000,00	1.556.167,16	6.206.542,79	80,60
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	37.400,00	37.400,00	23.542,44	79.103,51	211,51
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	2.327.380,00	2.327.380,00	658.158,00	2.563.893,01	110,16
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2011/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	5.421.790,00	6.269.790,00	1.162.024,10	4.059.392,60	64,75
13.1- Com Educação Infantil	2.662.000,00	3.750.000,00	698.000,63	2.469.390,75	65,85
13.2- Com Ensino Fundamental	2.759.790,00	2.519.790,00	464.023,47	1.590.001,85	63,10
14- OUTRAS DESPESAS	2.288.110,00	2.434.782,38	295.655,74	945.475,01	38,83
14.1- Com Educação Infantil	693.000,00	693.000,00	25.061,50	94.297,55	13,61
14.2- Com Ensino Fundamental	1.595.110,00	1.741.782,38	270.594,24	851.177,46	48,87
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	7.709.900,00	8.704.572,38	1.457.679,84	5.004.867,61	57,50
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL1 ((13 – 18) / (11) x 100) %					64,58
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2010 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					46.672,38
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2011 *					46.672,38

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) ²	8.374.185,00	8.374.185,00	1.344.601,23	5.771.028,98	68,91
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	4.675.000,00	5.846.450,00	926.684,97	3.231.455,86	55,27
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	3.355.000,00	4.443.000,00	723.062,13	2.563.688,30	57,70
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.320.000,00	1.403.450,00	203.622,84	667.767,56	47,58
24- ENSINO FUNDAMENTAL	6.750.025,00	6.656.697,38	1.069.193,79	3.567.050,38	53,59
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	4.354.900,00	4.261.572,38	734.617,71	2.441.179,31	57,28
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	2.395.125,00	2.395.125,00	334.576,08	1.125.871,07	47,01
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	11.425.025,00	12.503.147,38	1.995.878,76	6.798.506,24	54,37
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					2.563.893,01
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					79.103,51
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					46.672,38
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO *					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					23.030,51
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					2.712.699,41
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					4.085.806,83
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					17,7

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	572.000,00	801.000,00	126.068,30	237.532,33	29,65
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	352.825,00	386.825,00	61.987,66	175.255,80	45,31
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	924.825,00	1.187.825,00	188.055,96	412.788,13	34,75
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	12.349.850,00	13.690.972,38	2.183.934,72	7.211.294,37	52,67
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO		SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2011 (g)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE		246.364,89		23.030,51	

MUNICÍPIO DE CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2011/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/3

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (R\$)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	1.147.217,25	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	6.206.542,79	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	5.675.029,19	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	79.103,51	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	1.757.834,36	0,00

CURITIBANOS, 12/09/2011

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

EDSON TADEU BROCARDO
Secretário de Administração

FLAVIO LUIZ ZILIO
Contador - CRC 020710-0

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 46.672,38, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.

RREO - Anexo XI

Município de CURITIBANOS - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2011/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO XI (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	25.000,00	0,00		25.000,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	11.827.049,72	704.196,64	0,00	11.122.853,08
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	11.827.049,72	704.196,64	0,00	11.122.853,08
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-11.802.049,72	-704.196,64		-11.097.853,08

FONTE: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

CURITIBANOS, 12/09/2011

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

EDSON TADEU BROCARDO
Secretário de Administração

FLAVIO LUIZ ZILIO
Contador - CRC 020710-0

RREO - Anexo XIV

Município de CURITIBANOS - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A AGOSTO 2011/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO XIV (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	47.500,00	27.399,31	20.100,69
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	11.000,00	0,00	11.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	36.500,00	27.399,31	9.100,69
TOTAL	47.500,00	27.399,31	20.100,69

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	47.500,00	0,00	0,00	47.500,00
Investimentos	47.500,00	0,00	0,00	47.500,00
TOTAL	47.500,00	0,00	0,00	47.500,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2010 (h)	Em 2011 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	7.410,16	27.399,31	34.809,47

FONTE: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

CURITIBANOS, 12/09/2011

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
 Prefeito Municipal

EDSON TADEU BROCARDO
 Secretário de Administração

FLAVIO LUIZ ZILIO
 Contador - CRC 020710-0

RREO - Anexo XVII

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2011/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - Anexo XVII (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2011		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

CURITIBANOS, 12/09/2011

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

EDSON TADEU BROCARDO
Secretário de Administração

FLAVIO LUIZ ZILIO
Contador - CRC 020710-0

RREO - Anexo II - 4º BIMESTRE

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2011/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO – Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	48.258.228,00	57.606.059,84	12.504.333,88	36.640.833,97	7.315.392,22	26.311.517,62	94,84	45,67	31.294.542,22
Legislativa	1.466.300,00	1.466.300,00	230.012,55	747.472,17	230.012,55	747.472,17	2,69	50,98	718.827,83
Ação Legislativa	1.466.300,00	1.466.300,00	230.012,55	747.472,17	230.012,55	747.472,17	2,69	50,98	718.827,83
Administração	5.952.696,00	6.894.534,96	1.423.334,04	4.490.230,64	924.466,42	3.350.311,73	12,08	48,59	3.544.223,23
Planejamento e Orçamento	430.100,00	667.938,96	302.843,18	470.669,87	58.970,61	219.381,32	0,79	32,84	448.557,64
Administração Geral	5.324.596,00	6.049.596,00	1.097.215,30	3.913.146,85	836.334,53	3.028.106,99	10,91	50,05	3.021.489,01
Administração Financeira	121.000,00	121.000,00	16.768,00	70.768,00	21.768,00	70.768,00	0,26	58,49	50.232,00
Normatização e Fiscalização	77.000,00	56.000,00	6.507,56	35.645,92	7.393,28	32.055,42	0,12	57,24	23.944,58
Segurança Pública	1.494.300,00	1.552.331,80	92.308,62	264.642,46	48.732,49	131.576,90	0,47	8,48	1.420.754,90
Policiamento	1.494.300,00	1.552.331,80	92.308,62	264.642,46	48.732,49	131.576,90	0,47	8,48	1.420.754,90
Assistência Social	1.793.650,00	1.843.650,00	305.509,00	1.023.993,63	285.634,13	780.301,74	2,81	42,32	1.063.348,26
Assistência à Criança e ao Adolescente	200.200,00	250.200,00	58.856,98	116.347,31	35.627,21	85.162,88	0,31	34,04	165.037,12
Assistência Comunitária	1.593.450,00	1.593.450,00	246.652,02	907.646,32	250.006,92	695.138,86	2,51	43,62	898.311,14
Previdência Social	3.489.700,00	3.489.700,00	606.333,66	2.326.092,17	606.333,66	2.326.092,17	8,38	66,66	1.163.607,83
Previdência do Regime Estatutário	3.489.700,00	3.489.700,00	606.333,66	2.326.092,17	606.333,66	2.326.092,17	8,38	66,66	1.163.607,83
Saúde	8.906.750,00	9.570.652,22	1.710.789,39	6.788.739,49	1.635.435,99	5.806.680,06	20,93	60,67	3.763.972,16
Atenção Básica	8.391.950,00	8.874.137,93	1.429.765,10	6.205.503,18	1.514.486,98	5.464.282,60	19,70	61,58	3.409.855,33
Vigilância Sanitária	23.650,00	29.669,62	942,30	17.819,73	4.652,73	13.004,63	0,05	43,83	16.664,99
Vigilância Epidemiológica	57.200,00	113.894,67	46.500,00	103.692,02	33.695,94	90.062,02	0,32	79,07	23.832,65
Alimentação e Nutrição	433.950,00	552.950,00	233.581,99	461.724,56	82.600,34	239.330,81	0,86	43,28	313.619,19
Educação	11.706.850,00	12.870.522,38	2.307.792,45	8.607.380,63	2.032.861,69	6.634.100,27	23,91	51,54	6.236.422,11
Ensino Fundamental	6.921.900,00	7.003.572,38	1.157.201,09	4.976.559,26	1.089.922,64	3.532.879,01	12,73	50,44	3.470.693,37
Ensino Médio	192.500,00	192.500,00	13.005,61	54.678,20	16.091,61	50.862,20	0,18	26,42	141.637,80
Ensino Superior	70.950,00	47.000,00	0,00	47.000,00	4.125,00	6.875,00	0,02	14,63	40.125,00
Educação Infantil	4.444.000,00	5.569.450,00	1.137.585,75	3.491.143,17	918.522,44	3.022.284,06	10,89	54,27	2.547.165,94
Educação de Jovens e Adultos	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
Educação Especial	57.500,00	38.000,00	0,00	38.000,00	4.200,00	21.200,00	0,08	55,79	16.800,00
Cultura	528.000,00	433.000,00	43.104,30	230.454,21	36.020,80	223.352,71	0,81	51,58	209.647,29
Difusão Cultural	528.000,00	433.000,00	43.104,30	230.454,21	36.020,80	223.352,71	0,81	51,58	209.647,29
Urbanismo	5.054.882,00	11.628.434,64	4.969.021,96	7.259.848,55	613.289,36	2.241.968,28	8,08	19,28	9.386.466,36
Serviços Urbanos	5.034.882,00	11.608.434,64	4.969.021,96	7.258.888,55	613.289,36	2.241.008,28	8,08	19,30	9.367.426,36
Preservação e Conservação Ambiental	20.000,00	20.000,00	0,00	960,00	0,00	960,00	0,00	4,80	19.040,00

Continua 1/3

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2011/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	48.258.228,00	57.606.059,84	12.504.333,88	36.640.833,97	7.315.392,22	26.311.517,62	94,84	45,67	31.294.542,22
Habitação	102.500,00	2.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.500,00
Habitação Urbana	102.500,00	2.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.500,00
Saneamento	180.000,00	80.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00
Saneamento Básico Urbano	180.000,00	80.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00
Gestão Ambiental	400.000,00	371.420,00	92.277,84	252.936,28	39.468,02	185.916,63	0,67	50,06	185.503,37
Preservação e Conservação Ambiental	400.000,00	371.420,00	92.277,84	252.936,28	39.468,02	185.916,63	0,67	50,06	185.503,37
Agricultura	1.584.700,00	1.737.952,80	287.091,99	1.428.711,51	128.934,43	1.175.295,50	4,24	67,63	562.657,30
Promoção da Produção Animal	775.000,00	780.002,80	0,00	730.002,80	0,00	728.341,45	2,63	93,38	51.661,35
Extensão Rural	809.700,00	957.950,00	287.091,99	698.708,71	128.934,43	446.954,05	1,61	46,66	510.995,95
Indústria	568.700,00	458.700,00	57.502,95	249.193,52	63.397,60	233.964,86	0,84	51,01	224.735,14
Promoção Industrial	568.700,00	458.700,00	57.502,95	249.193,52	63.397,60	233.964,86	0,84	51,01	224.735,14
Comércio e Serviços	45.000,00	45.000,00	0,00	12.615,00	1.832,23	9.306,91	0,03	20,68	35.693,09
Turismo	45.000,00	45.000,00	0,00	12.615,00	1.832,23	9.306,91	0,03	20,68	35.693,09
Energia	1.452.000,00	1.452.000,00	161.012,10	637.785,57	151.213,72	595.321,15	2,15	41,00	856.678,85
Energia Elétrica	1.452.000,00	1.452.000,00	161.012,10	637.785,57	151.213,72	595.321,15	2,15	41,00	856.678,85
Transporte	605.000,00	975.000,00	-80.016,17	743.009,23	153.189,84	374.387,14	1,35	38,40	600.612,86
Transporte Aéreo	110.000,00	110.000,00	1.139,39	22.739,11	1.294,52	17.379,16	0,06	15,80	92.620,84
Transporte Rodoviário	495.000,00	865.000,00	-81.155,56	720.270,12	151.895,32	357.007,98	1,29	41,27	507.992,02
Desporto e Lazer	998.500,00	1.118.500,00	93.385,33	722.237,73	159.552,82	639.989,38	2,31	57,22	478.510,62
Desporto Comunitário	954.500,00	1.074.500,00	93.063,33	679.096,73	151.660,82	611.804,38	2,21	56,94	462.695,62
Lazer	44.000,00	44.000,00	322,00	43.141,00	7.892,00	28.185,00	0,10	64,06	15.815,00
Encargos Especiais	1.388.000,00	1.313.000,00	204.873,87	855.491,18	205.016,47	855.480,02	3,08	65,15	457.519,98
Serviço da Dívida Interna	858.000,00	743.000,00	121.192,31	484.609,54	121.192,31	484.609,54	1,75	65,22	258.390,46
Outros Encargos Especiais	530.000,00	570.000,00	83.681,56	370.881,64	83.824,16	370.870,48	1,34	65,06	199.129,52
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	540.700,00	302.861,04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	302.861,04
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	2.480.500,00	2.480.500,00	371.251,99	1.432.420,60	371.251,99	1.432.420,60	5,16	57,75	1.048.079,40
Legislativa	73.700,00	73.700,00	11.016,84	42.450,15	11.016,84	42.450,15	0,15	57,60	31.249,85
Ação Legislativa	73.700,00	73.700,00	11.016,84	42.450,15	11.016,84	42.450,15	0,15	57,60	31.249,85
Administração	935.000,00	835.000,00	128.929,15	496.477,72	128.929,15	496.477,72	1,79	59,46	338.522,28
Administração Geral	935.000,00	835.000,00	128.929,15	496.477,72	128.929,15	496.477,72	1,79	59,46	338.522,28

Continua 2/3

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2011/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	2.480.500,00	2.480.500,00	371.251,99	1.432.420,60	371.251,99	1.432.420,60	5,16	57,75	1.048.079,40
Saúde	605.000,00	605.000,00	74.069,44	294.210,44	74.069,44	294.210,44	1,06	48,63	310.789,56
Atenção Básica	605.000,00	605.000,00	74.069,44	294.210,44	74.069,44	294.210,44	1,06	48,63	310.789,56
Educação	836.000,00	936.000,00	153.046,32	582.281,86	153.046,32	582.281,86	2,10	62,21	353.718,14
Ensino Fundamental	418.000,00	418.000,00	70.799,41	269.764,13	70.799,41	269.764,13	0,97	64,54	148.235,87
Educação Infantil	418.000,00	518.000,00	82.246,91	312.517,73	82.246,91	312.517,73	1,13	60,33	205.482,27
Desporto e Lazer	30.800,00	30.800,00	4.190,24	17.000,43	4.190,24	17.000,43	0,06	55,20	13.799,57
Desporto Comunitário	30.800,00	30.800,00	4.190,24	17.000,43	4.190,24	17.000,43	0,06	55,20	13.799,57
TOTAL (III) = (I + II)	50.738.728,00	60.086.559,84	12.875.585,87	38.073.254,57	7.686.644,21	27.743.938,22	100,00	46,17	32.342.621,62

FONTE: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

CURITIBANOS, 12/09/2011

WANDERLEY TEODORO AGOST

EDSON TADEU BROCARDO

FLAVIO LUIZ ZILIO

Prefeito Municipal

Secretário de Administração

Contador - CRC 020710-0

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

RREO - Anexo III - 4º BIMESTRE

Município de CURITIBANOS - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 SETEMBRO/2010 A AGOSTO/2011

RREO – ANEXO III (LRF, Art. 53, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES													PREVISÃO ATUALIZADA 2011
	Set/2010	Out/2010	Nov/2010	Dez/2010	Jan/2011	Fev/2011	Mar/2011	Abr/2011	Mai/2011	Jun/2011	Jul/2011	Ago/2011	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)	
RECEITAS CORRENTES (I)	3.920.033,51	4.122.608,56	4.149.148,29	5.295.732,51	4.209.584,07	4.493.677,46	5.914.403,45	4.547.126,85	4.912.083,79	4.484.412,64	4.408.214,69	4.933.812,11	55.390.837,93	53.368.848,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	385.454,37	282.499,62	313.396,99	448.333,42	343.779,46	652.074,97	2.067.141,95	552.531,04	500.414,38	442.806,89	418.128,37	410.837,87	6.817.399,33	7.181.171,00
I.P.T.U.	36.697,80	11.166,94	11.027,74	15.399,27	532,82	72.851,23	1.280.909,19	108.318,66	51.944,01	50.134,01	46.830,08	43.953,31	1.729.765,06	2.492.600,00
I.S.S.	150.602,53	159.603,55	147.553,60	235.567,12	209.190,61	197.247,42	175.654,34	191.205,60	209.910,25	222.249,19	198.910,17	190.161,41	2.287.855,79	1.815.000,00
I.T.B.I.	122.660,08	55.996,12	92.985,29	86.965,40	77.377,35	45.645,06	62.901,56	105.101,42	127.333,35	71.419,24	83.500,20	82.398,72	1.014.283,79	726.000,00
I.R.R.F	37.623,27	35.982,16	37.907,53	73.305,56	36.076,70	35.845,61	39.035,68	46.657,58	48.523,82	38.823,30	44.534,21	42.140,16	516.455,58	574.266,00
Outras Receitas Tributárias	37.870,69	19.750,85	23.922,83	37.096,07	20.601,98	300.485,65	508.641,18	101.247,78	62.702,95	60.181,15	44.353,71	52.184,27	1.269.039,11	1.573.305,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	185.116,59	176.851,32	172.017,69	259.877,68	180.225,33	169.140,76	280.885,00	196.620,30	185.351,02	190.675,11	187.189,60	158.563,56	2.342.513,96	2.720.300,00
RECEITA PATRIMONIAL	98.152,34	167.962,43	112.502,58	201.823,48	63.724,30	95.769,70	181.683,51	115.444,37	192.203,21	93.101,19	133.008,36	477.524,30	1.932.899,77	834.570,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	3.053.395,59	3.339.416,50	3.356.489,53	4.214.977,26	3.434.582,96	3.485.468,75	3.199.554,99	3.547.457,69	3.678.311,87	3.587.084,23	3.501.908,71	3.561.534,27	41.960.182,35	39.587.100,00
Cota-Parte do F.P.M.	834.774,14	898.624,62	1.077.239,27	1.872.415,33	1.301.993,79	1.402.707,44	915.715,92	1.213.778,52	1.393.163,75	1.257.428,43	1.069.663,95	1.103.377,49	14.340.882,65	12.980.000,00
Cota-Parte do I.C.M.S.	884.982,06	951.739,28	929.303,53	995.212,60	862.386,00	770.377,21	873.363,95	868.056,06	848.387,47	850.649,98	906.947,93	900.360,16	10.641.766,23	11.550.000,00
Cota-Parte do I.P.V.A.	195.414,30	220.039,58	165.182,11	100.214,32	88.299,60	136.383,45	183.234,40	181.931,83	216.567,41	220.869,86	218.434,01	245.080,86	2.171.651,73	1.705.000,00
Cota-Parte do ITR.	3.234,54	98.408,36	3.460,05	3.835,70	3.466,85	847,57	427,98	2.639,21	216,40	1.918,38	3.232,98	685,32	122.373,34	72.600,00
Transferências da LC 61/1989	18.628,28	19.386,81	20.652,33	24.279,67	18.946,07	17.822,65	13.091,09	17.684,58	14.904,00	16.476,57	16.192,41	16.248,73	214.313,19	299.200,00
Transferências da LC 87/1996	5.451,86	5.451,86	5.451,86	5.451,86	4.912,19	4.912,19	4.912,19	4.912,19	4.912,19	4.912,19	4.912,19	4.912,19	61.104,96	256.300,00
Transferências do FUNDEB	675.397,98	714.934,99	719.850,90	786.212,31	784.377,70	726.322,32	751.105,48	790.692,89	808.406,42	789.470,82	771.092,56	785.074,60	9.102.938,97	7.700.000,00
Outras Transferências Correntes	435.512,43	430.831,00	435.349,48	427.355,47	370.200,76	426.095,92	457.703,98	467.762,41	391.754,23	445.358,00	511.432,68	505.794,92	5.305.151,28	5.024.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	197.914,62	155.878,69	194.741,50	170.720,67	187.272,02	132.833,53	185.138,00	135.073,45	355.803,31	170.745,22	167.979,65	325.352,11	2.379.452,77	3.045.707,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-41.610,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-41.610,25	0,00
DEDUÇÕES (II)	484.763,45	535.764,57	532.797,98	683.631,67	547.450,02	557.818,73	498.089,41	555.749,24	599.644,88	561.261,43	548.344,69	665.680,98	6.770.997,05	6.657.420,00
Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor	88.662,54	85.611,78	84.772,75	170.736,55	83.681,76	82.943,49	91.675,17	89.683,63	95.749,49	90.810,60	95.127,47	63.554,11	1.123.009,34	1.263.900,00
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	7.604,06	11.422,91	7.767,59	15.535,18	7.767,59	8.265,34	8.265,34	8.265,34	8.265,34	0,00	9.340,74	147.994,19	240.493,62	20.900,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	388.496,85	438.729,88	440.257,64	497.359,94	456.000,67	466.609,90	398.148,90	457.800,27	495.630,05	470.450,83	443.876,48	454.132,68	5.407.494,09	5.372.620,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I – II)	3.435.270,06	3.586.843,99	3.616.350,31	4.612.100,84	3.662.134,05	3.935.858,73	5.416.314,04	3.991.377,61	4.312.438,91	3.923.151,21	3.859.870,00	4.268.131,13	48.619.840,88	46.711.428,00

FONTE: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
 CURITIBANOS, 12/09/2011

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
 Prefeito Municipal

EDSON TADEU BROCARDI
 Secretário de Administração

FLAVIO LUIZ ZILIO
 Contador - CRC 020710-0

RREO - Anexo VI - 4º BIMESTRE

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2011/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO – Anexo VI (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2010 (A)	Em 30 Jun 2011 (B)	Em 31 Ago 2011 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	1.328.232,52	1.171.235,02	1.118.768,24
DEDUÇÕES (II)	8.416.082,00	11.475.510,46	11.658.497,35
Disponibilidade de Caixa Bruta	8.550.208,78	11.885.392,67	12.420.483,38
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	1.284,26
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	134.126,78	409.882,21	763.270,29
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-7.087.849,48	-10.304.275,44	-10.539.729,11
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-7.087.849,48	-10.304.275,44	-10.539.729,11

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Ago 2011 (C - A)
VALOR	-235.453,67	-3.451.879,63

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-190.000,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2010 (A)	Em 30 Jun 2011 (B)	Em 31 Ago 2011 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	29.645.606,79	29.645.606,79	29.645.606,79
Passivo Atuarial	29.645.606,79	29.645.606,79	29.645.606,79
DEDUÇÕES (VIII)	8.138.897,67	8.600.529,67	9.135.096,11
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.114,51	269.828,79	186.612,07
Investimentos	8.136.783,16	8.332.498,82	8.950.150,54
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	1.797,94	1.666,50
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	21.506.709,12	21.045.077,12	20.510.510,68
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	21.506.709,12	21.045.077,12	20.510.510,68

FONTE: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

CURITIBANOS, 12/09/2011

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

EDSON TADEU BROCARDO
Secretário de Administração

FLAVIO LUIZ ZILIO
Contador - CRC 020710-0

RREO - Anexo XIII

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS
SERVIDORES**
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2010 a 2084

RREO – ANEXO XIII (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2010	1.831.727,51	2.679.691,35	-847.963,84	8.138.897,67
2011	2.930.243,39	3.195.087,37	-264.843,98	7.874.053,69
2012	2.740.482,69	3.132.367,68	-391.884,99	7.482.168,70
2013	2.589.684,81	2.988.996,54	-399.311,73	7.082.856,97
2014	2.437.003,62	2.876.872,53	-439.868,91	6.642.988,06
2015	2.298.477,60	2.749.053,16	-450.575,56	6.192.412,50
2016	2.151.740,55	2.666.074,08	-514.333,53	5.678.078,97
2017	2.017.771,08	2.570.208,42	-552.437,34	5.125.641,63
2018	1.884.947,31	2.492.165,90	-607.218,59	4.518.423,04
2019	1.765.942,44	2.397.280,68	-631.338,24	3.887.084,80
2020	1.651.314,84	2.307.515,57	-656.200,73	3.230.884,07
2021	1.522.188,66	2.271.362,98	-749.174,32	2.481.709,75
2022	1.371.432,33	2.307.064,52	-935.632,19	1.546.077,56
2023	1.226.726,73	2.337.523,23	-1.110.796,50	435.281,06
2024	1.061.095,47	2.440.556,24	-1.379.460,77	-944.179,71
2025	968.539,14	2.358.845,14	-1.390.306,00	-2.334.485,71
2026	846.737,28	2.367.643,94	-1.520.906,66	-3.855.392,37
2027	716.808,46	2.411.160,13	-1.694.351,67	-5.549.744,04
2028	619.886,43	2.379.337,24	-1.759.450,81	-7.309.194,85
2029	547.370,42	2.294.955,61	-1.747.585,19	-9.056.780,04
2030	469.499,58	2.237.429,16	-1.767.929,58	-10.824.709,62
2031	392.504,17	2.190.930,05	-1.798.425,88	-12.623.135,50
2032	330.925,59	2.113.646,67	-1.782.721,08	-14.405.856,58
2033	253.429,15	2.090.210,22	-1.836.781,07	-16.242.637,65
2034	201.749,47	2.013.144,03	-1.811.394,56	-18.054.032,21
2035	156.486,03	1.929.822,65	-1.773.336,62	-19.827.368,83
2036	123.688,05	1.824.907,90	-1.701.219,85	-21.528.588,68
2037	97.992,16	1.712.769,92	-1.614.777,76	-23.143.366,44
2038	79.034,35	1.593.665,83	-1.514.631,48	-24.657.997,92
2039	56.270,13	1.496.151,95	-1.439.881,82	-26.097.879,74
2040	40.580,16	1.389.638,52	-1.349.058,36	-27.446.938,10
2041	27.832,58	1.286.449,04	-1.258.616,46	-28.705.554,56
2042	20.817,52	1.178.063,40	-1.157.245,88	-29.862.800,44
2043	18.018,63	1.068.040,34	-1.050.021,71	-30.912.822,15
2044	12.283,31	974.399,90	-962.116,59	-31.874.938,74
2045	8.358,15	884.604,50	-876.246,35	-32.751.185,09
2046	4.603,99	802.719,83	-798.115,84	-33.549.300,93
2047	3.938,06	720.697,28	-716.759,22	-34.266.060,15
2048	3.325,86	645.689,55	-642.363,69	-34.908.423,84
2049	2.736,81	577.455,11	-574.718,30	-35.483.142,14
2050	1.140,76	517.646,24	-516.505,48	-35.999.647,62
2051	360,99	461.990,10	-461.629,11	-36.461.276,73
2052	0,00	410.605,40	-410.605,40	-36.871.882,13
2053	0,00	363.371,63	-363.371,63	-37.235.253,76
2054	0,00	320.529,26	-320.529,26	-37.555.783,02
2055	0,00	282.228,97	-282.228,97	-37.838.011,99
2056	0,00	247.670,93	-247.670,93	-38.085.682,92
2057	0,00	216.755,77	-216.755,77	-38.302.438,69
2058	0,00	189.220,97	-189.220,97	-38.491.659,66
2059	0,00	164.667,68	-164.667,68	-38.656.327,34
2060	0,00	142.834,10	-142.834,10	-38.799.161,44
2061	0,00	123.451,80	-123.451,80	-38.922.613,24
2062	0,00	106.244,37	-106.244,37	-39.028.857,61
2063	0,00	91.112,78	-91.112,78	-39.119.970,39
2064	0,00	77.976,52	-77.976,52	-39.197.946,91
2065	0,00	66.489,72	-66.489,72	-39.264.436,63
2066	0,00	56.441,12	-56.441,12	-39.320.877,75
2067	0,00	47.702,32	-47.702,32	-39.368.580,07
2068	0,00	40.167,34	-40.167,34	-39.408.747,41
2069	0,00	33.665,94	-33.665,94	-39.442.413,35



Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS
SERVIDORES**
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2010 a 2084

RREO – ANEXO XIII (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2070	0,00	28.170,39	-28.170,39	-39.470.583,74
2071	0,00	23.498,68	-23.498,68	-39.494.082,42
2072	0,00	19.561,29	-19.561,29	-39.513.643,71
2073	0,00	16.231,48	-16.231,48	-39.529.875,19
2074	0,00	13.429,60	-13.429,60	-39.543.304,79
2075	0,00	11.082,60	-11.082,60	-39.554.387,39
2076	0,00	9.104,16	-9.104,16	-39.563.491,55
2077	0,00	7.486,53	-7.486,53	-39.570.978,08
2078	0,00	6.152,67	-6.152,67	-39.577.130,75
2079	0,00	5.058,40	-5.058,40	-39.582.189,15
2080	0,00	4.165,84	-4.165,84	-39.586.354,99
2081	0,00	3.444,26	-3.444,26	-39.589.799,25
2082	0,00	2.865,60	-2.865,60	-39.592.664,85
2083	0,00	2.406,12	-2.406,12	-39.595.070,97
2084	0,00	0,00	0,00	-39.595.070,97

Projeção atuarial elaborada em 13/05/2011 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

CURITIBANOS, 12/09/2011

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

EDSON TADEU BROCARDO
Secretário de Administração

FLAVIO LUIZ ZILIO
Contador - CRC 020710-0

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS
SERVIDORES**
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2010 a 2084

RREO – ANEXO XIII (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d)=(“d” exercício anterior) + (c)
2010	1.831.727,51	2.679.691,35	-847.963,84	8.138.897,67
2011	2.930.243,39	3.195.087,37	-264.843,98	7.874.053,69
2012	2.740.482,69	3.132.367,68	-391.884,99	7.482.168,70
2013	2.589.684,81	2.988.996,54	-399.311,73	7.082.856,97
2014	2.437.003,62	2.876.872,53	-439.868,91	6.642.988,06
2015	2.298.477,60	2.749.053,16	-450.575,56	6.192.412,50
2016	2.151.740,55	2.666.074,08	-514.333,53	5.678.078,97
2017	2.017.771,08	2.570.208,42	-552.437,34	5.125.641,63
2018	1.884.947,31	2.492.165,90	-607.218,59	4.518.423,04
2019	1.765.942,44	2.397.280,68	-631.338,24	3.887.084,80
2020	1.651.314,84	2.307.515,57	-656.200,73	3.230.884,07
2021	1.522.188,66	2.271.362,98	-749.174,32	2.481.709,75
2022	1.371.432,33	2.307.064,52	-935.632,19	1.546.077,56
2023	1.226.726,73	2.337.523,23	-1.110.796,50	435.281,06
2024	1.061.095,47	2.440.556,24	-1.379.460,77	-944.179,71
2025	968.539,14	2.358.845,14	-1.390.306,00	-2.334.485,71
2026	846.737,28	2.367.643,94	-1.520.906,66	-3.855.392,37
2027	716.808,46	2.411.160,13	-1.694.351,67	-5.549.744,04
2028	619.886,43	2.379.337,24	-1.759.450,81	-7.309.194,85
2029	547.370,42	2.294.955,61	-1.747.585,19	-9.056.780,04
2030	469.499,58	2.237.429,16	-1.767.929,58	-10.824.709,62
2031	392.504,17	2.190.930,05	-1.798.425,88	-12.623.135,50
2032	330.925,59	2.113.646,67	-1.782.721,08	-14.405.856,58
2033	253.429,15	2.090.210,22	-1.836.781,07	-16.242.637,65
2034	201.749,47	2.013.144,03	-1.811.394,56	-18.054.032,21
2035	156.486,03	1.929.822,65	-1.773.336,62	-19.827.368,83
2036	123.688,05	1.824.907,90	-1.701.219,85	-21.528.588,68
2037	97.992,16	1.712.769,92	-1.614.777,76	-23.143.366,44
2038	79.034,35	1.593.665,83	-1.514.631,48	-24.657.997,92
2039	56.270,13	1.496.151,95	-1.439.881,82	-26.097.879,74
2040	40.580,16	1.389.638,52	-1.349.058,36	-27.446.938,10
2041	27.832,58	1.286.449,04	-1.258.616,46	-28.705.554,56
2042	20.817,52	1.178.063,40	-1.157.245,88	-29.862.800,44
2043	18.018,63	1.068.040,34	-1.050.021,71	-30.912.822,15
2044	12.283,31	974.399,90	-962.116,59	-31.874.938,74
2045	8.358,15	884.604,50	-876.246,35	-32.751.185,09
2046	4.603,99	802.719,83	-798.115,84	-33.549.300,93
2047	3.938,06	720.697,28	-716.759,22	-34.266.060,15
2048	3.325,86	645.689,55	-642.363,69	-34.908.423,84
2049	2.736,81	577.455,11	-574.718,30	-35.483.142,14
2050	1.140,76	517.646,24	-516.505,48	-35.999.647,62
2051	360,99	461.990,10	-461.629,11	-36.461.276,73
2052	0,00	410.605,40	-410.605,40	-36.871.882,13
2053	0,00	363.371,63	-363.371,63	-37.235.253,76
2054	0,00	320.529,26	-320.529,26	-37.555.783,02
2055	0,00	282.228,97	-282.228,97	-37.838.011,99
2056	0,00	247.670,93	-247.670,93	-38.085.682,92
2057	0,00	216.755,77	-216.755,77	-38.302.438,69
2058	0,00	189.220,97	-189.220,97	-38.491.659,66
2059	0,00	164.667,68	-164.667,68	-38.656.327,34
2060	0,00	142.834,10	-142.834,10	-38.799.161,44
2061	0,00	123.451,80	-123.451,80	-38.922.613,24
2062	0,00	106.244,37	-106.244,37	-39.028.857,61
2063	0,00	91.112,78	-91.112,78	-39.119.970,39
2064	0,00	77.976,52	-77.976,52	-39.197.946,91
2065	0,00	66.489,72	-66.489,72	-39.264.436,63
2066	0,00	56.441,12	-56.441,12	-39.320.877,75
2067	0,00	47.702,32	-47.702,32	-39.368.580,07
2068	0,00	40.167,34	-40.167,34	-39.408.747,41
2069	0,00	33.665,94	-33.665,94	-39.442.413,35

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS
SERVIDORES**
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2010 a 2084

RREO – ANEXO XIII (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2070	0,00	28.170,39	-28.170,39	-39.470.583,74
2071	0,00	23.498,68	-23.498,68	-39.494.082,42
2072	0,00	19.561,29	-19.561,29	-39.513.643,71
2073	0,00	16.231,48	-16.231,48	-39.529.875,19
2074	0,00	13.429,60	-13.429,60	-39.543.304,79
2075	0,00	11.082,60	-11.082,60	-39.554.387,39
2076	0,00	9.104,16	-9.104,16	-39.563.491,55
2077	0,00	7.486,53	-7.486,53	-39.570.978,08
2078	0,00	6.152,67	-6.152,67	-39.577.130,75
2079	0,00	5.058,40	-5.058,40	-39.582.189,15
2080	0,00	4.165,84	-4.165,84	-39.586.354,99
2081	0,00	3.444,26	-3.444,26	-39.589.799,25
2082	0,00	2.865,60	-2.865,60	-39.592.664,85
2083	0,00	2.406,12	-2.406,12	-39.595.070,97
2084	0,00	0,00	0,00	-39.595.070,97

Projeção atuarial elaborada em 13/05/2011 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

CURITIBANOS, 12/09/2011

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

EDSON TADEU BROCARDO
Secretário de Administração

FLAVIO LUIZ ZILIO
Contador - CRC 020710-0

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS
SERVIDORES**
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2010 a 2084

RREO – ANEXO XIII (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d)=(“d” exercício anterior) + (c)
2010	1.831.727,51	2.679.691,35	-847.963,84	8.138.897,67
2011	2.930.243,39	3.195.087,37	-264.843,98	7.874.053,69
2012	2.740.482,69	3.132.367,68	-391.884,99	7.482.168,70
2013	2.589.684,81	2.988.996,54	-399.311,73	7.082.856,97
2014	2.437.003,62	2.876.872,53	-439.868,91	6.642.988,06
2015	2.298.477,60	2.749.053,16	-450.575,56	6.192.412,50
2016	2.151.740,55	2.666.074,08	-514.333,53	5.678.078,97
2017	2.017.771,08	2.570.208,42	-552.437,34	5.125.641,63
2018	1.884.947,31	2.492.165,90	-607.218,59	4.518.423,04
2019	1.765.942,44	2.397.280,68	-631.338,24	3.887.084,80
2020	1.651.314,84	2.307.515,57	-656.200,73	3.230.884,07
2021	1.522.188,66	2.271.362,98	-749.174,32	2.481.709,75
2022	1.371.432,33	2.307.064,52	-935.632,19	1.546.077,56
2023	1.226.726,73	2.337.523,23	-1.110.796,50	435.281,06
2024	1.061.095,47	2.440.556,24	-1.379.460,77	-944.179,71
2025	968.539,14	2.358.845,14	-1.390.306,00	-2.334.485,71
2026	846.737,28	2.367.643,94	-1.520.906,66	-3.855.392,37
2027	716.808,46	2.411.160,13	-1.694.351,67	-5.549.744,04
2028	619.886,43	2.379.337,24	-1.759.450,81	-7.309.194,85
2029	547.370,42	2.294.955,61	-1.747.585,19	-9.056.780,04
2030	469.499,58	2.237.429,16	-1.767.929,58	-10.824.709,62
2031	392.504,17	2.190.930,05	-1.798.425,88	-12.623.135,50
2032	330.925,59	2.113.646,67	-1.782.721,08	-14.405.856,58
2033	253.429,15	2.090.210,22	-1.836.781,07	-16.242.637,65
2034	201.749,47	2.013.144,03	-1.811.394,56	-18.054.032,21
2035	156.486,03	1.929.822,65	-1.773.336,62	-19.827.368,83
2036	123.688,05	1.824.907,90	-1.701.219,85	-21.528.588,68
2037	97.992,16	1.712.769,92	-1.614.777,76	-23.143.366,44
2038	79.034,35	1.593.665,83	-1.514.631,48	-24.657.997,92
2039	56.270,13	1.496.151,95	-1.439.881,82	-26.097.879,74
2040	40.580,16	1.389.638,52	-1.349.058,36	-27.446.938,10
2041	27.832,58	1.286.449,04	-1.258.616,46	-28.705.554,56
2042	20.817,52	1.178.063,40	-1.157.245,88	-29.862.800,44
2043	18.018,63	1.068.040,34	-1.050.021,71	-30.912.822,15
2044	12.283,31	974.399,90	-962.116,59	-31.874.938,74
2045	8.358,15	884.604,50	-876.246,35	-32.751.185,09
2046	4.603,99	802.719,83	-798.115,84	-33.549.300,93
2047	3.938,06	720.697,28	-716.759,22	-34.266.060,15
2048	3.325,86	645.689,55	-642.363,69	-34.908.423,84
2049	2.736,81	577.455,11	-574.718,30	-35.483.142,14
2050	1.140,76	517.646,24	-516.505,48	-35.999.647,62
2051	360,99	461.990,10	-461.629,11	-36.461.276,73
2052	0,00	410.605,40	-410.605,40	-36.871.882,13
2053	0,00	363.371,63	-363.371,63	-37.235.253,76
2054	0,00	320.529,26	-320.529,26	-37.555.783,02
2055	0,00	282.228,97	-282.228,97	-37.838.011,99
2056	0,00	247.670,93	-247.670,93	-38.085.682,92
2057	0,00	216.755,77	-216.755,77	-38.302.438,69
2058	0,00	189.220,97	-189.220,97	-38.491.659,66
2059	0,00	164.667,68	-164.667,68	-38.656.327,34
2060	0,00	142.834,10	-142.834,10	-38.799.161,44
2061	0,00	123.451,80	-123.451,80	-38.922.613,24
2062	0,00	106.244,37	-106.244,37	-39.028.857,61
2063	0,00	91.112,78	-91.112,78	-39.119.970,39
2064	0,00	77.976,52	-77.976,52	-39.197.946,91
2065	0,00	66.489,72	-66.489,72	-39.264.436,63
2066	0,00	56.441,12	-56.441,12	-39.320.877,75
2067	0,00	47.702,32	-47.702,32	-39.368.580,07
2068	0,00	40.167,34	-40.167,34	-39.408.747,41
2069	0,00	33.665,94	-33.665,94	-39.442.413,35

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS
SERVIDORES**
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2010 a 2084

RREO – ANEXO XIII (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2070	0,00	28.170,39	-28.170,39	-39.470.583,74
2071	0,00	23.498,68	-23.498,68	-39.494.082,42
2072	0,00	19.561,29	-19.561,29	-39.513.643,71
2073	0,00	16.231,48	-16.231,48	-39.529.875,19
2074	0,00	13.429,60	-13.429,60	-39.543.304,79
2075	0,00	11.082,60	-11.082,60	-39.554.387,39
2076	0,00	9.104,16	-9.104,16	-39.563.491,55
2077	0,00	7.486,53	-7.486,53	-39.570.978,08
2078	0,00	6.152,67	-6.152,67	-39.577.130,75
2079	0,00	5.058,40	-5.058,40	-39.582.189,15
2080	0,00	4.165,84	-4.165,84	-39.586.354,99
2081	0,00	3.444,26	-3.444,26	-39.589.799,25
2082	0,00	2.865,60	-2.865,60	-39.592.664,85
2083	0,00	2.406,12	-2.406,12	-39.595.070,97
2084	0,00	0,00	0,00	-39.595.070,97

Projeção atuarial elaborada em 13/05/2011 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

CURITIBANOS, 12/09/2011

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

EDSON TADEU BROCARDO
Secretário de Administração

FLAVIO LUIZ ZILIO
Contador - CRC 020710-0

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS
SERVIDORES**
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2010 a 2084

RREO – ANEXO XIII (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d)=(“d” exercício anterior) + (c)
2010	1.831.727,51	2.679.691,35	-847.963,84	8.138.897,67
2011	2.930.243,39	3.195.087,37	-264.843,98	7.874.053,69
2012	2.740.482,69	3.132.367,68	-391.884,99	7.482.168,70
2013	2.589.684,81	2.988.996,54	-399.311,73	7.082.856,97
2014	2.437.003,62	2.876.872,53	-439.868,91	6.642.988,06
2015	2.298.477,60	2.749.053,16	-450.575,56	6.192.412,50
2016	2.151.740,55	2.666.074,08	-514.333,53	5.678.078,97
2017	2.017.771,08	2.570.208,42	-552.437,34	5.125.641,63
2018	1.884.947,31	2.492.165,90	-607.218,59	4.518.423,04
2019	1.765.942,44	2.397.280,68	-631.338,24	3.887.084,80
2020	1.651.314,84	2.307.515,57	-656.200,73	3.230.884,07
2021	1.522.188,66	2.271.362,98	-749.174,32	2.481.709,75
2022	1.371.432,33	2.307.064,52	-935.632,19	1.546.077,56
2023	1.226.726,73	2.337.523,23	-1.110.796,50	435.281,06
2024	1.061.095,47	2.440.556,24	-1.379.460,77	-944.179,71
2025	968.539,14	2.358.845,14	-1.390.306,00	-2.334.485,71
2026	846.737,28	2.367.643,94	-1.520.906,66	-3.855.392,37
2027	716.808,46	2.411.160,13	-1.694.351,67	-5.549.744,04
2028	619.886,43	2.379.337,24	-1.759.450,81	-7.309.194,85
2029	547.370,42	2.294.955,61	-1.747.585,19	-9.056.780,04
2030	469.499,58	2.237.429,16	-1.767.929,58	-10.824.709,62
2031	392.504,17	2.190.930,05	-1.798.425,88	-12.623.135,50
2032	330.925,59	2.113.646,67	-1.782.721,08	-14.405.856,58
2033	253.429,15	2.090.210,22	-1.836.781,07	-16.242.637,65
2034	201.749,47	2.013.144,03	-1.811.394,56	-18.054.032,21
2035	156.486,03	1.929.822,65	-1.773.336,62	-19.827.368,83
2036	123.688,05	1.824.907,90	-1.701.219,85	-21.528.588,68
2037	97.992,16	1.712.769,92	-1.614.777,76	-23.143.366,44
2038	79.034,35	1.593.665,83	-1.514.631,48	-24.657.997,92
2039	56.270,13	1.496.151,95	-1.439.881,82	-26.097.879,74
2040	40.580,16	1.389.638,52	-1.349.058,36	-27.446.938,10
2041	27.832,58	1.286.449,04	-1.258.616,46	-28.705.554,56
2042	20.817,52	1.178.063,40	-1.157.245,88	-29.862.800,44
2043	18.018,63	1.068.040,34	-1.050.021,71	-30.912.822,15
2044	12.283,31	974.399,90	-962.116,59	-31.874.938,74
2045	8.358,15	884.604,50	-876.246,35	-32.751.185,09
2046	4.603,99	802.719,83	-798.115,84	-33.549.300,93
2047	3.938,06	720.697,28	-716.759,22	-34.266.060,15
2048	3.325,86	645.689,55	-642.363,69	-34.908.423,84
2049	2.736,81	577.455,11	-574.718,30	-35.483.142,14
2050	1.140,76	517.646,24	-516.505,48	-35.999.647,62
2051	360,99	461.990,10	-461.629,11	-36.461.276,73
2052	0,00	410.605,40	-410.605,40	-36.871.882,13
2053	0,00	363.371,63	-363.371,63	-37.235.253,76
2054	0,00	320.529,26	-320.529,26	-37.555.783,02
2055	0,00	282.228,97	-282.228,97	-37.838.011,99
2056	0,00	247.670,93	-247.670,93	-38.085.682,92
2057	0,00	216.755,77	-216.755,77	-38.302.438,69
2058	0,00	189.220,97	-189.220,97	-38.491.659,66
2059	0,00	164.667,68	-164.667,68	-38.656.327,34
2060	0,00	142.834,10	-142.834,10	-38.799.161,44
2061	0,00	123.451,80	-123.451,80	-38.922.613,24
2062	0,00	106.244,37	-106.244,37	-39.028.857,61
2063	0,00	91.112,78	-91.112,78	-39.119.970,39
2064	0,00	77.976,52	-77.976,52	-39.197.946,91
2065	0,00	66.489,72	-66.489,72	-39.264.436,63
2066	0,00	56.441,12	-56.441,12	-39.320.877,75
2067	0,00	47.702,32	-47.702,32	-39.368.580,07
2068	0,00	40.167,34	-40.167,34	-39.408.747,41
2069	0,00	33.665,94	-33.665,94	-39.442.413,35

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS
SERVIDORES**
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2010 a 2084

RREO – ANEXO XIII (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2070	0,00	28.170,39	-28.170,39	-39.470.583,74
2071	0,00	23.498,68	-23.498,68	-39.494.082,42
2072	0,00	19.561,29	-19.561,29	-39.513.643,71
2073	0,00	16.231,48	-16.231,48	-39.529.875,19
2074	0,00	13.429,60	-13.429,60	-39.543.304,79
2075	0,00	11.082,60	-11.082,60	-39.554.387,39
2076	0,00	9.104,16	-9.104,16	-39.563.491,55
2077	0,00	7.486,53	-7.486,53	-39.570.978,08
2078	0,00	6.152,67	-6.152,67	-39.577.130,75
2079	0,00	5.058,40	-5.058,40	-39.582.189,15
2080	0,00	4.165,84	-4.165,84	-39.586.354,99
2081	0,00	3.444,26	-3.444,26	-39.589.799,25
2082	0,00	2.865,60	-2.865,60	-39.592.664,85
2083	0,00	2.406,12	-2.406,12	-39.595.070,97
2084	0,00	0,00	0,00	-39.595.070,97

Projeção atuarial elaborada em 13/05/2011 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

CURITIBANOS, 12/09/2011

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

EDSON TADEU BROCARDO
Secretário de Administração

FLAVIO LUIZ ZILIO
Contador - CRC 020710-0

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS
SERVIDORES**
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2010 a 2084

RREO – ANEXO XIII (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d)=(“d” exercício anterior) + (c)
2010	1.831.727,51	2.679.691,35	-847.963,84	8.138.897,67
2011	2.930.243,39	3.195.087,37	-264.843,98	7.874.053,69
2012	2.740.482,69	3.132.367,68	-391.884,99	7.482.168,70
2013	2.589.684,81	2.988.996,54	-399.311,73	7.082.856,97
2014	2.437.003,62	2.876.872,53	-439.868,91	6.642.988,06
2015	2.298.477,60	2.749.053,16	-450.575,56	6.192.412,50
2016	2.151.740,55	2.666.074,08	-514.333,53	5.678.078,97
2017	2.017.771,08	2.570.208,42	-552.437,34	5.125.641,63
2018	1.884.947,31	2.492.165,90	-607.218,59	4.518.423,04
2019	1.765.942,44	2.397.280,68	-631.338,24	3.887.084,80
2020	1.651.314,84	2.307.515,57	-656.200,73	3.230.884,07
2021	1.522.188,66	2.271.362,98	-749.174,32	2.481.709,75
2022	1.371.432,33	2.307.064,52	-935.632,19	1.546.077,56
2023	1.226.726,73	2.337.523,23	-1.110.796,50	435.281,06
2024	1.061.095,47	2.440.556,24	-1.379.460,77	-944.179,71
2025	968.539,14	2.358.845,14	-1.390.306,00	-2.334.485,71
2026	846.737,28	2.367.643,94	-1.520.906,66	-3.855.392,37
2027	716.808,46	2.411.160,13	-1.694.351,67	-5.549.744,04
2028	619.886,43	2.379.337,24	-1.759.450,81	-7.309.194,85
2029	547.370,42	2.294.955,61	-1.747.585,19	-9.056.780,04
2030	469.499,58	2.237.429,16	-1.767.929,58	-10.824.709,62
2031	392.504,17	2.190.930,05	-1.798.425,88	-12.623.135,50
2032	330.925,59	2.113.646,67	-1.782.721,08	-14.405.856,58
2033	253.429,15	2.090.210,22	-1.836.781,07	-16.242.637,65
2034	201.749,47	2.013.144,03	-1.811.394,56	-18.054.032,21
2035	156.486,03	1.929.822,65	-1.773.336,62	-19.827.368,83
2036	123.688,05	1.824.907,90	-1.701.219,85	-21.528.588,68
2037	97.992,16	1.712.769,92	-1.614.777,76	-23.143.366,44
2038	79.034,35	1.593.665,83	-1.514.631,48	-24.657.997,92
2039	56.270,13	1.496.151,95	-1.439.881,82	-26.097.879,74
2040	40.580,16	1.389.638,52	-1.349.058,36	-27.446.938,10
2041	27.832,58	1.286.449,04	-1.258.616,46	-28.705.554,56
2042	20.817,52	1.178.063,40	-1.157.245,88	-29.862.800,44
2043	18.018,63	1.068.040,34	-1.050.021,71	-30.912.822,15
2044	12.283,31	974.399,90	-962.116,59	-31.874.938,74
2045	8.358,15	884.604,50	-876.246,35	-32.751.185,09
2046	4.603,99	802.719,83	-798.115,84	-33.549.300,93
2047	3.938,06	720.697,28	-716.759,22	-34.266.060,15
2048	3.325,86	645.689,55	-642.363,69	-34.908.423,84
2049	2.736,81	577.455,11	-574.718,30	-35.483.142,14
2050	1.140,76	517.646,24	-516.505,48	-35.999.647,62
2051	360,99	461.990,10	-461.629,11	-36.461.276,73
2052	0,00	410.605,40	-410.605,40	-36.871.882,13
2053	0,00	363.371,63	-363.371,63	-37.235.253,76
2054	0,00	320.529,26	-320.529,26	-37.555.783,02
2055	0,00	282.228,97	-282.228,97	-37.838.011,99
2056	0,00	247.670,93	-247.670,93	-38.085.682,92
2057	0,00	216.755,77	-216.755,77	-38.302.438,69
2058	0,00	189.220,97	-189.220,97	-38.491.659,66
2059	0,00	164.667,68	-164.667,68	-38.656.327,34
2060	0,00	142.834,10	-142.834,10	-38.799.161,44
2061	0,00	123.451,80	-123.451,80	-38.922.613,24
2062	0,00	106.244,37	-106.244,37	-39.028.857,61
2063	0,00	91.112,78	-91.112,78	-39.119.970,39
2064	0,00	77.976,52	-77.976,52	-39.197.946,91
2065	0,00	66.489,72	-66.489,72	-39.264.436,63
2066	0,00	56.441,12	-56.441,12	-39.320.877,75
2067	0,00	47.702,32	-47.702,32	-39.368.580,07
2068	0,00	40.167,34	-40.167,34	-39.408.747,41
2069	0,00	33.665,94	-33.665,94	-39.442.413,35

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS
SERVIDORES**
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2010 a 2084

RREO – ANEXO XIII (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d)=(“d” exercício anterior) + (c)
2070	0,00	28.170,39	-28.170,39	-39.470.583,74
2071	0,00	23.498,68	-23.498,68	-39.494.082,42
2072	0,00	19.561,29	-19.561,29	-39.513.643,71
2073	0,00	16.231,48	-16.231,48	-39.529.875,19
2074	0,00	13.429,60	-13.429,60	-39.543.304,79
2075	0,00	11.082,60	-11.082,60	-39.554.387,39
2076	0,00	9.104,16	-9.104,16	-39.563.491,55
2077	0,00	7.486,53	-7.486,53	-39.570.978,08
2078	0,00	6.152,67	-6.152,67	-39.577.130,75
2079	0,00	5.058,40	-5.058,40	-39.582.189,15
2080	0,00	4.165,84	-4.165,84	-39.586.354,99
2081	0,00	3.444,26	-3.444,26	-39.589.799,25
2082	0,00	2.865,60	-2.865,60	-39.592.664,85
2083	0,00	2.406,12	-2.406,12	-39.595.070,97
2084	0,00	0,00	0,00	-39.595.070,97

Projeção atuarial elaborada em 13/05/2011 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

CURITIBANOS, 12/09/2011

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

EDSON TADEU BROCARDO
Secretário de Administração

FLAVIO LUIZ ZILIO
Contador - CRC 020710-0

RREO - Anexo XVI

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM
AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2011/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO – ANEXO XVI (ADCT, art. 77)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)
RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	33.496.740,00	33.496.740,00	23.084.115,91	68,91
Impostos	5.615.233,00	5.615.233,00	4.240.514,24	75,52
Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	2.492.600,00	2.492.600,00	1.657.085,82	66,48
Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imoveis e Dir	726.000,00	726.000,00	656.021,90	90,36
Imposto s/ Servicos de Qualquer Natureza	1.815.000,00	1.815.000,00	1.595.136,94	87,89
Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza - IRRF	581.633,00	581.633,00	332.269,58	57,13
Multas, Juros de Mora e Dívida Ativa dos Impostos	1.018.407,00	1.018.407,00	630.343,89	61,90
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	34.787,00	34.787,00	13.067,13	37,56
Dívida Ativa dos Impostos	696.300,00	696.300,00	356.395,66	51,18
Multas, Juros de Mora, Atual. Mon. e Outros Enc. da Div. Ativa dos Imp.	287.320,00	287.320,00	260.881,10	90,80
Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	26.863.100,00	26.863.100,00	18.213.257,78	67,80
Da União	13.308.900,00	13.308.900,00	9.710.561,50	72,96
Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios	12.980.000,00	12.980.000,00	9.657.829,29	74,41
Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	72.600,00	72.600,00	13.434,69	18,51
Transf. Financ. ICMS - Desoneração - L.C.Nº 87/96	256.300,00	256.300,00	39.297,52	15,33
Do Estado	13.554.200,00	13.554.200,00	8.502.696,28	62,73
Cota-Parte do ICMS	11.550.000,00	11.550.000,00	6.880.528,76	59,57
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	299.200,00	299.200,00	131.366,10	43,91
Cota-Parte do IPVA	1.705.000,00	1.705.000,00	1.490.801,42	87,44
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS (II)	3.185.600,00	3.185.600,00	2.411.457,91	75,70
Da União para o Município	2.275.350,00	2.275.350,00	1.607.686,41	70,66
Do Estado para o Município	795.300,00	795.300,00	737.412,57	92,72
Demais Municípios para o Município	114.950,00	114.950,00	66.358,93	57,73
OUTRAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	19.429.008,00	19.429.008,00	13.808.456,15	71,07
(-) DEDUÇÃO PARA O FUNDEB	-5.372.620,00	-5.372.620,00	-3.642.649,78	67,80
TOTAL	50.738.728,00	50.738.728,00	35.661.380,19	70,28

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)
DESPESAS CORRENTES	8.665.300,00	9.132.509,58	5.725.726,79	62,70
Pessoal e Encargos Sociais	5.938.900,00	5.938.900,00	3.694.965,91	62,22
Outras Despesas Correntes	2.726.400,00	3.193.609,58	2.030.760,88	63,59
DESPESAS DE CAPITAL	407.000,00	457.164,20	135.832,90	29,71
Investimentos	407.000,00	457.164,20	135.832,90	29,71

Continua 1/2

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM
AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2011/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/2

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)
DESPESAS DE CAPITAL	407.000,00	457.164,20	135.832,90	29,71
Investimentos	407.000,00	457.164,20	135.832,90	29,71
TOTAL (IV)	9.072.300,00	9.589.673,78	5.861.559,69	61,12

DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (e)/ despesas com saúde
DESPESAS COM SAÚDE	9.072.300,00	9.589.673,78	5.861.559,69	100,00
(-) DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	3.143.800,00	3.661.173,78	2.125.143,39	36,26
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	3.143.800,00	3.661.173,78	2.125.143,39	36,26
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS¹	-	-	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (V)	5.928.500,00	5.928.500,00	3.736.416,30	63,74

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR VINCULADOS A SAÚDE INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS	
	Inscritos em Exercícios Anteriores	Cancelados em 2011 (VI)
RESTOS A PAGAR DE DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	182.811,93	7.904,24

PARTICIPAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE NA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - LIMITE CONSTITUCIONAL <=² [(V - VI) / I]	16,15
--	-------

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (i)	% (i/Total i)
Atenção Básica	8.991.450,00	9.446.109,49	5.758.493,04	98,24
Vigilância Sanitária	23.650,00	29.669,62	13.004,63	0,22
Vigilância Epidemiológica	57.200,00	113.894,67	90.062,02	1,54
TOTAL	9.072.300,00	9.589.673,78	5.861.559,69	100,00

FONTE: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

² Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

CURITIBANOS, 23/09/2011

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

EDSON TADEU BROCARDO
Secretário de Administração

FLAVIO LUIZ ZILIO
Contador - CRC 020710-0

CÂMARA MUNICIPAL**Decreto Legislativo Nº 03/2011**

DECRETO LEGISLATIVO Nº 03/2011

CONCEDE TÍTULO DE CIDADÃO CURITIBANENSE AO SR. ZENIR JOSÉ MELOTO.

(PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº. 03/2011. AUTORIA: TODOS OS VEREADORES)

Faço saber, que a Câmara de Vereadores de Curitiba aprovou, e eu, Valdeci Garcia, Presidente, nos termos do Artigo 51 parágrafo único da Lei Orgânica do Município de Curitiba, e do Artigo 133 do Regimento Interno, promulgo o presente Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedido ao SR. ZENIR JOSÉ MELOTO o Título de CIDADÃO CURITIBANENSE, pelos relevantes serviços prestados à comunidade.

Art. 2º A placa de homenagem será entregue em Sessão Solene especialmente marcada para este fim.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 13 de julho de 2011.

VALDECI GARCIA
PresidenteOSNI RIGHES
Vice-presidente

Registrado e publicado o presente Decreto Legislativo, aos treze dias do mês de julho do ano de dois mil e onze, no mural e Secretaria da Câmara Municipal.

SIDNEI FURLAN
1º SecretárioANGELO SCOLARO
2º Secretário**Decreto Legislativo Nº. 04/2011**

DECRETO LEGISLATIVO Nº 04/2011

CONCEDE TÍTULO DE CIDADÃO CURITIBANENSE AO SR. KAORU ANTONIO HARAMOTO.

(PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº. 04/2011. AUTORIA: TODOS OS VEREADORES)

Faço saber, que a Câmara de Vereadores de Curitiba aprovou, e eu, Valdeci Garcia, Presidente, nos termos do Artigo 51 parágrafo único da Lei Orgânica do Município de Curitiba, e do Artigo 133 do Regimento Interno, promulgo o presente Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedido ao SR. KAORU ANTONIO HARAMOTO o Título de CIDADÃO CURITIBANENSE, pelos relevantes serviços prestados à comunidade.

Art. 2º A placa de homenagem será entregue em Sessão Solene especialmente marcada para este fim.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 13 de julho de 2011.

VALDECI GARCIA
PresidenteOSNI RIGHES
Vice-presidente

Registrado e publicado o presente Decreto Legislativo, aos treze dias do mês de julho do ano de dois mil e onze, no mural e Secretaria da Câmara Municipal.

SIDNEI FURLAN
1º SecretárioANGELO SCOLARO
2º Secretário**Ermo****PREFEITURA****Decreto N.º 047, de 20 de setembro de 2011.**

DECRETO N.º 047, de 20 de setembro de 2011.

Suplementa Dotação Orçamentária e dá outras providências.

EDSON TADEO GREGORINI, Prefeito Municipal de Ermo em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 22, da Lei nº 280, de 28/09/2010 (LDO);

DECRETA:

Art. 1º. Fica suplementada a dotação orçamentária do Orçamento Vigente da Prefeitura Municipal de Ermo no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), a saber:

05.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO
13.392.0029.2.013 - Manutenção e divulgação da Cultura
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0080.0(4)Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Art. 2º. A suplementação de que trata o Art.1º, correrá por conta da anulação do item orçamentário abaixo especificado:

05.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO
13.392.0029.2.013 - Manutenção e divulgação da Cultura
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0080.0(5)Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 20 de setembro de 2011.
EDSON TADEO GREGORINI
Prefeito Municipal em exercício

Registre-se e Publique-se.

CÁSSIO ANDREI FONTANA SIMÃO
Secretário de Administração e Finanças interino**Resultado do Pregão Presencial Nº 03/2011**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2011

Objeto: Aquisição de medicamentos para o atendimento dos programas de saúde deste município.

Vencedor: Farmácia Tramontin Ltda Me
Valor: R\$ 34.967,00

ANA PAULA NOLA BIZ
Pregoeira

Contrato nº 23/2011 (1º termo aditivo ao Contrato nº 21/2011)

CONTRATO nº 23/2011 (1º termo aditivo ao Contrato nº 21/2011)

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ermo

CONTRATADO: Atração Comércio e Serviços Ltda Me

OBJETO: Contratação de empresa especializada em gerenciamento de evento p/ controlar as ações da 1ª Ermo Fiorifest, 7ª Festa de Emancipação, 5ª Festa do Agricultor e a 1ª FAFER. Acréscimo de 03 pirâmides 10 x10 m, 01 camarim-pirâmide 4x4m e 34.50m de TS para divisórias.

VALOR: O valor total fica aditado em R\$ 8.400,00 - passando para o valor total de R\$ 70.150,00

Data da assinatura: 20/09/2011.

Fraiburgo

PREFEITURA

Lei Complementar Nº 134/2011

LEI COMPLEMENTAR Nº. 134, DE 27 DE SETEMBRO DE 2011.

ACRESCENTA ALÍNEA "E", AO § 1º, DO ARTIGO 12 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 075, DE 16 DE AGOSTO DE 2006, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º. Fica acrescida a alínea "e", ao § 1º, do artigo 12 da Lei Complementar nº 075, de 16 de agosto de 2006, que passa a vigorar com a seguinte estrutura e redação:

Art. 12 ()

§ 1º

()

e) 01 (um) espaço localizado na Praça Gabriel Evrard para instalação de painel de outdoor de LED.

Art. 2º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

Fraiburgo, 27 de Setembro de 2011.

EDILBERTO CARLOS FERREIRA

Prefeito Municipal em Exercício

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Lei Nº 2111/2011

LEI Nº. 2111, DE 27 DE SETEMBRO DE 2011.

DISPÕE SOBRE A POLÍTICA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CAPÍTULO I

DA POLÍTICA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

SEÇÃO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. A Política Municipal de Saneamento Básico reger-se-á pelas disposições desta Lei, de seus regulamentos e das normas administrativas deles decorrentes e tem por finalidade assegurar a proteção da saúde da população e a salubridade do meio ambiente urbano e rural, além de disciplinar o planejamento e a execução das ações, obras e serviços de saneamento básico do Município. Parágrafo Único. A Política Municipal de Saneamento Básico compreende: o Plano Municipal de Saneamento Básico; o Fundo de Saneamento Básico; o modelo institucional para a prestação dos serviços; a definição do ente e das normas de regulação e fiscalização; os parâmetros para a garantia do atendimento essencial à saúde pública; os direitos e os deveres dos usuários; o controle social; o sistema de informações.

Art. 2º. A Política Municipal de Saneamento Básico orientar-se-á pelos seguintes princípios fundamentais:

I - universalização do acesso;

II - integralidade, compreendida como o conjunto de todas as atividades e componentes de cada um dos diversos serviços de saneamento básico, propiciando à população o acesso na conformidade de suas necessidades e maximizando a eficácia das ações e resultados;

III - abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos realizados de formas adequadas à saúde pública e à proteção do meio ambiente;

IV - disponibilidade, em todas as áreas urbanas, de serviços de drenagem e de manejo das águas pluviais adequados à saúde pública e à segurança da vida e do patrimônio público e privado;

V - adoção de métodos, técnicas e processos que considerem as peculiaridades do Município;

VI - articulação com as políticas de desenvolvimento urbano e regional, de habitação, de combate à pobreza e de sua erradicação, de proteção ambiental, de promoção da saúde e outras de relevante interesse social voltadas para a melhoria da qualidade de vida, para as quais o saneamento básico seja fator determinante;

VII - eficiência e sustentabilidade econômica;

VIII - utilização de tecnologias apropriadas, considerando a capacidade de pagamento dos usuários e a adoção de soluções graduais e progressivas;

IX - transparência das ações, baseada em sistemas de informações e processos decisórios institucionalizados;

X - controle social;

XI - segurança, qualidade e regularidade; e

XII - integração das infraestruturas e serviços com a gestão eficiente dos recursos hídricos.

Art. 3º. Para os efeitos desta Lei considera-se:

I - saneamento básico: conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de:

a) abastecimento de água potável: constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e respectivos instrumentos de medição;

b) esgotamento sanitário: constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente;

c) limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos: conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destino final do lixo doméstico e do lixo originário da varrição e limpeza de logradouros e vias públicas; e

d) drenagem e manejo das águas pluviais urbanas: conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de drenagem urbana de águas pluviais, de transporte, detenção ou retenção para o amortecimento de vazões de cheias, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas nas áreas urbanas;

II - gestão associada: associação voluntária de entes federados, por convênio de cooperação ou consórcio público, conforme

disposto no artigo 241 da Constituição Federal;
III - universalização: ampliação progressiva do acesso de todos os domicílios ocupados ao saneamento básico;
IV - controle social: conjunto de mecanismos e procedimentos que garantem à sociedade informações, representações técnicas e participações nos processos de formulação de políticas, de planejamento e de avaliação relacionados aos serviços públicos de saneamento básico;
V - prestação regionalizada: aquela em que um único prestador atende a 2 (dois) ou mais titulares;
VI - Subsídios: instrumento econômico de política social para garantir a universalização do acesso ao saneamento básico, especialmente para populações e localidades de baixa renda.

SEÇÃO II DOS OBJETIVOS

Art. 4º. São objetivos da Política Municipal de Saneamento Básico:
I - contribuir para o desenvolvimento e a redução das desigualdades locais, a geração de emprego e de renda e a inclusão social;
II - priorizar planos, programas e projetos que visem à implantação e ampliação dos serviços e ações de saneamento básico nas áreas ocupadas por populações de baixa renda;
III - proporcionar condições adequadas de salubridade sanitária às populações rurais e de pequenos núcleos urbanos isolados;
IV - assegurar que a aplicação dos recursos financeiros administrados pelo poder público dê-se segundo critérios de promoção da salubridade sanitária, de maximização da relação benefício-custo e de maior retorno social;
V - adotar mecanismos de planejamento, regulação e fiscalização da prestação dos serviços de saneamento básico;
VI - promover alternativas de gestão que viabilizem a auto-sustentação econômica e financeira dos serviços de saneamento básico, com ênfase na cooperação com entes federativos;
VII - promover o desenvolvimento institucional do saneamento básico, estabelecendo meios para a unidade e articulação das ações dos diferentes agentes, bem como do desenvolvimento de sua organização, capacidade técnica, gerencial, financeira e de recursos humanos, contempladas as especificidades locais;
VIII - adotar tecnologias apropriadas ao Município com metas progressivas de melhoria da qualidade e do atendimento considerando a capacidade de pagamento das populações e usuários envolvidos.
IX - minimizar os impactos ambientais relacionados à implantação e desenvolvimento das ações, obras e serviços de saneamento básico e assegurar que sejam executadas de acordo com as normas relativas à proteção do meio ambiente, ao uso e ocupação do solo e à saúde;
X - fortalecer o papel do município como executor da Política de Saneamento.

SEÇÃO III DAS DIRETRIZES GERAIS

Art. 5º. São diretrizes da Política Municipal de Saneamento:
I - valorização do processo de planejamento.
II - coordenação e integração das políticas, planos, programas e ações governamentais de saneamento, saúde, meio ambiente, recursos hídricos, desenvolvimento urbano e rural, habitação, uso e ocupação do solo;
III - Ações visando a capacitação de recursos humanos no uso de alternativas adaptadas às condições locais e busca permanente da universalidade e qualidade;
IV - promoção de programas de educação sanitária;
V - prioridade para as ações que promovam a equidade social e territorial no acesso ao saneamento básico;
VI - aplicação dos recursos financeiros de modo a promover o desenvolvimento sustentável, a eficiência e a eficácia;
VII - estabelecimento de adequada regulação dos serviços;

IX - utilização de indicadores socioeconômicos no planejamento, implementação e avaliação das suas ações de saneamento básico;
X - melhoria da qualidade de vida e das condições ambientais e de saúde pública;
XI - colaboração para o desenvolvimento urbano;
XII - garantia de meios adequados para o atendimento da população rural dispersa, inclusive mediante a utilização de soluções compatíveis com suas características econômicas e sociais peculiares;
XIII - adoção de critérios objetivos de elegibilidade e prioridade, levando em consideração fatores como nível de renda e cobertura, grau de urbanização, concentração populacional, disponibilidade hídrica, riscos sanitários, epidemiológicos e ambientais;
XIV - adoção da bacia hidrográfica como unidade de referência para o planejamento de suas ações.

CAPÍTULO II DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

Art. 6º. Fica instituído o Plano de Saneamento Básico como instrumento fundamental de implementação da política de saneamento básico, destinado a articular, integrar e coordenar recursos tecnológicos, humanos, econômicos e financeiros, com vistas a orientar as ações futuras para o alcance de níveis crescentes de salubridade ambiental.

Parágrafo Único. Os serviços de saneamento básico serão prestados observando o contido no Plano de Saneamento Básico.

Art. 7º. O Plano de Saneamento Básico contemplará um período de 20 (vinte) anos e conterá, dentre outros, os seguintes elementos:

I - diagnóstico da situação e de seus impactos nas condições de vida, utilizando sistema de indicadores sanitários, epidemiológicos, ambientais e socioeconômicos e apontando as causas das deficiências detectadas;
II - objetivos e metas de curto, médio e longo prazo para a universalização, admitidas soluções graduais e progressivas, observando a compatibilidade com os demais planos setoriais;
III - programas, proposições, projetos e ações necessárias para atingir os objetivos e as metas, de modo compatível com os respectivos planos plurianuais e com outros planos governamentais correlatos, identificando possíveis fontes de financiamento;
IV - ações para emergências e contingências;
V - identificação dos obstáculos de natureza político-institucional, legal, econômico-financeira, administrativa, cultural e tecnológica que se interpõem à consecução dos objetivos e metas propostos, e os meios para superá-los;
VI - caracterização e quantificação dos recursos humanos, materiais tecnológicos, institucionais e administrativos necessários à execução das ações propostas.

§ 1º. O Plano Municipal de Saneamento Básico poderá ser elaborado com base em estudos fornecidos pelos prestadores de cada serviço.

§ 2º. O Município fará a consolidação e compatibilização dos planos específicos de cada serviço.

§ 3º. O Plano Municipal de Saneamento Básico deverá ser compatível com os planos das bacias hidrográficas em que estiverem inseridos, caso existam.

§ 4º. O Plano Municipal de Saneamento Básico será reavaliado no mínimo a cada 4 (quatro) anos.

§ 5º. Será assegurada ampla divulgação das propostas dos planos de saneamento básico e dos estudos que as fundamentem, inclusive com a realização de audiências ou consultas públicas.

§ 6º. A delegação de serviço de saneamento básico não dispensa o cumprimento, pelo prestador, do respectivo Plano Municipal de Saneamento Básico em vigor à época da delegação.

§ 7º. O Plano Municipal de Saneamento Básico deverá englobar integralmente o território do Município.

CAPÍTULO III DO FUNDO DE SANEAMENTO BÁSICO

Art. 8º. Fica instituído o Fundo de Saneamento Básico vinculado à Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana, destinado a arrecadar e aplicar recursos nos serviços de saneamento básico, em conformidade com o disposto no Plano de Saneamento Básico, buscando a universalização e a melhoria continuada da qualidade dos serviços.

§ 1º. Os recursos dos fundos a que se refere o caput deste artigo poderão ser utilizados como fontes ou garantias em operações de crédito para financiamento dos investimentos necessários à universalização dos serviços públicos de saneamento básico.

§ 2º. A duração do Fundo de Saneamento Básico será por tempo indeterminado.

§ 3º. A operacionalização e a supervisão da aplicação dos recursos do Fundo que trata o caput deste artigo serão regulamentadas por meio de Decreto do Poder Executivo.

Art. 9º. Os recursos do Fundo de Saneamento Básico serão de advindos de:

- I - dotações orçamentárias do Município;
- II - dotações, auxílios, contribuições, subvenções e transferência de entidades nacionais, internacionais, organizações governamentais e não-governamentais;
- III - convênios celebrados com órgãos e ou instituições públicas e privadas;
- IV - receitas de aplicações financeiras oriundas de recursos do Fundo, realizadas na forma da Lei;
- V - repasses ou dotações, feitas diretamente à conta do Fundo;
- VI - parcelas das receitas provenientes da prestação de serviços de saneamento básico;
- VII - financiamentos provenientes de instituições financeiras públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras;
- VIII - outras receitas que venham a ser legalmente instituídas.

Art. 10. Os recursos provenientes do Fundo serão aplicados exclusivamente em:

- I - financiamento total ou parcial, de investimentos em programas, projetos e obras dos serviços de saneamento básico.
- II - amortização total ou parcial de empréstimos legalmente constituídos para financiamento dos investimentos;
- III - aquisição de equipamentos e material permanente, serviços, material de consumo e outras despesas necessárias aos investimentos em projetos e programas de implantação, melhorias e ampliação dos serviços de saneamento básico.

CAPÍTULO IV DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Art. 11. A prestação dos serviços de saneamento básico atenderá aos requisitos mínimos de qualidade, regularidade, e continuidade relativos aos produtos oferecidos, ao atendimento dos usuários e às condições operacionais e de manutenção dos sistemas, de acordo com as normas regulamentares e contratuais.

Art. 12. Os serviços de saneamento básico deverão se integrar com as demais funções essenciais de competência municipal, de modo a assegurar prioridade para a segurança sanitária e o bem-estar de seus habitantes.

Art. 13. A execução dos serviços públicos de saneamento básico no Município de Fraiburgo será realizada pela Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI, inclusive, podendo realizar concessão ou permissão quando julgar necessário.

Art. 14. Toda edificação permanente urbana será conectada às redes públicas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário disponíveis e sujeita ao pagamento das tarifas e de outros

preços públicos decorrentes da conexão e do uso desses serviços. § 1º. Na ausência de redes públicas de água e esgoto, serão admitidas soluções individuais de abastecimento de água e de tratamento e disposição final dos esgotos sanitários, observadas as normas editadas pela entidade reguladora e pelos órgãos responsáveis pelas políticas ambiental, sanitária e de recursos hídricos.

§ 2º. A instalação hidráulica predial ligada à rede pública de abastecimento de água não poderá ser também alimentada por outras fontes.

Art. 15. Em situação crítica de escassez ou contaminação de recursos hídricos que obrigue a adoção de racionamento, declarada pela autoridade gestora de recursos hídricos, o ente regulador poderá adotar mecanismos tarifários de contingência, com o objetivo de cobrir custos adicionais decorrentes, garantindo o equilíbrio financeiro da prestação do serviço e a gestão da demanda.

CAPÍTULO V ASPECTOS ECONÔMICOS E SOCIAIS

Art. 16. Os serviços públicos de saneamento básico terão a sustentabilidade econômico-financeira assegurada mediante remuneração pela cobrança dos serviços:

- I - de abastecimento de água e esgotamento sanitário, preferencialmente na forma de tarifas e outros preços públicos, que poderão ser estabelecidos para cada um dos serviços ou para ambos conjuntamente;
- II - de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos urbanos, por meio de taxas, tarifas e/ou outros preços públicos, em conformidade com o regime de prestação do serviço ou de suas atividades;
- III - de manejo de águas pluviais urbanas, por meio de tributos, em conformidade com o regime de prestação do serviço ou de suas atividades.
- IV - a instituição de tributos, tarifas ou preços públicos para os serviços de saneamento básico observará as seguintes diretrizes:
 - a) prioridade para atendimento das funções essenciais relacionadas à saúde pública;
 - b) ampliação do acesso aos cidadãos e localidades de baixa renda aos serviços;
 - c) geração dos recursos necessários para realização dos investimentos, objetivando o cumprimento das metas e objetivos do serviço;
 - d) inibição do consumo supérfluo e do desperdício de recursos;
 - e) recuperação dos custos incorridos na prestação do serviço, em regime de eficiência;
 - f) remuneração adequada do capital investido pelos prestadores dos serviços;
 - g) estímulo ao uso de tecnologias modernas e eficientes, compatíveis com os níveis exigidos de qualidade, continuidade e segurança na prestação dos serviços; e
 - h) incentivo à eficiência dos prestadores dos serviços.

Art. 17. Os subsídios necessários ao atendimento de usuários e localidades de baixa renda dependerá das características dos beneficiários e da origem dos recursos:

- I - diretos, quando destinados a usuários determinados, ou;
- II- indiretos, quando destinados ao prestador dos serviços.

Art. 18. Observado ao disposto no artigo anterior, a estrutura de remuneração e cobrança dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário poderá levar em consideração os seguintes fatores:

- I - categorias de usuários, distribuídas por faixas ou quantidades crescentes de utilização ou de consumo;
- II - padrões de uso ou de qualidade requeridos;
- III - quantidade mínima de consumo ou de utilização do serviço, visando à garantia de objetivos sociais, como a preservação da saúde pública, o adequado atendimento dos usuários de menor

renda e a proteção do meio ambiente;

IV - custo mínimo necessário para disponibilidade do serviço em quantidade e qualidade adequadas;

V - ciclos significativos de aumento da demanda dos serviços, em períodos distintos;

VI - capacidade de pagamento dos usuários.

§ 1º. O volume de água consumido deve ser aferido, preferencialmente, por meio de medição individualizada, levando-se em conta cada uma das unidades, mesmo quando situadas na mesma edificação.

§ 2º. Ficam excetuadas do disposto no § 1º, entre outras previstas na legislação, as situações em que as infraestruturas das edificações não permitam individualização do consumo ou em que a absorção dos custos para instalação dos medidores individuais seja economicamente inviável para o usuário.

§ 3º. A remuneração pela prestação de serviços públicos de esgotamento sanitário poderá ser fixada com base no volume de água cobrado pelo serviço de abastecimento de água.

§ 4º. Para os usuários que se caracterizem por sua demanda elevada de água poderão ser firmados contratos específicos e condições especiais.

Art. 19. Os tributos, tarifas ou preços públicos decorrentes da prestação de serviço público de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos urbanos devem levar em conta a adequada destinação dos resíduos coletados e poderão considerar:

I - o nível de renda da população da área atendida;

II - as características dos lotes urbanos e as das áreas neles edificadas;

III - o peso ou o volume médio coletado por habitante ou por domicílio.

IV - mecanismos econômicos de incentivo à minimização da geração de resíduos e à recuperação dos resíduos gerados.

Art. 20. A cobrança pela prestação do serviço público de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas deve levar em conta, em cada lote urbano, os percentuais de impermeabilização e a existência de dispositivos de amortecimento ou de retenção de água de chuva, bem como poderá considerar:

I - o nível de renda da população da área atendida;

II - as características dos lotes urbanos e as áreas que podem ser neles edificadas.

Art. 21. Os reajustes de tributos, tarifas ou preços públicos de serviços públicos de saneamento básico deverão ser realizados a cada 12 (doze) meses, de acordo com as normas legais, regulamentares e contratuais.

Art. 22. Os reajustes a que se refere o artigo anterior compreenderão a reavaliação das condições da prestação dos serviços e dos preços praticados, objetivando a distribuição dos ganhos de produtividade com os usuários e a reavaliação das condições de mercado, ou para adequar o equilíbrio econômico-financeiro.

§ 1º. Os reajustes de preços terão suas pautas definidas pelas respectivas entidades reguladoras.

§ 2º. Poderão ser estabelecidos mecanismos de reajustes de preços baseados na indução à eficiência, inclusive fatores de produtividade, assim como de antecipação de metas de expansão e qualidade dos serviços.

§ 3º. Os fatores de produtividade poderão ser definidos com base em indicadores de outras empresas do setor.

§ 4º. A entidade de regulação poderá autorizar o prestador de serviços a repassar aos usuários custos e encargos tributários não previstos originalmente e por ele não administrados, nos termos da Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, ou outra que vier a regular a matéria.

Art. 23. Os preços serão fixados de forma clara e objetiva, devendo os reajustes e as revisões serem tornados públicos com

antecedência mínima de 30(trinta) dias com relação à sua aplicação.

Parágrafo Único. A fatura a ser entregue ao usuário final deverá obedecer ao modelo estabelecido pela entidade reguladora, que definirá os itens e custos que deverão estar explicitados.

Art. 24. Os serviços de saneamento básico poderão ser interrompidos pelo prestador nas seguintes hipóteses:

I - situações de emergência que atinjam a segurança de pessoas e bens;

II - necessidade de efetuar reparos, modificações ou melhorias de qualquer natureza nos sistemas;

III - negativa do usuário em permitir a instalação de dispositivo de leitura de água consumida, após ter sido previamente notificado a respeito;

IV - manipulação indevida de qualquer tubulação, medidor ou outra instalação do prestador, por parte do usuário;

V - inadimplemento do usuário dos serviços de saneamento básico no pagamento dos tributos, tarifas ou preços públicos, após ter sido formalmente notificado.

§ 1º. As interrupções programadas serão previamente comunicadas ao regulador e aos usuários.

§ 2º. A suspensão dos serviços prevista nos incisos III e V do caput deste artigo será precedida de prévio aviso ao usuário, não inferior a trinta dias da data prevista para a suspensão.

§ 3º. A interrupção ou a restrição do fornecimento de água por inadimplência a estabelecimentos de saúde, a instituições educacionais e de internação coletiva de pessoas e a usuário residencial de baixa renda beneficiário de tarifa social deverá obedecer a prazos e critérios que preservem condições mínimas de manutenção da saúde das pessoas atingidas, de acordo com as normas do órgão de regulação.

Art. 25. Os valores investidos em bens reversíveis pelos prestadores constituirão créditos perante o Município, a serem recuperados mediante a exploração dos serviços, nos termos das normas regulamentares e contratuais e, quando for o caso, observada a legislação pertinente às sociedades por ações.

§ 1º. Não gerarão crédito perante o Município os investimentos feitos sem ônus para o prestador, tais como os decorrentes de exigência legal aplicável à implantação de empreendimentos imobiliários e os provenientes de subvenções ou transferências fiscais voluntárias.

§ 2º. Os investimentos realizados, os valores amortizados, a depreciação e os respectivos saldos serão anualmente auditados e certificados pela entidade reguladora.

§ 3º. Os créditos decorrentes de investimentos devidamente certificados poderão constituir garantia de empréstimos aos delegatários, destinados exclusivamente a investimentos nos sistemas de saneamento objeto do respectivo contrato.

CAPÍTULO VI

REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

Art. 26. A regulação e fiscalização dos serviços de saneamento básico serão exercidas por ente a ser definido por meio de convênio de cooperação ou consórcios públicos, obedecido ao disposto no artigo 241 da Constituição da República Federativa do Brasil e legislação em vigor.

Parágrafo Único. O exercício da função de regulação atenderá aos seguintes princípios:

I - independência decisória, incluindo autonomia administrativa, orçamentária e financeira da entidade reguladora;

II - transparência, tecnicidade, celeridade e objetividade das decisões.

Art. 27. São objetivos da regulação:

I - estabelecer padrões e normas para a adequada prestação dos serviços e para a satisfação dos usuários;

II - garantir o cumprimento das condições e metas estabelecidas;
III - definir tarifas ou preços públicos que assegurem tanto o equilíbrio econômico e financeiro dos contratos como a modicidade tarifária, mediante mecanismos que induzam à eficiência e eficácia dos serviços e que permitam a apropriação social dos ganhos de produtividade; e
IV - prevenir e reprimir o abuso do poder econômico, ressalvada a competência dos órgãos integrantes do sistema nacional de defesa da concorrência;

Parágrafo único. Compreendem-se nas atividades de regulação dos serviços de saneamento básico a interpretação e a fixação de critérios para execução dos contratos e dos serviços e para correta administração de subsídios.

Art. 28. As normas de regulação dos serviços serão editadas:

I - por legislação do titular, no que se refere:

- a) aos direitos e obrigações dos usuários e prestadores, bem como às penalidades a que estarão sujeitos; e
 - b) aos procedimentos e critérios para a atuação das entidades de regulação e de fiscalização; e
- II - por norma da entidade de regulação, no que se refere às dimensões técnica, econômica e social de prestação dos serviços, que abrangerão, pelo menos, os seguintes aspectos:
- a) padrões e indicadores de qualidade da prestação dos serviços;
 - b) prazo para os prestadores de serviços comunicarem aos usuários as providências adotadas em face de queixas ou de reclamações relativas aos serviços;
 - c) requisitos operacionais e de manutenção dos sistemas;
 - d) metas progressivas de expansão e de qualidade dos serviços e respectivos prazos;
 - e) regime, estrutura e níveis tarifários, bem como procedimentos e prazos de sua fixação, reajuste e revisão;
 - f) medição, faturamento e cobrança de serviços;
 - g) monitoramento dos custos;
 - h) avaliação da eficiência e eficácia dos serviços prestados;
 - i) plano de contas e mecanismos de informação, auditoria e certificação;
 - j) subsídios tarifários e não tarifários;
 - k) padrões de atendimento ao público e mecanismos de participação e informação; e
 - l) medidas de contingências e de emergências, inclusive racionamento.

Parágrafo Único. A entidade de regulação deverá instituir regras e critérios de estruturação de sistema contábil e do respectivo plano de contas, de modo a garantir que a apropriação e a distribuição de custos dos serviços estejam em conformidade com as diretrizes estabelecidas na Lei no 11.445, de 2007.

Art. 29. Em caso de gestão associada ou prestação regionalizada dos serviços de saneamento básico, o Município poderá adotar os mesmos critérios econômicos, sociais e técnicos da regulação adotados para a área de abrangência da associação ou da prestação.

Art. 30. Os prestadores dos serviços de saneamento básico deverão fornecer à entidade reguladora todos os dados e informações necessárias para o desempenho de suas atividades, na forma das normas legais, regulamentares e contratuais.

§ 1º. Incluem-se entre os dados e informações a que se refere o caput deste artigo aquelas produzidas por empresas ou profissionais contratados para executar serviços ou fornecer materiais e equipamentos específicos.

§ 2º. Compreendem-se nas atividades de regulação dos serviços de saneamento básico a interpretação e a fixação de critérios para a fiel execução dos contratos, dos serviços e para a correta administração de subsídios.

CAPÍTULO VII

DO CONTROLE SOCIAL

Art. 31. O controle social dos serviços públicos de saneamento básico será realizado mediante adoção, entre outros, dos seguintes mecanismos:

I - debates e audiências públicas;

II - consultas públicas;

III - participação de órgão colegiado de caráter consultivo na formulação da política de saneamento básico, bem como no seu planejamento e avaliação.

§ 1º. As audiências públicas mencionadas no inciso I do caput devem se realizar de modo a possibilitar o acesso da população, podendo ser realizadas de forma regionalizada.

§ 2º. As consultas públicas devem ser promovidas de forma a possibilitar que qualquer do povo, independentemente de interesse, ofereça críticas e sugestões a propostas do Poder Público, devendo tais consultas ser adequadamente respondidas.

Art. 32. Para as funções de órgão colegiado mencionado no inciso III do artigo anterior fica criado o Conselho Municipal de Saneamento, que em sua composição será assegurada a participação de representantes:

I - dos titulares dos serviços;

II - de órgãos governamentais relacionados ao setor de saneamento básico;

III - dos prestadores de serviços públicos de saneamento básico;

IV - dos usuários de serviços de saneamento básico; e

V - de entidades técnicas, organizações da sociedade civil e de defesa do consumidor relacionadas ao setor de saneamento básico.

§ 1º. O Conselho Municipal de Saneamento e sua composição de que trata o caput do presente artigo, será regulamentado por decreto, o qual será expedido pelo Poder Executivo Municipal no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias.

§ 2º. O Conselho Municipal de Saneamento terá caráter consultivo das atividades decorrentes da execução da Política Municipal de Saneamento.

§ 3º. O Presidente do Conselho Municipal de Saneamento será eleito entre seus membros efetivos.

§ 4º. É assegurado ao Conselho Municipal de Saneamento o acesso a quaisquer documentos e informações produzidos por órgãos ou entidades de regulação ou de fiscalização, bem como a possibilidade de solicitar a elaboração de estudos com o objetivo de subsidiar a tomada de decisões, observado ao disposto no § 1º, do artigo 33 do Decreto Federal no 7.217/2010.

CAPÍTULO VIII

DOS ÓRGÃOS EXECUTORES DA POLÍTICA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

Art. 33. A execução da Política Municipal de Saneamento Básico será conduzida pela Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI e distribuída de forma transdisciplinar em todas as Secretarias e órgão da Administração Municipal, respeitadas as suas competências.

CAPÍTULO IX

DOS DIREITOS E DEVERES DOS USUÁRIOS

Art. 34. São direitos dos usuários dos serviços de saneamento básico prestados:

I - a gradativa universalização dos serviços de saneamento básico e sua prestação de acordo com os padrões estabelecidos pelo órgão de regulação e fiscalização;

II - o amplo acesso às informações constantes no Plano Municipal de Saneamento Básico;

III - a cobrança de taxas, tarifas e preços públicos compatíveis com a qualidade e quantidade do serviço prestado;

IV - o acesso direto e facilitado ao órgão regulador e fiscalizador;

V - o ambiente salubre;

VI - o prévio conhecimento dos seus direitos e deveres e das penalidades a que podem estar sujeitos;

VII - a participação no processo de elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico.

Art. 35. São deveres dos usuários dos serviços de saneamento básico prestados:

I - o pagamento das taxas, tarifas e preços públicos cobrados pela Administração Pública ou pelo prestador de serviços;

II - o uso racional da água e a manutenção adequada das instalações hidrossanitárias da edificação;

III - a ligação de toda edificação permanente urbana às redes públicas de abastecimento de água e esgotamento sanitário disponíveis;

IV - o correto manuseio, separação, armazenamento e disposição para coleta dos resíduos sólidos, de acordo com as normas estabelecidas pelo Poder Público Municipal;

V - primar pela retenção das águas pluviais no imóvel, através da sua infiltração no solo ou o seu uso;

VI - colaborar com a limpeza pública, zelando pela salubridade dos bens públicos e dos imóveis sob sua responsabilidade;

VII - participar de campanhas públicas de promoção do saneamento básico.

Parágrafo Único. Nos locais não atendidos por rede coletora de esgotos, é dever do usuário a construção, implantação e manutenção de sistema individual de tratamento e disposição final de esgotos, conforme regulamentação do Poder Público Municipal.

CAPÍTULO X

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 36. Os órgãos e entidades municipais da área de saneamento básico serão reorganizados para atender o disposto nesta Lei.

Art. 37. Fica instituído o Sistema Municipal de Informações sobre os serviços de saneamento básico, articulado com o Sistema Nacional de Informações em Saneamento - SINISA, para atendimento ao disposto no artigo 9º, inciso V, da Lei Federal 11.445/2007.

Parágrafo Único. O Plano de Saneamento Básico definirá a estruturação do sistema de informações.

Art. 38. A regulamentação desta lei se dará por ato do Poder Executivo Municipal.

Art. 39. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito
Fraiburgo, 27 DE SETEMBRO DE 2011.
EDILBERTO CARLOS FERREIRA
Prefeito Municipal em Exercício

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Lei Nº 2112/2011

LEI Nº. 2112, DE 27 DE SETEMBRO DE 2011.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E SUPLEMENTAR DE ACORDO COM A LEI FEDERAL Nº. 4.320/64, NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO, DO EXERCÍCIO DE 2011, APROVADO PELA LEI Nº. 2084, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2010, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art.1º. Fica o Chefe do Poder Executivo, autorizado a abrir o crédito adicional especial e suplementar no Orçamento do Município de Fraiburgo para o exercício de 2011, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), criando a modalidade de despesa, nas unidades orçamentárias a seguir discriminadas:

10.00 - Secretaria de Infraestrutura

10.01 - Secretaria de Infraestrutura

15.452.0023.2.050 - Manutenção da Iluminação Pública

3.3.71.00 - Transferência à Consórcios Público 0.1.0217 (254) R\$ 50.000,00

Total R\$ 50.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto, correrá à conta da anulação das seguintes dotações:

10.00 - Secretaria de Infraestrutura

10.01 - Secretaria de Infraestrutura

15.452.0023.2.050 - Manutenção da Iluminação Pública

4.4.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0217 (155) R\$ 50.000,00

Total R\$ 50.000,00

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito
Fraiburgo, SC, 27 DE SETEMBRO DE 2011.
EDILBERTO CARLOS FERREIRA
Prefeito Municipal em Exercício

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Decreto Nº 0284/2011

DECRETO Nº 0284, DE 27 DE SETEMBRO DE 2011.
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com o Art. 14 da Lei Nº 2084, de 09 de Dezembro de 2010;

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Fraiburgo para o exercício de 2011 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), nas seguintes dotações:

08.00 - Secretaria de Saúde

08.01 - Fundo Municipal de Saúde

10.301.0017.2.038 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

3.3.71.00 - Transferência à Consórcios Público 0.1.0200 (44) R\$ 35.000,00

Total R\$ 35.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrá à conta do provável excesso a ser apurado até o final do exercício, nas rubricas abaixo relacionadas.
417210102 - Cota Parte do FPM R\$ 35.000,00

Total R\$ 35.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.
Fraiburgo, 27 DE SETEMBRO DE 2011.
EDILBERTO CARLOS FERREIRA
Prefeito Municipal em Exercício

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Decreto Nº 0285/2011

DECRETO Nº 0285, DE 27 DE SETEMBRO DE 2011.
DIVULGA A CLASSIFICAÇÃO DO EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº. 0025 DE 16 DE SETEMBRO DE 2011.

O Prefeito em Exercício do Município de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica divulgada a classificação do processo de seleção para contratação em caráter temporário nº. 0025, de 16 de setembro de 2011, conforme lista anexa.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito
Fraiburgo, SC, 27 DE SETEMBRO DE 2011.
EDILBERTO CARLOS FERREIRA
Prefeito Municipal em Exercício

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Anexo Decreto Nº 0285/2011 - Código 1

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0025 DE 16 DE SETEMBRO DE 2011

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Enfermeiro** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **1** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Enfermeiro**

Critérios de Desempate

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos
1	4	ALINE AMARAL ROSA	23
2	1	SALETE PARIS	22
3	2	NATALIA FANTINEL	15
4	5	CRISTIANE REGINA BACHMANN BOHN	11
5	3	HELEN BALZAN	7

1º	2º	3º	4º	5º	6º
Esp. Área Esp.	Cursos Área Esp.	Cursos Outras Áreas	Núm. Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
10	10	3	0	NÃO	23/7/1985
10	10	2	0	NÃO	22/1/1967
10	4	1	0	NÃO	12/7/1985
0	10	1	1	NÃO	13/12/1983
0	6	1	0	NÃO	12/5/1988

Decreto Nº 0286/2011

DECRETO Nº 0286, DE 27 DE SETEMBRO DE 2011.
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com o Art. 14 da Lei Nº 2084, de 09 de Dezembro de 2010;

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Fraiburgo para o exercício de 2011 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), nas seguintes dotações:

07.00 - Secretaria de Educação Cultura e Esportes
07.01 - Educação Geral
12.361.0006.2.011 - Manutenção do Ensino Fundamental
4.4.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0323 (64) R\$ 20.000,00

Total R\$ 20.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrá à conta do provável excesso a ser apurado até o final do exercício, nas rubricas abaixo relacionadas.
4172401 - Transferência dos Recursos do FUNDEB R\$ 20.000,00

Total R\$ 20.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.
Fraiburgo, 27 DE SETEMBRO DE 2011.
EDILBERTO CARLOS FERREIRA
Prefeito Municipal em Exercício

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1816/2011

PORTARIA Nº 1.816 DE 27 DE SETEMBRO DE 2011.
REDESIGNA REPRESENTANTES TITULARES E SUPLENTES PARA ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS DAS SECRETARIAS QUE ESPECIFICA.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º Redesigna as pessoas abaixo nominadas, para acompanhamento e fiscalização da execução dos contratos administrativos das Secretarias abaixo:

I - Representantes da Secretaria de Administração e Planejamento, Secretaria de Finanças e Secretaria de Desenvolvimento Econômico:

- Titular: Taise Marta Pazin
- Suplente: Aline Voss

II - Representantes da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes:

- Titular: Robertson Muniz Parize
- Suplente: Jussara Bridi

III - Representantes da Secretaria de Ação Social:

- Titular: Vanderleia de Fátima Juck

- Suplente: Dulcinei Rudeck Bilibio

Art. 2º Incumbe aos fiscais acima designados acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos administrativos de sua Pasta, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de setembro de 2011.
EDILBERTO CARLOS FERREIRA
Prefeito Municipal em exercício

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1817/2011

PORTARIA N.º 1.817, DE 27 DE SETEMBRO DE 2011.
Dispõe sobre o afastamento por Aposentadoria por Idade

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais:

Considerando o Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, no qual se compromete a não permitir que servidores aposentados, em decorrência do exercício de cargos públicos permaneçam trabalhando, salvo quando aprovados em novo concurso público e optarem por vencimentos do cargo atual, renunciando desta forma aos proventos da aposentadoria;
E considerando, a decisão exarada no Processo Administrativo n.º 3.828, de 06 de setembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º Afastar em 30 de setembro de 2011, o servidor ABILIO PEREIRA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 296.625.679-68, nomeado no cargo de provimento efetivo de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, por Aposentadoria por Idade, com data de início fixada em 04 de julho de 2011 e data da concessão 16 de agosto de 2011, Benefício nº 1514630939.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de setembro de 2011.
EDILBERTO CARLOS FERREIRA
Prefeito Municipal em exercício

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento.

Portaria Nº 1818/2011

PORTARIA N.º 1.818 DE 27 DE SETEMBRO DE 2011.
Nomeia Servidor Municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 0110, de 03 de março de 2010;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear ROSANE WEHRMEISTER LEMOS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 649.723.139-00, no cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DE DEPARTAMENTO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 03 de outubro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de setembro de 2011.
EDILBERTO CARLOS FERREIRA
Prefeito Municipal em exercício

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1819/2011

PORTARIA N.º 1.819 DE 27 DE SETEMBRO DE 2011.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0022 de 03 de agosto de 2011 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, para atender excepcional interesse público, na área da Educação;
Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;
Considerando que está substituindo, por 40 horas semanais, a servidora IZOLDA CONTE VALER, que se encontra afastada em Auxílio Doença;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, GEOVANA DE OLIVEIRA, brasileira, divorciada, inscrita no CPF sob o n.º 032.442.259-85, na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 03 de outubro de 2011 até 01 de dezembro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de setembro de 2011.
EDILBERTO CARLOS FERREIRA
Prefeito Municipal em exercício

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1820/2011

PORTARIA N.º 1.820 DE 27 DE SETEMBRO DE 2011.
Nomeia Servidor Municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 0110, de 03 de março de 2010;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear PRISCILA MACIEL DA SILVA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 056.321.319-12, no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 01 de outubro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de setembro de 2011.
EDILBERTO CARLOS FERREIRA
Prefeito Municipal em exercício

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1821/2011

PORTARIA N.º 1.821 DE 27 DE SETEMBRO DE 2011.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0022 de 03 de agosto de 2011 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, para atender excepcional interesse público, na área da Saúde;
Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, LUCIRENE DA LUZ, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 049.143.819-23, na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 10 de outubro de 2011 até 09 de dezembro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de setembro de 2011.
EDILBERTO CARLOS FERREIRA
Prefeito Municipal em exercício

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Aviso da Tomada de Preços Nº 0002/2011

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 0002/2011 - FMS

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços médicos "Clínica Geral" no âmbito do Pronto Atendimento 24hs. (vinte e quatro horas). Modalidade: Tomada de Preços. Tipo: Menor Preço Global. Prazo de Execução: Novembro de 2011 a Outubro de 2012. Protocolo dos Envelopes: Até às 09:00 horas do dia 17/10/2011. Abertura do Certame: No mesmo dia às 09:15 horas. O Edital poderá ser retirado na Prefeitura Municipal de Fraiburgo, na Av. Rio das Antas, 185. Informações pelo fone (49) 3256-3000-ramais 3023/3039. E-mail: compras@fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 27 de setembro de 2011.
NILCE PINZ
Secretária Municipal de Saúde

Aviso do Pregão Presencial Nº 0122/2011-PMF-RP0057

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0122/2011 - PMF
REGISTRO DE PREÇOS Nº 0057/2011

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisições em contratações

futuras, com pedidos parcelados e eventuais, de tintas e outros materiais para uso do Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo) e dos Órgãos Participantes (FMS, SANEFRAI e FME) durante o período de outubro de 2011 a fevereiro de 2012. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 09:15 horas do dia 14/10/2011. Abertura: Às 09:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 26 de setembro de 2011.
EDILBERTO CARLOS FERREIRA
Prefeito Municipal em Exercício

Aviso do Pregão Presencial Nº 0123/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0123/2011 - PMF

Objeto: aquisição de 01 (um) veículo automotor novo, tipo caminhão rígido, para uso do FUNREBOM deste Município. Julgamento: Menor Preço POR ITEM. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 09:15 horas do dia 10/10/2011. Abertura: Às 09:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 27 de setembro de 2011.
EDILBERTO CARLOS FERREIRA
Prefeito Municipal em Exercício

Extrato do ContratoCT11SF23

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO CONTRATO Nº CT11SF23

Contratada: AMPLA ASSESSORIA E PLANEJAMENTO LTDA EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 09.377.564/0001-12 Objeto: Contratação de empresa do ramo para elaboração do Plano de Saneamento Básico de Fraiburgo, de forma a possibilitar a criação de mecanismos de gestão pública da infraestrutura do município relacionada aos quatro eixos do saneamento básico: abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos e manejo de águas pluviais. Valor Total: R\$ 97.980,00 (noventa e sete mil, novecentos e oitenta reais). Data: 22/09/2011. Vigência: 22/09/2011 a 30/06/2012. PAL nº: 0017/2011-SF. Tomada de Preços nº: 0003/2011 - SF.

Fraiburgo(SC), 27 de setembro de 2011
ADEMIR PEDRO PERIN
Presidente da SANEFRAI

Garopaba

PREFEITURA

Decreto N.º 136/2011

DECRETO N.º 136, DE 27 DE SETEMBRO DE 2011.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO LIMITE DE R\$ 6.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.481 de 08/12/2010 (Orçamento) e demais

legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional especial no limite de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) no Orçamento vigente:

13.01 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS 6.000,00

26782352.052 - Func. e Manut. da Secretaria de Infra-Estrutura 6.000,00

4.4.90.0.1.64.000017 - Aplicações Diretas 3.000,00

4.4.90.0.1.64.000018 - Aplicações Diretas 3.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações do orçamento vigente:

13.01 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS 6.000,00

26782352.052 - Func. e Manut. da Secretaria de Infra-Estrutura 6.000,00

3.3.90.0.1.64.000017 - Aplicações Diretas 3.000,00

3.3.90.0.1.64.000018 - Aplicações Diretas 3.000,00

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 27 de Setembro de 2011.
LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 28/09/2011, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA C. A. VIEIRA
Secretária de Administração

Aviso de Licitação PR102/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 102/2011

O Município de Garopaba torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, para REGISTRO DE PREÇO do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, em conformidade com a Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, para Aquisição de moveis, eletrodomésticos e eletroeletrônicos para atender as secretarias deste município. Os documentos referentes ao CREDENCIAMENTO, e os envelopes nº. 1 - "PROPOSTA" e nº. 2 - "DOCUMENTAÇÃO" deverão ser protocolados no protocolo geral da Prefeitura Municipal de Garopaba, sito a Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, até às 13h25min do dia 10/10/2011.

A sessão se dará a partir das 13h30min do dia 10/10/2011, no endereço acima especificado.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados no site www.garopaba.sc.gov.br.

Garopaba, 26 de setembro de 2011.
LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

Extrato de Ata de Registro de Preço Nº 67/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
AVISO DE EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 67.2011
PMG

Ata nº. 67/2011; Processo nº. 180/2011; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; Contratada: EDENILSON LINDOMAR RODRIGUES ME Objeto: Contratação de empresa para confecção e instalação de estrutura para decoração natalina. Valor: 77.003,00; Data da Assinatura da Ata: 09/09/2011.

Extrato de Ata de Registro de Preço Nº68/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

AVISO DE EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 68.2011 PMG

Ata nº. 68/2011; Processo nº. 182/2011; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; Contratada: ROSIVANIO MATIAS DE SOUZA. Objeto: Registro de Preço para serviço de colocação de grama, do tipo sempre verde ou nativa, com o fornecimento de grama e mão de obra. Valor: 74.000,00; Data da Assinatura da Ata: 09/09/2011.

Gaspar

PREFEITURA

Extrato da Inexigibilidade Nº 137/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Extrato da Inexigibilidade nº 137/2011

Objeto: Inscrição dos servidores Ana Carolina da Costa, Elke Cristine Schramm Moser e Michel Marcelo Longo no curso "Prática de Processo Administrativo Disciplina, Sindicância, Inquérito e Técnicas de Entrevista" nos dias 18, 19, 20 e 21 de outubro de 2011, em São Paulo/SP. Contratado: CONSULTRE CONSULTORIA E TREINAMENTO LTDA (36.003.671/0001-53). Valor total: R\$ 5.552,10 (cinco mil, quinhentos e cinquenta e dois reais e dez centavos). Base legal: artigo 25, "caput" da Lei 8.666/93 e Decisão nº 439/1998 do TCU.

Gaspar (SC), 21 de Setembro de 2011.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

Resumo da Ata de Registro de Preços Nº 29/2011

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 29/2011

Aos dezessete dias do mês de maio do ano de dois mil e onze, no Departamento de Compras, localizado no prédio da Prefeitura de Gaspar, o Município de Gaspar, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial – Registro de Preços nº 63/2011, na Ata de julgamento de preços Homologada em 17/05/2011, RESOLVE registrar os preços das empresas nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir. OBJETO: A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços de areia industrial, conforme especificações constantes no Anexo V do Edital Pregão Presencial nº 63/2011. A licitante registrada para os materiais cotados é a seguinte:

BRITAGEM BARRACÃO LTDA (06.053.093/0001-07)

Item	Unid. medida Material/Serviço	Qtd regis- trada	VI. unit. registrado	VI. total regis- trado
1	M³ Areia Industrial Utilizada para compor cama- da granular de pavimentação executada sobre a sub-base, para assentament de lajotas de concreto. Composta de mistura de materiais britados ou produtos provenientes de britagem, com adição de argila de no máximo 3%. Os materiais destinados à confecção da base devem apre- sentar as seguintes característi- cas: a) quando submetidos aos ensaios: NBR NM 248, NBR NM 52, NBR NM 45, NBR 7218, NBR NM 46, NBR NM 49.	20.000	R\$ 32,70	R\$ 654.000,00

Valor total registrado do Licitante: R\$ 654.000,00

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93. VIGÊNCIA: A presente Ata vigorará a partir da Homologação da Autoridade Competente (17/05/2011), até 31 de dezembro de 2011, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 01 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93. ENTREGA E RECEBIMENTO: Os materiais deverão ser entregues conforme a necessidade da municipalidade, que procederá a solicitação do objeto nas quantidades que julgar necessárias. Após efetuada a solicitação, os materiais deverão ser entregues no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, em horário de expediente, nas condições estipuladas no presente Edital e seus Anexos, em todo o território municipal.

Gaspar, 17 de maio de 2011.

JEFERSON DEBUS

Pregoeiro | Dec. 3.584/2009

Resumo da Ata de Registro de Preços Nº 30/2011

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 30/2011

Aos trinta dias do mês de maio do ano de 2011, no Departamento de Compras, localizado no Prédio da Prefeitura Municipal de Gaspar, o Município de Gaspar, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão – Registro de Preços nº 67/2011, na Ata de julgamento de preços Homologada em 30/05/2011, RESOLVE registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação - Pregão 67/2011 e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir. OBJETO: A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços de serviços de escavação, assentamento de tubos de concreto, recobrimento das tubulações e confecção de caixas coletoras pluviais, conforme especificações constantes no Anexo I - Projeto Básico do Edital Pregão Presencial nº 67/2011. As licitantes registradas para os materiais cotados são as seguintes:

TERRAPLENAGEM E TRANSPORTES CAIBI LTDA (79.390.175/0001-02)

Item	Unid. medida Material/Serviço	Qtd regis- trada	VI. unit. regis- trado	VI. total regis- trado
1	M Serviços de Colocação de Tubos de Concreto com Diâmetro de 1,20m	500	R\$ 155,00	R\$ 77.500,00
3	M Serviços de Colocação de Tubos de Concreto com Diâmetro de 100cm	1.500	R\$ 118,00	R\$ 177.000,00
7	M Serviços de Colocação de Tubos de Concreto com Diâmetro de 60cm	2.000	R\$ 82,00	R\$ 164.000,00
11	M Serviços de Colocação de Tubos de Concreto com Diâmetro de 2m	300	R\$ 255,00	R\$ 76.500,00
13	M Serviços de Colocação de Tubos de PVC estruturado, bobinado elicoildamente de até 100cm a 200cm assentando conforme nor- ma do fabricante de tubos	700	R\$ 122,90	R\$ 86.030,00
14	CX Serviços montagem de caixa coletora pluvial para tubulações de 100cm e 200cm	500	R\$ 400,00	R\$ 200.000,00

Valor total registrado do Licitante: R\$ 781.030,00

TERRAPLANAGEM SCHRAMM LTDA (82.117.086/0001-00)

Item	Unid. medida Material/Serviço	Qtd regis- trada	VI. unit. regis- trado	VI. total regis- trado
10	CX Serviços montagem de caixa coletora pluvial para tubulações de 40cm e 60cm	500	R\$ 186,90	R\$ 93.450,00

Valor total registrado do Licitante: R\$ 93.450,00

CONSTRUMITT PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA ME
(10.177.402/0001-10)

Item	Unid. medida Material/Serviço	Qtd re- gistrada	VI. unit. regis- trado	VI. total regis- trado
4	M Serviços de Colocação de Tubos de Concreto com Diâmetro de 20cm	3.000	R\$ 46,90	R\$ 140.700,00
5	M Serviços de Colocação de Tubos de Concreto com Diâmetro de 30cm	4.000	R\$ 44,00	R\$ 176.000,00
9	CX Serviços montagem de caixa coletora pluvial para tubulações de 20cm e 30cm	500	R\$ 187,00	R\$ 93.500,00

Valor total registrado do Licitante: R\$ 410.200,00

JOÃO PEDRO DA ROCHA ME (73.801.193/0001-53)

Item	Unid. medida Material/Serviço	Qtd regis- trada	VI. unit. regis- trado	VI. total regis- trado
2	M Serviços de Colocação de Tubos de Concreto com Diâmetro de 1,50m	1.000	R\$ 193,00	R\$ 193.000,00
6	M Serviços de Colocação de Tubos de Concreto com Diâmetro de 40cm	4.000	R\$ 38,50	R\$ 154.000,00
8	M Serviços de Colocação de Tubos de Concreto com Diâmetro de 80cm	2.000	R\$ 91,00	R\$ 182.000,00
12	M Serviços de Colocação de Tubos de PVC estruturado, bobinado elicoildamente de até 80 cm assentando conforme nor- ma do fabricante de tubos	700	R\$ 95,35	R\$ 66.745,00

Valor total registrado do Licitante: R\$ 595.745,00

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93. VIGÊNCIA: A presente Ata vigorará a partir da homologação da Autoridade Competente (30/05/2011), até 31 de dezembro de 2011, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 01 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93. EXECUÇÃO E RECEBIMENTO: Os serviços deverão ser prestados conforme Projeto Básico - (Anexo I do Edital). O prazo para emissão da Ordem de Serviço será conforme previsto no Projeto Básico.

Gaspar, 30 de maio de 2011.

JEFERSON DEBUS

Pregoeiro | Dec. 3.584/2009

Resumo da Ata de Registro de Preços Nº 31/2011

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 31/2011

Aos trinta e um dias do mês de junho do ano de 2011, no Departamento de Compras, localizado no Prédio da Prefeitura de Gaspar, o Município de Gaspar, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial – Registro de Preços nº 65/2011, na Ata de julgamento de preços, homologada em 31/05/2011, RESOLVE registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

OBJETO: A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para confecção de materiais gráficos, conforme especificações constantes no Anexo V do Edital Pregão Presencial nº 65/2011. As licitantes registradas para os materiais cotados são as seguintes:

GRÁFICA E EDITORA MORAES LTDA. (02.278.531/0001-76)

Item	Unid. medida Material/Serviço	Qtd regis- trada	VI. unit. regis- trado	VI. total regis- trado
------	----------------------------------	---------------------	---------------------------	---------------------------

91	<p>UNID. Livro de Reserva de Armamento. Capa dura frente/verso (com cartão na parte interna de 3 mm da capa f/v) PVC camurça 0,15 na cor preta, sem impressão na capa, formato 47,5x32,5cm. Miolo formato 47,5x32,5cm - Cor 1x0. Papel sulfite 90g. Acabamento com espiral no lado menor da capa, 100 folhas por livro. Numerado e picotado. A empresa contratada deve fornecer a arte, layout, prova print e fotolitos.</p>	10	R\$ 80,00	R\$ 800,00
----	--	----	-----------	------------

Valor total registrado do Licitante: R\$ 800,00

GRÁFICA EXPRESSÃO LTDA. (06.351.227/0001-68)

Item	Unid. medida Material/Serviço	Qtd registrada	Vi. unit. registrado	Vi. total registrado
16	<p>BL Bloco de Requisição de materiais Capa Frente/Verso: Cartão AG 90g/m². Tamanho 16x21cm, 50 jogos x 2 vias, numerado, gomado e picotado. Papel auto copiativo, cor 1x0. A empresa contratada deve fornecer a arte, layout, prova print e fotolitos.</p>	35	R\$ 3,25	R\$ 113,75
22	<p>MIL Boletim Diário de Atendimento Médico Papel Sulfite Branco 90g/m², impressão em Off-set 1x0 cor, medindo 210x297mm. Folhas soltas. Acabamento: pacote com 250 folhas. Utiliza timbre. A empresa contratada deve fornecer arte, layout, prova print e fotolitos. O material será pedido em lotes de 10 mil peças, modelos diferentes.</p>	200	R\$ 36,10	R\$ 7.220,00

25	<p>MIL Caderneta de Saúde Capa sulfite - plastificada frente 15,3x21,7cm fechada 1x0 cor. Miolo 10 lâminas frente e verso diferentes papel sulfite 75g/m², impressão em off-set 1x1 cor, medindo 15,3x21,7cm aberto. Encadernado vinco/dobra central, grampeada. A empresa contratada deve fornecer arte, layout, prova print e fotolitos. O material será pedido em lotes de 5 mil peças.</p>	20	R\$ 359,00	R\$ 7.180,00
32	<p>MIL Cartão da Criança - Menina Cartolina Branca 180g/m², impressão em Off-set 1x1 cor, 20,5x46cm (aberto). 3 vincos verticais. Acabamento: pacote com 250 unidades. A empresa contratada deve fornecer arte, layout, prova print e fotolitos. O material será pedido em lotes de 5 mil peças.</p>	10	R\$ 69,90	R\$ 699,00
33	<p>MIL Cartão da Criança - Menino Cartolina Branca 180g/m², impressão em Off-set 1x1 cor, 20,5x46cm (aberto). 3 vincos verticais. Acabamento: pacote com 250 unidades. A empresa contratada deve fornecer arte, layout, prova print e fotolitos. O material será pedido em lotes de 5 mil peças.</p>	10	R\$ 69,90	R\$ 699,00
36	<p>MIL Carteira da Gestante Papel sulfite 240g, impressão em off-set 1x1 cor, medindo 23x16cm, vinco/dobra central. A empresa contratada deve fornecer a arte, layout, prova print e fotolitos.</p>	1,5	R\$ 103,00	R\$ 154,50

43	UNID. Convite para Campanhas da Pólio Papel Colchê brilho 170g, impressão em off-set 4x4cores, medindo 11x12cm, com 1 vinco/dobra vertical, 4 modelos diferentes (2.500 unidades cada modelo). A empresa contratada deve fornecer a arte, layout, prova print e fotolitos.	10.000	R\$ 0,06	R\$ 600,00
46	CEM Envelope Tipo Carta Timbrado 11x23 - Prefeitura Municipal de Gaspar Papel Sulfite Branco 75g/m², tamanho 115x230mm (fechado), 4x0 cor. Acabamento: caixa. A empresa contratada deve fornecer arte, layout, prova print e fotolitos.	61	R\$ 9,10	R\$ 555,10
47	CEM Envelope Tipo Carta Timbrado 11x23 - Secretaria de Educação Papel Sulfite Branco 75g/m², tamanho 115x230mm (fechado), 4x0 cor. Acabamento: caixa. A empresa contratada deve fornecer arte, layout, prova print e fotolitos.	30	R\$ 13,00	R\$ 390,00
49	CEM Envelope Tipo Saco Timbrado 25x35 - Correspondência Externa Papel Ouro 90g/m², tamanho 250x350mm (fechado), 1x0 cor. Acabamento: caixa com 250 unidades. A empresa contratada deve fornecer arte, layout, prova print e fotolitos.	267	R\$ 28,30	R\$ 7.556,10
55	MIL Ficha A- Cadastro das Famílias (Sistema de Informação de Atenção Básica) Papel Sulfite Branco 120g/m², impressão em Off-set 1x1 cor, medindo 21x29,7cm. Folhas soltas. Utiliza timbre. Acabamento: pacote com 1.000 folhas. A empresa contratada deve fornecer arte, layout, prova print e fotolitos. O material será pedido em lotes de 5 mil peças.	10	R\$ 40,00	R\$ 400,00

61	MIL Ficha de Acompanhamento da Criança (FAC) Cartolina palha 240g, impressão em off-set 1x1 cor, medindo 30x44cm, vinco/dobra central. A empresa contratada deve fornecer a arte, layout, prova print e fotolitos. O material será pedido em lotes de 5 mil peças.	5	R\$ 170,00	R\$ 850,00
65	MIL Ficha de Atendimento Ambulatorial Papel Sulfite Branco 180g/m², impressão em Off-set 1x1 cor, medindo 21x29,7cm. Folhas soltas. Acabamento: pacote com 500 folhas. A empresa contratada deve fornecer arte, layout, prova print e fotolitos. O material será pedido em lotes de 10 mil peças.	50	R\$ 47,00	R\$ 2.350,00
68	MIL Ficha de Cadastro do Hipertenso e/ ou diabéticos Papel Sulfite Branco 120g/m², impressão em Off-set 1x1 cor, medindo 19x28,2cm. Folhas soltas. Utiliza timbre. Acabamento: pacote com 500 folhas. A empresa contratada deve fornecer arte, layout, prova print e fotolitos. O material será pedido em lotes de 5 mil peças.	20	R\$ 42,90	R\$ 858,00
70	BL Ficha de Referência e Contra Referência Capa Frente/Verso: Cartão AG 110g/m², sem impressão, medindo 19,7x29,7cm. Via 1: Papel Auto Copiativo, impressão em Off-set 1x1 cor, medindo 19,7x29,7cm. Via 2 : Papel Auto Copiativo, impressão em Off-set 1x0 cor, medindo 19,7x29,7cm. Bloco: 50 jogos x 2 vias, gomado, picotado, grampeado. Utiliza timbre. Acabamento: pacote com 100 blocos. A empresa contratada deve fornecer arte, layout, prova print e fotolitos. O material será pedido em lotes de 100 blocos.	1.000	R\$ 5,00	R\$ 5.000,00

94	BL Notificação de Receita Capa Frente/Verso: Cartão AG 110g/m², medindo 15x18,1cm. Via 1: Papel autocopiativo branco, impressão em off-set 1x1 cor, medindo 15x18,1cm. Via 2: Papel autocopia- tivo rosa, impressão em off-set 1x1 cor, medindo 15x18,1cm. Bloco 50 jogos x 2 vias, gomado. A empresa contratada deve fornecer arte, layout, prova print e fotolitos.	1.000	R\$ 3,15	R\$ 3.150,00
96	BL Receituário Controle Especial Capa Frente/Verso: Cartão AG 110g/m², sem impres- são, medindo 15x18,1cm. Via 1: Papel Autocopiativo Branco, impressão em Off-set 1x0 cor, medindo 15x18,1cm. Via 2: Papel Autocopiativo cor Rosa, impressão em Off-set 1x0 cor, medindo 15x18,1cm. Bloco: 50 jogos x 2 vias, gomado, picotado, gram- peado. Acabamento: com 100 blocos. A empresa contratada deve fornecer arte, layout, prova print e fotolitos. O material será pedido em lotes de 100 blocos.	500	R\$ 3,05	R\$ 1.525,00
97	BL Receituário Médico Capa Frente/Verso: Cartão AG 110g/m², sem impres- são, medindo 15x18,1cm. Via 1: Papel autocopiativo branco, impressão em off-set 1x0 cor, medindo 15x18,1cm. Via 2: Papel autocopiativo branco, impressão em off-set 1x0 cor, medindo 15x18,1cm. Bloco: 50x2 vias, gomado, picotado, grampeado. A empresa contratada deve fornecer arte, layout, prova print e fotolitos. O material será pedido em lotes de 100 blocos.	900	R\$ 2,75	R\$ 2.475,00

100	BL Requisição de Combustível Timbrada Capa Frente/Verso: Cartão AG 90g/m². Miolo: Papel autocopiativo, tamanho 80x175mm, com 1x0 cor, picotada. Bloco: 50 jogos x 3 vias gomado, grampeado, numerado. A empresa contratada deve fornecer arte, layout, prova print e fotolitos.	200	R\$ 1,80	R\$ 360,00
101	MIL Requisição de Exame Citopatológico - Colo do Útero Papel Sulfite Branco 120g/ m², impressão em Off- set 1x1 cor, medindo 21x29,7cm. Folhas soltas. Acabamen- to: pacote com 500 folhas. A empresa contratada deve fornecer arte, layout, prova print e fotolitos. O material será pedido em lotes de 5 mil peças.	20	R\$ 40,00	R\$ 800,00
103	MIL Requisição de Sorologia para HIV Papel Sulfite Branco 90g/m², impressão em Off-set 1x1 cor, medindo 21x29,7cm. Folhas soltas. Acabamen- to: pacote com 100 folhas. A empresa contratada deve fornecer arte, layout, prova print e fotolitos.	6	R\$ 16,40	R\$ 98,40
104	BL Requisição/ Resultado de Exame do SUS Capa Frente/Verso: Cartão AG 90g/m², sem impressão, medindo 15,5x20,5cm. Via 1: Papel Sulfite Branco 75g/m², impressão em Off-set 2x0 cor, medindo 15,5x20,5cm. Bloco: 100 jogos x 1via, gomado. Acabamento: pacote com 200 blocos. A empresa contratada deve fornecer arte, layout, prova print e fotolitos. O material será pedido em lotes de 500 blocos.	5.000	R\$ 0,89	R\$ 4.450,00

Valor total registrado do licitante: R\$ 47.483,85

HORIZONTE GRÁFICA E EDITORA LTDA. (83.614.651/0001-07)

Item	Unid. medida Material/Serviço	Qtd regis- trada	VI. unit. regis- trado	VI. total regis- trado
------	----------------------------------	---------------------	---------------------------	---------------------------

1	UNID. Adesivo de Papel " Etiqueta para Identificação de Armadilha" Papel Branco Autoadesivo Fosco 180g/m², impressão em Off-set 2x0 cor, medindo 184x53mm. Com meio corte. A empresa contratada deve fornecer arte, layout, prova print e fotolitos.	400	R\$ 0,28	R\$ 112,00
7	BL Auto de Constatação de Integridade Corporal - ACIC Capa Frente: Cartolina Amarela 180g/m², impressão em Off-set 1x0 cor, numerada, medindo 215x320mm. Via 1: Papel Autocopiativo Branco, impressão em Off-set 3x0 cor, picotada, numerada, medindo 215x320mm. Via 2: Papel Autocopiativo Cor, impressão em Off-set 3x0 cor, picotada, numerada, medindo 215x320mm. Capa Verso: Cartolina Amarela 180g/m², sem impressão, medindo 215x320mm. Bloco: 50x2, gomado, grampeado, intercalado, acabamento, pacote. Utiliza timbre.	50	R\$ 7,60	R\$ 380,00
11	BL Auto de Vistoria - Polícia Civil Capa frente/verso: Cartão AG 110g/m², tamanho 160x234mm, sem impressão. Via única: Papel Sulfite Branco 63g/m², tamanho 160x234mm, com impressão em off-set 1x0 cor, numerada. Bloco: 50x1, gomado, grampeado, acabamento, pacote.	200	R\$ 1,25	R\$ 250,00
17	BL Bloco Formulário de Boletim de Ocorrência. Capa formato 21x29,7cm - Cartão AG 90g/m². Miolo formato 21x29,7cm - cor 1x1. Papel Sulfite 75g. Acabamento bloqueado. 25 jogos x 2 vias. Colado. A empresa contratada deve fornecer a arte, layout, prova print e fotolitos.	25	R\$ 3,80	R\$ 95,00
19	BL Bloco Requisição de Pães Capa formato 7,6x10,5cm - papel Cartão AG 90g/m². Miolo formato 7,6x10,5cm - Cor 1x0. Papel autocopiativo. Acabamento bloqueado: 50 jogos x 2 vias. Numerado, picote. A empresa contratada deve fornecer a arte, layout, prova print e fotolitos.	25	R\$ 2,20	R\$ 55,00
42	BL Controle de Remessa de Imunobiológico e Outros Materiais Capa Frente/Verso: Cartão AG 110g/m². Via 1: Papel Autocopiativo branco, impressão em Off-Set 1x0 cor, medindo 21x29,7cm. Via 2: Papel Autocopiativo rosa, impressão em Off-Set 1x0 cor, medindo 21x29,7cm. Blocos: 50 jogos x 2 vias, gomado, picotado e grampeado. A empresa contratada deve fornecer a arte, layout, prova print e fotolitos.	20	R\$ 8,90	R\$ 178,00
44	UNID. Envelope Branco Padrão com Brasão do Estado Cor 1x0; com fotolito. Tamanho 25x35cm fechado. Papel offset 150g (alta resistência), corte especial, impresso aberto 53x42,5cm. Acabamento: colado, caixa com 250 envelopes. A empresa contratada deve fornecer a arte, layout, prova print e fotolitos.	1.000	R\$ 0,33	R\$ 330,00
53	FL FAD 03 - Vigilância Entomológica Papel Sulfite Branco 90g/m², impressão em Off-set 1x1 cor, medindo 20,6x29,7cm. Acabamento: pacote com 250 folhas. A empresa contratada deve fornecer arte, layout, prova print e fotolitos.	5.000	R\$ 0,02	R\$ 100,00

60	BL Ficha de Abordagem Capa formato 21x31cm - Cartão AG 90g/m ² . Miolo formato 21x31cm - Cor 1x0. Papel Sulfite 75g. Acabamento blo- cado: 25 jogos x 2 vias. Picotado e grampeado. A empresa contratada deve fornecer a arte, layout, prova print e fotolitos.	10	R\$ 7,20	R\$ 72,00
84	BL Formulário de Solicitação e Procedimentos de Auto Custo - APAC Capa Frente/Verso: Cartão AG 110 g/m ² , sem impressão, medindo 21x29,7cm. Via 1: Papel sulfite 90g, impressão em Off-set 1x1 cor, medindo 21x29,7cm. Via 2: Papel sulfite 90g, impressão em Off-set 1x1 cor, medindo 21x29,7cm. Bloco: 50x2 vias, goma- do, picotado, grampeado. Acabamento, pacote. A empresa contratada deve fornecer a arte, layout, prova print e fotolitos.	20	R\$ 8,69	R\$ 173,80
85	BL Formulário Fiscaliza- ção Auto de Infração Timbrado Capa Frente/Verso: Cartão AG 110g/m ² , tamanho 21x29,7cm Papel auto copiativo, tamanho 21x29,7cm, cor 1x0. 25 jogos x 2 vias, nume- rado, gomado e picotado. A empresa contratada deve fornecer a arte, layout, prova print e fotolitos.	13	R\$ 7,51	R\$ 97,63

Valor total registrado do Licitante: R\$ 1.843,43

ALBGRAF FORMULÁRIOS CONTÍNUOS LTDA (05.665.084/0001-04)

Item	Unid. medida Material/Serviço	Qtd re- gistrada	Vi. unit. regis- trado	Vi. total regis- trado
------	----------------------------------	---------------------	---------------------------	---------------------------

10	BL Auto de Retirada de Circulação e Depósito de Veículos e/ou Documentos Capa Cartão AG 90g/m ² . Miolo formato 16x28cm. Cor 1x1. Papel autocopia- tivo. Acabamento bloqueado, 25 jogos x 4 vias. Picote, grampo e colado. A empresa contratada deve fornecer a arte, layout, prova print e fotolitos.	120	R\$ 5,00	R\$ 600,00
18	BL Bloco Ordem de Serviço de Oficina Capa Frente/Verso: Cartão AG 90g/m ² , tamanho 20,5x26cm. Bloco 50 jogos x 3 vias, autocopiático, cor 1x0, picotado, numerado. A empresa deve fornecer a arte, layout, prova print e fotolitos.	138	R\$ 6,10	R\$ 841,80
40	BL Continuação dos envolvi- dos de B.O.	25	R\$ 7,90	R\$ 197,50
63	MIL Ficha de Acompanhamen- to do Hipertenso e/ou Diabético Papel Sulfite Branco 120g/m ² , impressão em Off-set 1x1 cor, medindo 21x29,7mm. Folhas soltas. Utiliza tim- bre. Acabamento: pacote com 250 folhas. A empresa contratada deve fornecer arte, layout, prova print e fotolitos.	20	R\$ 53,00	R\$ 1.060,00
66	BL Ficha de Atendimento Pré- Hospitalar Capa Frente/Verso: AG 110g/m ² , medindo 21x31cm. Miolo: tamanho 21x31cm, papel autocopiático, im- pressão em off-set 1x0 cor. Acabamento bloqueado 50 jogos x 2 vias, gomado, grampeado. A empresa contratada deve fornecer a arte, layout, prova print e fotolitos.	100	R\$ 5,95	R\$ 595,00

72	MIL Ficha de Registro do CAR-Centro de Acolhimento de Risco Papel Sulfite Branco 120g/m², impressão em Off-set 1x1 cor, medindo 21x29,7cm. Folhas soltas. Utiliza timbre. Acabamento: pacote com 500 folhas. A empresa contratada deve fornecer arte, layout, prova print e fotolitos.	20	R\$ 45,00	R\$ 900,00
89	BL Laudo Médico / Tratamento fora do domicílio para dentro do estado Capa Frente/Verso: Cartão AG 110g/m², medindo 21x29,7 cm. Via 1: Papel Autocopiativo Branco, impressão em Off-set 1x1 cor, medindo 21x29,7 cm. Via 2: Papel Autocopiativo Branco, impressão em Off-set 1x1 cor, medindo 21x29,7 cm. Bloco: 50 jogos x 2 vias, gomado. Acabamento: pacote com 20 blocos. A empresa contratada deve fornecer arte, layout, prova print e fotolitos.	100	R\$ 6,20	R\$ 620,00
90	BL Laudo Médico/Tratamento Fora Domicílio para Fora do Estado Capa Frente/Verso: Cartão AG 110g/m², medindo 21x29,7cm. Via 1: Papel Autocopiativo Branco, impressão em Off-set 1x1 cor, medindo 21x29,7cm. Via 2: Papel Autocopiativo Branco, impressão em Off-set 1x1 cor, medindo 21x29,7cm. Bloco: 50x2 vias, gomado, grampeado, picotado. Acabamento: pacote com 20 blocos. A empresa contratada deve fornecer arte, layout, prova print e fotolitos.	100	R\$ 6,70	R\$ 670,00

6	BL Auto de constatação de embriaguez Capa formato 21x 29cm, Cartão AG 90g/m². Miolo formato 21x29cm - Cor 1x0. Papel autocopiativo. Acabamento bloqueado, 20 jogos x 3 vias. Acabamento, picote, grampo, numerado, colado e embalado. A empresa contratada deve fornecer a arte, layout, prova print e fotolitos.	27	R\$ 6,88	R\$ 185,76
9	BL Auto de Resistência a Prisão Capa Frente: Cartolina Amarela 90g/m², impressão em Off-set 0x0 cor, medindo 210x292mm. Via Única: Papel Sulfite Branco 75g/m², impressão em Off-set 1x0 cor, medindo 210x292mm. Capa Verso: Cartolina Amarela 90g/m², impressão em Off-set 0x0 cor, medindo 210x292mm. Bloco: 50x1, gomado, grampeado, acabamento, pacote.	50	R\$ 2,57	R\$ 128,50
12	BL Autorização para entrar em Residência Capa Frente: Cartolina Amarela 180g/m², impressão em Off-set 1x0 cor, medindo 215x320mm. Via 1: Papel Autocopiativo Branco, impressão em Off-set 2x0 cor, picotada, numerada, medindo 215x320mm. Via 2: Papel Autocopiativo Branco, impressão em Off-set 2x0 cor, fixa, numerada, medindo 215x320mm. Capa Verso: Cartolina Amarela 180g/m², sem impressão, medindo 215x320mm. Bloco: 50x2, gomado, grampeado, intercalado, acabamento, pacote.	25	R\$ 10,88	R\$ 272,00

Valor total registrado do Licitante: R\$ 5.484,30

GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA ME (78.218.187/0001-91)

Item	Unid. medida Material/Serviço	Qtd re- gistrada	VI. unit. regis- trado	VI. total regis- trado
------	----------------------------------	---------------------	---------------------------	---------------------------

20	BL Bloco Termo de Dispensa do BOAT Capa formato 17x26cm - Cartão AG 90g/m². Miolo formato 17x26cm - Cor 1x0. Papel Autocopiativo. Acabamento bloqueado: 20 jogos x 3 vias. Acabamento numerado e gomado. A empresa contratada deve fornecer a arte, layout, prova print e fotolitos.	25	R\$ 6,74	R\$ 168,50
24	BL Cadastro de Médico e Paciente-Dive Gaspar/SC Capa frente/verso: papel AG 110g/m², sem impressão. Via 1: Papel Autocopiativo Branco, impressão em Off-set 1x0 cor, medindo 17x27cm Via 2: Papel Autocopiativo Branco, impressão em Off-set 1x0 cor, medindo 17x27cm Bloco: 50 jogos x 2 vias - acabamento: picote, gomado e grampo. A empresa contratada deve fornecer arte, layout, prova print e fotolitos.	20	R\$ 7,90	R\$ 158,00
30	MIL Capa de Processo Padrão - SIAED Cartolina Amarela 180g/m², impressão em Off-set 1x0 cor, medindo 328x456mm. (aberto) Vincos central, acabamento, pacote. Utiliza timbre.	1	R\$ 348,00	R\$ 348,00
34	MIL Cartão de Vacinação contra Raiva Papel sulfite 240g, impressão em off-set 1x1 cor, medindo 10x14cm. A empresa contratada deve fornecer a arte, layout, prova print e fotolitos.	1	R\$ 87,00	R\$ 87,00
37	UNID. Comprovante de Moradia Papel sulfite 180g, impressão em off-set 1x1 cor, medindo 10x15cm. A empresa contratada deve fornecer a arte, layout, prova print e fotolitos.	5.000	R\$ 0,02	R\$ 100,00

38	BL Consumo de Combustíveis Capa frente/verso: Cartão AG 110g/m², tamanho 80x185mm, sem impressão, numerada (frente). Via 1: Papel Copiativo Branco 63g/m², tamanho 80x185mm, com impressão em off-set 1x0 cor, picotada, numerada. Via 2: Papel Copiativo Cor 63g/m², tamanho 80x185mm, com impressão em off-set 1x0 cor, picotada, numerada. Via 3: Papel Copiativo Cor 63g/m², tamanho 80x185mm, com impressão em off-set 1x0 cor, fixa, numerada. Bloco: 50x3, gomado, grampeado, intercalado, acabamento, pacote.	10	R\$ 9,54	R\$ 95,40
41	MIL Controle de frequência individual de saúde mental Papel sulfite branco 120g/m², impressão em Off-set 1x0 cor, medindo 21x29,7cm. Folhas soltas. Acabamento: pacote com 500 folhas. A empresa contratada deve fornecer arte, layout, prova print e fotolitos.	2	R\$ 78,80	R\$ 157,60
51	UNID. Etiquetas- Controle Imunos Especiais Etiquetas auto-adesivas fosco, impressão em off-set 1x0 cor, medindo 11x3cm, com semi corte. A empresa contratada deve fornecer a arte, layout, prova print e fotolitos. O material será pedido em lotes de 5 mil peças.	10.000	R\$ 0,02	R\$ 200,00
64	MIL Ficha de Anamnese Odontológica Papel Sulfite 120g /m², impressão em Off-set 1x1 cor, medindo 21x29,7cm. Acabamento: pacote com 500 folhas. A empresa contratada deve fornecer arte, layout, prova print e fotolitos.	5	R\$ 53,90	R\$ 269,50

69	MIL Ficha de Notificação/Investigação AIDS Papel Sulfite Branco 120g/m², impressão em Off-set 1x1 cor, medindo 21x29,7cm. Folhas soltas, utiliza timbre. Acabamento: pacote com 100 folhas. A empresa contratada deve fornecer arte, layout, prova print e fotolitos.	5	R\$ 53,00	R\$ 265,00
77	MIL Ficha PMA2 - Relatório de Produção e de Marcadores para Avaliação Papel sulfite 120g/m², impressão em off-set 1x1 cor, medindo 21x29,7cm. A empresa contratada deve fornecer arte, layout, prova print e fotolitos. O material será pedido em lotes de 5 mil peças.	5	R\$ 50,00	R\$ 250,00
78	MIL Ficha - Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional Papel sulfite 120g/m², impressão em off-set 1x1 cor, medindo 21x29,7cm. A empresa contratada deve fornecer arte, layout, prova print e fotolitos.	5	R\$ 50,00	R\$ 250,00
79	MIL Ficha SSA2 - Relatório da Situação de Saúde e Acompanhamento das Famílias na Área/Equipe Papel sulfite 120g, impressão off-set 1x1 cor, medindo 21x29,7cm. A empresa contratada deve fornecer a arte, layout, prova print e fotolitos.	5	R\$ 50,00	R\$ 250,00
83	BL Formulário de Serviços Patrulha Mecanizada Capa Frente: Cartão AG 110g/m², impressão 1x0 cor, medindo 185x230mm; Via 1: Papel autocopiativo branco, impressão em off-set 1x0 cor, picotada, medindo 185x230mm; Via 2: Papel Jornal autocopiativo, impressão off-set 1x0 cor, medindo 185x230mm; Capa Verso: Cartão AG 110g/m², sem impressão, medindo 185x230mm; Bloco 50x2 vias Impressão em OFF-SET, intercalado, gomado, grampeado, acabamento, pacote. Utiliza Timbre.	10	R\$ 11,90	R\$ 119,00

88	BL Laudo de Exigências Capa Frente/Verso: AG 90g/m², medindo 21x31cm. Miolo: tamanho 21x31cm, papel autocopiativo cor impressão 1x0. Bloco 50 jogos x 2 vias, gomado, grampeado. Acabamento: pacote. A empresa contratada deve fornecer a arte, layout, prova print e fotolitos.	30	R\$ 8,00	R\$ 240,00
93	BL Memorando Timbrado - Solicitação de Material/ Serviço Capa frente/verso: Cartão AG 90g/m². Miolo: Papel Autocopiativo Branco, 1x0 cor, picotada, medindo 18x21,7cm. Bloco: 50 jogos x 2 vias, intercalado, gomado, grampeado, numerado. Acabamento: pacote. A empresa contratada deve fornecer arte, layout, prova print e fotolitos.	450	R\$ 4,90	R\$ 2.205,00
102	BL Requisição de mamografia Capa Frente/Verso: Cartão AG 110g/m², sem impressão, medindo 15x18,1cm. Via 1: Papel Sulfite Branco 90g/m², impressão em Off-set 1x1 cor, medindo 15x18,1cm. Bloco 100 jogos x 1 via, gomado. A empresa contratada deve fornecer a arte, layout, prova print e fotolito.	100	R\$ 2,55	R\$ 255,00

Valor total registrado do Licitante: R\$ 6.004,26

EDITORA PROGRESSIVA LTDA (04.772.585/0001-19)

Item	Unid. medida Material/Serviço	Qtd re- gistrada	VI. unit. regis- trado	VI. total regis- trado
------	----------------------------------	---------------------	---------------------------	---------------------------

14	BL Bloco AIT Capa de papel off-set 240g cor de impressão 1x0 tamanho 11,8x63,5 com 5 vincos. (capa maior que o miolo para que seja usado como proteção das próximas vias na hora da escrita, miolo formato 11,5x20,5cm em papel auto copiativo 3 vias e 50 jogos cor 1x0 . Acabamento bloqueado, numerado, grampeado e picotado. A empresa contratada deve fornecer a arte, layout, prova print e fotolitos.	300	R\$ 4,20	R\$ 1.260,00
26	MIL Caderneta de Vacinação da Criança Papel sulfite 240g, impressão em off-set 1x1 cor, medindo 13x22cm, vinco/ dobra central. A empresa contratada deve fornecer a arte, layout, prova print e fotolitos. O material será pedido em lotes de 1 mil peças	4	R\$ 60,00	R\$ 240,00
29	MIL Capa de Processo Padrão - DITRAN Cartolina Azul 180g/m², impressão em Off-set 1x0 cor, medindo 328x456mm. Vinho central, acabamento, pacote. Utiliza timbre. Acabamento com vinco + corte especial. A empresa contratada deve fornecer a arte, layout, prova print e fotolitos.	3	R\$ 270,00	R\$ 810,00
75	MIL Ficha para solicitação dos testes sorológicos hepatites virais Papel Sulfite Branco 120g/m², impressão em Off-set 1x1 cor, medindo 21x29,7cm. Folhas soltas. Acabamento: pacote, com 100 folhas. A empresa contratada deve fornecer arte, layout, prova print e fotolitos. O material será pedido em lotes de 5 mil peças.	10	R\$ 43,00	R\$ 430,00

82	BL Formulário de BOAT Capa formato 21 x 29,7cm- Cartão AG 90g/m ² . Miolo formato 21x 29,7cm - Cor 1x1. Papel Sulfite 75 g. (Quatro chapas diferentes). Acabamento bloqueado: 25 jogos x 2 vias. A empresa contratada deve fornecer arte, layout, prova print e fotolitos.	100	R\$ 2,68	R\$ 268,00
86	MIL Histórico de Consulta de Enfermagem Papel Sulfite Branco 120g/m², impressão em Off-set 1x1 cor, 21x29,7cm. Folhas soltas. Acabamento: pacote com 500 folhas. A empresa contratada deve fornecer arte, layout, prova print e fotolitos.	5	R\$ 49,00	R\$ 245,00
87	MIL Impressão e Confecção de Folder Papel Couché Brilho 170g/m², impressão em Off-set 4x4 cor, medindo 20x31 cm (aberto), com 2 vincos/ dobra. A empresa contratada deve fornecer arte, layout, prova print e fotolitos. O material será pedido em lotes de 5 mil peças, modelos diferentes.	20	R\$ 100,00	R\$ 2.000,00

Valor total registrado do Licitante: R\$ 5.253,00

SELO SOLUÇÕES GRÁFICAS LTDA - ME (13.221.960/0001-23)

Item	Unid. medida	Qtd registrada	VI. unit. registrado	VI. total registrado
	Material/Serviço			

3	<p>UNID. Agenda Capa dura. Acabamento: wire-o prata. Miolo 212 páginas, 14x21cm, 1 cor, tinta preta, em off-set 63g. + encarte com 24 páginas (distribuídas antes de cada mês), 14x21cm, 2 cores (preto e vermelho), em couche liso, 90g; Sinopse: ma obra que possui características de um livro, com dicas de segurança e de convivência no trânsito e características de uma agenda, ou seja, indicação de datas nas páginas, com espaço para anotações diárias. Em cada página da obra já sugestões relacionadas à segurança no trânsito, aos cuidados com o veículo e à prática de valores positivos. Entre as páginas há também a relação de atitudes incorretas no trânsito, que podem resultar em penalidades, ou seja, em prejuízo econômico, pessoal, social ou moral. Essas orientações estão ilustradas com paródias educativas. Ao final foram inseridas tabelas que servirão para controle e manutenção do veículo.</p>	1.000	R\$ 7,74	R\$ 7.740,00
27	<p>MIL Capa de Processo Padrão - Administração Cartolina Azul 180g/m², impressão em Off-set 1x0 cor, medindo 328x456mm (aberto). Vincos central, acabamento, pacote. Utiliza timbre.</p>	1	R\$ 300,00	R\$ 300,00
28	<p>MIL Capa de Processo Padrão - Deficiente Físico e Idoso Cartolina Azul 180g/m², impressão em Off-set 1x0 cor, medindo 328x456mm. Vincos central, acabamento, pacote. Utiliza timbre. Acabamento com vincos + corte especial. A empresa contratada deve fornecer a arte, layout, prova print e fotolitos.</p>	1	R\$ 300,00	R\$ 300,00

4	<p>BL AIH - Laudo para solicitação de autorização de internação hospitalar Capa frente/verso AG 110g, sem impressão, medindo 21x29,7cm. Via 1: Papel autocopiativo branco, impressão em off-set 1x1 cor, medindo 21x29,7cm. Via 2: Papel autocopiativo branco, impressão em off-set 1x1 cor, medindo 21x29,7cm. Blocos 50 jogos x2 vias, gomado, picotado, grampeado. A empresa contratada deve fornecer a arte, layout, prova print e fotolitos.</p>	20	R\$ 8,50	R\$ 170,00
5	<p>BL Atestado Médico Capa frente/verso: Cartão AG 110g sem impressão, medindo 14,5x21 cm. Via 1: Papel 75g impressão em off-set 1x0 cor bloco com 100 folhas, gomado. O material será pedido em lote de blocos. A empresa contratada deve fornecer a arte, layout, prova print e fotolitos. O material será pedido em lotes de 100 blocos.</p>	500	R\$ 0,90	R\$ 450,00
8	<p>BL Auto de Infração - PROCON Capa Frente/Verso: Cartão AG 110g/m². Papel auto copiativo, tamanho 21x29,7cm, cor 1x0. 50 jogos x 3 vias, numerado, gomado e picotado. A empresa contratada deve fornecer a arte, layout, prova print e fotolitos.</p>	10	R\$ 11,70	R\$ 117,00

Valor total registrado do Licitante: R\$ 8.340,00

GRÁFICA E EDITORA ADOUMI LTDA - ME (10.906.466/0001-04)

Item	Unid. medida Material/Serviço	Qtd registrada	VI. unit. registrado	VI. total registrado
------	----------------------------------	----------------	----------------------	----------------------

23	UNID. Boletim Diário de Doses Aplicadas Livretos medindo 30x22cm fechado e 30x44cm aberto. Capa papel sulfite 240g, plastificada frente, impressão em off-set 3x1 cor. Miolo sulfite 180g, 3 lâminas, impressão em off-set 1x1 cor, medindo 30x44cm aberto, vinco/dobra central, 2 grampos, corte especial no rodapé para visualização de páginas e identificação das vacinas. A empresa contratada deve fornecer a arte, layout, prova print e fotolitos.	200	R\$ 2,60	R\$ 520,00
31	UNID. Capas de Bo's (AT, COP, TC e Outros) Tamanho: 22x 31,7cm fechado, cor 4x0, papel couche 230g. Acabamento com vinco + corte especial. A empresa contratada deve fornecer a arte, layout, prova print e fotolitos.	1.000	R\$ 0,30	R\$ 300,00
35	MIL Cartão do Diabético/Hipertenso Cartolina Branca 150g/m², impressão em Off-set 1x1 cor, medindo 11,5x29cm. Vinco e dobra central. Acabamento: pacote com 500 cartões. A empresa contratada deve fornecer arte, layout, prova print e fotolitos.	10	R\$ 30,00	R\$ 300,00
39	BL Continuação do Histórico de B.O	25	R\$ 7,00	R\$ 175,00
54	FL FAD 07- Resumo Semanal do Serviço Antiveterial Papel Sulfite Branco 90g/m², impressão em Off-set 1x1 cor, medindo 21x29,7 mm. Acabamento: pacote com 250 folhas. A empresa contratada deve fornecer arte, layout, prova print e fotolitos.	1.000	R\$ 0,07	R\$ 70,00

56	MIL Ficha Adontológica Cadastro de Tratamento de Saúde Bucal Papel sulfite 180g/m², impressão em off-set 1x1 cor, medindo 20,5x29,7cm. A empresa contratada deve fornecer arte, layout, prova print e fotolitos.	2	R\$ 75,00	R\$ 150,00
57	MIL Ficha B-Dia Ficha de Acompanhamento de diabéticos Papel Sulfite branco 120g/m², impressão em Off-set 1x1 cor, medindo 21x29,7cm. Folhas soltas. Utiliza timbre. Acabamento: pacote com 250 folhas. A empresa contratada deve fornecer arte, layout, prova print e fotolitos.	10	R\$ 39,00	R\$ 390,00
58	MIL Ficha B - GES - Acompanhamento de Gestantes Papel Sulfite Branco 120g/m², impressão em Off-set 1x1 cor, medindo 21x29,7cm. Acabamento: pacote com 500 folhas. Utiliza timbre. Folhas soltas. A empresa contratada deve fornecer arte, layout, prova print e fotolitos.	5	R\$ 43,00	R\$ 215,00
59	MIL Ficha Centro de Testagem e Aconselhamento Papel Sulfite Branco 120g/m², impressão em Off-set 1x1 cor, 21x29,7cm. Folhas soltas. Acabamento: pacote com 500 folhas. A empresa contratada deve fornecer arte, layout, prova print e fotolitos.	6	R\$ 43,00	R\$ 258,00
62	MIL Ficha de Acompanhamento de Hipertensos Papel Sulfite Branco 120g/m², impressão em Off-set 1x1 cor, medindo 21x29,7cm. Folhas soltas. Utiliza timbre. Acabamento: pacote com 500 folhas. A empresa contratada deve fornecer arte, layout, prova print e fotolitos. O material será pedido em lotes de 5 mil peças.	10	R\$ 40,00	R\$ 400,00

71	MIL Ficha de Registro Diário dos Atendimentos das Gestantes no SISPRENATAL Papel Sulfite Branco 120 g/m², impressão em Off-set 1x1 cor, medindo 21x29,7cm. Folhas soltas, utiliza timbre. Acabamento: pacote com 500 folhas. A empresa contratada deve fornecer arte, layout, prova print e fotolitos. O material será pedido em lotes de 5 mil peças.	2	R\$ 50,00	R\$ 100,00
73	MIL Ficha D - Registro de Atividades, Procedimentos e Notificações Papel Sulfite Branco 120g/m², impressão em Off-set 1x1 cor, medindo 21x29,7cm. Acabamento: pacote com 500 folhas. Utiliza timbre. Folhas soltas. A empresa contratada deve fornecer arte, layout, prova print e fotolitos.	5	R\$ 44,00	R\$ 220,00
74	MIL Ficha Exames Imunológicos Papel Sulfite Branco 120g/m², impressão em Off-set 1x1 cor, medindo 21 x29,7 mm. Folhas soltas. Utiliza timbre. Acabamento: pacote com 100 folhas. A empresa contratada deve fornecer arte, layout, prova print e fotolitos. O material será pedido em lotes de 5 mil peças.	10	R\$ 44,00	R\$ 440,00
76	MIL Ficha para tratamento de acidentado Papel Sulfite Branco 180g/m², impressão em Off-set 1x1 cor, medindo 20,4x28,7cm. Folhas soltas. Utiliza timbre. Acabamento: pacote com 500 folhas. A empresa contratada deve fornecer arte, layout, prova print e fotolitos.	2	R\$ 60,00	R\$ 120,00

80	MIL Flyer Papel colchê brilho 170g, impressão em off-set 4x4 cor, medindo 10x21cm. A empresa contratada deve fornecer a arte, layout, prova print e fotolitos. O material será pedido em lotes de 5 mil peças, modelos diferentes.	50	R\$ 50,00	R\$ 2.500,00
81	MIL Flyer Papel colchê brilho 115g, impressão em off-set 4x2 cor, medindo 15x21cm. A empresa contratada deve fornecer a arte, layout, prova print e fotolitos. O material será pedido em lotes de 5 mil peças, modelos diferentes.	20	R\$ 49,00	R\$ 980,00
98	BL Relatório de Vistoria Capa Frente/Verso: AG 90g/m², medindo 21x31cm. Miolo: tamanho 21x31cm, papel autocopiativo cor impressão 1x0. Bloco 50 jogos x 2 vias, gomado, grampeado. Acabamento: pacote. A empresa contratada deve fornecer a arte, layout, prova print e fotolitos.	30	R\$ 8,00	R\$ 240,00
99	BL Requisição de Combustível Timbrada Capa Frente/Verso: Cartão AG 90g/m². Miolo: Papel Autocopiativo, tamanho 80x175mm, com 1x0 cor, picotada. Bloco: 50 jogos x 2 vias, gomado, grampeado, numerado. A empresa contratada deve fornecer arte, layout, prova print e fotolitos.	3	R\$ 9,90	R\$ 29,70

Valor total registrado do Licitante: R\$ 8.144,70

GRÁFICA E EDITORA J GRAF LTDA (07.572.693/0001-36)

Item	Unid. medida Material/Serviço	Qtd re- gistrada	VI. unit. regis- trado	VI. total regis- trado
------	----------------------------------	---------------------	---------------------------	---------------------------

13	BL Bacteriologia da Tuberculose Capa frente e verso Ag 110g, sem impressão, medindo 15x20cm. Via 1: papel autocopiativo branco, impressão em off-set 1x0 cor, medindo 15x20cm. Via 2: papel autocopiativo branco, impressão em off-set 1x0 cor, medindo 15x20cm. Blocos 50x2 vias, gomado, picotado, grampeado. A empresa contratada deve fornecer a arte, layout, prova print e e fotolitos.	50	R\$ 4,79	R\$ 239,50
15	BL Bloco de Orientação - Corpo de Bombeiros Capa frente e verso: AG 90g/m², medindo 21x31cm. Miolo: tamanho 21x31cm, cor impressão 1x0. Bloco 100 folhas picotadas na linha pontilhada, gomado, grampeado. Acabamento: pacote. A empresa contratada deve fornecer a arte, layout, prova print e fotolitos.	30	R\$ 5,00	R\$ 150,00
21	BL Bloco Vale Auxílio Cidadão Capa Frente/Verso: Cartão AG 90g/m², tamanho 10,3x15,5mm. Bloco: 50 jogos x 3 vias, autocopiativo, cor 1x0, picotado, intercalado, grampeado e numerado. Acabamento: pacote com 10 (dez) blocos.	100	R\$ 3,94	R\$ 394,00
45	MIL Envelope timbrado tipo saco 162 x 229mm Papel Sulfite branco 110g/m², impressão em Off-set 4x0 cor, medindo 162 x 229mm (fechado). Timbrado. Acabamento: caixa com 500 envelopes. A empresa contratada deve fornecer arte, layout, prova print e fotolitos.	11	R\$ 144,00	R\$ 1.584,00

48	CEM Envelope Tipo Carta Timbrado 11x23 Secretaria Municipal de Saúde Papel Sulfite Branco 75g/m², impressão em Off-Set 1x0 cor, timbre, medindo 11x23cm (fechado). Acabamento: caixa. A empresa contratada deve fornecer arte, layout, prova print e fotolitos.	50	R\$ 6,00	R\$ 300,00
52	FL FAD 01 - Resumo Diário do Serviço Antivetorial Papel Sulfite Branco 90 g/m², impressão em Off-set 1x1 cor, medindo 21x29,4cm. Acabamento: pacote com 250 folhas. A empresa contratada deve fornecer arte, layout, prova print e fotolitos.	1.000	R\$ 0,06	R\$ 60,00
67	MIL Ficha de Cadastramento da Gestante Papel Sulfite Branco 120g/m², impressão em off-set 1x1 cor, medindo 21x29,7cm. A empresa contratada deve fornecer arte, layout, prova print e fotolitos.	1	R\$ 95,00	R\$ 95,00
92	UNID. Manual de Fiscalização de Trânsito Tipo livreto. Miolo: 9 (nove) lâminas; cor 1x1; plastificação (laminacão) frente e verso; gramatura sulfite 90g/m². Capa: cor 4x1; plastificação (laminacão) frente e verso; gramatura sulfite 180 g/m². Tamanho aberto 22x20 cm e fechado 11x20cm. A empresa contratada deve fornecer a arte, layout, prova print e fotolitos.	50	R\$ 30,00	R\$ 1.500,00
95	BL Protocolo de entrega de BOAT Capa formato 8,2x9,2 cm - Cartão AG 90 g/ m². Miolo formato 8,2x9,2 cm - Cor 1x0 . Papel Sulfite 75 g. Acabamento blocado, 50 jogos x 1via. Colado. A empresa contratada deve fornecer a arte, layout, prova print e fotolitos.	50	R\$ 1,30	R\$ 65,00

Valor total registrado do Licitante: R\$ 4.387,50

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93. VIGÊNCIA: A presente Ata vigorará até 31 de dezembro de 2011, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 01 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93. ENTREGA E RECEBIMENTO: O Município fará a solicitação dos materiais de acordo com a necessidade e da seguinte forma:

1ª Pedido	2ª Pedido	3ª Pedido
junho/2011	setembro/2011	dezembro/2011

Após efetuada a solicitação, os materiais deverão ser entregues no prazo máximo de até 10 (dez) dias, em horário de expediente, nas condições estipuladas no presente Edital e seus Anexos, na PROCON e Secretaria de Desenvolvimento Social: prédio do Gascic - Avenida das Comunidades, nº 133 - Centro; Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento, Departamento de Compras, Departamento de Tributação: prédio da Prefeitura, sito à Rua Cel. Aristiliano Ramos, 435 - Centro; Corpo de Bombeiros: sito à Rua Manoel Linhares Júnior, 410 - Santa Terezinha; Polícia Militar: sito à Avenida Olga Wehmuth, nº 85 - bairro Sete de Setembro; Secretaria de Agricultura e Secretaria de Transportes e Obras: sito à Avenida Frei Godofredo, nº 1.635 - bairro Santa Terezinha; Secretaria de Educação, sito à Rua Cel. Aristiliano Ramos, nº 453 - Centro; Secretaria de Saúde: sito à Rua Ver. Augusto Beduschi, nº 254 - Centro; DITRAN - Departamento de Trânsito: sito a Rodovia SC 470 - Km 25, nº 2.387 - bairro Poço Grande; Secretaria de Ind. Com. e Turismo: sito à Rua Ind. José Beduschi, 35 - Centro; Delegacia de Polícia Civil: sito à Rua Vereador Augusto Beduschi, nº 257 - Centro.

Gaspar (SC), 31 de maio de 2011.
JEFERSON DEBUS
Pregoeiro | Dec. 3.584/2009

Resumo da Ata de Registro de Preços Nº 32/2011

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 32/2011

Aos dois dias do mês de junho do ano de 2011, no Departamento de Compras, localizado no Prédio da Prefeitura de Gaspar, o Município de Gaspar, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial – Registro de Preços nº 76/2011, na Ata de julgamento de preços, homologada em 02/06/2011, RESOLVE registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir. OBJETO: A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços, visando a contratação de empresas especializadas na prestação, de forma contínua, dos serviços de manutenção preventiva e corretiva dos veículos oficiais (leves e pesados), conforme as quantidades e características descritas na folha modelo "Proposta de Preços - ANEXO VI" e "Projeto Básico - ANEXO I" do Edital Pregão Presencial nº 76/2011. Os serviços de manutenção preventiva e corretiva constarão de:

a) execução de reparos, conservação e recuperação de automóveis, máquinas, motos, ônibus e tratores;
b) fornecimento de peças e materiais específicos, sem exclusividade, a serem utilizados na execução de serviços de reparos, conservação e recuperação referidos na alínea anterior, desde que observadas as condições estabelecidas no edital de licitação e nesta Ata.

A Contratada deverá possuir ou providenciar no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da homologação do certame, instalações

adequadas aos serviços num raio de até 30 (trinta) quilômetros da sede da Contratante (Secretaria Municipal de Transportes e Obras - Avenida Frei Godofredo, 1.635, Bairro Santa Terezinha, Gaspar/SC), possibilitando o acompanhamento e a fiscalização dos serviços prestados, bem como o breve atendimento, sem prejuízos ao Município. São condições mínimas necessárias da CONTRATADA para a execução dos serviços:

- Fornecer área coberta, protegida e segura, em estrutura metálica e ou cimento concretado destinada exclusivamente aos serviços de oficina e capacidade de suporte para atendimento simultâneo de no mínimo 4 (quatro) veículos oficiais;
- Possuir piso em cimento acabado ou de qualidade superior;
- manter regularmente contratados, profissionais com qualificação técnica conforme exigido na licitação para o cumprimento da ata e do contrato;
- respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;
- comunicar imediatamente a Administração qualquer alteração ocorrida na empresa, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;
- enviar ao Município relatórios mensais pertinentes aos serviços realizados, bem como a relação dos veículos, pagamentos efetuados ou pagamentos a receber e qualquer outra atividade realizada pela mesma;

Os serviços deverão ser prestados na oficina da CONTRATADA, exceto no caso de impossibilidade de transporte, onde os serviços serão executados no local em que estiverem. A CONTRATADA deverá garantir a remoção/traslado dos veículos até a oficina, correndo as despesas por sua conta, cujo atendimento abrangerá todo o Território Municipal. As licitantes registradas para os materiais cotados são as seguintes:

VANIO MAFRA - ME (80.088.925/0001-75)

Grupo de itens	Item	Unid. medida Material/Serviço	Qtd registrada	VI. unit. registrado	VI. total registrado
Oficina Mecânica para automóveis leves e caminhonetes	1	HS Oficina Mecânica para Automóveis leves e Camionetes a Álcool, Diesel e Gasolina	5.250	R\$ 32,00	R\$ 168.000,00
Latoeira e Pintura para automóveis leves e caminhonetes	2	HS Oficina de Latoeira e Pintura para automóveis e Camionetes	3.400	R\$ 32,00	R\$ 108.800,00
Oficina Elétrica para automóveis leves e caminhonetes	3	HS Oficina elétrica para Automóveis leves a Álcool, Diesel e Gasolina	2.950	R\$ 35,00	R\$ 103.250,00
Geometria e Balanceamento para ônibus e caminhões	4	UNID. Oficina Especializada em Balanceamento e Geometria de Caminhões e Ônibus	192	R\$ 70,00	R\$ 13.440,00
Geometria e Balanceamento para ônibus e caminhões	5	UNID. Oficina Especializada em Balanceamento e Geometria de Caminhões e Ônibus	79	R\$ 370,00	R\$ 29.230,00

Latoaria e Pintura de Caminhões, Maquinas e Tratores	8	HS Oficina Especializada em Pintura e Latoaria de Caminhões, Maquinas e Tratores.	1.050	R\$ 35,00	R\$ 36.750,00
--	---	---	-------	-----------	---------------

Valor total registrado Licitante: R\$ 459.470,00

M.D.M. COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA (85.104.289/0001-41)

Grupo de itens	Item	Unid. medida Material/Serviço	Qtd registrada	Vi. unit. registrado	Vi. total registrado
Oficina Mecânica de Caminhões	9	HS Oficina Especializada em Mecânica de Caminhões	1.480	R\$ 50,00	R\$ 74.000,00
Oficina Molas e Agregados de Veículos Automotores em Geral	11	HS Oficina Especializada em Molas e Agregados de Veículos Automotores em Geral	1.105	R\$ 48,00	R\$ 53.040,00
Oficina Hidráulica de Veículos Automotores	12	HS Oficina Mecânica Especializada em Hidráulica de Veículos Automotores	1.900	R\$ 54,00	R\$ 102.600,00
Oficina Mecânica de Implementos Agrícolas	13	HS Oficina Mecânica Especializada em Implementos Agrícolas	400	R\$ 50,00	R\$ 20.000,00
Oficina Mecânica de Máquinas e Tratores	14	HS Oficina Mecânica Especializada em Máquinas e Tratores	1.850	R\$ 58,00	R\$ 107.300,00
Solda e Usinagem de Veículos Automotores em Geral	15	HS Oficina Especializada em Solda e Usinagem de Veículos Automotores em Geral	1.775	R\$ 55,00	R\$ 97.625,00

Valor total registrado do Licitante: R\$ 454.565,00

MOTO PEÇAS KALARRARI LTDA ME (85.321.776/0001-66)

Grupo de itens	Item	Unid. medida Material/Serviço	Qtd registrada	Vi. unit. registrado	Vi. total registrado
Oficina Mecânica e Elétrica de Motocicletas	10	HS Oficina Especializada em Mecânica e Elétrica de Motocicletas	620	R\$ 19,00	R\$ 11.780,00

Valor total registrado do Licitante: R\$ 11.780,00

GG PNEUS LTDA ME (10.939.796/0001-04)

Grupo de itens	Item	Unid. medida Material/Serviço	Qtd registrada	Vi. unit. registrado	Vi. total registrado
----------------	------	-------------------------------	----------------	----------------------	----------------------

Geometria e Balanceamento para veículos	6	UNID. Oficina Especializada em Geometria, Balanceamento e Alinhamento para Automóveis Leves a Álcool, Diesel e Gasolina.	578	R\$ 20,00	R\$ 11.560,00
Geometria e Balanceamento para veículos	7	UNID. Oficina Especializada em Geometria, Balanceamento e Alinhamento para Automóveis Leves a Álcool, Diesel e Gasolina.	210	R\$ 90,00	R\$ 18.900,00

Valor total registrado do Licitante: R\$ 30.460,00

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93. VIGÊNCIA: A presente Ata vigorará a partir da data de homologação da autoridade competente até 31 de dezembro de 2011, podendo ser prorrogada por período não superior a 12 meses da assinatura da ATA de Registro de Preços. ENTREGA E RECEBIMENTO: Os serviços deverão ser prestados conforme a necessidade da municipalidade, que procederá a solicitação nas quantidades que lhe convier, realizada dentro do prazo de contratação. O prazo para emissão da Ordem de Serviço é de 03 (três) dias, contados da data da assinatura da ata de registro de preços. O prazo de início de execução é de 24 (vinte e quatro) horas, contados do recebimento da Ordem de Serviço. A Fornecedor retirará o veículo a ser consertado em até 24 (vinte e quatro) horas no local indicado pelo requisitante. Em caso de emergência a CONTRATADA retirará o veículo em até 02 (duas) horas no local indicado pelo Secretário ou Diretor Geral do órgão. Na hipótese de retirada do veículo pela Fornecedor os empregados da empresa deverão apresentar-se identificados com credenciais da empresa, sem as quais não lhe será entregue o veículo. A CONTRATADA elaborará antes de cada manutenção o orçamento com a indicação das peças e acessórios que precisam de substituição, bem como a estimativa de horas/trabalhadas; No orçamento prévio deverá conter, além do constante no sub-item anterior, a marca, modelo/ano e nº. da placa do veículo. A CONTRATADA deverá entregar ao requisitante o orçamento prévio acima descrito no prazo de 48 (quarenta e oito) horas da solicitação. O requisitante do serviço ordenará a substituição das peças e acessórios após atestada a compatibilidade do preço de valor de mercado, que será constatado por no mínimo 3 (três) orçamentos incluído o da CONTRATADA. O Município ficará autorizado, na forma da lei, a adquirir as peças e acessórios de terceiros caso comprovado ser o preço excessivo. Após a aprovação do orçamento prévio, o Contratado deverá executar os serviços no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, exceto naqueles casos em que for necessário um prazo superior, em razão da complexidade da manutenção ou quando estiver em falta no mercado as peças e os acessórios necessários ao conserto; A Fornecedor poderá requerer prorrogação dos prazos fixados antes de findos, mediante justificativa formal. Ocorrendo a hipótese prevista no sub-item anterior, o requisitante examinará as razões expostas e decidirá pela prorrogação dos prazos ou aplicação das sanções cabíveis, assegurado o direito à defesa. As peças e acessórios deverão ser novas e originais, fornecidas na caixa, conforme as recomendações do fabricante e as normas técnicas

específicas; As peças e acessórios substituídos pela Fornecedora, deverão ser entregues ao requisitante no ato do recebimento do veículo devidamente consertado.

Gaspar, 02 de junho de 2011.

JEFERSON DEBUS

Pregoeiro | Dec. 3.584/2009

Resumo da Ata de Registro de Preços Nº 33/2011

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 33/2011

Aos dezessete dias do mês de junho do ano de 2011, no Departamento de Compras, localizado no Prédio da Prefeitura de Gaspar, o Município de Gaspar, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial – Registro de Preços nº 66/2011, na Ata de julgamento de preços, Homologada em 17/06/2011, RESOLVE registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir. OBJETO: A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços de materiais de limpeza e higiene, conforme especificações constantes no Anexo V do Edital Pregão Presencial nº 66/2011. As licitantes registradas para os materiais cotados são as seguintes:

EXPRESSÃO COMÉRCIO DE MATERIAIS DE INFORMÁTICA E SERVIÇOS LTDA (06.314.098/0001-38)

Item	Unid. medida Material/Serviço	Marca	Qtd Re- gistrada	VI. unit. Registrado	VI. total Registrado
35	UNID. Esfregão de Aço para Limpeza Pesada Embalagem com 2 unidades. Peso: 12 gramas.	SANY	30	R\$ 0,78	R\$ 23,40
38	UNID. Esponja Dupla Face Para louça, de ótima durabilidade, verde/ amarela, medindo 75x110x20mm, composta de espuma de poliuretano com bactericida e fibra sintética com mineral abrasivo. Uma face fibrosa abrasiva para limpeza pesada e outra macia para superfície delicada. Validade mínima de 12 meses.	SANY	2.848	R\$ 0,29	R\$ 825,92
39	PCTE Esponja Dupla Face Para louça, de ótima durabilidade, verde/ amarela, medindo 75x110x20mm, composta de espuma de poliuretano com bactericida e fibra sintética com mineral abrasivo. Uma face fibrosa abrasiva para limpeza pesada e outra macia para superfície delicada. Pacote com 3 unidades. Validade mínima de 12 meses	SANY	4.000	R\$ 0,88	R\$ 3.520,00

60	UNID. Lixeira Plástica com Tampa Simples Capacidade: 60 litros.	ARQ- PLAST	25	R\$ 11,27	R\$ 281,75
65	PR Luva Multi Uso de Borracha Tamanho G, ideal para limpeza de louças, panelas, banheiro, etc. Flexíveis e resistentes. Composição: Látex 100% natural. Forro 100% algodão para absorver a transpiração. Bordas ajustadas que aumentam a proteção, evitando a entrada de água. O produto deve ter registro no Ministério da Saúde. Embalagem plástica, com dados do fabricante, data de fabricação.	LA GROTTA	821	R\$ 1,54	R\$ 1.264,34
66	PR Luva Multi Uso de Borracha Tamanho M, ideal para limpeza de louças, panelas, banheiro, etc. Flexíveis e resistentes. Composição: Látex 100% natural. Forro 100% algodão para absorver a transpiração. Bordas ajustadas que aumentam a proteção, evitando a entrada de água. O produto deve ter registro no Ministério da Saúde. Embalagem plástica, com dados do fabricante, data de fabricação.	LA GROTTA	765	R\$ 1,54	R\$ 1.178,10
67	PR Luva Multi Uso de Borracha Tamanho P, ideal para limpeza de louças, panelas, banheiro, etc. Flexíveis e resistentes. Composição: Látex 100% natural. Forro 100% algodão para absorver a transpiração. Bordas ajustadas que aumentam a proteção, evitando a entrada de água. O produto deve ter registro no Ministério da Saúde. Embalagem plástica, com dados do fabricante, data de fabricação.	LA GROTTA	215	R\$ 1,54	R\$ 331,10

69	UNID. Pá de Lixo com Cabo Longo De plástico resistente. Dimensões (aprox.): cabo: 75,5 cm, pá: comp. 23 cm x largura 19 cm x altura 9 cm.	PEROVINHA	144	R\$ 2,59	R\$ 372,96
70	UNID. Pá de Lixo com Cabo Longo Metálica, com cabo de madeira de 1m.	PEROVINHA	30	R\$ 2,31	R\$ 69,30
71	PCTE Palha de Aço Embalagem c/ 2 unidades, grossa, nº 2.	SANY	1.120	R\$ 0,91	R\$ 1.019,20
72	UNID. Pá Metálica com Cabo de Madeira de 1 Metro para Lixo	PEROVINHA	2	R\$ 2,31	R\$ 4,62
75	UNID. Pano de Limpeza Tipo saco de algodão cru não alvejado	MARTINS	297	R\$ 1,37	R\$ 406,89
78	UNID. Pano de Limpeza Tipo Saco Alvejado Fosco Medida: 40 x 68cm.	MARTINS	1.800	R\$ 1,25	R\$ 2.250,00
118	UNID. Vassoura de Pêlo com Cerdas de Pêlo Sintético de 60cm e Cabo de Madeira Revestido com Plástico	LIMPANIA	235	R\$ 4,90	R\$ 1.151,50

Valor total Registrado do Licitante: R\$ 12.699,08

TAF DISTRIBUIDORA LTDA (83.017.350/0001-98)

Item	Unid. medida Material/Serviço	Marca	Qtd Registrada	VI. unit. Registrado	VI. total Registrado
------	----------------------------------	-------	----------------	----------------------	----------------------

95	CX Sabão em Pó Pó granulado e homogêneo. Apresentar aroma agradável e ser inócuo à pele. Quando misturado em água deve apresentar boas condições de formação de espuma e completa dissolução. Na decantação não podem aparecer partículas arenosas ou sólidas, estranhas à sua constituição. Não pode manchar ou esbranquiçar o corpo sobre o qual foi aplicado, bem como não deixar resíduos após enxágue, removendo gorduras e manchas. Embalagem: As características dimensionais para acondicionamento do produto deverá ser compatível com o mesmo, bem como, com o seu transporte, manuseio e dimensionados para suportar o empilhamento máximo recomendado, oferecendo condições que impeçam quebra, ruptura ou vazamento, que possam por em risco à saúde humana e o ambiente. Interna: Caixinhas de papelão bem vedadas contendo 1 quilo. Apresentar Registro ou Notificação no Ministério da Saúde/ANVISA.	GIRANDO SOL	6.287	R\$ 2,99	R\$ 18.798,13
----	--	-------------	-------	----------	---------------

Valor total Registrado do Licitante: R\$ 18.798,13

JP DE LIMA COMÉRCIO (05.785.417/0001-20)

Item	Unid. medida Material/Serviço	Marca	Qtd Registrada	VI. unit. Registrado	VI. total Registrado
6	UNID. Balde Plástico 08 Litros Feito com matéria virgem, com alça de metal.	MB	54	R\$ 2,55	R\$ 137,70
7	UNID. Balde Plástico 10 Litros Feito com matéria virgem, com alça de metal.	MB	39	R\$ 2,58	R\$ 100,62
9	UNID. Balde Plástico 30 litros Feito com matéria virgem, com alça de metal.	MB	28	R\$ 7,50	R\$ 210,00

24	FR Desodorizador de Ambiente em Spray Composição: quartenário de amônio, solubilizantes, coadjuvantes, perfume/essência e butano/propano. Ingrediente ativo: quartenário de amônio 0,07% Embalagem com 400ml. Apresentar Registro ou Notificação no Ministério da Saúde/ANVISA.	PURO AR	258	R\$ 6,07	R\$ 1.566,06
32	UNID. Escova de Mão Para limpeza geral, com cerdas de nylon e base de plástico.	LIMPA MANIA	53	R\$ 1,17	R\$ 62,01
41	UNID. Flanela de Algodão Para limpeza, 100% algodão, cor amarela/laranja, medida mínima: 30 x 50cm, com bainha.	AGP	400	R\$ 0,75	R\$ 300,00
42	CX Fósforo Embalagem com 240 palitos longos de 05cm.	PARANÁ	187	R\$ 1,46	R\$ 273,02
43	PCTE Guardanapo Branco Com 100 % de fibra celulóstica, medindo 20 cm x 22,5 cm cada. Pacote com 50 unidades.	DIPLO-MATA	620	R\$ 0,35	R\$ 217,00
44	PCTE Guardanapo de Papel Com 100 % de fibra celulóstica, medindo 30 cm x 33 cm, com duas dobras. Pacote com 50 unidades. Embalagem com 50 unidades, na cor branca.	DIPLO-MATA	469	R\$ 0,85	R\$ 398,65
45	UNID. Inseticida em Spray Mata Barata. Apresentar Registro ou Notificação no Ministério da Saúde/ANVISA.	MAT-INSET	106	R\$ 4,65	R\$ 492,90
51	UNID. Lixeira de 100 litros De plástico, na cor branca e com pedal.	MARFINITE	67	R\$ 68,00	R\$ 4.556,00
54	UNID. Lixeira de 20 litros De plástico e com pedal.	ARQ-PLAST	35	R\$ 14,70	R\$ 514,50
58	UNID. Lixeira Plástica com Tampa Simples Capacidade: 12 litros.	ARQ-PLAST	22	R\$ 2,80	R\$ 61,60

61	FR Lustra Móveis Brilho Seco Perfumado Cera microcristalina, óleo paraafínico, silicone, alcalinizante, espessante, tensoativo, formaldeído, solvente alifático, perfume e água. Embalagem com 200ml.	WOR-QUER	97	R\$ 1,44	R\$ 139,68
73	PCTE Pano de Copa Alvejado Grande Embalagem com 07 unidades.	AGP	95	R\$ 7,00	R\$ 665,00
76	UNID. Pano de Limpeza Felpudo Com no mínimo 200g e com medidas de (aproximadamente) : 1,40 cm x 0,75 cm.	AGP	402	R\$ 3,50	R\$ 1.407,00
79	UNID. Pano de Prato Medidas (aprox.): 37 x 63 cm; Composição: 100 % algodão.	AGP	195	R\$ 1,00	R\$ 195,00
88	UNID. Refil Mop Pó Pano de 60x12cm, 100% acrílico.	BRALIM-PIA	28	R\$ 17,00	R\$ 476,00
93	UNID. Rodo Reforçado com Borracha Dupla de 75cm e Cabo de Alumínio de 1,5m	CANADA	167	R\$ 27,50	R\$ 4.592,50
97	UNID. Sabonete em Barra Embalagem de 90g. Apresentar Registro ou Notificação no Ministério da Saúde/ANVISA.	NIPS	240	R\$ 0,70	R\$ 168,00
102	CX Saco Descartável para Aspirador de Pó Modelo A, compatível com aspirador Eletrolux GT300pro, embalagem com 03 unidades.	ELETRO-LUX	23	R\$ 5,60	R\$ 128,80
115	UNID. Suporte p/ Papel Toalha Interfolhado Na cor branca. Medida aproximada: 25x13x32 cm.	PLESTIN	121	R\$ 17,29	R\$ 2.092,09
116	UNID. Vassoura de Milho Com 05 feixes amarrados com 05 fios e cabo de madeira.	COLO-NIAL	1.844	R\$ 8,00	R\$ 14.752,00

Valor total Registrado do Licitante: R\$ 33.506,13

ALPHA HIGIENE E LIMPEZA LTDA (09.276.894/0001-11)

Item	Unid. medida Material/Serviço	Marca	Qtd Registrada	VI. unit. Registrado	VI. total Registrado
------	-------------------------------	-------	----------------	----------------------	----------------------

10	UNID. Borrifador de Água Com embalagem plástica transparente com 550 ml.	DOMPEL	39	R\$ 2,70	R\$ 105,30
20	FR Desengordurante e Desinfetante Multi- Uso Embalagem contendo 500ml. Apresentar Registro ou Notifica- ção no Ministério da Saúde/ANVISA.	BENFORT	370	R\$ 0,84	R\$ 310,80
25	GL Detergente Amonia- cado Detergente desengor- durante, a base de amoníaco, bombona com 05 litros, com diluição de no mínimo 1.000 litros (1:200). Os componentes do produto não podem deixar odor residual após a aplicação da solução. Princípio ativo: Tensoativos iônicos e não iônicos, com amônia a 24%. Produto com registro no Ministério da Saú- de e biodegradável. Apresentar Registro ou Notificação no Ministério da Saúde/ ANVISA.	BENFORT	10	R\$ 6,50	R\$ 65,00
27	GL Detergente Concen- trado Neutro Para limpeza em geral, com excelente eficiência na remoção de gorduras e óleos, bombona com 05 litros, com diluição de no mínimo 1,250 litros (1:250). Princí- pio ativo: Tensoativos biodegradáveis. Produto com registro no Ministério da Saú- de e biodegradável. Apresentar Registro ou Notificação no Ministério da Saúde/ ANVISA.	BENFORT	94	R\$ 17,60	R\$ 1.654,40

28	CX Detergente para Louça, Biodegradável Neutro, Glicerina Composição: alqui- benzeno, sulfonato de sódio, sulfonato de magnésio, formal- deído, hidroxietil, celulose. Embalagem com 24 unidades de 500ml cada, devendo constar na embalagem o nome do técnico responsável, embala- gem plástica flexível e resistente, com bico dosador. Testado dermatologicamente. Apresentar Registro ou Notificação no Ministério da Saúde/ ANVISA.	BENFORT	1.161	R\$ 15,59	R\$ 18.099,99
29	UNID. Dispenser para Álcool Gel Com reservatório interno (depósito), capacidade de 800ml, na cor branca, para ser fixado na parede, com visor frontal para inspeção do nível remanescente.	VIDE QUI- MICA	120	R\$ 15,46	R\$ 1.855,20
30	UNID. Escova de Higiene para Unhas Plástica. Com alça.	ESCOBEL	105	R\$ 1,06	R\$ 111,30
31	UNID. Escova de Mão Para limpeza em geral, com suporte de madeira, cerdas sintéticas resistentes	COMPA- NHEIRO	73	R\$ 1,20	R\$ 87,60
46	FR Limpador Multi-Use Embalagem com 500ml. Ingrediente ativo: Nonil Fenol Eto- xiliado com 9,5 moles de óxido de eteno. Composição: Coad- juvantes, 1,2-Ben- zoisotiazolin-3-Ona/ Dimethylolurea, Ativo, Solvente, Sequestran- te, Essência, Corante, Água. Apresentar Registro ou Notifica- ção no Ministério da Saúde/ANVISA.	BENFORT	471	R\$ 0,84	R\$ 395,64

50	GL Limpa-Vidros "Pronto- Uso" Lauril éter sulfato de sódio, tensoativo ani- ônico fluorado, éter glicólico, álcool etílico, perfume e água. Em- balagem com 5 litros. Apresentar Registro ou Notificação no Ministério da Saúde/ ANVISA.	BENFORT	57	R\$ 9,14	R\$ 520,98
59	UNID. Lixeira Plástica com Tampa Simples Capacidade: 20 litros.	ARQPLAST	123	R\$ 4,96	R\$ 610,08
74	UNID. Pano de Copa Fel- pudo Medindo mínimo, 42cm x 65cm, com no mínimo 90g.	SM	168	R\$ 2,37	R\$ 398,16
81	UNID. Pá para Lixo De plástico resistente; qualquer cor.	IMBRASIL	32	R\$ 1,25	R\$ 40,00
98	UNID. Saboneteira de Parede Para sabonete líquido, com reservatório interno (depósito), capacidade de 800ml, na cor branca, para ser fixada na parede.	VIDE QUI- MICA	85	R\$ 16,00	R\$ 1.360,00
100	GL Sabonete Líquido Para lavagem de mãos em uso geral, para utilização em ambientes diversos, fragrância suave com alto poder de cobertura, fórmula que evita o resse- camento das mãos, produto biodegradá- vel. Embalagem com 05 litros, selado, em concentração adequa- da para pronto uso. Apresentar Registro ou Notificação no Ministério da Saúde/ ANVISA.	DASERRA	850	R\$ 8,90	R\$ 7.565,00
113	UNID. Silicone para Lim- peza, Odorização Intensa Para painéis de veí- culos. Embalagem de 5 litros. Apresentar Registro ou Notifica- ção no Ministério da Saúde/ANVISA.	BENFORT	40	R\$ 49,40	R\$ 1.976,00

114	KG Soda Cáustica em Escamas Apresentar Registro ou Notificação no Ministério da Saúde/ ANVISA.	VIDE QUI- MICA	33	R\$ 4,95	R\$ 163,35
117	UNID. Vassoura de Nylon Cerdas 17cm de com- primento - Largura da vassoura de 30cm com capa de proteção - Cabo rosqueável de 1,20m.	KLERING	517	R\$ 2,50	R\$ 1.292,50
119	GL Xampu Automotivo Líquido Neutro Composição: Sur- factantes, espes- sante, alcalinizante, preservante, aditivos, corante, perfume e água. Aplicação: p/ lavagem de motor e chassi de veículos. Características Adicio- nais: tipo degraxaste. Embalagem c/ 20 litros. Apresentar Registro ou Notifica- ção no Ministério da Saúde/ANVISA.	BENFORT	51	R\$ 15,60	R\$ 795,60

Valor total Registrado do Licitante: R\$ 37.406,90

MARA TEREZINHA MOREIRA - ME (82.156.605/0001-30)

Item	Unid. medida Material/Serviço	Marca	Qtd Regis- trada	VI. unit. Registrado	VI. total Registrado
8	UNID. Balde Plástico 15 Litros Feito com matéria virgem, com alça de metal.	JUNDIAÍ	72	R\$ 3,36	R\$ 241,92
34	UNID. Escova para Vaso Sani- tário Tipo Bola Com cabo plástico e suporte suspenso.	DUPLAS	435	R\$ 3,00	R\$ 1.305,00
52	UNID. Lixeira de 15 litros De plástico e com pedal.	JUNDIAÍ	30	R\$ 13,98	R\$ 419,40
53	UNID. Lixeira de 15 litros De plástico Cor branca	JUNDIAÍ	30	R\$ 8,12	R\$ 243,60
55	UNID. Lixeira de 30 litros De plástico e com pedal.	SÃO BER- NARDO	75	R\$ 28,50	R\$ 2.137,50
56	UNID. Lixeira de 30 litros De plástico e com pedal. Cor branca	SÃO BER- NARDO	4	R\$ 28,50	R\$ 114,00

57	UNID. Lixeira de 60 litros De plástico, na cor branca e com pedal.	JUNDIAÍ	50	R\$ 43,94	R\$ 2.197,00
92	UNID. Rodo de Espuma 30cm de Base com Cabo Rosqueável	DUPLAS	11	R\$ 2,54	R\$ 27,94

Valor total Registrado do Licitante: R\$ 6.686,36

CELIA REGINA WAMBOMMEL (04.195.853/0001-87)

Item	Unid. medida Material/Serviço	Marca	Qtd Re- gistrada	VI. unit. Registrado	VI. total Registrado
33	UNID. Escova para Garrafa Térmica	BUTTLE	16	R\$ 9,90	R\$ 158,40
36	UNID. Esfregão de Limpeza Torçível e Regulável Cabo de alumínio anodizado. Refil de algodão e poliéster. Me- didas mínimas: 1,10m (fechado), 1,50m (aberto).	HARA- CEM	22	R\$ 89,18	R\$ 1.961,96
94	PCTE Sabão em Barra Glicerinado, amarelo. Composição básica carbonato de sódio, dióxido de titânio, glicerina, corante e outras substâncias químicas permitidas; embalado em saco plástico com validade de 2 anos. Embalagem com 05 unidades de 200g cada. Apresentar Registro ou Notificação no Ministério da Saúde/ ANVISA.	GIRAN- DO SOL	1.111	R\$ 3,72	R\$ 4.132,92

Valor total Registrado do Licitante: R\$ 6.253,28

LUIZ FERNANDO SEBOLD (09.196.745/0001-42)

Item	Unid. medida Material/Serviço	Marca	Qtd Re- gistrada	VI. unit. Registrado	VI. total Registrado
4	GL Álcool Gel 80% Embalagem de 5 litros. Apresentar Registro ou Notificação no Ministé- rio da Saúde/ANVISA.	SAN PRÓ	463	R\$ 37,00	R\$ 17.131,00
11	UNID. Caixa Plástica Vazada para Legumes e Frutas Material: Polietileno; Capacidade: 60 litros; Cor: Branca; Medidas aproximadas externas (L x C x A): 36 cm x 55,6 cm x 31 cm.	MERCO- PLASA	28	R\$ 25,40	R\$ 711,20

22	GL Desinfetante - 05 litros Usado na desinfecção e limpeza de superfícies em geral. Ação anti- microbiana efetiva contra Staphylococcus aureus e Salmonella chole- raesuis. Baixo poder espumante. Aspecto líquido, galão com 5 litros, diluição mínima aceitável: 1 litro/50 litros de solução. Prin- cípio ativo: presença de agente bacterici- da. Odor: perfume agradável, fragrância de eucalipto, lavanda, limão, marini. Obser- vação: Registro no MS, Ficha de Segurança/ Técnico, laudo micro- biológico. Apresentar Registro ou Notificação no Ministério da Saúde/ ANVISA.	SAUBA	1.921	R\$ 18,20	R\$ 34.962,20
37	PCTE Esponja de Lã de Aço Carbono Embalagem com 08 unidades.	SANY BRILHO	1.300	R\$ 0,78	R\$ 1.014,00
111	UNID. Saponáceo em Pó Composição tensoa- tivo, aniônico e não iônico, espessante, alcalinizante, abrasivo, preservante, fragrância e veículo, componente ativo, linear alquilben- zeno, sulfato de sódio. Embalagem com 300g. Apresentar Registro ou Notificação no Ministé- rio da Saúde/ANVISA.	SANY	1.161	R\$ 0,87	R\$ 1.010,07

Valor total Registrado do Licitante: R\$ 54.828,47

BRIOVILLE COM. MATERIAIS LIMPEZA LTDA (00.069.935/0001-24)

Item	Unid. medida Material/Serviço	Marca	Qtd Re- gistrada	VI. unit. Registrado	VI. total Registrado
5	UNID. Aplicador de Cera Base de 42cm em nylon revestida com luva de algodão e ma- terial sintético e cabo de alumínio de 1,40m reforçado.	BRALIM- PIA	7	R\$ 56,90	R\$ 398,30

13	GL Cera Líquida Incolor Auto Brilho Preparada com ótimo brilho. Cera alto teor resistência para lustra- ção de móveis, portas, venizes, lambris e ma- deiras em geral. pisos finos como mármore, granito, lajotas, asso- alhos. Composição: parafina, alcalinizante, emulsificante, nivelan- te, plastificada, pre- serverante, perfume e água. Embalagem de 5 litros. Deverá conter no rótulo do produto as informações de composição e do fabricante. Apresentar Registro ou Notifica- ção no Ministério da Saúde/ANVISA.	DIVAN	834	R\$ 11,15	R\$ 9.299,10
15	UNID. Conjunto Mopi Pó Com cabo de alumí- nio, base de 60cm, acompanhado de um pano de 60cm x 12cm feito com 100% acrílico	BRALIM- PIA	27	R\$ 56,00	R\$ 1.512,00
23	GL Desinfetante Concen- trado Para limpeza em ge- ral, bombona com 05 litros, com diluição de no mínimo 100 litros (1:20). Princípio ativo: Bactericida catiônico. Produto com registro no Ministério da Saú- de e biodegradável. Apresentar Registro ou Notificação no Ministério da Saúde/ ANVISA.	MEGALI- NE	103	R\$ 17,48	R\$ 1.800,44
49	FR Limpa-Vidros com Gatilho Embalagem com 500ml. Apresentar Registro ou Notifica- ção no Ministério da Saúde/ANVISA.	LOURO	55	R\$ 3,27	R\$ 179,85

86	UNID. Pasta para Limpeza Pesada Composição: sabão de côco, tensoativo aniônico, carboidrato, quartz, corante, óleo de eucalipto e água. Pote plástico contendo 500 gramas. Apresen- tar Registro ou Notifi- cação no Ministério da Saúde/ANVISA.	CRISTAL	709	R\$ 1,81	R\$ 1.283,29
87	UNID. Pedra Sanitária Embalagem de 35 gramas; com fragrân- cia. Apresentar Regis- tro ou Notificação no Ministério da Saúde/ ANVISA.	SANY BRIL	825	R\$ 0,61	R\$ 503,25
90	UNID. Rodo de Borracha Dupla Com cabo e base de alumínio. Medida da base: 50 cm.	OLLEM	87	R\$ 18,50	R\$ 1.609,50
91	UNID. Rodo de Borracha Dupla Com cabo e base de alumínio. Medida da base: 45 cm.	OLLEM	50	R\$ 18,00	R\$ 900,00
96	UNID. Sabão em Pó em Sachê Embalagem com 01kg. Composição tensoativo aniônico, taponantes, coadju- vantes, sinergista, branqueador óptico, enzima, corante, es- sência, água e carga. Apresentar Registro ou Notificação no Ministério da Saúde/ ANVISA.	ULTRA- CLASS	251	R\$ 2,40	R\$ 602,40
99	UNID. Saboneteira de Parede Reservatório interno (depósito), capacida- de de 1 litro, cor bran- ca, para ser fixada na parede.	PLESTIN	30	R\$ 18,00	R\$ 540,00

101	GL Sabonete Líquido Anti-Séptico Para limpeza e desinfecção das mãos, sem perfume, neutro, hidratante. Embalagem com 5 litros com tampa que não permita o vazamento. Apresentar Registro ou Notificação no Ministério da Saúde/ANVISA.	BRIOVIL-LE	200	R\$ 12,75	R\$ 2.550,00
-----	--	------------	-----	-----------	--------------

Valor total Registrado do Licitante: R\$ 21.178,13

RARIDADE IND. QUÍMICA LTDA (85.101.731/0001-86)

Item	Unid. medida Material/Serviço	Marca	Qtd Re- gistrada	VI. unit. Registrado	VI. total Registrado
1	L Água Sanitária Composição carbonato de sódio e água, teor de cloro ativo: 2.0 e 2,5% p.p, componente ativo hipoclorito de sódio. Apresentar Registro ou Notificação no Ministério da Saúde/ANVISA.	RARIDADE	95	R\$ 0,78	R\$ 74,10
2	GL Água Sanitária Embalagem com 05 (cinco) litros. Composição carbonato de sódio e água, teor de cloro ativo: 2.0 e 2,5% p.p, componente ativo hipoclorito de sódio. Apresentar Registro ou Notificação no Ministério da Saúde/ANVISA.	RARIDADE	2.395	R\$ 3,59	R\$ 8.598,05
12	FR Cera Líquida Auto Brilho - Amarela Embalagem com 750 ml, ideal para pisos, cerâmicas, lajotas, ladrilhos, pavifex, cascolac e sintético. Resistente a riscos, com efeito anti pó. Composição: Plastificante, dispersão acrílica, antiespumas, solventes, alcalinizado, emulsificantes, formadores de filme, coadjuvantes, fragrância, veículo e corante. Apresentar Registro ou Notificação no Ministério da Saúde/ANVISA.	RARIDADE	108	R\$ 2,62	R\$ 282,96

14	FR Cera Líquida - Vermelha Embalagem com 750ml, para piso. Composição: dispersões acrílicas, emulsão de polietileno, solvente, resina fumárica, plastificante, coadjuvante, 5-Cloro-2-Metil-4-Isothiazolin-3-one e 2-Metil-4-Isothiazolin-3-one; atenuador de espuma, corante, essência e água. Apresentar Registro ou Notificação no Ministério da Saúde/ANVISA.	RARIDADE	24	R\$ 2,77	R\$ 66,48
26	GL Detergente Automotivo (Solopan) Composição: hidróxido de sódio, amido de milho, metassilicato de sódio, lauril, etér, sulfato de sódio, corante, formadeiro e água. Embalagem de 5 litros. Apresentar Registro ou Notificação no Ministério da Saúde/ANVISA.	GL	71	R\$ 19,50	R\$ 1.384,50
47	L Limpador Perfumado Para limpeza geral, em embalagem de 1 (um) litro, com ingredientes ativos: Nonil Fenol Etoxiliado com 9,5 mols de óxido de eteno. Composição: Coadjuvantes, 1,2-Benzisotiazolin-3-ona, Dimetylolurea, Ativo, Solvente, Sequestrante, Essência, Corante e Água. Apresentar Registro ou Notificação no Ministério da Saúde/ANVISA.	RARIDADE	138	R\$ 3,50	R\$ 483,00

Valor total Registrado do Licitante: R\$ 10.889,09

COMERCIAL STORINNY LTDA (73.977.480/0001-19)

Item	Unid. medida Material/Serviço	Marca	Qtd Re- gistrada	VI. unit. Registrado	VI. total Registrado
------	----------------------------------	-------	---------------------	-------------------------	-------------------------

3	L Álcool Etilico - 92,8% Etilico e hidratado, embalagem plástica de 1 litro (que não estoure no empilhamento), com concentração de 92,8º INPM. Embala- gem contendo: espe- cificações, indicações, precauções e modo de usar, nome, endereço, CNPJ do fabricante, serviço de atendimento ao consumidor, registro no Ministério da Saúde, nome e registro do téc- nico ou profissional res- ponsável na entidade profissional competen- te. A embalagem deve- rá ostentar a identifica- ção de certidão obtida no âmbito do Sistema Brasileiro de Certifica- ção - SBC, demons- trando conformidade à norma NBR 5991:1997 da Associação Brasileira de Normas Técni- cas - ABNT, conforme exigência da Portaria nº15 do INMETRO de 29/01/2001. Data de fabricação e data de validade, código de barras indicados no produto e na caixa. Validade mínima: 24 meses. Apresentar Registro ou Notificação no Ministério da Saúde/ ANVISA.	DAILHA	5.167	R\$ 2,90	R\$ 14.984,30
21	FR Desentupidor de Pia Frasco de 300g. Composição: hidróxido de sódio, cloreto de sódio, nitrato de sódio, alumínio corante.	DIABO VERDE	25	R\$ 4,95	R\$ 123,75
40	CX Filtro de Papel para Café nº 103 Embalagem com 40 unidades.	BRIGIT- TA	198	R\$ 2,23	R\$ 441,54
48	FR Limpa Forno Com aplicador, emba- lagem com 230g (tipo EASY OFF). Composi- ção: soda cáustica, es- pessante, óleo de men- ta e água. Apresentar Registro ou Notificação no Ministério da Saúde/ ANVISA.	EASY	37	R\$ 3,90	R\$ 144,30

62	CX Luva de Látex para Limpeza Tamanho médio, em- balagem contendo 100 unidades.	WOLK	579	R\$ 10,80	R\$ 6.253,20
63	CX Luva de Látex para Limpeza Tamanho grande, em- balagem contendo 100 unidades.	WOLK	9	R\$ 10,80	R\$ 97,20
64	CX Luva de Látex para Limpeza Tamanho pequeno, em- balagem contendo 100 unidades.	WOLK	93	R\$ 10,80	R\$ 1.004,40
68	PCTE Naftalina Embalagem com 30g. Apresentar Registro ou Notificação no Ministé- rio da Saúde/ANVISA.	DESO- LAR	250	R\$ 0,76	R\$ 190,00
77	UNID. Pano de Limpeza Tipo Saco Alvejado Fosco Medida: 44 x 70cm; do tipo algodão cru.	BAUN- GART- NER	265	R\$ 1,49	R\$ 394,85
80	PCTE Pano para Limpeza - 40 x 30cm Absorvente, não solta pêlos, não retem odo- res, com 12 unidades.	BAUN- GART- NER	231	R\$ 10,96	R\$ 2.531,76
89	UNID. Refil para Esfregão de Limpeza Torcível De algodão e poliéster. Medida mínima: 1,10m (fechado), 1,50m (aberto).	BRALIM- PIA	25	R\$ 59,60	R\$ 1.490,00
109	PCTE Saco Plástico 16x27cm Para armazenar alimen- tos, c/ capacidade p/ 1kg; embalagem c/ 100 unidades.	EM- BRAST	4.005	R\$ 2,09	R\$ 8.370,45
110	PCTE Saco Plástico 23x38cm Para armazenar alimen- tos, c/ capacidade p/ 3kg; embalagem c/ 100 unidades.	EM- BRAST	4.062	R\$ 2,09	R\$ 8.489,58

Valor total Registrado do Licitante: R\$ 44.515,33

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93. VIGÊNCIA: A presente Ata vigorará a partir da data de Homologação da Autoridade Competente (17/06/2011), até 31 de dezembro de 2011, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 01 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93. ENTREGA E RECEBIMENTO: Os materiais deverão ser entregues

conforme a necessidade da municipalidade, que procederá a solicitação do objeto nas quantidades que julgar necessárias. Após efetuada a solicitação, os materiais deverão ser entregues no prazo máximo de até 10 (dez) dias após a solicitação, em horário de expediente, nas condições estipuladas no presente Edital e seus Anexos, nos endereços descritos no anexo VI do Edital.

Gaspar, 17 de junho de 2011.

JEFERSON DEBUS

Pregoeiro | Dec. 3.584/2009

Resumo da Ata de Registro de Preços Nº 34/2011

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 34/2011

Aos vinte dias do mês de junho do ano de 2011, no Departamento de Compras, localizado no Prédio da Prefeitura de Gaspar, o Município de Gaspar, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial – Registro de Preços nº 64/2011, na Ata de julgamento de preços, Homologada em 22/06/2011, RESOLVE registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir. OBJETO: A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços de pneus, câmaras e protetores, conforme especificações constantes no Anexo V do Edital Pregão Presencial nº 64/2011. As licitantes registradas para os materiais cotados são as seguintes:

JK PNEUS LTDA (78.653.946/0005-78)

Item	Unid. medida Material/Serviço	Marca	Qtd registrada	VI. unit. registrado	VI. total registrado
9	UNID. Pneu 1000/20 radial dianteiro com 16 lonas Com banda larga tipo desbravador ou similar. Utilizado em caminhões traçados de fabricação nacional e ônibus para transporte de escolares. Profundidade de suco mínimo de 19 mm, com câmara de ar	FIRESTONE	38	R\$ 998,00	R\$ 37.924,00
17	UNID. Pneu 175/70 R13 Utilizado em automóveis Pick-up, Uno, Ipanema, Corsa, Palio, Saveiro e Gol.	FIRESTONE	52	R\$ 104,50	R\$ 5.434,00

Valor total registrado do Licitante: R\$ 43.358,00

MODELO PNEUS LTDA (94.510.682/0001-26)

Item	Unid. medida Material/Serviço	Marca	Qtd registrada	VI. unit. registrado	VI. total registrado
34	UNID. Pneu 5.00-8 Para Máquina de Pintura Viária.	NHS IND. ADVANCE	2	R\$ 220,00	R\$ 440,00

Valor total registrado do Licitante: R\$ 440,00

COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA (88.197.330/0001-60)

Item	Unid. medida Material/Serviço	Marca	Qtd registrada	VI. unit. registrado	VI. total registrado
11	UNID. Pneu 12.5/80 - 18 Utilizado em Retro-escavadeira JCB (dianteiro), com câmara de ar de bico curto	ARMOUR NEXEM	10	R\$ 830,00	R\$ 8.300,00
23	UNID. Pneu 195 L24 Traseiro com 12 Lonas Utilizado em máquinas retroescavadeiras. Com câmara de ar e protetor	WEST LAKE / NEXEM / ABC	4	R\$ 1.950,00	R\$ 7.800,00
35	UNID. Pneu 750/16 Borrachudo Traseiro com 12 Lonas Com câmara de ar e protetor. Utilizado em veículo Mercedes Benz 710	WAST LAKE / ZC RUBBER / ZC RUBBER	8	R\$ 350,00	R\$ 2.800,00
37	UNID. Pneu 900/20 Borrachudo Traseiro com 16 Lonas Utilizado em caminhões. Profundidade de sulco mínima de 19mm, com câmara de ar	WEST LAKE / ZC RUBBER	20	R\$ 650,00	R\$ 13.000,00
39	UNID. Pneu radial 225/75 R15 borrachudo Capacidade mínima de 900 quilos. Com profundidade de sulco mínima de 10mm. Utilizada em caminhonete com cesto aéreo.	FUNSA	8	R\$ 310,00	R\$ 2.480,00
41	UNID. Protetor para Pneu 14.00x24	ZC RUBBER	30	R\$ 25,00	R\$ 750,00

Valor total registrado do Licitante: R\$ 35.130,00

COMERCIAL AUTOMOTIVA LTDA (45.987.005/0066-33)

Item	Unid. medida Material/Serviço	Marca	Qtd registrada	VI. unit. registrado	VI. total registrado
14	UNID. Pneu 165/70 R13 Utilizado em veículos Corsa, Fiat/Uno.	GOODYEAR	24	R\$ 100,00	R\$ 2.400,00
25	UNID. Pneu 205/70 R15 Para Ambulância Boxer Peugeot.	GOODYEAR	4	R\$ 285,00	R\$ 1.140,00
31	UNID. Pneu 275/80 R22.5 Borrachudo traseiro, utilizado em veículos ônibus, caminhão tanque FORD/Cargo.	GOODYEAR	28	R\$ 900,00	R\$ 25.200,00

32	UNID. Pneu 275/80 R22.5 Liso dianteiro, utilizado em caminhão tanque FORD/Cargo e Ônibus.	GOODYE- AR	14	R\$ 845,00	R\$ 11.830,00
----	---	---------------	----	------------	---------------

Valor total registrado do Licitante: R\$ 40.570,00

RODA BRASIL DISTRIB. DE AUTO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA
(06.889.977/0001-98)

Item	Unid. medida Material/Serviço	Marca	Qtd re- gistrada	VI. unit. registrado	VI. total registrado
1	UNID. Câmara de Ar para Pneu 1.000/20	BBW	60	R\$ 45,65	R\$ 2.739,00
2	UNID. Câmara de Ar para Pneu 14.00x24	BBW	30	R\$ 89,50	R\$ 2.685,00
4	UNID. Câmara de Ar para pneu 750/16 Bico longo	BBW	50	R\$ 20,00	R\$ 1.000,00
5	UNID. Câmara de Ar para Pneu 750/16 Bico curto	BBW	50	R\$ 23,00	R\$ 1.150,00
6	UNID. Cola Volk ou Similar Composição de adesi- vo à base de solvente alifático/naftânico, borracha natural, cargas e aditivos de borracha, utilizada na reforma e consertos de câmaras e pneus, na aplicação de re- mendos e manchões. Embalagem com no mínimo 685 gramas.	VIPAL	50	R\$ 44,00	R\$ 2.200,00
12	UNID. Pneu 14.00x24 Com 16 lonas. Utiliza- do em máquinas car- regadeiras e patrulas, com câmara de ar	DURABLE	60	R\$ 1.190,00	R\$ 71.400,00
19	UNID. Pneu 17.5x25 Com 16 lonas. Utili- zado em máquinas e motoniveladoras, com câmara de ar	DURABLE	16	R\$ 1.749,00	R\$ 27.984,00
20	UNID. Pneu 185/60 R14 Utilizado em veículo Gol para terrenos irregulares, 23mm	SAILUN	6	R\$ 162,00	R\$ 972,00
24	UNID. Pneu 205/55 R16 Utilizado em veículo Astra.	SAILUN	4	R\$ 230,00	R\$ 920,00
26	UNID. Pneu 205/75 R16	WEST LAKE	8	R\$ 299,90	R\$ 2.399,20

27	UNID. Pneu 215/75 R17,5 Liso dianteiro, com 12 lonas, utilizado em veículos caminhonete, sem câmara	LING LONG	6	R\$ 535,00	R\$ 3.210,00
28	UNID. Pneu 215/75 R17,5 Borrachudo traseiro, com 12 lonas, utilizado em veículos caminho- nete, sem câmara	LING LONG	16	R\$ 549,00	R\$ 8.784,00
33	UNID. Pneu 2.75 R18 Utilizado em veículo moto, dianteiro, 4 lonas.	TECHNIC	3	R\$ 59,50	R\$ 178,50
36	UNID. Pneu 750/16 Liso Dianteiro - 12 Lonas Com câmara de ar e protetor. Utilizado em veículo Mercedes Benz 710	WEST LAKE	4	R\$ 340,00	R\$ 1.360,00
38	UNID. Pneu 90/90 18 Utilizado em veícu- lo moto, traseiro, 4 lonas.	TECHNIC	3	R\$ 70,00	R\$ 210,00
40	UNID. Protetor para Pneu 1.000/20	CARRE- TEIRO	45	R\$ 12,59	R\$ 566,55
43	CX Reparo Instantâ- neo para Pneu sem Câmara (Incerto 4" para pneus). Embalagem com 40 unidades.	RUZISEAL	10	R\$ 46,00	R\$ 460,00
44	CX Reparo para Câmara de Ar Vulcanização à frio, com diâmetro superior a 6cm. Caixa com 40 (quarenta) peças.	VIPAL	10	R\$ 28,50	R\$ 285,00

Valor total registrado do Licitante: R\$ 128.503,25

JOAÇABA PNEUS LTDA (84.587.245/0001-57)

Item	Unid. medida Material/Serviço	Marca	Qtd re- gistrada	VI. unit. registrado	VI. total registrado
3	UNID. Câmara de Ar para Pneu 215/75 R17,5	TORTUGA	12	R\$ 58,00	R\$ 696,00
7	UNID. Pneu 1000/20 Borra- chudo Traseiro com 16 Lonas Utilizado em cami- nhões, ônibus. Pro- fundidade de sulco mínima de 19mm, com câmara de ar	PIRELLI / TORTUGA	92	R\$ 788,40	R\$ 72.532,80

8	UNID. Pneu 1000/20 Liso Dianteiro com 16 Lonas Profundidade de suco mínima de 12mm, com câmara de ar	PIRELLI / TORTUGA	42	R\$ 734,10	R\$ 30.832,20
10	UNID. Pneu 12/16.5 Utilizado em Mini Carregadeira; Capacidade de 10 lonas; Prof. do desenho 20mm; Aro admitido 8,25, com câmara de ar de bico curto	PIRELLI / TORTUGA	20	R\$ 730,40	R\$ 14.608,00
13	UNID. Pneu 145/80 R13 Utilizado em automóveis Uno.	PIRELLI	4	R\$ 116,00	R\$ 464,00
15	UNID. Pneu 165/80 R13 Utilizado em automóveis Corsa, Uno e Saveiro.	PIRELLI	12	R\$ 143,00	R\$ 1.716,00
16	UNID. Pneu 175/65 R14 Utilizado em Corsa, Gol, Saveiro, Pálio e Fiesta.	PIRELLI	26	R\$ 153,00	R\$ 3.978,00
18	UNID. Pneu 175/70 R14 Utilizado em automóvel Fiat Doblo, Voyage.	PIRELLI	4	R\$ 157,00	R\$ 628,00
21	UNID. Pneu 185/70 R14 Utilizado em automóveis Vectra, Santana.	PIRELLI	4	R\$ 157,00	R\$ 628,00
22	UNID. Pneu 195/70 R14 Utilizado em veículo Kombi e Fiat Doblo	PIRELLI	24	R\$ 176,00	R\$ 4.224,00
29	UNID. Pneu 225/75 R16C Liso Dianteiro, para caminhão Iveco Daily 6012 e Micro Ônibus.	PIRELLI	10	R\$ 398,00	R\$ 3.980,00
30	UNID. Pneu 225/75 R16C Traseiro, para caminhão Iveco Daily 6012.	PIRELLI	4	R\$ 400,00	R\$ 1.600,00
42	UNID. Protetor para Pneu 750/16	SBN	20	R\$ 10,20	R\$ 204,00

Valor total registrado do Licitante: R\$ 136.091,00

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93. VIGÊNCIA: A presente Ata vigorará a partir da data de Homologação da Autoridade Competente (22/06/2011), até 31 de dezembro de 2011, podendo ser

prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 01 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93. ENTREGA E RECEBIMENTO: Os materiais deverão ser entregues conforme a necessidade da municipalidade, que procederá a solicitação do objeto nas quantidades que julgar necessárias. Após efetuada a solicitação, os materiais deverão ser entregues no prazo máximo de até 10 (dez) dias após a solicitação, em horário de expediente, nas condições estipuladas no presente Edital e seus Anexos, na Secretaria de Transportes e Obras: sito à Avenida Frei Godofredo, 1.635 - bairro Santa Terezinha.

Gaspar, 20, de junho de 2011.
JEFERSON DEBUS
Pregoeiro | Dec. 3.584/2009

SAMAE

Dispensa de Licitação Nº 39/2011 - SAMAE

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE
E X T R A T O
DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO: 39/2011

OBJETO: Aquisição de um cortador a disco, para maior agilidade e qualidade nas obras de melhorias de redes de distribuição de água, bem como as redes de esgotamento sanitário.

CONTRATADO: MS FERRAMENTAS MOTORIZADAS E MANUTENÇÃO LTDA - ME-

CNPJ: 12.461.040/0001-10.

VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 3.240,00 (três mil duzentos e quarenta reais)

DATA VIGÊNCIA: 28.09.2011

DATA VENCIMENTO: 31.12.2011

BASE LEGAL: Artigo 24, inciso II da Lei 8666/93.

Gaspar (SC), em 26/09/2011.
LOVÍDIO CARLOS BERTOLDI
Diretor Presidente

Guaramirim

PREFEITURA

Extrato publicacao edital 99/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER
AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Pregão - Registro de Preço 99/2011

Tipo : Menor Preço - por itens

Objeto : CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE ARBITRAGEM.

Entrega dos Envelopes: 03/10/2011 às 09:00h

Abertura dos Envelopes: 03/10/2011 às 09:15h

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, ou pelo fone (47) 3373-0247

Guaramirim (SC), 27/09/2011.
NILSON BYLAARDT
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato 80/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

EXTRATO DE CONTRATO 80/2011

Objeto: Contratação de empresa provedora de datacenter, para a implantação e prestação de serviços de suporte técnico à software de gestão pública municipal.

Modalidade: Concorrência para Compras e serviço.

Tipo: Técnica e Preço

Processo de Licitação: 60/2011 - PMG.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM (SC).

Contratada: IPM - INFORMÁTICA PÚBLICA MUNICIPAL LTDA.

Valor do Contrato: R\$ 417.416,58 (quatrocentos e dezessete mil e quatrocentos e dezesseis reais e cinquenta e oito centavos).

Data da Assinatura: 20/09/2011 Vigência 20/09/2012.

Guaramirim-SC, 20 de setembro de 2011

NILSON BYLAARDT

Prefeito Municipal

Herval do Oeste

PREFEITURA

Lei Complementar Nº 282/2011.

LEI COMPLEMENTAR Nº 282/2011.

ALTERA ARTIGOS E ANEXOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº. 219/2006 - LEI DO ZONEAMENTO, ALTERADA PELAS LEIS COMPLEMENTARES Nº 229/2007, Nº 266/2009 E Nº 273/2011 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NELSON GUINDANI, Prefeito de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte:

LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1º. Ficam alterados artigos e anexos da Lei Complementar nº 219/2006, alterada pelas Leis Complementares nº 229/2007, nº 266/2009 e nº 273/2011 que passam a vigorar com as seguintes alterações:

(...)

Art.86. Os espaços livres, definidos como recuos e afastamentos não são edificáveis, devendo ser tratados como áreas verdes em pelo menos 30% (trinta por cento), da respectiva área, ressalvando-se o direito à realização das seguintes obras:

I - Muros de arrimo e de vedação dos terrenos, tapumes, cercas, divisórias, escadarias e rampas de acesso, necessárias em função da declividade natural do terreno;

II - Garagem ou estacionamento com capacidade máxima para dois veículos no afastamento frontal das edificações residenciais, quando implantadas em terrenos que não permitam a execução de rampa de acesso no recuo frontal com declividade de até 30% (trinta por cento), devendo entretanto, resultar encravada em no mínimo 2/3 (dois terços) de seu volume e a sua cobertura deverá ser constituída por terraço plano, vedada qualquer edificação sobre a mesma;

III - Varandas ou coberturas para abrigos, no afastamento de fundos e/ou num dos afastamentos laterais, vedado porém, o seu fechamento frontal, podendo a cobertura ser utilizada como terraço, vedada qualquer edificação sobre a mesma;

IV - Central de gás, desde que atenda as normas do Corpo de Bombeiros;

V - Edícula com até 2 pavimentos, ocupando os afastamentos laterais e de fundos, desde que sua área seja igual ou inferior que 50,00 m² (cinquenta metros quadrados);

VI - O recuo frontal deverá ser usado como ajardinamento, permitindo-se a impermeabilização do solo apenas nos acessos públicos;

VII - Poços de elevadores, caixa de escadaria e acesso principal à edificação, ocupando apenas parte de um dos afastamentos laterais;

VIII - Sacadas desde que não vinculadas a área de serviço, poderão avançar até 50% (cinquenta por cento), sobre o recuo frontal, e ou afastamentos laterais ou de fundos, porém nunca distar menos de 1,50 m da(s) divisa(s).

IX - As garagens poderão utilizar os afastamentos laterais e de fundos, e as áreas formadas por estas lajes – cobertura da garagem – poderão ser destinadas a terraços somente com cobertura no primeiro pavimento desde que isolada da(s) divisa(s) através de parede cega com altura de 1,80 m;

X - Nas divisas de lotes, não são permitidos o uso de elementos vazados e tijolos de vidro para fins de ventilação e iluminação;

XI - Nas Zonas Residenciais em que o uso multifamiliar é permitido, os afastamentos laterais e de fundos obrigatórios serão de 1,50 m para edificações multifamiliares;

XII - Os vãos de aberturas perpendiculares às divisas não necessitam respeitar os afastamentos laterais e de fundos mínimos de 1,50 metros;

XIII - Na Zona de Desenvolvimento – ZD o recuo frontal e afastamentos laterais serão livres até o quarto pavimento, desde que o primeiro pavimento – pavimento térreo – tenha destinação comercial, observando-se a hierarquização das vias estabelecidas neste Plano Diretor, em detrimento aos parcelamentos aprovados anteriormente;

XIV – Na Zona Central – ZC, o recuo frontal é livre, desde que o primeiro pavimento – pavimento térreo – tenha destinação comercial, e afastamentos laterais serão livres até o quarto pavimento, desde que o primeiro pavimento – pavimento térreo – tenha destinação comercial observando-se a hierarquização das vias estabelecidas neste Plano Diretor, em detrimento aos parcelamentos aprovados anteriormente;

XV - Nas Zonas Residenciais I, II e III, os afastamentos laterais serão livres para o uso residencial unifamiliar;

XVI - Nas Zonas Residenciais, em que os afastamentos laterais são livres, as edificações mistas – residencial/comercial – terão seus afastamentos igualmente livres, desde que, a altura piso/teto da edificação não ultrapasse 7,00 metros;

XVII - Os terrenos de esquinas são considerados com 02 frentes, devendo, portanto, respeitar os recuos pertinentes a ambas as ruas;

XVIII - Zona Central, nas quais o recuo frontal é livre, as edificações poderão ter os afastamentos laterais e de fundos livre até o quarto pavimento, desde que se destinem ao comércio e garagem;

XIX - Nas edificações em que haja a previsão de duplex, o mesmo será computado na altura da edificação "H" para definição dos afastamentos mínimos;

XX - Para as paredes cegas, os afastamentos serão definidos através da relação H/10;

XXI - Não são computadas na identificação da maior altura da edificação "H": casa de máquinas de elevadores, vãos de escadarias, reservatório de água elevado, área de recreação e lazer coberta com até 50% da área do pavimento tipo, garagens e outras dependências situadas no sub-solo - abaixo do primeiro pavimento;

XXII - Lojas e sobre-lojas/mezaninos contarão como um único pavimento desde que, a área construída da sobre-loja/mezanino possua no máximo 50% da área da loja;

XXIII - Nas Zonas Centrais de Bairro seguirão o padrão de afastamento estipulado pelo zoneamento onde se encontram estabelecidos.

ANEXO II MAPA DE ZONEAMENTO URBANO

O Anexo II - Mapa de Zoneamento Urbano da Lei Complementar nº 219/2006, alterado pelas Leis Complementares nº 266/2009 e nº 273/2011, fica substituído pelo Mapa de Zoneamento Urbano em anexo a presente Lei Complementar.

ANEXO V USOS DO SOLO

USO 1 – (...)

(...)

USO 4 – COMÉRCIO VICINAL

· Mini-mercados de até 200m²

Na atividade de Mini- Mercado de até 200m² e Supermercados será exigido dos proprietários para que seja aprovada a venda de GLP – Gás Liquefeito de Petróleo em vazilhames Tipo P13, que os estabelecimentos atendam as Normas de Segurança Contra Incêndio NCSI, editadas pelo decreto 4909 de 18 de outubro de 1994, a Resolução nº 05 da ANP de 26/02/2008, a NBR nº 15514/07 e a IN 029 do Corpo de Bombeiros Militar e estejam estas relacionadas na aprovação da vistoria emitida pelos mesmos.

- Feiras livres
- Banca de revistas
- Padarias
- Farmácias
- Aviamentos
- Sapataria
- Bares/ lanchonetes /sorveterias
- Escritórios profissionais / Consultórios/ Clínicas
- Salão de beleza
- Ateliês profissionais
- Representações comerciais
- Escritório administrativo
- Confeitarias

USO 5.A – COMÉRCIO VAREJISTA E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS 1

- Lojas
- Butiques
- Vidraçarias
- Academias
- Auto peças
- Lotéricas/ Jogos Eletrônicos
- Floriculturas
- Bancos
- Ópticas
- Joalherias
- Restaurantes, pontos de serviços leves.
- Escritórios
- Imobiliária
- Reparo de eletrodomésticos
- Vídeos locadoras
- Centro de treinamento de condutores
- Estacionamentos

(...)

ANEXO VI TABELAS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

No Anexo VI – Tabelas de Uso e Ocupação do Solo da Lei Complementar nº 219/2006, a Tabela 8 - Zona Industrial 1 – ZI 1 passa a vigorar com a presente redação, estando a mesma anexa a presente Lei Complementar.

Art. 2º. Os demais artigos, parágrafos, incisos, alíneas e anexos da Lei Complementar nº. 219/2006, alterada pelas Leis Complementares nº 229/2007, nº 266/2009 e nº 273/2011, permanecem inalterados.

Art. 3º. A presente Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Herval d'Oeste (SC), 22 de setembro de 2011.

NELSON GUINDANI

Prefeito

Tabela 8 - Zona Industrial 1 - ZI 1

ZONEAMENTO URBANO		ZONA INDUSTRIAL 1 - ZI 1				
MAPA ZONA	Testada e Área mínima	Recuos e Afastamentos	Taxa de Ocupação	Índice de aproveitamento	Gabarito	Taxa de Permeabilidade
	A: 1440,00m ² T: 24,00m	Frontal: 10,00m BR: 15,00m	50%	IA Máx: 2,0	Máx: 4 Pav	12%
Herval d'Oeste	Objetivo: Tem por objetivo estabelecer normas para a concentração de indústrias que pelo seu porte e nível de incômodo são incompatíveis com as atividades predominantes nas demais zonas.					
	PROPOSTAS DE USO					
	PERMITIDO			PERMISSÍVEIS		
	Uso 20 – Atividade de nível de Incomodo 1 Uso 21 – Atividade de nível de Incomodo 2 USO 6 – COMÉRCIO ATACADISTA			Uso: *1- Residências Unifamiliar Uso 22 – Atividade de Nível de Incômodo 3		
	OBSERVAÇÕES: * Permitido uma residência unifamiliar. Por unidade Industrial. Nesta Zona será implantado o Estudo de Impacto de Vizinhança – Instrumento do Estatuto da Cidade.					

Portaria Nº 913/2011

PORTARIA Nº 913/2011

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONTRATAR em Caráter Temporário o Senhor DOUGLAS GONÇALVES (Matr. 3384), a partir de 26 de setembro de 2011, para exercer as funções de Auxiliar de Serviços de Saúde, Nível - 8, Letra "A", 40 horas semanais, aprovado pelo Processo Seletivo Nº. 002/2010/SMS/HO, de 19 de agosto de 2010, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 174/2005. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval D'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 26 de Setembro de 2011.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

Resolução Nº CM 055/2011

Câmara Municipal de Vereadores de Herval d'Oeste
RESOLUÇÃO Nº CM 055/2011

"DETERMINA A DIVULGAÇÃO DE SERVIÇOS DE INFORMAÇÕES,
NO SITE OFICIAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE,
ESTADO DE SANTA CATARINA"

MAURO SERGIO MARTINI, presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º No site oficial da Câmara Municipal de Herval d'Oeste serão divulgados os seguintes serviços de informações:

- I - Disque 100 - Disque Denúncia Nacional;
- II - site www.denuncie.org.br.

Art. 2º Esta RESOLUÇÃO entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Vereadores, em 22 de setembro de 2011.
MAURO SERGIO MARTINI
Presidente

Imbituba

PREFEITURA

Decreto PMI Nº 112.2011

DECRETO PMI Nº 112, de 22 de setembro de 2011.
Convoca para a V Conferência Municipal dos Direitos das Crianças e do Adolescente.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA, em conjunto com a presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições em consonância com a Lei nº 8.069/90 e 1.936/99 e, considerando a necessidade de avaliar e propor diretrizes para implantação de Políticas Públicas na área da Infância e Juventude,

DECRETA:

Art 1º Fica convocada a V Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, a ser realizada no dia 26 de outubro de 2011, das 8h: 00min às 16h: 00min, no CEGES - Centro de Gestão da Educação e Saúde, tendo como tema central: MOBILIZANDO, IMPLEMENTANDO E MONITORANDO A POLÍTICA E O PLANO DECENAL DE DIREITOS HUMANOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NOS ESTADOS, NO DISTRITO FEDERAL E NOS MUNICÍPIOS.

Art 2º A conferência terá como objetivo mobilizar o sistema de garantia de direitos e a população em geral para a implementação e monitoramento da Política Nacional e o Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes.

Art 3º As despesas decorrentes da aplicação deste decreto correrão por conta de dotação orçamentária do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente -FMDCA.

Art 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 22 de setembro de 2011.
JOSÉ ROBERTO MARTINS
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.
Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

MARISTELA DA ROSA GUIMARÃES
Presidente do CMDCA

Decreto PMI Nº 113.2011

DECRETO PMI Nº 113, de 23 de setembro de 2011.
Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 3.784, de 25 de novembro de 2010,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), para reforço do seguinte item orçamentário, como segue:

Órgão:

08

- SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA-SEINFRA

Unidade: 08.01 - Secretaria Municipal de Infraestrutura - Seinfra

Programa: 07 - Governo de Imbituba, fazendo ainda mais

Projeto (Ação): 1.010 - Pavimentação de Vias Públicas

Funcional programática: 15.451.0007

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (0077) Aplicações Diretas 200.000,00

Total 200.000,00

Art. 2º Os recursos para suprir o Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo 1º correrão por conta do excesso de arrecadação de recursos próprios apurados no exercício de 2011.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Imbituba, 23 de setembro de 2011.
JOSÉ ROBERTO MARTINS
Prefeito de Imbituba

Registre-se e Publique-se.
Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINICIO ARANTES NETO
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Portaria DGP/SEAGP N.º 204/2011

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 204, de 22 de setembro de 2011.
Dispõe sobre a concessão de licença sem vencimentos e, dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais e com base na legislação

em vigor;

Considerando o Processo Administrativo nº 11120, de 01 de setembro de 2011.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor EDEMIR FERRAZ DA SILVA, inscrito no CPF sob o n.º 952.728.520-87, Motorista, matrícula n.º 4376, LICENÇA SEM VENCIMENTOS, pelo prazo de 1 (um) ano, a partir de 03 de outubro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 22 de setembro de 2011.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e publique-se:

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC

ANDREZA BARCELOS CARVALHO

Diretora de Gestão de Pessoas

Portaria DGP/SEAGP N.º 205/2011

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 205, de 26 de setembro de 2011.

Dispõe sobre fixação de período de fruição de férias e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Fixar o período de fruição de férias concedidas ao servidor JOSÉ CARLOS DE SOUZA, Agente Administrativo, matrícula 243, inscrito no CPF sob o nº 416.474.679-34 nos termos da Sentença exarada nos autos da AT n.º 958/2007, conforme quadro abaixo:

Períodos aquisitivos	Fruição
2003/2004	1º/12/2011 a 30/12/2011
2004/2005	31/12/2011 a 29/01/2012
2005/2006	30/01/2012 a 29/02/2012

Art. 2º Por determinação judicial as férias em questão deverão ser pagas em dobro, assim como o terço constitucional.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba/SC, 26 de setembro de 2011.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e publique-se:

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC

ANDREZA BARCELOS CARVALHO

Diretora de Gestão de Pessoas

Portaria DGP/SEAGP N.º 206/2011

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 206, de 26 de setembro de 2011.

Dispõe sobre a demissão de Enfermeiro, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art.1º Demitir a pedido, o abaixo relacionado, aprovado no Processo Seletivo Público Edital nº 01/2007, admitido em 23/09/2008, contrato nº 4589, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Demissão
Samir Vitor Marcolino	Enfermeiro - PACS	024.818.159-98	06/09/2011

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 06 de setembro de 2011, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 26 de setembro de 2011.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO

Diretora de Gestão de Pessoas

Portaria DGP/SEAGP N.º 207/2011

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 207, de 26 de setembro de 2011.

Dispõe sobre a demissão de Professor, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art.1º Demitir a pedido, o abaixo relacionado, aprovado no Processo Seletivo Simplificado Edital nº 04/2010, admitido em 02/05/2011, contrato nº 5845, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Demissão
Tiago dos Santos Brasil	Professor	041.888.269-08	06/09/2011

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 06 de setembro de 2011, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 26 de setembro de 2011.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO

Diretora de Gestão de Pessoas

Publicação de Extrato de Anulação de Pregão Presencial 38/2011 (Saúde)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
SAÚDE

A Prefeitura Municipal de Imbituba, através da Secretaria Municipal de Saúde, comunica, que fica revogado o Processo Licitatório nº 48/2011, na modalidade de Pregão Presencial nº 38/2011, devido o não comparecimento de interessados caracterizando a licitação como deserta.

Imbituba, 28 de setembro de 2011.
MICHELLE FRANCINE P. O. DE SOUZA
Pregoeira Oficial

Publicação de Extrato de Anulação de Pregão Presencial 39/2011 (Saúde)
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
SAÚDE

A Prefeitura Municipal de Imbituba, através da Secretaria Municipal de Saúde, comunica, que fica revogado o Processo Licitatório nº 49/2011, na modalidade de Pregão Presencial nº 39/2011, devido o não comparecimento de interessados caracterizando a licitação como deserta.

Imbituba, 28 de setembro de 2011.
MICHELLE FRANCINE P. O. DE SOUZA
Pregoeira Oficial

Publicação de Extrato de Ata de Julgamento de Proposta de Concorrência 06/2011 (PMI)
Extrato da Ata de Julgamento das Propostas
Concorrência 06/2011

Objeto: Contratação de empresa para pavimentação com peças pré-moldadas de concreto - PCC da Rua Professor Rogério Tavares - Vila Nova/São Tomaz.

A Presidente da CPL da Prefeitura Municipal de Imbituba torna público, para fins de intimação e ciência dos interessados, o resultado do julgamento da Proposta de Preços: Empresa vencedora: Setep Construções S.A. CNPJ n.º 83.665.141/0001-50, cujo preço global é de R\$ 1.797.737,87 (hum milhão setecentos e noventa e sete mil setecentos e trinta e sete reais e oitenta e sete centavos).

MILENE RIBEIRO
Presidente da CPL

Publicação de Extrato de Ata de Julgamento de Proposta de Tomada de Preço 06/2011 (PMI)
Extrato da Ata de Julgamento das Propostas
Tomada de Preço 06/2011

Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de materiais e mão de obra para execução de serviços de pavimentação asfáltica para recuperação da capa de rolamento da Av. Estrela, das Ruas Pires Silveira, São Pedro, São Sebastião e Hans Dieter Schimidt, no Município de Imbituba.

A Presidente da CPL da Prefeitura Municipal de Imbituba torna público, para fins de intimação e ciência dos interessados, o resultado do julgamento da Proposta de Preços: Empresa vencedora: Setep Construções S.A. CNPJ n.º 83.665.141/0001-50, cujo preço global é de R\$ 652.896,93 (seiscentos e cinquenta e dois mil, oitocentos e noventa e seis reais e noventa e três centavos).

MILENE RIBEIRO
Presidente da CPL

Itapoá

PREFEITURA

Portaria Nº 0979/2011

PORTARIA Nº 0979/2011
De: 21 de setembro de 2011.
EXONERA O (A) SERVIDOR (A), A PEDIDO

ERVINO SPERANDIO, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica exonerado (a) a pedido, o (a) servidor (a) EDUARDO GALDINO DE CASTRO, matrícula 395-6 ocupante do cargo de Agente Operacional, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, conforme Lei Municipal 76/2001.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 21 de setembro de 2011.
ERVINO SPERANDIO
Prefeito Municipal

Ata de Sessão Credenciamento

ATA DE SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DE ENVELOPE DE HABILITAÇÃO
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 03/2011 – CREDENCIAMENTO

Data	26/09/2011	Horário: 13h:54m
Licitação / Modalidade	INEXIGIBILIDADE EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA	Nº 08/2011 PROC. Nº 66/2011 Nº 003/2011

OBJETO:

CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS INTERESSADAS NO FORNECIMENTO DE ALIMENTOS AOS SERVIDORES MUNICIPAIS, NO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ – SANTA CATARINA.

No dia e hora supra mencionados, na sede da Prefeitura Municipal, reuniram-se os Membros da Comissão Permanente de Licitação, conforme Decreto Municipal nº 1298/2011. Observando que o edital do certame foi publicado na imprensa oficial do Município, no Diário oficial dos Municípios, mural público municipal, e site do Município www.itapoa.sc.gov.br, no dia 22/08/2011, a fim de ampla divulgação. Iniciada a sessão os membros da CPL rubricaram os envelopes de habilitação, os quais se encontravam devidamente lacrados. Protocolaram envelopes da chamada pública os seguintes licitantes, a saber:

Protocolo	Nome	Data	Horário
3189/2011	P.R. DA SILVA MATEUS & CIA LTDA-ME	23/09/2011	10:30:46
3165/2011	CARDOSO DE LIMA & SANTOS LTDA-ME	22/09/2011	14:43:28

Em seguida foi aberto os envelopes das licitantes, analisados todos os documentos e rubricados por todos os membros. Neste ato constatou-se que as empresas estavam de acordo com edital, portanto consideradas HABILITADAS. Portanto ficam as empresas P.R. DA SILVA MATEUS & CIA LTDA-ME, e CARDOSO DE LIMA & SANTOS LTDA-ME credenciados para fornecer o objeto da licitação

em epigrafe, e abaixo descrito:

Descrição do objeto	Valor máximo do Tickets (Vale alimentação) R\$
1 Considera-se "alimentos", toda e qualquer substância, orgânica ou mineral, que introduzida no organismo em proporções convenientes e capazes de assegurar ao ser humano o desenvolvimento e a conservação normais no meio em que vive. Em síntese o alimento deve ser comível, ser digerível, e ser nutriente, atendendo as normas e legislação vigentes dos Sistemas de Saúde, Vigilância Sanitária e código do consumidor.	7,00

A sessão foi suspensa pelo prazo necessário à lavratura da presente Ata. Reaberta a sessão, procedeu-se a leitura da mesma, que foi achada conforme. Ciente o licitante do resultado supra, fica o mesmo notificado e abrindo prazo de direito de recurso previsto no art. 109 na Lei 8.666/93 e alterações posteriores. Nada mais havendo digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, indo esta assinada por todos os presentes.

JACKSON ALVES DE ASSUNÇÃO
Presidente da Comissão de Licitação

FERNANDA CRISTINA ROSA
Membro

ISABELA R.DUTRA POHL
Membro

Errata - Pregão Eletrônico Nº 24/2011

MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC
ERRATA - ATAS DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2011
REGISTRO DE PREÇOS Nº 21/2011
PROCESSO Nº 682011

E R R A T A

O município de Itapoá-SC torna público que as ATAS DE REGISTRO DE PREÇO oriundas do Pregão eletrônico respectivo, aonde consta o valor:

o Da Ata de Registro de Preço nº 49/2011 firmada com a empresa A.G. KIENEN & CIA LTDA:

11	Adrenalina (injetável)	ampolas c/1ml cada	15	Hipolabor	R\$ 0,30	R\$ 45,00
----	------------------------	--------------------	----	-----------	----------	-----------

200	Salbutamol (xarope)	frascos c/120 ml	1.000	Hipolabor	R\$ 0,70	R\$ 696,00
-----	---------------------	------------------	-------	-----------	----------	------------

LÊ-SE:

11	Adrenalina (injetável)	ampolas c/1ml cada	150	Hipolabor	R\$ 0,30	R\$ 45,00
----	------------------------	--------------------	-----	-----------	----------	-----------

200	Salbutamol (xarope)	frascos c/120 ml	1.000	Hipolabor	R\$ 0,696	R\$ 696,00
-----	---------------------	------------------	-------	-----------	-----------	------------

o Ata de Registro de Preço nº 50/2011 firmada com a empresa CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA:

34	Biperideno Cloridrato 2mg	comprimidos	10.000	Teuto	R\$ 0,05	R\$ 540,00
----	---------------------------	-------------	--------	-------	----------	------------

LÊ-SE:

34	Biperideno Cloridrato 2mg	comprimidos	10.000	Teuto	R\$ 0,054	R\$ 540,00
----	---------------------------	-------------	--------	-------	-----------	------------

o Ata de Registro de Preço nº 52/2011 firmada com a empresa: COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA

39	Captopril 25mg	comprimidos	8.000	Sanval	R\$ 0,01	R\$ 100,00
----	----------------	-------------	-------	--------	----------	------------

45	Cefalexina 250mg (pó p/ suspensão)	frascos c/60 ml	700	Bergamo	R\$ 1,59	R\$ 1.110,00
----	------------------------------------	-----------------	-----	---------	----------	--------------

52	Clonazepam 0,5mg	comprimidos	6.000	Cristalia	R\$ 0,06	R\$ 366,00
----	------------------	-------------	-------	-----------	----------	------------

110	Fenobarbital 100mg	comprimidos	20.000	Sanval	R\$ 0,305	R\$ 610,00
-----	--------------------	-------------	--------	--------	-----------	------------

159	Metformina 500mg	comprimidos	8.000	Aurobindo Pharf	R\$ 0,366	R\$ 292,80
-----	------------------	-------------	-------	-----------------	-----------	------------

173	Nimesulida 100mg	comprimidos	20.000	Sanval	R\$ 0,232	R\$ 464,00
-----	------------------	-------------	--------	--------	-----------	------------

Total					R\$ 33.339,12	
-------	--	--	--	--	---------------	--

LÊ-SE:

39	Captopril 25mg	comprimidos	8.000	Sanval	R\$ 0,0125	R\$ 100,00
----	----------------	-------------	-------	--------	------------	------------

45	Cefalexina 250mg (pó p/ suspensão)	frascos c/60 ml	700	Bergamo	R\$ 1,586	R\$ 1.110,20
----	------------------------------------	-----------------	-----	---------	-----------	--------------

52	Clonazepam 0,5mg	comprimidos	6.000	Cristalia	R\$ 0,061	R\$ 366,00
----	------------------	-------------	-------	-----------	-----------	------------

110	Fenobarbital 100mg	comprimidos	20.000	Sanval	R\$ 0,0305	R\$ 610,00
-----	--------------------	-------------	--------	--------	------------	------------

159	Metformina 500mg	comprimidos	8.000	Aurobindo Pharf	R\$ 0,0366	R\$ 292,80
-----	------------------	-------------	-------	-----------------	------------	------------

173	Nimesulida 100mg	comprimidos	20.000	Sanval	R\$ 0,0232	R\$ 464,00
-----	------------------	-------------	--------	--------	------------	------------

Total					R\$ 33.339,32	
-------	--	--	--	--	---------------	--

o Ata de Registro de Preço nº 55/2011 firmada com a empresa: PRATI DONADUZZI & CIA LTDA

111	Fluconazol 150mg	cartelas c/ 1	5.000	Prati Do- naduzzi	R\$ 0,01	R\$ 600,00
190	Predniso- na 5mg	comprimi- dos	10.000	Prati Do- naduzzi	R\$ 0,02	R\$ 190,00

LÊ-SE:

111	Fluconazol 150mg	cartelas c/ 1	5.000	Prati Do- naduzzi	R\$ 0,012	R\$ 600,00
190	Predniso- na 5mg	comprimi- dos	10.000	Prati Do- naduzzi	R\$ 0,019	R\$ 190,00

Justifica-se os termos desta errata como erro material, em virtude do arredondamento automático do sistema para aqueles valores que possuem acima de duas casas decimais após a vírgula.

Ficam ratificadas todas as demais condições estabelecidas nas referidas Atas de Registro de Preço.

Itapoá, 26 de setembro de 2011.

ERVINO SPERANDIO Município de Itapoá Prefeito Municipal	FERNANDA CRISTINA ROSA Pregoeira Oficial do Município
---	--

Portaria Nº 0975/2011

PORTARIA Nº 0975/2011

De: 16 de setembro de 2011.

EXONERA O (A) SERVIDOR (A), POR MOTIVO DE APOSENTADORIA.

ERVINO SPERANDIO, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica exonerado (a), por motivo de aposentadoria, o (a) servidor (a) HELENA DOS SANTOS SILVA FERREIRA, matrícula 60308-2 ocupante do cargo de Professor II, lotada na Secretaria de Educação, conforme Lei Municipal 76/2001.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 16 de setembro de 2011.

ERVINO SPERANDIO
Prefeito Municipal

Portaria Nº 0978/2011

PORTARIA Nº 0978/2011

De: 20 de setembro de 2011.

EXONERA O (A) SERVIDOR (A), POR MOTIVO DE APOSENTADORIA.

ERVINO SPERANDIO, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica exonerado (a), por motivo de aposentadoria, o (a) servidor (a) MARIA ZILDA DELALIBERA, matrícula 56604-7/1 ocupante do cargo de Professor II, lotada na Secretaria de Educação, conforme Lei Municipal 76/2001.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua

publicação.

Itapoá - SC, 20 de setembro de 2011.

ERVINO SPERANDIO
Prefeito Municipal

Joaçaba

PREFEITURA

Portaria n.º 3.441

PORTARIA Nº 3.441 DE 22 DE SETEMBRO DE 2011

"CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA - SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) LAURECI TERESINHA DE LIMA, durante o período de 15 de setembro a 20 de dezembro de 2011, para exercer as funções de Professor ACT-CM, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificada em teste seletivo edital 007/2010.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 15 de setembro de 2011, obedecendo o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, em 22 de setembro de 2011

RAFAEL LASKE

Portaria n.º 3.442

PORTARIA Nº 3.442 DE 22 DE SETEMBRO DE 2011

"CONSTITUI COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais,

R E S O L V E ,

1º INSTAURAR "Processo Administrativo", no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação deste ato, para proceder averiguação de relatório da Associação de Pais e Amigos dos Surdos Mantenedora do Centro de Educação e Reabilitação CER-APAS referente ao transporte terceirizado oferecido pelo Município de Joaçaba.

2º DESIGNAR os servidores: MARISETE MACHADO ZAGONEL, DESIREE APARECIDA PINO GOMES E ILTON ANTONIO SCHMITZ, sob a presidência do primeiro, para comporem a Comissão, a fim de dar cumprimento ao disposto no item anterior.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, obedecendo o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 22 de setembro de 2011.

RAFAEL LASKE

Portaria n.º 3.443

PORTARIA Nº 3.443 DE 26 DE SETEMBRO DE 2011

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,
RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) CATIA APARECIDA WIEST, Professor Pós Graduado, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme requerimento protocolado sob n.º 118.818 de 28 de fevereiro de 2011, referente aos períodos de 01 de maio de 2001 a 31 de dezembro de 2003 (24 dias) e 01 de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2010 (12 dias), por um período de 36 (trinta e seis) dias, a partir de 26 de setembro de 2011 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecendo o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 26 de setembro de 2011
RAFAEL LASKE

Portaria n.º 3.444

PORTARIA Nº 3.444 DE 26 DE SETEMBRO DE 2011

"CONCEDE ADICIONAL DE TITULAÇÃO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC) no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60 da Lei Orgânica Municipal e pelo § 1º do art. 68 da Lei Complementar nº 76 e Anexo III e XI da Lei Complementar nº 77 ambas de 11 de dezembro de 2003, RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER ADICIONAL DE TITULAÇÃO a(o) Servidor(a) JOCELAINE VIEIRO CANALE, Professor Licenciatura Plena, conforme pedido protocolado sob n.º 120.237 de 08 de junho de 2011, em função da nova titulação de Pós-Graduação, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, de acordo com o art. 68, § 1º da Lei Complementar nº 76 e Anexo III e XI da Lei Complementar nº 77 ambas de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 08 de junho de 2011, obedecendo o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 26 de setembro de 2011
RAFAEL LASKE

Portaria n.º 3.445

PORTARIA Nº 3.445 DE 26 DE SETEMBRO DE 2011

"CONCEDE ADICIONAL DE TITULAÇÃO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC) no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60 da Lei Orgânica Municipal e pelo § 1º do art. 68 da Lei Complementar nº 76 e Anexo III e XI da Lei Complementar nº 77 ambas de 11 de dezembro de 2003, RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER ADICIONAL DE TITULAÇÃO a(o) Servidor(a) ELIANE KLOTZ, Farmaceutico/Bioquimico, conforme pedido protocolado sob n.º 118.352 de 02 de fevereiro de 2011, em função da nova titulação de Pós-Graduação, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com o art. 68, § 1º da Lei Complementar

nº 76 e Anexo III e XI da Lei Complementar nº 77 ambas de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 13 de julho de 2011, obedecendo o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 26 de setembro de 2011
RAFAEL LASKE

Portaria n.º 3.446

PORTARIA Nº 3.446 DE 26 DE SETEMBRO DE 2011

"CONCEDE ADICIONAL DE TITULAÇÃO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC) no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60 da Lei Orgânica Municipal e pelo § 1º do art. 68 da Lei Complementar nº 76 e Anexo III e XI da Lei Complementar nº 77 ambas de 11 de dezembro de 2003, RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER ADICIONAL DE TITULAÇÃO a(o) Servidor(a) ANA PAULA FRANKE, Farmaceutico/Bioquimico, conforme pedido protocolado sob n.º 118.353 de 02 de fevereiro de 2011, em função da nova titulação de Pós-Graduação, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com o art. 68, § 1º da Lei Complementar nº 76 e Anexo III e XI da Lei Complementar nº 77 ambas de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 03 de agosto de 2011, obedecendo o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 26 de setembro de 2011
RAFAEL LASKE

Portaria n.º 3.447

PORTARIA Nº 3.447 DE 26 DE SETEMBRO DE 2011

"CONCEDE ADICIONAL DE TITULAÇÃO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC) no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60 da Lei Orgânica Municipal e pelo § 1º do art. 68 da Lei Complementar nº 76 e Anexo III e XI da Lei Complementar nº 77 ambas de 11 de dezembro de 2003, RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER ADICIONAL DE TITULAÇÃO a(o) Servidor(a) KATIA TERESINHA LAMB VIER, Professor Licenciatura Plena, conforme pedido protocolado sob n.º 121.635 de 16 de setembro de 2011, em função da nova titulação de Pós-Graduação, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, de acordo com o art. 68, § 1º da Lei Complementar nº 76 e Anexo III e XI da Lei Complementar nº 77 ambas de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 02 de setembro de 2011, obedecendo o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 26 de setembro de 2011
RAFAEL LASKE

Portaria n.º 3.448

PORTARIA Nº 3.448 DE 26 DE SETEMBRO DE 2011

"CONCEDE ADICIONAL DE TITULAÇÃO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC) no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60 da Lei Orgânica Municipal e pelo § 1º do art. 68 da Lei Complementar nº 76 e Anexo III e XI da Lei Complementar nº 77 ambas de 11 de dezembro de 2003, RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER ADICIONAL DE TITULAÇÃO a(o) Servidor(a) ANA BRASIL SIVIERO, Técnico de Administração, conforme pedido protocolado sob n.º 120.838 de 25 de julho de 2011, em função da nova titulação de Graduação, lotado(a) nos Encargos Gerais do Município, de acordo com o art. 68, § 1º da Lei Complementar nº 76 e Anexo III e XI da Lei Complementar nº 77 ambas de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 15 de julho de 2011, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 26 de setembro de 2011
RAFAEL LASKE

Portaria n.º 3.449

PORTARIA Nº 3.449 DE 26 DE SETEMBRO DE 2011

"CONCEDE ADICIONAL DE TITULAÇÃO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC) no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60 da Lei Orgânica Municipal e pelo § 1º do art. 68 da Lei Complementar nº 76 e Anexo III e XI da Lei Complementar nº 77 ambas de 11 de dezembro de 2003, RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER ADICIONAL DE TITULAÇÃO a(o) Servidor(a) ELIZETE ZANINI ZARPELON, Professor Licenciatura Plena, conforme pedido protocolado sob n.º 121.351 de 30 de agosto de 2011, em função da nova titulação de Pós-Graduação, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, de acordo com o art. 68, § 1º da Lei Complementar nº 76 e Anexo III e XI da Lei Complementar nº 77 ambas de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 26 de julho de 2011, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 26 de setembro de 2011
RAFAEL LASKE

Portaria n.º 3.450

PORTARIA Nº 3.450 DE 26 DE SETEMBRO DE 2011

"AUTORIZA A CONVERSÃO EM PECUNIA DE LICENÇA-PREMIO DE SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 57, § 2º do Decreto nº 2.502 de 22 de abril de 2004, resolve;

Art. 1º CONVERTER EM PECÚNIA o período de 12 (doze) dias de licença-prêmio do(a) Servidor(a) GUILHERMINA GLORI CAMPOS MATEVI, Professor Pós-Graduado, conforme requerimento

protocolado sob n.º 109.266 de 17 de abril de 2009, referente ao período de 01 de janeiro de 2004 a 31 de dezembro de 2004, de acordo com o Art. 57, § 2º do Decreto nº 2.502 de 22 de abril de 2004.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 26 de setembro de 2011
RAFAEL LASKE

Portaria n.º 3.451

PORTARIA Nº 3.451 DE 26 DE SETEMBRO DE 2011

"AUTORIZA A CONVERSÃO EM PECUNIA DE LICENÇA-PREMIO DE SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 57, § 2º do Decreto nº 2.502 de 22 de abril de 2004, resolve;

Art. 1º CONVERTER EM PECÚNIA o período de 12 (doze) dias de licença-prêmio do(a) Servidor(a) MARCIA FRANZOI, Professor Licenciatura Plena, conforme requerimento protocolado sob n.º 109.336 de 23 de abril de 2009, referente ao período de 01 de janeiro de 2006 a 31 de dezembro de 2006, de acordo com o Art. 57, § 2º do Decreto nº 2.502 de 22 de abril de 2004.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 26 de setembro de 2011
RAFAEL LASKE

Portaria n.º 3.452

PORTARIA Nº 3.452 DE 26 DE SETEMBRO DE 2011

"AUTORIZA A CONVERSÃO EM PECUNIA DE LICENÇA-PREMIO DE SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 57, § 2º do Decreto nº 2.502 de 22 de abril de 2004, resolve;

Art. 1º CONVERTER EM PECÚNIA o período de 12 (doze) dias de licença-prêmio do(a) Servidor(a) VITORINO ANTONIO NICHELLE, Motorista, conforme requerimento protocolado sob n.º 109.466 de 04 de maio de 2009, referente ao período de 01 de janeiro de 2006 a 31 de dezembro de 2006, de acordo com o Art. 57, § 2º do Decreto nº 2.502 de 22 de abril de 2004.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 26 de setembro de 2011
RAFAEL LASKE

Portaria n.º 3.453

PORTARIA Nº 3.453 DE 26 DE SETEMBRO DE 2011

"AUTORIZA A CONVERSÃO EM PECUNIA DE LICENÇA-PREMIO DE SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 57, § 2º do Decreto nº 2.502 de

22 de abril de 2004, resolve;

Art. 1º CONVERTER EM PECÚNIA o período de 12 (doze) dias de licença-prêmio do(a) Servidor(a) HELIA APARECIDA DE LIMA HARO, Professor Pós-Graduado, conforme requerimento protocolado sob n.º 109.597 de 13 de maio de 2009, referente ao período de 01 de janeiro de 2009 a 31 de dezembro de 2009, de acordo com o Art. 57, § 2º do Decreto nº 2.502 de 22 de abril de 2004.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 26 de setembro de 2011
RAFAEL LASKE

Portaria n.º 3.454

PORTARIA N.º 3.454 DE 26 DE SETEMBRO DE 2011

"AUTORIZA A CONVERSÃO EM PECUNIA DE LICENÇA-PREMIO DE SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 57, § 2º do Decreto nº 2.502 de 22 de abril de 2004, resolve;

Art. 1º CONVERTER EM PECÚNIA o período de 12 (doze) dias de licença-prêmio do(a) Servidor(a) JANA TEREZINHA PINTO PILGER, Técnico de Administração, conforme requerimento protocolado sob n.º 109.688 de 21 de maio de 2009, referente ao período de 01 de janeiro de 2004 a 31 de dezembro de 2004, de acordo com o Art. 57, § 2º do Decreto nº 2.502 de 22 de abril de 2004.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 26 de setembro de 2011
RAFAEL LASKE

Portaria n.º 3.455

PORTARIA N.º 3.455 DE 26 DE SETEMBRO DE 2011

"AUTORIZA A CONVERSÃO EM PECUNIA DE LICENÇA-PREMIO DE SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 57, § 2º do Decreto nº 2.502 de 22 de abril de 2004, resolve;

Art. 1º CONVERTER EM PECÚNIA o período de 12 (doze) dias de licença-prêmio do(a) Servidor(a) ILTON ANTONIO SCHMITZ, Monitor Social, conforme requerimento protocolado sob n.º 109.862 de 01 de junho de 2009, referente ao período de 01 de janeiro de 2004 a 31 de dezembro de 2004, de acordo com o Art. 57, § 2º do Decreto nº 2.502 de 22 de abril de 2004.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 26 de setembro de 2011
RAFAEL LASKE

Portaria n.º 3.456

PORTARIA N.º 3.456 DE 26 DE SETEMBRO DE 2011

"AUTORIZA A CONVERSÃO EM PECUNIA DE LICENÇA-PREMIO DE

SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 57, § 2º do Decreto nº 2.502 de 22 de abril de 2004, resolve;

Art. 1º CONVERTER EM PECÚNIA o período de 12 (doze) dias de licença-prêmio do(a) Servidor(a) NEUSA MARIA SCHMITZ, Monitor Social, conforme requerimento protocolado sob n.º 109.876 de 02 de junho de 2009, referente ao período de 01 de janeiro de 2004 a 31 de dezembro de 2004, de acordo com o Art. 57, § 2º do Decreto nº 2.502 de 22 de abril de 2004.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 26 de setembro de 2011
RAFAEL LASKE

Portaria n.º 3.457

PORTARIA N.º 3.457 DE 26 DE SETEMBRO DE 2011

"AUTORIZA A CONVERSÃO EM PECUNIA DE LICENÇA-PREMIO DE SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 57, § 2º do Decreto nº 2.502 de 22 de abril de 2004, resolve;

Art. 1º CONVERTER EM PECÚNIA o período de 12 (doze) dias de licença-prêmio do(a) Servidor(a) PAULO HENRIQUE STROHER, Professor Pós-Graduado, conforme requerimento protocolado sob n.º 110.305 de 07 de julho de 2009, referente ao período de 01 de janeiro de 2004 a 31 de dezembro de 2004, de acordo com o Art. 57, § 2º do Decreto nº 2.502 de 22 de abril de 2004.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 26 de setembro de 2011
RAFAEL LASKE

Portaria n.º 3.458

PORTARIA N.º 3.458 DE 26 DE SETEMBRO DE 2011

"AUTORIZA A CONVERSÃO EM PECUNIA DE LICENÇA-PREMIO DE SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 57, § 2º do Decreto nº 2.502 de 22 de abril de 2004, resolve;

Art. 1º CONVERTER EM PECÚNIA o período de 12 (doze) dias de licença-prêmio do(a) Servidor(a) DIRCE MARIA CARPEGIANI GAVASSO, Telefonista, conforme requerimento protocolado sob n.º 110.448 de 16 de julho de 2009, referente ao período de 01 de janeiro de 2005 a 31 de dezembro de 2005, de acordo com o Art. 57, § 2º do Decreto nº 2.502 de 22 de abril de 2004.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 26 de setembro de 2011
RAFAEL LASKE

Portaria n.º 3.459

PORTARIA N.º 3.459 DE 26 DE SETEMBRO DE 2011

"AUTORIZA A CONVERSÃO EM PECUNIA DE LICENÇA-PREMIO DE SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 57, § 2º do Decreto nº 2.502 de 22 de abril de 2004, resolve;

Art. 1º CONVERTER EM PECÚNIA o período de 12 (doze) dias de licença-prêmio do(a) Servidor(a) VALDECIR VALENTIN DAROLD, Motorista, conforme requerimento protocolado sob n.º 110.580 de 27 de julho de 2009, referente ao período de 01 de janeiro de 2007 a 31 de dezembro de 2007, de acordo com o Art. 57, § 2º do Decreto nº 2.502 de 22 de abril de 2004.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 26 de setembro de 2011
RAFAEL LASKE

IMPRES

Portaria 86/2011 - IMPRES

PORTARIA 086/2011 DE SETEMBRO DE 2011

A Diretora-Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba - IMPRES, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 79, da Lei Complementar nº 099/2005, de 24 de junho de 2005, e suas alterações e tendo em vista o que consta do processo nº 84, de 18 de agosto 2011, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder aposentadoria voluntária por tempo de contribuição, a APARECIDA FERREIRA DE LIMA MARTINS, inscrita no CPF sob o nº 358.050.569-68, portadora do RG nº 11/R 4.620.722, inscrita no PASEP sob o nº 123.09504.19-1, ocupante do cargo de Professora Licenciatura Plena, lotada na Secretaria de Educação, do quadro efetivo da Prefeitura de Joaçaba, matrícula funcional nº 8.127, nos termos dos arts. 21 e 24, da Lei Complementar nº 099/2005.

Art. 2º. Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria voluntária por tempo de contribuição, em caráter integral, correspondente a 100% (cem por cento) da última remuneração da servidora, considerando-se a proporcionalidade de 40% (quarenta por cento) do adicional de titulação.

Parágrafo único. Os proventos serão reajustados nos termos do art. 52 da Lei Complementar nº 99/2005.

Art. 3º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de outubro de 2011.

Joaçaba-SC, de 21 de setembro de 2011.
ELISABET MARIA ZANELA SARTORI
Diretora Presidente

SIMAE

Alteração edital Pregão 32/2011

TERMO DE ALTERAÇÃO DO EDITAL PREGÃO PRESENCIAL N.º 0032/2011

A Diretora do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto - SIMAE, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta

do Processo Licitatório nº 0044/2011, Edital Pregão nº 0032/2011, com data de abertura prevista para o dia 29/09/2011, às 14:00 horas, comunica aos interessados o adiamento da licitação para o dia 10 de OUTUBRO de 2011 às 14:00 horas, motivada pela necessidade de readequação do edital nos seguintes termos:

O subitem 4.4.1, letra "h" do Edital passa a vigorar com a seguinte redação:

4.4.1.

h) Certificado de Homologação para os equipamentos a serem instalados nos veículos da Frota do SIMAE emitido pela ANATEL conforme Resolução Anatel nº 242 de 30/11/2000;

O parágrafo 5º do Anexo III - Termo de Referência passa a vigorar com a seguinte redação:

Deverá apresentar Certificado de Homologação para os equipamentos a serem instalados nos veículos da Frota do SIMAE emitido pela ANATEL conforme Resolução Anatel nº 242 de 30/11/2000.

Prevalecem mantidas as demais condições do edital.

Joaçaba (SC), 27 de setembro de 2011.

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI

Diretora Presidente do SIMAE

Lages

PREFEITURA

Chamamento Publico 02-2011 PML

AVISO DE EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO 02/2011

A Prefeitura do Município de Lages, através da Secretaria Municipal de Habitação, torna público para conhecimento dos interessados que encontra-se disponível o Edital de Chamamento Público nº 02/2011, que tem como objeto Contratação de Empresa de Engenharia para a Execução de Conjuntos Habitacionais para atender o Público do Programa do Governo Federal "Minha Casa Minha Vida", nesta cidade. A retirada do Edital far-se-á de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 12:00 e das 14:00 às 18:00 horas, na Sala de Licitações, à Rua Benjamin Constant nº 13, Lages/SC, ou através de solicitação via e-mail licitalages@lag.es.gov.br. Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 27 de setembro de 2011.

ANTÔNIO CESAR ALVES DE ARRUDA

Secretário de Administração

Lauro Muller

PREFEITURA

Comunicado de Audiencia

COMUNICADO

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal de Lauro Müller - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 48, Parágrafo Único da Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, consoante Lei Municipal, COMUNICA as entidades civis organizadas e a população em geral, que realizará AUDIÊNCIA PÚBLICA, às 16:00 horas do dia 30 de setembro de

2011, no Auditório Municipal da Prefeitura, sito à Rua Walter Vetterli, nº 239, Centro, Lauro Müller, Santa Catarina, para discussão sobre a elaboração da LOA - LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL PARA O EXERCÍCIO DE 2012 e AVALIAÇÃO DO 2º QUADRIMESTRE DE 2011 DAS METAS FÍSICAS E FISCAIS, da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, Fundação Ambiental Municipal de Lauro Müller, do Fundo Municipal de Saúde e da Autarquia Pública Hospital Municipal Henrique Lage.

Lauro Müller - SC, 26 de setembro de 2011.

HÉLIO LUIZ BUNN

Prefeito Municipal

Lindóia do Sul

PREFEITURA

Lei Ordinária N. 1.037/2011

LEI ORDINÁRIA N.º 1.037/2011, DE 26 DE SETEMBRO DE 2011 DENOMINA E ALTERA NOME DE PRÉDIOS PÚBLICOS, ALTERA A LEI ORDINÁRIA 675/2006 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu Adierson Carlos Bussolaro, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, sanciono a seguinte Lei Ordinária:

Art. 1º O art. 1º da Lei Ordinária Nº 675 de 24 de novembro de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

[]

Art. 1º Os edifícios públicos, dos locais a seguir relacionados, passam a ter a seguinte denominação:

I - construído na Rua da Amizade, de "Prédio Ariane Kell"

II - construído na Rua João Paulo II, de "Prédio Roselene Fátima Bussolaro"

[]

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO

Prefeito Municipal

MARINÊS RIBEIRO PERONDI

Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado,

Em, 26 de setembro de 2011

SANDRA REGINA ZUANAZZI

Técnico Administrativo

Lei Ordinária N. 1.038/2011

LEI ORDINÁRIA N.º 1.038/2011, DE 26 DE SETEMBRO DE 2011 AUTORIZA O CANCELAMENTO DE DÍVIDA ATIVA DOS CONTRIBUINTES WERNER E MARIEI LEMANIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Faço saber que a Câmara Municipal de Lindóia do Sul aprovou e eu Adierson Carlos Bussolaro, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica deste Município, sanciono a seguinte Lei Ordinária:

Art. 1º Fica autorizado ao setor de tributação proceder ao

cancelamento e baixa da dívida ativa, referente ao código nº 190, ano parcela 2001/011, 2001/012 e 2002/001, em nome do contribuinte cadastrado sob o nº 204 - Werner e Mariei Lemanis.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga as disposições em contrário.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO

Prefeito Municipal

MARINÊS RIBEIRO PERONDI

Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado,

Em, 26 de setembro de 2011

SANDRA REGINA ZUANAZZI

Técnico Administrativo

Lei Ordinária N. 1039/2011

LEI ORDINÁRIA N.º 1.039/2011, DE 26 DE SETEMBRO DE 2011 REMANEJA RECURSOS DO EXERCÍCIO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Faço saber que a Câmara Municipal de Lindóia do Sul aprovou e eu Adierson Carlos Bussolaro, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, sanciono a seguinte Lei Ordinária:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, nos termos do art. 40 e seguintes da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64, autorizado a proceder a abertura, através de Crédito Adicional Suplementar da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 04: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade 01 - Diretoria de Educação

Projeto/Atividade 2.014 - Manutenção do Ensino Fundamental

3.3.90.00.00.00.00.0105- Aplicações Diretas	R	\$
30.000,00		

Art. 2º Os recursos necessários para suplementação das dotações constantes no art. 1º, ocorrerá por conta anulação das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão 03: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Unidade 01 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças

Projeto/Atividade 0.000 - Encargos Especiais

3.2.90.00.00.00.00.0104- Aplicações Diretas	R	\$
30.000,00		

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO

Prefeito Municipal

MARINÊS RIBEIRO PERONDI

Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado,

Em, 26 de setembro de 2011

SANDRA REGINA ZUANAZZI

Técnico Administrativo

Decreto N. 2.173/2011

DECRETO Nº 2.173/2011, DE 26 DE SETEMBRO DE 2011.
REMANEJA RECURSOS DO EXERCÍCIO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO, Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, conforme Lei Ordinária Nº 1.038/2010 de 26 de Setembro de 2011:

D E C R E T A

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, nos termos do art. 40 e seguintes da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64, autorizado a proceder a abertura, através de Crédito Adicional Suplementar da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 04: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,CULTURA E ESPORTES

Unidade 01 - Diretoria de Educação

Projeto/Atividade 2.014 - Manutenção do Ensino Fundamental

3.3.90.00.00.00.00.00.0105- Aplicações Diretas	R	\$
30.000,00		

Art. 2º Os recursos necessários para suplementação das dotações constantes no art. 1º, ocorrerá por conta anulação das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão 03: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Unidade 01 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças

Projeto/Atividade 0.000 - Encargos Especiais

3.2.90.00.00.00.00.00.0104- Aplicações Diretas	R	\$
30.000,00		

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado,
Em, 26 de Setembro de 2011

SANDRA REGINA ZUANAZZI
Técnico Administrativo

Decreto N. 2.174/2011

DECRETO Nº 2.174/2011, DE 26 DE SETEMBRO DE 2011.
NOMEIA SECRETÁRIO INTERINO DE INFRA-ESTRUTURA E TRANSPORTES

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO, Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município:

D E C R E T A

Art. 1º. Fica nomeado o Sr. ADILSON MORETTO, para responder interinamente pela Secretaria de Infra-Estrutura e Transportes, em virtude do afastamento temporário do titular.

Art. 2º. O nomeado não perceberá qualquer remuneração relativa à incumbência e responderá, concomitantemente, pelas atribuições do seu cargo de Diretor de Urbanismo.

Art. 3º. O presente Decreto entra em vigor a partir de sua publicação, convalidando os atos praticados pelo nomeado a partir de 19/09/2011.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado,
Em, 26 de Setembro de 2011

SANDRA REGINA ZUANAZZI
Técnico Administrativo

Extrato carta convite conserto motoniveladora

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE CARTA CONVITE Nº 07/2011

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO - Prefeito Municipal, de Lindóia do Sul, SC, torna público que fará realizar, Licitação na modalidade de CARTA CONVITE, na forma da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, para contratação de empresa, com o fornecimento de Peças e Serviços para conserto da motoniveladora 120B, ano 1990, no dia 06 de outubro de 2011, as 08:30 horas, com recebimento dos envelopes de documentos e propostas até as 08:15 horas do mesmo dia, no setor de licitações, situada na Rua Tamandaré, 98, junto ao Prédio da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, SC. Neste mesmo local, no horário de expediente, ou pelo site www.lindoiadosul.sc.gov.br, poderá ser obtido a íntegra do edital, assim como, demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 26 de setembro de 2011.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO

Prefeito Municipal.

Extrato Pregão Aquisição Cesta Basica

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 40/2011

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO- Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, SC, torna público que fará realizar, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL na forma da Lei nº 10.520/02, para aquisição de forma parcelada de gêneros alimentícios para composição da cesta básica para os servidores públicos municipais, no dia 13 de outubro de 2011, as 14:00, com recebimento dos envelopes de documentos e propostas até as 13:45 do mesmo dia, junto ao Prédio da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, SC. Neste mesmo local, no horário de expediente, ou pelo site, www.lindoiadosul.sc.gov.br, poderá ser obtido a íntegra do edital, assim como, demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 27 de setembro de 2011.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO

Prefeito Municipal

Extrato pregão aquisição de tecidos linhas e botoes

MUNICIPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

Fundo Municipal de Saúde

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2011 FMS

GENIR LOLI - Secretario de Saúde e Ação Social de Lindóia do Sul, SC, torna público que fará realizar, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL na forma da Lei nº 10.520/02, para aquisição de tecidos linhas e botões, as 08:30 horas, do dia 13 de outubro de 2011, com recebimento dos envelopes de documentos e propostas até as 08:15 horas do mesmo dia, no setor de licitações, situada na Rua Tamandaré, 98, junto ao Prédio da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, SC. Neste mesmo local, no horário de expediente, ou pelo site www.lindoiadosul.sc.gov.br, poderá ser

obtido a íntegra do edital, assim como, demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 26 de setembro de 2011.
GENIR LOLI
Secretário de Saúde e Ação Social

Extrato do Contrato 128/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 128/2011 - 2º TA 93/2011

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: H2O AMBIENTAL LTDA
Objeto: Prorrogação do prazo de entrega dos projetos loteamento de cunho social e licenciamento ambiental, por mais 30 dias consecutivos.
Vigência: 31 de dezembro de 2011.
Assinatura: 02 de setembro de 2011.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO
Prefeito Municipal

Luzerna

PREFEITURA

Extrato Homologação pml.008.11 - IMPRESSOS

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO
Carta Convite nº 008/2011

O Prefeito de Luzerna, NORIVAL FIORIN, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 0064/2011, nos seguintes termos:

- Modalidade: Convite
- Objeto: Contratação de empresa especializada para a execução, de forma parcelada, de impressos gráficos, destinados à Unidade Gestora - Prefeitura de Luzerna e os Fundos Especiais.
- Empresa(s) Vencedora(s): GRAFLUZ GRÁFICA E EDITORA LTDA
- Valor total: R\$ 37.563,95

Luzerna (SC), 23 de setembro de 2011.
NORIVAL FIORIN
Prefeito de Luzerna

Extrato Pregão pml.037.2011 - MUSEU

EDITAL
Pregão Presencial nº 037/2011

A PREFEITURA DE LUZERNA (SC), por intermédio do Prefeito Municipal, NORIVAL FIORIN, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO para REGISTRO DE PREÇO.

OBJETO: Aquisição de mobiliário em geral destinado ao Museu Frei Miguel;
REGIMENTO: Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e Decreto Municipal nº 708 de 06/01/06, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 de 21/06/1993 e alterações posteriores.
ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 08h do dia 13 de outubro de

2011.

ABERTURA DAS PROPOSTAS, CREDENCIAMENTO E SESSÃO DE LANCES: às 08h10min do dia 13 de outubro de 2011
OBTENÇÃO DO EDITAL: pelo site www.luzerna.sc.gov.br
MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo fone/fax: (049) 3551-4700.

Edital de Divulgação do Resultado Final do Processo Seletivo - Edital 004/2011

EDITAL DE DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO DESTINADO A PROVER VAGA TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES DO MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC)
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 004/2011 de 16 de setembro de 2011.

A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, torna público o resultado final do Processo Seletivo destinado a prover vaga temporária de excepcional interesse público na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes do Município de Luzerna(SC):
Emprego Público: PROFESSOR II - LÍNGUA INGLESA - HABILITADO

Inscr.	Candidato	Formação	Tempo de Serviço	Horas de Curso	Pontuação Final	Colocação
002	Simone Brezolin	2 pts	0 pts	2 pt	4 pts	1º*
001	Francieli Prando Dacas Lockstein	2 pts	0 pt	2 pt	2 pts	2º

*Critério de desempate: conforme item 5.2 do edital.

Luzerna(SC), 28 de setembro de 2011.
ANELIZE SANTANNA SIMON
Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

Fica homologado o Resultado Final do PROCESSO SELETIVO destinado a prover vaga temporária de excepcional interesse público na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes do Município de Luzerna(SC), Edital nº 004/2011.

Luzerna(SC), 28 de setembro de 2011.
NORIVAL FIORIN
Prefeito Municipal

Massaranduba

PREFEITURA

Lei Nº 1283/2011

LEI Nº 1283/2011
Dá nova redação ao parágrafo 4º do artigo 3º da Lei nº 1239/2010.

MÁRIO FERNANDO REINKE, Prefeito do Município de Massaranduba (SC), faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterada a redação do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei nº 1239/2010 de 01 de novembro de 2010, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º []
§1º []
§2º []
§3º []

§4º A agência ou lotérica que descumprir o artigo 3º pagará multa no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais), por cliente que tiver seu tempo excedido.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba Em, 06 de Maio de 2011.
MARIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente da data supra,

MAURICIO PRAWUTZKI
Secretário de Administração e Finanças

Decreto Nº. 2270 de 23 de Setembro de 2011

DECRETO Nº. 2270 DE 23 DE SETEMBRO DE 2011
Abre Crédito Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº. 1256 de 07 de Dezembro de 2010, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito suplementar no valor de R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais), do seguinte programa e verba abaixo discriminados:

0600 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
0601 - GERÊNCIA DE SAÚDE
0601.010.301.0100.2029 - Manutenção da Secretaria de Saúde
0601 - 33900000 - Aplicações Diretas
0601 - 30200 - Receita de Impostos e Transf. Impostos - Saúde
R\$ 5.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão do Superávit Financeiro apurado no exercício de 2010.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 23 de Setembro de 2011
MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

MAURÍCIO PRAWUTZKI
Secretário de Adm. e Finanças

Decreto Nº. 2271 de 23 de Setembro de 2011

DECRETO Nº. 2271 DE 23 DE SETEMBRO DE 2011
Abre Crédito Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº. 1256 de 07 de Dezembro de 2010, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito suplementar no valor de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais), do seguinte programa e verba abaixo discriminados:

0600 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
0602 - GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA
0602.010.301.0100.2031 - Manutenção das atividades do PACS
0601 - 33900000 - Aplicações Diretas
0601 - 10200 - Receita de Impostos e Transf. Impostos - Saúde
R\$ 20.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão da anulação no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)

do seguinte programa e verba abaixo discriminados:

0600 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
0602 - GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA
0602.010.301.0100.2031 - Manutenção das atividades do PACS
0601 - 31900000 - Aplicações Diretas
0601 - 10200 - Receita de Impostos e Transf. Impostos - Saúde
R\$ 20.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 23 de Setembro de 2011
MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

MAURÍCIO PRAWUTZKI
Secretário de Adm. e Finanças

Decreto Nº. 2272 de 23 de Setembro de 2011

DECRETO Nº. 2272 DE 23 DE SETEMBRO DE 2011
Abre Crédito Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº. 1256 de 07 de Dezembro de 2010, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito suplementar no valor de R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais), do seguinte programa e verba abaixo discriminados:

0600 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
0602 - GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA
0602.010.302.0100.2037 - Manutenção do Hospital de Massaranduba
0602 - 33900000 - Aplicações Diretas
0602 - 10200 - Receita de Impostos e Transf. Impostos - Saúde
R\$ 30.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão da anulação no valor de R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais) do seguinte programa e verba abaixo discriminados:

0600 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
0602 - GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA
0602.010.302.0100.2037 - Manutenção do Hospital de Massaranduba
0601 - 31900000 - Aplicações Diretas
0601 - 10200 - Receita de Impostos e Transf. Impostos - Saúde
R\$ 30.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 23 de Setembro de 2011
MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

MAURÍCIO PRAWUTZKI
Secretário de Adm. e Finanças

Decreto Nº. 2273 de 26 de Setembro de 2011

DECRETO Nº. 2273 DE 26 DE SETEMBRO DE 2011
Abre Crédito Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas

atribuições e de acordo com a Lei nº. 1256 de 07 de Dezembro de 2010, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito suplementar no valor de R\$ 7.800,00 (Sete mil e oitocentos reais), do seguinte programa e verba abaixo discriminados:

0700 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
0701 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
0701.008.244.0080.2023 - Assistência Social a Famílias Carentes
0701 - 33900000 - Aplicações Diretas
0701 - 30000 - Recursos Ordinários R\$ 7.800,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão do Superávit Financeiro apurado no exercício de 2010.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 26 de Setembro de 2011
MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

MAURÍCIO PRAWUTZKI
Secretário de Adm. e Finanças

Processo Licitatório Nº. 58/2011

PREFEITURA DE MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 58/2011
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 23/2011-PMM

A Prefeitura Municipal de Massaranduba, torna público que de acordo com a Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, realizará licitação na Modalidade de Pregão Presencial, com adjudicação por item, objetivando a aquisição de um Ônibus escolar com capacidade para 61 passageiros sentados, contendo as seguintes especificações mínimas:

* 01 chassi para ônibus novo, 0 km, ano/modelo 2011; motor dianteiro de 04 cilindros verticais em linha movido a óleo diesel; injeção eletrônica direta com 4 bicos individuais de combustível; turbocooler e aftercooler; potencia de no mínimo 175 cv; caixa de cambio com 06 (seis) marchas a frente e uma a ré; embreagem com acionamento hidropneumático; direção hidráulica; freios a ar comprimido de 2 circuitos, com tambor nas rodas dianteiras e traseiras e regulador automático; de desgaste de freios, freio motor com borboleta no escapamento e eletro pneumático sobre o cabeçote do motor; tanque de combustível com capacidade de no mínimo 290 litros; barra estabilizadora dianteira e traseira; pneus sem câmara, equipado com aros 7,50-22,5 e pneus 275/80 R 22,5; chave de roda, alavanca, macaco, triangulo, extintor de incêndio; peso bruto total de no mínimo 13.500 kg.

Montado em uma Carroceria tipo lotação (escolar) de fabricação nacional nova, 0 km, ano/modelo 2011, fabricada em aço galvanizado revestida externamente com chapas de alumínio e pintura anticorrosiva, poltrona do motorista com regulagem para frente e lateral, com cinto de segurança de 03 (três) pontas, parede divisória padrão escolar, pára-brisa alto bi partido, sem itinerário na caixa de vista, com itinerário mecânico interno lado superior direito, com 01 (uma) porta de serviço tipo urbana de duas folhas para embarque e desembarque, com acionamento pneumático controlada pelo motorista, localizada no balanço dianteiro LD, com capacidade para no mínimo 61 (sessenta e um) passageiros sentados mais o motorista, poltronas fixas estofadas 3x2 modelo escolar, revestida em corvin, com cintos de segurança abdominal individual para todos os passageiros, largura externa da carroceria

de no mínimo 2460 mm sem contar os retrovisores (espelho) ou pára-lamas adicionais, altura interna mínima 1950 mm do piso ao teto, altura externa mínima 3100 mm, comprimento total do veículo de no mínimo 11200 mm, assoalho em alumínio lavrado, vigia traseiro fechado em fibra, janelas com dois vidros superiores móveis e um inferior fixo, tipo escolar, com vidros fumê, porta estepe tipo cesto no entre eixo com chave portinhola; pintura amarelo, com Faixas Escolar, Padrão Escolar. Saídas de emergência e demais itens de segurança exigidos pelo Código Nacional de Trânsito.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 14:00h do dia 13/10/2011.
CREDENCIAMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS: 14:30h do dia 13/10/2011. INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital e outras informações poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal de Massaranduba, situada na Rua 11 de Novembro, 2765 - Centro, das 7:30h as 11:30h e das 13:00h as 17:00h ou site: www.massaranduba.sc.gov.br.

Massaranduba, 26 de Setembro de 2011.
MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Meleiro

PREFEITURA

Portaria n.º 307/2011

PORTARIA n.º 307/2011
TRATA DA EXONERAÇÃO DE LAVADOR/ ENGRAXADOR.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, Lei nº 809/2000 e suas alterações, Lei Complementar nº 014/2005, de 27 de outubro de 2005, Lei Complementar 027/2009, de 28 de dezembro de 2009 e Lei n.º 910/2002, de 13 de março de 2002, RESOLVE:

EXONERAR

Art. 1.º O Senhor VENÍCIO AMÉRICO, ocupante do cargo de Lavador /Engraxador, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, exercendo suas atividades na Secretaria de Obras e Desenvolvimento Urbano.

Art. 2.º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 26/09/2011.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 26 de Setembro de 2011.
JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

Portaria n.º 308/2011

PORTARIA n.º 308/2011
TRATA DA EXONERAÇÃO DE PROFESSORA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, Lei n.º 910/2002, de 13 de março de 2002, Lei nº 1408/2009,

de 28 de dezembro de 2009, Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, RESOLVE:
EXONERAR

Art. 1.º A Senhora SABRINA PEREIRA PIETSCH BENEDET, ocupante do cargo de Professora Act, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, nível de referência conforme anexo III da Lei nº 1409/2009 - 80%, na Escola de Educação Básica Municipal Alexandre Rocha, em virtude do retorno de licença saúde da servidora Andréia da Rocha Gonçalves Felisberto.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 305/2011.

Meleiro, 27 de Setembro de 2011.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

Portaria n.º 309/2011

PORTARIA n.º 309/2011
TRATA DA EXONERAÇÃO DE PROFESSORA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, Lei n.º 910/2002, de 13 de março de 2002, Lei nº 1408/2009, de 28 de dezembro de 2009, Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, RESOLVE:
EXONERAR

Art. 1.º A Senhorita VANESSA FERNANDES XAVIER, ocupante do cargo de Professora Act, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, nível de referência conforme anexo III da Lei nº 1409/2009 - 80%, no Centro Municipal de Educação Infantil Chapuzinho Vermelho, em virtude do retorno de licença saúde da servidora Andréia da Rocha Gonçalves Felisberto.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 306/2011.

Meleiro, 27 de Setembro de 2011.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

Aditivo Nº. 002/2011 - Contrato Nº. 004/2010

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE SOFTWARE

(CONTRATO n.º 004/2010)

ADITIVO Nº. 002/2011 AO CONTRATO Nº. 004/2010
ACRESCIMO

Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº. 004/2010, firmado em 15 de fevereiro de 2010, que entre si celebram o SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO DE MELEIRO - SAMAE, sito à Rua Sete de Setembro, 193 - Centro, Meleiro/SC, representada

pelo seu Diretor o Sr. EVERALDO MARTINS, inscrita no CNPJ sob o nº. 10.676.399/0001-89, doravante denominada CONTRATANTE, e a Empresa SANDRINI & BOTEGA, pessoa jurídica de direito privado com sede na Rodovia Claudino Abel Botega, nº. 7120 Bairro Garopaba do Sul na cidade de Jaguaruna/SC, inscrita no CNPJ sob nº. 00.796.042/0001-80, neste ato representado pela Sr. ANDERSON SANDRINI BOTEGA, doravante denominada CONTRATADO, já qualificadas no Contrato original, tem justo e acordado a alteração de ACRESCIMO mediante as seguintes cláusulas e condições: CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Compõe o objeto do presente Contrato CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM GESTÃO DE SANEAMENTO COM A FINALIDADE DE EXECUTAR OS SERVIÇOS DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA COMERCIAL PARA OS SERVIÇOS DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA OPERACIONAL DO SAMAE - SERVIÇOS AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICIPIO DE MELEIRO.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR

Contratante pagará a Contratada, de forma mensal, até o dia 05 (cinco) do mês subsequente ao vencimento o valor correspondente à locação do sistema acima discriminado, conforme segue com o valor já reajustado pelo IGPM acumulado do período, gerando um valor total de R\$ 4.264,00 (quatro mil duzentos e sessenta e quatro reais).

- Índice/Frequência de reajuste dos valores deste contrato: IGPM/FGV (anual)

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DOTAÇÕES

As despesas resultantes deste correrão a conta de Dotações Orçamentárias consignadas na seguinte classificação: 3.3.90.39.99.00.00.00 (18).

CLÁUSULA QUARTA - DAS DEMAIS CLAUSULA

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Meleiro, 01 de junho de 2011.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

SANDRINI & BOTEGA LTDA
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

a) _____

CPF nº. ____/____/____ - ____

b) _____

CPF nº. ____/____/____ - ____

Monte Carlo

PREFEITURA

Edital do Pregão Presencial Nº 29/2011

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITAÇÃO Nº 59/2011

EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2011

REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. Antoninho Tiburcio Gonçalves no uso de suas atribuições, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL visando o REGISTRO DE PREÇO para contratações futuras do objeto abaixo indicado. Os envelopes de "PROPOSTA DE PREÇOS" e "DOCUMENTAÇÃO" deverão ser entregues no Setor de Licitações, localizado na sede deste Município - Rodovia SC 456 Km 15, Centro, Monte Carlo, SC. Os envelopes deverão ser entregues até as 08:45 horas do dia 11/10/2011 ou do primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente nesta data. Abertura da sessão no mesmo dia às 09:00 horas. A presente licitação será do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, consoante as condições estatuídas neste Edital e será regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, bem como pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos.

1 - DO OBJETO

O presente pregão tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS DE VALOR POR KM para TRANSPORTE INTERMUNICIPAL DE UNIVERSITÁRIOS E TRANSPORTE ESCOLAR, CONFORME A NECESSIDADE, E DE ACORDO COM AS REGRAS DO ANEXO VII.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL: Prefeitura Municipal de Monte Carlo, sala de Licitações da Secretaria de Administração e Finanças, situada na Rodovia SC 456 km 15. HORÁRIO: Das 08:00 às 17:00 .TELEFONE/FAX: (0**49) 546- 0194, e ainda na pagina www.montecarlo.sc.gov.br.

MONTE CARLO, 27/09/2011.
ANTONINHO TIBURCIO GONÇALVES
Prefeito Municipal

Morro da Fumaça

PREFEITURA

Convocação de audiência pública

MORRO DA FUMAÇA-SC. Convocação de audiência pública para apresentação da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e da Lei Orçamentária Anual - LOA. Local: Câmara de Vereadores, Rua Vinte de Maio, nº 100, Centro, Morro da Fumaça-SC. Data/Hora: 17/10/2011 as 17:00 horas.

BALTARZAR PELLEGRIN
Prefeito Municipal.

Navegantes

PREFEITURA

Aviso de Licitação - Pregão Presencial nº 06/2011FMV

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2011FMV
>

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE VEÍCULO TIPO CAMINHONETE CABINE DUPLA, 4X4 ANO 2011 E MODELO 2012, COMBUSTIVEL DIESEL PARA A DELEGACIA DE POLICIA CIVIL DE NAVEGANTES. Data da entrega dos envelopes: até às 09:00 hs do dia 11/10/2011.

Abertura envelopes: às 09:10 hs do dia 11/10/2011. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº. 100 em Navegantes/SC ou no site; www.navegantes.sc.gov.br.

Navegantes, 26 de setembro de 2011.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Aviso de Licitação - Pregão Presencial nº 132/2011PMN

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
PREGÃO PRESENCIAL Nº 132/2011PMN

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE TOLDO FIXO, TOLDO CORTINA E TOLDO PASSARELA INSTALADO PARA ATENDER A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, SUAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES.. Data da entrega dos envelopes: até às 14:00 hs do dia 11/10/2011. Abertura envelopes: às 14:10 hs do dia 11/10/2011. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº. 100 em Navegantes/SC ou no site; www.navegantes.sc.gov.br. Navegantes, 26 de setembro de 2011.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Edital de Notificação de Cobrança de Dívida Ativa Referente À ISSQN, TLL, Receitas Diversas, Receitas de Fiscalização, Multas e Taxas de Certidão

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

CGC 83.102.855/0001-50
Avenida João Emílio, 100.

Centro - 88.375-000 - Navegantes -sc

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE COBRANÇA DE DÍVIDA ATIVA REFERENTE À ISSQN, TLL, RECEITAS DIVERSAS, RECEITAS DE FISCALIZAÇÃO, MULTAS E TAXAS DE CERTIDÃO

A Secretaria de Finanças do Município de Navegantes, comunica a todos os Contribuintes, devedores da Fazenda Pública Municipal que os débitos referente a ISSQN, TLL, RECEITAS DIVERSAS, RECEITAS DE FISCALIZAÇÃO, MULTAS E TAXAS DE CERTIDÃO foram inscritos em Dívida Ativa.

O não pagamento da Dívida com o Município até o Dia 28 de Outubro de 2011 implicará em cobrança Judicial.

O Contribuinte que quiser quitar seu débito ou parcelá-lo, antes da propositura da ação judicial deve procurar a Prefeitura Municipal, no Atendimento do Setor de IPTU, ou pelo telefone 047 3342 9553.

EXECUÇÃO FISCAL 2011

CAD. ECONOMICO	CÓD. CONTRIBUINTE	NOME	ANOS	RECEITAS
9325	11922	ALBERTO JOSE HEUSI RASSELE	2007/2010	ISSQN/ISS/TLL
9429	12136	ALTAIR ANTONIO MARIAN JUNIOR	2007 Á 2010	TLL/ISSQN/ISS
8402	9922	ANDREA INACIO RICOBOM ME	2007/2010	ISSQN/MULTA/TLL
8212	9716	ANTONIO JOSE GARCIA ME	2006/2009/2010	TLL/ISSQN
4985	5289	ANTONIO NATAL DA LUZ ME	2007 Á 2010	TLL/RD
8587	10097	ARAGÃO INFORMÁTICA LTDA	2007 Á 2010	TLL/ISSQN

8147	9657	AUTO MECANICA NAVECAR LTDA ME	2007/2009/2010	ISSQN/TLL
244	5307	AUTO VIAÇÃO RAINHA LTDA	2007/2009	ISSQN/RD
5194	2068	CHARLES GOEDERT	2007/2008/2010	RD/TXCER
9832	12971	CONSTRUTORA CONSTRUNOLL LTDA	2007 Á 2010	ISSQN/TLL/MULTA
9682	12641	CRISTAUS REPRESENTAÇÕES COM	2006	ISSQN
9336	11936	DIOGO MAFRA ME	2006 Á 2010	TLL
5525	5464	DROGARIA LONGA VIDA LTDA	2007 Á 2010	TLL
6337	61738	EMPRESAMENTOS IMOB OSVALDO	2007 Á 2010	RD/TXCER
9168	11477	ESPINDOLA VIDEO LOCADORA LTDA	2007/2009/2010	TLL
9051	11044	ESTALEIRO REF. E CONSTR.NAVAIS MARIJON	2006/2009/2010	TLL/ISSQN
8505	10020	FISIOSON CONSULTORIO DE FISIOTERAPIA	2007/2008/2010	ISSQN/TLL
5701	6101	GERALDO FELIPE SANTIAGO SANTOS	2006 Á 2010	RECFI/TLL/ISSQN
7530	8915	ILINOR HOELLER	2007/2008	TLL
9030	11014	IRES LOPES ANTUNES ME	2007/2008/2009	RECFI/TLL
7478	8454	IVAN CESAR BITTENCOURT ME	2006 Á 2010	TLL/ISSQN
7547	8939	JULIO CESAR TRAMONTIM	2006 Á 2010	RD/TLL/REFI/ISSQN
4763	61768	LOT IMOB E CONST COELHO GAYA	2007 Á 2010	RECDV/RD
8520	10026	MANOEL ROBERTO FELICIO	2007 Á 2010	TLL
9951	46779	MARCO AURELIO PEREIRA TAVARES	2007 Á 2010	NTAV/TLL/ISS/ISSQN
8736	10310	MAURICEIA ARAÇÃO FERREIRA DIAS ME	2007 Á 2010	RECFI/TLL
89630	13690	MAX MOHR E FILHOS E CIA LTDA	2006/2008	ISSRE/ISSQN
88420	13571	MERIT ENGENHARIA S/A	2007/2008/2009	ISSRE/ISSQN/RD
7340	7417	MIRAN MOVEIS MIGUEL RANGUETTI	2006 Á 2010	TLL/RECFI/RD
8933	10885	MIRIAM DORFNER ME	2007 Á 2010	TLL
1166	32595	MOACIR MAESTRI	2006 Á 2010	TLL/ISSQN
10050	13519	NAVEGA TRANSPORTES DE CONTEINERS LTDA	2007 Á 2010	ISSQN/TLL
7607	9133	NELSON BATISTA DOS SANTOS ME	2007	ISSQN

5872	5966	PRESTADORA DE SERV PORTUÁRIO CAMISOLA	2007	ISSRE
9812	12896	PROVIDENCIA ASSIST TECNICA S/C	2007	ISSQN
9921	13283	R.M.P ASSESSORIA HOTELEIRA LTDA ME	2007 Á 2010	TLL
251164	9760	RECICLE CATAR DE RESIDUOS LTDA	2007 Á 2010	RD/ISSQN
7922	9440	ROGERIO LUIZ DA COSTA O TRINDADE ME	2007 Á 2010	TLL
7952	9461	S.J.S. TRATAMENTO E PINTURAS LTDA	2007/2008/2010	ISSQN/MULTA
1009	5066	SALETE DE FATIMA DOS SANTOS	2007 Á 2010	TLL/RECFI
9754	12777	SHENIA CRISTHINE GIRARDI KLEIN	2006 Á 2008	TLL/ISSQN
5843	6082	SILVIO DOS REIS ME	2007 Á 2010	MULTA/RD/TLL/ISSQN
9408	12091	SOLANGE PEREIRA ME	2007/2008/2009	TLL
9450	12171	SOUZA & TOLEDO REPRES COMERCIAIS	2006 Á 2010	TLL/ISSQN
9244	11599	TEREZINHA BERKEMBROCK REIS ME	2006 Á 2009	TLL
85154	13266	TERRAPLENAGEM WITMARSUM LTDA	2006/2009	RD/ISSQN
7393	7472	TRANSPORTE DE CASAS RONALDO	2007/2009	ISSQN/RD
10424	14232	TRANSRODI TRANSPORTES LTDA EPP	2007/2009	TLL/SIMPL
8629	10133	VILMAR DA COSTA	2007 Á 2010	TLL
8330	9914	VILMAR DA COSTA	2007 Á 2010	RECDIV/TLL/ISSQN/ISS
210800	9939	VIRGILIO PEREIRA	2007/2009/2010	TLL/ISSQN/ISS
8064	9572	ZABER COMERCIO E REPRESENTAÇÕES	2007 Á 2010	TLL

MARCIO CAPELLA
Secretário de Finanças

Extrato da Publicação da Decisão Administrativa - Procedimento Administrativo nº 23/2011 - Empresa Andre Felipe Zimmermann

Prefeitura Municipal de Navegantes - Extrato Decisão Administrativa André Felipe Zimmermann - Procedimento Administrativo nº 23/2011 - O Requerente André Felipe Zimmerman, RG nº 4038038-SC, deflagrou o Procedimento Administrativo em epígrafe, baseado no BO 00137-2011-05016, requerendo reparação de danos sob a alegação de que foram causados em veículo durante o uso de estacionamento rotativo "Área Azul". Juntou documentos e orçamentos pertinentes. Foram solicitados e prestados esclarecimentos pela Secretaria de Segurança e Defesa Social e

orçamentos pelo Departamento de Compras e Licitações. Com fundamento no Decreto nº 309, de 24/09/2001, art. 9º, que prevê que ao município de Navegantes não caberá, em nenhuma hipótese, responsabilidade indenizatória por acidente, danos, furtos ou prejuízos que os veículos ou seus usuários possam vir a sofrer nos locais considerados "Área Azul", na jurisprudência catarinense dominante, e no Parecer Jurídico PGMN nº 442/2011, NÃO autorizo o ressarcimento e indefiro o Requerimento. Intime-se. Publique-se. Arquive-se.

Navegantes, 01 de setembro de 2011.

JONAS DE SOUZA

Secretário Municipal de Administração e Logística

Extrato Despacho Final Procedimento Administrativo Nº 01/2010 - Angra Engenharia Ltda

Prefeitura Municipal de Navegantes - Extrato Despacho Final Procedimento Administrativo nº 01/2010 - Angra Engenharia Ltda - Recebi. Novamente vistos e analisados os presentes autos, constatei que o pedido de reconsideração datado de 25/08/2011, além de intempestivo, contém o mesmo teor do pedido de reconsideração datado de 19/07/2010, não apresenta qualquer fato novo, constituindo ato notoriamente procrastinatório por parte da empresa penalizada. Além do relatório de vistoria in loco (fls. 152-156) confirmar as pendências que restaram por concluir na obra, incondizentes com o contratado, referido pedido de reconsideração já constituiu objeto de análise por este subscritor (fls. 148-149). Diante do exposto, RATIFICO a decisão de fls. 129 a 134, já recebidas pelo representante legal da referida empresa desde 19/07/2010, conforme comprovado nos autos, bem como a análise do pedido de reconsideração, e MANTENHO a referida decisão, que suspendeu a empresa Angra Engenharia Ltda. de participar em licitação e a impediu de contratar com esta administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos, podendo a empresa reabilitar-se perante este município durante o interregno da suspensão. Eis que, esgotadas as prerrogativas administrativas, seja encerrado e arquivado o presente procedimento administrativo, cabendo à empresa penalizada buscar a tutela jurisdicional (via judicial), se assim entender.

Navegantes, 05 de setembro de 2011.

JONAS DE SOUZA

Secretário Municipal de Administração e Logística

Novo Horizonte

PREFEITURA

Decreto 1889/2011

DECRETO Nº 1.889, de 21 de Setembro de 2011.

Abre crédito adicional suplementar por superávit financeiro do exercício anterior e dá outras providências.

SANTOS ZILLI, Prefeito Municipal de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o disposto nos arts. 41- I, 42 e 43 - I, da Lei Federal 4.320, e amparado pela Lei 430/2010;

Considerando a ocorrência de Superávit financeiro do exercício anterior;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar por Superávit Financeiro do Exercício anterior no orçamento vigente, no valor de

R\$ 31.948,00 (trinta e um mil, novecentos e quarenta e oito reais), relativos a recursos vinculados, assim consignados:

50.00 - SECRETARIA DE AGRICULTURA, TRANSPORTES, OBRAS e M.AMBIENTE

50.01 - DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS URBANOS.

Projeto 1.055 - Apoio a implantação de indústrias

Elemento de Despesa 4.4.90.03.0060.000000 Aplicações Diretas
R\$ 31.948,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 31.948,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte - SC

Em 21 de Setembro de 2011.

SANTOS ZILLI

Prefeito Municipal

Decreto 1890/2011

DECRETO Nº 1.890, de 21 de Setembro de 2011.

Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar por anulação de dotações orçamentárias e dá outras providências.

SANTOS ZILLI, Prefeito Municipal de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o disposto nos arts. 41- I, 42 e 43 - III, da Lei Federal 4.320, e amparado pela Lei 430/2010;

DECRETA:

Art. 1º - Abre crédito adicional suplementar por anulação de dotações do orçamento vigente, no valor de R\$ 139.175,00 (cento e trinta e nove mil, cento e setenta e cinco reais), relativos a recursos ordinários e vinculados, assim consignados:

30.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

30.01 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

Atividade 2.003 - Manutenção da Administração Geral

Elemento de Despesa 3.1.91-1.0000.000000 - Aplicação entre órgãos R\$ 6.000,00

3.3.90-1.0000.000000 - Aplicações diretas R\$ 14.000,00

40.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES.

40.01 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Atividade 2.010 - Manutenção Ensino Fundamental-FUNDEB

Elemento de Despesa 3.1.90-1.0012.000000 - Aplicações Diretas
R\$ 106.000,00

60.00 - SECRETARIA DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL

60.01 - DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO SOCIAL

Atividade 2.030 - Manutenção Fundo Mun.Assistência Social

Elemento de Despesa 3.1.90-1.0000.000000 - Aplicações Diretas
,,R\$ 13.175,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 139.175,00

Art. 2º - Para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial das seguintes dotações, no valor de R\$ 139.175,00 (cento e trinta e nove mil, cento e setenta e cinco reais).

30.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

30.01 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

Atividade 2.003 - Manutenção da Administração Geral

Elemento de Despesa 3.2.90-1.0000.000000 - Aplicação entre órgãos R\$ 10.000,00

3.3.50-1.0000.000000 - Aplicações diretas R\$ 10.000,00

40.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES.

40.01 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Atividade 2.010 - Manutenção Ensino Fundamental-FUNDEB

Elemento de Despesa 3.1.90-1.0013.000000 - Aplicações Diretas R\$ 106.000,00

60.00 - SECRETARIA DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL

60.01 - DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO SOCIAL

Atividade 2.030 - Manutenção Fundo Mun.Assistência Social

Elemento de Despesa 3.3.50-1.0000.000000 - Aplicações Diretas ,..R\$ 10.000,00

4.4.90-1.0000.000000 - Aplicações Diretas R\$ 3.175,00

TOTAL ANULADO R\$ 139.175,00

Art. 3º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder às alterações necessárias no PPA (Plano Plurianual) e LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias), resultantes destas alterações orçamentárias.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Novo Horizonte (SC), em 21 de setembro de 2011.

SANTOS ZILLI

Prefeito Municipal

Decreto 1891/2011

DECRETO Nº 1.891, de 21 de Setembro de 2011.

Abre crédito adicional suplementar por excesso de arrecadação do exercício vigente e dá outras providências.

SANTOS ZILLI, Prefeito Municipal de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o disposto nos arts. 41- I, 42 e 43 - I, da Lei Federal 4.320, e amparado pela Lei 430/2010;

Considerando a ocorrência de excesso de arrecadação no exercício vigente;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar por Superávit Financeiro do Exercício anterior no orçamento vigente, no valor de R\$ 675.000,00 (seiscentos e setenta e cinco mil reais), relativos a recursos ordinários e vinculados, assim consignados:

30.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

30.01 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

Atividade 2.003 - Manutenção da Administração Geral

Elemento de Despesa 3.1.90-1.0000.000000 - Aplicações Diretas R\$ 80.000,00

Atividade 2.006 - manutenção das Atividades do CONDEC

Elemento de Despesa 3.3.90-1.0000.000000 - Aplicações Diretas R\$ 27.000,00

40.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

40.01 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Atividade 2.010 - Manutenção Ensino Fundamental-FUNDEB

Elemento de Despesa 3.1.90-1.0012.000000 - Vencimento e Salários R\$ 95.000,00

Atividade 2.011 - Manutenção Central da Secretaria de Educação

Elemento de Despesa 3.3.90-1.0001.000000 - Aplicações Diretas R\$ 70.000,00

Atividade 2.012 - Manutenção Transporte Escolar Ensino Fundamental

Elemento de Despesa 3.3.90-1.0001.000000 - Aplicações Diretas R\$ 70.000,00

3.3.90-1.0011.000000 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Atividade 2.019 - Manutenção do DME

Elemento de Despesa 3.1.90-1.0000.000000 - Aplicações Diretas R\$ 37.000,00

50.00 - SECRETARIA DE AGRICULTURA TRANSPORTES, OBRAS E M.AMBIENTE

50.01 - DEPARTAMENTO DE TRANSP.OBRAS E SERV.URBANOS

Atividade 2.020- Manutenção da Iluminação Pública

Elemento de Despesa 3.3.90-1.0000.000000 - Aplicações Diretas R\$ 6.000,00

Atividade 2.021 - Manutenção Planejamento e Serviços Municipais

Elemento de Despesa 4.4.90-1.0050.000000 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Atividade 2.023 - Manutenção do Departamento de Transportes

Elemento de Despesa 3.1.90-1.0000.000000 - Aplicações Diretas R\$ 93.000,00

3.1.91-1.0000.000000 - Aplicação entra órgãos R \$ 12.000,00

3.3.90-1.0000.000000 - Aplicações Diretas R\$ 90.000,00

3.3.90-1.0064.000000 - Aplicações Diretas R\$ 18.000,00

50.02 - DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Atividade 2.028 - Manutenção Departamento de Agricultura e Meio ambiente

Elemento de Despesa 3.1.90-1.0000.000000 - Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

3.3.90-1.0000.000000 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

60.00 - SECRETARIA DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL

60.01 - DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO SOCIAL

Atividade 2.030 - Manutenção Fundo Mun.Assistência Social

Elemento de Despesa 3.1.90-1.0000.000000 - Aplicações Diretas R\$ 7.000,00

Atividade 2.031 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Elemento de Despesa 3.1.90-1.0003.000000 - Aplicações Diretas R\$100.000,00

3.1.91-1.0000.000000 - Aplicações Diretas R\$ 9.000,00

3.3.50-1.0003.000000 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

3.3.90-1.0003.000000 - Aplicações Diretas R\$ 35.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 820.000,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte - SC

Em 21 de Setembro de 2011.

SANTOS ZILLI

Prefeito Municipal

Palhoça

PREFEITURA

Decreto Nº 1.306, de 20 de setembro de 2011.

DECRETO Nº 1.306, DE 20 DE SETEMBRO DE 2011.

TAXI. Estabelece padronização e disciplina a publicidade nos veículos utilizados no serviço de táxi do Município e da outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
No uso de suas atribuições legais e com base no art. 72 da Lei Municipal nº 1.758, de 18 de novembro de 2003:

DECRETA:

Art. 1º Os veículos que operam o serviço de táxi no município serão padronizados de acordo com o anexo I do presente, devendo atender as seguintes exigências:

I - Pintura externa na cor branca;

II - Faixa contínua, conforme modelo, em meia altura, da lateral e parte traseira, pintada ou adesivada na cor vermelha;

III - Possuir a logomarca do município de Palhoça administração 2005/2012, nas portas dianteiras, conforme anexo;

IV - Possuir o número de registro do veículo junto a Superintendência de Trânsito e a localização do ponto, acima da faixa quadriculada, nos para-lamas laterais traseiro pintadas na cor preta;

V - Possuir o número de registro do veículo junto a Superintendência de Trânsito e a localização do ponto, na parte traseira direita, na cor preta com branco, pintado ou adesivado;

VI - Possuir o número de telefone para reclamações ou sugestões, na parte traseira direita, na cor preta com branco, pintado ou adesivado;

Art. 2º Os veículos poderão circular com publicidade, segundo critérios definidos neste Decreto.

Art. 3º A exploração de publicidade nos veículos de serviço de táxi será permitida no vidro traseiro e nas portas traseiras.

§ 1º A publicidade no vidro traseiro deverá ser realizada através de aposição de película adesiva desde que atenda as seguintes normas do Código Brasileiro de Trânsito:

I - A película deverá apresentar transparência mínima de 70% de visibilidade de dentro para fora do veículo;

II - O veículo deverá possuir espelhos retrovisores externos direito e esquerdo;

§ 2º A publicidade nas laterais deverá respeitar o tamanho de 30 (trinta) centímetros de altura por 40 (quarenta) centímetros de largura, podendo sobrepor a largura máxima de até 50 % (cinquenta por cento) da faixa;

Art. 4º O número de registro, os letreiros, as faixas quadriculadas e a publicidade, deverão ser fixadas de acordo com os padrões definidos no anexo I do presente Decreto.

Art. 5º Nos casos em que o modelo do veículo não permita a

utilização das medidas definidas neste Decreto, fica autorizada a utilização de outras medidas, as quais devam ser as mais próximas possíveis das definidas, excetuando-se a faixa quadriculada que deverá manter os padrões definidos neste Decreto.

Art. 6º Fica expressamente proibida a utilização do espaço público nos veículos de serviço de táxi para qualquer tipo de propaganda político-partidária, sobre álcool, cigarro ou que atente contra a moral e os bons costumes, observada a legislação pertinente.

Art. 7º Os proprietários dos veículos utilizados no serviço de táxi, terão 60 (sessenta) dias a contar da data de publicação do presente Decreto, para adaptarem os veículos as exigências do mesmo.

Art. 8º No caso de substituição dos atuais veículos, os novos deverão atender os padrões estabelecidos no presente Decreto.

Art. 9º O descumprimento desde Decreto, importará na aplicação das penalidades previstas na Lei nº 1.758/2003, sem prejuízo das medidas necessárias a remoção e apreensão do veículo, em razão de publicidade irregularmente instalada.

Art. 10. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 20 de setembro de 2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

Decreto Nº 1.314, de 26 de setembro de 2011

DECRETO Nº. 1.314, DE 26 DE SETEMBRO DE 2011.

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE PALHOÇA SC. Nomeia membros do Conselho Tutelar.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, torna público que com base na Lei Municipal nº. 2.755/2007.

DECRETA:

Art. 1º Ficam empossados os seguintes membros e seus respectivos suplentes, para compor o Conselho Tutelar de Palhoça, conforme edital 002/2011:

I - Titular:

- Rosângela Campos;
- Daiana Steinmetz
- Adriana da Rosa de Oliveira;
- Jaqueline Souza Cardoso;
- Lorival Espíndola

II - Suplentes:

- Juliana Almeida;
- Valmor João da Silva Junior;
- Elesomir Aparecida dos Santos Heinz;
- Djalma da Luz;
- Marisa Alina Solá Smaniotto;
- Nazarete Beatriz Schutz Borges

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 26 de setembro de 2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

Decreto Nº 1.315, de 26 de setembro de 2011

DECRETO Nº. 1.315, DE 26 DE SETEMBRO DE 2011.

PRODEP. Dá nova redação ao artigo 1º do Decreto 1.060, de 22

de fevereiro de 2010.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

No uso de suas atribuições, que lhe confere o art.11, §§2º e 3º da Lei nº. 2.460, de 25 de outubro de 2006.

RESOLVE NOMEAR:

Art. 1º Fica o artigo 1º do Decreto 1.060, de 22 de fevereiro de 2010 com a seguinte redação:

“Art. 1º Ficam nomeados para exercerem o cargo de membros do conselho do Programa de Fomento Econômico e Incentivos Fiscais do Município de Palhoça - PRODEP:

I - Mario César Huguen - Secretário de Governo, como presidente;

II - Josué da Silva Mattos - Secretário Municipal - Indústria e Comércio;

III - Rudnei Kamers - Suplente;

IV - José Ricardo da Silva - Superintendente de Trabalho, Emprego e Renda;

V - Alessandra de Andrade Klettenberg - Superintendente de Administração Tributária;

V - Emerson Martins - Fiscal de Tributos;

VI - Isnardo Brant - Vereador;

VII - Cláudio Holler de Souza - Representante da ACIP;

VIII - Alaercio Monteiro Silvy - Representante do CDL; e

IX - Mariah Terezinha Nascimento Pereira - Representante Ensino Superior.”

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito, em 26 de setembro de 2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

Pinheiro Preto

PREFEITURA

Lei Complementar Nº 176, de 27 de Setembro de 2011

LEI COMPLEMENTAR Nº 176, DE 27 DE SETEMBRO DE 2011.
ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 081, DE 12 DE NOVEMBRO DE 1999, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

OSIRES PEDRO RANDON, Vice-Prefeito no exercício do cargo de Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município: Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O § 1º do art. 74 da Lei Complementar nº 081, de 12 de

novembro de 1999, que “Instituiu o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos”, passa a ter a seguinte redação:

§ 1º Somente poderão concorrer ao cargo de Diretor Executivo servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo, com escolaridade mínima no ensino médio (2º grau), e que possua CERTIFICAÇÃO PROFISSIONAL ANBIMA - CPA.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Lei Complementar correrão à conta de dotações próprias do Orçamento Municipal.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

OSIRES PEDRO RANDON

Vice- Prefeito Municipal em Exercício

Lei Nº 1.542, de 27 de Setembro de 2011

LEI Nº 1.542, DE 27 DE SETEMBRO DE 2011

AUTORIZA CONCESSÃO DE CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA AO “CTG QUERÊNCIA DOS GIRASSÓIS”.

OSIRES PEDRO RANDON, Vice-Prefeito no exercício do cargo de Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município: Faço saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a conceder contribuição financeira ao “C.T.G. Querência dos Girassóis”, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF sob n. 08.149.580/0001-95, com sede na Linha Túnel, Município de Pinheiro Preto, associação sem fins lucrativos, no valor de R\$ 800,00 (oitocentos reais).

§ 1º A contribuição de que trata o art. 1º objetiva custear despesas com sonorização do evento “Noite Nativista”, a realizar-se no dia 23 de setembro de 2011, na sede do CTG.

§ 2º A beneficiária terá o prazo de 60 (sessenta) dias para prestar contas ao Órgão Público da aplicação dos recursos.

Art. 2º Por ocasião da transferência do valor, a entidade beneficiária deverá apresentar prova de regularidade para com as fazendas federal, estadual e municipal, seguridade social e com o fundo de garantia por tempo de serviço - FGTS.

Art. 3º As despesas decorrentes desta lei correrão à conta de dotação orçamentária prevista na lei de orçamento em vigor.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 27 de setembro de 2011.

OSIRES PEDRO RANDON

Vice - Prefeito Municipal em Exercício

Lei Nº 1.545, de 27 de Setembro de 2011

LEI Nº 1.545, DE 27 DE SETEMBRO DE 2011

AUTORIZA CONCESSÃO DE CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA À COMISSÃO MUNICIPAL DO IDOSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

OSIRES PEDRO RANDON, Vice-Prefeito no exercício do cargo de Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais: FAÇO SABER que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a conceder

contribuição financeira à Comissão Municipal do Idoso de Pinheiro Preto, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 80.632.128/0001-07, com sede em Pinheiro Preto, sociedade sem fins lucrativos, no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais).

Parágrafo único A contribuição de que trata o art. 1º desta lei tem como objetivo custear despesas com brindes a ser oferecido aos idosos em comemoração ao "Dia do Idoso", a realizar-se no dia 28 de setembro de 2011, no Salão Paroquial de Pinheiro Preto.

Art. 2º A prestação de contas de referido auxílio financeiro dar-se-á de forma consolidada, no prazo máximo de 10 (dez) dias contados do final de cada evento.

Parágrafo único. A prestação de contas será composta de:

I - Balancete de prestação de contas, instruído com os documentos legais;

II - Extratos de movimentação bancária.

Art. 3º Por ocasião da transferência do valor, a entidade beneficiária deverá apresentar prova de regularidade para com a fazenda federal, estadual e municipal, seguridade social e fundo de garantia por tempo de serviço - FGTS.

Art. 4º As despesas decorrentes desta lei correrão à conta de dotação orçamentária prevista na lei de orçamento em vigor.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

OSIRES PEDRO RANDON
Vice-Prefeito em exercício

Lei Nº. 1.543, de 27 de Setembro de 2011.

LEI Nº. 1.543, DE 27 DE SETEMBRO DE 2011.

ALTERA A LEI Nº 1.131, DE 15 DE JUNHO DE 2004, QUE DISPÕE SOBRE O PARCELAMENTO DO SOLO PARA FINS URBANOS NO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

OSIRES PEDRO RANDON, Vice-Prefeito no exercício do cargo de Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município: Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º O art. 6º, inciso VI, alíneas "d" e "f", e inciso IX, e o § 2º, todos da Lei 1.131, de 15 de junho de 2004 (Dispõe sobre o parcelamento do solo para fins urbanos), passam a ter a seguinte redação:

Art. 6º

d) A ruas sem saída não poderão ultrapassar 110m (cento e dez metros) de comprimento, devendo obrigatoriamente conter no seu final, bolsão para retorno com diâmetro inscrito mínimo de 14m (catorze metros). No caso de se tratar de loteamento de propriedade do Município, de interesse social, essas exigências serão dispensadas.

f) Comprimento máximo da quadra igual a 120m (cento e vinte metros) e largura mínima 60m (sessenta metros). No caso de se tratar de loteamento de propriedade do Município, de interesse social, essas exigências serão dispensadas.

IX - Os parcelamentos situados ao longo de rodovias e ferrovias federais, estaduais ou municipais deverão conter ruas marginais paralelas à faixa de domínio de referidas estradas com largura

mínima de 15 (quinze) metros. No caso de se tratar de loteamento de propriedade do Município, de interesse social, essa exigência é dispensada, principalmente onde as condições topográficas não permitirem acesso direto à Rodovia.

§ 2º Os lotes de esquina terão suas áreas mínimas acrescidas em 20 % (vinte por cento) em relação ao mínimo exigido para sua respectiva zona. No caso de se tratar de loteamento de propriedade do município, de interesse social, essa exigência é dispensada.

Art. 2º É acrescido o parágrafo único ao art. 13 da Lei 1.131, de 15 de junho de 2004 (Dispõe sobre o parcelamento do solo para fins urbanos):

Art. 13

Parágrafo único. Tratando-se de loteamento de propriedade do Município, de interesse social, as dimensões mínimas dos lotes poderão ser de 120 m² (cento e vinte metros quadrados).

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto, 27 de Setembro de 2011.
OSIRES PEDRO RANDON
Vice- Prefeito Municipal em Exercício

Decreto Nº 3.451, de 26 de Setembro de 2011.

DECRETO Nº 3.451, DE 26 DE SETEMBRO DE 2011.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO NA PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO PRETO

OSIRES PEDRO RANDON, Vice-Prefeito Municipal em exercício de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e conforme art. 16º, § 3º, da Lei Municipal nº 1.451 de 05 de novembro de 2010.

DECRETA

Art. 1º Fica o departamento de contabilidade da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto, autorizado a proceder suplementação com Iduso, Fonte e detalhamento de recursos no valor de R\$ 4.729,19 (Quatro mil, setecentos e vinte e nove reais e dezenove centavos), nas dotações orçamentárias a seguir:

Órgão: 02 - Chefia do Executivo

Unidade Orçamentária: 0202 - Secretaria de Educação

Função: 12 - Educação

Subfunção: 361 - Ensino Fundamental

Programa: 0008 - Educação Básica

Atividade: 2027- Manutenção do Transporte Escolar

Modalidade de Aplicação: 44900000

Fonte: 0389 R\$ 4.729,19

Total Suplementado R\$ 4.729,19

Art. 2º Para suporte dos créditos adicionais suplementares de que trata o artigo 1º deste decreto, fica utilizado no mesmo valor o recurso de R\$ 4.729,19 (Quatro mil, setecentos e vinte e nove reais e dezenove centavos), por conta do Superávit Financeiro do Balanço da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto de 2010, conforme demonstrativo do anexo 14 da lei 4.320/64 - Balanço Patrimonial, fonte 0189 - Alienação de bens - Exercício de 2010.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação

Centro Administrativo de Pinheiro Preto, Em 26 de Setembro de 2011.

OSIRES PEDRO RANDON

VICE-Prefeito Municipal EM EXERCÍCIO

Porto União

PREFEITURA

RREO Anexo I - 4 BIM 2011

Município de PORTO UNIAO - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2011/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	47.478.000,00	47.478.000,00	8.304.673,93	17,49	29.677.133,45	62,51	17.800.866,55
RECEITAS CORRENTES	43.504.000,00	43.504.000,00	8.243.963,18	18,95	29.546.432,78	67,92	13.957.567,22
RECEITA TRIBUTARIA	6.241.000,00	6.241.000,00	929.868,86	14,90	4.761.684,43	76,30	1.479.315,57
IMPOSTOS	4.300.000,00	4.300.000,00	645.021,39	15,00	3.572.218,25	83,07	727.781,75
TAXAS	1.901.000,00	1.901.000,00	284.847,47	14,98	1.189.466,18	62,57	711.533,82
CONTRIBUICAO DE MELHORIA	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	2.321.440,00	2.321.440,00	414.520,10	17,86	1.580.191,93	68,07	741.248,07
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	1.800.000,00	1.800.000,00	320.821,54	17,82	1.238.969,10	68,83	561.030,90
CONTRIB P/ CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLIC	521.440,00	521.440,00	93.698,56	17,97	341.222,83	65,44	180.217,17
RECEITA PATRIMONIAL	2.516.000,00	2.516.000,00	1.495.537,40	59,44	2.771.519,16	110,16	-255.519,16
RECEITAS IMOBILIARIAS	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	3.286,58	10,96	26.713,42
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	2.486.000,00	2.486.000,00	1.495.537,40	60,16	2.768.232,58	111,35	-282.232,58
RECEITA DE SERVIÇOS	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	30.374.560,00	30.374.560,00	5.068.475,86	16,69	19.468.000,83	64,09	10.906.559,17
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	28.700.560,00	28.700.560,00	5.060.475,86	17,63	19.440.000,83	67,73	9.260.559,17
Transf. de Conv.	1.674.000,00	1.674.000,00	8.000,00	0,48	28.000,00	1,67	1.646.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.045.000,00	2.045.000,00	335.560,96	16,41	965.036,43	47,19	1.079.963,57
Multas e Juros de Mora	542.000,00	542.000,00	87.693,97	16,18	284.610,63	52,51	257.389,37
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	257.000,00	257.000,00	19.672,28	7,65	67.329,35	26,20	189.670,65
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	668.000,00	668.000,00	137.613,64	20,60	387.342,48	57,99	280.657,52
RECEITAS DIVERSAS	578.000,00	578.000,00	90.581,07	15,67	225.753,97	39,06	352.246,03
RECEITAS DE CAPITAL	3.974.000,00	3.974.000,00	60.710,75	1,53	130.700,67	3,29	3.843.299,33
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	22.000,00	22.000,00	34.300,00	155,91	37.470,00	170,32	-15.470,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	22.000,00	22.000,00	3.300,00	15,00	6.470,00	29,41	15.530,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	31.000,00	0,00	31.000,00	0,00	-31.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	3.452.000,00	3.452.000,00	26.410,75	0,77	93.230,67	2,70	3.358.769,33
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	902.000,00	902.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	902.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	2.550.000,00	2.550.000,00	26.410,75	1,04	93.230,67	3,66	2.456.769,33

Continua 1/4

Município de PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2011/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/4

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.739.000,00	1.739.000,00	290.287,59	16,69	1.118.010,30	64,29	620.989,70
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.599.000,00	1.599.000,00	268.051,87	16,76	1.029.067,42	64,36	569.932,58
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	1.599.000,00	1.599.000,00	268.051,87	16,76	1.029.067,42	64,36	569.932,58
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.599.000,00	1.599.000,00	268.051,87	16,76	1.029.067,42	64,36	569.932,58
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	140.000,00	140.000,00	22.235,72	15,88	88.942,88	63,53	51.057,12
ALIENAÇÃO DE BENS	140.000,00	140.000,00	22.235,72	15,88	88.942,88	63,53	51.057,12
Alienação de Outros Bens Imóveis	140.000,00	140.000,00	22.235,72	15,88	88.942,88	63,53	51.057,12
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	49.217.000,00	49.217.000,00	8.594.961,52	17,46	30.795.143,75	62,57	18.421.856,25
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	49.217.000,00	49.217.000,00	8.594.961,52	17,46	30.795.143,75	62,57	18.421.856,25
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	49.217.000,00	49.217.000,00	8.594.961,52	17,46	30.795.143,75	62,57	18.421.856,25
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	420.500,00	—	—	420.500,00	—	—
Superávit Financeiro	—	420.500,00	—	—	420.500,00	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

Continua 2/4

Município de PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2011/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/4

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	47.692.000,00	1.004.500,00	48.696.500,00	6.330.506,87	23.129.924,59	6.374.146,36	22.572.726,36	46,35	26.123.773,64
DESPESAS CORRENTES	35.342.210,00	517.500,00	35.859.710,00	5.440.030,59	20.737.477,59	5.482.441,10	20.256.058,92	56,49	15.603.651,08
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	19.494.710,00	106.000,00	19.600.710,00	3.197.532,10	12.083.388,01	3.237.194,30	12.051.792,36	61,49	7.548.917,64
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	290.000,00	0,00	290.000,00	57.650,93	237.263,92	57.650,93	237.263,92	81,82	52.736,08
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	15.557.500,00	411.500,00	15.969.000,00	2.184.847,56	8.416.825,66	2.187.595,87	7.967.002,64	49,89	8.001.997,36
DESPESAS DE CAPITAL	11.330.790,00	487.000,00	11.817.790,00	890.476,28	2.392.447,00	891.705,26	2.316.667,44	19,60	9.501.122,56
INVESTIMENTOS	10.310.790,00	367.000,00	10.677.790,00	702.493,66	1.891.258,15	703.722,64	1.815.478,59	17,00	8.862.311,41
INVERSOES FINANCEIRAS	520.000,00	120.000,00	640.000,00	120.000,00	120.000,00	120.000,00	120.000,00	18,75	520.000,00
AMORTIZACAO DA DÍVIDA	500.000,00	0,00	500.000,00	67.982,62	381.188,85	67.982,62	381.188,85	76,24	118.811,15
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	869.000,00	0,00	869.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	869.000,00
RESERVA DO RPPS	869.000,00	0,00	869.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	869.000,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	150.000,00	0,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	1.525.000,00	0,00	1.525.000,00	270.332,68	985.645,35	303.086,22	985.645,35	64,63	539.354,65
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.525.000,00	0,00	1.525.000,00	270.332,68	985.645,35	303.086,22	985.645,35	64,63	539.354,65
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	49.217.000,00	1.004.500,00	50.221.500,00	6.600.839,55	24.115.569,94	6.677.232,58	23.558.371,71	46,91	26.663.128,29
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	49.217.000,00	1.004.500,00	50.221.500,00	6.600.839,55	24.115.569,94	6.677.232,58	23.558.371,71	46,91	26.663.128,29
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	7.236.772,04	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	49.217.000,00	1.004.500,00	50.221.500,00	6.600.839,55	24.115.569,94	6.677.232,58	30.795.143,75	46,91	26.663.128,29

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 1.595.415,40

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS

Continua 3/4

Município de PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2011/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 4/4

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS

PORTO UNIAO, 27/09/2011

RENATO STASIAK
PREFEITO MUNICIPAL

RICARDO DRAGONI
SECRETÁRIO DE FINANÇAS E CONTABILIDADE

SOFIA SYDOL
CONTADORA - CRC/SC 14640/0-8

DINARTE RIBEIRO GUEDES NETO
ANALISTA CONTR INTERNO CRA/SC 18933

RREO Anexo II - 4 BIM 2011

Município de PORTO UNIAO - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2011/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO – Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “ c”)

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	47.692.000,00	48.696.500,00	6.330.506,87	23.129.924,59	6.374.146,36	22.572.726,36	95,82	46,35	26.123.773,64
Legislativa	1.790.000,00	1.790.000,00	189.682,74	738.833,90	189.682,74	736.857,04	3,13	41,17	1.053.142,96
Ação Legislativa	1.790.000,00	1.790.000,00	189.682,74	738.833,90	189.682,74	736.857,04	3,13	41,17	1.053.142,96
Administração	4.522.000,00	4.522.000,00	466.244,43	1.679.117,02	465.437,60	1.672.391,66	7,10	36,98	2.849.608,34
Planejamento e Orçamento	350.000,00	350.000,00	37.433,80	133.239,99	37.254,80	133.060,99	0,56	38,02	216.939,01
Administração Geral	3.472.000,00	3.472.000,00	330.153,33	1.177.570,88	329.525,50	1.171.024,52	4,97	33,73	2.300.975,48
Administração Financeira	700.000,00	700.000,00	98.657,30	368.306,15	98.657,30	368.306,15	1,56	52,62	331.693,85
Defesa Nacional	7.000,00	7.000,00	380,20	1.013,20	380,20	1.013,20	0,00	14,47	5.986,80
Defesa Terrestre	7.000,00	7.000,00	380,20	1.013,20	380,20	1.013,20	0,00	14,47	5.986,80
Segurança Pública	428.000,00	438.000,00	16.700,89	156.373,03	17.253,49	147.937,12	0,63	33,78	290.062,88
Policiamento	28.000,00	28.000,00	652,70	20.847,22	577,70	20.772,22	0,09	74,19	7.227,78
Defesa Civil	400.000,00	410.000,00	16.048,19	135.525,81	16.675,79	127.164,90	0,54	31,02	282.835,10
Assistência Social	1.693.000,00	1.739.500,00	221.134,57	919.572,48	226.792,84	913.949,42	3,88	52,54	825.550,58
Assistência à Criança e ao Adolescente	166.000,00	177.500,00	19.935,54	87.230,82	19.935,54	87.230,82	0,37	49,14	90.269,18
Assistência Comunitária	1.335.000,00	1.335.000,00	178.304,26	672.159,38	174.217,84	666.536,32	2,83	49,93	668.463,68
Alimentação e Nutrição	192.000,00	227.000,00	22.894,77	160.182,28	32.639,46	160.182,28	0,68	70,56	66.817,72
Previdência Social	4.729.000,00	4.729.000,00	163.809,85	606.974,34	164.392,51	606.885,86	2,58	12,83	4.122.114,14
Previdência do Regime Estatutário	4.729.000,00	4.729.000,00	163.809,85	606.974,34	164.392,51	606.885,86	2,58	12,83	4.122.114,14
Saúde	8.298.000,00	8.447.000,00	1.530.554,99	6.016.381,63	1.635.313,01	5.764.734,10	24,47	68,25	2.682.265,90
Atenção Básica	5.467.000,00	5.567.000,00	1.135.236,57	4.340.041,15	1.177.019,15	4.163.035,68	17,67	74,78	1.403.964,32
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	2.550.000,00	2.574.000,00	358.836,76	1.471.451,29	389.398,13	1.421.362,38	6,03	55,22	1.152.637,62
Vigilância Sanitária	169.000,00	169.000,00	17.571,35	93.397,22	21.385,63	88.867,40	0,38	52,58	80.132,60
Vigilância Epidemiológica	112.000,00	137.000,00	18.910,31	111.491,97	47.510,10	91.468,64	0,39	66,77	45.531,36
Educação	8.729.710,00	9.171.710,00	1.680.088,24	5.851.762,49	1.702.344,98	5.715.865,29	24,26	62,32	3.455.844,71
Ensino Fundamental	5.859.710,00	5.949.710,00	1.171.659,94	3.952.404,88	1.166.002,63	3.833.535,68	16,27	64,43	2.116.174,32
Ensino Médio	420.000,00	420.000,00	74.642,89	142.787,16	68.524,89	136.669,16	0,58	32,54	283.330,84
Educação Infantil	2.450.000,00	2.802.000,00	433.785,41	1.756.570,45	467.817,46	1.745.660,45	7,41	62,30	1.056.339,55
Cultura	260.000,00	260.000,00	14.814,22	47.920,17	10.734,07	43.070,02	0,18	16,57	216.929,98
Difusão Cultural	260.000,00	260.000,00	14.814,22	47.920,17	10.734,07	43.070,02	0,18	16,57	216.929,98

Continua 1/3

Município de PORTO UNIAO - SC

Continuação 2/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2011/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (f)	47.692.000,00	48.696.500,00	6.330.506,87	23.129.924,59	6.374.146,36	22.572.726,36	95,82	46,35	26.123.773,64
Urbanismo	5.728.750,00	5.816.750,00	565.210,31	2.210.227,06	529.456,57	2.159.822,66	9,17	37,13	3.656.927,34
Infra-Estrutura Urbana	3.598.750,00	3.618.750,00	182.110,46	838.113,48	192.976,62	836.009,78	3,55	23,10	2.782.740,22
Serviços Urbanos	2.030.000,00	2.098.000,00	381.493,45	1.354.923,85	334.412,95	1.306.672,55	5,55	62,28	791.327,45
Lazer	100.000,00	100.000,00	1.606,40	17.189,73	2.067,00	17.140,33	0,07	17,14	82.859,67
Habitação	300.000,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00
Habitação Urbana	300.000,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00
Saneamento	520.000,00	520.000,00	19.862,59	62.425,62	19.862,59	62.425,62	0,26	12,00	457.574,38
Saneamento Básico Urbano	520.000,00	520.000,00	19.862,59	62.425,62	19.862,59	62.425,62	0,26	12,00	457.574,38
Gestão Ambiental	120.000,00	120.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	120.000,00
Preservação e Conservação Ambiental	70.000,00	70.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	70.000,00
Recursos Hídricos	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
Agricultura	1.090.000,00	1.147.000,00	345.046,98	555.067,53	320.775,08	520.795,07	2,21	45,40	626.204,93
Promoção da Produção Vegetal	1.040.000,00	1.097.000,00	345.046,98	555.067,53	320.775,08	520.795,07	2,21	47,47	576.204,93
Abastecimento	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
Indústria	688.000,00	731.000,00	59.821,91	232.524,86	57.006,91	229.709,86	0,98	31,42	501.290,14
Promoção da Produção Vegetal	110.000,00	110.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	110.000,00
Promoção Industrial	70.000,00	70.000,00	5.656,62	57.797,71	5.656,62	57.797,71	0,25	82,57	12.202,29
Produção Industrial	508.000,00	551.000,00	54.165,29	174.727,15	51.350,29	171.912,15	0,73	31,20	379.087,85
Comunicações	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
Telecomunicações	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
Energia	130.000,00	130.000,00	25.801,04	46.849,39	14.439,44	35.487,79	0,15	27,30	94.512,21
Energia Elétrica	130.000,00	130.000,00	25.801,04	46.849,39	14.439,44	35.487,79	0,15	27,30	94.512,21
Transporte	5.215.540,00	5.215.540,00	535.188,56	1.943.981,90	519.671,34	1.910.623,40	8,11	36,63	3.304.916,60
Transporte Rodoviário	5.215.540,00	5.215.540,00	535.188,56	1.943.981,90	519.671,34	1.910.623,40	8,11	36,63	3.304.916,60
Desporto e Lazer	700.000,00	847.000,00	154.940,09	580.130,08	158.478,04	571.892,67	2,43	67,52	275.107,33
Desporto Comunitário	700.000,00	847.000,00	154.940,09	580.130,08	158.478,04	571.892,67	2,43	67,52	275.107,33
Encargos Especiais	2.740.000,00	2.762.000,00	341.225,26	1.480.769,89	342.124,95	1.479.265,58	6,28	53,56	1.282.734,42
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	265.000,00	265.000,00	44.982,03	191.782,07	44.982,03	191.782,07	0,81	72,37	73.217,93

Continua 2/3

Município de PORTO UNIAO - SC

Continuação 3/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A AGOSTO 2011/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	47.692.000,00	48.696.500,00	6.330.506,87	23.129.924,59	6.374.146,36	22.572.726,36	95,82	46,35	26.123.773,64
Encargos Especiais	2.740.000,00	2.762.000,00	341.225,26	1.480.769,89	342.124,95	1.479.265,58	6,28	53,56	1.282.734,42
Refinanciamento da Dívida Interna	790.000,00	790.000,00	125.633,55	618.452,77	125.633,55	618.452,77	2,63	78,29	171.547,23
Outros Encargos Especiais	1.685.000,00	1.707.000,00	170.609,68	670.535,05	171.509,37	669.030,74	2,84	39,19	1.037.969,26
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.525.000,00	1.525.000,00	270.332,68	985.645,35	303.086,22	985.645,35	4,18	64,63	539.354,65
Legislativa	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Ação Legislativa	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Previdência Social	10.000,00	10.000,00	1.276,64	4.985,00	1.276,64	4.985,00	0,02	49,85	5.015,00
Previdência do Regime Estatutário	10.000,00	10.000,00	1.276,64	4.985,00	1.276,64	4.985,00	0,02	49,85	5.015,00
Saúde	420.000,00	420.000,00	63.526,02	247.703,19	96.279,56	247.703,19	1,05	58,98	172.296,81
Atenção Básica	370.000,00	370.000,00	63.340,62	247.306,19	96.094,16	247.306,19	1,05	66,84	122.693,81
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	30.000,00	30.000,00	185,40	397,00	185,40	397,00	0,00	1,32	29.603,00
Vigilância Epidemiológica	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
Educação	585.000,00	585.000,00	128.795,35	437.874,77	128.795,35	437.874,77	1,86	74,85	147.125,23
Ensino Fundamental	380.000,00	380.000,00	80.107,12	274.657,37	80.107,12	274.657,37	1,17	72,28	105.342,63
Ensino Médio	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00
Educação Infantil	180.000,00	180.000,00	48.688,23	163.217,40	48.688,23	163.217,40	0,69	90,68	16.782,60
Encargos Especiais	500.000,00	500.000,00	76.734,67	295.082,39	76.734,67	295.082,39	1,25	59,02	204.917,61
Outros Encargos Especiais	500.000,00	500.000,00	76.734,67	295.082,39	76.734,67	295.082,39	1,25	59,02	204.917,61
TOTAL (III) = (I + II)	49.217.000,00	50.221.500,00	6.600.839,55	24.115.569,94	6.677.232,58	23.558.371,71	100,00	46,91	26.663.128,29

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS

PORTO UNIAO, 27/09/2011

RENATO STASIAK
PREFEITO MUNICIPAL

RICARDO DRAGONI
SECRETÁRIO DE FINANÇAS E CONTABILIDADE

SOFIA SYDOL
CONTABILIDADE - CRC/SC 14640/0-8

DINARTE RIBEIRO GUEDES NETO
ANALISTA CONTR INTERNO CRA/SC 18933

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

RREO Anexo X - 4 BIM 2011

MUNICÍPIO DE PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2011/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO X (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Ate o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	5.209.000,00	5.209.000,00	821.085,75	4.066.203,44	78,06
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	3.421.000,00	3.421.000,00	435.361,03	2.606.226,60	76,18
1.1.1- IPTU	2.600.000,00	2.600.000,00	271.503,02	2.158.840,42	83,03
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	68.000,00	68.000,00	13.016,94	27.645,75	40,66
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	500.000,00	500.000,00	109.758,69	285.056,25	57,01
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	253.000,00	253.000,00	41.082,38	134.684,18	53,23
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	370.000,00	370.000,00	90.634,45	321.212,98	86,81
1.2.1- ITBI	370.000,00	370.000,00	90.634,45	321.212,98	86,81
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.058.000,00	1.058.000,00	208.066,38	871.692,32	82,39
1.3.1- ISS	970.000,00	970.000,00	195.860,03	825.093,31	85,06
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	58.000,00	58.000,00	8.115,64	31.706,37	54,67
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	30.000,00	30.000,00	4.090,71	14.892,64	49,64
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	360.000,00	360.000,00	87.023,89	267.071,54	74,19
1.4.1- IRRF	360.000,00	360.000,00	87.023,89	267.071,54	74,19
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	22.499.200,00	22.499.200,00	3.397.974,44	14.063.078,66	62,50
2.1- Cota-Parte FPM	13.715.200,00	13.715.200,00	1.931.592,39	8.584.737,17	62,59
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	13.715.200,00	13.715.200,00	1.931.592,39	8.584.737,17	62,59
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	7.000.000,00	7.000.000,00	1.105.425,63	3.913.253,24	55,90
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	50.000,00	50.000,00	6.036,22	24.144,88	48,29
2.4- Cota-Parte IP-Exportação	100.000,00	100.000,00	19.932,26	80.713,06	80,71
2.5- Cota-Parte ITR	34.000,00	34.000,00	329,40	3.959,06	11,64
2.6- Cota-Parte IPVA	1.600.000,00	1.600.000,00	334.658,54	1.456.271,25	91,02
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)	27.708.200,00	27.708.200,00	4.219.060,19	18.129.282,10	65,43
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Ate o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	468.000,00	468.000,00	94.684,48	403.048,48	86,12
5.1- Transferências do Salário-Educação	468.000,00	468.000,00	94.684,48	403.048,48	86,12
5.2- Outras Transferências do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	924.700,00	924.700,00	424.895,54	787.993,15	85,22
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	1.392.700,00	1.392.700,00	519.580,02	1.191.041,63	85,52

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Ate o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	4.499.840,00	4.499.840,00	679.594,42	2.812.614,05	62,50
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	2.743.040,00	2.743.040,00	386.318,41	1.716.947,21	62,59
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	1.400.000,00	1.400.000,00	221.084,95	782.650,01	55,90
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	10.000,00	10.000,00	1.207,24	4.828,96	48,29
10.4- Cota-Parte IP-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	20.000,00	20.000,00	3.986,43	16.142,57	80,71
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	6.800,00	6.800,00	65,87	791,74	11,64
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	320.000,00	320.000,00	66.931,52	291.253,56	91,02
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	6.010.000,00	6.010.000,00	1.145.499,49	4.568.164,18	76,01
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	6.000.000,00	6.000.000,00	1.138.827,08	4.541.947,84	75,70
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	10.000,00	10.000,00	6.672,41	26.216,34	262,16
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	1.500.160,00	1.500.160,00	459.232,66	1.729.333,79	115,28
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2011/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	3.430.000,00	3.550.000,00	862.903,73	3.037.528,62	85,56
13.1- Com Educação Infantil	980.000,00	1.100.000,00	186.941,52	963.567,39	87,60
13.2- Com Ensino Fundamental	2.450.000,00	2.450.000,00	675.962,21	2.073.961,23	84,65
14- OUTRAS DESPESAS	2.195.000,00	2.195.000,00	264.736,81	1.281.289,03	58,37
14.1- Com Educação Infantil	620.000,00	620.000,00	89.955,77	384.677,67	62,04
14.2- Com Ensino Fundamental	1.575.000,00	1.575.000,00	174.781,04	896.611,36	56,93
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	5.625.000,00	5.745.000,00	1.127.640,54	4.318.817,65	75,18
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL1 ((13 – 18) / (11) x 100) %					66,49
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE				VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2010 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS				0,00	
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2011 ²				0,00	

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS A MDE (25% de 3)³	6.927.050,00	6.927.050,00	1.054.765,05	4.532.320,53	65,43
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	2.280.000,00	2.500.000,00	355.292,55	1.657.538,87	66,30
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.600.000,00	1.720.000,00	276.897,29	1.348.245,06	78,39
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	680.000,00	780.000,00	78.395,26	309.293,81	39,65
24- ENSINO FUNDAMENTAL	5.781.710,00	5.841.710,00	1.186.890,38	3.874.288,02	66,32
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	4.025.000,00	4.025.000,00	850.743,25	2.970.572,59	73,80
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.756.710,00	1.816.710,00	336.147,13	903.715,43	49,74
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	8.061.710,00	8.341.710,00	1.542.182,93	5.531.826,89	66,32
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					1.729.333,79
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					26.216,34
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					—
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (45 g)					100,00
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					1.755.650,13
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					3.776.176,76
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDES ((38) / (3) x 100) %					20,83

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	468.000,00	508.000,00	47.540,00	150.392,20	29,60
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	150.000,00	260.000,00	114.080,00	163.509,35	62,89
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	618.000,00	768.000,00	161.620,00	313.901,55	40,87
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	8.679.710,00	9.109.710,00	1.703.802,93	5.845.728,44	64,17
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2011 (g)		
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	638,90		100,00		

MUNICÍPIO DE PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2011/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/3

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	4.796,14	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	4.541.947,84	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	4.534.783,95	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	26.216,34	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	38.176,37	0,00

PORTO UNIAO, 27/09/2011

RENATO STASIAK
PREFEITO MUNICIPAL

RICARDO DRAGONI
SECRETÁRIO DE FINANÇAS E CONTABILIDADE

SOFIA SYDOL
CONTADORA - CRC/SC 14640/0-8

DINARTE RIBEIRO GUEDES NETO
ANALISTA CONTR INTERNO CRA/SC 18933

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

RREO Anexo XVI - 4 BIM 2011

Município de PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM
AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2011/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO – ANEXO XVI (ADCT, art. 77)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)
RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (I)	27.846.200,00	27.846.200,00	18.251.280,84	65,54
Impostos	4.300.000,00	4.300.000,00	3.572.218,25	83,07
Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	2.600.000,00	2.600.000,00	2.158.840,42	83,03
Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imoveis e Dir	370.000,00	370.000,00	321.212,98	86,81
Imposto s/ Servicos de Qualquer Natureza	970.000,00	970.000,00	825.093,31	85,06
Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza - IRRF	360.000,00	360.000,00	267.071,54	74,19
Multas, Juros de Mora e Dívida Ativa dos Impostos	1.047.000,00	1.047.000,00	615.983,93	58,83
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	96.000,00	96.000,00	50.957,21	53,08
Dívida Ativa dos Impostos	568.000,00	568.000,00	387.342,48	68,19
Multas, Juros de Mora, Atual. Mon. e Outros Enc. da Div. Ativa dos Imp.	383.000,00	383.000,00	177.684,24	46,39
Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	22.499.200,00	22.499.200,00	14.063.078,66	62,50
Da União	13.799.200,00	13.799.200,00	8.612.841,11	62,42
Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios	13.715.200,00	13.715.200,00	8.584.737,17	62,59
Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	34.000,00	34.000,00	3.959,06	11,64
Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	50.000,00	50.000,00	24.144,88	48,29
Do Estado	8.700.000,00	8.700.000,00	5.450.237,55	62,65
Cota-Parte do ICMS	7.000.000,00	7.000.000,00	3.913.253,24	55,90
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	100.000,00	100.000,00	80.713,06	80,71
Cota-Parte do IPVA	1.600.000,00	1.600.000,00	1.456.271,25	91,02
OUTRAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	25.870.640,00	25.870.640,00	15.356.476,96	59,36
(-) DEDUÇÃO PARA O FUNDEB	-4.499.840,00	-4.499.840,00	-2.812.614,05	62,50
TOTAL	49.217.000,00	49.217.000,00	30.795.143,75	62,57
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)
DESPESAS CORRENTES	7.271.000,00	7.310.000,00	5.389.712,96	73,73
Pessoal e Encargos Sociais	4.937.000,00	4.922.000,00	3.812.228,89	77,45
Outras Despesas Correntes	2.334.000,00	2.388.000,00	1.577.484,07	66,06
DESPESAS DE CAPITAL	229.000,00	339.000,00	78.845,50	23,26
Investimentos	229.000,00	339.000,00	78.845,50	23,26

Continua 1/2

Município de PORTO UNIAO - SC

Continuação 2/2

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM
AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2011/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)
DESPESAS DE CAPITAL	229.000,00	339.000,00	78.845,50	23,26
Investimentos	229.000,00	339.000,00	78.845,50	23,26
TOTAL (IV)	7.500.000,00	7.649.000,00	5.468.558,46	71,49
DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (e)/ despesas com saúde
DESPESAS COM SAÚDE	7.500.000,00	7.649.000,00	5.468.558,46	100,00
(-) DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	2.650.000,00	2.699.000,00	1.806.113,89	33,03
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	2.650.000,00	2.699.000,00	1.806.113,89	33,03
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS ¹	-	-	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (V)	4.850.000,00	4.950.000,00	3.662.444,57	66,97

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR VINCULADOS A SAÚDE INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS	
	Inscritos em Exercícios Anteriores	Cancelados em 2011 (VI)
RESTOS A PAGAR DE DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	0,00	0,00

PARTICIPAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE NA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - LIMITE CONSTITUCIONAL <=>² [(V - VI) / I]	20,07
---	--------------

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (i)	% (i/Total i)
Atenção Básica	5.837.000,00	5.937.000,00	4.410.341,87	80,65
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.362.000,00	1.386.000,00	877.880,55	16,05
Vigilância Sanitária	169.000,00	169.000,00	88.867,40	1,63
Vigilância Epidemiológica	132.000,00	157.000,00	91.468,64	1,67
TOTAL	7.500.000,00	7.649.000,00	5.468.558,46	100,00

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.² Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

PORTO UNIAO, 27/09/2011

RENATO STASIAK
PREFEITO MUNICIPAL

RICARDO DRAGONI
SECRETÁRIO DE FINANÇAS E CONTABILIDADE

SOFIA SYDOL
CONTADORA - CRC/SC 14640/0-8

DINARTE RIBEIRO GUEDES NETO
ANALISTA CONTR INTERNO CRA/SC 18933

Rio do Sul

PREFEITURA

Decreto Nº 2071/11

DECRETO Nº 2.071, de 30 de agosto de 2011.

"HOMOLOGA RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO Nº. 013/2011"

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e da Lei nº. 3.796 de 26/06/2002,

DECRETA:

Art.1º- Fica homologado o resultado final do Processo Seletivo nº. 013/2011, em conformidade com o disposto no respectivo Edital de Processo Seletivo.

Art.2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 30 de agosto de 2011.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

JOSÉ EDUARDO R. THOMÉ
Secretário Municipal de Administração
Vlrm

Decreto Nº 2081/11

DECRETO Nº 2.081 de 01 de setembro de 2011

"SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE RIO DO SUL."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 11, da Lei Orçamentária nº 5.086 de 15/12/10.

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada na importância de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), as seguintes dotações do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul:

40.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

40.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2088 BLMAC - CAPS

3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES

3.3.00.00 Outras Despesas Correntes

3.3.90.00 Aplicações Diretas

00.01.0065 Atenção de Média e Alta Compl. Ambulatorial e Hosp.
R\$ 20.000,00

TOTAL R\$ 20.000,00

Art. 2º - Em contrapartida a suplementação constante do artigo primeiro, ficam anuladas na mesma importância parcial de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), as seguintes dotações do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul:

40.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

40.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2088 BLMAC - CAPS

4.0.00.00 DESPESAS DE CAPITAL

4.4.00.00 Investimento

4.4.90.00 Aplicações Diretas

00.01.0065 Atenção de Média e Alta Compl. Ambulatorial e Hosp.
R\$ 20.000,00

TOTAL R\$ 20.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 01 de setembro de 2011

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

Decreto Nº 2082/11

DECRETO Nº 2.082 de 01 de setembro de 2011

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso I da Lei Orçamentária nº 5.086 de 15/12/10.

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada na importância de R\$ 10.297,38 (dez mil, duzentos e noventa e sete reais e trinta e oito centavos), por conta do excesso de arrecadação em decorrência de repasses do Fundo Nacional de Saúde, a seguinte dotação do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul:

40.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

40.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2085 BLVGS - Vigilância Epidemiológica

3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES

3.3.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

3.3.90.00 Aplicações Diretas

00.01.0066 Vigilância em Saúde R\$ 10.297,38

TOTAL R\$ 10.297,38

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 01 de setembro de 2011

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

Decreto Nº 2083/11

DECRETO Nº 2.083 de 01 de setembro de 2011

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso I da Lei Orçamentária nº 5.086 de 15/12/10.

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada na importância de R\$ 22.705,62 (vinte e dois mil, setecentos e cinco reais e sessenta e dois centavos), por conta do excesso de arrecadação em decorrência de repasses do Fundo Nacional de Saúde, a seguinte dotação do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul:

40.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

40.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2079 BLVGS - Vigilância Sanitária

3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES
3.3.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES
3.3.90.00 Aplicações Diretas
00.01.0066 Vigilância em Saúde R\$ 22.705,62

TOTAL R\$ 22.705,62

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 01 de setembro de 2011
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

Decreto Nº 2087/11

DECRETO Nº 2.087, de 05 de setembro de 2011.
"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2011-FMAS."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado, de acordo com o parecer do Pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 1582/10, o resultado do Pregão Presencial nº 017 de 19/08/2011, do Fundo Municipal de Assistência Social, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante VIGILÂNCIA RIOSUL LTDA.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 05 de setembro de 2011.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

JANE MARIA GHIZZO SCHMIDT
Secretária Municipal de Assistência Social e Habitação
Vlrm

ANEXO AO DECRETO Nº 2.087/2011
Pregão Presencial nº 017/11 de 19.08.2011-FMAS

Objeto da Licitação: Contratação de serviços de monitoramento eletrônico de diversos prédios onde funciona os CRAS, CREAS-POP, COMVIVA, Centro de Treinamento-Escola e prédio da sede do Fundo Municipal de Assistência Social.

Preço: global

Participantes: CASVIG CATARINENSE DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA e VIGILÂNCIA RIOSUL LTDA.

Decisão: Pelo critério menor preço o Pregoeiro declarou vencedor o licitante VIGILÂNCIA RIOSUL LTDA.

Decreto Nº 2091/11

DECRETO Nº 2.091, de 15 de setembro de 2011.
"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 042/2011-FMS"

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado, de acordo com o parecer do Pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 1582/10, o resultado do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 042 de 22/08/2011, do Fundo Municipal de Saúde, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 15 de setembro de 2011.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

SUELI TERESINHA DE OLIVEIRA
Secretária Municipal de Saúde
Vlrm

ANEXO AO DECRETO Nº 2.091/2011

Pregão Presencial para Registro de Preços nº 042/11 de 19.08.2011-FMS

Objeto da Licitação: Registro de Preços para aquisição de dietas especiais para atender necessidade do Setor de Nutrição da Sec. de Saúde.

Preço: global

Participantes: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA.

Decisão: Pelo critério menor preço o Pregoeiro declarou vencedor o licitante PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA.

Decreto Nº 2092/11

DECRETO Nº 2.092 de 15 de setembro de 2011
"ABRE CRÉDITO ADICIONAL EXTRAORDINÁRIO NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 41, inciso III da Lei nº 4.320 de 17/03/1964.

CONSIDERANDO:

a Portaria da Secretaria Nacional de Defesa Civil nº 387, de 12 de setembro de 2011 que homologa o Estado de Calamidade Pública, declarado pelo Decreto nº 2.088, de 09 de setembro de 2011, do Prefeito Municipal de Rio do Sul.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Crédito Adicional Extraordinário no valor de até R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), com a finalidade de restabelecer a situação de normalidade, além de executar ações de reconstrução das áreas afetadas pela calamidade pública, com o seguinte desdobramento no orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

02.00 GABINETE DO PREFEITO
02.02 DEPARTAMENTO DE DEFESA CIVIL

1.093 SOS Rio do Sul - Calamidade Pública
3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES
3.3.00.00 Outras Despesas Correntes
3.3.90.00 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 3.000.000,00

4.0.00.00 DESPESAS DE CAPITAL
4.4.00.00 Investimentos
4.4.90.00 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 2.000.000,00

TOTAL R\$ 5.000.000,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 15 de Setembro de 2011
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

Decreto Nº 2094/11

DECRETO Nº 2.094, de 16 de setembro de 2011
"NOMEIA IVAN LUIS BUSNARDO"

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 207 e 208, de 28/10/2010,

DECRETA:

Art.1º - Nomear IVAN LUIS BUSNARDO para, a partir de 08/09/2011, exercer o cargo em comissão - Chefe de Divisão Desenvolvimento de Interligação de Dados e Voz, nos termos do § 2º, do Art. 15, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010 e Art. 10, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010 e suas alterações posteriores.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 16 de setembro de 2011
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

JOSÉ EDUARDO R. THOMÉ
Secretário Municipal de Administração

Decreto Nº 2096/11

DECRETO Nº 2.096, de 19 de setembro de 2011.
"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELA CARTA CONVITE Nº 016/2011-FMAS."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado, de acordo com o parecer da Comissão de Licitações, nomeada pelo Decreto nº 1581/10, o resultado da Carta Convite nº 016 de 08/08/2011, do Fundo Municipal de Assistência Social, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante CONSTRURIO EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 19 de setembro de 2011.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

JANE MARIA GHIZZO SCHMIDT
Secretária Municipal de Assistência Social e Habitação
Vlrm

ANEXO AO DECRETO Nº 2.096/2011

Carta Convite nº 016/11 de 08.08.2011-FMAS

Objeto da Licitação: Contratação de serviços e materiais para construção de 01(um) Centro de Referência de Assistência Social no bairro Progresso Fundo Municipal de Assistência Social.

Preço: global

Participantes: CONSTRUTORA GUTJAHR LTDA, SALVER CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA, CONSTRURIO EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA e GAERTNER OBRAS DE ENGENHARIA LTDA.

Decisão: Pelo critério menor preço a Comissão de Licitações declarou vencedor o licitante CONSTRURIO EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA.

Decreto Nº 2097/11

DECRETO Nº 2.097, de 19 de setembro de 2011.
"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELA CARTA CONVITE Nº 106/2011."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado, de acordo com o parecer da Comissão de Licitações, nomeada pelo Decreto nº 1581/10, o resultado da Carta Convite nº 106 de 22/08/2011, do Fundo Municipal de Assistência Social, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante SSAT SINALIZAÇÃO E ADESIVOS LTDA.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 19 de setembro de 2011.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

JOSÉ EDUARDO R. THOMÉ
Secretário Municipal de Administração
Vlrm

ANEXO AO DECRETO Nº 2.097/2011

Carta Convite nº 106/11 de 22.08.2011

Objeto da Licitação: Contratação de serviços e materiais para implantação de placas, tachões e pintura da sinalização vertical e horizontal em diversas ruas de cidade-Departamento de Trânsito.

Preço: global

Participantes: SINALTEC TECNOLOGIA EM SINALIZAÇÃO LTDA, ENERGY CITY LTDA, SINALBLU INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e SSAT SINALIZAÇÃO E ADESIVOS LTDA.

Decisão: Pelo critério menor preço a Comissão de Licitações declarou vencedor o licitante SSAT SINALIZAÇÃO E ADESIVOS LTDA.

Decreto Nº 2098/11

DECRETO Nº 2.098, de 19 de setembro de 2011.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 044/2011-FMS."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado, de acordo com o parecer do Pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 1582/10, o resultado do Pregão Presencial para Registro de Preço nº 044 de 01/09/2011, do Fundo Municipal de Saúde, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor dos licitantes PRODIET FARMACEUTICA LTDA, MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, PRODUTOS ROCHE QUIMICA E FARMACIA S/A, HOSPFAR IND.E COM.DE PRODUTOS HOSP.LTDA, EXPRESSA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, 1000 MEDIC. DISTR.IMP.EXP.DE MEDICAMENTOS LTDA, SANOFI AVENTIS COMERCIAL E LOGISTICA LTDA,

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 19 de setembro de 2011.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

SUELI TERESINHA DE OLIVEIRA
Secretária Municipal de Saúde
Vlrm

ANEXO AO DECRETO Nº 2.098/2011

Pregão Presencial para Registro de Preço nº 044/11 de 01.09.2011-FMS

Objeto da Licitação: Registro de Preços para aquisição de 53 (cinquenta e três) itens de medicamentos especiais e não padronizados para a Secretaria de Saúde.

Preço: por item

Participantes: PRODIET FARMACEUTICA LTDA, MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, PRODUTOS ROCHE QUIMICA E FARMACIA S/A, HOSPFAR IND.E COM.DE PRODUTOS HOSP.LTDA, EXPRESSA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, 1000 MEDIC. DISTR.IMP.EXP.DE MEDICAMENTOS LTDA, SANOFI AVENTIS COMERCIAL E LOGISTICA LTDA,

Decisão: Pelo critério menor preço o Pregoeiro declarou vencedores os licitantes PRODIET FARMACEUTICA LTDA nos itens 041 e 044; MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA nos itens 001,002,003,004,007,008,009,011,013,015,016,017,023,024,026,027,029,030032,033,037,038,043,045,047 e 048; PRODUTOS ROCHE QUIMICA E FARMACIA S/A nos itens 051,052 e

053; HOSPFAR INDUSTRIA E COM. DE PRODUTOS HOSP.LTDA nos itens 010,022 e 046; EXPRESSA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA nos itens 006,012,028,036,042,049 e 050; 1000 MEDIC. DISTR.IMP.EXP.DE MEDICAMENTOS LTDA nos itens 014,020,021,025,031,035,039 e 040 e SANOFI AVENTIS COMERCIAL E LOGISTICA LTDA nos itens 018, 019 e 034.

Decreto Nº 2099/11

DECRETO Nº 2.099, de 19 de setembro de 2011

"CONSTITUI GRUPO DE TRABALHO INTER-SETORIAL-GTI PARA O PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA-PSE."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 37, inciso VI, da Lei Orgânica do Município e conforme Portaria Interministerial nº 3.696, de 25 de novembro de 2010,

DECRETA:

Art. 1º - Fica constituído o Grupo de Trabalho Inter-setorial GTI para adesão ao Programa Saúde na Escola-PSE, composto pelos membros abaixo indicados pelas respectivas entidades:

Representantes da Secretaria Municipal da Saúde:

- Celiana Cristina Stacheski Martins

CPF: 395.812.099-72

RG : 3.387.740-4

- Sandra Denise Fachini Sedrez

CPF: 564.009.509-15

RG : 16.71.787-2

Representante da Secretaria Municipal de Educação

- Emanuelle Sorgatto

CPF: 950.510.319-00

RG : 3.353.386-5

Representante da Secretaria Estadual de Educação

- Márcia Ramos de Azevedo

CPF: 017.891.518-13

RG : 10801377-7

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário em especial o Decreto nº 1.685/2011.

Gabinete do Prefeito Municipal 19 de setembro de 2011

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

Decreto Nº 2100/11

DECRETO Nº 2.100, de 20 de setembro de 2011.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELA TOMADA DE PREÇOS Nº 095/2011."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado, de acordo com o parecer da Comissão de Licitações, nomeada pelo Decreto nº 1581/10, o resultado da Tomada de Preços nº 095 de 18/07/2011, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante A. MENDES TERRAPLENAGEM, CONSTRUÇÃO E EXTRAÇÃO DE MATERIAIS LTDA.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 20 de setembro de 2011.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

JOSÉ EDUARDO R. THOMÉ

Secretário Municipal de Administração

Virm

ANEXO AO DECRETO Nº 2.100/2011

Tomada de Preços nº 095/11 de 18.07.2011

Objeto da Licitação: Contratação de serviços e materiais para pavimentação asfáltica com CBUQ das seguintes ruas: João Marchi, Vidal Ramos, João Ledra, Justina de Barba Ledra e Travessa Paulo Grah-Secretaria de Obras.

Preço: global

Participantes: A. MENDES TERRAPLENAGEM CONSTRUÇÃO E EXTRAÇÃO DE MINERAIS LTDA e ENGPV PAVIMENTAÇÃO E CONSTRUÇÕES LTDA.

Decisão: Pelo critério menor preço a Comissão de Licitações declarou vencedor o licitante A. MENDES TERRAPLENAGEM CONSTRUÇÃO E EXTRAÇÃO DE MINERAIS LTDA.

Decreto Nº 2101/11

DECRETO Nº 2.101, de 20 de setembro de 2011.

"SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE RIO DO SUL."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais previstas no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município, e na Lei n.º 5.190, de 20 de setembro de 2011.

Art. 1º - Fica suplementada até o limite de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), as seguintes dotações do orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social de Rio do Sul:

50.00	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		
50.02	Proteção Social Básica Federal		
1.071	Piso Básico Fixo - PBF		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
0.01.0052	Outras Transf. De Recursos	R\$	14.000,00
50.03	Proteção Especial de Média Complexidade Federal		
1.075	Piso Fixo de Média Complexidade - PFMC		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
0.01.0052	Outras Transf. De Recursos	R\$	11.000,00
	Total	R\$	25.000,00

Art.2º - Em contrapartida a suplementação constante do artigo primeiro, fica anulada na mesma importância parcial de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), as seguintes dotações do orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social de Rio do Sul:

50.00	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		
50.02	Proteção Social Básica Federal		
1.071	Piso Básico Fixo - PBF		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.50.00	Transf. A Instituições Privadas sem fins lucrativos		
0.01.0052	Outras Transf. De Recursos	R\$	500,00
1.074	IGDBF – Bolsa Família		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.50.00	Transf. A Instituições Privadas sem fins lucrativos		
0.01.0052	Outras Transf. De Recursos	R\$	5.000,00
50.03	Proteção Especial de Média Complexidade Federal		
1.075	Piso Fixo de Média Complexidade - PFMC		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.50.00	Transf. A Instituições Privadas sem fins lucrativos		
0.01.0052	Outras Transf. De Recursos	R\$	500,00
1.078	Piso Fixo de Média Complexidade III – PVMC III		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.50.00	Transf. A Instituições Privadas sem fins lucrativos		
0.01.0052	Outras Transf. De Recursos	R\$	9.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
0.01.0052	Outras Transf. De Recursos	R\$	10.000,00
	Total	R\$	25.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 20 de setembro de 2011.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

Portaria Nº 0588/2011

PORTARIA Nº. 0588/RH

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art.1º Conceder Licença Paternidade, durante o período de 05/09/2011 a 12/09/2011 e Auxílio Natalidade, de acordo com os Arts. 241 e 253, da Lei Complementar n.º 207 de 28/09/2010, ao servidor municipal WASHINGTON DE OLIVEIRA CUNHA, ocupante do cargo de provimento efetivo de ENGENHEIRO CIVIL, conforme certidão de nascimento nº. 0039335 42, do cartório de registro civil da comarca de Rio do Sul, onde encontra-se o assento de Enzo Fellipe Greuel Cunha.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 06 de Setembro de 2011.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Secretário Municipal de Administração

Vf

Portaria Nº 0609/2011

PORTARIA Nº. 0609/RH

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art.1º Conceder auxílio-natalidade, de acordo com o Art. 241, da Lei Complementar n.º 207 de 28/09/2010, à servidora PAMELA PROBST, ocupante do cargo de provimento efetivo AGENTE ADMINISTRATIVO, conforme certidão de nascimento n.º 0039366 90 do cartório de registro civil da comarca de Rio do Sul - SC, onde encontra-se o assento de GUILHERME HENRIQUE PROBST STOCK.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 23 de Setembro de 2011.
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Secretário Municipal de Administração
Vf

Portaria Nº 0610/2011

PORTARIA Nº. 0610/RH

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º. Designar, a partir de 05/09/2011 a 04/10/2011, a servidora NILZA MINATTI, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, nível II, classe "B", para atuar como Diretora da Unidade Educacional de Pequeno Porte da Rede Pública Municipal (CE Pinguinho de Gente), em substituição da titular devido gozo de 30 dias de férias. E pelo exercício da função, faz jus além da remuneração de seu cargo efetivo, a uma gratificação mensal no percentual de 30% do seu vencimento base, em cumprimento ao Art. 4º da Lei Complementar Nº 194/2009.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos financeiros de 01/09/2011 a 30/09/2011.

Rio do Sul, 23 de Setembro de 2011.
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Secretário Municipal de Administração
Vf

Extrato de Edital 47/2011 FMS

E D I T A L

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 47/2011 FMS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR PARA ATENDER NECESSIDADE DE DIVERSOS SETORES DESTA SECRETARIA.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até o dia 10/10/2011, às 08:00 horas.

CREDENCIAMENTO DOS REPRESENTANTES E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 09:00 horas do dia 10/10/2011.

LOCAL: Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, na

Praça 25 de Julho, 01, Centro, Rio do Sul/SC

CONTATO: Dieison Fernando Marquez Telefone: (47) 3531-1437
e-mail: licitacao.saude@hotmail.com

ÁREA RESPONSÁVEL: Setor de Compras e Licitações

ÁREA REQUISITANTE: Almoxarifado

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

40.01.2.086.3.3.90.00.00.00.00.00 - BLVGS - PAM - DST/HIV/AIDS
40.01.2.089.3.3.90.00.00.00.00.00 - BLMAC - SAMU
40.01.2.096.3.3.90.00.00.00.00.00 - BLATB - NÚCLEO DE APOIO À SAÚDE DA FAMÍLIA
40.01.2.088.3.3.90.00.00.00.00.00 - BLMAC - CAPS
40.01.2.085.3.3.90.00.00.00.00.00 - BLVGS - VIGILANCIA EPIDEMIOLÓGICA
40.01.2.079.3.3.90.00.00.00.00.00 - BLVGS - VIGILANCIA SANITÁRIA
40.01.2.095.3.3.90.00.00.00.00.00 - BLATB - PAB FIXO - AÇÕES BÁSICAS
40.01.2.089.3.3.90.00.00.00.00.00 - BLMAC - SAMU
40.01.2.090.3.3.90.00.00.00.00.00 - BLMAC - CEO
40.01.2.078.3.3.90.00.00.00.00.00 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

O edital na íntegra pode ser obtido no site www.riodosul.sc.gov.br no link Licitações - Editais da Secretaria de Saúde. As empresas interessadas em participar desta Licitação deverão comunicar sua intenção ao Departamento de Compras e Licitações através do endereço rua Tuiuti, 154, Centro, Rio do Sul - SC, ou fax (47) 3531-1427, encaminhando preenchido o anexo 06, Declaração de Retirada de Edital. O Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul não aceitará em hipótese alguma reclamações posteriores de não envio de alterações por parte de empresas que não tenham se identificado como interessadas em participar da licitação. Ainda, nenhuma responsabilidade caberá ao Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul pelo não recebimento dessas alterações devido a endereço eletrônico e número de fax incorreto ou defeitos em qualquer desses equipamentos.

ESTE EXEMPLAR DE EDITAL É TRANSCRIÇÃO FIEL DO ORIGINAL ARQUIVADO NO PROCESSO DO PRESENTE PREGÃO.

Contrato Administrativo 327/2011

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 327/2011

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) ADRIANA HEINZ portador(a) do CPF nº 054.701.309-40 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Botanico Kulhmann, 1034 Bairro Eugênio Schneider, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no Centro de Educação Infantil Tia Bea, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso público, até a realização de novo concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a)

receberá a importância de R\$ 636,50 (seiscentos e trinta e seis reais e cinquenta centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 21/09/2011 e encerrando-se em 20/12/2011, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 20 de setembro de 2011.
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Secretário Municipal de Administração

ADRIANA HEINZ
Contratado (a)

Contrato Administrativo 328/2011

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 328/2011

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) ALMERINDA ALBINO HAMES portador(a) do CPF nº936.753.809-04 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Guanabara, 56 Bairro Boa Vista, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no

Centro de Educação Infantil Favo de Mel I, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso público, até a realização de novo concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 636,50 (seiscentos e trinta e seis reais e cinquenta centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 21/09/2011 e encerrando-se em 20/12/2011, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 20 de setembro de 2011.
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Secretário Municipal de Administração

ALMERINDA ALBINO HAMES
Contratado (a)

Contrato Administrativo 329/2011

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 329/2011

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) CARINA SCHMITZ DELA JUSTINA portador(a) do CPF nº 056.520.339-83 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Veriadora Isabel A Batchauer, 33 Bairro Budag, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o

que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no Centro de Educação Infantil Pref. Danilo Lourival Schmidt, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso público, até a realização de novo concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 636,50 (seiscentos e trinta e seis reais e cinquenta centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 21/09/2011 e encerrando-se em 20/12/2011, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 20 de setembro de 2011.
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Secretário Municipal de Administração

CARINA SCHMITZ DELA JUSTINA
Contratado (a)

Contrato Administrativo 330/2011
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 330/2011

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado

Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) DANIELE CRISTIANE DE SOUZA portador(a) do CPF nº 060.683.139-80 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Miguel Gutjahr, S/n Bairro Laranjeiras, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no Centro de Educação Ruth Schroeder Ohf, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso público, até a realização de novo concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 636,50 (seiscentos e trinta e seis reais e cinquenta centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 21/09/2011 e encerrando-se em 20/12/2011, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 20 de setembro de 2011.
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Secretário Municipal de Administração

DANIELE CRISTIANE DE SOUZA
Contratado (a)

Pauta de Julgamento Nº 004/2011

CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES
PAUTA DE JULGAMENTO Nº 004/2011

Leonice Witte, Secretária Geral do Conselho Municipal de Contribuintes de Rio do Sul, no uso das obrigações definidas no inciso I do art. 7º do Regimento Interno do Conselho e de acordo com o previsto no art. 16 do mesmo instrumento legal, torna público que o Conselho Municipal de Contribuintes estará reunido em Sessão Extraordinária no dia 05 de Outubro de 2011, às 09hs00, no auditório Renato Cardoso, sito no 1º andar do prédio central da Prefeitura, para julgamento do seguinte Recurso:

Número do protocolo: Protocolo Nº 126415/2011

Nome do Recorrente: Brignoli Com de Confecções Ltda

Nº do Recurso: 003/11

Relator: Cons Rubens Augusto S Menslin

Rio do Sul, 26 de Setembro de 2011.

LEONICE WITTE

Secretária geral do CMC

Contrato Administrativo

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 327/2011

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) ADRIANA HEINZ portador(a) do CPF nº 054.701.309-40 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Botanico Kulhmann, 1034 Bairro Eugênio Schneider, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no Centro de Educação Infantil Tia Bea, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso público, até a realização de novo concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 636,50 (seiscentos e trinta e seis reais e cinquenta centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 21/09/2011 e encerrando-se em 20/12/2011, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância

correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 20 de setembro de 2011.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Secretário Municipal de Administração

ADRIANA HEINZ

Contratado (a)

Contrato Administrativo

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 327/2011

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) ADRIANA HEINZ portador(a) do CPF nº 054.701.309-40 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Botanico Kulhmann, 1034 Bairro Eugênio Schneider, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no Centro de Educação Infantil Tia Bea, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso público, até a realização de novo concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 636,50 (seiscentos e trinta e seis reais e cinquenta centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 21/09/2011 e encerrando-se em 20/12/2011, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias

próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 20 de setembro de 2011.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Secretário Municipal de Administração

ADRIANA HEINZ
Contratado (a)

CÂMARA MUNICIPAL

Decreto Legislativo Nº 1.220

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.220, DE 27 DE SETEMBRO DE 2011
Outorga Título de Cidadão Rio-sulense ao Senhor Carlos Roberto Fogaça Bueno

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL. Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica outorgado o Título de Cidadão Rio-sulense ao Senhor Carlos Roberto Fogaça Bueno, pelos relevantes serviços prestados ao Município de Rio do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 27 de setembro de 2011.

CLÁUDIO CIMARDI
Presidente da Câmara

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

Lei Complementar Nº 137, de 26 de Setembro de 2011.

LEI COMPLEMENTAR Nº 137, DE 26 DE SETEMBRO DE 2011.
Altera o Código Tributário Municipal instituído pela Lei nº 298, de 18 de dezembro de 1.979, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O Código Tributário Municipal, instituído pela Lei nº 298, de 18 de dezembro de 1979, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 8º.....
VII - Zona Urbana 07: 0,10% (zero vírgula dez por cento) para imóveis edificados e 0,40% (zero vírgula quarenta por cento) para imóveis não edificados;
" (NR)

"Art. 25-K São isentas do imposto as parcelas dos imóveis localizadas em Áreas de Reserva Legal e Áreas de Preservação Permanentes - APP's.

Parágrafo único. A isenção de que trata o caput deste artigo é condicionada a comprovação de averbação das parcelas nas respectivas matrículas dos imóveis." (NR)

Art. 2º Ficam reenumerados os incisos do parágrafo único, do art. 8º, da Lei nº 298, de 18 de dezembro de 1979, de VII, VIII, IX, X e XI para VIII, IX, X, XI e XII, respectivamente.

Art. 3º Os Anexos I, II e III da Lei nº 298, de 18 de dezembro de 1979, passam a vigorar com as alterações constantes dos Anexos I, II e III desta Lei, sucessivamente.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 26 de setembro de 2011.

TOMÉ FRANCISCO ETGES
Prefeito Municipal

ANEXO I

(Lei Complementar nº 137, de 26 de setembro de 2011)

"ANEXO I

PLANTA GENÉRICA DE VALORES PARA IMÓVEIS URBANOS
(Lei nº 298, de 18 de dezembro de 1.979)

Identificação da zona físico-territorial por numeração	Identificação da zona físico-territorial por cor	Valor do m² em UFRM
ZONA URBANA 01	VERMELHA ESCURA	4,0888
ZONA URBANA 02	AMARELA	2,1904
ZONA URBANA 03	AZUL ESCURA	1,4603
ZONA URBANA 04	VERDE CLARA	1,1682
ZONA URBANA 05	MARRON	0,8762
ZONA URBANA 06	VERDE ESCURA	0,5841
ZONA URBANA 07	VERMELHA CLARA	0,1995



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

CHÁCARAS	CINZA	0,29
ZONA URBANA 08	DISTRITOS	0,14
ZONA INDUSTRIAL 01	LILÁS	0,43
ZONA INDUSTRIAL 02	AZUL CLARO	0,29
ZONA INDUSTRIAL 03	LARANJA	0,14

Observação: A cor atribuída em que foi dividida a Sede Municipal identifica a localização de cada Zona Urbana no Mapa Urbano que compõe o Anexo II, exceto Distritos.”

São Lourenço do Oeste, SC, 26 de setembro de 2011.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

ANEXO II

(Lei Complementar nº 137, de 26 de setembro de 2011)

“ANEXO II

MAPA URBANO OFICIAL”

(Lei nº 298, de 18 de dezembro de 1.979)

São Lourenço do Oeste, SC, 26 de setembro de 2011.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

ANEXO III

(Lei Complementar nº 137, de 26 de setembro de 2011)

“ANEXO III

MEMORIAL DESCRITIVO

Zonas Urbanas e Industriais

(Lei nº 298, de 18 de dezembro de 1.979)

ZONA URBANA 01 - Compreendem a Zona Urbana 01, os lotes e suas respectivas quadras infra listadas:

- I. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13 e 14, da Quadra 01, Série A;
- II. Lotes da Quadra 01, Série B;
- III. Lotes da Quadra 01, Série C;
- IV. Lotes nºs 04, 05, 06, 07 e 08, da Quadra 01, Série L;
- V. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19 e 20, da Quadra 02, Série A;
- VI. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23 e 24, da Quadra 02, Série B;
- VII. Lotes nºs 01, 02, 03, 04 e remanescentes, da Quadra 02, Série C;
- VIII. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19 e 20, da Quadra 03, Série A;
- IX. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 13 e 19, da Quadra 03, Série B;
- X. Lotes nºs 15, 16, 17, 18, 19 e 20, da Quadra 03, Série L;
- XI. Lotes nºs 15, 16, 17, 18, 19 e 20, da Quadra 04, Série A;
- XII. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05 e 06, da Quadra 04, Série B;
- XIII. Lotes nºs 05, 06, 08, 10, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19 e 20, da Quadra 05, Série A;
- XIV. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23 e 24, da Quadra 05, Série B;
- XV. Lotes nº 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19 e 20, da Quadra 05, Série C;
- XVI. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 09, 11, 13, 15, 16 e 17, da Quadra 05, Série D;
- XVII. Lotes nºs 01, 02, 03, 07, 09, 11, 13, 14, 15, da Quadra 05, Série E;
- XVIII. Lotes nºs 13, 15, 16, 17, 18, 19 e 20, da Quadra 06, Série A;
- XIX. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 15, 16, 17, 18, 19 e 20, da Quadra 06, Série B;

XX. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19 e 20, da Quadra 06, Série C;

XXI. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 08, 10, 12, 14, 18, 19 e 20, da Quadra 06, Série D;

XXII. Lotes nºs 04, 05, 06, 08, 10, 12, 16, 17 e 18, da Quadra 06, Série E.

ZONA URBANA 02 - A Zona Urbana 02 é compreendida dos seguintes lotes e suas respectivas quadras abaixo listadas:

I. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05 e 06, da Quadra 01, Série D;

II. Lotes nºs 01, 02, 03, 09, 10 e 11, da Quadra 01, Série L;

III. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07 e 08, da Quadra 02, Série D;

IV. Lotes nºs 15, 16, 17, 18 e 19, da Quadra 02, Série L;

V. Lotes nºs 08, 09, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 21, 22, 23 e 24, da Quadra 03, Série B;

VI. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05 e 06, da Quadra 03, Série C;

VII. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13 e 14, da Quadra 03, Série L;

VIII. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22 e 23, da Quadra 03, Série M;

IX. Lotes nºs 01, 02 e remanescentes, da Quadra 03, Série N;

X. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13 e 14, da Quadra 04, Série A;

XI. Lotes nºs 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19 e 20, da Quadra 04, Série B;

XII. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05 e 06, da Quadra 04, Série C;

XIII. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19 e 20, da Quadra 04, Série L;

XIV. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16 e 17, da Quadra 04, Série M;

XV. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06 e remanescentes, da Quadra 04, Série N;

XVI. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 07, 09, 11 e 13, da Quadra 05, Série A;

XVII. Lotes nºs 08, 10, 12, 14, 18, 19 e 20, da Quadra 05, Série D;

XVIII. Lotes nºs 04, 05, 06, 08 e 10, da Quadra 05, Série E;

XIX. Lotes nºs 01, 02, 03, 07, 09, 12, 13, 14, 20 e 21, da Quadra 05, Série F;

XX. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 09, 10, 11 e 12, da Quadra 05, Série G;

XXI. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 09, 10, 11 e 12, da Quadra 05, Série H;

XXII. Lotes nºs 15, 16, 17, 18, 19 e 20, da Quadra 05, Série L;

XXIII. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 07, 09, 11 e 13, da Quadra 06, Série A;

XXIV. Lotes nºs 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13 e 14, da Quadra 06, Série B;

XXV. Lotes nºs 07, 09, 11, 13, 15, 16 e 17, da Quadra 06, Série D;

XXVI. Lotes nºs 01, 02, 03, 07, 09, 11, 13, 14 e 15, da Quadra 06, Série E;

XXVII. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17 e 18, da Quadra 06, Série F;

XXVIII. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15 e 16, da Quadra 06, Série G;

XXIX. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15 e 16, da Quadra 06, Série H;

XXX. Lotes nºs 15, 16, 17, 18, 19 e 20, da Quadra 06, Série L;

XXXI. Lotes nºs 04, 05, 06, 08, 10, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19 e 20, da Quadra 07, Série A;

XXXII. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19 e 20, da Quadra 07, Série B;

XXXIII. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19 e 20, da Quadra 07, Série C;

XXXIV. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19 e 20, da Quadra 07, Série D;

XXXV. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17 e 18, da Quadra 07, Série E;

XXXVI. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17 e 18, da Quadra 07, Série F;
 XXXVII. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15 e 16, da Quadra 07, Série G;
 XXXVIII. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15 e 16, da Quadra 07, Série H;
 XXXIX. Lotes nºs 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19 e 20, da Quadra 08, Série B;
 XL. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05 e 06, da Quadra 08, Série C;
 XLI. Lotes nºs 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25 e 26, da Quadra 09, Série B;
 XLII. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05 e 06, da Quadra 09, Série C;
 XLIII. Lotes nºs 01, 02, 03, 07, 09, 11, 13, 15, 16, 17, 18, 19 e 20, da Quadra 11, Série A;
 XLIV. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31 e 32, da Quadra 11, Série B;
 XLV. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05 e 06, da Quadra 11, Série C;
 XLVI. Lotes nºs 01, 02, 03, 07, 09, 11, 13, 15, 16 e 17, Quadra 11, Série L;
 XLVII. Lotes nºs 01, 02, 03, 10, 11 e 12, da Quadra 11, Série M;
 XLVIII. Lotes nºs 01, 02, 10, 11, 12, 13 e 14, da Quadra 11, Série N;
 XLIX. Lotes nºs 01, 17, 18, 19 e 20, da Quadra 12, Série A;
 L. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31 e 32, da Quadra 12, Série B;
 LI. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07 e 08, da Quadra 12, Série C;
 LII. Lotes nºs 15, 16, 17, 18, 19, 20 e 21, da Quadra 13, Série A;
 LIII. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25 e 26, da Quadra 13, Série B;
 LIV. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 16 e 32, da Quadra 13, Série C;
 LV. Lotes nºs 08, 15, 16, 24 e 32, da Quadra 13, Série D;
 LVI. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05 e 06 da Quadra 01, do Loteamento Abatti;
 LVII. Chácaras localizadas com testada para a Rua Monte Castelo.

ZONA URBANA 03 - Compreendem a Zona Urbana 03, os lotes e suas respectivas quadras infra listadas:

I. Lotes nºs 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28 e 29, da Quadra 01, Série D;
 II. Lotes nºs 21, 22, 23, 24, 25 e 26, da Quadra 02, Série E;
 III. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13 e 14, da Quadra 02, Série L;
 IV. Lotes nºs 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19 e 20, da Quadra 03, Série C;
 V. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10 e 11, da Quadra 03, Série D;
 VI. Lotes nºs 01, da Quadra 03, Série E, do Loteamento Primavera;
 VII. Lotes nºs 01 e partes de chacara, da Quadra 04, Série C;
 VIII. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14 e 15, da Quadra 05, Série L;
 IX. Lotes nºs 15, 16, 17, 18, 19 e 20, da Quadra 08, Série A;
 X. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05 e 06, da Quadra 08, Série B;
 XI. Lotes nºs 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19 e 20, da Quadra 08, Série C;
 XII. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19 e 20, da Quadra 08, Série D;
 XIII. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19 e 20, da Quadra 08, Série E;
 XIV. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19 e 20, da Quadra 08, Série F;
 XV. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15 e 16, da Quadra 08, Série G;

XVI. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15 e 16, da Quadra 08, Série H;
 XVII. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16 e 17, da Quadra 09, Série B;
 XVIII. Lotes nºs 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31 e 32, da Quadra 10, Série B;
 XIX. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07 e 08, da Quadra 10, Série C;
 XX. Lotes nºs 04, 05, 06, 08, 10, 12 e 14, da Quadra 11, Série A;
 XXI. Lotes nºs 07, 09, 11, 13 e 15, da Quadra 11, Série C;
 XXII. Lotes nºs 04, 05, 06, 08, 10, 12, 14, 18, 19 e 20, da Quadra 11, Série L;
 XXIII. Lotes nºs 04, 05, 06, da Quadra 11, Série M;
 XXIV. Lotes nºs 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11 e 12, da Quadra 14, Série A
 XXV. Lotes nºs 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, da Quadra 14, Série L;
 XXVI. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08 e 09, da Quadra 15, Série P;
 XXVII. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25 e 26, da Quadra 16, Série P;
 XXVIII. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22 e 23, da Quadra 17, Série P;
 XXIX. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18 e 19, da Quadra 18, Série P;
 XXX. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35 e 36, da Quadra 19, Série P;
 XXXI. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31 e 32, da Quadra 20, Série P;
 XXXII. Lotes nºs 01, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18 e 19, da Quadra 08, Série ME.

ZONA URBANA 04 - A Zona Urbana 04 é compreendida dos seguintes lotes e suas respectivas quadras infra listadas:

I. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19 e 20, da Quadra 01, Série E;
 II. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 20 e 21, da Quadra 02, Série E;
 III. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12 e 13, da Quadra 02, Série M;
 IV. Lotes nºs 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21 e 22, da Quadra 03, Série D;
 V. Lotes nºs 04, 05, 06, 08 e 10, da Quadra 05, Série F;
 VI. Lotes nºs 05, 06, 07, 08, 13, 14, 15 e 16, da Quadra 05, Série H;
 VII. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12 e 13, da Quadra 05, Série M;
 VIII. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13 e 14, da Quadra 06, Série L;
 IX. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07 e 08, da Quadra 06, Série M;
 X. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05 e 06, da Quadra 06, Série N;
 XI. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08 e 09, da Quadra 06, Série O;
 XII. Lotes nºs 01, 02, 03, 07, 09, 11 e 13, da Quadra 07, Série A;
 XIII. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39 e 40, da Quadra 07, Série L;
 XIV. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13 e 14, da Quadra 08, Série A;
 XV. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31 e 32, da Quadra 08, Série L;
 XVI. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19 e 20, da Quadra 09, Série A;

XVII. Lotes nºs 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24 e 25, da Quadra 09, Série C;
 XVIII. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31 e 32, da Quadra 09, Série D;
 XIX. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19 e 20, da Quadra 09, Série E;
 XX. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33 e 34, da Quadra 09, Série F;
 XXI. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15 e 16, da Quadra 09, Série G;
 XXII. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15 e 16, da Quadra 09, Série H;
 XXIII. Lotes nºs 09 e remanescentes, da Quadra 09, Série I;
 XXIV. Lotes nºs 08, 10, 12, 14, 16, 17, 18, 19 e 20, da Quadra 11, Série C;
 XXV. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19 e 20, da Quadra 11, Série D;
 XXVI. Lotes nºs 07, 08 e 09, da Quadra 11, Série M;
 XXVII. Lotes nºs 03, 04, 05, 06, 07, 08 e 09, da Quadra 11, Série N;
 XXVIII. Lotes nºs 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31 e 32, da Quadra 12, Série C;
 XXIX. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29 e 30, da Quadra 12, Série D;
 XXX. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49 e 50, da Quadra 12, Série R;
 XXXI. Lotes nºs 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 26, 27, 28, 29, 30 e 31 da Quadra 13, Série C;
 XXXII. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 26, 27, 28, 29, 30 e 31, da Quadra 13, Série D;
 XXXIII. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13 e 14, da Quadra 13, Série F;
 XXXIV. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08 e 09, da Quadra 14, Série B;
 XXXV. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09 e 10, da Quadra 21, Série P;
 XXXVI. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20 e 21, da Quadra 22, Série P;
 XXXVII. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, da Quadra 2, Série E2;
 XXXVIII. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11 e 12, da Quadra 2, Série F1, do Loteamento Brasília;
 XXXIX. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19 e 20, da Quadra 9, Série ME;
 XL. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10 e 11, da Quadra 07, do Loteamento Martinello;
 XLI. Lotes nºs 01, 02, 03 e 04, da Quadra 06, do Loteamento Martinello;
 XLII. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05 e 06, da Quadra 08, do Loteamento Martinello;
 XLIII. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07 e 08, da Quadra 05, do Loteamento Martinello;
 XLIV. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21 e 22, da Quadra 09, do Loteamento Martinello;
 XLV. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05 e 06, da Quadra 01, do Loteamento Martinello;
 XLVI. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10 e 11, da Quadra 03, do Loteamento Martinello;
 XLVII. Lotes nºs 01, 02, 03 e 04, da Quadra 02, do Loteamento Martinello;
 XLVIII. Lotes nºs 01 e 02, da Quadra 03, do Loteamento Abatti;
 XLIX. Lotes nºs 01, 02, 03, 10, 11 e 12, da Quadra 02, do Loteamento Abatti;

L. Lotes nºs 07, 08, 09, 10, 11 e 12, da Quadra 01, do Loteamento Abatti.

ZONA URBANA 05 - A Zona Urbana 05 é compreendida dos lotes e suas respectivas quadras infra listadas:

I. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06 e 07, da Quadra 33, Série R;
 II. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08 e 09, da Quadra 32, Série R;
 III. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05 e 06, da Quadra 31, Série R;
 IV. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50 e 51, da Quadra 30, Série R;
 V. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15 e 16, da Quadra 33, Série S;
 VI. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17 e 18, da Quadra 32, Série S;
 VII. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11 e 12; da Quadra 31, Série S;
 VIII. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17 e 18, da Quadra 30, Série S;
 IX. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08 e 09, da Quadra 33, Série T;
 X. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08 e 09, da Quadra 32, Série T;
 XI. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05 e 06, da Quadra 31, Série T;
 XII. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08 e 09, da Quadra 30, Série T;
 XIII. Lotes nº 01, 02, 03, 04, 05, 06 e 07 da Quadra 10, Série V
 XIV. Lotes nº 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13 e 14 da Quadra 10, Série U;
 XV. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14 da Quadra 10, Série T;
 XVI. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13 e 14, da Quadra 10, Série S;
 XVII. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52 e 53, da Quadra 10, Série R;
 XVIII. Lote nº 01, da Quadra 03, Série V;
 XIX. Lote nº 01, da Quadra 09, Série U;
 XX. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09 e 10, da Quadra 09, Série R;
 XXI. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39 e 40, da Quadra 09, Série R;
 XXII. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10 e 11, da Quadra 08, Série R;
 XXIII. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10 e 11, da Quadra 31, Série D;
 XXIV. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10 e 11, da Quadra 31, Série E – Loteamento Guarnieri;
 XXV. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25 e 26, da Quadra 31, Série E – Loteamento Menegatti I;
 XXVI. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13 e 14, da Quadra 32, Série E;
 XXVII. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19 e 20, da Quadra 33, Série E;
 XXVIII. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13 e 14, da Quadra 34, Série E;
 XXIX. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16 e 17, da Quadra 35, Série E;
 XXX. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11 e 12 da Quadra 36, Série E;
 XXXI. Lotes nºs 01, 02, 03 e 04, da Quadra 37, Série E;
 XXXII. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19 e 20, da Quadra 35, Série C;

XXXIII. Lote nº 01, da Quadra 36, Série C;
 XXXIV. Lote nº 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16 e 17 da Quadra 34, Série D;
 XXXV. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15 e 16, da Quadra 35, Série D;
 XXXVI. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09 e 10, da Quadra 36, Série D;
 XXXVII. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06 e 07, da Quadra 37, Série D;
 XXXVIII. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19 e 20, da Quadra 30, Série A;
 XXXIX. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09 e 10, da Quadra 31, Série A;
 XL. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11 e 12, da Quadra 30, Série B;
 XLI. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47 e 48, da Quadra 30, Série C;
 XLII. Lote nº 01 e 02, da Quadra 32, Série A;
 XLIII. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12 e 13, da Quadra 33, Série B;
 XLIV. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12 e 13, da Quadra 31, Série C;
 XLV. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17 e 18, da Quadra 32, Série C;
 XLVI. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12 e 13, da Quadra 33, Série C;
 XLVII. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09 e 10, da Quadra 33, Série L;
 XLVIII. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30 e 31, da Quadra 30, Série E;
 XLIX. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40 e 41, da Quadra 30, Série D;
 L. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57 e 58, da Quadra 10, Série I;
 LI. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15 e 16, da Quadra 10, Série H;
 LII. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15 e 16, da Quadra 10, Série G;
 LIII. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29 e 30, da Quadra 10, Série F;
 LIV. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37 e 38, da Quadra 10, Série E;
 LV. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31 e 32, da Quadra 10, Série D;
 LVI. Lotes nºs 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31 e 32, da Quadra 10, Série C;
 LVII. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23 e 24, da Quadra 10, Série B;
 LVIII. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40 e 41, da Quadra 10, Série A;
 LIX. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26 e 27, da Quadra 10, Série L;
 LX. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20 e 21, da Quadra 09, Série L;
 LXI. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 26, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35 e 36, da Quadra 02, Série G;
 LXII. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13,

14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40 e 41, da Quadra 02, Série H;
 LXIII. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22 e 23, da Quadra 02, Série I;
 LXIV. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09 e 10, da Quadra 15, Série H;
 LXV. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32 e 33, da Quadra 15, Série I;
 LXVI. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26 e 27, da Quadra 14, Série I;
 LXVII. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15 e 16, do Loteamento Trento;
 LXVIII. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18 e 19 da Quadra 11, Série Q;
 LXIX. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19 e 20, da Quadra 12, Série Q;
 LXX. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19 e 20, da Quadra 13, Série Q;
 LXXI. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16 e 17, da Quadra 11, Série O;
 LXXII. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19 e 20, da Quadra 12, Série O;
 LXXIII. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19 e 20 da Quadra 13, Série O;
 LXXIV. Lotes nºs 01, 02 e 03, da Quadra 11, Série K;
 LXXV. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07 e 08, da Quadra 12, Série K, do Loteamento Nespolo;
 LXXVI. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07 e 08, da Quadra 12, Série K, do Loteamento Vale das Hortências;
 LXXVII. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23 e 24, da Quadra 13, Série K;
 LXXVIII. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10 e 11, da Quadra 11, Série J;
 LXXIX. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19 e 20, da Quadra 12, Série J;
 LXXX. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17 e 18 da Quadra 13, Série J;
 LXXXI. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09 e 10, da Quadra 11, Série H;
 LXXXII. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17 e 18, da Quadra 12, Série H;
 LXXXIII. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17 e 18, da Quadra 13, Série H;
 LXXXIV. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11 e 12, da Quadra 11, Série I;
 LXXXV. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16 e 17, da Quadra 12, Série I;
 LXXXVI. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10 e 11, da Quadra 13, Série I;
 LXXXVII. Lote nº 01, da Quadra 11, Série G;
 LXXXVIII. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08 e 09 da Quadra 12, Série H, do Loteamento Carboni;
 LXXXIX. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13 e 14, da Quadra 12, Série G;
 XC. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13 e 14, da Quadra 13, Série G;
 XCI. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32 e 33, da Quadra 12, Série F;
 XCII. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14 e 15, da Quadra 13, Série F;
 XCIII. Lotes nºs 12, 13, 14, 15, 16, 17, 1, 19, 20, 21 e 22, da Quadra 03, do Loteamento Martinello;
 XCIV. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 11, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21 e 22, da Quadra 04, do Loteamento Martinello;
 XCV. Lotes nºs 05, 06, 07 e 08, da Quadra 2, do Loteamento

Martinello;

XCVI. Lotes nºs 04, 05, 06, 07, 08 e 09, da Quadra 02, do Loteamento Abatti;

XCVII. Lotes nºs 03, 04 e 05, da Quadra 03, do Loteamento Abatti;

XCVIII. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12 e 13, da Quadra 14, Série A; do Loteamento Bessegatto.

XCIX. Lotes nºs 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30 e 31, da Quadra 17, Série P, do Loteamento Bessegatto.

C. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06 e 07, da Quadra 15, Série A, do Loteamento Bessegatto;

CI. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18 e 19, da Quadra 16, Série E, do Loteamento Santin;

CII. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21 e 22, da Quadra 15, Série E, do Loteamento Santin;

CIII. Lotes nºs 01 e 02, da Quadra 01, do Loteamento Purcino;

CIV. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06 e 07, da Quadra 02, do Loteamento Purcino;

CV. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10 e 11, da Quadra 03, do Loteamento Purcino;

CVI. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09 e 10, da Quadra 04, do Loteamento Purcino;

CVII. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07 e 08, da Quadra 01, do Loteamento Paludo;

CVIII. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08 e 09, da Quadra 02, do Loteamento Paludo;

CIX. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11 e 12, da Quadra 03, do Loteamento Paludo;

CX. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12 e 13, da Quadra 02, Série M, do Loteamento Valduga;

CXI. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12 e 13, da Quadra 03, Série M, do Loteamento Valduga;

CXII. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14 e 15, da Quadra 07, do Loteamento Allievi I;

CXIII. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09 e 10, da Quadra 08, do Loteamento Allievi I;

CXIV. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19 e 20, da Quadra 11, Série E, do Loteamento Tiago;

CXV. Lotes nºs 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24 e 25, da Quadra 2, Série F2, do Loteamento Brasília;

CXVI. Lotes do Desmembramento Inês Lazzarotto;

CXVII. Lotes nºs 01, 02, 03 e 04 da Quadra 33, Série D.

CXVIII. Lotes nºs 01, 02, 03, 04 da Quadra 33, Série D, do Loteamento Santa Barbara;

CXIX. Lotes nºs 01, da Quadra 33, Série E, do Loteamento Santa Barbara;

CXX. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17 da Quadra 34, Série D, do Loteamento Santa Barbara;

CXXI. Lotes nºs 01, 02, 03, 04 da Quadra 34, Série E, do Loteamento Santa Barbara;

CXXII. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12 da Quadra 35, Série D, do Loteamento Santa Barbara;

CXXIII. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08 da Quadra 36, Série D, do Loteamento Santa Barbara;

CXXIV. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08 da Quadra 37, Série D, do Loteamento Santa Barbara;

CXXV. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05 da Quadra 38, Série D, do Loteamento Santa Barbara;

CXXVI. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07 da Quadra 38, Série E, do Loteamento Santa Barbara;

CXXVII. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, da Quadra 39, Série D, do Loteamento Santa Barbara;

CXXVIII. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07 da Quadra 39, Série E, do Loteamento Santa Barbara.

ZONA URBANA 06 - Compreendem a Zona Urbana 06, os lotes e suas respectivas quadras abaixo listados:

I. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24 e 25, da Quadra 35, Série J;

II. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30 e 31, da Quadra 35, Série I, do Loteamento Wolfart;

III. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13 e 14, da Quadra 35, Série I, do Loteamento Fergutz;

IV. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30 e 31, da Quadra 34, Série J;

V. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30 e 31, da Quadra 34, Série I, do Loteamento Wolfart;

VI. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15 e 16, da Quadra 34, Série I, do Loteamento Fergutz;

VII. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30 e 31, da Quadra 35, Série H, do Loteamento Wolfart;

VIII. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15 e 16, da Quadra 35, Série H, do Loteamento Fergutz;

IX. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30 e 31, da Quadra 34, Série H, do Loteamento Wolfart;

X. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15 e 16, da Quadra 34, Série H, do Loteamento Fergutz;

XI. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07 e 08, da Quadra 33, Série J;

XII. Lotes nºs 01, 02, 03 e 04, da Quadra 33, Série H;

XIII. Lotes nºs 01, 02, 03 e 04, da Quadra 33, Série I;

XIV. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15 e 16, da Quadra 39, Série K;

XV. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13 e 14, da Quadra 38, Série K;

XVI. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12 e 13, da Quadra 37, Série K;

XVII. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06 e 07, da Quadra 36, Série K;

XVIII. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09 e 10, da Quadra 39, Série O;

XIX. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09 e 10, da Quadra 38, Série O;

XX. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09 e 10, da Quadra 37, Série O;

XXI. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12 e 13, da Quadra 36, Série O;

XXII. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35 e 36, da Quadra 16, Série Q;

XXIII. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35 e 36, da Quadra 16, Série R;

XXIV. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20 e 21, da Quadra 17, Série Q;

XXV. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28 e 29, da Quadra 17, Série R;

XXVI. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12 e 13, da Quadra 40, Série C;

XXVII. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15 e 16, da Quadra 40, Série D;

XXVIII. Lotes nºs 01, 02 e 03, da Quadra 41, Série B;

XXIX. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16 e 17 da Quadra 41, Série C;

XXX. Lotes nºs 01, 02, 03, 04 e 05, da Quadra 42, Série D;

XXXI. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19 e 20, da Quadra 41, Série D;

XXXII. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11 e 12, da Quadra 42, Série E;

XXXIII. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13,

14, 15, 16, 17 e 18 da Quadra 41, Série E;
XXXIV. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08 e 09, da Quadra 40, Série E;
XXXV. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24 e 25, da Quadra 41, Série F;
XXXVI. Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06 e 07, da Quadra 40, Série F;
XXXVII. Lotes do Loteamento Popular Vida Nova.

ZONA URBANA 07 - Compreendem a Zona Urbana 07, os lotes e suas respectivas quadras abaixo listados:

I. Lotes do Loteamento Condomínio Portal do Sol, Lotes nº 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24 e 25.

ZONA INDUSTRIAL 01 - A Zona Industrial 01 é compreendida das seguintes áreas:

I. Áreas industriais localizadas na extensão da Rua Tiradentes até o Loteamento Cardoso;
II. Áreas industriais com testada para a SC 468, até o Km 04.

ZONA INDUSTRIAL 02 - Compreendem a Zona Industrial 02, as áreas infra listadas:

III. Áreas industriais com testada para a SC 468, Km 04;
IV. Áreas industriais sem testada para a SC 468.
V. Loteamento industrial EFAISLO.

ZONA INDUSTRIAL 03 - A Zona Industrial 03 é composta das seguintes áreas:

I. Áreas industriais localizadas na SC 480, após o perímetro urbano do Loteamento Cardoso até o final do perímetro urbano de São Lourenço do Oeste;
II. Áreas industriais localizadas na SC 468, (Zona Industrial de São Paulinho) após o perímetro urbano de São Lourenço do Oeste compostas dos seguintes Lotes: 01-A, 01-B, 01-C, 01-D, 01-E, 01-F, 01-G;
III. Áreas industriais localizadas na SC 468, (Zona Industrial de São Paulinho) após o perímetro urbano de São Lourenço do Oeste composta pela Parte de Lote Industrial nº 01 Cooperativa Agropecuária de São Lourenço do Oeste”.

São Lourenço do Oeste, SC, 26 de setembro de 2011.
TOMÉ FRANCISCO ETGES
Prefeito Municipal

Lei Nº 1.962, de 26 de Setembro de 2011.

LEI Nº 1.962, DE 26 DE SETEMBRO DE 2011.

Autoriza a desafetação e alienação de bens imóveis de propriedade do Município de São Lourenço do Oeste, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam desafetados os lotes urbanos de número 09 (nove) e 10 (dez), da Quadra 30, Série S, ambos com área de 365,50m² (trezentos e sessenta e cinco metros e cinquenta centímetros quadrados), situados no Loteamento Meneghetti III, neste Município de São Lourenço do Oeste - SC, Matriculados sob os nºs 12.815 e 12.816, do Cartório de Registro de Imóveis deste Município, conforme Matrículas constantes do Anexo Único desta Lei.

Art. 2º Os imóveis ora desafetados ficam automaticamente transpassados para a categoria de bens dominiais, integrando o patrimônio disponível deste Município.

Art. 3º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a alienar os bens imóveis descritos no art. 1º desta Lei.
Parágrafo único. A alienação referida no caput deste artigo deverá ser precedida de avaliação e se efetivará mediante competente processo licitatório, na modalidade de concorrência, nos termos da Lei Federal nº 8666, de 21 de junho de 1993.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 26 de setembro de 2011.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

Decreto Nº 4.281, de 26 de Setembro de 2011.

DECRETO Nº 4.281, DE 26 DE SETEMBRO DE 2011.

Homologa o Laudo Técnico das Condições do Ambiente de Trabalho - LTCAT, de 20 de setembro de 2011 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 55, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, os artigos 75 a 78 da Lei Complementar nº 118, de 23 de junho de 2010 e considerando a emissão do Laudo Técnico das Condições do Ambiente de Trabalho - LTCAT, de 20 de setembro de 2011,

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado o Laudo Técnico das Condições do Ambiente de Trabalho - LTCAT, de 20 de setembro de 2011, que considera as atividades desenvolvidas nos diversos setores do ente público Município de São Lourenço do Oeste - SC, como insalubres ou não insalubres, conforme especificado no Laudo.
Parágrafo único. O LTCAT, de que trata o caput deste artigo, encontra-se arquivado na Gerência de Recursos Humanos.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 26 de setembro de 2011.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

Resolução CMAS Nº. 011 de 15 de setembro de 2011.

Resolução CMAS nº. 011 de 15 de setembro de 2011.

Prorroga prazo para entidades e organizações de assistência social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais requererem inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS de São Lourenço do Oeste - SC.

O Conselho Municipal de Assistência Social de São Lourenço do Oeste - CMAS, consoante os termos da Lei Federal nº. 8.742/93, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal nº. 1.040 de 21 de outubro de 1996, considerando a Resolução nº. 16 de 05 de maio de 2010, do Conselho Nacional de Assistência Social, atentando para o conteúdo da Resolução CNAS nº 109/2009, assim como Reunião Ordinária realizada no dia 15 de setembro de 2011 pelo Conselho Municipal de Assistência Social.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar prazo para entidades e organizações de assistência social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais requererem inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS de São Lourenço do Oeste - SC.

§ 1º Fica estabelecido como prazo final a data de 02 de outubro do corrente ano para entidades e organizações de assistência social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios

socioassistenciais apresentarem o Requerimento de Inscrição, conforme Anexo I ou II, da Resolução nº 004/2011 do CMAS, bem como os demais documentos elencados por esta Resolução;

§ 2º O CMAS terá prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data do recebimento para manifestar-se sobre o pedido de inscrição.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ONDINA SAVI MONDO DAL-PONT
Presidente CMAS

Portaria Nº 008, de 26 de Setembro de 2011.

PORTARIA Nº 008, DE 26 DE SETEMBRO DE 2011.

Homologa o Laudo Técnico das Condições do Ambiente de Trabalho - LTCAT, de 21 de setembro de 2011, e dá outras providências.

A GERENTE EXECUTIVA DO COMITÊ DESPORTIVO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 19, inciso XVIII, da Lei Complementar nº 80, de 16 de março de 2007, e considerando a emissão do Laudo Técnico das Condições do Ambiente de Trabalho - LTCAT, de 21 de setembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º Homologar o Laudo Técnico das Condições do Ambiente de Trabalho - LTCAT, de 21 de setembro de 2011, que considera as atividades desenvolvidas nos pela autarquia Comitê Desportivo Municipal, como insalubres ou não insalubres, conforme especificado no Laudo.

Parágrafo único. O LTCAT, de que trata o caput deste artigo, encontra-se arquivado na Gerência de Recursos Humanos, sito no Centro Administrativo Municipal.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 26 de setembro de 2011.
MARISTEL CRISTINA FEUSER
Gerente Executiva

Portaria Nº 021, de 26 de Setembro de 2011.

PORTARIA Nº 021, DE 26 DE SETEMBRO DE 2011.

Homologa o Laudo Técnico das Condições do Ambiente de Trabalho - LTCAT, de 21 de setembro de 2011, e dá outras providências.

O GERENTE EXECUTIVO DO INSTITUTO CULTURAL DE SÃO LOURENÇO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere os incisos do artigo 19, da Lei Complementar nº 81, de 16 de março de 2007, e considerando a emissão do Laudo Técnico das Condições do Ambiente de Trabalho - LTCAT, de 21 de setembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º Homologar o Laudo Técnico das Condições do Ambiente de Trabalho - LTCAT, de 21 de setembro de 2011, que considera as atividades desenvolvidas nos pela autarquia Instituto Cultural de São Lourenço, como insalubres ou não insalubres, conforme especificado no Laudo.

Parágrafo único. O LTCAT, de que trata o caput deste artigo, encontra-se arquivado na Gerência de Recursos Humanos, sito no Centro Administrativo Municipal.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 26 de setembro de 2011.
ALEX CLEIDIR TARDETTI
Gerente Executivo

Aviso de Licitação 119/2011

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 10/10/2011, às 14:00 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 119/2011, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL 83/2011 - OBJETO: AQUISIÇÃO DE PAVERS PARA REFORMA DE PASSEIOS PÚBLICOS DANIFICADOS PELA SUBSTITUIÇÃO DOS CANOS DE ÁGUA DA CASAN CONFORME CONVÊNIO Nº 522/2011. Informações licitacoes@saolourenco.sc.gov.br.

TOMÉ FRANCISCO ETGES
Prefeito Municipal

Aviso de Licitação 119/2011

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 10/10/2011, às 14:00 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 119/2011, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL 83/2011 - OBJETO: AQUISIÇÃO DE PAVERS PARA REFORMA DE PASSEIOS PÚBLICOS DANIFICADOS PELA SUBSTITUIÇÃO DOS CANOS DE ÁGUA DA CASAN CONFORME CONVÊNIO Nº 522/2011. Informações licitacoes@saolourenco.sc.gov.br.

TOMÉ FRANCISCO ETGES
Prefeito Municipal

Schroeder

PREFEITURA

Portaria No4.186/2011, 23 de setembro de 2011

PORTARIA No4.186/2011, 23 de setembro de 2011

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO NACIONAL DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO-FUNDEB.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990 e na Lei Municipal nº1.670/2008, de 24 de junho de 2008,

R E S O L V E :

Art. 1º Nomear os membros, abaixo relacionados para comporem o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo Nacional de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB:

I - Representantes do Poder Executivo Municipal:

- Hildo Artur Hatschbach - titular
- Elmer Sandro Quadros - titular
- Melani Zelfeld - suplente
- Paulo Roberto dos Santos Lima - suplente

II - Representante dos professores das escolas públicas municipais:

- Roseli Marieta de Souza - titular
- Márcia Vogel Steilein - suplente

III - Representante dos diretores das escolas públicas municipais:

- Elisa Andréia da Silva de Assis - titular
- Carmem Leonice Felippi Schmitz - suplente

IV - Representante dos servidores técnico-administrativos das escolas públicas municipais:

- Irléia Doege Gaedtker - titular
- Tiago Roque Grzybowski - suplente

V - Representantes dos pais de alunos das escolas públicas municipais:

- Jaison Mendonça - titular
- Hildo Ramos - titular
- Gretchen Lilian Zoz - suplente
- Marleni Lindner - suplente

VI - Representantes dos estudantes da educação básica pública, um dos quais indicado pela entidade de estudantes secundaristas:

- Rodrigo Heinz - titular
- Carlos Cesar da Silva Wust - titular
- Salete Antônia Czechowski de Oliveira - suplente
- Lucinéia de Oliveira de Souza - suplente

VII - Representantes do Conselho Municipal de Educação:

- Ronan Luís Siewert - titular
- Edna Maria da Rocha - suplente

VIII - Representantes do Conselho Tutelar:

- Paulo Henrique Gneipel - titular
- Nilda Gaedke Lindner - suplente

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Schroeder, 23 de setembro de 2011.

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

HARILDO KONELL
Secretário da Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
Chefe de Gabinete

Portaria Nº 4.187/2011, de 23 de Setembro de 2011

PORTARIA Nº 4.187/2011, DE 23 DE SETEMBRO DE 2011
CONSTITUI E NOMEIA OS MEMBROS DA COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas no Art. 71, Inciso I, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990.

RESOLVE:

Art. 1º Fica constituída a Comissão de Processo seletivo, integrada pelos seguintes membros: Armelinda Walz Schmitt - Orientadora Educacional, Melani Zelfeld - Supervisora Escolar, Djuli Cristiane Konell - Diretora de Unidade de Ensino, Carmen Leonice Felippi Schmitz - Diretora de Unidade de Ensino, Jady Salles Nunes - Auxiliar de Expediente, para sob a Presidência do primeiro, coordenação do segundo e sendo secretariada pelo terceiro, preparar, executar e julgar o processo seletivo destinado ao preenchimento de vagas de cargos existentes no Quadro de Pessoal da Administração Direta do município de Schroeder.

Art. 2º A Comissão do Processo Seletivo ora constituída atenderá às disposições legais em vigor, bem como tomará as providências necessárias à sua fiel execução.

Art. 3º A Comissão do Processo Seletivo, poderá contratar pessoa ou órgão estranho à Prefeitura Municipal para elaboração e execução do Processo seletivo, correndo as despesas por conta de dotações específicas do Orçamento Geral do Município.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação do DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.699/2008, de 17/06/2008.

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Schroeder, 23 de setembro de 2011.

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

HARILDO KONELL
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 4.180/2011, de 22 de setembro de 2011.

PORTARIA Nº. 4.180/2011, de 22 de setembro de 2011.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º ACEITAR o pedido de afastamento por Auxílio Doença da funcionária, Sra. Luciana Viegutz Vandrei, adquirindo efeitos retroativos a partir de 15 de setembro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 22 de setembro de 2011.

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

JOSÉ DA CRUZ
Secretário de Saneamento e Gestão Ambiental

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 4.181/2011, de 22 de setembro de 2011.

PORTARIA Nº. 4.181/2011, de 22 de setembro de 2011.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º EXTINGUIR o contrato de trabalho por prazo determinado da funcionária, Sra. Rosilma de Fátima Bueno Gracioli, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 22 de setembro de 2011.
FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

HARILDO KONELL
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 4.182/2011, de 22 de setembro de 2011.

PORTARIA Nº. 4.182/2011, de 22 de setembro de 2011.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º EXTINGUIR o contrato de trabalho por prazo determinado do funcionário, Sr. Rudinei Erich Schroeder, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 22 de setembro de 2011.
FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

HARILDO KONELL
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 4.183/2011, de 22 de setembro de 2011.

PORTARIA Nº. 4.183/2011, de 22 de setembro de 2011.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

Considerando o disposto no Art. 2º, I, da Lei Municipal nº 1.690/2008 e alterações, que autoriza a contratação de profissionais em caráter temporário para suprir necessidade de excepcional interesse público;

Considerando o afastamento por Auxílio Doença da funcionária, senhora Adelaide Weidauer Maier;

Considerando que todos os candidatos aprovados no Processo Seletivo nº 001/2011/SECEL/PMS, já foram convocados, sendo que a maioria desistiu das vagas;

Considerando que a Constituição da República Federativa do Brasil inscreve, em seu Art. 6º, a educação como um direito social pétreo e inalienável, e que as demandas auxiliares à atividade docente são fundamentais para a garantia da qualidade do serviço prestado;

Considerando o Decreto Municipal nº 2.309/2011, de 13/09/2011, que autoriza a contratação emergencial para atender a necessidade de especial interesse público na Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, a Sra. Priscila Barboza Amorim de Oliveira, para exercer o cargo de Professora A, percebendo o nível salarial A-Inicial, conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 096/2010, de 14/12/2010, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, por necessidade de atendimento aos serviços essenciais deste Município conforme o disposto no Art. 2º, I, da Lei Municipal nº 1.690/2008 e alterações, e no Decreto nº 2.309/2011, de 13/09/2011, e contrato assinado entre as partes, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 22 de setembro de 2011.
FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

HARILDO KONELL
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 4.184/2011, de 23 de setembro de 2011.

PORTARIA Nº. 4.184/2011, de 23 de setembro de 2011.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

Considerando a realização do Concurso Público nº. 001/2010 - GAB/PMS;

Considerando o Decreto nº. 2.221/2011, de 08/02/2011, que homologa a lista dos classificados no referido Concurso Público;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, o Sr. Rudinei Erich Schroeder, para exercer o cargo de Instrutor de Dança, percebendo o nível salarial nº 25, conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 004/1998, de 19/05/1998, e suas alterações, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, em virtude de sua aprovação no Concurso Público nº. 001/2010 - GAB/PMS, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos

do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 23 de setembro de 2011.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

HARILDO KONELL

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA

Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 4.185/2011, de 23 de setembro de 2011.

PORTARIA Nº. 4.185/2011, de 23 de setembro de 2011.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

Considerando o disposto no Art. 2º, I, da Lei Municipal nº 1.690/2008 e alterações, que autoriza a contratação de profissionais em caráter temporário para suprir necessidade de excepcional interesse público;

Considerando o pedido de demissão da funcionária, senhora Catia Cristina Stingen;

Considerando que todos os candidatos aprovados no Processo Seletivo nº 001/2011/SECEL/PMS, já foram convocados, sendo que a maioria desistiu das vagas;

Considerando que a Constituição da República Federativa do Brasil inscreve, em seu Art. 6º, a educação como um direito social pétreo e inalienável, e que as demandas auxiliares à atividade docente são fundamentais para a garantia da qualidade do serviço prestado;

Considerando o Decreto Municipal nº 2.313/2011, de 20/09/2011, que autoriza a contratação emergencial para atender a necessidade de especial interesse público na Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, a Sra. Raquel Zachow Barcelos, para exercer o cargo de Professora A, percebendo o nível salarial A-Inicial, conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 096/2010, de 14/12/2010, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, por necessidade de atendimento aos serviços essenciais deste Município conforme o disposto no Art. 2º, I, da Lei Municipal nº 1.690/2008 e alterações, e no Decreto nº 2.313/2011, de 20/09/2011, e contrato assinado entre as partes, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 23 de setembro de 2011.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

HARILDO KONELL

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA

Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 4.188/2011, de 26 de setembro de 2011.

PORTARIA Nº. 4.188/2011, de 26 de setembro de 2011.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER o afastamento por Licença Maternidade para a funcionária, Sra. Luciana Viergutz Vandrei, adquirindo efeitos retroativos a partir de 23 de setembro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 26 de setembro de 2011.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

JOSÉ DA CRUZ

Secretário de Saneamento e Gestão Ambiental

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA

Chefe de Gabinete

Aviso de Licitação Deserta e Repetição Carta Convite Nº. 06/2011-FAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Rua Marechal Castelo Branco, 3201, CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191

e - mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA E REPETIÇÃO

CARTA CONVITE Nº. 06/2011-FAS

PROCESSO Nº. 29/2011-FAS

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados através da Comissão de Licitações, informa que a Sessão Pública para recebimento e abertura dos envelopes e abertura da licitação, realizada em 26 de setembro de 2011, na Prefeitura Municipal de Schroeder (SC), Setor de Licitações, localizado no piso térreo da Nova Sede da Prefeitura Municipal, localizado na Rua Marechal Castelo Branco nº. 3201, Centro, Schroeder/SC, credenciamento e entrega dos envelopes até: às 08h45min e Abertura do processo: às 09h, para contratação de empresa especializada para realizar Curso de Design Gráfico e Manutenção e Configuração de computadores para os usuários do CRAS - Centro de Referência de Assistência Social, órgão do setor de Assistência Social vinculado a Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, foi declarada DESERTA, uma vez que não acudiram interessados à presente licitação.

O Prefeito Municipal comunica aos interessados que a nova Sessão de Abertura da Carta Convite nº. 06/2011-FAS, realizar-se-á em 06 de outubro de 2011, na Prefeitura Municipal de Schroeder (SC), Setor de Licitações, localizado no piso térreo da Nova Sede da Prefeitura Municipal, localizado na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Centro, Schroeder/SC, credenciamento e entrega dos envelopes até: às 14h e Abertura do processo: às 14h15min.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site da Prefeitura Municipal (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h. Fone/fax (0xx47)3374-1191 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br.

Schroeder, 28 de setembro de 2011.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Dispensa Nº 50/2011-PMS**ESTADO DE SANTA CATARINA**
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDERCNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - SCHROEDER - SC**DISPENSA DE LICITAÇÃO**
Nr.: 50/2011 - DL**Processo Nr.: 128/2011**
Data: 27/09/2011

Folha: 1/2

Fornecedor: CAIMAN INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MALHAS LTDA

Código: 8073

Endereço: RUA MAL. CASTELO BRANCO, 1804

Cidade: SCHROEDER - SC

CNPJ: 75.370.437/0001-16

Inscrição Estadual: 251.800.555

Objeto da Compra: Aquisição de meia malha para suprir as necessidades da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer da Prefeitura de Schroeder/SC.**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	104,04	Meia malha 30/1 (67% poliester, 33% viscose) nas cores branco, preto e lumieri	KG	12,00	1.248,48

JUSTIFICATIVA:**Artigo 24 da Lei 8.666/93:**

É dispensável a licitação.

- II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inci artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas c mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

TEXTO

De acordo com o pedido da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer a solicitação refere-se a necessidade de material para atender as atividades culturais.

SCHROEDER, 27 de Setembro de 2011

FELIPE VOIGT
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER****CNPJ:** 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - SCHROEDER - SC**DISPENSA DE LICITAÇÃO****Nr.: 50/2011 - DL****Processo Nr.: 128/2011****Data: 27/09/2011**

Folha: 2/2

DESPACHO FINAL:

Em vista das justificativas e fundamentações retro relatadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, aprovo a realização da despesa, independente de licitação.

SCHROEDER, 26 de Setembro de 2011

Valor da Despesa: 1.248,48 (um mil duzentos e quarenta e oito reais e quarenta e oito centavos)

Pagamento.....: 15 dias após do recebimento do documento fiscal

Notificação referente ao Contrato Nº. 88/2010 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191

89275-000 - SCHROEDER - SC

e - mail: compras@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Ao

Ramon Francisco Andrade

METROMED COMERCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

CNPJ: 83.157.032/0001-22

(47) 3531-9800

Cumprimentando-o inicialmente, venho por meio deste, relatar que a empresa não está respeitando o que prevê o contrato nº. 88/2010 - FMS, firmado com a administração para aquisição de material ambulatorial para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura de Schroeder/SC. Conforme Processo de licitação nº. 48/2010 - FMS, Pregão Presencial de Registro de Preço nº. 30/2010 - FMS, frente à entrega dos produtos licitados, pois existe pendência de entrega, sendo elas:

QTDDE	DESCRIÇÃO	O.C
130un	Atadura de crepon 12cm, são confeccionadas em tecido 100% algodão - pcte 12un	14978
3un	Fio p/ sutura mononylon preto 45cm 3-0 - cx com 24un	14978

Conforme prevê nosso contrato na CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO DE ENTREGA E DO LOCAL, o prazo para entrega do objeto licitado é de 05 (cinco) DIAS consecutivos após solicitação através de ordem de compra, expedida pelo Setor de Compras.

É importante, ressaltar que a empresa ao participar do processo de licitação estava ciente do compromisso na entrega dos materiais e que esse atraso na entrega dos referidos produtos vêm prejudicar os trabalhos da administração.

Diante dessa situação a Administração Municipal abre PRAZO 24 HORAS a contar imediatamente após a efetiva entrega desta notificação, que será publicada no Diário Oficial dos Municípios de SC, para que a Empresa METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA faça a entrega dos materiais solicitados, e caso a empresa não proceda à entrega dos materiais, a administração aplicará as penalidades prevista da Clausula Sétima - Das Multas e Penalidades, conforme contrato.

Sem mais para o momento, ficamos a disposição para eventuais dúvidas.

Atenciosamente,

Schroeder, 27 de setembro de 2011.

MARILENE BUSCH

Setor de Compras

Convocação Concurso Público nº. 001/2009-GAB/PMS - Paulo Henrique Gneipel

Convocação Concurso Público nº. 001/2009-GAB/PMS

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR o Sr. PAULO HENRIQUE GNEIPEL, inscrito no CPF sob nº. 530.702.599-87, aprovado em 3º lugar no Concurso Público nº. 001/2009-GAB/PMS, para o cargo de FISCAL SANITARISTA I, para assumir o respectivo cargo.

O convocado deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-1191), até o dia 26 de outubro de 2011, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga, conforme prevê o item 13.2.1.

Schroeder (SC), 26 de setembro de 2011.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

INGRIT ELI ROWEDER EICHENBERGER

Secretária de Saúde e Assistência Social

Gabinete do Prefeito - Auto de infração Nº 0106 - Decisão

GABINETE DO PREFEITO

Auto de infração Nº 0106

Objeto: Apresentação de Defesa Administrativa em face do Auto de Infração nº 0106, alegando falta de enquadramento legal, falta de competência das autoridades e questões de mérito, pedindo que seja julgada improcedente a lavratura do Auto de Infração, que seja anulada a notificação pela ausência de dolo na execução de serviços. Em caso de não prover nenhum desses pedidos, pretende o notificado a redução do montante da multa em 10% e, em qualquer dos casos, que seja liberada a área do objeto do embargo, para que se retomem as atividades no local.

Decisão

Vistos, etc

Considerando o teor do Parecer n.º 50/2011-PROJUR, que pugna pelo recebimento da presente defesa administrativa, por tempestiva e, no mérito, por seu desprovemento integral, por conta da inaplicabilidade dos pedidos do notificado, pela falta de fundamentação em seus argumentos e pela regularidade presente nos procedimentos adotados pelas Autoridades Notificantes, confirmando-se o respectivo auto de infração atacado, utilizando como razões para decidir aquelas traçadas pela Procuradoria Jurídica do Município no parecer supra identificado, DECIDO pelo conhecimento da presente defesa administrativa, por tempestiva e, no mérito, por seu desprovemento, tendo em vista que o procedimento adotado pelas Autoridades Notificantes foi o correto e que não houve nenhuma ilegalidade ou irregularidade por parte das mesmas. Além disso, o referido auto de infração encontra-se de acordo com os procedimentos administrativos, assim como a expedição de notificação de autuação, razão pela qual confirmo sua expedição e manutenção. Por fim, tomando como base para aplicação da multa a previsão legal inserta no art. 7º da Lei n.º 1.439/2004, verificam-se as seguintes condições para imposição da multa: a infração verificada é de gravidade moderada, visto que, em tese, trata-se de início de obra sem a respectiva autorização do Município, sendo essa a razão para a notificação. Por outro lado, já houve o respectivo embargo da obra, o que também é penalidade prevista na lei. Não há a existência de circunstâncias atenuantes ou agravantes no caso, tampouco reincidência, e os antecedentes do infrator não têm o condão de aboná-lo ou desaboná-lo em sua conduta. Portanto, estipulo a multa em 300% (trezentos por cento) da UFM vigente, conforme estipulada em lei e que também se encontra de acordo com os procedimentos administrativos adequados.

Declara-se ainda que a Administração Municipal não detém competência para permitir a retomada de atividades na área do objeto do embargo, visto tratar-se de campo de atuação da FATMA.

Base Legal: Arts. 12 e 42 da Lei nº 1.439/2004, Arts. 32 e 52 da Lei nº 14.765/2009.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder(SC), 27 de setembro de 2011.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Siderópolis

PREFEITURA

Lei nº1.953

LEI Nº1.953, DE 19 DE SETEMBRO DE 2011

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL AO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SIDERÓPOLIS DO EXERCÍCIO DE 2011 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis, faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou, e eu sanciono a seguinte lei:

Artigo 1º - Fica autorizada a abertura de Crédito Adicional Especial o total de R\$ 7.000,00 (sete mil reais), no Orçamento do Exercício de 2011 do Fundo Municipal de Saúde de Siderópolis, na Atividade relacionada abaixo:

1500 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

1502- Fundo Municipal de Saúde

10.301.0010 - Saúde para Todos

2.050 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

3.1.71.00.00.00.01.00.0 - Transferências a Consórcios Públicos R\$ 4.000,00

3.3.71.00.00.00.01.00.0 - Transferências a Consórcios Públicos R\$ 2.500,00

4.4.71.00.00.00.01.00.0 - Transferências a Consórcios Públicos R\$ 500,00

Soma R\$ 7.000,00

TOTAL R\$ 7.000,00

T O T A L G E R A L R\$ 7.000,00

Artigo 2º - As suplementações decorrentes do artigo anterior correrão por conta de anulação parcial, da dotação orçamentária do elemento de despesa abaixo discriminado:

1500 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

1502- Fundo Municipal de Saúde

10.301.0010 - Saúde para Todos

2.050 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

3.3.50.00.00.00.01.00.0 (12) - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos R\$ 7.000,00

Soma R\$ 7.000,00

TOTAL R\$ 7.000,00

TOTAL GERAL R\$ 7.000,00

Artigo 3º - Ficam ajustadas nos anexos do Plano Plurianual 2010/2013 - Lei Municipal nº. 1.827/2009 de 02 de Setembro de 2009, Lei de Diretrizes Orçamentárias/2011 - Lei Municipal nº. 1.902/2010 de 08 de Novembro de 2010 e nos anexos da Lei Orçamentária Anual/2011 - Lei nº. 1.915/2010 de 15 de Dezembro de 2010, que se fizerem necessários em função da transposição de dotações para abertura de crédito adicional especial, constantes da presente Lei.

Artigo 4º - Esta Lei entra em vigor da data de sua publicação.

Artigo 5º - Revogam-se às disposições em contrário.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 19 de Setembro de 2011

DOUGLAS GLEEN WARMLING

Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO

Secretária de Administração

Publicado e registrado no Mural Público do Paço Municipal "Antônio Feltrin".

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI

Agente Administrativo

Lei nº1.954

LEI Nº1.954, DE 19 DE SETEMBRO DE 2011

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A FIRMAR CONVÊNIO COM A ASAME - ASSOCIAÇÃO SIDERÓPOLITANA AMIGOS DO ESPORTE.

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis, faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou, e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a firmar convenio de cooperação financeira com a ASAME - Associação Sideropolitana Amigos do Esporte, para manutenção da entidade e execução de programas esportivos, através da Secretaria Municipal de Educação, Departamento de Esporte.

Parágrafo Único: Após firmado Convênio com a entidade o mesmo deverá ser homologado pela Câmara Municipal.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art.3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 19 de Setembro de 2011

DOUGLAS GLEEN WARMLING

Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO

Secretária de Administração

Publicado e registrado no Mural Público do Paço Municipal "Antônio Feltrin".

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI

Agente Administrativo

Lei nº1.955

LEI Nº1.955, DE 19 DE SETEMBRO DE 2011

AUTORIZA ALIENAR IMÓVEL DO PATRIMÔNIO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis, faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou, e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a promover a alienação da área de terra, do Patrimônio Público Municipal, Área remanescente de 7.000 m2, parte da matrícula n. 5.936, assim confrontando: Norte 15 metros com terras da Prefeitura Municipal de Siderópolis (área desmembrada) e 45 metros com a Rua

Projetada; Sul 80 metros com terras da Prefeitura Municipal de Siderópolis; Leste 45 metros com terras da Prefeitura Municipal de Siderópolis e 36 metros com Rua Padre Anchieta e; Oeste 55 metros com Loteamento Mafalda Bonassa e 43,44 metros com terras da Prefeitura Municipal de Siderópolis (área desmembrada).

Art. 2º - O valor mínimo do lote enumerado no artigo 1º., consta no laudo de avaliação, parte integrante desta lei, sendo que a alienação do imóvel respeitará a legislação municipal e federal vigente, sendo os recursos auferidos com a alienação do imóvel utilizados preferencialmente na pavimentação da via de acesso ao mesmo.

Parágrafo Único: A Área a ser alienada será destinada a Construção de 96 Unidades Habitacionais, Apartamentos em Módulos, recursos do Programa Minha Casa, Minha Vida, através do Agente Financeiro Caixa Econômica Federal, destinados a população carente que se enquadrem nas condições do aludido Programa.

Art. 3º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a Suplementar o Projeto atividade 1.014 - Pavimentação de Vias, Rodovias, Logradouros e Passeios - Dotação 76 - 4.4.90.00.00.00.01.92.- 0 Aplicações Diretas, Obras e Instalações, do orçamento vigente.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN
Em, 19 de Setembro de 2011
DOUGLAS GLEEN WARMLING
Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO
Secretária de Administração

Publicado e registrado no Mural Público do Paço Municipal "Antônio Feltrin".

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI
Agente Administrativo

Lei nº1952

LEI Nº1.952, DE 19 DE SETEMBRO DE 2011
CRIA O PROJETO "SAÚDE NA EMPRESA"

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis, faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou, e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica criado no âmbito do município o Projeto "Saúde na Empresa", coordenado pela Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º. O projeto "Saúde na Empresa", consiste na disponibilização de serviços públicos de saúde - Atenção Básica - de caráter itinerante , a serem prestados aos trabalhadores de empresas, localizadas no município de Siderópolis, visando a abrangência de ações coletivas de promoção e prevenção em saúde.

Art. 3º. O projeto será ofertado conforme as possibilidades da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 4º. As empresas interessadas em participarem do "Projeto Saúde na Empresa", se cadastrarão no site do município www.sideropolis.sc.gov.br, e terão sua solicitação apreciada pelo Conselho Municipal de Saúde.

Art. 5º. Poderão ser disponibilizados os seguintes serviços em saúde pública:

- I. Orientação Nutricional (IMC);
- II. Testes de diabetes (HGT) e verificação de Pressão Arterial;
- III. Consulta médica;
- IV. Exames laboratoriais;
- V. Exames preventivo e câncer de mama, de colo uterino e de próstata;
- VI. Imunizações (Vacinas);
- VII. Serviços especializados: audiometria, acuidade visual, psicologia, eletrocardiograma, entre outros;
- VIII. Além de palestras e orientações para ginástica laboral, primeiros socorros, higiene, saúde mental, epidemiologia, DST/HIV/AIDS.

Art. 6º. As empresas participantes do projeto "Saúde na Empresa", com participação mínima de 70% dos trabalhadores será reconhecida como "Amiga do Trabalhador", através de selo e/ou certificado emitido pela Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 7º. Esta lei entra em vigor na data de sua aplicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN
Em, 19 de Setembro de 2011
DOUGLAS GLEEN WARMLING
Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO
Secretária de Administração

Publicado e registrado no Mural Público do Paço Municipal "Antônio Feltrin".

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI
Agente Administrativo

Timbó

PREFEITURA

Decreto Nº 2.409 de 22 de Julho de 2011.

DECRETO Nº 2.409 DE 22 DE JULHO DE 2011.
Aprova o DESMEMBRAMENTO de área urbana.

O Prefeito Municipal de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso XXV, e art. 70, inciso I, alínea "m" da Lei Orgânica do Município e Leis Complementares n.ºs 335/2007 e 345/2007.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aprovado o DESMEMBRAMENTO denominado "MARCIA ELIANE BECKENKAMP", situado no lado ímpar da Rua Macapá, distando pelo lado direito do imóvel, 74,00 metros da esquina formada com o lado par da Rua Ruy Barbosa, nesta Cidade, com a área de 2.340,00m2 (Dois mil, trezentos e quarenta metros quadrados), processo D- 010/2011 tudo conforme documentação apresentada pelo requerente MARCIA ELIANE BECKENKAMP, acompanhando o requerimento protocolado sob nº 15.621, data de 09 de junho de 2011.

Artigo 2º - O desmembramento a que se refere o art. 1º deste Decreto é do imóvel urbano matriculado no 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Timbó, sob nº 6.435, livro 2, que encontra-se cadastrado neste órgão fazendário sob nº 01.02.045.0103.001 e está assim constituído:

a) Desmembrar 02 (dois) lotes, numerados de 01 (um) à 02 (dois);

01 - Lote nº 01, com área de 1.170,00m² (Hum mil, cento e setenta metros quadrados), situado no lado ímpar da Rua Macapá, distando pelo lado direito do imóvel, 74,00 metros da esquina formada com o lado par da Rua Ruy Barbosa; estremando na frente em 22,50 metros com o lado ímpar da Rua Macapá; fundos estrema em 22,50 metros com terras de WM Participações e Administração de Bens Ltda, matrícula nº 3.828, livro 2; lado direito estrema em 52,00 metros sendo, em 26,00 metros com terras de Cleyton Borghesan, matrícula nº 5.437, livro 2, e em 26,00 metros com terras de Ademir Petroski, matrícula nº 6.445, livro 2; e, lado esquerdo estrema em 52,00 metros com o lote nº 02. Neste imóvel fica reservada a área de 625,19m² constante da faixa de 30,00 metros da margem esquerda de um córrego, destinada à Área de Preservação Permanente, conforme Lei nº 4.771 de 15/09/65, com as seguintes confrontações: estremando na frente em linha sinuosa, em 22,70 metros com terras do proprietário; fundos estrema em 22,50 metros com terras de WM Participações e Administração de Bens Ltda, matrícula nº 3.828, livro 2; lado direito estrema em 29,57 metros sendo, em 3,57 metros com terras de Cleyton Borghesan, matrícula nº 5.437, livro 2, e em 26,00 metros com terras de Ademir Petroski, matrícula nº 6.445, livro 2; e, lado esquerdo estrema em 26,38 metros com o lote nº 02;

continuação do Decreto nº 2.409/2011, fls. 02.

02 - Lote nº 02, com área de 1.170,00m² (Hum mil, cento e setenta metros quadrados), situado no lado ímpar da Rua Macapá, distando pelo lado direito do imóvel, 96,50 metros da esquina formada com o lado par da Rua Ruy Barbosa; estremando na frente em 22,50 metros com o lado ímpar da Rua Macapá; fundos estrema em 22,50 metros com terras de WM Participações e Administração de Bens Ltda, matrícula nº 3.828, livro 2; lado direito estrema em 52,00 metros com o lote nº 01; e, lado esquerdo estrema em 52,00 metros com terras de Marília Isabel Longo, matrícula nº 5.067, livro 2. Neste imóvel fica reservada a área de 621,88m² constante da faixa de 30,00 metros da margem esquerda de um córrego, destinada à Área de Preservação Permanente, conforme Lei nº 4.771 de 15/09/65, com as seguintes confrontações: estremando na frente em linha sinuosa, em 22,97 metros com terras do proprietário; fundos estrema em 22,50 metros com terras de WM Participações e Administração de Bens Ltda, matrícula nº 3.828, livro 2; lado direito estrema em 26,38 metros com o lote nº 01; e, lado esquerdo estrema em 28,14 metros com terras de Marília Isabel Longo, matrícula nº 5.067, livro 02;

Artigo 3º - Apesar da aprovação do desmembramento feito por este decreto, o proprietário requerente está obrigado a atender todas às exigências a que está sujeito, conforme Lei Complementar n.º 335/2007 e suas regulamentações, dentro do prazo estabelecido no respectivo processo de desmembramento.

Artigo 4º - O proprietário, bem como seus herdeiros ou sucessores na titularidade do imóvel parcelado, ficam obrigados a atender o que determina a legislação Federal pertinente, mais precisamente às Leis n.ºs 4771/65 - Código Florestal, e 6766/79 - Parcelamento do Solo Urbano.

Artigo 5º - O presente Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Município de Timbó, 22 de julho de 2011.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó

Aviso Tomada Nº 111-2011 GINASIO ESCOLA TIROLESES

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
AVISO DE TOMADA DE PREÇO P/ OBRAS E SERVIÇOS DE

ENGENHARIA Nº 000111/2011

OBJETO: CONSTRUÇÃO DO GINÁSIO DE ESPORTES DA ESCOLA MUNICIPAL TIROLESES, CONFORME PROJETOS, MEMORIAIS E DEMAIS ANEXOS. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até às 08:30 horas do dia 17 de outubro de 2011. ABERTURA: dia 17/10/2011 às 08:45 horas. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente do Depto de Compras sito à Av. Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no endereço eletrônico:ftp://timbo.sc.gov.br

TIMBO (SC), 26/09/2011.
LAÉRCIO D. SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó

Extrato de Dispensa Nº 110-2011

ESTADO DE SANTA CATARINA - PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº: 110/2011
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Timbó
CONTRATADO: RT Tratores Comércio de Peças e Serviços Ltda
OBJETO: Conserto, em regime de urgência, de Maquinário (M-21 - carregadeira, marca Michigan, modelo 55C, ano 1989) para atendimento à situação de emergência instaurada no Município de Timbó.
VALOR TOTAL: R\$ 17.636,35 (dezessete mil, seiscentos e trinta e seis reais e trinta e cinco centavos)

Timbó, 27 de setembro de 2011
LAÉRCIO D. SCHUSTER JÚNIOR
Prefeito de Timbó

Retificação Edital PP-94-2011 Estrutura, sonorização

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 000094/2011
RETIFICAÇÃO

O MUNICÍPIO DE TIMBÓ, leva ao conhecimento dos interessados que o Edital de Pregão Presencial nº. 000094/2011, do tipo menor preço, que trata do Registro de Preços para locação de estrutura, sonorização, iluminação e outros, sofreu alteração no item 6.4 que tratada qualificação técnica para habilitação. Fica acrescida a seguinte redação:

Será exigida para cada lote as exigências cabíveis ao lote e que garantam segurança e qualidade do objeto. Para o Lote 4 será exigido para qualificação técnica além dos documentos originalmente citados e cabíveis os seguintes documentos: A) Licença Ambiental de Operação a (LAO), e Comprovação de Engenheiro Químico responsável no quadro da empresa ou através de contrato.

Permanecem inalteradas as demais condições do Edital.

Timbó, 22 de setembro de 2011.
LAÉRCIO D. SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó

Tunápolis

PREFEITURA

Relatório Resumido Execução Orçamentária

Município de TUNAPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2011/BIMESTRE JULHO - AGOSTO



RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	10.028.390,61	10.028.390,61	1.921.011,72	19,16	7.784.184,51	77,62	2.244.206,10
RECEITAS CORRENTES	9.884.999,27	9.884.999,27	1.761.457,19	17,82	7.295.940,23	73,81	2.589.059,04
RECEITA TRIBUTARIA	423.869,91	423.869,91	49.659,44	11,72	342.121,62	80,71	81.748,29
IMPOSTOS	271.492,83	271.492,83	44.375,91	16,35	246.306,82	90,72	25.186,01
TAXAS	122.377,08	122.377,08	4.573,82	3,74	87.452,99	71,46	34.924,09
CONTRIBUICAO DE MELHORIA	30.000,00	30.000,00	709,71	2,37	8.361,81	27,87	21.638,19
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	70.616,22	70.616,22	13.026,05	18,45	51.399,19	72,79	19.217,03
CONTRIBUICOES ECONÔMICAS	70.616,22	70.616,22	13.026,05	18,45	51.399,19	72,79	19.217,03
RECEITA PATRIMONIAL	62.671,29	62.671,29	19.131,62	30,53	65.792,23	104,98	-3.120,94
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	62.671,29	62.671,29	19.131,62	30,53	65.792,23	104,98	-3.120,94
RECEITA AGROPECUARIA	1.908,14	1.908,14	0,00	0,00	0,00	0,00	1.908,14
Outras Rec. Agropecuárias	1.908,14	1.908,14	0,00	0,00	0,00	0,00	1.908,14
RECEITA DE SERVIÇOS	262.745,29	262.745,29	50.727,31	19,31	194.945,74	74,20	67.799,55
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	9.044.054,98	9.044.054,98	1.620.548,58	17,92	6.610.014,94	73,09	2.434.040,04
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	9.023.309,96	9.023.309,96	1.618.089,57	17,93	6.602.306,69	73,17	2.421.003,27
Transf. de Conv.	20.745,02	20.745,02	2.459,01	11,85	7.708,25	37,16	13.036,77
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	19.133,44	19.133,44	8.364,19	43,72	31.666,51	165,50	-12.533,07
Multas e Juros de Mora	5.588,49	5.588,49	2.055,64	36,78	7.109,37	127,21	-1.520,88
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	9.615,50	9.615,50	4.532,36	47,14	20.790,12	216,21	-11.174,62
RECEITAS DIVERSAS	3.929,45	3.929,45	1.776,19	45,20	3.767,02	95,87	162,43
RECEITAS DE CAPITAL	143.391,34	143.391,34	159.554,53	111,27	488.244,28	340,50	-344.852,94
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	61.000,00	61.000,00	4.014,00	6,58	205.894,00	337,53	-144.894,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	61.000,00	61.000,00	4.014,00	6,58	205.894,00	337,53	-144.894,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	50.447,34	50.447,34	5.540,53	10,98	33.900,28	67,20	16.547,06
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	28.944,00	28.944,00	150.000,00	518,24	247.500,00	855,10	-218.556,00
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	6.944,00	6.944,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.944,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	22.000,00	22.000,00	150.000,00	681,82	247.500,00	125,00	-225.500,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	950,00	47,50	1.050,00
Outras Receitas	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	950,00	47,50	1.050,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	10.028.390,61	10.028.390,61	1.921.011,72	19,16	7.784.184,51	77,62	2.244.206,10

Continua 1/3



Município de TUNAPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2011/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	10.028.390,61	10.028.390,61	1.921.011,72	19,16	7.784.184,51	77,62	2.244.206,10
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	10.028.390,61	10.028.390,61	1.921.011,72	19,16	7.784.184,51	77,62	2.244.206,10
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	712.322,23	—	—	494.554,68	—	—
Superávit Financeiro	—	712.322,23	—	—	494.554,68	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	10.028.390,61	3.136.570,01	13.164.960,62	2.566.178,12	9.915.370,86	1.714.512,07	7.708.969,17	58,56	5.455.991,45
DESPESAS CORRENTES	8.737.333,78	894.916,45	9.632.250,23	1.442.670,42	6.955.100,58	1.533.473,56	5.922.073,22	61,48	3.710.177,01
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.341.634,96	110.842,12	4.452.477,08	729.492,99	2.861.950,35	734.723,83	2.840.646,87	63,80	1.611.830,21
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	5.005,34	467,32	3.422,91	34,23	6.577,09
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.385.698,82	784.074,33	5.169.773,15	713.177,43	4.088.144,89	798.282,41	3.078.003,44	59,54	2.091.769,71
DESPESAS DE CAPITAL	1.271.056,83	2.241.653,56	3.512.710,39	1.123.507,70	2.960.270,28	181.038,51	1.786.895,95	50,87	1.725.814,44
INVESTIMENTOS	1.165.056,83	2.241.653,56	3.406.710,39	1.123.507,70	2.864.731,65	174.440,70	1.707.806,25	50,13	1.698.904,14
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	106.000,00	0,00	106.000,00	0,00	95.538,63	6.597,81	79.089,70	74,61	26.910,30
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	20.000,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	10.028.390,61	3.136.570,01	13.164.960,62	2.566.178,12	9.915.370,86	1.714.512,07	7.708.969,17	58,56	5.455.991,45

Continua 2/3



Município de TUNAPOLIS - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A AGOSTO 2011/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	10.028.390,61	3.136.570,01	13.164.960,62	2.566.178,12	9.915.370,86	1.714.512,07	7.708.969,17	58,56	5.455.991,45
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	75.215,34	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	10.028.390,61	3.136.570,01	13.164.960,62	2.566.178,12	9.915.370,86	1.714.512,07	7.784.184,51	58,56	5.455.991,45

TUNAPOLIS, 31/08/2011

ENOÍ SCHERER
 PREFEITO MUNICIPAL

JANETE REMPEL BIEGER
 CONTADORA CRC/SC 027.120/O-5

CLEVERSON INACIO KERKHOFF
 TÉCNICO DE CONTROLE INTERNO



Relatório Resumido Execução Orçamentária
Município de TUNAPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2011/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO – Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”)

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	10.028.390,61	13.164.960,62	2.566.178,12	9.915.370,86	1.714.512,07	7.708.969,17	100,00	58,56	5.455.991,45
LEGISLATIVA	426.886,40	426.886,40	49.064,10	221.100,13	52.902,66	213.421,26	2,77	49,99	213.465,14
AÇÃO LEGISLATIVA	426.886,40	426.886,40	49.064,10	221.100,13	52.902,66	213.421,26	2,77	49,99	213.465,14
Administração	1.507.695,81	1.533.195,81	208.272,56	1.163.136,00	281.338,13	966.319,22	12,53	63,03	566.876,59
Administração Geral	1.507.695,81	1.533.195,81	208.272,56	1.163.136,00	281.338,13	966.319,22	12,53	63,03	566.876,59
Segurança Pública	22.120,00	30.654,80	1.901,38	4.509,32	867,38	3.197,82	0,04	10,43	27.456,98
Policiamento	22.120,00	30.654,80	1.901,38	4.509,32	867,38	3.197,82	0,04	10,43	27.456,98
Assistência Social	458.913,56	489.012,38	62.501,01	268.218,73	68.180,99	240.746,22	3,12	49,23	248.266,16
Assistência ao Idoso	71.342,50	86.716,66	13.895,21	38.124,45	11.810,17	35.237,82	0,46	40,64	51.478,84
Assistência ao Portador de Deficiência	8.500,00	11.678,94	3.792,50	6.988,40	3.792,50	6.988,40	0,09	59,84	4.690,54
Assistência à Criança e ao Adolescente	105.293,50	105.293,50	6.214,02	83.055,98	15.708,46	67.776,68	0,88	64,37	37.516,82
Assistência Comunitária	273.777,56	285.323,28	38.599,28	140.049,90	36.869,86	130.743,32	1,70	45,82	154.579,96
Saúde	2.039.720,27	2.406.885,10	575.715,59	1.758.003,61	350.624,03	1.453.904,77	18,86	60,41	952.980,33
Atenção Básica	1.537.353,96	1.832.359,09	467.566,68	1.303.173,01	291.225,48	1.060.255,79	13,75	57,86	772.103,30
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	469.845,00	524.224,00	104.875,91	444.530,40	58.150,56	386.555,95	5,01	73,74	137.668,05
Vigilância Sanitária	22.760,07	37.988,17	3.060,00	10.087,20	1.034,99	6.880,03	0,09	18,11	31.108,14
Vigilância Epidemiológica	9.761,24	12.313,84	213,00	213,00	213,00	213,00	0,00	1,73	12.100,84
Educação	2.176.083,28	2.424.700,59	441.956,10	1.675.869,86	452.825,13	1.376.539,68	17,86	56,77	1.048.160,91
Ensino Fundamental	1.503.789,17	1.738.262,48	261.608,39	1.231.981,72	263.761,77	967.566,70	12,55	55,66	770.695,78
Ensino Médio	115.201,70	104.465,70	4.678,31	15.396,21	6.078,31	12.955,21	0,17	12,40	91.510,49
Ensino Superior	25.000,00	25.000,00	0,00	14.100,00	0,00	14.100,00	0,18	56,40	10.900,00
Educação Infantil	462.692,41	493.322,41	171.236,93	354.971,21	171.222,58	347.967,05	4,51	70,54	145.355,36
Educação de Jovens e Adultos	2.400,00	2.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.400,00
Educação Especial	67.000,00	61.250,00	4.432,47	59.420,72	11.762,47	33.950,72	0,44	55,43	27.299,28
Cultura	151.119,00	194.119,00	20.344,62	129.056,18	22.470,75	125.070,67	1,62	64,43	69.048,33
Difusão Cultural	151.119,00	194.119,00	20.344,62	129.056,18	22.470,75	125.070,67	1,62	64,43	69.048,33
Urbanismo	467.562,66	1.012.924,23	579.271,35	828.781,20	72.798,13	286.757,95	3,72	28,31	726.166,28
Infra-Estrutura Urbana	382.963,16	872.263,16	568.434,25	771.312,35	58.818,27	246.766,23	3,20	28,29	625.496,93
Abastecimento	84.599,50	140.661,07	10.837,10	57.468,85	13.979,86	39.991,72	0,52	28,43	100.669,35
Habitação	51.447,34	98.620,58	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	98.620,58
Habitação Rural	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00

Continua 1/3



Município de TUNAPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2011/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	10.028.390,61	13.164.960,62	2.566.178,12	9.915.370,86	1.714.512,07	7.708.969,17	100,00	58,56	5.455.991,45
Habitação	51.447,34	98.620,58	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	98.620,58
Habitação Urbana	50.447,34	97.620,58	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	97.620,58
Saneamento	4.970,19	4.970,19	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.970,19
Saneamento Básico Urbano	4.970,19	4.970,19	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.970,19
Agricultura	1.015.461,77	2.293.941,13	287.059,92	2.021.780,84	172.262,79	1.522.342,21	19,75	66,36	771.598,92
Abastecimento	310.725,50	709.334,68	150.054,59	552.856,34	46.963,45	159.047,73	2,06	22,42	550.286,95
Extensão Rural	701.643,77	1.578.513,95	136.105,33	1.466.231,12	124.399,34	1.360.601,10	17,65	86,20	217.912,85
Telecomunicações	3.092,50	6.092,50	900,00	2.693,38	900,00	2.693,38	0,03	44,21	3.399,12
Indústria	112.891,67	69.580,03	1.433,00	54.863,33	5.903,91	38.322,15	0,50	55,08	31.257,88
Administração Geral	43.891,67	29.020,99	1.433,00	20.304,29	388,50	17.190,16	0,22	59,23	11.830,83
Produção Industrial	69.000,00	40.559,04	0,00	34.559,04	5.515,41	21.131,99	0,27	52,10	19.427,05
Comunicações	4.000,00	4.000,00	0,00	3.000,00	510,25	2.109,26	0,03	52,73	1.890,74
Telecomunicações	4.000,00	4.000,00	0,00	3.000,00	510,25	2.109,26	0,03	52,73	1.890,74
Energia	82.736,22	103.094,31	11.633,42	41.099,07	11.633,42	41.099,07	0,53	39,87	61.995,24
Energia Elétrica	82.736,22	103.094,31	11.633,42	41.099,07	11.633,42	41.099,07	0,53	39,87	61.995,24
Transporte	1.075.381,44	1.533.518,71	142.793,99	1.339.718,81	176.263,59	1.237.503,39	16,05	80,70	296.015,32
Transporte Rodoviário	1.075.381,44	1.533.518,71	142.793,99	1.339.718,81	176.263,59	1.237.503,39	16,05	80,70	296.015,32
Desporto e Lazer	295.401,00	402.857,36	184.231,08	305.689,81	38.865,78	119.122,89	1,55	29,57	283.734,47
Desporto Comunitário	218.401,00	377.857,36	184.231,08	305.689,81	38.865,78	119.122,89	1,55	31,53	258.734,47
Lazer	77.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00
Encargos Especiais	136.000,00	136.000,00	0,00	100.543,97	7.065,13	82.512,61	1,07	60,67	53.487,39
Serviço da Dívida Interna	116.000,00	116.000,00	0,00	100.543,97	7.065,13	82.512,61	1,07	71,13	33.487,39

Continua 2/3



Município de TUNAPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2011/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	10.028.390,61	13.164.960,62	2.566.178,12	9.915.370,86	1.714.512,07	7.708.969,17	100,00	58,56	5.455.991,45
Encargos Especiais	136.000,00	136.000,00	0,00	100.543,97	7.065,13	82.512,61	1,07	60,67	53.487,39
Outros Encargos Especiais	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
TOTAL (III) = (I + II)	10.028.390,61	13.164.960,62	2.566.178,12	9.915.370,86	1.714.512,07	7.708.969,17	100,00	58,56	5.455.991,45

TUNAPOLIS, 31/08/2011

ENOÍ SCHERER
PREFEITO MUNICIPAL

JANETE REMPEL BIEGER
CONTADORA CRC/SC 027.120/O-

CLEVERSON INACIO KERKHOFF
TÉCNICO DE CONTROLE INTERI

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Relatório Resumido Execução Orçamentária



MUNICÍPIO DE TUNAPÓLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2011/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO X (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	281.222,83	281.222,83	45.016,55	248.921,89	88,51
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	52.456,57	52.456,57	8.635,73	60.820,97	115,95
1.1.1- IPTU	47.294,57	47.294,57	8.008,38	58.563,66	123,83
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	1.617,00	1.617,00	109,23	243,05	15,03
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	2.925,00	2.925,00	362,12	1.568,16	53,61
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	620,00	620,00	156,00	446,10	71,95
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	48.222,93	48.222,93	5.347,69	49.078,52	101,77
1.2.1- ITBI	48.222,93	48.222,93	5.347,69	49.078,52	101,77
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	125.227,18	125.227,18	18.538,82	90.058,91	71,92
1.3.1- ISS	120.659,18	120.659,18	18.525,53	89.701,15	74,34
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	620,00	620,00	13,29	59,53	9,60
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	3.528,00	3.528,00	0,00	272,77	7,73
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	420,00	420,00	0,00	25,46	6,06
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	55.316,15	55.316,15	12.494,31	48.963,49	88,52
1.4.1- IRRF	55.316,15	55.316,15	12.494,31	48.963,49	88,52
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	8.919.766,96	8.919.766,96	1.586.392,68	6.485.302,53	72,71
2.1- Cota-Parte FPM	4.312.267,66	4.312.267,66	724.347,16	3.219.276,43	74,65
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	4.312.267,66	4.312.267,66	724.347,16	3.219.276,43	74,65
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	4.293.675,00	4.293.675,00	800.356,20	3.045.612,44	70,93
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	23.944,55	23.944,55	4.341,48	17.365,92	72,53
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	99.636,20	99.636,20	14.336,04	58.051,91	58,26
2.5- Cota-Parte ITR	2.027,11	2.027,11	35,81	266,25	13,13
2.6- Cota-Parte IPVA	188.216,44	188.216,44	42.975,99	144.729,58	76,90
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)	9.200.989,79	9.200.989,79	1.631.409,23	6.734.224,42	73,19
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	3.990,00	3.990,00	3.139,43	7.484,63	187,58
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	203.530,28	203.530,28	35.076,14	263.319,15	129,38
5.1- Transferências do Salário-Educação	81.519,28	81.519,28	12.550,70	54.215,55	66,51
5.2- Outras Transferências do FNDE	122.011,00	122.011,00	22.525,44	209.103,60	171,38
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	-3.433.201,32	-3.433.201,32	0,00	0,00	0,00
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	-3.225.681,04	-3.225.681,04	38.215,57	270.803,78	-8,40

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	1.804.235,66	1.804.235,66	317.278,11	1.295.894,34	71,83
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	871.735,80	871.735,80	144.869,36	643.855,05	73,86
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	869.735,00	869.735,00	160.071,06	607.939,80	69,90
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	4.788,91	4.788,91	868,28	3.490,48	72,89
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	19.927,24	19.927,24	2.867,20	11.610,40	58,26
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	405,42	405,42	7,15	53,21	13,12
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	37.643,29	37.643,29	8.595,06	28.945,40	76,89
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	854.591,29	854.591,29	137.009,53	546.416,54	63,94
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	845.316,29	845.316,29	136.481,68	544.488,28	64,41
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	9.275,00	9.275,00	527,85	1.928,26	20,79
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	-958.919,37	-958.919,37	-180.796,43	-751.406,06	78,36

DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB



MUNICÍPIO DE TUNAPÓLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2011/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	750.525,00	750.525,00	86.909,14	473.880,61	63,14
13.1- Com Educação Infantil	200.907,50	200.907,50	30.137,12	142.630,09	70,99
13.2- Com Ensino Fundamental	549.617,50	549.617,50	56.772,02	331.250,52	60,27
14- OUTRAS DESPESAS	104.066,29	113.963,08	58.145,76	76.533,02	67,16
14.1- Com Educação Infantil	59.477,06	62.107,06	50.450,00	54.359,22	87,53
14.2- Com Ensino Fundamental	44.589,23	51.856,02	7.695,76	22.173,80	42,76
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	854.591,29	864.488,08	145.054,90	550.413,63	63,67
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL1 ((13 – 18) / (11) x 100) %					86,73
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE				VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2010 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS				0,00	
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2011 *				0,00	

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)²	2.300.247,45	2.300.247,45	407.852,31	1.683.556,11	73,19
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	438.187,81	468.817,81	169.963,78	344.459,89	73,47
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	260.384,56	263.014,56	80.587,12	196.989,31	74,90
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	177.803,25	205.803,25	89.376,66	147.470,58	71,66
24- ENSINO FUNDAMENTAL	1.237.425,19	1.294.961,96	206.998,21	831.517,80	64,21
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	594.206,73	601.473,52	64.467,78	353.424,32	58,76
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	643.218,46	693.488,44	142.530,43	478.093,48	68,94
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	67.000,00	61.250,00	11.762,47	33.950,72	55,43
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	1.742.613,00	1.825.029,77	388.724,46	1.209.928,41	66,30
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					-751.406,06
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					1.928,26
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					13.361,79
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					-736.116,01
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					1.912.093,70
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					28,39

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	3.990,00	3.990,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	81.519,28	84.181,93	5.477,42	20.140,74	23,93
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	123.011,00	287.279,12	21.684,54	54.207,61	18,87
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	208.520,28	375.451,05	27.161,96	74.348,35	19,80
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	1.951.133,28	2.200.480,82	415.886,42	1.284.276,76	58,36
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2011 (g)		
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00		0,00		



MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2011/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/3

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	13.361,79	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	544.488,28	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	532.524,50	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	1.928,26	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	27.253,83	0,00

TUNAPOLIS, 31/08/2011

ENOÍ SCHERER
PREFEITO MUNICIPAL

JANETE REMPEL BIEGER
CONTADORA CRC/SC 027.120/O-5

CLEVERSON INACIO KERKHOFF
TÉCNICO DE CONTROLE INTERNO

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 13.361,79, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.

Relatório Resumido Execução Orçamentária

Município de TUNAPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM
AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2011/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO – ANEXO XVI (ADCT, art. 77)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)
RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	9.200.989,79	9.200.989,79	6.734.224,42	73,19
Impostos	271.492,83	271.492,83	246.306,82	90,72
Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	47.294,57	47.294,57	58.563,66	123,83
Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imoveis e Dir	48.222,93	48.222,93	49.078,52	101,77
Imposto s/ Servicos de Qualquer Natureza	120.659,18	120.659,18	89.701,15	74,34
Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza - IRRF	55.316,15	55.316,15	48.963,49	88,52
Multas, Juros de Mora e Dívida Ativa dos Impostos	9.730,00	9.730,00	2.615,07	26,88
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	2.237,00	2.237,00	302,58	13,53
Dívida Ativa dos Impostos	6.453,00	6.453,00	1.840,93	28,53
Multas, Juros de Mora, Atual. Mon. e Outros Enc. da Div. Ativa dos Imp.	1.040,00	1.040,00	471,56	45,34
Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	8.919.766,96	8.919.766,96	6.485.302,53	72,71
Da União	4.338.239,32	4.338.239,32	3.236.908,60	74,61
Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios	4.312.267,66	4.312.267,66	3.219.276,43	74,65
Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	2.027,11	2.027,11	266,25	13,13
Transferência Financeira do ICMS - LC nº 87/96	23.944,55	23.944,55	17.365,92	72,53
Do Estado	4.581.527,64	4.581.527,64	3.248.393,93	70,90
Cota-Parte do ICMS	4.293.675,00	4.293.675,00	3.045.612,44	70,93
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	99.636,20	99.636,20	58.051,91	58,26
Cota-Parte do IPVA	188.216,44	188.216,44	144.729,58	76,90
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS (II)	502.470,45	502.470,45	382.113,99	76,05
Da União para o Município	445.538,89	445.538,89	307.871,03	69,10
Do Estado para o Município	56.931,56	56.931,56	74.242,96	130,41
OUTRAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	2.129.166,03	2.129.166,03	1.963.740,44	92,23
(-) DEDUÇÃO PARA O FUNDEB	-1.804.235,66	-1.804.235,66	-1.295.894,34	71,83
TOTAL	10.028.390,61	10.028.390,61	7.784.184,51	77,62

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)
DESPESAS CORRENTES	1.886.245,59	2.137.124,22	1.396.129,07	65,33
Pessoal e Encargos Sociais	987.895,77	993.633,10	629.355,39	63,34
Outras Despesas Correntes	898.349,82	1.143.491,12	766.773,68	67,06
DESPESAS DE CAPITAL	153.474,68	269.760,88	57.775,70	21,42
Investimentos	153.474,68	269.760,88	57.775,70	21,42

Continua 1/2



Município de TUNAPOLIS - SC

Continuação 2/2

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM
AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2011/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)
DESPESAS DE CAPITAL	153.474,68	269.760,88	57.775,70	21,42
Investimentos	153.474,68	269.760,88	57.775,70	21,42
TOTAL (IV)	2.039.720,27	2.406.885,10	1.453.904,77	60,41

DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (e)/ despesas com saúde
DESPESAS COM SAÚDE	2.039.720,27	2.406.885,10	1.453.904,77	100,00
(-) DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	508.470,45	665.342,93	416.285,49	28,63
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	502.470,45	659.342,93	416.285,49	28,63
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00
(-) RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS¹	-	-	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (V)	1.531.249,82	1.741.542,17	1.037.619,28	71,37

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR VINCULADOS A SAÚDE INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS	
	Inscritos em Exercícios Anteriores	Cancelados em 2011 (VI)
RESTOS A PAGAR DE DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	0,00	0,00

PARTICIPAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE NA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - LIMITE CONSTITUCIONAL <=>² [(V - VI) / I]	15,41
--	--------------

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (i)	% (i/Total i)
Atenção Básica	1.537.353,96	1.832.359,09	1.060.255,79	72,92
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	469.845,00	524.224,00	386.555,95	26,59
Vigilância Sanitária	22.760,07	37.988,17	6.880,03	0,47
Vigilância Epidemiológica	9.761,24	12.313,84	213,00	0,01
TOTAL	2.039.720,27	2.406.885,10	1.453.904,77	100,00

FONTE:

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

² Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

TUNAPOLIS, 31/08/2011

ENOÍ SCHERER
PREFEITO MUNICIPAL

JANETE REMPEL BIEGER
CONTADORA CRC/SC 027.120/O-5

CLEVERSON INACIO KERKHOFF
TÉCNICO DE CONTROLE INTERNO

Relatório Resumido Execução Orçamentária

Município de TUNAPOLIS - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIAORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2011/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	10.028.390,61	
Previsão Atualizada		—	10.028.390,61	
Receitas Realizadas		1.921.011,72	7.784.184,51	
Déficit Orçamentário		—	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	494.554,68	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	10.028.390,61	
Créditos Adicionais		—	3.136.570,01	
Dotação Atualizada		—	13.164.960,62	
Despesas Empenhadas		2.566.178,12	9.915.370,86	
Despesas Liquidadas		1.714.512,07	7.708.969,17	
Superavit Orçamentário		—	75.215,34	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		2.566.178,12	9.915.370,86	
Despesas Liquidadas		1.714.512,07	7.708.969,17	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			10.753.172,39	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00	
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		0,00	0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		94.592,53	192.502,79	203,51
Resultado Primário		-59.118,63	-147.858,56	250,10
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	17.077,02	0,00	17.077,02	0,00
EXECUTIVO	17.077,02	0,00	17.077,02	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	452.970,29	0,00	381.945,09	71.025,20
EXECUTIVO	452.970,29	0,00	381.945,09	71.025,20
TOTAL:	470.047,31	0,00	399.022,11	71.025,20
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		1.912.093,70	25%	28,39
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		473.880,61	60%	86,73
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00	1.000,00	
Despesa de Capital Líquida		1.786.895,95	1.725.814,44	

Continua 1/2



Município de TUNAPOLIS - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2011/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2011	2019	2029	2044
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	205.894,00	-144.894,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	192.430,00	10.838,12

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	1.037.619,28	15,00	15,41

TUNAPOLIS, 31/08/2011

 ENOÍ SCHERER
 PREFEITO MUNICIPAL

 JANETE REMPEL BIEGER
 CONTADORA CRC/SC 027.120/O-5

 CLEVERSON INACIO KERKHOFF
 TÉCNICO DE CONTROLE INTERNO

Vidal Ramos

PREFEITURA

Editais Credenciamento Nº. 006/2011 - PRESTAÇÃO SERVIÇOS SAÚDE

EDITAL nº. 006/2011

Chamamento público para CREDENCIAMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE VIDAL RAMOS, SC, NABOR JOSÉ SCHMITZ, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei, comunica aos interessados que está procedendo ao CHAMAMENTO PÚBLICO e apresentação de documentos, no horário das 8:00 às 11:30 horas e das 13:30 às 17:00 horas a partir do dia 26/09/2011, na Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, 1180 - Centro - Vidal Ramos, SC, para fins de CREDENCIAMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE, para realização de Procedimentos Médicos, Atendimentos de Outros Profissionais de Saúde de nível superior na Atenção Especializada; com pagamento à pessoas jurídicas ou físicas, conforme relação de serviços: Gineco/Obstetrícia para realização de procedimentos médicos.

Vidal Ramos, 26 de setembro de 2011.
NABOR JOSÉ SCHMITZ
Prefeito Municipal

Videira

PREFEITURA

Decreto Nº 9.812/11

DECRETO Nº 9.812/11, DE 26 DE SETEMBRO DE 2011.

Homologa a Resolução nº 14/2011, do Conselho Municipal de Saúde.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, SC, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 72, inciso IX, da Lei Orgânica Municipal e a vista do que consta no artigo 2º do Anexo do Decreto nº 9.356/10;

DECRETA

Art. 1º Fica homologada a Resolução nº 14/2011, do Conselho Municipal de Saúde, que "Dispõe sobre a aprovação de prestação de contas" do fundo Municipal de Saúde de Videira, referente ao mês de julho de 2011.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 26 de setembro de 2011.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de setembro de 2011.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Decreto Nº 9.813/11

DECRETO Nº 9.813/11, DE 26 DE SETEMBRO DE 2011.

Homologa a Resolução nº 15/2011, do Conselho Municipal de Saúde.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, SC, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 72, inciso IX, da Lei Orgânica Municipal e a vista do que consta no artigo 2º do Anexo do Decreto nº 9.356/10;

DECRETA

Art. 1º Fica homologada a Resolução nº 15/2011, do Conselho Municipal de Saúde, que "Dispõe sobre a aprovação de contrapartida para mutirão de cirurgias" aos médicos participantes do mutirão de cirurgias eletivas.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 26 de setembro de 2011.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de setembro de 2011.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Decreto Nº 9.814/11

DECRETO Nº 9.814/11, DE 26 DE SETEMBRO DE 2011.

Homologa a Resolução nº 16/2011, do Conselho Municipal de Saúde.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, SC, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 72, inciso IX, da Lei Orgânica Municipal e a vista do que consta no artigo 2º do Anexo do Decreto nº 9.356/10;

DECRETA

Art. 1º Fica homologada a Resolução nº 16/2011, do Conselho Municipal de Saúde, que "Dispõe sobre a aprovação de protocolo para liberação de exames" para pacientes portadores de doenças sexualmente transmissíveis.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 26 de setembro de 2011.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de setembro de 2011.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Decreto Nº 9.815/11

DECRETO Nº 9.815/11, DE 26 DE SETEMBRO DE 2011.

Homologa a Resolução nº 17/2011, do Conselho Municipal de Saúde.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, SC, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 72, inciso IX, da Lei Orgânica Municipal e a vista do que consta no artigo 2º do Anexo do Decreto nº 9.356/10;

DECRETA

Art. 1º Fica homologada a Resolução nº 17/2011, do Conselho Municipal de Saúde, que "Dispõe sobre a aprovação de participação no programa de saúde auditiva".

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 26 de setembro de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de setembro de 2011.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

Decreto Nº 9.816/11

DECRETO Nº 9816/11, DE 26 DE SETEMBRO DE 2011.

Designa Equipe Técnica para Processo Licitatório.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XIII, da Lei Orgânica do Município,

Considerando a necessidade de subsidiar informações necessárias ao plano municipal de saneamento básico;

DECRETA

Art. 1º Fica designada equipe técnica, para julgamento por melhor técnica e preço, para processo licitatório, modalidade tomada de preço, referente à contratação de empresa para fornecimento de serviço técnico de engenharia, serviços de aerolevanteamento, cartografia, levantamento de dados, implantação e treinamento de geoprocessamento:

- ARNALDO POSANSKE;
- VALDIR PEDRO SCHNEIDER;
- RAQUEL BRUSCHI.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 26 de setembro de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de setembro de 2011.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

Decreto Nº 9.817/11

DECRETO Nº 9.817/11, DE 26 DE SETEMBRO DE 2011.

Nomeia Membros para o Conselho Municipal de Saúde.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento nas Leis Municipais nº 343/97 e 2.413/10, e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 12866/2011;

DECRETA

Art. 1º Ficam nomeados os seguintes membros para o Conselho Municipal de Saúde:

I - REPRESENTANTES DO GOVERNO:

a) Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social:

Titular: SANDRO ANTONIO CAREGNATO

Suplente: MARCELO JOSÉ BORSATTI

b) 9ª Gerência de Saúde:

Titular: RENATO P. PADILHA

Suplente: IVANIR NAVA COAN

c) Secretaria Municipal de Educação:

Titular: FLADENICE ZULEICA BRUCH

Suplente: TÂNIA REGINA CESCO

d) Instituto Nacional de Seguro Social - INSS

Titular: EDIVANE DE JESUS

Suplente: ISABEL LUIZA LAZZARI

II - REPRESENTANTES DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS

a) Hospital Divino Salvador:

Titular: IRMÃ LIDIA PAGLIARI

Suplente: IRMÃ RAQUEL TRAVESSINI

b) Instituto de Patologia do Meio-Oeste Catarinense:

Titular: ALEXANDRE KIRSCHNICK

Suplente: DAIANE ESTREME

III - REPRESENTANTES DOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE

a) Profissionais da Medicina:

Titular: MAURÍCIO SILVEIRA MOZNA

Suplente: CARLOS HENRIQUE DE LIMA WINCK

b) Profissionais da Odontologia:

Titular: ALINNE BORTOLOSO

Suplente: BÉTIMA LIANA HALBERSTADT GARCIA

c) Profissionais de Farmácia:

Titular: FRANCIELI PIROLI

Suplente: JOHNNY TASCA

d) Corpo de Bombeiros:

Titular: ANTONIO ROGÉRIO XAVIER BATALHA

Suplente: DIONISIO MOREIRA

e) Profissionais de Enfermagem:

Titular: MONICA SUSETE ROMAN VANZ

Suplente: ANA PAULA GONÇALVES PINCULINI

f) Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 10ª Região - CREFITO10

Titular: JOÃO ARTUR GUSMÃO RODRIGUES

Suplente: JOSIANE WILMSEM

IV - REPRESENTANTES DOS USUÁRIOS:

a) Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Videira - ACIAV:

Titular: JACIR JOSÉ FÁVERO

Suplente: DIRCEU JOANIN BORTOLOZZO

b) União Videirense das Associações:

Titular: JOSÉ DIOMIR DE OLIVEIRA

Suplente: ALTANIR AUGUSTINHO ZAGO

c) Sindicato dos Trabalhadores Rurais:

Titular: CELSO FRANCISCO TESTOLIN

Suplente: ANTÔNIO TOCCOLINI

d) Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Carnes e Derivados, Indústria de Alimentação e afins de Videira:

Titular: ANTONIO FOSCHIERA

Suplente: SELSO POSSERA

e) Sindicato dos Empregados do Comércio de Videira:

Titular: SILMARA B. BORDIGNON

Suplente: ANGELO RAIMUNDO RIZZI

f) Pastoral da Saúde:

Titular: MARIA MENEGOLLA

Suplente: FLÁVIA CARELLI

g) Associação da Terceira Idade:

Titular: ÂNGELO ANDREANI

Suplente: ASSUNTA DANIELI RIGO

h) Pastoral da Criança:

Titular: MARIA ELIZABET SOERGER ZARO

Suplente: ALICE GETASSI

i) Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Videira - SISMUVI:

Titular: SANDRO PETROWISK

Suplente: ADEMIR A. DA SILVA

j) Universidade do Oeste de Santa Catarina/Campus Videira - UNOESC:

Titular: MARIA CRISTINA DA SILVA FERREIRA

Suplente: LUAN FREISLEBEN

k) Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários de Cargas e Passageiros de Videira:

Titular: WILSON SILVA DO AMARAL

Suplente: DEOCLIDES MORO

l) Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas, Material Elétrico, nas Empresas Distribuidoras de Veículos Automotores, Oficinas Mecânicas e Indústria de Reparação de Veículos e Acessórios de Videira e Região:

Titular: NERI JOSÉ RUBINI

Suplente: PATRÍCIA GRANDO

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 9729/11.

Videira, 26 de setembro de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de setembro de 2011.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 0729/11

PORTARIA nº 0729/11

Torna sem efeito Nomeação de Servidor

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 7315/2011,

RESOLVE

Tornar, sem efeito, a Portaria nº 0263/11, que nomeou DARIO LINO GENNARI, tendo em vista sua aprovação no Concurso

Público para Emprego Público referente ao Edital nº 001/2011, para exercer o emprego público de Médico - ESF.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a partir de 13 de maio de 2011.

Videira, 23 de setembro de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 23 dias do mês de setembro de 2011.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 0730/11

PORTARIA nº 0730/11

Torna sem efeito Nomeação de Servidor

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 8323/2011,

RESOLVE

Tornar, sem efeito, a Portaria nº 0311/11, que nomeou GABRIEL FAQUETTI MORANDINI, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público para Emprego Público referente ao Edital nº 001/2011, para exercer o emprego público de Médico - ESF.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a partir de 13 de junho de 2011.

Videira, 23 de setembro de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 23 dias do mês de setembro de 2011.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 0731/11

PORTARIA nº 0731/11

Torna sem efeito Nomeação de Servidor

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 9423/2011,

RESOLVE'

Tornar, sem efeito, a Portaria nº 0339/11, que nomeou ADRIANA SOUZA DOS SANTOS, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público para Emprego Público referente ao Edital nº 001/2011, para exercer o emprego público de Médico - ESF.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a partir de 20 de junho de 2011.

Videira, 23 de setembro de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 23 dias do mês de setembro de 2011.

VALMOR LUIZ DALL´AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 0732/11

PORTARIA nº 0732/11

Torna sem efeito Nomeação de Servidor

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 10528/2011,

RESOLVE

Tornar, sem efeito, a Portaria nº 0448/11, que nomeou SARGEEL DA SILVA, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público para Emprego Público referente ao Edital nº 001/2011, para exercer o emprego público de Médico - ESF.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a partir de 12 de julho de 2011.

Videira, 23 de setembro de 2011.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 23 dias do mês de setembro de 2011.

VALMOR LUIZ DALL´AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 0733/11

PORTARIA Nº 0733/11

Autoriza a averbação de Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS sob o nº 20022080.1.00018/08-4, nos assentos funcionais da servidora IVETE ZILDA GALLI detentora da matrícula funcional nº 1655 e do cargo de provimento efetivo de Agente Serviços Técnicos Administrativos II, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 12522/11,

RESOLVE

Art.1º Autorizar a averbação nos assentamentos funcionais da servidora, IVETE ZILDA GALLI, detentora da matrícula nº 1655 e do cargo de provimento efetivo de Agente Serviços Técnicos Administrativos II, a Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS sob o nº 20022080.1.00018/08-4, para fins de concessão de aposentadoria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 26 de setembro de 2011.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de setembro de 2011.

VALMOR LUIZ DALL´AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 0734/11

PORTARIA Nº 0734/11

Autoriza a averbação de Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS sob o nº 20022080.1.00031/11-0, nos assentos funcionais do servidor ARY ONGHERO detentor da matrícula funcional nº 395 e do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais I, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 12507/11,

RESOLVE

Art.1º Autorizar a averbação nos assentamentos funcionais do servidor, ARY ONGHERO, detentor da matrícula nº 395 e do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais I, a Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS sob o nº 20022080.1.00031/11-0, para fins de concessão de aposentadoria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 26 de setembro de 2011.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de setembro de 2011.

VALMOR LUIZ DALL´AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 0735/11

PORTARIA nº 0735/11

Admite Mauri Wilson Rodrigues Junior para exercer o cargo de Provimento Efetivo de Profissional de Educação Física - Tênis, nível E-PE-MAG-I-A

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e considerando a Portaria de Nomeação nº 0715/11, de 20 de setembro de 2011 e o Termo de Posse nº 010/2011, de 26 de setembro de 2011,

RESOLVE

Admitir, no quadro dos Servidores Efetivos do Município, MAURI WILSON RODRIGUES JUNIOR, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 001/2008, para exercer o cargo de provimento efetivo de Profissional de Educação Física - Tênis, nível E-PE-MAG-I-A, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 26 de setembro de 2011.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de setembro de 2011.

VALMOR LUIZ DALL´AGNOL
Secretário de Administração

Pregão Presencial Nº 136/2011 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 136/2011 - PMV

O Prefeito Municipal torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 136/2011. 1. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA CONSERVATO DO TRATOR DE PNEU VALMET, FROTA 92, ANO 1994, DE USO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA. 2. TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE. 3. CREDENCIAMENTO: a partir das 16:00 horas do dia 11 de Outubro de 2011, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Videira/SC. 4. ABERTURA: às 16:15 horas do mesmo dia. 5. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital completo está disponível no site www.videira.sc.gov.br ou no Departamento de Licitações, no horário das 08:00 às 11:45 e das 13:30 às 17:45. 6. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9032/3566-9012/3566-9034.

Videira/SC, 26 de Setembro de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Extrato do Contrato n. 0552/2011

Extrato do Contrato n. 0552/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ELIZETE APARECIDA FERLIN

CPF: 522.055.849-87

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA MARIA LEDA FURLIN ZARDO

VIGÊNCIA: de 01 de agosto de 2011 a 30 de outubro de 2011

FUNÇÃO: Professora de Ensino Fundamental Séries Iniciais

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 20 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 735,46 (Setecentos e trinta e cinco reais e quarenta e seis centavos)

Extrato do Contrato n. 0554/2011

Extrato do Contrato n. 0554/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ELIZETE ANTUNES MOREIRA

CPF: 004.987.879-40

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA ANTONI-NHA RODRIGUES CORREA

VIGÊNCIA: de 04 de agosto de 2011 a 31 de outubro de 2011

FUNÇÃO: Auxiliar de Serviços Gerais

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 622,28 (Seiscentos e vinte e dois reais e vinte e oito centavos)

Extrato do Contrato n. 0556/2011

Extrato do Contrato n. 0556/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: DELAÍZE TRINDADE

CPF: 057.478.529-90

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIO-NAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 01 de agosto de 2011 a 23 de dezembro de 2011

FUNÇÃO: Auxiliar de Serviços Gerais

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 622,28 (Seiscentos e vinte e dois reais e vinte e oito centavos)

Extrato do Contrato n. 0557/2011

Extrato do Contrato n. 0557/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MARINES GOMES

CPF: 425.749.609-63

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA ALMERIN-DA SCHNEIDER

VIGÊNCIA: de 03 de agosto de 2011 a 23 de dezembro de 2011

FUNÇÃO: Auxiliar de Serviços Gerais

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 622,28 (Seiscentos e vinte e dois reais e vinte e oito centavos)

Extrato do Contrato n. 0558/2011

Extrato do Contrato n. 0558/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MARISETE DIAS BORGES VIEIRA

CPF: 004.679.159-03

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA LOURDES RASTIROLLA

VIGÊNCIA: de 01 de agosto de 2011 a 19 de agosto de 2011

FUNÇÃO: Auxiliar de Serviços Gerais

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 622,28 (Seiscentos e vinte e dois reais e vinte e oito centavos)

Extrato do Contrato n. 0560/2011

Extrato do Contrato n. 0560/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MISLEINE TEREZINHA POLEZO WEISS

CPF: 005.338.009-60

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA ANA NEVE FANTIN ASCARI

VIGÊNCIA: de 01 de agosto de 2011 a 31 de outubro de 2011

FUNÇÃO: Auxiliar de Serviços Gerais

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 622,28 (Seiscentos e vinte e dois reais e vinte e oito centavos)

Extrato do Contrato n. 0563/2011

Extrato do Contrato n. 0563/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: CARMEM TEREZINHA WEISS ZAGO

CPF: 725.313.049-91

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA SEBAS-TIANA DOS SANTOS DOMINGOS

VIGÊNCIA: de 09 de agosto de 2011 a 23 de dezembro de 2011

FUNÇÃO: Auxiliar de Serviços Gerais

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 622,28 (Seiscentos e vinte e dois reais e vinte e oito centavos)

Extrato do Contrato n. 0565/2011

Extrato do Contrato n. 0565/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ZENILDA ALVES DAS NEVES

CPF: 511.377.559-20
OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA SUELI MEZAROBA
VIGÊNCIA: de 01 de agosto de 2011 a 25 de outubro de 2011
FUNÇÃO: Auxiliar de Serviços Gerais
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 622,28 (Seiscentos e vinte e dois reais e vinte e oito centavos)

Extrato do Contrato n. 0566/2011

Extrato do Contrato n. 0566/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: ELIANE ANTUNES MOREIRA
CPF: 059.483.899-10
OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA RENATA HEINEMANN
VIGÊNCIA: de 05 de agosto de 2011 a 12 de outubro de 2011
FUNÇÃO: Auxiliar de Serviços Gerais
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 622,28 (Seiscentos e vinte e dois reais e vinte e oito centavos)

Extrato do Contrato n. 0567/2011

Extrato do Contrato n. 0567/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: PATRÍCIA FAÉ MENDONÇA BENNEMANN
CPF: 628.886.170-72
OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA MARIA LEDA FURLIN ZARDO
VIGÊNCIA: de 01 de agosto de 2011 a 31 de outubro de 2011
FUNÇÃO: Professora de Ensino Fundamental Séries Iniciais
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 20 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 735,46 (Setecentos e trinta e cinco reais e quarenta e seis centavos)

Extrato do Contrato n. 0568/2011

Extrato do Contrato n. 0568/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: SILMARA APARECIDA SOUZA DE CAMARGO
CPF: 003.939.449-21
OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA JAQUELINE BERNADETE GRANDO
VIGÊNCIA: de 02 de agosto de 2011 a 30 de agosto de 2011
FUNÇÃO: Professora MG02
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 916,68 (Novecentos e dezesseis reais e sessenta e oito centavos)

Extrato do Contrato n. 0572/2011

Extrato do Contrato n. 0572/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: LUCIANA MARIA DE OLIVEIRA SILVEIRA
CPF: 032.041.069-26
OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA VIVIANA REGINA SOARES DOS SANTOS
VIGÊNCIA: de 12 de agosto de 2011 a 07 de dezembro de 2011

FUNÇÃO: Professora de Educação Infantil
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 1.470,91 (Um mil, quatrocentos e setenta reais e noventa e um centavos)

Extrato do Contrato n. 0573/2011

Extrato do Contrato n. 0573/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: TATIANE OGLIARI
CPF: 054.886.939-12
OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA MARIA CLARA KNEBEL LYRA
VIGÊNCIA: de 12 de agosto de 2011 a 23 de dezembro de 2011
FUNÇÃO: Professora de Educação Infantil
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 1.470,91 (Um mil, quatrocentos e setenta reais e noventa e um centavos)

Extrato do Contrato n. 0574/2011

Extrato do Contrato n. 0574/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: LEONICE SCAPINELLO
CPF: 564.405.299-00
OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO AO SERVIDOR WALMIR GRANDO
VIGÊNCIA: de 01 de agosto de 2011 a 30 de agosto de 2011
FUNÇÃO: Professora MG02
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 916,68 (Novecentos e dezesseis reais e sessenta e oito centavos)

Extrato do Termo Aditivo n. 0052/2011

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0052/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADO: VALDECIR VERONES
CPF: 048.289.429-63
VIGÊNCIA: de 01 de julho de 2011 a 23 de dezembro 2011
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

Extrato do Termo Aditivo n. 0064/2011

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0064/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: EUNICE DANIELA HOIER
CPF: 062.316.669-05
VIGÊNCIA: de 31 de julho de 2011 a 23 de dezembro de 2011
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo n. 0077/2011

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0077/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: FABIANA MARTINS VENTURA
CPF: 060.577.239-88
VIGÊNCIA: de 01 de agosto de 2011 a 30 de dezembro de 2011
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

Extrato do Termo Aditivo n. 0091/2011

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0091/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: FÁTIMA DE JESUS BARBOSA

CPF: 666.033.747-49

VIGÊNCIA: de 15 de agosto de 2011 a 14 de outubro de 2011

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo n. 0119/2011

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0119/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: JOSIANE APARECIDA ZAGO

CPF: 048.498.519-16

VIGÊNCIA: de 30 de julho de 2011 a 23 de dezembro de 2011

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo n. 0133/2011

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0133/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: LAIDE MOREIRA

CPF: 762.983.889-15

VIGÊNCIA: de 30 de julho de 2011 a 23 de dezembro de 2011

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo n. 0174/2011

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0174/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: OLINDA ZANINI ALVES

CPF: 776.582.309-44

VIGÊNCIA: de 30 de julho de 2011 a 23 de dezembro de 2011

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo de Rescisão n. 0109/2011

Extrato do Termo de Rescisão n. 0109/2011

Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0571/11

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ROSELAINE MACIEL MARTINS

CPF: 009.513.429-83

OBJETO: Rescisão a pedido da contratada

VIGÊNCIA: A partir 03 de agosto de 2011.

Editais de Convocação Nº 092/11

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 092/2011

PROCESSO SELETIVO Nº 009/2010

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que fica convocada a candidata abaixo relacionada para comparecer no Departamento de Expediente, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir as funções do cargo para o qual foi classificada no Processo Seletivo nº 009/2010:

CONVOCADADA	CARGO
1 - Karla Pereira de Souza	Auxiliar de Serviços Gerais

A convocada deverá apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes documentos:

- Realização de Exame Médico Admissional;
- Carteira de Trabalho - Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;
- Uma foto 3x4;
- Cópia de Comprovante de Residência e número de telefone;
- Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso, CPF, Título de Eleitor e Carteira de Trabalho;
- Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino;
- Comprovante do tipo sanguíneo;
- Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;
- Cópia de Certidão de nascimentos dos filhos menores de 14 anos;
- Declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda, contendo nome e data de nascimento;
- Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;
- Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades previstas em Lei;
- Carteira de saúde para os casos de contratação de servidores para as áreas da saúde e educação;
- Declaração de bens;
- Certidão negativa de antecedentes criminais;
- Convocação para contratação de acordo com processo seletivo para o cargo;

Videira, 23 de setembro de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Despacho

DESPACHO

Considerando,

A recomendação exarada pelo Ministério Público Estadual em data de 22 de setembro de 2011, acerca da suspensão dos contratos com a empresa LUTZ CURSOS, CONCURSOS, ASSESSORIA E PLANEJAMENTO TÉCNICO LTDA,

Determino:

- A SUSPENSÃO do Processo Seletivo nº 004/2011;
- A instauração de procedimento administrativo, garantindo-se a ampla defesa e o contraditório, visando por razões de interesse público, a rescisão dos contratos havidos com a empresa LUTZ CURSOS E CONCURSOS LTDA, dando-se irrestrita publicidade dos atos praticados.

Cumpra-se.

Videira, 23 de setembro de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Tomada de Preços Nº 28/2011 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 28/2011 - PMV

O Prefeito Municipal de Videira comunica aos interessados que se encontra aberta Tomada de Preços para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTO ASFÁLTICO (C.A.U.Q) SOBRE PAVIMENTO EXISTENTE COM PEDRAS IRREGULARES TIPO BASALTO, NAS RUAS ANTONIO FERLIN, BRASIL E CORONEL FAGUNDES, COM ÁREA TOTAL 10.920,24 M², INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO. Informações na Avenida Manoel Roque, nº 188, fones (49) 3566-9012/3566-9034. As propostas e documentos serão recebidos até às 14:00h do dia 14 de Outubro de 2011. O Edital e seus anexos

poderão ser obtidos ao custo de R\$ 30,00 (trinta reais) no endereço supra mencionado.

Videira, 27 de Setembro de 2011.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal.

Vitor Meireles

PREFEITURA

Portaria Nº 172/2011

P O R T A R I A Nº 172/2011

IVANOR BOING, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve EXONERAR:

de acordo com o Artigo 30, da Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: PATRICIA TILLMANN
Cargo: PROFESSOR NIVEL I - ACT

Do Quadro de Pessoal Admitido em Caráter Temporário - ACT da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, por término de contrato, contratada pela Portaria 063/2011, de 28 de março de 2011, 20 (vinte) horas semanais, a partir de 16 de setembro de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 16 de setembro de 2011, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

Prefeitura Municipal de Vitor Meireles (SC), 27 de Setembro de 2011.
IVANOR BOING
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA
VITOR MEIRELES/SC, 27/09/2011

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

Consórcios

AGIR

Ata Nº 001/2011 de 14/09/2011 - Reunião Ordinária do Comitê de Regulação - AGIR

ATA Nº. 001/2011, DE 14 DE SETEMBRO DE 2011 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE REGULAÇÃO DA AGÊNCIA INTERMUNICIPAL DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - AGIR.

Aos catorze dias do mês de setembro de dois mil e onze, de acordo com a convocação publicada no Diário Oficial dos Municípios, edição nº. 813, página 120, de 29.08.2011, no site da AMMVI e no mural da AGIR, este em 29 de agosto de 2011, reuniu-se em sua sede, na sala de reuniões da AMMVI, no endereço declinado na convocação, nesta cidade de Blumenau, Estado de Santa

Catarina, às nove horas em primeira convocação, depois de verificada a presença dos conselheiros em número legal. Os trabalhos foram iniciados pelo Dr. Heinrich Luiz Pasold - Advogado da AMMVI, que com a concordância de todos nomeou a Sra. Vanessa Fernanda Schmitt - Diretora Administrativa da AGIR para secretariar os trabalhos. A reunião ordinária contou ainda com a presença dos seguintes conselheiros: Júlio Roussenq Neto, Maria de Fátima Martins, Jonas Luiz de Lima, Anísio Fantini, Valdete Korz, Karine Erzinger Ávila de Assis, Sandro Lourival Cardoso, Heverson Thrun, Gustavo Dunchatt Zettermann e, com a presença dos representantes da empresa Foz de Blumenau S.A. a citar: Guilherme Pimentel, Lúcia R.V. Zerminani, Maria Mazzafero, Nicole Rudiger, Ciro Menezes, Cleber Renato Virginio Silva e Antonio Carlos B. de Alencar; como consta da lista de presença devidamente assinada e arquivada. Os trabalhos da reunião ordinária do Comitê de Regulação da AGIR foram iniciados com a apresentação de cada um dos presentes, seguindo com a apreciação da Ordem do Dia: 1 - Apresentação Foz de Blumenau S.A.; 2 - Capacitação Conselheiros; 3 - Processos Administrativos; 4 - Assuntos Gerais. Iniciados os trabalhos o Dr. Heinrich Luiz Pasold - Advogado da AMMVI agradeceu a presença de todos. Em ato seguinte foi concedido à palavra ao Sr. Antonio Carlos B. de Alencar e ao Sr. Cleber Renato Virginio Silva - Foz de Blumenau S.A. para apresentação sobre a Foz do Brasil S.A. e a sua atuação em Blumenau. Assim, foram explanados diversos assuntos, tais como: Grupo Odebrecht; sustentabilidade realizada pelo grupo; concessões em que a Foz é parte integrante; história da Agência Reguladora de Cachoeira do Itapemirim; projetos de educação ambiental; ranking do saneamento brasileiro, situando-se Santa Catarina e Blumenau; abrangência do contrato de concessão da Foz em Blumenau; delimitação dos serviços entre SAMAE e Foz; situação atual do esgoto tratado em Blumenau; o que já foi realizado pela empresa; revitalização das ETE's existentes; desafios do projeto; problemas dos recursos PAC e Funasa; novas plantas e o sistema de tratamento; e ligação domiciliar de esgoto. Após a explanação foi oportunizado aos conselheiros a elaboração de questionamentos, todos respondidos pela empresa Foz de Blumenau S.A., os quais envolveram os seguintes assuntos: alto consumo; hidrômetros; análises; cobrança sobre poços artesianos e captações de água da chuva; informação aos contribuintes sobre a separação e a responsabilidade de sua tubulação; e recebimento das faturas pelos bancos. Dando continuidade, Dr. Heinrich Luiz Pasold - Advogado da AMMVI agradeceu aos representantes da empresa Foz de Blumenau S.A., os quais agradeceram a oportunidade, se colocaram a disposição para quaisquer futuras dúvidas e ausentaram-se da reunião. No seguimento dos trabalhos e seguindo a Ordem do Dia, a Sra. Vanessa Fernanda Schmitt - Diretora Administrativa da AGIR realizou uma capacitação aos conselheiros, explanando sobre: objetivos da AGIR; consorciados; organograma; definição do Comitê de Regulação; seus princípios; competências; composição; tempo de mandato dos conselheiros; periodicidade das reuniões; calendário das reuniões ordinárias para 2011; quórum; atas; relatores dos processos; deliberações; e exclusão enquanto conselheiro. Prosseguindo, Vanessa Fernanda Schmitt - Diretora Administrativa da AGIR apresentou um relatório para ciência dos conselheiros sobre todos os processos administrativos em andamento na Agência, quais sejam: 001/2011, 002/2011, 003/2011, 004/2001 e o pedido de reequilíbrio econômico financeiro contratual solicitado pela Foz de Blumenau S.A.. Cabe ressaltar que tanto após a capacitação dos conselheiros como após a apresentação do relatório dos processos administrativos, houve questionamentos e debate em relação aos referidos assuntos. Como último item da pauta, em assuntos gerais, foi comentado pela Vanessa Fernanda Schmitt - Diretora Administrativa da AGIR, que a Agência irá elaborar uma agenda para visita aos municípios consorciados, visando o conhecimento dos serviços realizados e de seus prestadores. Para tanto, as visitas deverão ser realizadas por representantes administrativos da AGIR e do Comitê de Regulação, sendo estes respectivamente a Vanessa Fernanda Schmitt - Diretora Administrativa da

AGIR e o Sr. Jonas Luiz de Lima - Presidente do Comitê de Regulação. Porém, como são inúmeras visitas, a Vanessa Fernanda Schmitt - Diretora Administrativa da AGIR solicita aos conselheiros presentes que se colocassem à disposição para substituir o Sr. Jonas Luiz de Lima - Presidente do Comitê, quando da impossibilidade deste, sendo que colocaram-se à disposição a Sra. Maria de Fátima Martins, o Sr. Sandro Lourival Cardoso e o Sr. Gustavo Dunchatt Zettermann. Nada mais havendo para ser tratado, o Dr. Heinrich Luiz Pasold - Advogado da AMMVI agradeceu a presença de todos e deu por encerrado os trabalhos desta reunião ordinária e determinou que eu, Vanessa Fernanda Schmitt, secretária "ad hoc" lavrasse a presente ata que, depois de aprovada pelo Presidente do Comitê de Regulação, será assinada e publicada nos termos estatutários.

JONAS LUIZ DE LIMA
Presidente do Comitê de Regulação

ARIS

Decreto/ARIS Nº 010/2011

Decreto/ARIS nº 010/2011

Altera os membros da Comissão de Licitação, o Pregoeiro e os Membros da Equipe de Apoio.

O Presidente da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS) no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista do disposto na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e na Lei nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993, bem como o previsto no Convênio de Cooperação Técnica n. 001/2011 firmado pela ARIS e pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA),

RESOLVE:

Art. 1º Nomear as seguintes pessoas para exercício das funções de Comissão de Licitação, Pregoeiro e da Equipe de Apoio:

I - Comissão de Licitação: Ricardo Martins (Coordenador de Fiscalização da ARIS), na condição de Presidente; Clarice Teresinha Lenz (Coordenadora Contábil da ARIS) e Edinando Luiz Brustolin (Diretor-executivo do CIGA), na condição de membros da comissão.

II - Pregoeiro: Ricardo Martins (Coordenador de Fiscalização da ARIS);

III - Equipe de Apoio: Edinando Luiz Brustolin (Diretor-executivo do CIGA), Clarice Teresinha Lenz (Coordenadora Contábil da ARIS) e Ernani Matos (Ouvidor da ARIS).

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, 26 de setembro de 2011.

MAURI JOSÉ ZUCCO
Presidente da ARIS